Edouard Perroy

La guerra de los cien años

Índice

A Guerra dos Cem Anos
PREFÁCIO
EU OS ADVERSÁRIOS
- 1. FRANÇA EM 1328
- II. INGLATERRA EM 1328
- III. A QUESTÃO DA GUIENA
- 4. A SUCESSÃO AO TRONO FRANCÊS

II O INÍCIO DA LUTA (1328-1340)
- I. A HOMENAGEM A EDUARDO III
- II. RUMO À SEPARAÇÃO
- III. OS ÚLTIMOS PREPARATIVOS
- 4. A CONFIGURAÇÃO EM INGLÊS

III OS DESASTRES FRANCESES (1340-1364)
- I. A QUESTÃO DA GRÃ-BRETANHA
- II. CRECY E CALAIS
- III. O PÂNICO DO REI JOÃO
- 4. A SUJEIÇÃO DA MONARQUIA FRANCESA

IV CARLOS V (1364-1380)
- I. O REI E SEU CÍRCULO
- II. A RECONSTRUÇÃO DO REINO
- III. A RETOMA DA GUERRA
- 4. DESAPONTAMENTOS DO FIM DO REINO

V RUMO À RECONCILIAÇÃO (1380-1400)
- I. O ESGOTAMENTO DA INGLATERRA
- II. A JUVENTUDE DE CARLOS VI
- III. PAZ OU VERDADEIRAS LONGA?
- 4. A PREPONDERÂNCIA FRANCESA NA EUROPA

VI A CONQUISTA DO LANCASTER
- I. O ADVENTO DOS LANCASTERS
- II. ANARQUIA FRANCESA
- III. A GUERRA CIVIL
- 4. DE AZINCOURT AO TRATADO DE TROYES

VII FRANÇA DIVIDIDA (1418-1429)
- I. A FRANÇA DOS LANCASTERS
- II. FRANÇA ANGLO-BORGONHA
- III. O REINO DE BOURGES
- 4. A EVOLUÇÃO DA GUERRA: O CERCO DE ORLEÃES

VIII A VINGANÇA FRANCESA (1429-1444)

I. JOANA D’ARC
II A RECONCILIAÇÃO FRANCO-BORGONHA
III. AS REFORMAS DE CARLOS VII
4. AS TRUÇAS DOS TOURS
IX O FIM DAS HOSTILIDADES
I. A RECONQUISTA DA NORMANDIA E DA GUIENA
II. FRANÇA NO FINAL DA GUERRA DOS CEM ANOS
III. A INGLATERRA DAS DUAS ROSAS
4. A PAZ IMPOSSÍVEL
APÊNDICE BIBLIOGRÁFICO
SOBRE O AUTOR
Notas

Dois grandes países do Ocidente cristão, duas forças políticas: Inglaterra e França. Mergulhada pelos seus reis numa luta feudal, posteriormente convertida num conflito dinástico, a guerra inesperadamente arrasta-se para sempre, mudando cenários de geração em geração.

O seu povo, indiferente a disputas e diferenças incompreensíveis, escapa tanto quanto pode ao fardo cada vez maior que se pretende que lhe seja imposto. Entretanto, durante o prolongamento do conflito, o mundo transforma-se – como em qualquer momento de crise – e ainda assim, das feridas e do sangue daquela época, nasceram as monarquias modernas, fundadas no autoritarismo de uma burocracia estatista que emerge –. imposta pelas necessidades da guerra e pela emergência de nacionalismos – de uma sociedade feudal em processo de desaparecimento.

A guerra entre a França e a Inglaterra desde o início do século XIV até meados do século XV foi de longe o conflito militar mais importante no Ocidente cristão medieval. O que inicialmente era uma disputa feudal transformou-se, ao longo do tempo, num conflito dinástico de proporções gigantescas. Um confronto que iria mudar a geografia política europeia. Como em qualquer longo período de crise, a Guerra dos Cem Anos envolveu numerosas gerações entre os contendores. Estes, sob o signo da guerra, viram como a sua realidade política e social se transformava, seja politicamente, desde a experiência do feudalismo medieval pleno até ao aparecimento do incipiente Estado moderno. Seja socialmente, com os estragos da crise da Baixa Idade Média e as suas profundas mudanças sociais. Publicado originalmente em 1945, este estudo tem hoje a autoridade de um clássico sobre o assunto.

Republicada inúmeras vezes no mercado francês, esta monografia continua a ser o estudo mais completo do grande conflito medieval franco-britânico. Da Batalha de Crécy a Joana d'Arc, o professor Edouard Perroy descreve meticulosamente todo este longo período, ilustrando perfeitamente tanto o conflito militar como as mudanças sociopolíticas que dele decorrem.

Desde então, este livro tem sido constantemente republicado. Apresentamos agora sua primeira versão em espanhol feita pelo Professor Faci, com biografia atualizada da Professora Estepa, da Universidade de La Laguna.

Eduardo Perroy

A Guerra dos Cem Anos

ePub r1.0
Titivillus 12.04.2019

Título Original: *A Guerra dos Cem Anos*
Édouard Perroy, 1945
Tradução: Francisco Javier Faci

Editor digital: Titivillus
base ePub r2.1

Índice

Área coberta

A Guerra dos Cem Anos

PREFÁCIO

EU OS ADVERSÁRIOS

1. FRANÇA EM 1328
II. INGLATERRA EM 1328
III. A QUESTÃO DA GUIENA
4. A SUCESSÃO AO TRONO FRANCÊS
II O INÍCIO DA LUTA (1328-1340)

I. A HOMENAGEM A EDUARDO III
II. RUMO À SEPARAÇÃO
III. OS ÚLTIMOS PREPARATIVOS
4. A CONFIGURAÇÃO EM INGLÊS
III OS DESASTRES FRANCESES (1340-1364)

I. A QUESTÃO DA GRÃ-BRETANHA
II. CRECY E CALAIS
III. O PÂNICO DO REI JOÃO
4. A SUJEIÇÃO DA MONARQUIA FRANCESA
IV CARLOS V (1364-1380)

I. O REI E SEU CÍRCULO
II. A RECONSTRUÇÃO DO REINO
III. A RETOMA DA GUERRA
4. DESAPONTAMENTOS DO FIM DO REINO
V RUMO À RECONCILIAÇÃO (1380-1400)

I. O ESGOTAMENTO DA INGLATERRA
II. A JUVENTUDE DE CARLOS VI
III. PAZ OU VERDADEIRAS LONGA?
4. A PREPONDERÂNCIA FRANCESA NA EUROPA
VI A CONQUISTA DO LANCASTER

I. O ADVENTO DOS LANCASTERS
II. ANARQUIA FRANCESA
III. A GUERRA CIVIL
4. DE AZINCOURT AO TRATADO DE TROYES

VII FRANÇA DIVIDIDA (1418-1429)

I. A FRANÇA DOS LANCASTERS
II. FRANÇA ANGLO-BORGONHA
III. O REINO DE BOURGES
4. A EVOLUÇÃO DA GUERRA: O CERCO DE ORLEÃES
VIII A VINGANÇA FRANCESA (1429-1444)

I. JOANA D'ARC
II A RECONCILIAÇÃO FRANCO-BORGONHA
III. AS REFORMAS DE CARLOS VII
4. AS TRUÇAS DOS TOURS
IX O FIM DAS HOSTILIDADES

I. A RECONQUISTA DA NORMANDIA E DA GUIENA
II. FRANÇA NO FINAL DA GUERRA DOS CEM ANOS
III. A INGLATERRA DAS DUAS ROSAS
4. A PAZ IMPOSSÍVEL
APÊNDICE BIBLIOGRÁFICO
SOBRE O AUTOR

Notas

PREFÁCIO

A maior parte deste livro foi escrita de uma só vez, durante o inverno de 1943-44, graças ao precário tempo de lazer deixado ao autor por sua brincadeira de esconde-esconde com a Gestapo. Foi uma vida errante, mas bela, pela qual todos nós que vivemos e agimos na clandestinidade ansiamos. De repente, encontrei-me fora da lei, brutalmente separado do meu ambiente universitário e intelectual habitual e, em tal conjuntura, parecia que a experiência de um presente tão tragicamente real me ajudou a compreender melhor o passado ao qual, até então, eu tinha dediquei a maior parte do meu tempo. Este livro, durante tanto tempo meditado, não teria o mesmo resultado se tivesse sido publicado antes de 1939, ou mesmo nos primeiros meses da ocupação. E não porque me deixei seduzir pelas supostas repetições da história, nem pela lição que dela se poderia tirar. Não sou tão ingênuo a ponto de pensar que os tristes acontecimentos da Guerra dos Cem Anos poderiam servir de guia ou permitir-me prever o nosso futuro: nem sequer tentei encontrar qualquer motivo de esperança no relato dos erros, dos reveses e reações do passado. Mas quando uma nação cai no fundo do abismo, como aconteceu naquela época e também na nossa, alguns comportamentos face ao infortúnio e certas reações contra o destino explicam-se mutuamente. Sem nunca chegar, pelo menos conscientemente, à transposição de abordagens muito atuais do passado, sem nunca perder de vista que é o contexto histórico que ilumina os acontecimentos de uma época, passei a compreender certas atitudes, a explicar algumas deserções ou justificar certas revoltas.

Apenas dois países eram relevantes no horizonte político do Ocidente cristão da época: Inglaterra e França. Os seus monarcas impeliram-nos sem qualquer consideração para a luta feudal, acompanhada muito em breve por um conflito dinástico, que, no entanto, não parece ter ultrapassado os limites dos habituais confrontos mesquinhos. Ao contrário do que se poderia esperar, a guerra arrastou-se indefinidamente, ressurgiu incessantemente, espalhando-se por novos cenários de geração em geração. O povo, indiferente a estes conflitos que não compreendia, procurava ficar de fora, na medida das suas possibilidades, dos encargos cada vez maiores que se tentavam impor-lhes. Isto só serviu para prolongar o conflito, que, em toda a parte, se desenvolveu com os meios mais pobres. No processo, o povo sofreu dificuldades; Punidos na própria carne, ingleses e franceses acabaram se odiando, tornando impossível e inviável qualquer possibilidade de paz. Ao seu redor, o mundo mudava e, no seu caso, ainda mais rapidamente, como acontece em tempos turbulentos. Das suas feridas e do seu sangue nasceram as monarquias modernas e acelerou-se o processo de transformação de uma sociedade feudal nas estruturas autoritárias de uma burocracia estatal, imposta tanto pelas necessidades da guerra como pelos surtos nacionalistas por ela engendrados.

No caso da França, a tragédia foi mais dolorosa, se possível. Não é necessário enumerar as perdas sofridas pelo reino capetiano no decorrer desse conflito interminável e exaustivo. A sua prosperidade material, tão evidente no início da Guerra, ficaria comprometida

durante séculos, só seria recuperada pouco antes da Revolução Francesa. Perdeu também a sua hegemonia espiritual e política sobre uma Europa dócil às suas directivas. Teremos que esperar até o século de Luís XIV para que ambos se tornem evidentes novamente. Mais fáceis de apreciar são as suas conquistas, em tempos tão turbulentos: o quadro de um Estado moderno, maior coesão entre províncias anteriormente díspares, respeito pela autoridade monárquica, apoiado por um sentido nacional incipiente, etc. Mas a que preço doloroso foi realizado tal nascimento! Em duas ocasiões, a França esteve à beira da sucumbição. Os golpes desferidos pela Plantageneta causaram o desmembramento de algumas de suas províncias, a formação de uma grande Aquitânia independente e a perda de soberania sobre mais de um terço do reino. O ataque dos Lancastrianos, cinquenta anos depois, teve consequências ainda mais terríveis, pois estava prestes a provocar a união das duas coroas da França e da Inglaterra na mesma pessoa. Para alguns, esta era a única solução para a guerra, para os conflitos civis, para a ruína económica. Certo ou errado, os acontecimentos desenvolveram-se de forma diferente. Demonstraram a impossibilidade de colaboração entre os dois povos sob a hegemonia da dinastia Lancaster e finalmente concederam a vitória aos Valois, porque eram o símbolo da independência de uma nação que finalmente encontrou a sua própria identidade.

Escrevi este livro com apenas algumas anotações que fiz ao longo dos anos em arquivos e livros. Tive que reconstruir muitos acontecimentos e episódios apenas com a ajuda da minha memória, sempre imperfeita. A consequência disto foi o esquecimento e confusão de detalhes, alterações de alguns nomes e alguns erros cronológicos. Uma revisão cuidadosa serviu para corrigir muitos desses erros, mas outros devem ter escapado. Peço desculpas aos leitores por isso, sem que isso sirva de desculpa para erros. Penso que não alteram em nada as linhas principais da narrativa, as ideias que a inspiram, as interpretações, por vezes pouco tradicionais, que proponho e as conclusões a que cheguei. Por tudo isso, assumo total responsabilidade.

EU OS

ADVERSÁRIOS

Em janeiro de 1327, o trono da Inglaterra, do qual o impopular Eduardo II acabara de ser destituído por seus barões que se rebelaram contra ele, foi oferecido a seu filho de dezesseis anos, Eduardo III Plantageneta. Menos de treze meses depois, o último dos três filhos de Filipe, o Belo, o capetiano Carlos IV, morreu em Paris. Na falta de um herdeiro homem, os barões franceses elegeram seu primo Filipe VI de Valois para sucedê-lo (abril de 1328). Estes dois acontecimentos quase concomitantes inauguraram uma nova fase na história dos reinos ocidentais, caracterizada pela luta feroz que durou mais de um século, entre as duas dinastias, luta que ficou designada como Guerra dos Cem Anos.

Um espectador imparcial que tentasse avaliar a força dos contendores por volta do ano de 1328 ficaria, sobretudo, impressionado com a desproporção, aparente mas indubitável, entre a glória e a riqueza do prestigioso reino da França e a fraqueza do próprio pequeno reino inglês. Teria sido igualmente difícil prever a inversão de forças que, para espanto dos contemporâneos, iria ocorrer entre estes dois contendores que se iriam enfrentar num conflito de duração imprevisível, estando os descendentes de São Luís em perigo grave e atingindo níveis elevados o da Plantageneta.

1. FRANÇA EM 1328

Na época da morte do último Capeto por linha direta, o reino da França não tinha, de forma alguma, as fronteiras da França moderna. Na verdade, os seus limites territoriais não diferiam muito daqueles da "Francia Occidentalis" concedida a Carlos, o Calvo, no Tratado de Verdun, na época carolíngia. Foi separada do vizinho Império Germânico, cujos territórios a rodeavam desde o Mar do Norte até ao Mediterrâneo, por uma fronteira artificial, confusa para os próprios contemporâneos, cheia de enclaves e territórios disputados, mas que segue " *aproximadamente* " o curso do Escalda. Da sua foz a sul de Cambrai, atinge imediatamente a linha do Mosa a nordeste de Rethel, segue o curso superior deste rio, passando finalmente pelo curso do Saône, que segue, bem como do Ródano. Alguns avanços recentes permitiram aproximar a fronteira deste curso fluvial em alguns pontos onde, há séculos, não conseguia alcançá-la. Assim, o Ostrevant, isto é, aquela parte do Hainaut que, entre Valenciennes e Douai, ficava a oeste do Escalda, passou sob o controle capetiano na época de Filipe, o Belo. O mesmo aconteceu com a parte "instável" do Barrois, na margem esquerda do Mosa, com a cidade e condado de Lyon, o bispado de Viviers, a oeste da linha Saône-Rhône, todos os territórios que tinham sido colocado sob salvaguarda real. No sudoeste, a linha dos Pirenéus não é fronteira em todos os pontos. Havia, por um lado, o reino de Navarra que se estendia para além das montanhas, na zona

que mais tarde seria chamada de Baixa Navarra, embora o reino tivesse sido administrado por oficiais capetianos de 1274 a 1328. Por outro lado, em 1258 , São Luís renunciou à soberania sobre Roussillon e Catalunha, possessões da monarquia aragonesa, que, durante vários séculos, não passou de teórica.

Não devemos pensar, por outro lado, que esta fronteira marcava rigidamente os limites da influência francesa na Europa Ocidental. Aproveitando a fragilidade do Império que, desde a morte de Frederico II (1250) não tinha tido um imperador digno do seu passado glorioso, a monarquia capetiana expandiu facilmente o seu protectorado sobre quase todos os territórios da antiga Lotaríngia, desde os Países Baixos até aos Países Baixos. o reino de Arles, naquelas regiões onde a comunidade linguística produziu uma identidade inexorável de pontos de vista políticos. A maioria dos príncipes do Império com possessões localizadas além dos confins orientais do reino tornaram-se protegidos do rei da França, que lhes concedeu "feudos de bolsa" - que, em linguagem moderna, chamaríamos de "pensões" - e apoiou sua política , seja no Brabante ou no Hainaut, no Barrois ou na Lorena, na Sabóia ou no Dauphiné. E, além disso, o condado palatino da Borgonha (o atual Franche-Comté) passou a ser propriedade dos Capetos pelo casamento de sua herdeira com Filipe V, o Longo, e a Provença, desde a época de São Luís, pertencia ao rei da Sicília, descendente do Capeto Carlos de Anjou. Nas suas proximidades, o Papado acabava de ser instalado. João XXII, eleito em 1316, segundo de uma longa série de papas franceses, tinha sido, antes da sua elevação ao trono de São Pedro, bispo de Avinhão e continuou a residir no seu antigo palácio episcopal, que o seu sucessor Bento XII transformou em palácio. fortaleza incrível. Avignon estava localizada no limiar do reino da França. Cidade quase independente, partilhava a soberania do Pontífice com a do Conde da Provença. A instalação da cúria romana nas margens do Ródano, inicialmente provisória, proporcionou à dinastia Capetiana adicional força material e prestígio moral.

Limitando-nos exclusivamente aos limites geográficos do reino de França, a monarquia capeliana, no século recém-terminado, alcançou ali um grau de poder que só poderia ser explicado por um desenvolvimento demográfico e uma prosperidade económica sem precedentes. Refira-se que toda a Europa conheceu esta evolução ascendente, cujos primeiros sintomas se fizeram sentir no final do século X e início do XI . Mas foi mais vívido e marcado em França do que noutros reinos, de modo que, quando atingiu o seu clímax, por volta de 1300, a França estava à frente do resto do mundo cristão que condicionou e tornou inevitável a sua hegemonia política e cultural.

O avanço francês sobre o resto da Europa foi especialmente evidente no domínio da economia agrária, que continuou a ser a base da sociedade medieval. Os grandes movimentos de desmatamento, o cultivo de terras pantanosas ou florestais, a criação de novas comunidades rurais, de novas cidades e “bastides” já tinham parado. Habían alcanzado un nivel máximo por una doble razón: por una parte, por la exigencia de mantener un nivel de bosque suficiente como para hacer frente a las necesidades de combustible y de materiales de construcción, a la alimentación del ganado no estabulado ya la conservación de a caça; por outro lado, pela necessidade de dotar as culturas, cujos procedimentos permaneciam rudimentares, de produtos rentáveis. Muitas terras pobres foram cultivadas, mesmo com as técnicas primitivas conhecidas, para que os primeiros

desastres da Guerra dos Cem Anos retornassem, para sempre, ao pousio e ao deserto. Os seus rendimentos miseráveis não teriam sido suficientes para alimentar os seus ocupantes se não fosse a exigência indesculpável de fornecer alimentos essenciais a uma população que era realmente abundante. O crescimento demográfico ascendente explica também o desaparecimento quase completo, nos grandes domínios laicos e eclesiásticos, da exploração directa das reservas senhoriais, através do trabalho servil ou de diaristas sem terra; A reserva senhorial, com exceção de terrenos baldios, florestas ou alguns prados ou vinhas, foi gradualmente dividida em explorações camponesas de longo prazo que apenas proporcionavam rendimentos agrários modestos aos senhores. Mesmo nas propriedades cistercienses, há muito tempo ocupadas por 'fazendas' exploradas por monges convertidos controlados por um monge 'fazendeiro', o governo monástico foi progressivamente restringido por arrendamentos ou arrendamentos camponeses. O concomitante desaparecimento da servidão, nas províncias onde ela prevalecia, bem como o dos benefícios trabalhistas que tributavam pesadamente os arrendatários, transformaram o camponês no autêntico proprietário de sua posse, tributado apenas por taxas moderadas; Embora nas regiões mais avançadas, como a Normandia, já se conhecesse o arrendamento de curto prazo, nas demais regiões predominava a posse perpétua por enfiteuse mediante pagamento de censo leve, à qual se somavam direitos cambiais e sucessórios, bem como algumas servidões senhoriais. que são mais irritantes do que opressivos, sendo todo este conjunto de encargos muito menos exigentes do que aqueles impostos por um tesouro moderno à terra e aos seus ocupantes.

Seria conveniente fornecer neste momento alguns números, dar conta de algumas estatísticas, mencionar a densidade média da população ou o total do reino. É, infelizmente, algo impossível. Todas as conjecturas demográficas construídas por especialistas baseiam-se apenas em hipóteses frágeis, na ausência de textos confiáveis. Contudo, um documento precioso e único no seu género autoriza algumas suposições menos arriscadas para a data que analisamos. Trata-se do registo de freguesias e fogos que Filipe VI, no início do seu reinado, mandou fazer pelos bailiados e senescais e com objectivos fiscais, uma vez que se tentou estabelecer a base tributável das despesas do serviço de acolhimento em Flandres, em julho de 1328. Nomeie as freguesias, calcule o número de casais, casas ou fogos que contêm e sobre os quais recairá o subsídio *de fouage* . Mas limitou a investigação ao domínio real, ou seja, aos territórios que o monarca controlava diretamente, deixando de lado os numerosos grandes feudos que ainda existiam, onde a *fouage não deveria ter sido recolhida* , pelo menos pelos funcionários reais. Como veremos, estes grandes feudos representavam apenas um pouco mais de um quarto da superfície do reino. Portanto, a estimativa deve ser bastante precisa segundo a qual a França em 1328, com as suas cerca de 32.000 freguesias, tinha um total de aproximadamente 3.300.000 incêndios, o que significaria uma população total de cerca de 15 milhões. A densidade populacional era, portanto, elevada para a época e só seria alcançada ou superada por algumas regiões privilegiadas de Itália, mas ultrapassava em muito os territórios ainda semipovoados de Espanha, da Alemanha central ou das Ilhas Britânicas. Tendo em conta, por outro lado, que a grande maioria desta população continuou a ser camponesa, é uma conclusão forçada que algumas regiões de França tinham uma população camponesa tão numerosa, ou até mais,

do que no final do século XVIII. ou na época da monarquia de Julho, períodos de expansão da demografia camponesa.

A prosperidade rural é acompanhada pelo desenvolvimento das cidades, essencial para a manutenção de um importante comércio, cujo auge deve ter sido atingido, também nesta altura, no final do século XIII. Na realidade, a França teve a sorte de possuir, nesta época, a única grande cidade da Europa cristã que poderia ser comparada ao que se entende por capital no sentido moderno do termo: Paris. Apenas razões políticas e culturais explicam o seu apogeu, uma vez que não possuía grandes indústrias, mas sim uma infinidade de comércios que recebiam o seu impulso dos serviços governamentais, da presença da corte, que raramente saía da cidade ou das residências vizinhas, bem como a presença, graças à universidade, de uma multidão cosmopolita de estudantes. Sua população, incluindo a dos subúrbios, era de cerca de 200 mil almas. E continuou a aumentar, pelo menos até ao final do século XIV, quando os efeitos negativos da guerra foram sentidos duramente. Enquanto muitas cidades e províncias prósperas, confiando no aumento contínuo da sua riqueza, construíram nesta época grandes recintos que, durante séculos, não conseguiriam ocupar, Paris permaneceu encerrada no seu recinto amuralhado que, embora espaçoso, datava do século XIX. época de Filipe Augusto. Carlos V não terá outra escolha senão anexar um novo bairro, a norte e a leste das antigas fortificações, entre o Templo e a fortaleza de Santo António, construída no seu reinado. O Marais será assim a residência preferida da monarquia durante duas gerações.

As demais cidades do reino tinham uma área bem menor. Mesmo os grandes centros têxteis da Flandres, apesar da sua grande agitação de artesãos e comércios, não eram mais do que grandes cidades cuja população por vezes atingia 10.000 pessoas e raramente chegava a 20.000. No entanto, a indústria de cortinas foi, ao longo da Idade Média, a única grande indústria exportadora que produziu um intenso movimento de comércio internacional nos países ocidentais. A Flandres, integrada no reino de França, conheceu progressos tão importantes que, até finais do século XIII, exerceu um verdadeiro monopólio de vendas nos mercados europeus. Deixando a fabricação de panos comuns, os chamados "pequenos panos" nas mãos de outras cidades francesas ou dos pequenos centros flamengos da indústria rural, para satisfazer a procura local, as grandes cidades do norte, primeiro Arras, depois Douai e mais Mais tarde, Ypres, Bruges e Ghent e, em menor medida, Lille e Tournai, especializaram-se na produção de tecidos de qualidade que eram facilmente exportados para todos os países europeus, e mesmo fora da Europa. Os mercadores italianos procuravam estes belos tecidos do norte, trocando-os com os produtos de luxo do mundo muçulmano, como sedas, especiarias, couros e jóias. Nas ricas feiras de Champagne, situadas na rota terrestre que liga a Itália à Flandres, o local onde aconteciam essas transações internacionais estava estabelecido há muito tempo, acompanhado de operações bancárias cujas técnicas complicadas só os italianos conheciam. Troyes, Provins, Bar-sur-Aube e Lagny - as três últimas aldeias insignificantes - viram a chegada em certas épocas do ano de uma multidão cosmopolita de comerciantes de todo o norte de França, de banqueiros italianos, de todos os tipos de devedores ou seus agentes, que regularizaram suas dívidas ou cumpriram seus pagamentos.

Mas, desde finais do século XIII , algumas mudanças profundas puseram em perigo o equilíbrio do comércio internacional de que tinham beneficiado algumas províncias privilegiadas do reino francês. Em primeiro lugar, a Flandres perdeu a sua hegemonia industrial. As lutas civis que opuseram os miseráveis artesãos ao patriciado capitalista, juntamente com as guerras travadas pelo rei de França para punir os rebeldes e forçar o conde a cumprir rigorosamente os seus deveres de vassalo, explicam amplamente o declínio na produção de cortinas. Ao mesmo tempo e por razões muito menos claras, as feiras de Champagne começaram o seu declínio. Uma hipótese, plausível mas insuficiente, tentou explicar o abandono progressivo das feiras devido às exigências fiscais dos funcionários de Filipe, o Belo, que administrava o condado de Champagne em nome da sua esposa. Há também que ter em conta, como factor que acelerou o declínio das feiras, que os marinheiros genoveses, que preferiam a longa viagem por Espanha às rotas terrestres, já tinham conseguido chegar às docas por mar no início do século XIV. século . de Damme, ante-porto de Bruges. Mas o que é importante para nós é notar que estas transformações recentes não diminuíram a prosperidade do reino de França como um todo. As dificuldades das indústrias de cortinas flamengas beneficiaram outras cidades rivais, até agora obscurecidas. Embora tenham sido as cidades de Brabante, como Bruxelas ou Mechelen, ou de Hainaut, como Valenciennes, centros todos localizados em territórios imperiais, as primeiras a competir com sucesso com as cidades flamengas, os tecidos também começaram a ser produzidos dentro do reino francês. de qualidade, apreciada pelos clientes abastados e, principalmente, pela corte do rei; Assim, competiram na conquista dos mercados, da Normandia, com Rouen, da Picardia, de Amiens, de Champagne, de Troyes e até da própria Paris. O grande comércio, distante das feiras de Champagne, centralizava-se em outros pontos; Bruges tornou-se o mais importante centro de intercâmbios internacionais, ponto de encontro do comércio mediterrâneo, nas mãos dos italianos, com o do Báltico, nas mãos dos hanseáticos. Nas rotas terrestres assistimos a uma nova prosperidade de feiras, antigas ou recentes, como a de Lendit, perto de Paris, as de Chalon-sur-Saone, na Borgonha, ou a de Beaucaire no Languedoc. Alguns portos da frente marítima do reino estão agora a atingir o seu apogeu, como La Rochelle, centro do comércio de sal, ou Calais, ponto de desembarque da lã inglesa.

Esta prosperidade, cujos traços mais característicos acabamos de esboçar, foi impulsionada pela era de paz que, a partir de meados do século XIII , desfrutou o reino francês. Pois bem, tirando a breve expedição contra Aragão, que Filipe III imprudentemente lançou em 1285, as fáceis campanhas da Guiana, de que trataremos mais tarde, e as guerras mais duras na Flandres, cujas dificuldades Filipe o Hermoso e seus filhos, mas que afectava apenas uma região bem definida, a França gozava de uma tranquilidade pouco perturbada pelas guerras "privadas" entre vassalos, que se tornavam cada vez menos frequentes. A paz e a prosperidade permitiram, por sua vez, a consolidação progressiva da autoridade monárquica que se traduziu na criação, tardia e lenta, sem dúvida, mas contínua, dos órgãos de governo necessários à vida de um Estado. Mesmo que em teoria continuasse a existir, seria difícil reconhecer a antiga *cúria regis feudal* , constituída por todas aquelas pessoas que cercavam o soberano, como grandes oficiais, barões e prelados, nos novos serviços centrais, cada vez mais especializados. Uma exceção era o *Hôtel do rei* , que, desde

o reinado de São Luís, se destacava da *Cúria* , e que, de facto, representava, com os seus seis "gabinetes", apenas a esfera pessoal e doméstica do soberano e na qual não recaiu sobre funções governamentais. Dos seus dois serviços financeiros, a "Câmara do Dinheiro", cujo nome surge em 1303, e o *Argentino* , criado em 1315, e que era uma espécie de depositário de móveis e jóias, o primeiro alimentava-se apenas de verbas do tesouro e O segundo só alcançou uma certa importância pelo facto de poder, através da penhora de alguns dos seus bens, fornecer recursos líquidos, em tempos de dificuldades, a uma monarquia sempre necessitada de dinheiro. A importância da Câmara Real derivava do facto de, com os seus camareiros e logo com os relatores do *Hôtel* , reunir os parentes mais próximos do soberano e constituir um criadouro de funcionários. Porém, dos 500 membros, mais ou menos, que compunham esta Câmara e cujo crescimento constante provocará as queixas dos Estados a partir do reinado de Filipe de Valois, muito poucos tinham o carácter de funcionários e administradores no sentido moderno de o termo, e muito poucos faziam parte dos serviços governamentais que ainda não enumeramos.

De todos eles, o Conselho do Rei foi o que manteve o carácter mais flutuante e menos definido. Em algumas ocasiões confundia-se com a Cúria, abrangendo todos os seus funcionários, barões leigos e eclesiásticos, outras vezes era constituída por uma delegação reduzida destes barões e, em algumas ocasiões, apenas os familiares do rei tinham acesso a ela. Havia, no entanto, alguns conselheiros titulares, chefes de serviços ou cortesãos preferidos, que tinham rendimentos fixos e que juravam manter em segredo as deliberações. Houve um tempo, no tempo dos filhos de Filipe, o Belo, em que os barões, imitando o que acabara de acontecer na Inglaterra, tentaram controlar o conselho, estabelecendo uma composição fixa; Os documentos da época confirmam a existência de um pequeno Conselho *(Conseil étroit)* , limitado a 24 membros, também denominado Grande Conselho ou Conselho Mensal, porque os barões tinham exigido que realizasse pelo menos uma reunião mensal; mas a habilidade de Filipe V parece ter neutralizado facilmente esta tutela que procurava limitar o seu poder e, depois dele, não voltamos a ouvir falar de tal controlo dos barões. No reinado de Filipe VI de Valois, o conselho recuperou a flexibilidade anterior, prova de que o soberano mantinha a liberdade de ouvir as opiniões que desejasse. Além disso, este conselho não só tinha poder consultivo, ou mesmo executivo, uma vez que transmitia aos outros serviços as ordens correspondentes às decisões adoptadas, mas também tinha poderes judiciais, reservando à sua jurisdição os casos mais complicados que só o Rei, como juiz . supremo, ele poderia resolver, ouvindo os apelos interpostos pelos relatores do *Hôtel* . Os clérigos, cavaleiros ou pequenos barões que constituíam o seu quadro permanente ainda não tinham alcançado a especialização no exame dos assuntos submetidos ao Conselho.

Muito diferentes eram os quatro ou cinco grandes serviços que, no centro do governo, faziam funcionar a administração e ministravam a justiça. A Fazenda, dirigida por dois ou três tesoureiros e um doleiro, encarregava-se de arrecadar os rendimentos do domínio real que não fossem imediatamente gastos, realizar os pagamentos ou tarefas ordenadas pelo conselho, manter complicada contabilidade e julgar, em litígios, questões relativas à propriedade. La Moneda, com o seu líder supremo, as florestas, com os seus líderes e mediadores, também tinha administrações separadas, também com poderes jurisdicionais.

A Chancelaria, através dos seus notários e secretários, expedia todos os atos régios, selados com o grande selo ou "selo secreto", de onde provém o nome dos secretários reservados a alguns funcionários encarregados da correspondência privada do soberano. É aconselhável estudar separadamente dois outros órgãos fundamentais, o Parlamento e a Câmara de Contas que, em 1328, mal adquiriram o seu aspecto verdadeiramente autónomo.

A Cúria no Parlamento, organizada definitivamente pelas portarias de Filipe V de 1319 e 1320, mas que até à portaria de março de 1345 não se chamava Cúria do Parlamento, contava com um quadro permanente, presidentes, conselheiros, clérigos ou leigos, e relatores e Estava dividida em quatro câmaras: câmara grande, câmara criminal, câmara de informação judicial e câmara de recursos, às quais foi acrescentado, em algumas ocasiões, para assuntos do sul, um auditório de direito escrito. Os seus juízes, juristas profissionais, eram defensores apaixonados não só do direito consuetudinário, mas também da majestade real, cuja autoridade tentavam fazer cumprir em todo o reino. Eles acolheram e promoveram todos os recursos, não apenas das jurisdições monárquicas inferiores, como bailiwicks e senescais, mas também dos tribunais senhoriais dos vassalos de mais alto escalão. O apelo ao Parlamento continuou a ser a arma mais poderosa nas mãos da monarquia para interferir na administração dos grandes feudos. Delegações de membros do Conselho que julgavam recursos locais *in situ e recebiam nomes como Echiquier* na Normandia ou *Grands Jours* em Champagne, visitaram algumas províncias privilegiadas durante períodos de inatividade da corte soberana.

A Câmara de Contas, cuja existência independente remonta a 1304, mas cujo foral foi concedido em 1320, com o decreto de Vivier-en-Brie, foi a pedra angular desta administração monárquica. Todos os funcionários que lidavam com dinheiro, desde os tesoureiros até os mais humildes reitores, eram responsáveis perante ela. As suas funções fundamentais eram a custódia do domínio real, a repressão das usurpações e alienações fraudulentas, a recepção das contas dos feudos e a fiscalização do bom funcionamento de todos os serviços. Ele se opôs à prodigalidade do rei, da mesma forma que perseguiu funcionários peculatos ou negligentes.

Apesar da especialização cada vez mais avançada, esta administração central ainda contava com um quadro de pessoal muito restrito e fácil de controlar. Só o Parlamento era composto por mais de 100 juízes, enquanto a Chancelaria, o Tesouro, a Câmara de Contas e a Administração Florestal tinham, em conjunto e excluindo os funcionários juniores, apenas 80 ou 85 funcionários. O pessoal do governo, como um todo, não chegava nem a 200 oficiais.

A administração local, pelo contrário, exigia um quadro de pessoal maior, cujo aumento recente, no início do século XIV , foi fortemente sentido pelos que lhe estavam sujeitos. Estava dividido em bailiwicks e senescais - estes últimos reservados aos antigos domínios da Aquitânia ou de Toulouse - cujos limites não eram claros e cujos poderes, embora mal definidos, permitiam, através dos oficiais de justiça, senescais e seus subordinados, transmitir a autoridade monárquica, não apenas para aos súditos do rei no domínio real, mas também aos dos vassalos, grandes ou pequenos. O *Etat des feux* (Registro de fogos ou lareiras) correspondente a 1328, listou 24 bailiados e 10 senescais, agrupados da seguinte forma: 1º bailiados do antigo domínio: o visconde de Paris, administrado por um reitor mas

com poderes de bailiado, Orleans, Senlis , Vermandois, Amiens, Sens, Tours, Bourges, Mâcon, cujo bailiwick também tem o título de senescal de Lyon, desde a anexação desta cidade; Devemos acrescentar Lilás, aquisição de Filipe, o Belo; 2º os cinco bailiados da Normandia (Caux, Rouen, Caen, Coutances, Gisors); 3º os quatro bailiados de Champagne (Troyes, Meaux-Provins, Vitry, Chaumont); 4.º os bailiados do " *apanágio* " de Alfonso de Poitiers: Auvergne e montanhas de Auvergne, e os senescais de Poitou e Saintonge; 5.º os antigos domínios da linhagem Saint-Gilles: Rouergue, Toulouse, Carcassonne, Beaucaire; 6. Bigorra; 7º os senescais aquitanos recentemente recuperados: Limousin, Perigord, Agenais. Este domínio propriamente dito, isto é, aquele que o rei controlava diretamente ou através de vassalos menores, continha então cerca de 23.800 freguesias, num total de 2.470.000 fogos ou lareiras. Os oficiais de justiça e senescais, geralmente escolhidos entre as fileiras da pequena nobreza e frequentemente mudados de lugar, representavam o rei nos seus círculos eleitorais na plenitude dos seus poderes. Em matéria de finanças, arrendavam o domínio aos prebostes, *batalles* ou *veguers* , supervisionando, no entanto, quem recebia o bailiwick, os agentes florestais e os oficiais encarregados das missões fiscais temporárias; Em questões judiciais, presidiam pessoalmente o tribunal do bailiwick, ou, nos senescais do sul, através de um juiz autarca, recebiam recursos das jurisdições senhoriais, sujeitos a um possível recurso para o Parlamento. Eles tinham sob suas ordens um chanceler ou guardião do selo, um procurador e um número cada vez maior de agentes (*sergents-servientes*), porteiros e ordenanças. Tendo um rendimento modesto mas geralmente decente, excepto nos níveis mais baixos, estes funcionários de origem modesta, cheios de orgulho em representar o rei, serviram apaixonadamente os seus interesses. Estavam imbuídos, especialmente desde a morte de São Luís, de uma autêntica religião monárquica que os levava a considerar os privilégios, as jurisdições senhoriais e as franquias urbanas como ataques à majestade real, em suma, a tudo o que se opunha ao seu fanatismo nivelador. o rei, porém, adaptou-se muito melhor do que eles. Os seus esforços não se limitaram aos limites do domínio, mas cruzaram alegremente os dos grandes feudos e dos territórios " *apanágios* " , que ainda representavam mais de um quarto da superfície do reino.

Pois, apesar do que se pode deduzir de um exame superficial das “anexações” que expandiram enormemente o domínio real no tempo de Filipe Augusto, o programa político dos Capetos, essencialmente soberanos feudais, não implicou pôr fim a todos os territórios do reino através de conquista, compra ou herança. Sua política em relação ao domínio real foi consequência do acaso. Apesar de terem subjugado os seus vassalos mais poderosos, apenas exerceram controlo directo sobre um domínio suficientemente grande para satisfazer as suas crescentes necessidades de dinheiro. Na maioria das vezes, concediam as suas aquisições mais recentes, sob a forma de " *apanágio* ", a descendentes não primogénitos, contentando-se em substituir uma dinastia extinta por um ramo menor da sua família, do qual esperavam uma lealdade vassala mais estreita. . E foi apenas por acaso que a maior parte destes " *apanágios* ", concedidos levianamente, voltaram a ser integrados no domínio real, quer porque os seus titulares se tornaram reis, quer porque se extinguiram sem sucessão. Assim, no momento da ascensão dos Valois ao trono, restavam apenas cinco " *apanágios* ", de pequena dimensão e incapazes de fazer face à vontade monárquica. Eram estes, de norte a sul: os Artois, governados pela Condessa Mahaut, neta

de São Luís e sogra do falecido Filipe V; Beaumont-le-Roger, recentemente concedido a Roberto de Artois, sobrinho de Mahaut, mas logo confiscado por vassalagem e cujos filhos receberiam, em troca, o condado de Eu; Evreux, nas mãos de um sobrinho de Filipe, o Belo, também Filipe de nome, e que pelo seu casamento com a filha de Luís, sendo a origem de uma dinastia que só se extinguiria até Luís, pela da Marca, com o título ducal e de pares para o Bourbonsado. Estes príncipes dotados de "apanágios" situavam-se no mesmo nível das pequenas dinastias distritais que se conservaram por todo o lado, no centro e no norte do reino, em Blois, Rethel, Bar, Nevers ou Forez.

Restaram apenas quatro grandes senhores feudais, para ofuscar o poder do rei, todos os quatro detendo o título de pares da França; mas a Bretanha, convertida em ducado em 1297, e a Borgonha, onde membros menores da dinastia Capetiana ainda estavam à frente, ainda eram principados com uma organização incipiente, na qual o duque exercia apenas um poder limitado sobre uma classe de senhores feudais poderosos. e pouco dóceis, constituindo, portanto, um pequeno perigo para a monarquia. O caso foi diferente no condado da Flandres e no ducado da Guiana, o primeiro poderoso pela prosperidade da sua indústria e comércio e pela sua organização administrativa profundamente enraizada, e o segundo, porque o seu duque era ao mesmo tempo rei de Inglaterra. O caso da Flandres ilustra perfeitamente a política capetiana em relação aos grandes feudos, que procurava criar neles uma administração monárquica sem anexá-los ao domínio monárquico. Pois embora os funcionários monárquicos, mais por iniciativa própria do que por iniciativa dos seus senhores, lhes tenham imposto categoricamente a sua vontade, isso nunca entrou nos seus planos, nem na Flandres nem na Guiana, e apesar das aparências, expulsá-los à força dos seus feudos. .para vassalos rebeldes. Desde o reinado de Filipe, o Belo, praticaram cada vez mais ações como levar aos tribunais reais os processos em que o rei pudesse estar interessado, aceitar e solicitar recursos dos tribunais de comarca perante o Parlamento, colocar sob seu controle a custódia, retirá-los de a jurisdição do conde, a quem apelavam, intrometendo-se nas querelas das cidades, tomando em suas mãos a administração das cidades, agitando nelas a bandeira do rei, ou impondo o uso da língua francesa nos processos em do qual faziam parte. Na Flandres, esta política encontrou resistência inesperada. Devido à sua total falta de compreensão dos conflitos civis de que as cidades industriais eram vítimas, os oficiais reais serviram como uma poderosa ajuda ao patriciado no seu esforço para dominar o mundo da classe trabalhadora. Foram eles os responsáveis pela revolta dos artesãos inferiores contra a ditadura abusiva dos capitalistas *Leliaert* (pró-franceses, partidários da flor-de-lis), seguida pela do conde Guy de Dampierre, cansado de tantas intrusões. Em 1305, o tratado de Athis-sur-Orge pôs fim a uma guerra selvagem, ao restituir o seu feudo ao filho do vassalo em rebelião, Roberto de Béthune. O rei de França nada mais exigiu do que a destruição dos muros das grandes comunas flamengas, um juramento de fidelidade por parte de todos os habitantes do concelho e o pagamento de uma pesada indemnização de guerra, ocupando, em penhor e temporariamente, as fortalezas de Lille, Douai e Béthune. Em 1312, o conde preferiu ceder os territórios como penhor ao seu soberano de se libertar do pagamento da indemnização. Finalmente, em 1320, Béthune foi devolvida a Artois e substituída pela fortaleza de Orchies. Estas três fortalezas, portanto, foram a única anexação territorial que o Capeto obteve após duras e

dispendiosas campanhas de punição. Por outro lado, o rei contentou-se com o novo conde jurar obediência e não se opor novamente às ações dos funcionários do monarca.

A monarquia francesa, ainda imbuída de um espírito feudal e recém-saída de um patriarcalismo ainda presente cinquenta anos depois, foi impulsionada pelas iniciativas ousadas dos seus agentes e estimulada pelos seus legistas do Sul. Este último, impregnado de direito romano e com uma concepção de poder comparável ao absolutismo tirânico do Baixo Império, tendia, talvez inconscientemente mas com firmeza, à transformação do reino num Estado moderno, no qual a vontade do soberano, o lei suprema da nação, teve que ser aceita sem resistência. Tal como todos os outros reinos europeus, faltavam-lhe dois requisitos para que as suas ambições fossem plenamente realizadas: um exército regular e um aparelho financeiro estável.

Durante séculos, as monarquias feudais não conheceram outro exército além da hoste vassala (*ost*), convocada apenas em caso de guerra. Eram compostos, antes de tudo, por contingentes de cavaleiros, homens de armas com equipamento pesado que cada um financiava para si, e que se somavam à massa ineficaz de homens a pé, que as cidades e as comunidades camponesas forneciam. Em teoria, todo vassalo, e até mesmo súdito, tinha que prestar serviço de acolhimento ao rei, o senhor feudal supremo. Mas o costume logo reduziu, na prática, em grande medida esta obrigação. Os vassalos da coroa não precisavam enviar à hoste real mais do que um pequeno contingente de cavaleiros, que representava não mais que um décimo das forças que dispunham para as suas guerras particulares, enquanto as comunidades enviavam apenas um certo número de soldados. . Além disso, em quase toda parte os costumes feudais reduziram o serviço dos cavaleiros para quarenta dias quando lutavam fora de seus locais de origem, e o dos homens a pé para três meses. Este facto teve consequências importantes nas operações levadas a cabo pelos soberanos mais poderosos da Europa, que ainda se farão sentir durante a Guerra dos Cem Anos. Em primeiro lugar, o efetivo militar era extremamente reduzido, muito abaixo dos números desproporcionalmente exagerados que nos foram transmitidos pelos cronistas. Nas suas campanhas por vezes importantes, os últimos capetianos só podiam contar com ridículos contingentes de tropas; Os cavaleiros, que às vezes não chegavam a 600, nunca chegaram à cifra de 2.500; os *sargentos* [1] a cavalo, cavaleiros com armaduras mais leves, não atingiam o dobro e as forças de infantaria, cuja participação era muito menos apreciada, raramente ultrapassavam os 5.000 homens. Com tão poucas tropas, 10 ou 15 mil homens, o rei da França era justamente considerado o mais poderoso da cristandade. Os Valois conseguirão aumentar um pouco esse número, mas sem duplicá-lo. Além disso, a curta duração deste serviço militar impediu a realização de qualquer ação importante. O anfitrião foi convocado no último minuto e reuniu-se mais lentamente do que o esperado. As campanhas só começaram no final do verão, então, com a rápida chegada do outono, a goleada ocorreu. Até à intervenção, mal iniciada, da artilharia, era quase impossível pensar em fazer um cerco, acção quase impossível pelo progresso da arquitectura militar; O risco de uma batalha em campo aberto, com resultados sempre incertos, raramente foi assumido. Na maioria das vezes, tudo se limitava a uma curta “cavalgada” de pilhagens nas terras do adversário. Uma trégua, pouco respeitada por ambos os contendores, adiou imediatamente as operações para o verão seguinte.

Os últimos Capetos não encontraram fórmulas eficazes para lidar com estes problemas, mas apenas soluções parciais. Eles recrutaram mercenários estrangeiros em maior medida do que seus antecessores, tanto cavaleiros do Império quanto arqueiros genoveses. Mas o elevado número de soldados e o risco de indisciplina e saques por parte destes mercenários fizeram com que recrutassem apenas um número restrito, como simples forças de apoio. E, o mais importante, não tiveram outra escolha senão oferecer o pagamento dos soldados às suas tropas para poderem continuar o serviço militar depois de decorridas as habituais seis semanas. Desta forma, todo o exército, tanto os seus componentes feudais como mercenários, tornaram-se assalariados. A renda, estabelecida por portarias reais desde 1274, era de 20 salários para chefes de tropa, 10 salários para simples cavaleiros, 6 ou 7 salários para escudeiros, 15 dinheiros para arqueiros e 1 salário para soldados de infantaria. Um aparato administrativo criado para esse fim realizava o recrutamento, revisava as tropas e efetuava os pagamentos. O policial assumia a direção geral das operações e dos acampamentos, enquanto os dois marechais, na cavalaria, e o arqueiro-chefe, na infantaria, assinavam os contratos com os capitães e passavam pelas revisões correspondentes para garantir que fossem contados na prática com pessoal contratado. Segundo relatos nas revistas, dois ou três "tesoureiros de guerra" e o oficial chefe dos arqueiros ficaram encarregados de armar os soldados. O sistema pretendia permitir, em teoria, a realização de grandes arrecadações, reunindo grandes exércitos, uma vez que, desde finais do século XIII , o quase total desaparecimento das guerras privadas tinha privado a classe nobre do seu passatempo preferido, incitando-a a vender em massa seus serviços ao rei. Formaram-se assim autênticas companhias de guerreiros profissionais, agrupados em *"rotas"* e sob a direção de capitães experientes. Quer agindo por conta própria, quer respondendo ao chamado dos grandes vassalos convocados às hostes, esses *"routiers"* , cujos instintos predatórios a França logo sentiria em primeira mão, foram em grande número atraídos pela tropa. Vemos assim como apenas o conde de Foix levou consigo a hoste convocada em 1337 na Guyenne, mais de 300 cavaleiros e um total de 1000 soldados e servos. Mas, na verdade, o rei nunca terá tropas grandes, não tendo dinheiro suficiente para contratar um grande exército.

A tradição, fortemente enraizada nos espíritos, afirmava ainda no início do século XIV que o rei "vivia do que era seu", isto é, dos produtos do seu domínio real e dos rendimentos ocasionais que o exercício das suas funções poderia proporcionar. ele o seu papel como senhor feudal supremo. Sem dúvida que estes rendimentos foram muito importantes, sem que possamos especificar mais, pois o desaparecimento quase total dos nossos antigos ficheiros financeiros impede-nos de compilar estatísticas, mesmo que aproximadas. Mas devem ter sido insuficientes para manter uma administração cujas complexidades aumentavam constantemente, bem como para satisfazer as necessidades políticas e diplomáticas do reino mais importante da Europa. Em tempos de guerra, tudo fica mais difícil. A monarquia viu-se então obrigada a exigir aos vassalos e súbditos o pagamento de uma contribuição excepcional, sob a forma de um imposto pelo resgate do serviço militar, cujo âmbito se pretendia alargar a todo o reino. Por este caminho, a noção de imposto, desconhecida no mundo medieval, conseguiu reaparecer, embora não sem oposição, na teoria política do Estado. Mas isto exigia a aceitação de todos e seria um exagero falar ainda

da existência de uma tributação permanente. No entanto, as guerras na Guiana e na Flandres travadas por Filipe, o Belo e seus filhos, contribuíram muito para criar um clima propício à ideia do imposto real. Em duas ocasiões, de 1294 a 1304 e de 1313 a 1324, foi necessário recorrer, quase anualmente, a contribuintes especialmente relutantes. O imposto continuou, apesar de tudo, a ser um recurso de carácter "extraordinário" – manteria esta designação até ao final do Antigo Regime – cujo rendimento era inseguro e que, muitas vezes, não era suficiente para cobrir as necessidades. Ele ainda não havia passado o período experimental, em que os fracassos eram mais frequentes que os acertos. A engenhosidade dos funcionários monárquicos levou-os a experimentar sucessivamente todas as variedades de impostos: impostos indiretos, sob a forma de impostos sobre mercadorias, que a *vox populi* chamava com o nome insultuoso de *maltôte* , isto é, má imposição; impostos sobre cotas, na forma de alíquotas de um quinquagésimo ou um centésimo das fortunas, mas avaliados de forma tão grosseira que o teste se mostrou desastroso; por fim, os impostos distributivos, calculados pelo número de casamentos ou domicílios, de onde vem o nome de *fouage* (fumazgas), que aos poucos será substituído por taille *(* tamanho).

Para ser aceite pelos beneficiários, o imposto só poderia ser decretado no último momento, uma vez declarada a guerra e iminente o início das operações, o que excluía a possibilidade de fazer preparativos a longo prazo. Deparou-se com forte resistência por parte dos contribuintes, exigindo negociações dolorosas, reduções nas taxas de impostos, adiamentos e isenções. Sua percepção, mal organizada, foi realizada lentamente. Terminada a campanha, os súditos, vendo o perigo vencido, resistiram ainda mais ao pagamento, numa altura em que as dívidas do rei aumentavam. Em suma, os impostos cobriam apenas uma parte mínima das despesas. Por opção ou pela força, a monarquia, necessitada de recursos, viu-se obrigada a recorrer a soluções que não proporcionavam uma solução para o futuro, mas que lhe permitiam "tapar os maiores buracos". De todas estas soluções, a mais famosa, embora não a mais fecunda, foi a inaugurada por Filipe, o Belo e da qual os reis Valois abusariam devido às suas dificuldades financeiras: a alteração da moeda. Não se tratava da fabricação de moeda falsa, como alguns cronistas posteriores, mal informados, atribuíram ao inimigo de Bonifácio VIII e perseguidor dos Templários. O rei anunciava sempre as mudanças, as alterações, que pretendia impor ao regime monetário, e cumpria escrupulosamente os termos das suas próprias portarias, quer se tratasse de um aumento arbitrário do valor das moedas de ouro e de prata (brutas, escudos, etc.) em relação às unidades de conta (libras, salários, dinheiro) em que os pagamentos foram definidos; ou retirada de moedas correntes, impondo peso ou nota menor às novas, mantendo seu antigo valor em moeda de conta. Os Capetianos e os Valois praticaram, portanto, desvalorizações, uma forma de falência parcial ou disfarçada, com a qual devemos sentir-nos indulgentes quando contemplamos manipulações semelhantes, mas de muito maior magnitude, praticadas pelos nossos Estados modernos. Os benefícios fiscais da operação foram tão evidentes quanto passageiros. Além de obter lucros com a própria cunhagem, que costumavam ser consideráveis, o rei aliviou as suas dívidas, contraídas em moeda forte e antiga e reembolsadas em moeda depreciada, até ao momento em que os próprios devedores do rei, fazendo com que o dinheiro entrasse nos cofres reais , a própria moeda

depreciada anulou os benefícios que o tesouro obteve com as operações. Por vezes, a alteração também poderia responder a causas económicas: o comércio de longa distância, cujo boom não diminuiu, exigia uma massa monetária cada vez mais importante para realizar as suas operações; Como os *estoques* de metais preciosos continuaram a diminuir, e como não foram feitas novas descobertas importantes, foi necessária a cunhagem de um maior número de peças, mas de menor valor. Ao longo do século XIV , todas as moedas europeias, incluindo a libra esterlina inglesa e o florim utilizado pelo Papado, sofrerão perdas de valor, em maior ou menor grau. Mas as desvalorizações massivas levadas a cabo pelos reis de França, muitas vezes com intervalos de tempo muito curtos e apesar da opinião geral contrária, que exigia incessantemente, e por vezes conseguia, o regresso a uma boa moeda, tinham o carácter de expedientes fiscais.

Fica, portanto, evidente que estas dificuldades financeiras foram motivo do enfraquecimento da realeza, bem como que as experiências fiscais dos últimos capetianos causaram descontentamento. No entanto, a clara oposição que em vários pontos do reino provocou os abusos dos funcionários do rei, bem como as suas exigências fiscais, não conseguiu destruir o edifício monárquico, construído com tanta paciência e prudência. Ninguém parecia capaz de unificar os descontentes, tornar mais viva a oposição e pôr fim à arbitrariedade do governo. O clero, apesar da sua aparente autonomia relativamente ao poder secular e da vigorosa centralização monárquica que se manifesta na cúria pontifícia, estava completamente nas mãos do rei, sendo o seu servilismo claramente demonstrado no temerário confronto de Filipe, o Belo, com o pontificado. . Sem dúvida, pagou com muita relutância os dízimos que o soberano lhe impunha, com ou sem o consentimento da Santa Sé, e também mostrou a sua inquietação pelo pouco respeito que os agentes do rei demonstravam constantemente pelos seus exorbitantes privilégios jurisdicionais. Mas ficou satisfeito com a repetida concessão pelo rei de documentos que garantiam o pleno exercício da jurisdição eclesiástica, cartas que, logicamente, os próprios funcionários do rei não respeitaram. Nesta ordem de coisas, na assembleia realizada em 1329 no Bois de Vincennes, os legistas de Filipe de Valois conseguiram fazer prevalecer as teses do rei contra os canonistas mais hábeis da França, que restringiram a jurisdição eclesiástica sobre as pessoas e as coisas e admitiram o possibilidade de recurso dos tribunais eclesiásticos para os do rei, através de um procedimento que, muito em breve, foi qualificado como "abuso". Doravante, o privilégio da jurisdição eclesiástica, tão importante em épocas passadas, não constituirá qualquer obstáculo à autoridade suprema de um soberano judicial.

A nobreza, que possuía, juntamente com o clero, a maior parte da riqueza territorial do reino e que continuava a ser o fiel repositório do espírito feudal, poderia ter constituído um perigo mais formidável. Ela foi a mais gravemente prejudicada nos seus interesses pelas recentes transformações da monarquia e pelas inovações introduzidas pelos seus agentes. O rei exigia o mais estrito cumprimento dos seus deveres de vassalo, ao mesmo tempo que a situação económica tinha reduzido os seus rendimentos, pelo que este aumento dos seus encargos foi sentido de forma especial. Tal como o clero, viu como o âmbito de aplicação da sua justiça senhorial foi progressivamente reduzido pela acção dos juízes do rei, enquanto a proibição das guerras privadas, ainda ineficaz no tempo de São Luís, mas aplicada de forma

mais estrita desde Filipe, o Belo tirou sua ocupação favorita. Porém, não soube aproveitar a oportunidade quando, com a morte de Filipe, o Belo, poderia ter agido de acordo com todos os contribuintes insatisfeitos. As ligas nobres formadas em 1314 na maior parte das províncias não se preocuparam, exceto na região do Languedoc, e ainda de forma muito tímida, em assinar alianças com as comunas da cidade, cujo apoio poderia ter sido de valor incalculável. Com exceção da Bretanha, onde o próprio duque era responsável por apresentar as reivindicações do rei, os príncipes territoriais permaneceram prudentemente neutros. A nobreza obtida do jovem Luís continuará a ser confirmada em inúmeras ocasiões. A falta de sentido político da classe nobre, talvez mais evidente em França do que noutros países, bem como o seu crescente espírito de casta, levaram-na a negligenciar, nos seus momentos de revolta, a possibilidade de se aliar a uma burguesia, cuja a baixa extração ele desprezava tanto quanto invejava sua riqueza crescente. A estreita cooperação que, pelo contrário, se manifestou no Parlamento inglês entre os cavaleiros dos condados e os representantes das cidades, explica, em parte, a diferente evolução constitucional de ambas as monarquias.

Em suma, esta oposição, que nem o clero nem a nobreza eram capazes de dirigir, carecia de órgão de expressão. É verdade que Filipe, o Belo, convocou em diversas ocasiões, uma delas em 1308, no auge do escândalo dos Templários, os barões, prelados, procuradores das ordens religiosas e comunidades urbanas numa mesma assembleia, que pediram a sua opinião na sua política, assembleias nas quais queriam ver, talvez com excessiva expectativa, os primeiros Estados Gerais da monarquia francesa. Mas estas reuniões extraordinárias de representantes da nação tinham como único objectivo a aprovação, sem discussão, das propostas que lhes eram apresentadas. Ao não representarem reivindicações ou discutirem pedidos de subsídios ou emitirem qualquer julgamento político, não poderiam esperar exercer controlo sobre uma monarquia que, para além do direito consuetudinário, não tinha nenhum. Sabemos também, por outro lado, que os dois últimos Capetianos convocaram em numerosas ocasiões, tanto locais como gerais, assembleias de barões e notáveis, às quais confiaram a regulação da sucessão ao trono, a aprovação de algumas decisões importantes e até mesmo, ocasionalmente, a concessão de subsídios. Não sabemos quase nada sobre a sua composição ou as suas deliberações. Não parece que durante os reinados de Filipe V ou Carlos IV estas assembleias tenham tentado suscitar um mínimo de oposição nem tivessem qualquer desejo de controlar o governo monárquico, uma vez que, se as suas recriminações tivessem sido violentas, teriam chegado aos ouvidos de os cronistas que, no entanto, não dedicaram importância excessiva a essas assembleias. Só poderiam ter pensado em pedir reformas se o princípio do consentimento ao imposto por parte dos representantes dos contribuintes tivesse sido firmemente estabelecido. Isso ainda estava muito distante, pois o imposto ainda era uma experiência nova, tão doentia quanto odiada pelo país.

Em suma, apesar de algumas imperfeições no seu quadro político ou administrativo, que só se teriam tornado perigosas se os outros Estados cristãos as tivessem desprovido, Filipe VI de Valois herdou, em 1328, uma monarquia poderosa e solidamente estabelecida.

II. INGLATERRA EM 1328

A Inglaterra do século XIV assemelhava-se à França em numerosos aspectos da sua organização social e política, bem como nas suas instituições monárquicas. Para evitar repetições enfadonhas, limitaremos esta análise às diferenças e não às semelhanças entre os dois reinos.

O país, sobre o qual reinava uma dinastia de origem, alianças e gostos franceses, a dos Plantagenetas, carecia do tamanho e da riqueza daquele governado, até então, pelos soberanos capetianos. Apesar das suas ambições recentes, mas pouco concretizadas, ele estava muito longe de controlar todas as Ilhas Britânicas. Sobre o reino da Escócia, os reis da Inglaterra exerceram durante séculos uma soberania puramente nominal, que, pela primeira vez, começou a tornar-se efectiva com Eduardo I, que utilizou métodos muito semelhantes aos utilizados pelo seu contemporâneo Capeto na Guiana e na Flandres. Ele primeiro apoiou um governante de sua escolha e depois assumiu diretamente o pequeno reino do norte. Mas, apesar de dez anos de combates quase contínuos (1296-1307), os Plantagenetas alcançaram apenas sucessos passageiros. Com a vitória esmagadora dos Highlanders escoceses sobre a cavalaria de Eduardo II em Bannockburn em junho de 1314 - assim como a milícia flamenga destruiu a nobreza da França em Courtrai doze anos antes - a independência escocesa foi um fato consumado, enquanto os condados fronteiriços, *Cumberland* , Northumberland e Durham, foram praticamente devastadas, tal destruição sendo continuada pelos constantes *ataques* dos inimigos. A Irlanda, conquistada em teoria por Henrique II, recuperou gradualmente a sua independência. Os tenentes do rei só conseguiram fazer-se obedecer em alguns territórios do leste, em torno de Dublin, ou do sul, perto de Cork e Waterford. No resto da ilha, os chefes dos clãs celtas, especialmente fortes em Connagauht e Ulster, ou algumas grandes famílias inglesas estabelecidas no país há muito tempo, de onde veio o nome anglo-irlandês, zombavam de sua autoridade. Apenas o País de Gales, entre todos os territórios insulares que não a Inglaterra propriamente dita, foi subjugado por Eduardo I, após duras campanhas militares, e convertido num principado cujos destinos eram governados pelo filho primogénito do rei. As suas revoltas, sempre temíveis, já não podiam pôr em perigo a implacável administração inglesa que lhe fora imposta.

Dentro destes limites muito restritos, a Inglaterra continuou a ser um país pobre e escassamente povoado. A utilização das suas terras, iniciada tardiamente sob os soberanos anglo-normandos, e adiada ainda mais pela anarquia política, que periodicamente voltava a dominar o país, impediu-o de atingir um grau de prosperidade a que algumas regiões já tinham alcançado. do continente. Um pequeno número de dioceses, que não necessitarão de ser aumentadas até ao século XVI , serão suficientes para governar uma população muito dispersa: 14 na província de Cantuária, 3 na província de Iorque, fora os 4 bispados galeses, que são de tamanho pequeno. Como não tivesse havido um desenvolvimento urbano de alta intensidade, a população mal teria ultrapassado os 5 milhões de habitantes, apenas um terço da de França. A exploração da terra também era regida por sistemas arcaicos. Os grandes domínios ou *mansões* , explorados através das corveas senhoriais de camponeses dependentes, resistiram ao crescimento demográfico em maior grau do que na França. A

iniciativa dos senhores, mais do que a divisão das terras marginais entre os camponeses dependentes, terá sido aparentemente o estímulo fundamental para empreender as grandes clareiras, que não remontavam além do século XIII , de modo que serviram apenas para reforçar momentaneamente os benefícios do trabalho. e a condição servil dos camponeses, o *vilanismo* , especialmente nas fazendas monásticas ou episcopais. Nos restantes terrenos houve, pelo contrário, uma diminuição das corveas, comutadas para pagamentos em dinheiro. Em suma, a vida agrícola só atingiu as terras mais ricas. Imensos espaços, pouco adequados ao trabalho agrícola, nas colinas calcárias de Kent e Sussex ou nas extensas charnecas da cadeia dos Peninos, eram utilizados apenas para a criação extensiva de gado, o que conferia ao campo inglês a sua fisionomia original e proporcionava ao país tem como principal riqueza de exportação a lã, matéria-prima muito apreciada pelos artesãos holandeses. A criação de ovelhas, ou *criação de ovelhas* , tinha atingido tal nível de perfeição nas fazendas cistercienses de Yorkshire que a lã inglesa era considerada a melhor de toda a Europa nos mercados continentais.

Como não existia indústria de exportação - só muito tarde no século XIV é que certos produtos artesanais da Inglaterra começaram a circular no continente, como os relevos de alabastro - as cidades continuaram a ser de tamanho médio, mesmo no sul e no leste costas. Nem as universidades de Cambridge e Oxford, esta última, porém, famosa pela estatura científica dos seus professores franciscanos, atraíram, como aconteceu em Paris, uma multidão de estudantes europeus. Existia apenas uma grande aglomeração, Londres, que, no entanto, tinha uma população muito menor que a de Paris, pois ainda era muito limitada, e o será durante séculos, à *City* , a norte do Tâmisa, à qual estava unida. . a recente expansão realizada no bairro vizinho de Westminster, que serviu de capital administrativa, bem como as construções ao longo da *Strand* , estrada que ligava as duas cidades, constituída por elegantes residências senhoriais. As suas corporações poderosas e agressivas limitaram as suas atividades ao comércio interno. Em todas as outras actividades, os estrangeiros mantiveram a predominância, e irão mantê-la até meados do século, até ao dia em que uma xenofobia crescente os privará dos seus privilégios em benefício dos marinheiros e empresários ingleses. Como acontecia em todo o lado, os italianos eram os principais capitalistas, enquanto os gascões quase monopolizavam o comércio atlântico e os flamengos, brabanzones e hanseáticos, em particular, continuavam a manter os seus privilégios na cidade, onde mantinham colónias prósperas, o que causou a inveja da população.

A organização política apresentava, como na França, uma mistura de características arcaicas, moldadas pelo espírito feudal ainda predominante, e poderosas instituições monárquicas, que já anunciavam o Estado moderno. Mas estas instituições, organizadas mais cedo do que no reino capetiano e desenvolvidas mais cedo, e, portanto, mais sólidas e com maior aceitação pela população, conferiram à autoridade monárquica e aos agentes encarregados de a fazer cumprir, uma certeza praticamente única entre os reinos europeus. Por um curioso contraste, este reino, com um quadro administrativo tão sólido, era periodicamente mergulhado em lutas políticas de violência invulgar, que opunham uma casta de barões, coerente e unida embora menos rica que em França, contra a pessoa do

soberano. reivindicando para si o controle sobre os oficiais e a direção dos assuntos do país.

A Inglaterra propriamente dita foi dividida em cerca de quarenta condados ou *condados* , de tamanho muito variável. Tinham apenas o caráter de círculos eleitorais administrativos e, de forma alguma, de entidades feudais, como acontecia na França. O facto de um membro da alta classe dos barões deter o título de concelho não implicava a posse territorial do concelho cujo nome ostentava. A alta aristocracia, sem dúvida poderosa desde a conquista normanda, teve, no entanto, os seus feudos, *feudos* ou honras dispersos em diferentes regiões, nunca constituindo domínios extensos nas mãos de um único titular. No meio destas possessões fragmentadas, os agentes do rei moviam-se com total facilidade, sem encontrar oposição efectiva. A única exceção à regra eram os chamados "palatinados" (*palatinats*), territórios privilegiados nos quais as ordens do rei não eram válidas, os *brefs* , nos quais os funcionários monárquicos não podiam entrar e que tinham uma chancelaria e um tribunal praticamente independentes. sistema de justiça. Mas, dos únicos dois palatinados que ainda existiam, o primeiro, o condado de Chester, perto da fronteira com o País de Gales, tinha sido reintegrado no domínio real após a extinção da dinastia do condado, enquanto o segundo, localizado no norte, Pertenceu ao Bispo de Durham. Em 1351 Eduardo III concedeu ao condado de Lancaster o estatuto de "palatinado", concedendo-lhe também o título ducal, mas temporariamente, a favor do seu primo Henrique de Lancaster e, com a morte deste magnata, renovou a concessão a favor de seu genro, segundo filho do soberano, John de Gaunt. Existiam, além dos "palatinados", numerosas jurisdições senhoriais, seculares ou eclesiásticas, denominadas *franquias* , zelosamente defendidas pelos seus titulares. Mas, durante algum tempo, as ações dos funcionários reais reduziram-nos à impotência, trazendo-lhes perante eles os casos em que o rei tinha interesse pessoal e estabelecendo firmemente o princípio da possibilidade de recurso perante os tribunais do rei. O espírito litigioso dos anglo-normandos, a sua notória propensão para a especulação jurídica, criaram uma lei formalista e complicada que exaltava os poderes do soberano como o poder jurídico supremo. A menor infração à ordem era considerada uma violação da paz do rei, dando origem a um processo em que o rei, parte interessada, poderia exigir dos juízes uma punição exemplar para os criminosos. Através deste procedimento, a Inglaterra adquiriu muito cedo a noção, estranha aos homens medievais, de um ministério público que agia fora das exigências dos indivíduos.

Uma multidão de funcionários garantia, nos condados, o funcionamento da administração monárquica: os oficiais de justiça ou *reeves* , agentes dominicais; os guardas florestais, encarregados de aplicar legislação rigorosa, embora hoje obsoleta, relativa aos vastos espaços classificados como “florestas”, ricas reservas de caça; *escavadores* , ou administradores das propriedades dos vassalos do rei, antes do acesso dos herdeiros a eles ou enquanto durasse a sua minoria; *legistas* que lideraram investigações sobre mortes violentas; cobradores, encarregados de arrecadar impostos, tanto regulares quanto extraordinários. O *xerife* ou *vice-comes* (visconde), que equivalia ao oficial de justiça francês, pessoa de baixa origem e que mudava frequentemente de cargo, era quem estabelecia o contacto entre o rei e os seus súbditos. Alugava os rendimentos do monarca, custeava as despesas locais e apresentava anualmente as contas da sua gestão ao *Tesouro* .

Ele também transmitia aos seus destinatários os *breves ou ordens do rei* , presidia as sessões mensais do tribunal do conde, para as quais eram convocados homens livres, nas quais se administrava a justiça e se escolhiam júris para os julgamentos, instituição característica da Inglaterra medieval e do cavaleiros encarregados de representar o condado perante o Parlamento foram nomeados.

A especialização dos órgãos da administração central, há muito separados da *curia regis* , era mais antiga e avançada do que em França. Três dos seus serviços, presididos respectivamente pelo chanceler, pelo tesoureiro e pelos magistrados, constituíam autênticos ministérios no sentido moderno do termo. A chancelaria, que emitiu grande quantidade de documentos, mas muito bem organizada - os arquivos que nos transmitiu são muito importantes - escreveu as inúmeras cartas, mandamentos e resumos do Grande Selo, que transmitiam a vontade do rei por toda parte. O *Tesouro* , que já existia há dois séculos, era o centro da administração financeira. O *Tesouro* inferior desempenhava o papel de tesouro, enquanto o *Tesouro superior* , o de câmara de contabilidade. Não sabemos exatamente como funcionou durante o século XIV devido ao enorme volume de seus arquivos que, até agora, desanimavam os pesquisadores. Não há dúvida, porém, de que o seu numeroso pessoal, liderado pelos camareiros e pelos barões do *Tesouro* , exercia um controlo bastante eficaz das despesas e dos contabilistas. Finalmente, a justiça suprema repousava em dois tribunais estáveis, que realizavam as suas sessões em Westminster, à parte das visitas periódicas dos juízes itinerantes ou juízes do *eyre* , cuja importância parece ter diminuído à medida que a autoridade central se fortalecia. Eram os tribunais do Banco: Banco Comum e Banco do Rei, sendo que o primeiro sempre foi fixo, enquanto o segundo, anteriormente, acompanhava o rei em seus movimentos. No século XIV , ambos realizavam as suas sessões num local estável, um ao lado do outro, e começou a haver uma certa especialização em ambos: o Banco Comum tratava, preferencialmente, de processos cíveis entre particulares, enquanto o Banco do Rei julgou casos criminais e aqueles que diziam respeito à coroa.

A sua separação da *curia regis* deu a estes grandes serviços uma autonomia que muitas vezes dificultou o seu controlo direto pelo soberano, especialmente nos momentos em que os barões, que controlavam o conselho, colocavam à sua frente funcionários à sua escolha. Daí o *Hôtel do rei* , cujos membros eram parentes do rei e melhor interpretavam e transmitiam as ordens do rei com mais rapidez, desempenhando um papel político muito mais importante do que na França. Existia no *Hôtel* um autêntico secretariado privado, sob a direcção do detentor do selo privado, cuja função principal era providenciar, a pedido do rei e do Conselho, a emissão pelo chanceler das cartas do Grande Selo , mas que também continuou dando ordens diretas ao *Tesouro* e às autoridades locais. Dois departamentos financeiros, o *Guarda-roupa* (guarda-roupa) e a Câmara, que inicialmente eram financiados por dotações do *Tesouro* , muitas vezes cobravam directamente o produto de alguns dos rendimentos do rei, adquirindo assim uma autonomia que se fazia sentir especialmente em tempos de guerra, uma vez que o *A Wardrobe* financiou diretamente as campanhas em que o rei participou pessoalmente. No *Hôtel* , o rei da Inglaterra tinha uma espécie de "governo substituto", do qual fazia pleno uso quando queria se livrar da tutela dos barões, e que

ainda prestaria grandes serviços a Eduardo III na época de seu reinado. longas estadias no continente.

É oportuno tratar separadamente da instituição original dos Parlamentos, fruto de uma longa evolução, mas que ainda não deu, de forma alguma, à Inglaterra aquela fisionomia de monarquia controlada ou constitucional que adquirirá muito mais tarde. No início do século XIV , estas reuniões quase periódicas da corte real, anuais ou duas vezes por ano, dependendo das circunstâncias, continuavam a manter o carácter de um Grande Conselho alargado, ao qual se juntavam os conselheiros habituais do soberano, para uma breve sessão de alguns dias ou de algumas semanas, um certo número de barões e prelados, convocados individualmente de acordo com sua posição feudal. Eles formaram o Conselho no Parlamento, uma forma particularmente solene da corte real. O costume havia sido estabelecido, duas gerações antes, de estender a consulta a representantes de outras classes da nação, como mercadores, clérigos, burgueses e cavaleiros dos condados. Os mercadores, como "estado", ali estavam representados em raras ocasiões; Os clérigos deixaram de frequentar o Parlamento no tempo de Eduardo II, convocando-os os bispos para sínodos ou *convocações independentes* , geralmente coincidentes; Desta forma, apenas dois cavalheiros de cada condado e dois burgueses de cada cidade – exceto Londres, que enviou quatro – foram os que formaram o que mais tarde seria chamado de Câmara dos Comuns. A sua função ainda era secundária, uma vez que não participavam nas deliberações do Conselho; Apenas um dos seus membros, o orador ou *orador* , ficará posteriormente encarregado de apresentar as petições e reclamações da Câmara dos Comuns ao rei. Portanto, o Parlamento, assim constituído, estava ainda longe de ser uma assembleia essencialmente política ou legislativa. Na verdade, possuía indiscriminadamente todos os poderes da *curia regis* , e, em primeiro lugar, o de administrar a justiça. Os sujeitos insatisfeitos poderiam, por meio de petição, exigir a reparação dos danos causados; Era um procedimento tão popular que era necessário, na abertura de cada sessão, nomear diversas comissões (análogas às comissões de inquérito e reclamações do Parlamento de Paris, mas sempre temporárias) encarregadas da qualificação e exame do massa de súplicas, bem como a preparação de decisões do Conselho. Mas, mantendo as petições que ofereciam um interesse geral e acrescentando-lhes as suas próprias queixas pessoais, os deputados podiam apresentar "petições comuns" directamente ao Conselho e, assim, exercer influência política, apreciável especialmente quando a monarquia estava em dificuldades. O seu poder era ainda maior pelo facto de ser a eles que o monarca se dirigia, com mais frequência do que gostariam, solicitando a concessão de subsídios. No entanto, o conselho continuou a ser quem decidia as medidas legislativas a promulgar no Parlamento. Essas portarias solenes, que a partir de então passaram a ser chamadas de *status* (estatutos), competiam e complementavam o direito consuetudinário ou o direito consuetudinário nos tribunais de justiça, cujos juízes possuíam esses compêndios. As convulsões que encheram o reinado de Eduardo II significaram um aumento no prestígio do Parlamento, especialmente em questões legislativas. Em 1322, na assembleia de Iorque, o rei, anulando por um estatuto solene todas as medidas legislativas aprovadas durante os onze anos anteriores pelos barões "legisladores", e desejando evitar para o futuro uma anulação semelhante da legislação

real, Ele publicamente proclamou que qualquer decreto promulgado no Parlamento só poderia ser anulado no futuro por um novo Parlamento. Talvez tenha sido por esta altura - embora alguns historiadores atrasem a sua publicação até ao final do século - que foi escrito o *Modus tenendi Parliamentum* , uma descrição ideal devida à pena de um clérigo especialista em direito constitucional, e falsamente colocada durante o reinado de Guilherme, o Conquistador, do papel que a hierarquia dos Estados e seus representantes deveriam desempenhar, dentro da monarquia feudal: a lei soberana vinha do seu acordo com o rei.

Em suma, o Parlamento, parte integrante das instituições monárquicas inglesas, mas a mais recente de todas e cujas funções estavam, portanto, menos perfeitamente definidas, poderia tornar-se ao mesmo tempo o melhor auxiliar da política do soberano e o pior dos obstáculos à sua vontade. . A um rei popular, a uma justiça inflexível e a um bom administrador, ofereceu o apoio incomparável de uma opinião favorável, permitindo-lhe falar com confiança tanto aos soberanos estrangeiros como ao chefe da Igreja, fazendo-o em nome da nação. Se, por outro lado, um rei sem habilidade conquistava a inimizade de barões sempre dispostos a denunciar suas faltas, servia de instrumento de oposição e impunha ao rei a tutela de seus adversários. Esta alternância de força e fraqueza marca o ritmo histórico da Inglaterra na Idade Média.

Em questões financeiras, os Plantagenetas tinham a vantagem de ter recursos quase completamente estabilizados, embora relativamente modestos. Eduardo I obtivera dos mercadores a concessão de um imposto ou *coutume* sobre a exportação de lãs e peles e os seus sucessores, sem necessidade de solicitar a sua renovação, continuaram a recebê-lo. Quando, por mera formalidade, foi solicitada confirmação ao Parlamento, esta foi concedida por um período de vários anos. O rendimento desta taxa aumentou devido a uma instituição cujo mérito pertence aos conselheiros de Eduardo II: a lã *básica* . O rei designou um porto no continente (fase estrangeira) ou vários portos ingleses (fase indígena) como os únicos por onde poderia transitar a lã destinada à exportação. A preciosa matéria-prima era depositada nos armazéns públicos do referido porto, onde pagava uma taxa antes de ser embarcada ou distribuída a compradores estrangeiros. A estes impostos indirectos, que proporcionavam tão bons retornos, acrescentaram-se os subsídios votados pela Câmara dos Comuns, geralmente impostos sobre fortunas em bens móveis, ou taxas de dez por cento para as cidades e de quinze por cento para o campo. As dificuldades em estabelecer bases tributárias, a astúcia dos contribuintes, que sempre praticaram a evasão fiscal, impediram a obtenção de grandes retornos. Mas estes subsídios, frequentemente solicitados perante os Parlamentos, adquiriram uma certa regularidade. Foram pagos sem grande resistência, uma vez que os deputados foram eleitos com plenos poderes para negociar o seu valor. No seu conjunto, estes recursos, embora suficientes em tempos de paz, não permitiam o financiamento de grandes empreendimentos militares. Tal como os Valois, os Plantagenetas viverão sempre de recursos extraordinários, pressionados pelos seus credores e constantemente caminhando para a falência. Terão, pelo menos, o mérito de não terem feito alterações monetárias demasiado importantes. A libra esterlina, que já era mais forte que o tournês ou a libra parisiense, ultrapassará muito rapidamente as

moedas francesas e, depois de uma guerra exaustiva que durou mais de um século, só será desvalorizada em 20%.

Poucas palavras são suficientes para descrever a situação das forças militares à disposição do rei. O exército inglês, tal como o francês, foi recrutado com base no serviço de hoste feudal. As duras campanhas no País de Gales e na Escócia, no tempo de Eduardo I, serviram para fortalecê-la, mas sem torná-la invencível: a derrota de Bannockburn infligida pelos lanceiros escoceses à cavalaria inglesa é testemunho de que a nobreza cavalheiresca ainda não havia mudou suas táticas militares seculares. Todos os componentes da hoste feudal recebiam salários, para poderem realizar campanhas mais longas. Os contratos estipulados pelos capitães, denominados *endentures* (eram documentos fracionados, cujas duas partes, escritas no mesmo pergaminho, eram divididas seguindo uma linha em forma de dentes de serra), permitiam verificar o número de soldados contribuídos em todos os momentos e para garantir o pagamento dos soldados. As tropas de infantaria, cujo valor militar ainda não era amplamente apreciado, foram recrutadas nas cidades montanhosas do oeste, especialmente no País de Gales. A sua coesão era maior do que a das medíocres milícias comunais à disposição do rei de França. Finalmente, nas guerras continentais, os Plantagenetas contaram com o importante apoio dos contingentes gascões, valentes combatentes, e dos mercenários imperiais, recrutados a preço de ouro nos Países Baixos. Havia também o problema do transporte de tropas da Inglaterra para o continente. A tarefa foi confiada a dois almirantes, o Norte e o Sul, cada um encarregado de um sector da costa, que, em tempos de paz, actuavam como simples juízes em matéria de direito marítimo, mas que, em tempos de paz, actuavam como simples juízes em matéria de direito marítimo de guerra, organizaram a requisição de navios em todos os portos comerciais. A antiga corporação dos Cinco Portos, nas costas de Kent e Sussex (Dover, Rye, Winchelsea, etc.) era muito menos forte do que nos tempos da monarquia anglo-normanda, pelo que não conseguia fornecer todos os navios necessários para o transporte de uma força expedicionária que, no entanto, raramente ultrapassava os dez mil homens.

A Inglaterra oferece assim a impressão de ser um reino pequeno mas bem organizado, cujas forças modestas, controladas de perto por uma administração especializada, estavam à completa disposição do soberano. Mas teve de contar com os choques periódicos mas brutais das paixões políticas, que em nenhum país da Europa atingiram, talvez, tamanha violência. Do alvorecer do século XIII ao final do século XVII , a história da Inglaterra é caracterizada pelas suas sangrentas guerras civis, dirigidas não tanto contra a monarquia como contra a pessoa específica de um soberano, e que periodicamente deixam vestígios do sangue e da semente do ódio, desde o advento de John Landless até a queda dos Stuarts. O advento de Eduardo III, em janeiro de 1327, é apenas um episódio e não o ponto final de uma dessas amargas lutas que preencheram quase completamente os vinte anos do reinado de Eduardo II. Não pretendemos destacar, nem que brevemente, os seus acontecimentos fundamentais. Contudo, é preciso fazer um balanço, o que não é nada favorável ao reino britânico.

Eduardo II herdou do pai, em 1307, uma situação repleta de graves ameaças. As guerras de tão infeliz conquistador, especialmente as exaustivas campanhas escocesas, bem como as terríveis exigências do seu tesouro e as irregularidades da sua administração,

reavivaram, durante alguns anos, a oposição dos barões. Somente um homem habilidoso e também estadista poderia ter apaziguado o descontentamento. Eduardo II não era uma coisa nem outra. Homem inteligente e culto, interessado na mecânica e na agricultura, não gostava da guerra nem do exercício do poder, o que constituía uma dupla causa de escândalo para os seus súbditos. Mas ele se agarrou zelosamente à sua autoridade, da qual seus indignos favoritos se aproveitaram, cuja influência sobre o rei deu origem a rumores desagradáveis e calúnias. Tudo isto foi suficiente para reacender o ressentimento dos barões, famintos de poder durante muitas gerações anteriores. O seu objectivo político fundamental já não era, como tinha sido o dos seus antecessores do século anterior, pôr fim à arbitrariedade monárquica, aliviar o peso dos seus deveres feudais ou proteger o seu direito de administrar a justiça das usurpações dos funcionários. O quadro administrativo era demasiado firme para pensar em destruí-lo. Mas, em oposição à doutrina regalista do poder monárquico exercido sem controlo, reviveram a velha teoria feudal, segundo a qual os barões, conselheiros naturais do rei, deviam colaborar nas tarefas do governo e controlá-lo. Precisavam, antes de tudo, tomar o conselho para expulsar os favoritos, nomear homens de sua confiança para cargos administrativos e exercer o poder efetivo em nome do rei.

Sem um líder capaz, este plano, que não era difícil de executar mas difícil de manter em vigor face à oposição de um soberano determinado a não aceitar qualquer tutela, só poderia conduzir à catástrofe. As boas intenções dos barões "legisladores" (ordenados) de 1311, aliados contra o favorito dos Béarnais, Pierre de Gabaston, bem como as duas ditaduras do mais impetuoso deles, o primo-irmão do rei, Thomas de Lancaster, fracassaram depois de alguns meses. A situação poderia ter sido salva, como nos tempos de Henrique III, com uma aliança entre o rei e os barões mais moderados. Mas tivemos que contar com o egoísmo cego de um e o ressentimento teimoso do outro. Eduardo encontrou um novo favorito nas mesmas fileiras dos barões, Hugo Despenser, o Jovem, tão ambicioso quanto inútil, e o impôs a um país exausto após dez anos de guerra civil. A Inglaterra estava deslizando passo a passo em direção à anarquia política. O último ato do drama, que custou a vida do odiado monarca, não serviu exatamente para aumentar o prestígio dos Plantagenetas. Como barão do oeste, Despenser tentou fazer um principado para si mesmo nas fronteiras galesas, onde a autoridade do rei entrou em confronto com poderosas dinastias feudais, enriquecidas pelos despojos dos antigos principados celtas, em Monmouthshire, Glamorgan e condados vizinhos. Seus rivais travaram uma guerra contra ele e ele enviou o mais poderoso deles, Roger Mortimer de Wygmore, para o exílio. Ao mesmo tempo, Eduardo desentendeu-se com a sua esposa, Isabel de França, filha de Filipe, o Belo, cuja maldade só era comparável aos seus caprichos, a quem expulsou da corte. Ela conseguiu convencer o marido da conveniência de negociar diretamente com Carlos IV de França, seu irmão, para chegar facilmente à paz, perturbada pelo recente ataque francês à Guiana. Ele deixou a Inglaterra em 1325, levando consigo seu filho mais velho, a quem queria fazer duque da Aquitânia. A paz foi feita, mas em Paris Elizabeth conheceu Mortimer, que se tornou, se não antes, seu amante. A natureza pública de suas relações desagradou Carlos IV, que os expulsou do tribunal. Ainda acompanhados pelo príncipe herdeiro, refugiaram-se na corte do conde de Hainaut, negociaram o noivado do jovem

Eduardo com Filipa, filha do conde, e contrataram mercenários. Nos últimos meses de 1326, à frente dos seus soldados estrangeiros, desembarcaram na ilha mal guardada, avançaram para Londres e provocaram a rebelião geral dos barões contra Despenser e a sua camarilha, que foram derrotados após um terrível confronto e, finalmente, , Eles capturaram a pessoa do rei. Um Parlamento dócil à vontade dos conspiradores proclamou a sua deposição. Uma comissão de barões e um representante dos cavaleiros, chamado William Trussel, renunciou solenemente à lealdade que lhe deviam. A seguir, enquanto esperavam que Isabel mandasse assassinar o rei deposto, proclamaram Eduardo III o novo rei (20 de janeiro de 1327), que tinha apenas dezesseis anos. Na prática, foi Mortimer quem governou, prolongando a anarquia por mais três anos. Nomeado Conde de Março - era casado com o último descendente dos Lusiñán de Poitou, detentores dos condados franceses do Marco e de Angoulême -, enriquecido com os bens de Despenser, manteve-se no poder através do terror. A memória do monarca tragicamente desaparecido adquiriu uma popularidade póstuma semelhante à desfrutada por Tomás de Lancaster logo após sua queda, com eventos milagrosos ocorrendo antes de seu túmulo, que ainda está localizado na catedral, então igreja da abadia, de Gloucester. Os barões formaram um novo bloco de oposição a Mortimer. Uma primeira conspiração, facilmente descoberta, levou à execução do Conde de Kent. Esta situação só terminaria em novembro de 1330, quando Eduardo III conseguiu tornar-se independente da tutela a que estava sujeito.

Vale lembrar que, no momento em que ocorreu a mudança de dinastia na França, a Inglaterra, mal saindo da guerra civil, encontrava-se numa situação de grande fragilidade política, mas com capacidade de sair dela rapidamente, graças ao recursos isto Eles estavam à disposição da monarquia.

III. A QUESTÃO DA GUIENA

Os dois países, separados apenas por uma estreita faixa de mar, ignoraram-se quase completamente. Em Inglaterra, a nobreza, de origem normanda ou angevina, tinha deixado, há mais de um século, de se interessar pelos problemas do continente, tendo aí perdido para sempre os seus bens patrimoniais. Dia após dia ela se tornou mais inglesa. Apenas a corte do rei e as classes superiores cultas ainda falavam a língua francesa, ou melhor, um dialeto particularmente espúrio, o anglo-normando, cheio de palavras inglesas e frases estranhas. Continuou a ser a língua da administração e dos juristas, embora os debates judiciais fossem cada vez mais realizados em inglês, para comodidade das partes litigantes. Na pena dos clérigos do outro lado do canal, o anglo-normando dava a impressão de ter sido laboriosamente traduzido da língua nacional, tornando-se uma língua cultural, análoga ao latim. A alta nobreza, através de alianças conjugais, e o alto clero, inclinado pela sua formação aos contactos internacionais, ainda mantinham relações de um país para o outro, enquanto as outras classes sociais só entravam em contacto para se confrontarem no terreno do mar. troca. Estes contactos, muitas vezes difíceis, afectaram apenas as regiões costeiras de França, ou seja, comerciantes ou mercadores flamengos, picardios, normandos, bretões ou de Rochelle.

O caso das duas dinastias foi muito diferente, ligadas entre si por frequentes alianças familiares e por um vínculo ainda mais forte de natureza feudal. O soberano Plantageneta era, ao mesmo tempo, rei da Inglaterra, duque da Aquitânia ou da Guiana e par da França. Além disso, desde o reinado de Eduardo I, ele possuía no norte da França, na foz do Somme, o pequeno condado de Ponthieu, adquirido por este rei através do seu primeiro casamento com Leonor de Castela. Embora soberano em sua ilha, era vassalo do rei da França por suas possessões continentais. Esta situação ambígua já se arrastava há muito tempo. Sem necessidade de recuar aos tempos distantes em que o duque da Normandia, Guilherme, o Bastardo, empreendeu a conquista do reino anglo-saxão (1066), as relações entre vassalo e soberano deterioraram-se acentuadamente com a ascensão de Henrique ao trono inglês em 1154. . II Plantageneta, que já era conde de Anjou, Touraine e Maine, marido de Leonor da Aquitânia, em cujo nome administrou um enorme ducado que se estendia do Loire aos Pirenéus, e possuidor, também, por via de conquista, da Normandia. . Começou então uma longa luta entre os Plantagenetas e os Capetianos, à qual alguns historiadores modernos propuseram a denominação, sem dúvida confusa, de "Primeira Guerra dos Cem Anos", na qual o soberano feudal tentou diminuir a força de um vassalo. dez vezes mais forte que ele. No seu curso, o império continental dos Plantagenetas foi finalmente desmantelado. Mas, pelo tratado de Paris assinado em maio de 1258 e confirmado em dezembro de 1259, São Luís deixou nas mãos de seu cunhado Henrique III a posse da Guiana, de onde as tropas capetianas nunca conseguiram expulsá-lo completamente. , somando-se também alguns territórios ocupados pelos seus antecessores e que iriam alargar, imediatamente ou posteriormente, o ducado do sul. Em troca, a Plantageneta renunciou definitivamente a todas as províncias perdidas, da Normandia ao Poitou, e, especialmente, tornou-se vassalagem do rei da França para o seu ducado. Por esta razão, foi dito, e com razão, que o Tratado de Paris, ao colocar mais uma vez os dois soberanos numa situação feudal muito delicada, constituiu a origem da Guerra dos Cem Anos. A sua aplicação prática, que desde o início causou dificuldades intransponíveis, causou conflitos incessantes durante setenta anos. Aquela que confrontou Eduardo III e Filipe VI foi, portanto, uma consequência inevitável.

Outras causas que devem ser tidas em conta também contribuíram, de forma discreta, para tornar mais tensas as relações entre as duas dinastias, e mesmo entre os dois países. Um intenso movimento comercial colocou os marinheiros gascões, representantes dos interesses ingleses, em contato com regiões cada vez mais abundantes do reino da França. Eles transportaram os vinhos da Guyenne para a Inglaterra, que eram mais apreciados pelas classes altas da ilha do que os vinhos ou cervejas indígenas. Iam também para La Rochelle, escoamento natural de Poitou e Saintonge, ou para Nantes, o sal dos pântanos de Poitevin e da baía de Bourgneuf, essencial para a salga dos pescadores ingleses. Os seus navios, que raramente se aventuravam em mar aberto, necessitavam de uma recepção favorável nos portos bretões onde faziam escala. Sabe-se também que tanto a criação de ovinos como a economia inglesa dependiam em grande parte do mercado flamengo, onde se vendia lã crua. Poitou, Bretanha e Flandres são províncias que Eduardo III tentará controlar, em graus variados. Mas não devemos pensar que, com a sua intervenção nestes pontos precisos, os Plantagenetas quisessem favorecer conscientemente a expansão

comercial da Inglaterra. Ao contrário dos nossos imperialismos modernos, as monarquias medievais não travaram guerras para vender os seus produtos comerciais ou conquistar mercados. Até à segunda metade do século XV , não se pode falar de uma política económica dos soberanos, que estes colocam diante das suas quimeras dinásticas ou dos seus projectos de conquista. Pelo contrário, Eduardo III utilizará a arma económica para satisfazer as suas ambições políticas, quer adoptando medidas de confisco nos mercados inimigos, quer interrompendo a exportação de lã, como será o caso do que foi feito na Flandres, medida cujo aspecto mais tangível as consequências serão a ruína do artesanato e uma diminuição repentina dos recursos de quem ordenou o bloqueio. No entanto, as relações comerciais que acabamos de assinalar contribuíram muito para envenenar as relações franco-inglesas, já muito tensas; Criaram uma competição entre os marinheiros de ambos os departamentos políticos que rapidamente se transformou em ódio, que se concretizou em actos de pilhagem e pirataria, destruição de navios e, por vezes, em verdadeiras guerras de corsários. Um confronto particularmente grave que eclodiu em Baiona em 1293 e depois se espalhou para La Rochelle, entre marinheiros de Baiona e normandos, serviu de pretexto para Filipe, o Belo, declarar guerra a Eduardo I e confiscar o feudo da Aquitânia.

Voltamos, portanto, à questão da Guiana, eterno pomo de discórdia entre ambas as dinastias. Sem contar detalhadamente a sua trajetória entre 1259 e 1328, é impossível não fazer referência a ela se quisermos ter uma ideia clara do grande conflito que se prepara.

Havia também problemas territoriais complicados entre vassalos e soberanos. O Tratado de Paris tinha aparentemente criado deliberadamente uma situação complexa, tendo prometido a eventual restituição ao Ducado da Aquitânia de alguns territórios (como Saintonge "além do Charante", Quercy e Toulouse Agenais), no caso de Alfonso de Poitiers e sua esposa Juana de Toulouse, a quem pertenciam os referidos territórios, morreu sem sucessão. A suposição foi cumprida em 1271, mas nem Filipe III nem seu filho demonstraram a menor disposição em entregar os territórios prometidos. Foi necessário aguardar o acordo de Paris, concluído em novembro de 1286, para que a questão se resolvesse sem deixar muitos ressentimentos. Apesar deste arranjo, os limites dos territórios da Aquitânia, como era comum na época, permaneceram vagos e imprecisos. A existência de direitos sobrepostos e de enclaves privilegiados constituiu fonte de confrontos e disputas. Os oficiais do rei de França, que sempre demonstraram maior ardor que o seu senhor no que diz respeito a envenenar as divergências, os senescais de Saintonge, Poitou ou Périgord, não perderam nenhuma oportunidade de cercear os direitos ducais para além desta fronteira. E, o que era ainda mais grave, ambos os adversários, temendo mutuamente as iniciativas do partido oposto, iniciaram, nestas fronteiras pouco claras, a construção de castelos e bastides, que ergueram a sua dupla fila de muros desafiadores nos campos. Costa de Saintonge, passando pelo Perigord, o Quercy e o Agenais. A manobra foi iniciada, do lado capetiano, por Alfonso de Poitiers, enquanto Eduardo I contribuiu para as obras de fortificação, especialmente as do castelo de La Réole, experiência adquirida na Terra Santa, já aplicada por ele no País de Gales. A construção ainda continuava no início do século XIV , de ambos os lados, mantendo uma perigosa situação de paz armada. O início da construção de uma bastide em Saint-Sardos, perto de

Agen, em 1323, por um vassalo do rei de França, foi imediatamente seguido pela tomada surpresa e destruição de parte dos bandos gascões, o que foi o sinal para uma nova guerra. e por um novo confisco do feudo da Aquitânia pelo rei Carlos IV.

No campo das relações feudais, as causas dos conflitos eram mais graves, pois se renovavam incessantemente. Continuando a política intervencionista que aplicaram com sucesso nos restantes feudos da coroa, os oficiais capetianos, senescais de Poitou, Périgord ou Saintonge, bem como os seus subordinados, cujo zelo ultrapassava em muito as intenções do seu senhor, não deixaram de intervir na Guyenne, para que os direitos do rei sejam proclamados no território e para encorajar os habitantes a recorrerem às sentenças dos senescais ingleses. Esta política, que se tornou preocupante no reinado de Filipe III, foi interrompida provisoriamente por um acordo entre os dois soberanos, nos termos do qual a corte do rei de França transmitiria ao senescal da Aquitânia todos os apelos que recebesse, e apenas os resolveria nos casos em que, no prazo de três meses, o tribunal ducal não tivesse ouvido o caso. Mas, no reinado de Filipe, o Belo, eram frequentes as violações, e sobretudo os apelos perante o Parlamento, a tal ponto que Eduardo I foi obrigado a fixar procuradores e advogados no tribunal de Paris, encarregados de defender as suas reivindicações. . interesses nas "Causas da Guyenne", cujo número aumentava constantemente. As exigências dos funcionários da Aquitânia tornaram-se então muito mais duras. Confrontados com a constante interferência dos agentes do rei, declararam-se impotentes para continuar a impor a autoridade ducal. Os apelos que promoveram aniquilaram os poderes judiciais do senescal inglês e colocaram os recorrentes sob a protecção do rei, sendo considerados pelas autoridades de Bordéus como simples rebeldes contra o seu duque. A execução das sentenças proferidas pelas cortes reais foi feita com brutalidade; Os oficiais colocaram escudos com a flor de lis por toda parte, realizaram prisões e apreensões arbitrárias e decretaram confiscos de propriedades. Aproveitando-se insolentemente da proteção dos oficiais do rei, os súditos franceses comportaram-se na Guiana como num país conquistado. Foi citado o caso, já antigo, de um grupo de mercadores normandos que, insatisfeitos com a recepção dos gascões, pegaram em armas diante das muralhas de Saintes, insultaram o senescal inglês e ameaçaram saquear a cidade. Se acreditarmos nos “dossiês” de denúncias que o soberano Plantageneta guardava, cansado de tanto atrevimento, teria sido o caso dos oficiais franceses que entraram nos Agenais da Aquitânia, perguntando à população: “A quem vocês obedecem, o rei da França ou o da Inglaterra? E aqueles que responderam, como exigia a sua fidelidade ao duque de Aquitânia, que "ao rei da Inglaterra", foram levados aos tribunais franceses, acusados do crime de lesa majestade e severamente punidos. Em 1317, Filipe V convocou à sua corte o senescal inglês de Saintonge, cuja administração tinha provocado queixas, e iniciou uma investigação contra ele liderada pelo seu senescal de Périgord. Eduardo II proibiu seu agente de comparecer à convocação, pois isso significaria atropelar sua autoridade na Guiana. E, pelo contrário, os oficiais franceses também emitiram ruidosas queixas sobre os inconvenientes causados pelos servos do Rei de Inglaterra no serviço dos seus legítimos deveres, na aplicação dos direitos soberanos do seu senhor. Segundo esta versão, o senescal da Guiana obrigou os seus súbditos gascões a renunciar aos apelos ao Parlamento, através de ameaças e chantagem, e mesmo recorrendo à tortura física.

Às vezes, impressionados com tanta animosidade, os dois soberanos, envolvidos nestes obscuros problemas feudais, decidiam resolver reivindicações passadas criando comissões mistas às quais eram confiadas a investigação e a decisão sobre as questões em disputa. Nem o "julgamento" de Montreuil, iniciado em 1311, nem o de Perigueux, em 1316, chegaram a soluções amigáveis. Acumulavam problemas insolúveis, pois a própria substância do confronto permanecia por esclarecer. Os oficiais franceses compreenderam que poderiam agir na Guiana da mesma forma que nos outros feudos da coroa. Assim, pareciam indicar aos funcionários dos Plantagenetas, e isso era parcialmente verdade, a sua intenção de desapossar o seu senhor, não só de toda a autoridade real sobre o seu ducado, mas até do próprio feudo, através de um trabalho incansável de abuso constante. . E, o que era mais grave, esqueceram-se de que não era possível tratar o rei de Inglaterra como qualquer duque ou nobre, incapaz de se libertar da pressão com que era mantido. Como soberano da ilha, o Plantageneta não suportava ser assediado nos seus feudos franceses. Como rei da Inglaterra, ele poderia estabelecer alianças estrangeiras contra a França, sem com isso violar os seus deveres de vassalo em relação ao rei da França. Foi o que aconteceu em 1297, quando, para evitar o confisco da Aquitânia e garantir o apoio flamengo, Eduardo I concluiu uma aliança com o soberano alemão Adolfo de Nassau e desembarcou nos Países Baixos, disposto a transformar um conflito meramente feudal numa guerra internacional.

A irritação do vassalo também era evidente pela lentidão calculada com que cumpria os seus deveres de vassalo e pelas reservas que conscientemente rodeavam a sua homenagem. Desde junho de 1286, Eduardo I não prestava homenagem a Filipe, o Belo, sem reservar expressamente os seus direitos sobre os territórios da Aquitânia que o rei da França ainda mantinha em sua posse. Em 1303, usando como desculpa os seus problemas escoceses, não foi, como tinha sido convidado, recolher a investidura do feudo restaurado, mas mais tarde, em setembro de 1304, enviou o Príncipe de Gales para cumprir a formalidade em Amiens. . Ao ascender à coroa, Eduardo 11 renovou corretamente a sua homenagem quando foi buscar a sua noiva, Isabel de França, em Boulogne (1308), mas usou os seus confrontos com os barões como pretexto para não reconhecer os seus direitos com respeito. novamente a Luís X e, quando Filipe V sucedeu a seu irmão, foram necessárias repetidas convocações e uma espera de dois anos e meio para que ele enviasse seus procuradores, em junho de 1319, para prestar homenagem em seu nome. A renovação pessoal da cerimónia, um ano depois, explica-se por ser esta a condição imposta por um senhor feudal, logicamente suspeito, à restituição de Ponthieu, ocupada durante três anos antes por agentes capetianos como penhor das reivindicações levantadas por Normando. comerciantes contra os seus concorrentes ingleses e aquitanos. A mesma farsa ocorreu quando Carlos IV subiu ao trono. Após dezoito meses de espera, uma embaixada francesa compareceu perante a corte Plantageneta para exigir tributo. Eduardo II recusou, usando o pretexto de que a convocação lhe deveria ter sido feita no seu feudo da Aquitânia, e não em Londres, onde o seu senhor feudal não tinha autoridade, e posteriormente alegou dificuldades internas, doenças reais ou fictícias, para adiar um benefício de homenagem que ainda não havia ocorrido quando ocorreu o rompimento.

Pois bem, o conflito, sempre latente, por vezes degenerou em guerra aberta. E não foi provocado pelo vassalo indignado, que, no entanto, poderia ter aproveitado essas humilhações como pretexto para desafiar o seu soberano feudal com a aparência de ser apoiado pela lei. Veio, pelo contrário, do próprio rei de França, que pretendia deixar claro perante a sua corte o desprezo do duque da Aquitânia e pronunciou contra ele uma sentença de confisco, na forma correcta e devida, que as suas tropas iriam impor imediatamente. A má-fé de Filipe, o Belo, no primeiro destes conflitos, foi flagrante. Em Bayonne, houve um confronto entre franceses e gascões. Em retaliação, os marinheiros de Bayonne atacaram La Rochela. Imediatamente, o rei da França ordenou ao tenente Plantageneta em Bordéus que entregasse os culpados "para impor-lhes o castigo que a razão exigia e que as leis exigiam". Como a ordem não foi executada com a rapidez ou integridade exigida pelo soberano, o senescal de Périgord foi incumbido de confiscar todo o feudo, embora tenha sido rejeitado pela força. Philip então convocou Eduardo I para comparecer perante sua corte. Fez com que os seus amigos interviessem, sem sucesso, e propôs a rendição, como garantia da sua boa vontade, das principais fortalezas da fronteira com a Aquitânia. Felipe aceitou a rendição das fortalezas, dando continuidade a uma guerra que se tornava cada vez mais fácil. Quais foram seus motivos? Não sabemos exatamente. Se ele aspirava evitar uma aliança anglo-flamenga que já estava a ser conspirada contra ele, a sua intervenção brutal apenas a acelerou. Se o que ele queria era devolver a obediência ao seu vassalo aquitano, as ameaças teriam sido suficientes. Ele se comprometeu profundamente com o conflito, como se quisesse expulsar os Plantagenetas dos seus feudos franceses. No entanto, seu comportamento subsequente mostrou que não era esse o caso. Trinta anos depois, o seu filho Carlos IV mostrou a mesma brutalidade após o incidente de Saint-Sardos (novembro de 1323). Em retaliação à destruição da bastide francesa, foram enviadas tropas para destruir o castelo inglês de Montpezat, que foram derrotadas e foi exigido um resgate por elas. Eduardo II desaprovou em vão a conduta de seus súditos gascões, muito ardentes em sua opinião, propôs negociações e prometeu reparações. Sem admitir desculpas, em julho de 1324, Carlos IV confiscou o feudo do cunhado.

Por outro lado, em ambas as ocasiões a conquista foi fácil. Foram necessárias apenas três campanhas de verão, em 1294, 1295 e 1296, para que Carlos de Valois conquistasse toda a Aquitânia. Em 1324, novamente Carlos de Valois, já idoso, ficou encarregado de aplicar a sentença. A rendição de La Réole causou a submissão de quase todo o ducado, com apenas os ingleses retendo Bordéus, Bayonne, Saint-Sever e algumas fortalezas menores. Porém, em ambas as ocasiões o rei francês abandonou quando estava perto de atingir o seu objetivo. Em 1297, Filipe, o Belo, aceitou a mediação papal, temendo, sem dúvida, uma revolta na Flandres. A arbitragem de Bonifácio VIII, aceite sem discussão, que ratificou o tratado de Montreuil (junho de 1299), ordenou a restituição dos seus feudos a Eduardo I. Teria ele assinado se tivesse pensado seriamente em anexá-los ao seu reino? Carlos IV voltou a agir da mesma forma e, em maio de 1325, aceitou novamente a sua restituição, a pedido do Papa João XXII e da Rainha de Inglaterra, irmã do próprio Rei de França.

Em ambos os casos, portanto, o confisco serviu apenas como meio de pressão, brutal mas eficaz, para devolver à obediência um vassalo recalcitrante. A afirmação pela força dos seus direitos soberanos sobre o ducado foi suficiente para o rei francês. A deserdação do

vassalo não fazia parte dos seus planos. Mas este tipo de conflito apresentava perigos que nem Filipe, o Belo, nem Carlos IV compreenderam claramente. Deram aos conselheiros capetianos a falsa impressão de que o confisco seria sempre um expediente fácil e poderia ser repetido em qualquer ocasião em que fosse necessário fortalecer o domínio sobre a Guiana.

Por outro lado, a lentidão e demora na reacção de Eduardo I deveu-se ao facto de ter dedicado todas as suas energias à conquista da Escócia, enquanto a passividade do seu filho Eduardo II teve uma explicação fácil na anarquia a que ele liderou seu reino por causa de suas políticas tolas. E nem sempre seria assim. Chegaria um momento em que os Plantagenetas, já convencidos de que o único objectivo do rei de França era despojá-los do seu feudo, lançariam toda a força do seu reino insular na defesa da ameaçada Guiana. E isso foi facilitado pelo fato de que, neste momento, puderam contar com o apoio entusiástico de seus súditos gascões. Em oposição a qualquer tipo de autoridade, já apoiaram a interferência dos oficiais capelianos nas funções dos agentes de Eduardo I, cujas exigências meticulosas eles odiavam. Mas a experiência, repetida em duas ocasiões, da ocupação francesa, deu-lhes a oportunidade de conhecer um senhor muito mais tirânico do que o distante rei da Inglaterra. O particularismo gascão foi, a partir deste momento e durante um século e meio, irredutivelmente hostil a tudo o que vinha de Paris. A sua nobreza guerreira e os seus aventureiros e bandidos constituirão, nos próximos confrontos, os melhores auxiliares e os aliados mais seguros dos Plantagenetas nos seus empreendimentos no continente.

A reinserção do feudo no domínio monárquico do Capeto teria resolvido o problema aquitano. Não tendo ousado fazê-lo, de que forma pensaram os reis de França que poderiam voltar a ter relações normais e confortáveis com o seu vassalo inglês? Foram-lhes apresentadas duas soluções que consideraram suficientes, sem analisar as fragilidades que acarretavam. Em primeiro lugar, um novo fortalecimento dos laços familiares, procedimento uniformemente utilizado na época para acalmar os confrontos dinásticos. A arbitragem de Bonifácio VIII, em 1298, recomendou uma dupla aliança matrimonial, já proposta por Eduardo I antes da separação, aceita às pressas por Filipe, o Belo. O rei da Inglaterra, viúvo de Leonor de Castela, casou-se em 1299 com a irmã do rei da França, de quem era tio distante. Ao mesmo tempo, seu filho primogênito estava noivo da filha do soberano Capeto, Elizabeth, que, em 1308, tornou-se esposa de Eduardo II. Seria absurdo sobrecarregar os promotores desta última união com a responsabilidade de serem a causa das pretensões dinásticas do futuro Eduardo III à coroa de França. Felipe tinha três filhos, já crescidos e em perfeitas condições, dos quais não se podia esperar que deixassem descendentes homens. Mas, apesar de ter se tornado cunhado dos últimos Capetos, Eduardo II não alcançou um melhor entendimento com eles, como ficou demonstrado no caso de Saint-Sardos. O problema subjacente residia no facto de o rei de Inglaterra tolerar ser ao mesmo tempo vassalo do rei de França, com todas as humilhações que essa dependência acarretava, sobretudo a partir do momento em que a política capetiana se tornou mais pesada, para os seus benefício próprio, os encargos e deveres de vassalo. Ele poderia evitar a situação concedendo a Aquitânia como "apanágio" a um de seus filhos que, sendo menos poderoso, teria aceitado mais facilmente o status de vassalo. Eduardo I, que já

havia administrado a Aquitânia durante a vida de seu pai, não se atreveu a concedê-la ao filho, de quem desconfiava. Mas em 1325, Eduardo II concordou com a interessada proposta da rainha Elizabeth e concordou em entregá-la a seu filho e herdeiro. Carlos IV aceitou com alegria a mudança, que significava uma renda de 60.000 livres como direito de acesso a um novo feudatório, e em 10 de setembro concedeu a investidura ao jovem príncipe da Aquitânia e Ponthieu. A solução poderia ter sido definitiva, caso tivesse sido um filho mais novo que se tivesse estabelecido e criado uma dinastia ducal em Bordéus independente da coroa inglesa. Mas, no caso do herdeiro do trono, que também era filho único, era uma solução provisória. Na verdade, durou apenas alguns meses.

O confisco de bens ingleses e a declaração de culpa que Eduardo II realizou no início de 1326 para punir a sua esposa, adúltera e fugitiva, estendeu-se também ao seu filho, o jovem príncipe que Isabel levara consigo. Os agentes do rei assumiram o comando da administração da Aquitânia, esperando que o duque recém-investido voltasse à obediência de seu pai. Carlos IV, que havia iniciado a evacuação da Guiana por suas tropas, ordenou uma nova ocupação do feudo. Um ano depois, Eduardo III subiu ao trono. Em 31 de março de 1327, assinou uma "paz definitiva" com seu tio, o rei da França. Segundo ele, o soberano Capeto devolveria o ducado, concederia anistia a todos os "rebeldes" gascões, com exceção de oito barões, punidos com o exílio e a demolição de seus castelos. Em troca, o novo vassalo concordou em entregar, além das 60 mil libras de direitos de acesso, prometidas em 1325, uma compensação de guerra de mais 50 mil libras. Mas ele adiou a evacuação até que esses pagamentos fossem recebidos. Os Capetos, que há muito reocuparam o Limousin, o Périgord e o Quercy, mantiveram os Agenais e, do outro lado do Garonne, os Bazadais. O domínio inglês ficou assim reduzido à fachada marítima, sem grande interior, entre a foz do Charente e os Pirenéus. Foi assim que as coisas aconteceram quando, por sua vez, ocorreu a morte de Carlos IV. Apesar da paz oficialmente alcançada, da continuação da ocupação francesa, dos abusos dos seus oficiais que continuaram a exercer as suas represálias contra os rebeldes anistiados, das humilhações infligidas a um vassalo reconciliado mas ainda não restituído aos seus direitos, foram fatores que mantiveram uma situação de ódio, que poderia rapidamente levar à guerra.

4. A SUCESSÃO AO TRONO FRANCÊS

Continua a ser um lugar-comum generalizado em todos os livros escolares que a Guerra dos Cem Anos foi desencadeada pelas reivindicações ao trono francês demonstradas por Eduardo III, em virtude dos seus direitos herdados da sua mãe, aquando do advento da dinastia Valois. Segundo esta abordagem, a origem e o desenvolvimento do longo conflito que dividiu as duas monarquias seria um confronto puramente dinástico. Nada mais falso. No entanto, este erro tem sido denunciado há muito tempo pelos melhores especialistas que trataram de um problema tão espinhoso. Está agora amplamente provado que a causa principal do conflito deve ser procurada no grave problema da Guiana, cujos aspectos fundamentais acabam de ser expostos. A ruptura ocorreu devido à incapacidade de Filipe de Valois, tal como os seus antecessores, de acalmar as preocupações e ressentimentos do

seu vassalo aquitano. O sinal para o início da guerra será dado, em 1337, pelo novo confisco da Guiana, pelo rei de França, o terceiro em quarenta anos. A Guerra dos Cem Anos, que inicialmente foi um conflito feudal, assim permaneceu durante todo o século XIV , até a ascensão dos Lancasters ao trono da Inglaterra. O problema dinástico, levantado na mesma época, será um problema secundário por muito tempo. Pois bem, a reivindicação da coroa francesa, que significava colocar a lei do seu lado, nada mais era do que uma resposta de um vassalo indignado com o confisco do seu feudo. E estas ambições dinásticas foram rapidamente esquecidas no mesmo dia em que os Valois, derrotados no campo de batalha, lhe reconheceram, juntamente com a Aquitânia, outras compensações territoriais e garantias de soberania que o tornavam igual, e não mais vassalo, do rei de França. É verdade, porém, que a questão dinástica, tendo servido de pretexto, envenenou e complicou ainda mais o conflito. E, no tempo de Henrique V de Lancaster, suplantaria o problema feudal, legado de uma época já superada, como causa principal do confronto. O importante é, portanto, conhecer os termos em que o problema da sucessão ao trono francês foi levantado e resolvido no primeiro quartel do século XIV .

Quando a morte prematura do filho primogênito de Filipe, o Belo, ocorreu em 5 de junho de 1316, após um curto reinado de dezoito meses, nenhum direito de sucessão poderia designar sem discussão a pessoa a quem o trono da França deveria cair. É claro que ninguém duvidava do seu carácter hereditário: durante dois séculos, os primeiros Capetianos conseguiram estabelecer um estatuto hereditário de facto, promovendo a eleição, durante a sua própria vida, do seu filho primogénito, que sucedeu ao trono sem o necessidade de uma nova intervenção dos barões. Graças a este procedimento, o princípio hereditário tinha sido inserido tão profundamente nos costumes - costume este que para os homens medievais era o Estado de direito supremo - que Filipe Augusto, no início do século XIII , não tinha considerado aconselhável associar o trono com seu herdeiro antes de sua morte, de quem, por outro lado, ele desconfiava. Luís VIII, depois dele São Luís, depois Filipe III e mais tarde Filipe, o Belo e Luís Este facto foi particularmente notável com a morte de Luís VIII, que não deixou herdeiro, excepto um filho que era quase uma criança. Por sorte irrepetível na história, esta longa dinastia de reis, desde Hugo Capeto, no final do século X , até Filipe, o Belo, no início do século XIV , tinha deixado sempre, em cada geração, um ou vários filhos capazes de sucedê-los. A herança masculina havia sido registrada, portanto, de fato, embora não existisse por lei, pois não havia precedente que permitisse a formulação da norma. Os próprios reis não ousaram cumprir a tarefa, por mais simples que fosse, de regulamentar o modo como, no futuro, seria tratada a sua herança.

Tudo parecia apontar, por outro lado, para uma possível herança na linha feminina caso surgisse a oportunidade para isso, devido à ausência de um sucessor na linha masculina. A famosa Lei Sálica, à qual os legalistas dos Valois recorrerão, evidentemente, muito tarde - apenas nos tempos de Carlos V - para tirar o pó de algumas normas há muito tempo fora de uso, a fim de fortalecer a posição jurídica dos seus senhores, não era mais do que um objecto museológico sem qualquer valor vinculativo e que não enganava ninguém. Pelo contrário, a regra da sucessão feminina, na ausência de sucessão direta masculina, estava tão firmemente estabelecida em todos os costumes provinciais do reino da França, que

todos os tipos de sistemas engenhosos tiveram de ser imaginados para que os feudos que haviam caído nas mãos dos herdeiros poderia prestar serviço militar ao senhor, exigido pela lei feudal. E na mentalidade jurídica feudal não havia distinção entre as regras do direito privado e as do direito público. Para a maioria dos súditos, e mesmo para os soberanos, um reino nada mais era do que uma herança como qualquer outra, sujeita às mesmas leis e aos mesmos costumes. Ao agirem no sentido contrário, os juristas da coroa, imbuídos do direito romano, provocarão alterações nos costumes feudais, para grande escândalo dos seus contemporâneos. Com esta ação colocarão a prestigiada monarquia francesa acima dos outros reinos e a exaltarão acima de todas as coroas temporais. Sendo, segundo estes juristas, uma dignidade demasiado eminente e um poder demasiado importante para recair sobre uma simples mulher, a sua situação aproxima-se da do Império que, sendo eletivo, não poderia, tal como o papado, também eletivo, ser mais do que cair em um homem. Em todas as outras monarquias, como as coroas se tornaram hereditárias, tiveram de estar sujeitas às mesmas regras de devolução que as heranças privadas, o que significa que também eram transmissíveis às mulheres. E isto aconteceu em Inglaterra e na Escócia, em Portugal, em Navarra, em Castela, em Aragão, na Sicília, bem como na Polónia e na Hungria. Para que uma lei diferente fosse admitida na França, não bastava a simples aceitação da preeminência do reino sobre os demais, afirmação que só foi feita por um círculo restrito de advogados remunerados, mas foi necessária uma coincidência de circunstâncias que examinaremos abaixo.

Pela primeira vez na longa linhagem de monarcas capetianos, Luís X não deixou filhos. Ele teve uma filha com sua primeira esposa, Margarida da Borgonha, que desapareceu tragicamente no terrível escândalo que envolveu, em 1314, as três noras de Filipe, o Belo. Joana ainda era menor em 1316, mas a sua legitimidade foi questionada, devido à má conduta da sua mãe, cuja culpa estava provada. A sua segunda esposa, Clemência da Hungria, estava grávida quando Luís X morreu prematuramente. Se ela desse à luz uma criança, ninguém duvidava que a criança seria o futuro rei. Se, por outro lado, fosse uma menina, não se sabia qual solução seria adotada. Enquanto se aguardava o nascimento, foi necessário estabelecer uma regência, à qual participaram tanto Carlos de Valois, tio paterno do último rei e o mais velho dos príncipes de sangue, quanto o duque Eudes IV da Borgonha, tio materno e guardião da pequena Juana. . Mas ambos os candidatos deixaram-se ganhar terreno pelo segundo filho de Filipe, o Belo, irmão do falecido rei, Filipe de Poitiers, o único destes últimos capetianos que parece ter tido um carácter enérgico e uma personalidade forte. Assumiu a regência dos dois reinos, França e Navarra, herança paterna e materna do seu falecido irmão, comprou a demissão de Carlos de Valois, que precisava de dinheiro, em troca da promessa de uma compensação financeira, e soube finalmente acalmar os escrúpulos de Eudes da Borgonha através de um acordo que salvaguardava, até à sua ainda distante maioridade, os direitos do seu aluno a ambas as heranças. Dono, aliás, do poder, o Conde de Poitiers já estava com a metade do jogo vencida. Após cinco meses de regência inquestionável, a rainha deu à luz, em 13 de novembro de 1316, um filho. Se ele não tivesse morrido cinco dias após o seu nascimento, esta criança teria se tornado rei e, de fato, muitos genealogistas o incluem nas listas dos reis franceses, sob o nome de João I, o Póstumo. Um acontecimento tão imprevisto deixou perplexos os apoiadores de Juana. No

entanto, muitos pensaram que a filha teria que suceder ao pai. Mas, eles não estavam dispostos a se opor às intenções do ambicioso regente com armas. Quando Filipe solicitou a coroa, surgiu um grande movimento de oposição nas fileiras dos barões, e sobretudo dos mais importantes, escandalizados com o tratamento diferenciado que se pretendia dar ao reino em relação aos costumes que regiam a sucessão dos seus feudos. O regente conseguiu superar uma a uma todas as dificuldades que surgiram, através de acordos obscuros, cujos detalhes desconhecemos. Carlos de Valois, primeiro, e imediatamente depois o irmão mais novo do regente, Carlos Conde do Marco, que se estabelecera como um defensor zeloso e vocal dos direitos de sua sobrinha, foram sucessivamente reduzidos ao silêncio. Finalmente, em 9 de janeiro de 1317, Filipe V foi coroado rei em Reims. Mas, a maior parte dos grandes nobres leigos do reino, os duques da Bretanha, da Guiana, da Borgonha e o conde da Flandres, não estiveram presentes na cerimónia tradicional, como se não aceitassem de bom grado os factos consumados. Apenas dois pares de França, e os mais recentes, estavam com o novo rei: o seu tio Carlos de Valois e a sua sogra Mahaut de Artois.

Para reforçar um poder tão claramente inseguro e de legitimidade tão duvidosa, o novo rei solicitou o acordo de uma assembleia de notáveis, convocada em Paris no Dia da Candelária seguinte (2 de fevereiro). Os prelados e barões, aos quais se somavam burgueses das principais cidades e médicos da Universidade de Paris, não podiam ficar diante de um rei coroado. Não sabemos que argumentos foram usados para convencê-los. A verdade é que fizeram uma proclamação, para legitimar a manifesta usurpação do Conde de Poitiers, segundo a qual "as mulheres não tinham direitos de herança no reino de França". Foi assim definida uma norma jurídica que nunca mais poderia ser revista. Filipe, que se comportava como um tio ingrato, disputou duramente com a sobrinha a herança que lhe deveria corresponder da avó Joana de Champagne: o reino de Navarra e os condados de Champagne e Brie. É verdade que reconheceu os seus direitos sobre o reino de Navarra, mas enquanto a sua sobrinha era menor - e tinha apenas sete anos - reservou-lhe o título de rei de Navarra (que manteve durante todo o seu reinado) e a administração do reino dos Pirinéus. Ele também manteve Champagne, prometendo em troca compensações territoriais e econômicas. Nesta altura houve grande comoção entre a nobreza de Champagne que, irritada com os saques que a sua legítima condessa tinha sofrido, tentou, ainda que em vão, libertar-se da tutela do usurpador. Deve-se notar que em todo este assunto o confronto se limitou a Juana e seu tio Felipe, sem que em nenhum momento tenham intervindo outros possíveis pretendentes, cujos direitos, nessas circunstâncias, teriam sido bastante frágeis. Sabemos com certeza que o conselho real da Inglaterra pensou, a certa altura, reivindicar os seus possíveis direitos à Rainha Isabel, irmã de Luís, por não poder estar presente na sua consagração.

Este precedente de 1316-1317 estabeleceu uma jurisprudência tão clara sobre o assunto que quando Filipe morreu por sua vez, após cinco anos de reinado, deixando apenas quatro filhas de seu casamento com Joana, filha do conde de Borgonha (2 de janeiro de 1322), ela o irmão mais novo, Carlos de la Marca, que já foi o mais fervoroso defensor dos direitos da filha de Luís X, retirou todas as suas sobrinhas da sucessão e tornou-se rei Carlos IV, o Belo. Aparentemente ninguém protestou desta vez.

Mas, como acontecera nos reinados anteriores, o de Carlos IV também não teria um futuro longo e brilhante. Em 1º de fevereiro de 1328, morreu o último dos Capetos, aos trinta e três anos. Casou-se três vezes: primeiro com Branca de Borgonha, a quem repudiou e mandou para um convento em consequência do referido escândalo; em segundo lugar, com Maria do Luxemburgo, de quem teve uma filha pequena e, por último, com a sua prima Joana de Evreux, que também estava grávida quando ocorreu a morte prematura do marido. Onze anos e meio depois, ocorreu novamente uma circunstância semelhante à que primeiro levou à regência e depois à ascensão ao trono de Filipe V. Nesta ocasião havia três candidatos com possíveis direitos à regência: primeiro, o. o jovem Filipe de Evreux, que teve a tripla circunstância de ser primo-irmão dos últimos três reis, por ser descendente de Luís de Evreux, irmão mais novo de Filipe, o Belo; de ser marido de Joana de França, filha de Luís, este eu esperava. A sua juventude, a sua falta de experiência política e a sua falta de personalidade, como tinha acontecido com o seu pai, impediram-no de defender os seus direitos e de fazer prevalecer a sua candidatura. Poderíamos pensar, em segundo lugar, em Eduardo III, rei da Inglaterra, o parente de sangue mais próximo dos últimos reis, já que era filho de sua irmã Elizabeth. Mas ele estava longe e não conseguiu fazer valer os seus direitos no momento certo. Además, también era joven y era imposible pensar seriamente en confiar la regencia del gran reino de Francia a un joven de diecisiete años que, en su isla de Inglaterra, soportaba sin rechistar la asfixiante y humillante tutela de su madre, marimacho odiado a este lado da Mancha. Finalmente, Filipe de Valois permaneceu. Como primo-irmão dos soberanos falecidos, os seus direitos eram superiores aos de Filipe de Evreux. Nele se refletia parte do prestígio de seu pai, deste Carlos de Valois que se diria ter sido, "filho de um rei, irmão de um rei, tio de três reis e pai de um rei, mas nunca um rei ", e que, até à sua morte, bastante recente, em dezembro de 1325, exerceu grande influência na política dos seus sobrinhos. Embora fosse um homem experiente – tinha quase trinta e cinco anos – o candidato sem dúvida ainda não tinha dado a verdadeira medida das suas qualidades. Ele foi, primeiro, conde do Maine, ou seja, de uma parte de sua herança materna que lhe foi dada em "apanágio" e depois, a partir de 1326, conde de Anjou e Valois. Tal como o seu pai, a sua natureza aventureira e o seu amor por expedições distantes eram proverbiais. Mas a única que empreendera até então, a Itália, para levar socorro às cidades lombardas que se rebelaram contra os Visconti, terminara de forma muito inglória, pois um príncipe com uma mentalidade cavalheiresca como a sua aceitara a compra do seu retirada, tão frutífera quanto desonrosa. Contudo, não foi levado em consideração. Uma assembleia de barões, para a qual nesta ocasião nem mesmo os doutores da Universidade foram convocados, confiou ao filho de Carlos de Valois a regência do reino de França e, além disso, a de Navarra, à qual não tinha não, certo.

Dois meses depois, em 1º de abril de 1328, a rainha Joana de Evreux deu à luz uma menina. Nem sequer foi cogitado manter a coroa para este recém-nascido, já que em circunstâncias semelhantes a filha de Luís naquela época, tinham reivindicações à coroa, com certa base legal, e disputavam o reino, como herdeiros masculinos dos Capetos. Eduardo III de Inglaterra era mais parente dos últimos reis do que o conde de Valois, uma vez que o primeiro era sobrinho deles e, portanto, parente de terceiro grau, enquanto o último era apenas primo-irmão e, portanto, parente de quarto grau. A favor de Filipe pode-

se argumentar que a sua filiação veio, na sua totalidade, através da linha masculina, enquanto a do Plantageneta, pelo contrário, incluía uma mulher, a sua mãe Isabel de França. Valeu a pena perguntar se, estando separada da sucessão ao mesmo tempo que as sobrinhas por questões sexuais, a rainha da Inglaterra poderia buscar transmitir ao filho direitos que ela mesma não poderia usufruir. Os juristas da coroa francesa, e não sem alguma lógica, negaram-no. De forma menos consistente, os ingleses afirmaram-na, sem que a questão jurídica, de abordagem nova e recente, pudesse ser resolvida num sentido ou noutro, recorrendo a um precedente anterior.

Seria interessante conhecer em detalhe as discussões, sem dúvida muito breves, da assembleia de barões que o regente convocou no Bois de Vincennes no dia seguinte ao nascimento de Joana de Evreux. É provável que considerações oportunistas, todas favoráveis ao conde de Valois, tenham prevalecido sobre os argumentos jurídicos apresentados pelos defensores de ambas as teses. Felipe ocupava o poder efetivo há quase dois meses e para total satisfação de todos. Na qualidade de regente, presidiu pessoalmente as deliberações deste grande conselho ampliado encarregado da eleição de um novo soberano. Poderia alguém, nestas condições, descartar impunemente a sua candidatura e colocar em primeiro lugar a de um personagem ausente? Contra ele, Eduardo III tinha a sua condição, não de estrangeiro, como muitas vezes se diz, pois este príncipe de língua e educação francesa, filho de uma princesa francesa, ele próprio par de França, duque de Guyenne e conde de Ponthieu, e marido de uma filha do conde de Hainaut, que por sua vez era sobrinha de Filipe de Valois, mas a sua condição de Plantageneta, ou seja, de rei de Inglaterra e de vassalo pouco dócil, tradicionalmente em conflito com o seu senhor e cujas frequentes As "rebeliões" exigiram, nos últimos trinta anos, dois confiscos do feudo da Aquitânia, seguidos de conflitos armados. A última destas guerras, que acabava de terminar, ainda estava viva em todas as memórias. O pretendente, ainda adolescente, em 1325, morava na corte francesa, quando sua mãe o trouxe consigo; Ele odiava especialmente o comportamento desta mulher, má e desavergonhada, sua calúnia e a ostentação de seu amor por Mortimer; Ela não esqueceu que Carlos IV a expulsou da corte. Sabendo que ele permanecia onipotente no governo da Inglaterra, os barões franceses temiam que, se elegessem o filho, ele instalasse a arrogante princesa com sua camarilha estrangeira em Paris por um período de tempo indeterminado.

Tal como aconteceu com a assembleia realizada em fevereiro de 1317, a de abril de 1328 criou a norma em vez de a encontrar feita. Mas, embora em 1317 a drástica exclusão da filha de Luís da Inglaterra, foi recebida sem protesto no reino da França. Foi a consequência lógica dos precedentes criados, em duas ocasiões, com Felipe V e Carlos IV. Elevou ao trono um príncipe que, embora ainda não muito popular, pelo menos não era desconhecido na corte e que gozava da simpatia da nobreza. Mais tarde, os flamengos, que odiavam Filipe VI violentamente por lhes ter infligido castigos severos, descreveram-no como "o rei encontrado". Esta denominação desdenhosa, repetida com demasiada frequência pelos historiadores modernos, não pode ser aplicada adequadamente, nesta primavera de 1328, ao sucessor eleito por unanimidade do último monarca capetiano. O novo reinado começou com os auspícios mais favoráveis, anexando aos já consideráveis territórios do reino, os recursos dos "apanágios" de Anjoux e dos Valois. Nenhuma oposição

se manifestou internamente, enquanto externamente nenhum perigo sério poderia ser esperado no momento, pois as dificuldades internas do jovem Eduardo III eram grandes demais para dar vazão à sua decepção como candidato derrotado. A mudança dinástica foi realizada sem dificuldades e todos os vassalos vieram prestar homenagem a Filipe após a sua coroação. Sem grandes preocupações com o futuro, conseguiu impor às filhas dos últimos reis um acordo, que lhe fosse favorável, dos seus direitos e ir confrontar as comunas flamengas. O conflito entre as duas dinastias, cujo preliminar foi, no entanto, o advento dos Valois, ainda não parecia próximo.

II
O INÍCIO DA LUTA
(1328-1340)

Embora ainda improvável, uma separação ainda era possível. Será que o advento de Filipe VI ao trono francês causaria o aparecimento de um conflito dinástico entre Plantageneta e Valois que, quando sobreposto ao perigoso problema feudal sobre a Aquitânia, poderia servir de faísca para a guerra entre as duas grandes monarquias do Ocidente cristão, ainda não se recuperou de um confronto recente? Conscientes da gravidade do problema, os conselheiros de Filipe VI colocaram-no com absoluta simplicidade: se Eduardo, Duque de Guyenne e Conde de Ponthieu concordasse em prestar homenagem ao seu senhor pelos seus feudos continentais, isso significava o reconhecimento da legitimidade da nova dinastia e uma renúncia a uma possível reivindicação própria ao trono da França. O objectivo que propunham era, portanto, obrigar a Plantageneta a prestar homenagem, empregando, se necessário, uma política de intimidação, cuja memória, por mais próxima que fosse, ainda não se tinha apagado. Quando tiveram sucesso em 1331, tudo parecia indicar que o rei da França já não tinha nada a temer de um adversário que era demasiado fraco para ele.

I. A HOMENAGEM A EDUARDO III

A eleição de Filipe pelos barões e pares do reino de França não foi bem recebida, compreensivelmente, na corte de Londres. Para a altiva Isabel e o seu amante Mortimer, Filipe era, como os flamengos o iam descrever, um "rei encontrado", usurpador de uma coroa que deveria ter cabido, segundo a lei, ao jovem Eduardo III. O conselho Plantageneta decidiu recusar-se a reconhecer o fato consumado e a fazer valer os direitos de seu senhor. Mas não tinham forças para arriscar levemente um conflito armado. Adotou, portanto, uma política contemporizadora, que permitiu ao “usurpador” instalar-se no poder sem medo. A corte de Londres esperava que a mudança dinástica causasse oposição e problemas na França. Foi necessário, portanto, esperar que ocorressem para tentar aproveitá-los. Os oficiais ingleses na Guiana receberam ordens de seguir o estado de opinião, de levantá-lo, na medida do possível, contra o novo rei e de estar preparados para intervir ao menor alerta. Na verdade, nada disso ocorreu. Felipe, que estava no comando da regência há mais de dois meses, não foi rejeitado por ninguém em sua nova qualidade de rei. Ele poderia, impunemente, permitir-se o luxo de sacrificar, para satisfação da opinião geral, alguns funcionários financeiros particularmente odiados - um procedimento que era uma espécie de consequência obrigatória de um novo reinado - e convocar a assembleia de vassalos para a sua coroação. A cerimónia, realizada em Reims em 29 de maio de 1328, serviu para

confirmar a tranquilidade do seu poder. Todos os detentores de feudos, grandes ou pequenos, vieram prestar-lhe homenagem. As filhas dos últimos Capetas, afastadas da sucessão ao trono, receberam apenas pequenas compensações. A mais perigosa delas era Joana, filha de Luís, a linha feminina estava firmemente estabelecida. Na primeira ocasião, Filipe V conseguiu travar as pretensões da sobrinha através de um acordo feito com o tutor da jovem princesa, o duque Eudes IV da Borgonha, pelo qual preservou essas heranças em troca da promessa de um rendimento de 15.000 libras, provenientes de os condados de Angoulême, Mortain e Coutances, e 50.000 libras pagas em dinheiro. Carlos IV, apesar das estipulações deste acordo, fizera o mesmo e, já tardiamente, nos últimos meses do seu reinado, prometera a concessão de uma indemnização suplementar de 20.000 libras. Felipe VI, embora não tivesse direito a esta herança, reteve a parte mais importante dela. No dia seguinte à sua coroação ele deixou o reino de Navarra nas mãos de Joana e seu marido onde uma dinastia francesa menor se estabeleceu por mais de um século mas ele manteve Champagne e Brie para si cedendo em troca os condados de Angoulême e de Mortain, cujo valor era menor. As filhas de Filipe V receberam esperanças de sucessão ao condado da Borgonha, que veio de sua mãe. O herdeiro de Carlos IV, bem como a sua jovem viúva, Joana de Evreux — que permaneceria viúva durante quase cinquenta anos — receberam compensações teóricas, ainda muito menos importantes. Ninguém protestou contra tais acordos, dos quais a coroa da França tirou importante vantagem.

Além disso, o início do reinado foi marcado por importantes sucessos militares. Alguns anos antes, o grande feudo da Flandres, tão duramente tratado pela política dos últimos Capetos, encontrava-se novamente numa situação explosiva. Nesta ocasião, a fidelidade do conde não foi questionada. Guy de Dampierre e Robert de Béthune aprenderam em primeira mão o preço de se rebelarem contra um soberano excessivamente poderoso. Mas a população da Flandres, especialmente nas províncias industriais e de língua flamenga do norte e do oeste, irritada com as enormes contribuições de guerra que tiveram de pagar ao rei e com a prosperidade dos seus negócios ameaçada, levantou-se novamente contra a autoridade monárquica. e contra o do conde, seu aliado. A revolta camponesa, iniciada em 1322, provocada, sem dúvida, pelo ódio dos pequenos fabricantes de roupas contra as regulamentações draconianas com que as grandes cidades os amarravam, tinha assumido proporções alarmantes. Logo, os artesãos das cidades, que suportaram com muita relutância o restabelecimento do patriciado, apoiaram o movimento. Filipe, chamado pelo seu vassalo, decidiu punir os rebeldes e vingar, ao mesmo tempo, a humilhação que as tropas comunais tinham infligido em 1302 ao esmagar a cavalaria francesa na Batalha de Courtrai. O último dos serviços de "anfitrião" na Flandres estava destinado a ser o mais glorioso de todos e a culminar uma política seguida incansavelmente durante trinta anos. Em julho de 1328, no campo de batalha de Cassel, dupla digna da outra em que os cavaleiros de "esporas de ouro" haviam sido destruídos, a carga dos vassalos de Filipe VI derrotou os artesãos flamengos e os fez retornar, duramente, à obediência.

O que o fraco Eduardo III poderia fazer contra um rei que começou sob tão felizes auspícios? Imediatamente após a coroação de Reims, dois bispos ingleses chegaram a Paris para apresentar aos conselheiros do soberano Valois os direitos do seu senhor à coroa francesa e para protestar contra a usurpação de Filipe. Na linguagem de hoje, diríamos que

foi um protesto “através dos canais diplomáticos”. Sabe-se que este procedimento, quando não respaldado pela força, de nada vale. Ninguém o levou a sério. Mas, ao regressar da campanha da Flandres, Filipe sentiu-se suficientemente poderoso para agir por sua vez. O duque da Guiana era o único vassalo do rei francês que ainda não havia prestado homenagem. Era necessária uma pressa. Enviou o abade de Fécamp, Pierre Roger, mais tarde papa com o nome de Clemente VI, a Londres com a missão de convocar o vassalo recalcitrante. Deparou-se com um adversário em apuros, demasiado fraco para recusar abertamente a homenagem, correndo o risco de travar uma guerra, mas sem vontade de ceder ao ultimato, o que equivaleria a renunciar sem remissão aos direitos com os quais não poderia defender. armas em mãos. Isabel, cuja licenciosidade linguística era tão famosa quanto a sua conduta, aparentemente respondeu insolentemente ao embaixador que o seu filho nunca prestaria homenagem aos Valois, uma vez que Eduardo era filho de um rei, enquanto Filipe era apenas filho de um conde rei. . Os demais conselheiros do monarca deram respostas mais evasivas e menos comprometedoras. Então, Felipe decidiu tomar medidas mais contundentes. Fiel à tradição dos últimos capetianos, informou ao rei da Inglaterra por meio de uma segunda embaixada que, se não concordasse em prestar juramento de vassalagem e comparecer perante uma segunda convocação, procederia contra seu vassalo contumaz "pela força e certo." Tratava-se, portanto, de uma ameaça clara e precisa de confisco do feudo. Eduardo cedeu. Em 14 de abril de 1329, ele escreveu ao rei da França nestes termos:

«Meu sereno príncipe e senhor, a quem desejo todo o sucesso e toda boa sorte, tenho o prazer de informar a sua magnificência que, há muito tempo, desejo visitá-lo em França para cumprir os meus deveres nas devidas condições. ; mas, por causa dos problemas e dificuldades que surgiram no meu reino, que vocês não devem ignorar, não consegui até hoje colocar em prática o meu projeto como o havia concebido. No momento em que me for possível, e com a ajuda de Deus, irei pessoalmente prestar-lhe a homenagem que lhe devo.

Restava apenas cumprir a promessa feita. Menos de dois meses depois, no início de junho, no coro da Catedral de Amiens e em meio a torneios e festas com a presença da nata da cavalaria francesa e de vários soberanos, aconteceu a cerimônia de premiação de homenagem. Certamente, a fórmula do juramento com a qual os conselheiros de ambos os soberanos finalmente concordaram permaneceu bastante vaga. O camareiro da França, dirigindo-se ao vassalo recém-coroado, perguntou-lhe: "Senhor, você concorda em se tornar o homem do rei da França para o ducado da Guiana e seus pertences, que você reconhece ter em seu nome como duque da Guiana e par de França, segundo o que você e os seus antepassados, reis de Inglaterra e duques da Guiana, fizeram pelo mesmo ducado aos seus antepassados, os reis de França? O jovem rei da Inglaterra respondeu: “Sim”, e então colocou as mãos entre as de Filipe. A homenagem foi prestada, constituindo a primeira vitória da diplomacia Valois.

No entanto, as outras questões do confronto permaneceram sem resposta, embora do ponto de vista francês já não representassem perigo grave, pois a partir deste momento foram novamente relegadas ao nível de um confronto feudal. Conflitos territoriais: quais eram os limites exatos do ducado da Aquitânia, cuja restituição ao vassalo perdoado havia sido oferecida pelo recente tratado de 1327? Conflitos comerciais: que tipo de

compensação seria concedida aos comerciantes de ambos os reinos que, desde o início da guerra de 1324, sofreram encargos aduaneiros e outras represálias? Por fim, os conflitos financeiros: como calcular e fixar as compensações de guerra previstas nos últimos tratados? Em Amiens, senhor e vassalo prometeram lançar conferências entre especialistas sem demora para resolver todas as pontas soltas de uma questão tão complicada. Fiel, mais uma vez, à política dos Capetos, cuja herança assumiu, o novo monarca de França não concebeu outra forma de paz entre os dois reinos que não o fortalecimento ainda maior dos laços familiares entre ambas as dinastias. Ele planejou que, uma vez resolvidas as questões materiais, um casamento duplo uniria o irmão do rei da Inglaterra com sua filha, e seu filho primogênito com a irmã de Eduardo. Nada parecia, portanto, ter mudado o aspecto externo das relações, durante cinquenta anos antes, entre Capetianos e Plantagenetas: homenagens prestadas com relutância, e segundo uma fórmula ambígua, disputas intermináveis sobre os limites do ducado e sobre os quais este sempre pairou. a ameaça de confisco e acordos de casamento para fortalecer os laços familiares entre as duas famílias reinantes.

Quando as negociações foram iniciadas pouco depois, constatou-se que não houve progressos consideráveis em comparação com anos anteriores. Os ingleses exigiram a restituição dos castelos e territórios aquitanos ocupados indevidamente pelas guarnições francesas, bem como uma anistia completa para todos os nobres gascões que permaneceram leais ao seu duque durante o último conflito. Os conselheiros do rei da França, por sua vez, exigiram o pagamento das 50.000 libras de compensação prometidas por Eduardo III em 1327 e dos 60.000 marcos de direitos de acesso exigidos em 1325, bem como a destruição dos castelos dos exilados daqueles que Carlos IV não incluiu em seu perdão. Porém, em 8 de maio de 1330, o acordo do Bois de Vincennes, ratificado por ambas as partes, decidiu pela constituição de comissões mistas de trabalho que se ocupariam do exame de textos e testemunhos sobre cada um dos pontos em disputa e teriam o capacidade de decisão soberana. Essas medidas ainda estavam dentro da tradição.

Esta foi a situação quando uma nova iniciativa de juristas franceses agravou subitamente a tensão. De repente, perceberam que a fórmula da homenagem prestada um ano antes carecia de precisão. Reproduziu, no entanto, os termos exatos ou aproximados dos juramentos feitos por Henrique III em 1259, Eduardo I em 1274 e 1286, e por Eduardo II em 1304, 1308 e 1320 e por seu filho em 1325. Os reis da Inglaterra poderiam obter argumentos da sua própria ambiguidade para afirmar que a homenagem devida ao seu senhor pelo feudo da Aquitânia tinha um carácter "simples", um compromisso suficientemente impreciso para não implicar qualquer obrigação específica por parte do vassalo. Pelo contrário, os outros grandes vassalos da coroa, e especialmente os pares da França, deviam uma homenagem "lígia", pela qual o vassalo se comprometia a defender o seu senhor "diante de qualquer outro homem" e "contra todos os homens vivos". e morto", e também era obrigado a realizar o serviço de anfitrião às suas próprias custas. Sem, aparentemente, terem ocorrido quaisquer discussões prévias, o Plantageneta foi convocado perante a corte do rei em 28 de julho de 1330 para especificar os termos de sua homenagem e declarar que também carregava consigo a " *ligesse* ". O que exatamente pretendiam os assessores de Felipe VI com esta afirmação inoportuna? É possível que, uma vez vencida a primeira fase de uma luta tão acirrada, na cerimónia de Amiens, e

percebendo a incapacidade do jovem duque de Guyenne para enfrentar os seus argumentos jurídicos cheios de ameaças, esperassem proceder a um terceiro confisco de o feudo da Aquitânia, se o adversário, já cansado, recusasse mais uma vez o que era exigido. Infelizmente, eles não nos revelaram suas intenções. Mas os ingleses, que finalmente ficaram exasperados com estas maquinações contra um senhor feudal tão meticuloso quanto desleal, consideraram esta hipótese plausível.

Como em 1329, Eduardo não estava em posição de resistir às reivindicações dos Valois. Nova agitação política estava se formando na ilha. O jovem soberano, que já tinha vinte anos, achava a tutela da mãe cada vez mais irritante e opressiva. A insolência de Roger Mortimer, bem como três anos de governo inglório, colocaram os barões contra a camarilha que tinha o poder nas suas mãos. O povo descontente preparou uma conspiração, chefiada pelo próprio rei. Em novembro de 1330, Mortimer foi preso e executado, enquanto Elizabeth foi banida para um castelo remoto. Mas, devido à preparação deste golpe de estado e ao estabelecimento do seu poder pessoal, Eduardo não estava em condições de responder à convocação dos oficiais Valois. Sua não aparição poderia provocar as ações mais desleais. Ele temia por suas posses territoriais. Suas instruções aos seus oficiais na Guiana aconselhavam uma resistência desesperada caso o rei da França quisesse apoderar-se do ducado com armas, mas se se limitasse a enviar agentes para executar as sentenças de sua corte, ordenava que não causasse o menor incidente. e "suportar com boa vontade e boas maneiras, sem discussão ou resistência, para superar este momento ruim".

O desconfiado soberano acabou por abrandar o seu espírito, graças à atitude submissa dos oficiais aquitanos, à humildade dos embaixadores ingleses que vieram defender a causa do seu senhor, e à mediação do Papa João XXII, solicitada por Eduardo. Se em algum momento pensou num novo confisco da Aquitânia, Filipe não executou o seu projecto. Contentou-se com a assinatura de um acordo, celebrado em Paris em 9 de março de 1331, que isentava o rei da Inglaterra do pagamento de um novo tributo, mas com um compromisso escrito segundo o qual a cerimónia de Amiens era considerada pela outra parte como implicante. Homenagem Lygiana. Algumas semanas depois, Eduardo e Felipe realizaram uma entrevista secreta em Pont-Sainte-Maxence, a última antes do início do conflito armado. Mais uma vez, afirmaram o desejo comum de amenizar os eternos problemas da Aquitânia, de resolver divergências sobre limites territoriais, exílios e compensações de guerra.

A diplomacia valoisana, incorporando todos os métodos e explorando todos os caminhos abertos pelos últimos capetianos, não precisou de mais de três anos para infligir ao seu vassalo gascão uma vitória diplomática da maior importância. A homenagem de Amiens, e a subsequente declaração assimilando-a à homenagem lígia, haviam descartado, ao que parecia, para sempre as pretensões dinásticas dos Plantagenetas. Derrotado em todas as fases de uma luta tão acirrada, Eduardo se viu, em relação ao seu soberano, em uma situação mais humilhante do que nunca. A Aquitânia continuou a ser diminuída por uma ocupação parcial, enfraquecida pela submissão total do seu duque à monarquia francesa. Neste momento, a ameaça que pesava sobre ela há duas gerações parecia mais concreta. Decididamente, o reinado dos Valois teve um começo feliz.

II. RUMO À SEPARAÇÃO

Seis anos depois, esta primeira vitória ficou para trás. Eduardo não só retomou as suas reivindicações à coroa francesa, retratando o juramento de Amiens, mas, para evitar um novo confisco da Guiana, formou contra o seu rival a mais formidável coligação continental que a Inglaterra alguma vez teve a seu favor. época de Bouvines. É conveniente explicar uma mudança de tal magnitude. Já conhecemos as causas distantes da guerra, cuja constante foi sempre a questão da Aquitânia, e cujas variáveis foram questões comerciais e financeiras. Mas as causas imediatas, aquelas que provocam atos decisivos e impulsionam decisões irrevogáveis, só podem ser conhecidas através de um exame cuidadoso dos anos, tão cruciais quanto confusos, que vão de 1331 a 1337. Na história, nenhum conflito pode ser descrito como inevitável, mas é a vontade dos homens que os torna assim. De que homens, neste caso?

Os mais recentes historiadores do conflito franco-inglês, impressionados pela incrível sucessão de ações impróprias e inábeis que, no espaço de dez anos, transformariam a monarquia francesa, que ocupava uma posição privilegiada, numa potência atacada e logo derrotada , Eles explicaram esse rápido declínio pela incapacidade de seu rei. Eles tiveram prazer em realizar uma oposição completa entre duas personalidades: Eduardo III, um gênio político cheio de recursos constantemente renovados, mas ao mesmo tempo frio e calculista, capaz de conceber planos de longo prazo, que sabia para onde estava indo e o que ele queria e que superasse seu adversário no campo diplomático, da mesma forma que foi capaz de esmagá-lo no campo de batalha. Felipe VI, ao contrário, seria, segundo esta visão, quimérico e vazio, versátil quando a situação exigia continuidade de objetivos, teimoso quando deveria ter-se mostrado dúctil, perpetuamente enganado por um rival mais hábil, incapaz de tirar vantagem de situações em que isso era possível e que se deixou levar para uma luta para a qual não sabia como se preparar. Ambos os retratos requerem retoques significativos. Não se trata, evidentemente, de reabilitar a memória do primeiro Valois. Os próprios contemporâneos ficaram confusos quanto a isso, como é o caso do cronista Jean le Bel, que não soube dar uma opinião precisa sobre um príncipe valente e cavalheiresco, preocupado em fazer cumprir cegamente a vontade real que representava, e em conseguir esse implacável promotor da "justiça estrita", mas, ao mesmo tempo, despreocupado com seus próprios interesses quando uma paixão - vingança ou vanglória - estava em jogo. A sua diplomacia movia-se aos trancos e barrancos, por vezes demasiado confiante e outras vezes mais distorcida do que o necessário. Mas seriam esses defeitos exclusivamente atribuíveis ao soberano? Não foi ele mal aconselhado, mesmo pelas mesmas pessoas que dirigiram a política dos seus antecessores? No que diz respeito às relações com a Inglaterra e o seu feudo da Aquitânia, é chocante verificar que houve uma continuidade de acção política e de identidade de métodos entre Filipe de Valois e Carlos IV: intimidações, estratagemas, ameaças, inúmeros truques, que pretendiam fazer ceder e humilhar-se diante do vassalo não muito dócil. O jogo, até o momento, foi um sucesso. A causa residia no fato de que, durante vinte anos antes, a Inglaterra de Eduardo II, como a de Elizabeth e Mortimer depois, destruída na anarquia em que as lutas dos barões contra o poder real a haviam mergulhado, só Ele foi capaz de praticar uma política desprovida de

grandeza, pela mesma falta de poder. Carlos IV aproveitou-se disso para declarar a guerra de Saint-Sardos e fazer com que uma parte da Aquitânia passasse sob sua autoridade. Filipe VI, por sua vez, aproveitou a fraqueza do adversário para humilhá-lo até obter dele um tributo real. Os conselheiros do rei de França não conseguiram compreender que os tempos fáceis tinham passado e que, com Eduardo III firmemente estabelecido no seu trono, a monarquia francesa tinha encontrado um adversário digno.

Verdade seja dita, levará algum tempo até que o caráter de tal adversário seja totalmente revelado. Depois de 1340, depois de ter passado dos trinta anos, Eduardo poderia ser considerado um inimigo nato dos Valois, que jurou arrebatar toda a Aquitânia, e até mesmo todo o antigo império Plantageneta, das mãos da odiada monarquia, e como um oportunista talentoso, que soube aproveitar ao máximo as dificuldades do adversário e modificar constantemente os detalhes dos seus projetos para adaptá-los às mudanças das circunstâncias. Mas, em 1330, assim que ocorreu o golpe de estado que lhe valeu o trono, essas qualidades de estadista ainda não eram aparentes. Porém, já se percebiam valores singulares neste elegante cavalheiro, completamente imerso na civilização francesa. A comparação com o seu avô Eduardo I, quando este assumiu o poder após o triste reinado de Henrique III, é tentadora. Porém, percebe-se nele menos dureza, menos preocupação em legislar e melhorar sua burocracia. Ele se entregou especialmente à diplomacia militar, exigindo apenas que seus súditos arcassem com suas despesas. Ainda melhor que Eduardo I, soube interessar o seu povo, e principalmente a nobreza, nos seus projetos de conquista, nas suas expedições distantes. E ocorreu um novo acontecimento cujas consequências serão gravíssimas: pela primeira vez em dois séculos, os barões ingleses apoiarão a política continental do seu rei, no dia em que este decidir levar a guerra para o outro lado do canal.

Mas, em 1331, ninguém ainda considerava esta possibilidade na Inglaterra. O ressentimento do Plantageneta contra o rival que o suplantou e contra o senhor que o humilhou, por mais profundo que fosse, permaneceu oculto. Os franceses e os ingleses continuarão a reunir-se em Paris, em Londres, por vezes até em Avinhão, e a fazer declarações pomposas destinadas a concluir uma "boa paz". E não é que, fora destas reuniões, eles se considerassem em guerra. Mas, apesar das promessas dos soberanos e dos acordos de princípio, muitas questões detalhadas permaneceram por resolver, quase todas relacionadas com a Aquitânia, que constituíam um contexto cada vez mais importante. Estas questões foram discutidas durante várias gerações, sem nunca chegar a relações tão tensas. Quando as negociações foram retomadas, após o encontro de Pont-Sainte-Maxence, entre os conselheiros de ambos os reis, muito menos dispostos do que os seus senhores a falar de entendimento e de concessões mútuas, seguiram um percurso lento, tortuoso mas familiar, cujos riscos Eles não foram vistos por Felipe ou Eduardo.

Longe de pensar em fazer a guerra, os dois soberanos deixaram-se arrastar para grandiosos projetos de glória e conquistas distantes, nos quais a rivalidade poderia ser trocada pela emulação cavalheiresca. Foi, antes de tudo, a cruzada. O aumento da pirataria seljúcida no Mar Egeu, os ataques dos mamelucos sírios contra Chipre e a Pequena Arménia, provocaram novamente rumores de uma cruzada no círculo do Papa João XXII. Propagandistas zelosos, geralmente italianos, endereçavam os seus tratados aos reis, como Marino Sañudo, que dedicou a Filipe VI um tratado em latim sobre a necessidade e

modalidades das cruzadas, a *Secreta fidelium crucis* , ou Roger de Stavegny, que escreveu em Londres. um memorial intitulado *A Conquista da Terra Santa* . Ambos os soberanos deixaram-se tentar. A partir da primavera de 1332, Eduardo propôs a Filipe, além de um novo casamento principesco destinado a estreitar ainda mais os laços entre as duas dinastias, uma nova entrevista, na qual seriam traçados planos para a cruzada, à qual deu o seu apoio. . adesão de princípio e comprometeu-se a assumir a cruz. Felipe VI, ainda mais entusiasmado, apresentou-se como animador do projeto. Em julho, certo do apoio ao projeto do rei da França, o Papa concedeu-lhe o dízimo, durante seis anos, a ser recebido do clero do seu reino. Serviria para alimentar os cofres dos "tesoureiros da viagem à Terra Santa" e permitiria a realização, o mais rapidamente possível, da "viagem santa". Um ano depois, Felipe foi nomeado chefe da expedição planejada. A cruzada foi pregada em toda a Europa. O arcebispo de Rouen, Pierre Roger, assumiu a direção espiritual da pregação. A cruzada foi organizada lentamente, como convinha a uma época em que os projetos estavam sempre à frente dos meios disponíveis para realizá-los. A expedição planeada recebeu um forte impulso quando, em dezembro de 1334, o cisterciense Jacques Fournier, originário do concelho de Foix, e que assumiu o nome de Bento XII, sucedeu ao cahorsiano João XXII. Sob a direção suprema do rei da França, duque Luís I de Bourbon, foi nomeado capitão-geral. Por fim, a partida foi marcada para 1º de maio de 1335, data em que todos os cruzados deveriam ter chegado aos portos de embarque na costa mediterrânea. Os Hospitalários e Veneza prometeram fornecer navios. O próprio pontífice fretou quatro galeras às suas próprias custas e estocou provisões em Marselha.

O rei da Inglaterra, que inicialmente falara em participar da expedição, rapidamente se retirou dela, deixando ao vaidoso Filipe toda a glória dos preparativos e do comando. A razão para isto foi que Eduardo III encontrou um terreno mais próximo e mais favorável para as suas façanhas: a conquista e submissão da Escócia. Parecia uma tarefa fácil, tendo em conta a pequena dimensão e a pobreza do pequeno reino nórdico, mas foi, ao mesmo tempo, uma empresa em que os Plantagenetas colheram, durante duas gerações, amargas desilusões. Em mais de uma ocasião, nos primeiros anos do século, Eduardo I esteve perto de alcançá-lo. Sua obra, incompleta, ruiu depois dele, com a derrota humilhante sofrida pelo exército feudal de Eduardo II contra os montanheses escoceses em Bannockburn (1314). Com ainda mais determinação do que no passado, o terceiro Eduardo retomou esses planos de conquista, quase tão quiméricos, e nos quais vale a pena insistir, como os projetos da cruzada de Valois. A princípio, ele não interveio diretamente, mas limitou-se a apoiar com dinheiro e tropas as tentativas de seu protegido, Eduardo Balliol, filho daquele João de Bailleul ou Balliol que, na época de Eduardo I, ocupou o trono por alguns anos. trono da Escócia, sob a tutela da Inglaterra. Durante o verão de 1332, Edward Balliol iniciou hostilidades contra David Bruce, o monarca nacional, conquistou uma parte das terras baixas e foi coroado rei. Neste momento, pelo menos em Londres, a questão da cruzada nem sequer é levantada. O rei da Inglaterra estabeleceu-se permanentemente no norte da Inglaterra, para acompanhar mais de perto os acontecimentos na fronteira escocesa *e* preparar-se para futuras campanhas. Os serviços administrativos e judiciais, a Chancelaria, o "Tesouro", o Banco Comum, saíram das margens do Tâmisa e estabeleceram-se em Iorque, que se tornou assim uma espécie de capital de guerra, próxima do soberano e

das tropas. Em 1333, Eduardo III partiu para o ataque. Uma primeira campanha inglesa terminou com a recuperação de Berwick, na costa oriental, uma poderosa cidadela, cuja queda abriu caminho para Edimburgo e Perth para o vencedor, a conquista de todos os territórios situados a sul do rio Forth, cedidos por Balliol absoluto .

Mas, mesmo nas montanhas da Escócia, Eduardo encontrou novamente o rei da França, que parecia bloquear seu caminho. Precisamente desde 1295, quando os escoceses, para se libertarem da tutela inglesa, forçaram o seu rei Jean Balliol a procurar a ajuda de Filipe, o Belo, a aliança franco-escocesa tornou-se uma tradição estabelecida, quase um dogma diplomático do Ocidente cristão. . Filipe de Valois considerou que abandonar os seus aliados escoceses estava fora dos seus interesses e até mesmo dos seus deveres. Ele, pessoalmente, precisava da paz com o Plantagenct, se quisesse que a planejada cruzada finalmente começasse, mas não estava disposto a trocá-la pelo abandono de um pequeno país, cujas intervenções armadas, no caso de um conflito franco-inglês , poderia constituir um aborrecimento útil para seu inimigo. Por outro lado, Eduardo III, que já desconfiava da lealdade dos Valois, temia que o seu senhor feudal aproveitasse as suas campanhas na Escócia para tentar um novo golpe de Estado nas fronteiras da Aquitânia. Por isso, deu ordem aos seus plenipotenciários para que cedessem o máximo possível às exigências francesas, de modo que em 1333 parecia ter sido alcançado um acordo sobre tudo o que se relacionava com o feudo da Guiana. Espalhou-se então um boato em Paris de que a paz havia sido alcançada. Porém, a alegria durou pouco. Como explicou um cronista, "não demorou muito para que as coisas mudassem, pois os mensageiros ingleses mal haviam retornado às suas residências quando o rei da França os chamou novamente e lhes disse que sua intenção era que o rei David da Escócia e todos os escoceses fossem incluídos na esta paz. As novas reivindicações dos Valois eram, portanto, que não haveria paz na Aquitânia se a Inglaterra não abandonasse a conquista da Escócia. Se Eduardo fosse obstinado - e não tivesse intenção de parar no meio do caminho - poderia temer tudo, desde a "perfídia" francesa: confisco da Aquitânia, ajuda em dinheiro, homens e suprimentos aos soldados de David Bruce, sem necessidade de declarar guerra para esse fim.

Portanto, ao persistente ressentimento pelas humilhações passadas, somava-se agora a desconfiança mútua de dois reis que se espionavam, que tinham medo um do outro e se acusavam de projetos obscuros. Lenta e inexoravelmente, as relações deterioraram-se, sem que fosse possível atribuir responsabilidades a uma ou outra parte. Em 1331, faltava completar e reforçar, através de acordos detalhados, a compreensão de princípio que emergia nas entrevistas de ambos os reis. Três ou quatro anos depois, sem que nenhum acontecimento definitivo tivesse alterado os pontos de partida dos problemas, já não se esperava poder alcançar a “paz definitiva”. O único pedido era que não houvesse uma generalização da guerra. No entanto, nem Filipe, demasiado ocupado com os seus sonhos de cruzada, nem Eduardo, absorto na Escócia, queriam o início desta guerra total. Eles passaram a temer isso, e isso foi suficiente para tornar isso possível.

A política praticada pelo Papa Bento XII a partir de dezembro de 1334 acabou por precipitar o conflito que ele queria evitar. O novo pontífice, mais determinado do que o seu antecessor a levar a cabo a cruzada, manteve Valois e Plantageneta na ladeira escorregadia

em que se encontravam, tentando, como diríamos no jargão diplomático, "localizar o conflito". Filipe, depois de ter recusado assinar a paz com um adversário que continuava a atacar o seu aliado escocês, e fiel à política de Ames de praticar intrusões graduais, pensou neste momento propor, e até impor, a sua mediação entre a Inglaterra e a Escócia, interessada e. mediação incompleta, cujo resultado era conhecido de antemão e cuja única consequência possível era uma guerra geral. O Papa correu para enfrentar o perigo a toda velocidade. Ele foi capaz de assumir o controle do problema escocês e afastar Philip. Seus legados, que viajaram às pressas para a Inglaterra, conseguiram arranjar uma breve trégua, em novembro de 1335, entre Eduardo III e David Bruce. Mas foi um simples adiamento. Esforços mais pacientes e prolongados foram necessários para impor a paz aos adversários que já não tinham muito interesse em chegar a um entendimento. Mas Bento XII apoiou plenamente este acordo, a ponto de dar preferência à paz entre franceses e ingleses em detrimento da partida da cruzada, que já estava consideravelmente atrasada. Filipe, que pensava que a sua docilidade seria recompensada com uma próxima partida na "viagem santa", dirigiu-se a Avinhão em março de 1336. O Papa informou-lhe que era preferível adiar *sine die* da cruzada impossível, tendo em conta que não havia sido levada a cabo uma verdadeira paz. Os preparativos foram cancelados, os privilégios concedidos foram suspensos e a coleta do dízimo foi interrompida. Bento XVI esperava, com estas medidas, acelerar a reconciliação anglo-francesa, que já lhe parecia inalienável.

Mas o que aconteceu foi precisamente o oposto. Em primeiro lugar, esta ação desagradou a Filipe, até então dócil às exortações papais, enquanto a esperança da cruzada brilhava no horizonte. O rei francês considerou-se justamente irritado por lhe terem sido negados os benefícios de uma cruzada para a qual tinha concordado em não interferir no problema escocês. Por despeito, mostrou-se arrogante, dando imprudentemente ao adversário a impressão de que estava determinado a alcançar a guerra geral. A partir desses momentos, os acontecimentos precipitaram-se para uma ruptura inexorável. O Papa, que ia perdendo progressivamente o controlo da situação, mal conseguiu deter ambos os adversários através de negociações intermináveis, discussões estéreis que só conseguiram exasperar ainda mais ambos, que tinham suspeitas mútuas de má-fé. Negócios, conferências, correspondências, trocas de emissários acabaram sendo esforços desperdiçados que já não tinham influência no desencadeamento das paixões.

Na primavera de 1336, a imprudência de Filipe inaugurou a última fase do drama, precipitando-o para o desfecho. Os escoceses, contra os quais os ingleses preparavam a campanha final, pareciam estar no limite das suas forças. Os embaixadores franceses na Inglaterra mantiveram conversações secretas com os nobres escoceses que ainda lutavam. Ao mesmo tempo, a frota reunida em Marselha para fazer a viagem à Terra Santa deslocou-se para os portos normandos, como se destinada a realizar uma determinada intervenção a favor da Escócia. Na verdade, apenas alguns reforços foram enviados, permitindo ao pequeno mas corajoso reino prolongar um pouco a sua resistência. Eduardo considerava a guerra inevitável a partir de agora. Assim como o Papa Bento XVI adiou a cruzada, Eduardo abandonou a conquista da Escócia para se dedicar inteiramente aos preparativos para uma guerra mais ampla. No final de setembro de 1336, o Parlamento reunido em Nottingham denunciou as manobras pérfidas do rei de França na Guiana e na Escócia e votou nos

subsídios que permitiriam financiar a guerra. Talvez também tenha sido discutida a conveniência de uma nova reivindicação dos direitos de Eduardo III ao trono capetiano, uma arma poderosa na luta que se esperava que viesse. O governo abandonou então as províncias do norte, onde esteve nos últimos quatro anos, regressou a Westminster, iniciou os preparativos militares com grande entusiasmo, colocou os seus portos em alerta, enviou material militar para a Aquitânia e concentrou tropas e uma frota no canal. costa. Filipe, por sua vez, dividiu a sua frota entre os portos normandos e flamengos e protegeu a fronteira da Guiana com as suas tropas.

Enquanto ambas as partes se preparavam para o conflito e procuravam febrilmente por aliados - voltaremos a isto - também tentaram colocar a razão do seu lado, obtendo o pretexto legal para a ruptura. Felipe encontrou facilmente. Bastava ressuscitar o precedente de duas ocasiões anteriores, em 1294, por Filipe, o Belo, e em 1324, por Carlos IV: decretou, em 24 de maio de 1337, o confisco do feudo aquitano a um vassalo acusado de um crime e cujo não -o cumprimento de seus deveres feudais era facilmente deduzido. Foi uma forma de declaração de guerra ao rei da Inglaterra, sem que o conflito saísse do quadro feudal, no qual vinha se desenvolvendo lentamente. Na verdade, as hostilidades começaram imediatamente na fronteira com a Aquitânia, onde as tropas do rei da França sitiaram vários bastides, e no mar, onde a frota normanda atacou Jersey e até fez ataques bem-sucedidos na costa inglesa. Mas a incompletude dos preparativos militares de ambos os lados ainda não permitia nada mais do que escaramuças sem importância. Uma invasão inglesa de França, ostensivamente anunciada para o mês de Setembro, teve de ser cancelada por falta de meios financeiros. Bento XII, por sua vez, continuou tentando chegar a um acordo. Na esperança de lançar algumas conversações quiméricas, obteve de Filipe o adiamento da planejada invasão da Guiana até o final do ano. Mas Eduardo não se deixou enganar por esta suspensão das hostilidades. Assim que o confisco do seu feudo foi decretado pela corte francesa, ele fez uma reivindicação indireta aos seus direitos ao trono capetiano. Sem ainda assumir um título que, em sua opinião, lhe pertencia de direito, passou a designar, na ata da sua chancelaria, o seu adversário com o adjetivo desprezível: “Filipe, que se autodenomina rei da França”. Um personagem cuja trajetória movimentada vale a pena ser lembrada nesta época foi quem, aparentemente, o empurrou para tomar uma decisão tão importante.

Roberto de Artois, neto de Roberto II, e ele próprio sobrinho de São Luís, foi deslocado da sucessão ao condado de Artois por sua tia Matilda ou Mahaut. O costume feudal das províncias do Norte não contemplava a representação sucessória e considerava a filha mais nova herdeira antes do neto, caso o filho primogénito tivesse falecido. Em duas ocasiões, Roberto reivindicou o condado perante o tribunal dos pares, a primeira na época de Filipe, o Belo, e depois na de seus filhos. Os juízes, respeitadores dos costumes locais, rejeitaram as reivindicações. Mas o rei da França, para acalmá-lo, prometeu-lhe como compensação um "apanágio" na Normandia, com o título de conde de Beaumont-le-Roger e par da França. Roberto não abandonou o ódio contra a tia, que lhe tirara a herança, manteve as boas relações com a nobreza de Artois e incentivou a oposição contra a condessa e seu principal conselheiro, Thierry de Hiregon. Roberto recuperou as esperanças quando, em 1324, o conde da Flandres, Roberto de Béthune, desrespeitando os costumes locais,

conseguiu transmitir a sua sucessão ao seu neto Luís de Nevers, obtendo a demissão dos seus filhos mais novos. Em 1330, retomou as suas reivindicações, apesar das duas decisões contra ele, fornecendo documentos falsificados inspirados nos acontecimentos recentes na Flandres. A fraude e os seus cúmplices foram impiedosamente desmascarados pelo rei de França, que sentia um ódio eterno pelo seu primo e cunhado, juntamente com um desprezo extraordinário. Nesta época, Mahaut morreu misteriosamente (1332), sendo Robert acusado de tê-la envenenado. O rei queria dar uma lição exemplar. Os bens do culpado foram confiscados e ele foi privado de todas as suas dignidades. Ele foi condenado por traição e salvou sua vida fugindo. Em primeiro lugar, procurou refúgio perto do Conde de Hainaut. Felipe fez saber que agiria militarmente contra quem lhe desse asilo. No final de 1336, Roberto refugiou-se na Inglaterra, na corte de Eduardo III, feliz por receber um apoio desta importância. Os contemporâneos perceberam, sem dúvida, que foi o príncipe exilado quem, por ódio aos Valois, pressionou Eduardo a reivindicar o trono da França e prometeu sua ajuda para pôr fim à dinastia rival.

Contudo, o rei da Inglaterra teria decidido fazê-lo sem o conselho do traidor. O duque de Aquitânia não poderia responder legalmente à sentença de confisco proferida contra ele pela corte do seu senhor senão com desafio, isto é, com a quebra do vínculo de fidelidade feudal que o unia a um senhor injusto. Encontrando-se, como tinha acontecido com os seus antecessores, numa posição desprezada, não lhe restou outra alternativa, recuperar o seu "justo direito", senão recorrer à solução da "negação de justiça", cuja culpa recairia sobre o rei da França. A única resposta possível e válida, portanto, e à qual ele teria recorrido de qualquer maneira, seria transformar o conflito feudal, no qual tinha chances de perder, num confronto dinástico, que o colocasse no mesmo nível do seu adversário. . Por volta do Dia de Todos os Santos de 1337, o bispo de Lincoln, Henry de Burgersh, chegou a Paris trazendo consigo o desafio de seu senhor. Não foi dirigido ao soberano do reino francês, mas a "Filipe de Valois, que se autodenomina rei da França". Era o melhor procedimento de que Eduardo dispunha para revogar a homenagem que lhe fora imposta através do engano e da coerção, que, tendo sido emprestada a um usurpador, carecia de força contratual. Contudo, ainda hesitou em dar o último e definitivo passo, proclamando-se rei da França. Para fazer isso, ele teve que esperar ser reconhecido por alguém que não fosse um simples bandido, como Roberto de Artois.

Foi, portanto, na primavera de 1337, que a Guerra dos Cem Anos foi oficialmente iniciada. Como vimos, o conflito vinha fermentando há vários anos. Mas, até 1336, ambos os adversários, embora temessem cada vez mais a eventualidade iminente de uma ruptura, ainda não tinham chegado a considerar a guerra inevitável e, portanto, não tinham procurado o seu início. Nem Filipe, imerso em seus projetos de cruzada, nem Eduardo, enredado nos assuntos da Escócia, consideraram apropriado provocá-la. De repente, o adiamento da cruzada e o apoio inoportuno dado por Filipe aos escoceses fizeram Eduardo acreditar que a ruptura se tornara inevitável. Diante dos preparativos do inglês, Felipe, por sua vez, apressou o momento oportuno para provocar o rompimento. O erro agora era irremediável. Só o virtuoso pontífice tentou dissipá-lo, que, a partir de Avinhão, tentou ocupar uma posição acima do confronto e reconciliar as dinastias opostas a qualquer preço.

Vale a pena perguntar se, como afirmam alguns historiadores modernos, os esforços tenazes e infelizes de Bento XII foram apenas prejudiciais aos interesses dos Valois. Segundo esta interpretação, Filipe teria sido brinquedo e vítima do Papa francês, infiel nesta acção aos interesses do seu próprio país. Querendo evitar a guerra, mas não tendo forças suficientes para o fazer, Bento teria contido Filipe no momento em que as circunstâncias lhe eram favoráveis, deixando a Eduardo o tempo necessário para preparar a sua resposta. Não temos a certeza de que, se os Valois tivessem provocado o início da guerra em 1335 ou 1336, aproveitando os problemas da Escócia, estariam mais bem preparados do que em 1337 para levar a cabo a ofensiva e teriam enfrentado um inimigo derrotado antecipadamente. . Também não se pode excluir que Bento XVI, com a sua mediação, estivesse apenas a tentar acelerar o início da hipotética cruzada. Ele não foi o único na França que teve dúvidas sobre a solidez da dinastia Valois, bem como sobre a real força de um reino de tão grande prestígio. Talvez prenunciasse a tristeza, as ruínas e os desastres que um conflito imprudentemente alimentado pelas disputas da Aquitânia poderia trazer. O seu único erro – pelo menos o único que a História consegue lembrar – foi não ter conseguido.

III. OS ÚLTIMOS PREPARATIVOS

A partir do momento em que o perigo se aproximava, a actividade de Eduardo III, soberano impetuoso e grande líder, adquiriu uma amplitude na qual o seu espírito fértil de inventividade e organização pôde encontrar um canal livre. Esta preparação foi especialmente notável no campo diplomático. Tal como o seu avô Eduardo I tinha feito em 1297, ele concebeu um plano audacioso, que consistia em desviar a atenção dos Valois da fronteira com a Aquitânia, atacando a França nos Países Baixos. Mas ele soube adaptar esta política um tanto tradicional às necessidades do momento e modificar os seus detalhes de acordo com as condições. A Flandres, que serviu de pedra angular no reinado de Eduardo I, já não podia desempenhar o mesmo papel. Luís de Nevers, que se tornou conde de Flandres após a morte de seu avô Roberto de Béthune, estava ciente do alto preço que adviria de confrontar a suspeita soberania da corte de Paris. Príncipe francês de nascimento e educação, o seu comportamento ia ser o de um vassalo tão fiel como fora Guy de Dampierre, para evitar qualquer nova interferência francesa nos seus domínios, já que a memória de Cassel ainda estava muito próxima nos seus sentimentos. flamingos. Para punir a sua lealdade ao rei de França, Eduardo decidiu cortar o fornecimento à indústria de cortinas, mesmo correndo o risco de pôr em perigo as suas próprias finanças. Um decreto real promulgado no outono de 1336 e confirmado pelo Parlamento em fevereiro de 1337 proibia toda exportação de lã para fora do reino. Em princípio, a preciosa matéria-prima deveria alimentar apenas os teares ingleses, ainda por criar. Muitos historiadores elogiaram Eduardo por esta iniciativa ousada, acreditando que ele estava sinceramente ansioso por organizar uma indústria de cortinas no seu próprio reino, garantindo assim a independência económica da Inglaterra. Estas são suposições infundadas. Na verdade, a medida foi dirigida apenas contra a Flandres. Os comerciantes de Brabanton receberam

imediatamente o direito de levar consigo 30.000 sacos de lã, com a única condição de não os exportarem para a Flandres. Foi feita uma tentativa de afundar os teares de Ghent e Ypres em benefício dos de Bruxelas e Mechelen. Os mercadores ingleses mudaram-se para Dordrecht, onde estabeleceram um mercado aberto, esperando que a lã *básica se estabelecesse em Antuérpia.*

Através deste hábil desempenho, Eduardo III reconheceu a crescente influência, tanto económica como política, que o extenso ducado de Brabante, cujo duque, João III, governou de forma exemplar, tinha assumido desde o início do século entre os principados holandeses. Às tentativas de Filipe VI, já delineadas em 1332, de trazer Brabante para a sua esfera de influência, o Plantageneta respondeu concedendo-lhe privilégios comerciais que subordinaram a recém-criada indústria de cortinas de Brabante e a crescente prosperidade do porto de Antuérpia à amizade inglesa. Tinha outros amigos nesta zona: Guilherme de Hainaut, ao mesmo tempo conde da Holanda e da Zelândia, sem dúvida vassalo do seu cunhado, o rei de França, para o território de Ostrevant, mas cuja filha, Filipa, era rainha da Inglaterra. Mais a leste, o duque de Gileldres era um aliado tradicional da Inglaterra. Era preciso fortalecer essas alianças e criar novas. Desde o final de 1336, Eduardo enviava-lhes mensagens apaixonadas, fazendo-se de vítima da situação e anunciando antecipadamente a agressão injusta do rei da França.

"Fizemos-lhe", disse ele, "propostas vantajosas, mas até agora ele rejeitou até as mais razoáveis. Não satisfeito em reter injustamente os meus bens hereditários - aludindo às áreas da Aquitânia detidas desde 1324 - ele está secretamente tramando uma vasta conspiração contra mim, para provocar a minha ruína total, e pretende confiscar o que resta do meu feudo aquitano. Com a força que estes argumentos lhes deram e, sobretudo, com a dos enormes sacos de moedas que carregavam consigo, o bispo de Lincoln, Henrique de Burgersh e os condes de Salisbury e Huntingdon, percorreram, durante todo o inverno, os países Bajos e as regiões às margens do Reno Em maio de 1337, instalaram em Valenciennes um autêntico mercado de alianças, compradas em moeda forte. O preço foi alto, pois os príncipes imperiais eram vorazes.

"É sabido", diz um cronista referindo-se a eles, "que os alemães são gananciosos e não fazem nada se não for em troca de dinheiro". Mas conseguiram formar uma formidável rede de alianças, uma vez que a coligação anti-francesa incluía os duques de Brabante e Gtieldres, os condes de Hainaut, Berg, Juliers, Limburg, Cleves e Mark.

Devemos também levar em conta o desejo dos Plantagenetas de empreender a luta com um exército tão disciplinado e poderoso quanto possível. Não foi possível fazer grandes inovações na organização já descrita e que teve sucesso, ainda recentemente, nas difíceis campanhas escocesas. As disposições do soberano só tinham alcance em questões de detalhe e não deveriam ter tido a eficácia que normalmente lhes é atribuída. Eles também revelam um estado de espírito singularmente perigoso. Eduardo aconselhou a nobreza de seu reino a aprender francês, a língua da corte, da administração e do inimigo; Proibiu os torneios, dos quais também era grande adepto, para que a sua cavalaria não tivesse outro pensamento ou ocupação que não fosse a guerra. Ele pediu ao povo que se aperfeiçoasse no tiro com arco e praticasse exercícios para fortalecer e flexibilizar o corpo. Grande importância tem sido dada à criação de comissões *de matriz* , verdadeiros conselhos de

revisão, encarregados de recrutar, nos diferentes concelhos, os mais robustos camponeses e artesãos, para engrossar as suas tropas de infantaria. Mas a sua organização deixou muito a desejar e não conseguiu formar contingentes importantes e disciplinados. As forças armadas à disposição do rei da Inglaterra não podiam ser comparadas em termos de números às do seu adversário. Os cronistas medievais, confusos com os números, transmitiram-nos detalhes numéricos sobre as incursões inglesas no continente que eram pouco credíveis e que toda a documentação administrativa manejada pelos estudiosos modernos pôs em causa. Geralmente nos dão números de vinte ou trinta mil soldados invasores, e às vezes mais. Ao se referirem ao cerco de Tournai (1340), por exemplo, falam-nos de uma força de cem mil homens, contando os contingentes flamengos. Eles nada mais são do que fantasias. Mesmo admitindo que os recursos limitados do reino pudessem cobrir o pagamento dos soldados de tão numerosas tropas, o seu transporte para o continente teria sido impossível. A frota mercante inglesa, composta por navios de pequena tonelagem, não permitia embarcar de cada vez mais do que uma cifra que variava entre cinco e oito mil cavalaria e alguns milhares de infantaria. As armas e a disciplina foram um pouco mais eficazes. Deixemos de lado as forças feudais, a cavalaria fortemente equipada que continuou a constituir a parte fundamental do exército e sobre a qual repousava, salvo imprevistos, o peso da batalha. O seu armamento e métodos de combate eram os mesmos em toda a cristandade, pelo que nesta altura não havia muita diferença entre os exércitos francês e inglês. Havia apenas uma superioridade manifesta no corpo secundário, na heterogénea infantaria, que os cavaleiros de ambos os lados desprezavam: os lanceiros, os temíveis galeses armados com grandes facas e, sobretudo, os arqueiros, cujo tiro era impreciso, mas subjugava o adversário. , de longas distâncias, de uma nuvem de flechas, enquanto a besta genovesa, adotada pela infantaria Valois, era um instrumento mais pesado e lento, que só conseguia disparar uma vez a cada três arqueiros ingleses. Ninguém poderia suspeitar naquela época do papel fundamental e decisivo que esta “desprezível” infantaria iria desempenhar nas batalhas de campo aberto que ocorreriam na guerra.

O recrutamento e a manutenção de tais tropas, embora limitados, exigiam recursos abundantes e ininterruptos. Além disso, mesmo antes do início das hostilidades, a Inglaterra tinha incorrido numa série de despesas que ultrapassavam as suas possibilidades. As campanhas escocesas foram muito caras, aumentando o montante dos empréstimos. Levantar as somas para comprar as alianças alemãs exigiu grandes quantias de dinheiro e registros não muito limpos. Ao mesmo tempo, as medidas tomadas contra os flamengos perturbaram as exportações de lã, com enormes prejuízos para o tesouro real, que deixou de receber regularmente a "alfândega" (imposto) paga pelos sacos de lã destinados à exportação. Devido à falta de recursos financeiros, um primeiro desembarque inglês em França, originalmente previsto para o outono de 1337, teve de ser adiado e, pela mesma razão, Eduardo teve de aceitar uma suspensão das hostilidades proposta pelo Papa para os primeiros seis meses de 1338. Quando, finalmente, em julho de 1338, ele acreditou que havia chegado a hora de se mudar para o continente, seu tesouro estava esgotado devido aos preparativos militares e diplomáticos. Nesta altura, adoptou uma medida inédita de intervenção estatal na economia: o confisco a favor da coroa de 60.000 sacos de lã dos produtores ingleses, fixando baixíssimas compensações por conta do Tesouro para

proprietários ou comerciantes, enquanto o rei Ele estava encarregado da venda de lã no continente, a fim de alimentar tanto o seu exército como a sua diplomacia com os benefícios substanciais que esperava obter da operação. Projecto quimérico que demonstra claramente a situação angustiante a que se encontrava o rei de Inglaterra.

Filipe VI, por sua vez, apesar da maior dimensão e riqueza do seu reino, não se encontrava numa situação muito mais favorável. A falta de recursos abundantes e estáveis também afectou os seus preparativos militares. Graças à atitude complacente dos papas de Avinhão, ele conseguiu impor ao clero, de forma mais ou menos regular, o pagamento de dízimos em benefício, especialmente, do tesouro real. Na altura do advento da dinastia, João XXII tinha-lhe prometido, "tendo em conta os grandes encargos do reino", a contribuição das receitas eclesiásticas durante dois anos, concessão renovada em 1330. Apesar de alguma oposição dos contribuintes, o dinheiro foi levantado, produzindo um lucro líquido anual que já ultrapassou £ 250.000. Mais tarde, a pregação da cruzada, em 1332, proporcionara uma fonte adicional de rendimentos de origem clerical, que se somava aos demais privilégios concedidos ao rei. Sem dúvida, deveriam ter sido depositados numa tesouraria especial, estritamente reservada para as despesas da "santa viagem". Mas, quando a ideia da cruzada foi abandonada em 1336, viu-se que a maior parte do dinheiro já tinha sido gasto por Filipe nas necessidades do seu próprio governo. A partir de 1338, primeiro Bento XII e depois Clemente VI concederam novos dízimos, que eram renovados regularmente a cada dois anos. Tudo isso foi motivo de inveja dos Plantagenetas, que não encontraram tratamento tão favorável por parte da cúria de Avignon.

Os súditos seculares da coroa mostraram muito menos docilidade no que diz respeito ao pagamento de impostos. A imposição de qualquer "ajuda" – seja na forma, dependendo da província ou da época, de um imposto proporcional à renda, ou de um "tamanho" distribuído entre incêndios ou residências, ou de impostos sobre mercadorias – sempre entrou em conflito com multidões. .da oposição local, tanto por parte das cidades, como dos nobres e das comunidades de habitantes. O subsídio geral imposto a todo o país em 1328, para financiar a hoste feudal da Flandres, fornecia apenas 230.000 libras, uma quantia inferior a um único dízimo do clero. Nos anos seguintes, ficou ainda mais difícil conseguir dinheiro. A ajuda feudal solicitada em 1332, para a cerimónia de nomeação de cavaleiro do príncipe herdeiro João, foi rejeitada pelos vassalos do rei. Teve que ser restrito aos habitantes do domínio real e, mais tarde, face às dificuldades de percepção, totalmente suprimido. A ajuda à cruzada, também prevista pelos costumes feudais, foi ordenada em 1335. A maioria dos contribuintes recusou-se a pagá-la e o rei obteve quantias insignificantes. Como foi possível, nessas condições, preparar-se com antecedência suficiente para um confronto, que de outra forma seria possível a qualquer momento, com a Plantageneta?

A dissolução de 1337 forçou os funcionários do rei a fazerem um novo esforço. A exigência de um novo subsídio provocou mais uma vez a mesma tenaz oposição anterior. Tornou-se necessário negociar com os contribuintes, reduzir as exigências e aceitar a forma de tributação que cada comunidade ou cada região preferia. No Languedoc, o imposto sobre o lar de uma libra por fogo que o governo desejava teve de ser reduzido para 1/5 de libra para as famílias pecher e 1/3 para os nobres; As cidades e alguns grupos de

habitantes pagaram montantes muito inferiores à taxa de imposto doméstico. Falhas semelhantes ocorreram no Languedoïl: algumas cidades preferiram o pagamento de um imposto sobre mercadorias, que era mais lento de cobrar e mais difícil de definir. A Normandia não ficou em pior situação, apenas concedendo subsídios para manter durante dez semanas mil dos quatro mil soldados que se pretendia obter na província. A maioria dos vassalos, usando como pretexto os seus serviços pessoais na hoste real, exigiam que a ajuda não fosse imposta aos seus homens, ou que eles próprios a pudessem receber em benefício próprio. As terras de algumas instituições religiosas obtiveram exoneração completa. O subsídio gerou receitas tão escassas que, antes do final de 1337, a monarquia foi forçada a parar de pagar aos seus funcionários. Juízes e homens da lei viram os seus rendimentos retidos no prazo de um ano, enquanto os agentes (*servientes-sargentos*) tiveram os seus rendimentos reduzidos em 1/4 e os restantes oficiais em 1/5.

O mais grave de tudo era que, para obter os escassos subsídios, a monarquia tinha de ser mendiga e até suplicante. A concessão de qualquer tipo de ajuda exigia, em contrapartida, a confirmação de antigos privilégios, a concessão de novos, cartas prometendo não causar danos e, muitas vezes, isenções massivas. Os comissários reais foram forçados a negociar perante o povo. Eles receberam instruções para serem doces, mansos e humildes. Nessas dolorosas negociações, foi afirmado o princípio da anuência ao imposto por parte dos contribuintes ou dos seus representantes, na verdade mais do que na lei. É nesta altura que estas assembleias locais, numerosas e frequentes, mas sem composição ou procedimento fixo, passam a ser chamadas de Estados. A necessidade de obter dinheiro a qualquer preço tornava o recurso aos Estados quase uma obrigação da qual todos concordavam que o rei não poderia escapar. Sabemos muito pouco sobre o funcionamento destas assembleias, a sua composição, etc. As "boas cidades" desempenharam nelas um papel predominante. Parece que a princípio foram convocados apenas a nível local, e que até 1343 não se realizarão os primeiros Estados que os historiadores, com alguma antecipação, qualificam de "Gerais", mas nos quais se reunirão os representantes de todo o mundo. o centro e o norte da França, isto é, aquela parte do reino que, ao contrário do Languedoc, sempre consultada de forma independente, será chamada Languedoïl. As assembleias, enfurecidas ao verem o governo em maiores dificuldades, exigiram compensações ruinosas. Em 1337, os Estados normandos, reunidos em Pont-Audemer, invocaram a Carta Normanda de 1315 para recusar a concessão de qualquer subsídio. Finalmente, só concordaram em conceder um subsídio voluntário reduzido na condição de que os seus privilégios fossem confirmados e lhes fossem concedidas cartas de promessa de não causar danos. Dois anos depois, os representantes normandos resistiram às repetidas exigências do príncipe John, deliberaram longamente e finalmente exigiram esclarecimentos sobre os seus privilégios financeiros, em grande detrimento do tesouro real. Em 1340, os nobres do bailiado de Vermandois estabeleceram condições ainda mais duras: os próprios senhores procederiam à eleição dos cobradores de impostos; O dinheiro arrecadado serviria apenas para pagar os soldados da província; A arrecadação cessaria no mesmo dia em que a hóstia real fosse dissolvida. Quando, por acaso, os contribuintes concordaram com um esforço adicional, limitaram-no à curta

duração de um passeio de verão, sem perceberem que a guerra passaria, a partir de agora, a ter novas características.

Esta insegurança relativamente ao futuro explica, em parte, a lentidão e a ineficácia dos preparativos militares durante o ano 1337-38, que foi, de certa forma, como uma vela de armas. Mas não pode justificar a apatia, no campo diplomático, para contrariar a coligação pró-inglesa, através de uma união mais estreita de todos os aliados de França. Sem descuidar completamente da tarefa, Felipe não se interessou suficientemente por ela. A sua contra-coligação será claramente mais fraca do que o grupo compacto formado pelos seus adversários. Tinha, no entanto, velhos amigos nos Países Baixos: Luís de Nevers, conde da Flandres, João do Luxemburgo, ao mesmo tempo rei da Boémia. Não podendo mais contar com a aliança de Hainaut ou de Brabante, comprou a do bispo de Liège, o condado de Deux-Ponts, o de Henrique da Baviera e a cidade de Cambrai. Este grupo de aliados, por mais imponente que pareça, foi disperso e disseminado em relação ao bloco compacto pró-inglês. Mais afortunado nas suas fronteiras meridionais, Filipe iniciou negociações com Castela e em dezembro de 1336 assinou um tratado de aliança com Afonso XI, para poder contar com a ajuda da frota castelhana na guerra que se aproximava.

Finalmente, para demonstrar claramente a sua independência da recentemente criada cúria de Avinhão, Filipe iniciou conversas com um príncipe que, durante mais de dez anos, foi um inimigo ferrenho de João XXII e de Bento XII.

Foi o imperador Luís da Baviera, um cismático recalcitrante, excomungado, anatematizado. Não sabemos, ao certo, se Filipe pretendia realmente aliar-se ao imperador, prometendo a sua ajuda na luta contra o papado de Avinhão e solicitando a sua ajuda contra os Plantageneta. A verdade é que as negociações, conduzidas sem entusiasmo, não deram frutos. A razão para isso é que Eduardo, mais rápido e pragmático, ofereceu o preço exigido pelo ganancioso bávaro. Sucumbindo às atrações dos Sterlings, o imperador aliou-se ao rei da Inglaterra em 26 de agosto de 1337, emprestando todo o apoio de sua autoridade à coalizão Holandesa e Renânia, cuja força parecia ameaçar perigosamente o reino da França.

4. A CONFIGURAÇÃO EM INGLÊS

O ano de 1338 viu grandes preparativos ingleses nas fronteiras norte da França. Para concluí-los com êxito, era necessário apaziguar o adversário, quer se chamasse Bento XII ou Filipe VI. O Papa ficou indignado com a aliança clandestina assinada entre o Plantageneta e o imperador cismático, cujo segredo não foi devidamente guardado. Para apaziguá-lo, o rei de Inglaterra apressou-se em aceitar a prorrogação das tréguas, inicialmente até 1 de abril e posteriormente até 1 de julho. Ele protestou junto à Santa Sé sobre seu amor pela paz e até enviou seus plenipotenciários à Cúria de Avinhão, onde, sob a direção do ingênuo Bento, guerreou. Com relação a Felipe, foi preciso reverter os planos que estavam em andamento.

Por isso, proclamou publicamente que, se não fosse possível preservar a paz, planeava ir pessoalmente liderar a defesa do seu ducado da Guiana contra as manobras traiçoeiras dos oficiais franceses.

Contudo, nos Países Baixos e na região da Renânia, os acordos continuaram ininterruptos. Não bastava que Eduardo comprasse, a um preço elevado, as alianças dos príncipes do Império. Para colocá-los eficazmente ao seu serviço e utilizá-los na implementação de planos de conquista, era necessário exercer sobre eles uma autoridade legítima capaz de os impedir de qualquer deserção, sempre que possível. Negociou com Luís da Baviera, sempre necessitado de recursos, a concessão, em troca de dinheiro, do título de vigário imperial na Baixa Alemanha, graças ao qual obteria a delegação dos poderes soberanos do imperador em todos os territórios da Alemanha. antiga Lotaríngia. À medida que se via mais próximo de seus objetivos, crescia seu desejo de entrar na campanha. Em abril, anunciou a intenção de não respeitar as tréguas e de embarcar para o continente no dia 1º de maio seguinte. As dificuldades financeiras impediram-no, mais uma vez, de estar preparado para esta data. Finalmente, no dia 16 de julho, uma imponente frota partiu do porto de Orwell, na foz do Tâmisa, em direção a Antuérpia. Foi recebido como convidado do duque de Brabante, cuja aliança se estreitara ainda mais graças aos novos privilégios comerciais, e no dia 22 de julho tirou definitivamente a máscara, chamando seus embaixadores que, formalmente, ainda negociavam na cúria papal. . Ele então marchou para a Renânia para encontrar seu aliado imperial.

Em 5 de setembro de 1338, a entrevista entre Eduardo III e Luís da Baviera ocorreu em Koblenz, em meio a esplêndidas festividades, com a presença de quase todos os eleitores do Império. O imperador enviou um desafio solene ao rei de França e aos seus aliados, jurou ajudar o seu novo aliado contra os Valois durante sete anos e fez os príncipes alemães prometerem que serviriam fielmente os Plantageneta nas suas guerras. Ele então impôs a Eduardo a insígnia de vigário do Império, uma distinção tão lisonjeira para a vaidade do destinatário quanto útil para suas ambições. Pois bem, o rei da Inglaterra não o considerava um mero título, mas queria obter dele um aumento de seu poder o mais rápido possível. Enquanto uma casa da moeda, em Antuérpia, começa a cunhar escudos com a águia, com as armas do Império, mas em nome de Eduardo III, convoca em três ocasiões os vassalos que dependiam do seu vicariato, para receberem a sua homenagem, em Herck , em Brabante, em 12 de outubro, em Mechelen, em 2 de novembro, e em Binche, em Hainaut, em 18 de dezembro. Com exceção do bispo de Liège, que com este gesto recusou romper a aliança que o unia aos Valois, todos os príncipes dos Países Baixos responderam ao pedido, sendo os primeiros os condes de Brabante, Guéldria e Hainaut. O próprio Luís de Nevers não se atreveu a escapar ao dever de vassalo que devia aos territórios imperiais da Flandres, isto é, às terras do outro lado do Escalda. Nessas esplêndidas cerimônias, Eduardo obteve um prestígio que logo ultrapassou os limites da Lotaríngia. Seus representantes reuniram-se com os condes da Borgonha, Genebra e Sabóia. O isolamento da França parecia, assim, continuar ao longo das suas fronteiras orientais, atingindo o próprio reino de Arles.

Essas cerimônias de cortejo, juntamente com negociações frutíferas, ocuparam a Plantageneta até o início da má temporada. Ainda não tinha sido possível iniciar as hostilidades, que foram adiadas para a primavera de 1339. Novas dificuldades financeiras

atrasaram mais uma vez o envio de reforços essenciais. Partidos e alianças eram muito caros. Para impressionar seus aliados pobres, Eduardo concedeu empréstimos não reembolsáveis a comerciantes, às cidades da Holanda, a banqueiros italianos. Mas a operação, confiada aos banqueiros florentinos Bardi e Peruzzi, não deu bons resultados. Esperava-se um primeiro carregamento de 20 mil sacas e só chegaram 2.500. Esperando a chegada do restante, Eduardo penhorou suas próprias joias para agiotas. A magnífica coroa que ele ordenou fazer em antecipação à sua coroação na França foi penhorada por uma quantia insignificante ao Arcebispo de Trier. Para agravar ainda mais estas dificuldades, o incansável Bento XII, que continuava empenhado na manutenção da paz, aproveitou a lentidão dos preparativos de guerra para solicitar a abertura de novas negociações. Eduardo não tinha mais interesse em continuar a enganá-lo. Informou-lhe que não aceitava qualquer tipo de conversa que não fosse precedida pelo abandono da aliança com a Escócia por Filipe e pela restituição da Aquitânia. Um longo memorial foi escrito para explicar à cúria de Avignon as razões que levaram os Plantagenetas a reivindicar a coroa da França.

A impaciência do conquistador crescia dia a dia. Todos os reveses que atrasaram esta campanha de 1339, na qual depositara todas as suas esperanças, irritaram-no. No meio de dificuldades sem precedentes, os reforços ingleses, desembarcados em Antuérpia, começaram a concentrar-se em torno de Bruxelas no final de julho. Os contingentes militares dos príncipes alemães, prometidos em troca de pensões substanciais, continuavam desaparecidos. Agosto e setembro passaram sem a chegada de forças além de alguns milhares de mercenários, indisciplinados e inseguros. No mar, os franceses redobraram a sua atividade, interrompendo o transporte, dificultando a navegação e saqueando a Ilha de Wight e outros pontos da costa inglesa. No final de setembro, Eduardo, que não aguentava mais esperar, esquecendo-se da ajuda dos seus aliados infiéis, partiu em direção à fronteira francesa. Seus vinte mil homens capturaram Cambrai, saquearam Thiérache, vigiados de longe pelo exército feudal de Filipe. Eduardo pediu para lutar contra seu adversário. Os Valois não responderam e, após um mês de manobras inúteis, recuaram em direção a Brabante. A aliança anglo-imperial estava a falhar e a falhar lamentavelmente. Quinze meses de permanência ininterrupta na Holanda, intensa atividade diplomática, o título de vigário imperial, a homenagem e aliança de tantos príncipes serviram apenas para provocar uma manifestação militar inútil nas fronteiras de um inimigo cujas forças ainda estavam intactas.

Qualquer pessoa que não fosse Eduardo III teria ficado desanimada com tudo isso. Abandonado pelos príncipes imperiais, acreditou-se salvo ao aceitar a aliança dos flamengos, cujas milícias comunais não o apoiaram durante a campanha de Thiérache. Com a entrada em cena de Flandres, o segundo ato do drama começou a se desenrolar.

A população da Flandres marítima, embora dominada pela campanha de Cassel, nunca foi subjugada e permaneceu abertamente hostil ao soberano Valois e ao jovem conde que partilhava as suas aspirações políticas. Com a sua habitual autoconfiança, os funcionários do rei de França interferiram nos assuntos municipais e impuseram a taxa de câmbio forçada da moeda real. Filipe VI, para evitar uma provável deserção, adoptou a medida inútil de autorizar oficialmente os seus súbditos flamengos a serem neutros no conflito que se aproximava e a continuarem o seu comércio com o inimigo inglês. O bloqueio ao

comércio de lã, que Eduardo III decretou quase ao mesmo tempo para punir a fidelidade de Luís de Nevers à causa dos Valois, anulou completamente os efeitos positivos desta medida de boa vontade. A cessação da chegada de matérias-primas às cidades industriais flamengas produziu uma crise de desemprego entre os artesãos cujos efeitos não demoraram a fazer-se sentir. Reduzidos à miséria, os trabalhadores atribuíram a culpa da sua situação ao rei de França. Atacaram o conde e a nobreza, cujos luxos eram demasiado insolentes, e a burguesia abastada, cujo capital sólido lhes permitiu enfrentar a crise com alegria, e sobre quem a suspeita de serem *leliaerts caiu* profundamente nos seus corações.

O ano de 1337 testemunhou os habituais prelúdios das crises sociais: agitação nas ruas e manifestações gritando "Trabalho e Liberdade". Em Valenciennes, base de operações nos Países Baixos, os agentes ingleses reuniram-se com os agitadores e incentivaram as revoltas, das quais acreditavam que poderiam obter grandes benefícios.

Logo apareceu um líder que agrupou os descontentes, dominando-os com sua grande personalidade. Apesar da sua riqueza e dos seus laços com a nobreza, o opulento burguês Jacob van Artevelde apoiou as exigências populares. Para retomar as importações de lã, primeira condição de trabalho, foi necessário reconciliar-se com a Plantageneta. Desde o início, se acreditarmos que os cronistas se opunham às suas ideias, Artevelde teria sido a favor de que os flamengos "defenderam os ingleses contra os franceses". Em Gante, principal centro de agitação operária, o povo elegeu-o, por aclamação, em 3 de janeiro de 1338, "ruwaert" – isto é, capitão – da cidade. A propaganda hábil conseguiu recrutar para a rebelião as cidades rivais Bruges e Ypres, bem como os pequenos centros rurais de cortinas que, no entanto, foram duramente tratados pelas severas regulamentações das grandes cidades de cortinas. Foi imposta uma trégua geral aos diferentes grupos, formou-se uma aliança comum contra o conde e o rei de França, formando uma comissão governamental composta por delegados das principais cidades, presidida por Artevelde. De Bailleul, no sul, a Termonde, no norte, todo o país reconheceu a sua autoridade. Luís de Nevers tentou, sem sucesso, reprimir pela força esta rebelião dos seus súbditos. Um ataque armado contra Gante, tal como outro contra Bruges, falhou devido à resistência das milícias comunais. Em fevereiro de 1339, o conde teve que se refugiar na corte do rei da França, deixando toda a Flandres nas mãos dos rebeldes.

Assim que Artevelde assumiu o poder, Eduardo III acreditou que a Flandres estava à sua mercê. Ele acreditava que a sua grande coligação holandesa e imperial contra os Valois tinha sido assim alcançada. A adesão do condado flamengo, que considerava iminente, conferir-lhe-ia uma superioridade esmagadora sobre o seu adversário. Mas foram necessários quase dois anos de difíceis negociações para atingir os seus objetivos, já que Artevelde não tinha pressa em aderir à aliança inglesa sem compensação. A revolta deles foi dirigida exclusivamente contra a má gestão de um conde inútil. Trair o seu soberano, mesmo sendo odiado, foi um ato mais grave que, a princípio, ele não quis realizar. Significava correr o risco de uma aliança entre o conde e o rei de França, de uma nova expedição punitiva da cavalaria francesa e, em suma, de um novo Cassel. A memória do desastre de 1328 ainda estava muito fresca em todas as memórias. Com grande prudência, Artevelde apenas ofereceu aos ingleses a segurança de uma neutralidade complacente. Em troca desta promessa limitada, só obteve, em julho de 1338, um contingente igualmente

limitado de lã inglesa, o que permitiu a retomada do trabalho de alguns comércios. Durante dezoito meses, apesar da pressão constante para assumir um compromisso mais firme, recusou-se a fazer quaisquer outras concessões. Eduardo, que se manteve fiel à sua aliança com Brabante, não podia, por sua vez, oferecer vantagens económicas que pudessem prejudicar os interesses de Antuérpia e Bruxelas. A situação permaneceu assim por enquanto, e Eduardo teve que empreender a sua última campanha de 1339 sem o apoio das milícias flamengas.

Como consequência da expedição Thiérache, Artevelde foi forçado a tomar partido a favor da Inglaterra de forma mais clara. Os exércitos franceses, que permaneceram intactos não muito longe das fronteiras flamengas, poderiam voltar-se contra ele a pedido do conde Louis de Nevers. Para enfrentar esta nova ameaça, os flamengos precisavam do dinheiro e dos soldados da Plantageneta. Portanto, retomaram as negociações. Artevelde e Eduardo realizaram inúmeras entrevistas que culminaram, em 3 de dezembro de 1339, com a celebração de um tratado, pelo qual os ingleses compraram a aliança flamenga por um preço muito elevado. Ao abrigo deste acordo, teriam acesso total à lã inglesa no futuro, com a lã básica *a passar de Antuérpia para Bruges.* Foi-lhes prometido o futuro retorno dos castelos de Lille, Douai e Orchies, ao poder dos reis da França desde os tempos de Filipe, o Belo; Ser-lhes-ia concedido, em quatro parcelas, um subsídio de 140 mil libras para equipamento militar e defesa do país; Finalmente, em caso de ataque francês, a frota inglesa, bem como os contingentes armados ingleses, seriam colocados à disposição de Artevelde. Em troca, os flamengos prometeram apoio militar e, o mais importante, reconheceram Eduardo III como o legítimo rei da França. Consequentemente, em 6 de fevereiro de 1340, Eduardo conseguiu reunir a sua "cúria" em Gante, num "parlamento" para o qual foram convocados os seus novos vassalos. Na qualidade de sucessor de São Luís e Filipe, o Belo, recebeu o juramento das cidades e a homenagem dos nobres que não permaneceram fiéis ao conde. A partir deste momento, adotou o título de “Rei da Inglaterra e da França”, teve seu grande selo refeito, esquartejando os braços no escudo com a flor-de-lis e passou a datar seus documentos desta forma: “no século XIV ano do nosso reinado na Inglaterra e o primeiro na França. Mesmo antes do início das grandes operações militares, já tinha alcançado o primeiro dos seus objectivos: transformar o conflito feudal numa guerra dinástica. Vigário imperial, rei de França, soberano do pequeno reino insular, alcançara um prestígio que só ele se deslumbrava. No dia 29 de março seguinte, o Parlamento de Westminster ratificou a aliança Anglo-Flamenga. No mesmo momento, o conde Hainaut, que conseguira manter uma precária neutralidade entre o seu senhor francês e o seu genro inglês, dirigiu o seu desafio aos Valois. Com ele, Felipe perdeu os últimos amigos na Holanda.

Mas, no campo militar, a aliança flamenga revelou-se tão ineficaz como a aliança imperial tinha sido anteriormente. Eduardo tornou-se presa de seus credores holandeses. Em fevereiro de 1340, ele foi autorizado por eles a retornar à Inglaterra para montar um Parlamento e buscar lá dinheiro e reforços. Mas ele teve que prometer que voltaria antes de junho. Ele teve que deixar a esposa e os filhos menores como penhor aos banqueiros de Gante, aos quais não pagou. Nesta época, nasceu em Gante o seu terceiro filho, que mais tarde se tornaria duque de Lancaster. Também em Inglaterra, as comunas opuseram-se aos

novos sacrifícios financeiros que lhes eram exigidos, aceitando apenas em troca de ruinosas concessões reais a aprovação de um pesado imposto de 1/9 dos rendimentos agrícolas e dos bens móveis dos burgueses. A própria administração, e especialmente a Chancelaria e o Tesouro, sofreram graves danos por terem sido dirigidas do continente pelos funcionários do Hotel del Rey, e dificultaram os preparativos militares com a sua má vontade, e por vezes até com a sua oposição aberta. Finalmente, o rei da França preparou-se para enfrentar a nova frota invasora no mar. Para o efeito, a frota francesa, engrossada por contingentes castelhanos e algumas galeras genovesas, passou pela costa flamenga e ancorou em La Sclusa - em Flamengo, Sluys - único porto bom de todo o concelho.

Com teimosia imprudente, Eduardo superou todas as dificuldades e derrotou toda a oposição, ignorando a ameaça francesa. No dia 22 de junho zarpou com toda a sua frota, rumo à Flandres. Após dois dias, o combate naval entre as duas marinhas começou na entrada do porto de La Esclusa. O medíocre comando inimigo, bem como a falta de entendimento entre franceses e castelhanos, fizeram com que a frota francesa fosse aniquilada, afundada ou queimada, em poucas horas. Triunfo valioso que garantiu ao vencedor, pelo menos por alguns anos, o controle do mar. Mas sucesso sem alcance decisivo, já que o reino da França permaneceu ileso e teve que ser conquistado. Eduardo, como se viu, não tinha meios para fazê-lo.

O exército inglês, reforçado por milícias flamengas — talvez trinta mil combatentes no total — iniciou a campanha no final de julho. Ele seguiu diretamente para Tournai, o primeiro posto avançado do domínio real nas margens do Escalda. Mas faltava-lhe o material de cerco necessário para atacar uma cidade tão importante, por isso parou durante muito tempo ao pé das suas muralhas. Durante este tempo, o exército de Filipe, reunido nas colinas de Artois, chegou à região de Lilás, assediou os encarregados dos abastecimentos inimigos, surpreendeu os seus destacamentos isolados, mas mais uma vez recusou a batalha de campo aberto que Eduardo parecia impaciente para iniciar. Em meados de Setembro, a situação de ambos os exércitos, devido à proximidade de épocas más e à falta de abastecimentos, deteriorou-se rapidamente. Os ingleses, que já tinham sofrido a espectacular deserção de Brabante, cujos interesses foram prejudicados pela reconciliação com a Flandres, viram agora como o conde de Hainaut se aproximou do rei de França. Para evitar maiores danos, aceitaram a suspensão das hostilidades oferecida pelos emissários de Bento XII. A trégua, válida até junho de 1341, mas suscetível de prorrogações, foi concluída em Esplechin, pequena aldeia de Tournaisis, em 25 de setembro de 1340.

O saldo dos primeiros anos da guerra não foi, em última análise, favorável à causa Plantageneta. As cavalgadas não tinham atingido os pontos nevrálgicos do reino de França, cuja coesão, face à proximidade do perigo, parecia mesmo ter-se fortalecido.

O aumento da autoridade de Felipe VI é especialmente evidente no campo financeiro. Ignorando a vontade dos contribuintes, ousou impor-lhes encargos maiores, dos quais, pelo menos em parte, permitiu o recrutamento de contingentes militares significativos. Em 1340, reuniu os representantes do reino, por bailiwicks, solicitando-lhes a instituição de um imposto sobre a quinquagésima parte dos seus rendimentos e de uma taxa sobre as mercadorias. Sabemos que em Vermandois os Estados estavam divididos e deram uma

resposta "nada agradável ao rei". Mas Felipe ignorou a oposição e impôs a sua vontade. Em 1341, ele estabeleceu uma taxa de 4 moedas por libra nas transações comerciais de quase todo o seu reino. Em 1342, todo o reino contribuiu com um imposto doméstico de 20 soldos por fogo, que sabemos que rendeu 73 mil libras apenas no senescal de Carcassonne e 33 mil libras em Périgord e Quercy. Por maiores que tenham sido os fracassos e as dificuldades de arrecadação, é evidente que os Valois conseguiram melhorar significativamente os seus recursos extraordinários. Além disso, por volta destas mesmas datas, um novo imposto, a gabela, tornou-se universal e permanente. Até então, a realeza explorava por conta própria as minas de sal de Carcassonne e Agen, que faziam parte dos seus recursos senhoriais e tinham, nas regiões vizinhas, privilégio exclusivo de exploração e venda. Uma portaria, datada de 16 de março de 1341, sem ter previamente solicitado o parecer dos Estados, estendeu a gabella a todo o reino. Os comissários do rei confiscaram ou compraram todo o stock disponível, criando armazéns de venda nos quais a população tinha necessariamente de se abastecer de sal. Além disso, muito em breve o monopólio de vendas será preservado apenas no Languedoc. No resto do país, os espigueiros reais nada mais eram do que armazéns onde o sal bruto era depositado à chegada a cada cidade e só podia ser levantado pelos comerciantes após o pagamento do imposto, segundo um sistema de arrecadação análogo ao daquele. do « *"grampo* " ou "estágio" de lã usado pelo rei da Inglaterra. Embora inicialmente impopular, a duração deste imposto cobrirá todo o Antigo Regime.

Finalmente, como um facto sintomático que seria injusto esquecer, as preocupações da guerra contra a Inglaterra não separaram completamente Filipe e os seus conselheiros da política frutífera de expansão do domínio real, que deu continuidade à dos seus antecessores capetianos. Em 1341, aproveitou uma "rebelião" do rei de Maiorca, Jaime III, que tinha metade da cidade e o senhorio de Montpellier como feudo da coroa de França, para confiscar e ocupar o seu feudo. Muito em breve o rebelde recuperará o favor real, mas sob forte pressão do rei de Aragão, que lhe tirou a sua pequena ilha e o reino dos Pirenéus, acabará por vender o seu feudo a Filipe por 120.000 escudos (1349). Assim, foram acrescentados ao domínio real os últimos direitos que a dinastia real aragonesa detinha no Languedoc durante mais de século e meio. Ao mesmo tempo, iniciaram-se complicadas negociações com o objectivo de passar sob o domínio de um príncipe Valois uma província fora do reino, mas incluída neste "reino de Arles", no qual, desde a época de São Luís, a França exercia uma influência incomparável. Sabe-se que Umberto, o último delfim dos vienenses, sem herdeiro e ansioso por partir em busca de aventura e glória na cruzada, tentou vender seu estado a quem pagasse mais. Vários tratados sucessivos garantiram o seu regresso à casa real francesa. Em 1343, a possibilidade de doá-lo ao filho mais novo do rei de França, Filipe de Orleães, só foi levantada para fundar uma dinastia local, com proibição expressa de posterior reintegração no domínio real. No ano seguinte, Felipe VI substituiu o filho mais novo pelo primogênito. Finalmente, em 1349, por um novo tratado, desta vez definitivo, Humberto vendeu o Delfim ao filho mais velho de João da Normandia, o futuro Carlos V, que, desta forma, foi o primeiro príncipe francês a deter o título de Delfim.

III
OS DESASTRES FRANCESES (1340-1364)

As tréguas de Esplechin marcam claramente o fracasso dos planos grandiosos pelos quais o megalomaníaco Eduardo III acreditava poder pôr rapidamente fim à dinastia Valois. Alguns historiadores modernos, sobretudo franceses, recriaram-se descrevendo um rei Plantageneta, sem dúvida ambicioso, mas realista e hábil, capaz de aproveitar todas as oportunidades favoráveis, sabendo o que queria, calculando as suas possibilidades e com propósitos claros. Nenhuma destas qualidades adornou o jovem soberano de trinta anos que vemos reduzido a uma situação dolorosa nestes últimos meses de 1340. Quanto às conquistas do continente, Eduardo mostrou-se tão quimérico quanto o seu adversário. A dura lição dos acontecimentos o tornará mais prudente e o ensinará a adaptar as suas ambições à medida dos seus meios. No momento, ele acaba de receber a lição mais humilhante de toda a sua vida.

O que restou daquela rede de alianças tão difícil de concretizar e tão dispendiosa de adquirir? O bloqueio da França pelos Países Baixos e pela Alemanha falhou miseravelmente. Dependia exclusivamente do ouro inglês e, quando este se tornou escasso, tudo ruiu. Luís da Baviera foi o primeiro a abandonar. Em janeiro de 1341, a diplomacia francesa obteve dele o abandono da aliança inglesa e a promessa de apoio aos Valois. Posteriormente, ele removeu o status de vigário imperial de Eduardo III e arrastou para a neutralidade todos os príncipes que o ouro inglês havia arrastado para a luta. Quando um novo Papa fosse eleito em Avinhão, em maio de 1342, Clemente VI, Luís da Baviera, encontraria a oportunidade de levar a cabo uma política de intervenção na parte ocidental do Império, na qual, até agora, mal tinha intervindo. A luta entre o Império e o papado recomeça, mais difícil do que nunca. Todas as forças mútuas intervêm nele. Estão desinteressados, no futuro, no confronto franco-inglês.

Flandres, onde Eduardo usou pela primeira vez o título de rei da França, também estava prestes a escapar do seu controle. Também aqui a diplomacia de Felipe, mais hábil do que muitas vezes se diz, soube preparar a queda de Artevelde e do partido inglês. Ao levantarem-se contra a interferência francesa, as cidades flamengas rebelaram-se ao mesmo tempo contra o seu conde, Luís de Nevers, um vassalo demasiado fiel a Filipe VI. A pedido da corte de Paris, o Papa excomungou imediatamente os rebeldes, que cometeram perjúrio no seu juramento de fidelidade ao seu legítimo senhor. E estas sentenças ainda conservaram grande eficácia, para que, a partir de 1342, o conde pudesse regressar à parte francesa do condado da Flandres. Mas a autoridade de Artevelde só poderia ser mantida nas cidades cortinadas se o comércio voltasse a funcionar e a harmonia reinasse entre as classes sociais. O arrivista ditador, prodigiosamente enriquecido, provocou

descontentamento no mundo artesanal que o levou ao poder graças ao luxo excessivo em que vivia. Muito em breve - e previmos um pouco os acontecimentos - os tecelões murmurariam contra os fabricantes de tecidos, enquanto os pequenos centros industriais se rebelariam contra a tirania económica de Ghent, Bruges ou Ypres. Artevelde não encontrará outra solução, embora desesperada, para enfrentar estes perigos internos, bem como as ameaças de desemprego que reapareceram na Flandres, para se comprometer cada vez mais estreitamente com a aliança inglesa. Quando todos os seus adversários se reunirem em torno de Luís de Nevers, ele rejeitará a autoridade do conde legítimo e oferecerá a coroa do condado ao filho mais velho de Eduardo III, já duque da Cornualha e em breve príncipe de Gales. Seduzido por esta oferta, e acreditando que os belos dias de 1340 tinham regressado, o rei de Inglaterra veio, em 1345, à frente de uma enorme frota, ancorada no porto de La Sclusa. Foi uma traição demasiado flagrante para ser aceite pelo povo de Ghent. Houve um grande tumulto e o ditador foi assassinado ao retornar de sua última entrevista com o rei da Inglaterra. Decepcionado, mais uma vez, Eduardo só pôde levantar âncora, sem esperança de voltar.

Estes acontecimentos, sem dúvida, não eram previsíveis por ninguém em 1340, mas um observador inteligente poderia ter previsto o fracasso inglês na Flandres face à deserção de Brabante ou Hainaut, ou face à inacção do Império. A trégua de Esplechin não melhorou a situação dos Plantagenetas na Holanda. Incapaz de pagar aos seus mercenários, condenado à falência, agredido pela matilha dos seus credores italianos ou holandeses, Eduardo III só conseguiu escapar fugindo. Ele deixou Gante secretamente em 27 de novembro de 1340, embarcou em Zeeland e retornou ao seu reino sem sucesso, sangrado por duas campanhas militares sem quaisquer resultados positivos. A sua vaidade ferida volta-se contra os seus próprios servidores, a quem acusa de terem governado à sua maneira durante a sua ausência, de terem desconsiderado as ordens que lhes chegavam do continente e de não terem querido enviar-lhe os fundos destinados à continuação da a guerra. . John Stratford, arcebispo de Cantuária, surgia aos seus olhos como o principal responsável, já que a regência que, de facto, exercia desde 1339, não sabia tomar as medidas administrativas que a situação exigia. Só pôde ser salvo da ira do rei graças ao direito de asilo eclesiástico que encontrou nos mosteiros da Igreja de Cristo. Outros funcionários, incluindo alguns juízes, foram demitidos e condenados a pesadas multas. Os cobradores de impostos, *xerifes* que eram responsabilizados pelos poucos impostos obtidos, eram condenados, indiferentemente, inocentes ou culpados. Estas manifestações de vingança cega provocaram a indignação do Parlamento e dos barões, que impuseram medidas de clemência. E toda esta acção não teve como objectivo restabelecer uma situação de dívida. Eduardo havia feito empréstimos a fundo perdido. Os bancos italianos, especialmente o dos Bardi e, em menor medida, o dos Peruzzi, adiantaram-lhe enormes somas, com a garantia do produto do imposto sobre a lã. Mas o imposto lhes devolveu apenas uma quantia insignificante de suas despesas. Em 1343 ocorreu a falência destes bancos, que afetou todos os estabelecimentos bancários europeus. Um grupo de mercadores ingleses quer, neste momento, ocupar o seu lugar. Ele arrenda impostos e adianta somas enormes, grandes demais para seus recursos e pequenas demais para as necessidades da coroa.

Também irão à falência após a peste de 1348. De momento, não há outra solução senão viver de soluções de emergência. A era das grandes empresas parece ter acabado.

Para derrotar os Valois, cuja inacção também oferecia esperança, era necessário encontrar um terreno favorável ao menor custo possível. Por sorte, a oportunidade surgiu, quase imediatamente, na Bretanha.

I. A QUESTÃO DA GRÃ-BRETANHA

Mais uma vez, um confronto de tipo dinástico permitiu à Plantageneta intervir no continente. Após a morte do duque João III (30 de abril de 1341), dois candidatos disputaram a herança bretã: Joana de Penthiévre, apelidada de Coxa, filha de seu segundo irmão Guy, falecido anos antes, e seu meio-irmão mais novo, John , Conde de Montfort. A sobrinha era descendente de um irmão mais velho, enquanto o irmão mais novo era parente mais próximo do falecido. A questão era se o costume da Bretanha reconhecia o direito de representação, como Joana afirmou e como o próprio João III tentou estabelecer, ou se o ducado (com nobreza) deveria, pelo contrário, adoptar as regras de representação francesas recentemente aceites. coroar e excluir as mulheres da sucessão, como pretendia Montfort. Problema delicado, capaz de despertar paixões entre juristas. O rei da França, soberano supremo do ducado, foi quem teve que adotar a solução jurídica. Mas Juana era casada com um sobrinho de Filipe, Carlos de Blois, filho de sua irmã Margarida. Montfort, temeroso da parcialidade do julgamento, considerou apropriado agir contra os seus adversários com uma política de facto consumado. Assim que ocorreu a morte de seu irmão, ele entrou em Nantes, sua capital, apoderou-se, por um golpe ousado, do tesouro ducal, que foi colocado em segurança em Limoges, e convocou os vassalos bretões e exigiu sua homenagem. Os resultados foram um fracasso total: todos os bispos e a maior parte da nobreza recusaram-se a legitimar esta acção violenta. Então a guerra começou. Montfort tomou as principais fortalezas uma por uma, Quimper e Brest no oeste, Saint-Brieuc e Dinan no norte, e Rennes, Vannes, Auray, no leste. Ele era, na verdade, o dono da Bretanha. Mas teve de dispensar a sentença do rei de França, cuja autoridade desafiara, tendo-se apoderado do feudo antes de ter lugar a sua investidura. Voltou então os olhos para Eduardo III, o que foi um passo fatal, que manteria a Bretanha ensanguentada durante vinte e três anos, enfraqueceria o reino de França e daria à Plantageneta, no momento oportuno, o prestígio de que necessitava.

João de Montfort, em julho de 1341, foi à Inglaterra em busca de ajuda, que foi prometida com entusiasmo em troca de garantias de que o novo duque prestaria homenagem a Eduardo III, legítimo soberano da França. E, para fortalecer sua lealdade, o condado de Richmond, localizado no norte da Inglaterra, que seus ancestrais outrora possuíram, foi-lhe devolvido. O tribunal de Philip não aceitou a situação. Alertado pelos apoiantes de Joana de Penthiévre, convocou Montfort à sua presença, repreendeu-o pelos seus acordos com a Inglaterra e proibiu-o também de sair de Paris, aguardando uma pena muito dura. Temendo por sua vida, ele deixou a cidade. Em 7 de setembro, os pares da França reconheceram a justiça das reivindicações de Joana e, ignorando as reivindicações

do contumaz Montfort, proclamaram Carlos de Blois duque da Bretanha e admitiram sua homenagem. Em aplicação da sentença, um impressionante exército real, sob o comando do príncipe herdeiro, João Duque da Normandia, apareceu às portas de Nantes, forçou a cidade a capitular e levou consigo Montfort como prisioneiro. O assunto parecia resolvido.

Tivemos que contar com a energia indomável da esposa de Montfort, Joana de Flandres, que retomou a luta em nome do filho, ainda criança, da mesma forma que Joana de Penthiévre foi a alma do partido adversário. Começou a chamada "Guerra das Duas Joanas", que despertou a paixão dos cronistas da corte, repleta de belos feitos de armas, fugas heróicas e singulares mudanças de situação. Mas também uma guerra cruel sem resultados definitivos, uma vez que a Grã-Bretanha foi imediatamente dividida igualmente entre os rivais. A favor de Montfort estavam a pequena nobreza, a maioria das cidades e os camponeses de língua bretã da parte ocidental do ducado; a favor de Blois, do clero, da alta nobreza quase inteiramente e dos camponeses de língua francesa. Mas é o peso do apoio externo que decidirá o destino da Bretanha. Além disso, atrás de Joana de Flandres estava Eduardo III e atrás de Joana de Penthiévre, Filipe VI. A guerra entre os dois reis, interrompida momentaneamente após a trégua de Esplechin, recomeçou nos campos de batalha bretões. Não se trata de referir-se aos seus endossos complicados. Recordaremos apenas a intervenção inglesa e as suas consequências para o futuro. No início, tratava-se de um pequeno contingente, à frente do qual Roberto de Artois realizaria o último ato de sua tempestuosa vida, que desembarcou a pedido de Montfort e quebrou o cerco de Hennebont pelas tropas de Blois. Então, em outubro de 1342, o próprio Eduardo III chegou à frente de doze mil homens, devastou o país e rumou para Vannes. Antes de serem alcançados pelo exército francês, novamente liderado pelo duque da Normandia, os legados papais impuseram a Trégua de Malestroit (janeiro de 1343). Pela terceira vez, a cavalaria de ambos os lados ficou frustrada com a oportunidade de se enfrentarem numa grande batalha em campo aberto que tanto desejavam. Enquanto se aguardam os acontecimentos, a Plantageneta, apesar da trégua, manteve o controlo da Bretanha, manteve algumas guarnições, enviou novas tropas, dando-lhes instruções para ocupar, em nome de Montfort, os portos, castelos e pontos estratégicos. Apesar das estipulações de trégua, a guerra logo recomeçou. Montfort, que havia prometido não voltar à Bretanha, o fez apesar de tudo, morrendo em Hennebont. Então, Eduardo consegue a tutela do jovem Juan IV, e sequestra Juana de Flandes, que havia enlouquecido. Nessa época, o próprio rei da Inglaterra dirigia os assuntos da Grã-Bretanha. Estamos no final de 1345. Que longo caminho percorremos nos últimos cinco anos! EU; A perda da Flandres, que culminou precisamente nestes mesmos dias, foi compensada com a obtenção destes novos pontos de embarque que são os portos bretões. Eduardo III tinha dupla personalidade: a do ambicioso, que persegue quimeras, e a do oportunista, que não perde oportunidade de reparar os erros cometidos pelo seu outro lado. O intervalo bretão proporcionou à Inglaterra a oportunidade de reflexão. Neste momento, já era capaz de retomar a luta direta contra a dinastia Valois.

A última tentativa de alcançar a paz, levada a cabo por Clemente VI, só poderia falhar, tendo em conta que Eduardo se considerava preparado para iniciar a guerra. O pontífice, porém, não poupou meios para garantir o sucesso da sua mediação. Teve a experiência de ter tentado a reconciliação dos dois reinos, quando não era mais que Pierre Roger, cardeal

de Rouen. Ele conhecia há muito tempo as causas do confronto, os pontos conflitantes e os poucos pontos de entendimento. O seu fracasso deveu-se ao facto de Valois e Plantageneta, que tinham tirado conclusões da experiência das primeiras hostilidades, já saberem o que esperar, já terem especificado os seus objectivos militares e saberem quais eram as condições mínimas para concordar em depor as armas. ; as suas opiniões, mais do que em qualquer outro momento, eram inconciliáveis. Se analisarmos as reivindicações dos seus plenipotenciários nas conversações de Avinhão (outubro-dezembro de 1344), compreenderemos quais foram os princípios aos quais ambos os adversários, salvo alguma fraqueza temporária, não renunciariam durante mais de meio século.

Eduardo começou reivindicando o que lhe era devido, ou seja, a "herança" do reino da França que vinha de sua mãe, Isabel. Ficção simples. Educado pelos seus grandes fracassos, ele não esperava mais nesta época, nem jamais voltará a esperar, usar uma coroa cuja conquista foi excessivamente difícil. Suas pretensões dinásticas serviram apenas de pretexto. E então foi formulada a verdadeira exigência: a restituição da Guiana, com fronteiras tão extensas quanto possível: em princípio, só falamos das fronteiras ducais dos tempos do bom rei São Luís, mas em breve os sucessos militares aumentarão a sua ambição. Além disso, esta Guiana engrandecida é reivindicada em plena soberania, sem quaisquer laços de vassalagem ou intervenção de agentes franceses nela, apelos ao Parlamento ou ameaças de confisco. A Guyenne deixaria de fazer parte do reino da França e os Plantagenetas seriam finalmente seus proprietários. Com isto a causa da guerra teria desaparecido.

Os conselheiros de Filipe também se mantiveram firmes nos seus princípios. Começaram por exigir a oportunidade e a justiça do confisco da Aquitânia; a sentença não pôde ser revista, a qual, no entanto, ainda não havia sido aplicada. Tentaram então propor supostas compensações, que poderiam ser encontradas na Escócia ou em outros domínios; Por fim, aceitaram a “restituição” do feudo - completamente simbólica, já que dele os Plantagenetas não haviam sido efetivamente expulsos -; Eles até concordaram em conceder-lhe as amplas fronteiras reivindicadas por Eduardo, mas a soberania não poderia ser cedida em qualquer caso. O rei tinha o direito de conceder seu domínio como feudo, mas, em nenhum caso, de desmembrar seu reino. Que se o rei de Inglaterra repugnava prestar-lhe homenagem porque o seu estatuto de monarca independente não acomodava a existência de um vínculo feudal, bastava-lhe ceder o ducado da Aquitânia a um dos seus filhos, em "apanágio"; que esta prole se tornaria assim vassala do rei da França, e que cada um seria dono de seus territórios. Estas orgulhosas palavras dos conselheiros de Felipe VI serão repetidas por Carlos V e pelos conselheiros de Carlos VI. Somente Juan, o Bom, diante do peso da derrota, deverá esquecê-los. Mas não vamos antecipar os acontecimentos. Deve ser suficiente para nós termos destilado as constantes de um conflito que, até ao final do século, e mesmo mais tarde, continuará a ser fundamentalmente de natureza feudal.

II. CRECY E CALAIS

A trégua, renovada várias vezes, expirou no início de março de 1345 e, após o fracasso das conversações de Avinhão, não foi renovada. De imediato, a ofensiva inglesa teve lugar na Bretanha, onde os contingentes insulares liderados pelo temível Thomas Dagworth conquistaram cidades em nome de João IV, e, sobretudo, na Aquitânia, onde mais uma vez atuou um poderoso exército anglo-gascão, ao ordens do conde de Derby, avançando, saqueando, pegando de surpresa os castelos mal defendidos, penetrando impunemente no Languedoc. O rei da França decidiu fazer o máximo esforço para enfrentar estas tropas. Um grande exército, bem equipado, mas montado muito lentamente, foi colocado sob o comando do duque da Normandia, tenente do rei no Languedoc, em maio de 1346. Ficou imobilizado durante várias semanas sob as muralhas de uma fortaleza bem protegida, Aiguillon, na confluência do Lot e do Garonne, a chave da planície da Aquitânia e que, devido à fraqueza, havia caído em mãos inimigas várias semanas antes. Ele teria permanecido lá por muito mais tempo - a reputação do herdeiro do trono como um homem teimoso era proverbial - se as incríveis notícias do norte da França não tivessem aconselhado o levantamento do cerco em 30 de agosto de 1346: o rei acabara de sofrer, em uma batalha campal, a derrota mais importante da guerra.

Os ataques realizados pelas suas tropas na Bretanha e na Guiana não foram, para Eduardo III, nada mais do que escaramuças destinadas a testar o terreno, localizar o adversário ou simplesmente operações diversivas sem mais delongas. Preparava-se para desembarcar, no momento e local mais favoráveis, firmemente determinado a completar esta grande cavalgada cujas primeiras tentativas, em 1339, 1340 e 1342, falharam prematuramente, em Thiérache, em Tournaisis e na Bretanha. Ainda tinha dúvidas sobre o ponto de desembarque, embora continuasse acumulando armas, homens e navios. Em 1345, a Flandres, devido ao assassinato de Artevelde, encontrava-se fora da órbita inglesa, precisamente no momento em que ali planeavam aterrar. No ano seguinte, chegou-lhe um apoio inesperado, que determinou o local de desembarque. Filipe, demasiado brutal na aplicação da sua "justiça", que não soube amenizar, como se fez na altura, através de um perdão rápido, acabava de condenar com terríveis sentenças de confisco e exílio uma poderosa família normanda, solidamente estabelecida no Cotentin, e que, acima de tudo, abrigava a importante fortaleza de Saint-Sauveur-le-Vicomte. Caído em desgraça e despojado de suas propriedades, Godfrey de Harcourt foi prestar homenagem ao Plantageneta. Foi, portanto, no Cotentin, em Saint-Vaast-la-Hougue, onde, em 11 de julho de 1346, desembarcou o rei da Inglaterra. Estava à frente de um pequeno exército, pois os ingleses, com a limitação da pequena tonelagem dos seus navios, nunca conseguiram transportar mais de oito mil cavalaria, acrescida de alguns milhares de homens a pé. Mas a surpresa teve um efeito importante, já que não existia sistema de defesa costeira e as fortalezas estavam meio desertas. Em meio ao pânico geral, os invasores avançaram sem oposição pela Baixa Normandia, tomaram Caen sem luta, cruzaram a região de Evreux e chegaram ao Sena em Poissy, avançando em direção ao centro dos domínios capetianos. Você avançaria em direção a Paris? Finalmente, um exército real reuniu-se em torno de Filipe, para o qual os vassalos se reuniram. Eduardo não tinha intenção de enfrentar um

inimigo imponente e demasiado numeroso. Ele estava indo para o norte, na esperança de chegar à costa ao redor de Boulogne antes de ser atingido. Mas os franceses, em marchas forçadas, aproximavam-se. Ele havia perdido um tempo precioso ao insistir em cruzar o Somme. Querendo ou não, foi preciso aceitar a luta.

Na planície da Picardia, em Crécy, aconteceu o que parecia impossível (26 de agosto). Qual foi a razão para os ingleses saírem vitoriosos de uma luta desigual, na qual, logicamente, deveriam ter sido esmagados? A responsabilidade foi atribuída à imprudência dos cavaleiros franceses, que lançaram o ataque com cavalos exaustos, sem se reagruparem e atacando cegamente. Na realidade, o triunfo de Eduardo deveu-se, por estranho que pareça, à sua inferioridade numérica. Teria sido uma loucura imperdoável esperar pelo inimigo abertamente, procurar o combate corpo a corpo dos seus cavaleiros, travar a guerra de acordo com as regras que ele próprio respeitava e que os seus próprios cavaleiros gostariam de seguir. Foi necessário recorrer a estratagemas improvisados dos quais ele próprio, no fundo, se envergonhava. Ele escolheu um terreno vantajoso, que lhe permitiu monitorar os movimentos do inimigo. Ele teve que conter sua cavalaria, impaciente para entrar em combate. Paliçadas e sebes escondiam a miserável infantaria e os arqueiros galeses, encarregados de realizar um pesado fogo de flechas para dizimar os cavalos e atirar os cavaleiros ao chão. Os canhões ainda eram muito pouco usados, ainda limitados à guerra de cerco. Quando a batalha começou, houve uma carnificina horrível. O campo de batalha estava repleto de cadáveres da nata da nobreza francesa, como o do conde de Flandres, Luís de Nevers, ou o velho rei da Boêmia, João, o Cego e muitos outros. Muitos prisioneiros importantes também foram feitos. Sabemos que o rei teve que fugir às pressas, na mesma tarde da batalha, indo com uma pequena comitiva ser recebido num castelo para pernoitar.

Apesar de ter vencido contra todas as probabilidades, Eduardo não conseguiu explorar o seu sucesso. Ele persistiu na intenção de embarcar novamente. Para fazer isso eu precisava chegar a um porto. Pensou em Calais, cidade dependente do condado de Boulogne, perto da Flandres, e que pensava poder tomar rapidamente. Mas a guerra de cerco carecia então de meios que, confrontados com uma cidade com muralhas sólidas, os defensores resolutos só podiam ser derrotados pela traição ou pela fome. O site durou para sempre. Foi necessária toda a tenacidade imprudente do agressor para não abandonar: os seus soldados viram esta campanha de inverno, contrariamente ao costume, como um escândalo, e as deserções multiplicaram-se nas suas fileiras. Quando chegou a primavera, os habitantes, famintos e vendo que novos reforços ingleses poderiam chegar, talvez pensaram em chegar a um acordo, muito comum na época, segundo o qual se renderiam incondicionalmente caso não tivessem recebido ajuda até o início de agosto. Eles esperavam que o rei da França chegasse antes da data marcada. Mas Felipe, apavorado com a derrota sofrida, parecia ter perdido toda a capacidade de luta. Seu exército estava se reformando lentamente, mas com menos homens e com menos entusiasmo. Seu chefe havia perdido a confiança em seus homens e eles em seu chefe. No mês de julho ingressou em Boulonnais. A vanguarda inglesa perseguiu-o e bloqueou-lhe o caminho. Philip parou, hesitou durante vários dias e depois retirou-se. Calais rendeu-se em 4 de agosto de 1347. A história popularizou o comportamento irado do vencedor, o que ilustra perfeitamente o

caráter de um cavaleiro brutal e refinado ao mesmo tempo: ele gostaria de exterminar toda a população, puni-la por sua resistência muito longa; Depois, decidiu sacrificar apenas o seu prefeito e os burgueses mais importantes e, finalmente, os apelos de sua esposa, Filipa de Hainaut, fizeram-no desistir da raiva e conceder anistia.

Vencedor de Crécy e proprietário de Calais, Eduardo obteve frutos extraordinários de sua força. Exausto, ele não pôde fazer nada além de retornar à Inglaterra, cheio de glória, mas com as mãos quase vazias. Pelo menos, ao aceitar uma nova trégua, tomou o cuidado de deixar em Calais uma guarnição capaz de afastar qualquer surpresa. Uma parte da burguesia foi expulsa das suas casas e substituída vantajosamente por colonos ingleses. Felipe, por sua vez, sentiu o peso da impopularidade que acompanha os derrotados.

Ele poderia ter se voltado contra seus súditos, censurado-os por sua indiferença ao perigo e por sua relutância em contribuir. Ninguém acreditava na possibilidade de vitória dos ingleses nem pensava que a guerra seria longa e custosa. Já em 1343, os Estados tinham aceitado com dificuldade a manutenção da gabela e a imposição, durante um ano, de um novo imposto sobre as mercadorias vendidas em todo o reino. Em troca, foi necessário prometer um retorno à cunhagem de boa qualidade. Durante os anos seguintes, apenas subsídios insignificantes puderam ser obtidos das sempre recalcitrantes assembleias locais. Poucos meses antes de Crécy, os Estados do Languedoïl tinham feito fortes queixas: exigiam sempre a mesma coisa, ou seja, a supressão dos empréstimos forçados por parte do rei ou da sua comitiva, a restrição do direito de confisco, o pagamento em dinheiro dos os bens confiscados, a demissão de funcionários inúteis, a limitação dos direitos judiciais dos oficiais de justiça e dos senescais, dos chefes das petições do Hotel, e dos das águas e das florestas. A aceitação da conservação dos impostos existentes só foi feita em troca da promessa da sua abolição sempre que as circunstâncias o permitissem. Acreditavam que isso era possível, caso a administração do domínio real fosse melhorada, permitir ao rei viver dos seus próprios bens, sem ter de recorrer a impostos. No Languedoc, os representantes mostraram-se mais administráveis. João da Normandia havia extraído deles um subsídio, embora limitado, para financiar o cerco de Aiguillon. Mas, quando chegou a hora de resgatar Calais, os cofres já estavam vazios.

Os Estados reuniram-se novamente em Paris, em 30 de novembro de 1347. Era necessário reconstruir a frota, recrutar um novo exército e evitar uma nova possível invasão. Houve um clamor geral de indignação. Dirigindo-se ao rei derrotado, os representantes lhe disseram: “Você deve saber de que maneira e com que conselhos conduziu suas guerras e como você, por maus conselhos, perdeu tudo e não ganhou nada, já que nenhum homem ou príncipe no mundo "Se você tivesse recebido um bom conselho, nenhum dano deveria ter sido infligido a você ou a seus súditos." Lembrando-lhe Crécy e Calais, eles lhe lembraram "como você foi a esses lugares com honra e em boa companhia, com grandes despesas e despesas, e como você foi derrotado desonrosamente lá e covardemente retornou e foi forçado a assinar tréguas que mantiveram seus inimigos em seu reino." , e isso além disso... E por tal conselho você foi desonrado. O rei, precisando de dinheiro, não teve escolha senão curvar o pescoço às reclamações de seus burgueses. Ele aceitou o insulto e pareceu humilde e suplicante. Os Estados suavizaram-se e admitiram que, para pôr fim a esta situação, era necessário atacar o inimigo no seu terreno, reunir um

exército e reconstruir a frota. Os representantes prometeram ajudar seu rei "com seus corpos e suas propriedades". Eles não precisavam de mais. Foi então necessário enviar comissários para negociar em cada lugar, com as cidades, com os nobres, com o clero, para obter subsídios insubstanciais, que eram gastos imediatamente e no mesmo local.

A planejada ofensiva contra a Inglaterra não aconteceu. Uma nova calamidade paralisou então a França, atingindo imediatamente a Inglaterra e a Europa Central. É sobre a Peste Negra, a terrível epidemia que deixou apenas morte e desolação. Apareceu nos últimos meses de 1347 no Languedoc, trazido, dizem os contemporâneos, por um navio que chegava do leste. Depois das descrições aterrorizadas dos cronistas, parece claro que o mal pode ser identificado como a peste bubónica, ainda há pouco tempo endémica entre os povos do Extremo Oriente. Pegou a Europa desprevenida, incapaz de combatê-la, encontrando terreno favorável para sua expansão, já que a higiene ainda era rudimentar. Como a lepra de outros tempos, espalhou-se pelas rotas comerciais, devastando as cidades, onde a população, sobrelotada e sem higiene, era presa fácil e fazendo-se sentir menos no campo, pelo menos em algumas regiões. Os procedimentos para curá-lo, e muito menos para pará-lo, foram ignorados. Alguns fugiram, especialmente as pessoas abastadas, o alto clero, para locais mais remotos e menos insalubres. Outros acusaram os feiticeiros de terem lançado maldições e os judeus de terem envenenado os poços. Isto serviu de pretexto, em algumas cidades da região do Mediterrâneo ou da Renânia, para a realização de terríveis massacres de judeus, acrescentando mais mortes às vítimas da peste. Quase todo o ano de 1348 foi usado para narrar seus desastres. Depois, a epidemia foi morrendo lentamente, espalhando-se por regiões mais remotas, mas sem desaparecer completamente. Seus novos surtos periódicos ao longo do meio século seguinte mostram que permaneceu latente, em estado larvar e pronto para derrubar quem estivesse em situação mais fraca.

Mesmo limitando-nos à catástrofe de 1348, não é fácil dar números das suas vítimas e avaliar a extensão da mortalidade. Os contemporâneos deram-nos números fantásticos, indignos de crença, que presumiam que 9/10 da população tinha morrido. Se isto fosse verdade, a Europa teria se transformado num deserto. Temos informações precisas, mas fragmentárias, o que torna perigosa qualquer generalização. Referem-se, por exemplo, a uma cidade da Borgonha, uma cidade próspera de 1.200 a 1.500 habitantes, que perdeu mais de 400 habitantes em três meses. Em algumas propriedades rurais no centro da França, a proporção de terras estéreis logo ultrapassou 20% do total. Sabemos que um terço do clero rural inglês morreu, etc. Fixando o nível médio de mortes entre 1/8 e 1/3 da população total, tanto em França como em Inglaterra, estamos, sem dúvida, dentro de limites aceitáveis.

A vida recomeçou imediatamente, mas num ritmo mais lento, num período de regressão. Como acontece depois de grandes calamidades, houve numerosos casamentos e uma taxa de natalidade excessiva, mas ainda insuficiente para compensar as perdas. As consequências de uma hecatombe tão brutal ainda seriam sentidas por muito tempo, especialmente em França, onde os reaparecimentos periódicos da epidemia e a destruição constante dos exércitos manteriam o país num estado permanente de subpopulação. Os seus efeitos negativos na vida rural, ainda predominante, podem ser facilmente

compreendidos. A população, dispersa, voltou a deixar grande parte das terras estéreis, não pagando os seus benefícios, o que teve graves repercussões sobre os senhores, nobres ou eclesiásticos. Para compensar os efeitos negativos mais graves, os grandes proprietários - este caso foi estudado nos grandes domínios eclesiásticos ingleses - abandonaram sistematicamente as terras de má qualidade, as propriedades de montanha, dedicando-as à criação de ovinos, o que exige menos mão-de-obra. , concentrando toda a mão-de-obra disponível nas fazendas de planície mais prósperas. Algo semelhante deve ter acontecido, embora em menor escala, nas pequenas propriedades. Em quase toda parte, as terras pobres, que só haviam sido cultivadas para satisfazer as necessidades de uma população abundante, voltaram a ser devastadas. Estes sacrifícios acordados não foram suficientes para libertar a mão-de-obra agrícola necessária às explorações agrícolas mantidas em cultivo. Assim, nas regiões onde isso foi possível, houve um claro reforço da servidão, ou, pelo menos, dos benefícios de trabalho, corvéias, portes, trabalhos, etc., que foram impostos aos camponeses dependentes que sobreviveram.

Mas com as suas próprias forças, os senhores e os grandes exploradores não conseguiram manter sob o seu jugo uma mão-de-obra muito escassa que, face à subida meteórica dos preços, exigia salários muito elevados, com taxas de aumento que por vezes atingiam os cinquenta%. Por isso, recorreram às autoridades públicas e solicitaram a sua ajuda. Pela primeira vez na história das monarquias ocidentais, medidas legislativas de grande severidade tentaram regular o regime de trabalho, mas em benefício dos empregadores. Foi na Inglaterra que devem ter sido mais eficazes. Uma primeira portaria, promulgada em 1349, posteriormente concluída e publicada sob a forma de "estatuto dos trabalhadores" (lei do trabalho), quando em 1351 pôde ser convocado um Parlamento, decretou a ilegalidade de todos os salários mais elevados aos pagos antes de 1348, ele estabeleceu sanções para os empregadores que pagassem mais e contra os trabalhadores e artesãos que abandonassem o seu trabalho na esperança de encontrar uma remuneração mais elevada noutro local. Desta forma, os trabalhadores agrícolas e artesãos das cidades ficaram presos aos seus empregos, incapazes de melhorar a sua situação. Qualquer infração era levada a comissões judiciais especiais, cujas atividades itinerantes, posteriormente confundidas com as dos juízes de paz, faziam chover multas, penas de prisão, castigos corporais ou mutilação sobre os recalcitrantes.

Foi o Estado quem, em última análise, mais sofreu com a crise, em que viu a sua matéria tributável derreter como neve ao sol. Terrivelmente afectada, a classe dominante – nobreza e clero – não conseguiu cumprir as suas obrigações de vassalo nem garantir a manutenção da ordem. Os seus castelos ruíram devido ao abandono, tornando-se presas fáceis para os invasores, ou procuravam através do banditismo um aumento dos seus rendimentos que já não conseguiam obter dos seus camponeses dependentes. A criminalidade, muito antes do saque dos *"routiers",* aumentou na França. Foi também preocupante em Inglaterra, onde, no entanto, os excessos das empresas nunca ocorreriam. O clero, empobrecido, não conseguiu cumprir o seu papel. Como era preciso preencher as lacunas, os novos clérigos, feitos como que em lotes, careciam da cultura e da piedade dos seus antecessores. A redução dos

rendimentos tem impacto nos hospitais e diminui a caridade, acelera a propagação do trabalho clandestino para beneficiários de elevado estatuto e do absentismo para todos. Colocou todo o clero numa situação difícil, entre as exigências fiscais simultâneas do papado e da monarquia. Não foi por acaso que as primeiras medidas rigorosas promulgadas na Inglaterra contra as disposições de benefícios e os abusos da tributação papal foram adotadas em 1351 e 1353, ou seja, imediatamente após a peste.

Camponeses, artesãos, burgueses sempre formaram a maior parte dos contribuintes. Mas, quer se tratasse de impostos indirectos, que eram uma função da prosperidade, quer de impostos directos, geralmente baseados em censos de agregados familiares ou de incêndios, a crise de 1348 diminuiu o seu desempenho em proporções perturbadoras. Se os incêndios fossem preservados na situação anterior, como medida fictícia de distribuições futuras, a sua percepção proporcionaria as mais amargas decepções. Rever os incêndios, adaptando-os à situação do momento, significou manifestar à luz do dia o empobrecimento do país e, portanto, do Estado. Veremos, assim, como os três senescais do Languedoc, originalmente avaliados em 210.000 fogos, são reduzidos para 83.000 em 1370 e depois para apenas 30.000 em 1378. Tanto em França como em Inglaterra, e durante várias gerações, a monarquia, anteriormente com a escassa disponibilidade fiscal, por não ter renda garantida, ficará reduzida a recursos insignificantes. Deveria ter reconhecido a diminuição dos seus recursos, diminuído as suas ambições, adaptando-as ao nível das suas fracas possibilidades. Mas nem Valois nem Plantageneta compreenderam a dura lição dos acontecimentos. Continuaram atuando em grande escala, construindo as combinações mais custosas: alianças, invasões, cruzadas, conquistas. Os resultados já não correspondiam às expectativas. Em suma, apenas conseguiram empobrecer um pouco mais os seus países e destruir uma a uma as fontes de recursos futuros. Nada é tão chocante em toda a política franco-inglesa, entre 1350 e 1400 e ainda mais tarde, como esta enorme desproporção entre a fraqueza dos meios e a ambição das empresas. Isto explica facilmente a duração desproporcional do conflito.

III. O PÂNICO DO REI JOÃO

A morte de Filipe VI, no mês de agosto de 1350, fez subir ao trono da França seu filho Juan, que a posteridade descreveu com o apelido de o Bom. O novo rei ainda não tinha dado provas de nada, exceto de bravura e incompetência militar, quando era tenente do Languedoc e dirigia o cerco de Aiguillon. Repleto de honras por seu pai, sucessivamente nomeado duque da Normandia, depois conde de Anjou e Maine e depois também de Poitiers - permanecendo assim em suas mãos todos aqueles territórios que a coroa havia tomado do antigo império Plantageneta - ele era famoso por sua imprudência ., completamente imbuído do ideal cavalheiresco, qualidades que tornaram o seu pai popular, pelo menos no início do seu reinado. Pródigo, amante do luxo, como todos os Valois, era um dos que teria sido a favor de uma nobreza que adorava passeios a cavalo, belos feitos de armas e festas. Os desastres em que se lançaria, de cabeça baixa, modificariam a opinião dos seus contemporâneos a seu respeito. Será censurado por ter se

cercado de vereadores de baixa origem, incompetentes, ambiciosos e preocupados apenas com sua fortuna pessoal: Robert de Lorris, Nicolás Braque, Simón de Buey, etc. Porém, alguns já foram conselheiros do pai, enquanto outros estarão ao lado do filho. Se o reinado tivesse sido feliz, sua escolha teria parecido boa. Froissart, sempre parcial a favor do Plantageneta, explicará os seus fracassos pelos seus defeitos de carácter, reais sem dúvida, mas que não constituem a única causa: João, segundo Froissart, era desconfiado, sujeito a uma raiva terrível provocada pelo suspeitas mais vagas, que atacou aqueles em quem ele desconfiava e foi incapaz de apaziguar essas raivas irracionais. Justicier, como gostavam os homens da época, mas com o injusto contraponto dos indultos concedidos com excessiva generosidade. Isto escandalizou devido ao insucesso de seus empreendimentos militares. Por esta razão, as acusações mais estranhas passaram a ser sussurradas contra ele. O favor concedido a alguns novatos, especialmente ao condestável Carlos de Espanha, será atribuído aos seus costumes licenciosos. A posteridade ainda não fez justiça a todas estas calúnias.

A desgraça foi que, num momento trágico da sua história, a coroa da França caiu não nas mãos de um incapaz - a palavra seria excessivamente forte - mas de uma pessoa medíocre. Ele certamente estava ciente dos perigos que o ameaçavam, mas faltava-lhe a força mental para enfrentá-los. Juan vivia em permanente estado de pânico, num clima de traição constante, o que deve ser levado em conta para explicar a sua brutal vingança. No entanto, apesar dos golpes de azar e do derramamento de sangue da "pestilência", o reino permaneceu rico e poderoso. A Eclusa e Crécy foram derrotas sem consequências. A perda de Calais pode ter parecido mais grave do ponto de vista militar, mas não afetou o domínio real, pois foi uma perda para os condes de Boulogne. Como local de desembarque, a cidade oferecia menos vantagens que Bordéus, onde havia a segurança de contar com uma ajuda significativa dos contingentes gascões, ou que Brest, cidadela dos partidários de Montfort. As primeiras falhas, portanto, não parecem ter afetado o país nos seus pontos vulneráveis. Além disso, a corte de Juan continuou a ser o ponto de encontro de cavaleiros de toda a Europa em busca de torneios e festas, continuando a mesma vida que conhecera na época de Filipe VI. À criação das festas da Távola Redonda e da Ordem da Jarreteira por Eduardo III, João respondeu com a fundação da Ordem dos Cavaleiros da Estrela, que serviu de pretexto para a celebração de festas esplêndidas e deslumbrantes no "casa nobre" de Saint-Ouen, perto de Paris. A cavalaria ainda era a única classe que contava e era capaz de dar reputação a alguém. Ele deveria ter formado um bloco com o soberano.

Mas esta fachada brilhante tinha rachaduras profundas. A crise social e económica causada pela peste de 1348 teve repercussões profundas com as quais ninguém sabia como lidar. Era necessário renovar a legislação sobre salários, devolvê-los aos níveis anteriores à peste, evitar que os trabalhadores abandonassem os seus empregadores e obrigar os ociosos a trabalhar em troca de baixos salários, se não quisessem ser marcados com ferros em brasa. Mas nada foi feito. A portaria de 1351, ao contrário do estatuto inglês sobre a mesma questão, não parece ter recebido aplicação firme. No meio rural, os senhores territoriais, vendo como fugia a escassa mão-de-obra que ainda restava, acusaram o governo da sua ruína. Não se sabia como lidar com o recomeço da guerra, o que Juan parecia ver com horror. Em primeiro lugar, a disciplina teve de ser introduzida no exército.

Em 1351, foi publicada outra portaria que estabelecia uma nova soldadesca para os comandantes da tropa, os *solteiros* , escudeiros, fixando em vinte e cinco o número mínimo de pessoas que poderiam ir "em rota" sob a bandeira do mesmo capitão, prescrevendo revistas bimestrais, realizadas de forma improvisada pelos oficiais dos marechais, para evitar fraudes relativas ao efetivo e ao armamento das empresas. Tudo isto não teve resultados positivos, ou quase nenhum, uma vez que não era possível garantir o pagamento regular dos soldados e, consequentemente, os capitães dispensaram os seus homens abaixo da força legal, e todos viveram da população civil. Os cofres continuavam vazios e o país, tremendamente castigado pela guerra e pelas epidemias, negou a sua contribuição. Em cada reunião dos Estados, tanto no Languedoc como em Paris, ocorrem cenas semelhantes: lamentações sobre as exações do povo do rei, e recusa de concessão de subsídios por parte dos representantes que defendem o empobrecimento das respetivas províncias, ou afirmam não. ter mandato suficiente para comprometer os seus constituintes. A crise económica e a crise financeira levam o governo a praticar certas “desordens” monetárias que, em menos de seis anos, provocaram uma desvalorização de 70% da moeda real, já de antemão muito enfraquecida.

Era necessário, portanto, evitar o recomeço da guerra em condições tão desfavoráveis. Punição impiedosa foi imposta a todos aqueles que, direta ou indiretamente, pareciam favorecer o jogo adversário. Política precipitada, na qual Juan se jogou na cova aberta, sem habilidade, apenas com os recursos de sua inteligência medíocre e pressionado por conselheiros que o enganam. Os anos 1350-56 estão entre os mais incoerentes de um século que, por si só, foi rico em quimeras.

Eduardo III não ignorava as fraquezas e os medos do novo rei da França. Teve o prazer de prolongar a ameaça, continuamente adiada, de um novo desembarque. A partir do momento da conclusão da trégua, imediatamente após a captura de Calais, o papado continuou a falar em paz. Eduardo não tinha interesse nisso, pois não estava em condições de aproveitar plenamente as vantagens iniciais. A sua atitude não foi clara: primeiro, como condição prévia ao início das negociações, exigiu perdão aos seus antigos aliados flamengos, depois questionou a imparcialidade da Santa Sé, que acusou de abrir os seus cofres de forma demasiado generosa ao rei. França, e enviou tropas para a Gasconha. A morte de Filipe, imediatamente seguida pela de Clemente VI (dezembro de 1352), serviu de pretexto para atrasar as conversações. O novo pontífice, Inocêncio VI, abordou imediatamente o problema. Os adversários encontraram-se finalmente em Guiñes, na primavera de 1353, sob a presidência do cardeal de Boulogne, cuja influência sobre João era total - e com cuja sobrinha o rei se casara recentemente - e que estava ansioso por alcançar o sucesso diplomático.

Este foi o momento escolhido pela Plantageneta para causar pânico entre os Valois. Desde 1347, Eduardo mantinha prisioneiro Carlos de Blois, o candidato francês ao Ducado da Bretanha. A guerra que Joana de Penthiévre continuou incansavelmente só alcançou, pela sua causa, sucessos isolados, como a morte de Dagworth, ou o famoso combate dos trinta, uma espécie de torneio magnífico e sangrento que apenas serviu para fornecer narrativa material ao cronistas de cavalaria. Em Londres, todos os tipos de garantias foram obtidas do prisioneiro bretão: em troca da promessa de liberdade provisória, ele prometeu

pagar o resgate, manter a Bretanha como feudo do rei da Inglaterra e casar os filhos com os dele. Foi uma jogada inteligente: sem abandonar completamente o filho de Montfort, que era seu pupilo, o rei da Inglaterra adotou garantias adicionais. Aconteça o que acontecer, a Grã-Bretanha permanecerá assim na sua esfera de influência e cada um dos pretendentes terá de solicitar a sua ajuda.

Nesta época, também lhe foi oferecido o apoio de um aliado mais perigoso para os Valois: Carlos de Navarra, filho de Joana de França e Filipe de Evreux, príncipe "completamente rodeado de flores-de-lis" (com sangue real por todo o lado). ele). partes) e muito em breve inimigo mortal da dinastia reinante em Paris. Quando entrou em cena, ainda era um adolescente, atraente, fácil de conversar, inteligente e cheio de ambições malucas. Neto, pela linha materna, dos últimos capetianos diretos, seus direitos à coroa francesa eram mais fortes que os dos Plantagenetas. Algum dia você se arrependerá de não ter nascido antes. Em 1328, ele teria sido sem dúvida preferido ao obscuro Valois. Mas foi muito difícil, nesta altura, voltar atrás numa questão já decidida, subir ao trono francês, reivindicado por poderosos rivais. Pelo menos ele poderia reivindicar a herança do rei da França, que lhe havia sido tirada. Ao ser destituída do trono em 1316, Joana de Navarra teria que reter a herança completa de sua mãe, Navarra e Champanhe. A sua posse de Navarra tinha sido respeitada, mas Filipe VI, tal como os seus antecessores capetianos, não queria separar-se da rica Champagne, que também ficava tão perto de Paris. Decretara uma permuta com os condados de Mortain e Angoulême, de menor valor, e, mais tarde, recuperara os Angoumois, prometendo em troca compensações quiméricas. Carlos sabia que sua mãe havia sido enganada. No entanto, em 1352 ele concordou em se casar com a filha do rei João. Como o dote da jovem princesa não foi satisfeito, ele tinha um motivo adicional para reclamar contra a dinastia dos usurpadores. Mas o que ele poderia fazer sozinho contra a poderosa monarquia francesa? O que eram o pequeno reino de Navarra e alguns feudos normandos em comparação com a França? Somente através da intriga ele poderia encontrar forças: chegar a um acordo com a Inglaterra, prometer seu apoio aos Plantagenetas, referindo-se à conveniência de uma divisão da França com o pretendente inglês e, mais tarde, uma vez efeito de surpresa e pânico, reconciliar-se com os Valois, obtendo deles em troca novas concessões territoriais. Esta foi a política deste eterno conspirador. Política sem grandeza, insincera, que duvidou da própria força e que jogou o jogo dos outros, sem poder jogar o seu.

Mas, para Eduardo III, foi um instrumento maravilhoso. Aconteceu que João, o Bom, não satisfeito em conceder a Carlos de Espanha - segundo filho da família real castelhana, da linhagem La Cerda - a espada de Condestável, que Raúl de Brienne, processado por traição, deixara vaga, também concedeu-lhe o concelho de Angoulême, que os navarros consideravam algo próprio. Carlos de Navarra - mais tarde referido como o Mau pelos seus súbditos espanhóis - e os seus irmãos mais novos, no início de 1354, atraíram o favorito, Carlos de Espanha, para uma emboscada e, ao passar por Laigle, nos seus domínios normandos, eles o assassinou brutalmente. O rei sentiu uma mistura de dor e raiva e jurou acabar com os navarros. Mas o assassino atraiu para a sua causa a tia e a irmã, viúvas de Carlos IV e Filipe VI, respectivamente, e fez intervir o Papa e até outras pessoas. Ele iniciou conversas abertas com o rei da Inglaterra, solicitando a ajuda armada do duque de

Lancaster, Henrique, primo de Eduardo III e seu tenente nos assuntos franceses: "Saiba", confessou insolentemente, "que fui eu quem, com a ajuda de Deus: "Ordenei a morte de Carlos da Espanha." Perante o temível acordo do rebelde com o seu adversário, o rei de França foi forçado a conter a sua raiva e autorizou o cardeal de Boulogne, um cortesão interessado, a negociar uma reconciliação. O assassino recuperou assim o favor real, obtendo como recompensa pela sua submissão uma parte substancial do Cotentín. O tratado de Mantés (março de 1354) significou humilhação para o rei da França, sem apaziguar seu insaciável genro.

Afundados pela deserção na Bretanha e desorientados pela intriga navarra, os diplomatas franceses, que continuavam em Guiñes negociando com os legados ingleses, estavam agora predispostos às mais duras demissões. Em abril de 1354 aceitaram as preliminares de paz. Mas a que preço pagaram pelo fim da guerra e pela renúncia dos Plantagenetas ao trono da França! A soberania sobre a Aquitânia foi finalmente renunciada, mas também foi acrescentada a de Poitou, Touraine, Anjou, Maine, ou seja, de todo o Império Plantageneta do século XII, de Henrique II e Ricardo Coração de Leão, e ainda, a da Normandia. Com isto, Eduardo obteve um enorme triunfo: trocou uma coroa, na qual nunca tinha pensado seriamente, por quase metade do reino de França e, devido a estas anexações territoriais, ficaria para sempre libertado do vínculo de vassalagem. Foi uma capitulação demasiado flagrante, e até gratuita, para que os seus protagonistas não fossem logo repudiados. No entanto, claramente lança luz sobre um reinado triste.

Foi acordado ratificar as preliminares no outono, na presença do Papa. Mas em Avignon, os franceses recuaram. Furioso por ver como a trégua continuava a ser violada na Bretanha, onde novos reforços ingleses não paravam de chegar, ou por saber de novas intrigas navarras ali iniciadas e com a cumplicidade do próprio Inocêncio VI, e, sem dúvida, apoiadas por ele mesmo pontífice que finalmente deve ter percebido os perigos que ameaçavam a sua pátria, voltaram atrás nos seus acordos e não quiseram renunciar à soberania sobre os territórios cedidos. A política de paz estava falhando. Apesar de todas as humilhações que teve de suportar, João Bom foi irremediavelmente levado à guerra.

Por outro lado, não tinha sido feita qualquer preparação para esta guerra, cuja responsabilidade, mais uma vez, Eduardo III colocou sobre o seu rival, o suposto autor da ruptura. Eduardo de Windsor, Príncipe de Gales, um jovem cavaleiro de 25 anos – o Príncipe Negro da lenda – chegou à Aquitânia para se preparar para o reinício das hostilidades. Uma primeira cavalgada anglo-gascão, que partiu de Bordéus no outono de 1355, devastou o Languedoc com toda a impunidade até às portas de Montpellier. Operações maiores foram planejadas para o ano seguinte, 1356. Tarde demais, João pediu dinheiro e soldados. Os Estados do Languedoïl, reunidos em Paris em Outubro, não negaram a necessidade de contribuir. Mas, desconfiando dos servos do rei, continuaram a negociar durante um mês e finalmente conseguiram o que as assembleias locais da Normandia e dos Vermandois vinham exigindo há dez anos. O subsídio, capaz de manter um homem de armas para cada cem incêndios, seria recolhido por eles próprios e a sua utilização controlada pelos seus representantes; os *elus* (eleitos) nos Estados arrecadariam as quantias por diocese; Os representantes supremos eleitos, três nobres, três prelados e três burgueses, ficariam encarregados do pagamento direto aos homens de guerra,

enquanto a prestação de contas ocorreria perante os Estados, cujas reuniões eram assim planejadas periodicamente. Mas o esgotamento dos contribuintes que não se permitiram continuar a pagar mais do que pela defesa local foi esquecido. Se, por um lado, a monarquia perdeu assim o controlo sobre os impostos, os Estados não tiveram muito mais sorte do que ela nas suas reivindicações de cobrança. Quando, na primavera de 1356, o exército feudal teve de ser convocado, não havia meios para as suas despesas.

Um último drama prenunciou o desastre final. Carlos de Navarra, sempre insatisfeito com a sua fortuna, retomou as suas intrigas. No outono de 1355, em suas terras no Cotentin, ele planejara cruzar para a Inglaterra. Ainda foi possível detê-lo graças ao tratado de Valognes. Estabeleceu-se então em Rouen, iniciando uma perigosa amizade com o delfim Carlos, recentemente nomeado duque da Normandia. Espalhou-se o boato de que os dois jovens estavam preparando uma conspiração para depor o rei. O ódio e as suspeitas acumuladas de Juan não aguentaram mais a situação. De repente, em 5 de abril de 1356, após uma longa e secreta cavalgada, o rei da França irrompeu impetuosamente em Rouen, na mesma sala onde seu filho, seu genro e suas respectivas cortes celebravam uma festa. Os amigos dos navarros foram presos e executados após serem julgados por procedimentos de emergência, enquanto Carlos, o Mau, foi feito prisioneiro. O passado das vítimas mais do que justificou esta atuação espetacular. No entanto, produziu um escândalo, pois ocorreu tarde demais, depois de muitos abandonos e reconciliações fingidas, e os navarros gozaram de simpatias secretas e misteriosas entre a nobreza frívola, conspiradora, sediciosa e desprovida, como sempre, de todo sentido político.

Neste momento, os acontecimentos avançaram. Acabavam de chegar notícias de uma cavalgada inglesa, composta por alguns milhares de cavaleiros e sob o comando de Henrique de Lancaster, que tinha saído da Bretanha e se dirigia para a Normandia, contando, como era lógico, com a revolta de todos os apoiantes do partido. . As tropas anglo-gascões do Príncipe Negro, por sua vez, compostas no total por cerca de cinco ou seis mil homens, depois de se reagruparem, invadiram Poitou, queimando e devastando tudo no seu caminho. Ele tentava alcançar e cruzar o Loire, com o propósito muito claro de se juntar às forças do duque de Lancaster, que se deslocavam pela Normandia. Nem contingente nem outro, tendo em conta o seu número limitado, poderiam tentar uma batalha aberta. Lancaster, por meio de manobras habilidosas, conseguiu evitar o adversário. Mas, ao saber que o exército muito maior de D. João se preparava para alcançá-lo, o Príncipe Negro, que então se encontrava na Touraine, recuou lentamente para a Guiana, com grande dificuldade, devido ao saque que transportava consigo. Em meados de setembro, foi alcançado a oeste de Poitiers, perto de Maupertuis, nas margens do rio Miosson, por um exército francês cujo tamanho foi suficiente para esmagá-lo. Mas, dois cardeais enviados pelo Papa Inocêncio VI, obtiveram uma trégua de vinte e quatro horas, para tentarem as últimas e inúteis negociações de paz. Os ingleses e os gascões aproveitaram esta trégua providencial para se organizarem em posições mais fortes. Quando a batalha finalmente começou, a sua inferioridade numérica obrigou-os, como acontecera em Crécy, a recorrer a estratagemas de guerra indignos dos cavaleiros: passagem constante pelas sebes, emboscadas nas orlas das florestas, tiros dos arqueiros galeses que dizimaram o cavaleiros, enganos para atrair um a um para as diferentes “batalhas” do adversário. Antes do

combate, o Príncipe Negro teria-se contentado em simplesmente recuar para as suas terras, prometendo mesmo não voltar a pegar em armas durante os próximos sete anos, tão grande era o seu medo da catástrofe face aos quinze mil homens do seu adversário. Certo da vitória, D. João rejeitou as suas propostas de paz. Mas quando a luta, que durou três dias, terminou, em 19 de setembro, os franceses que não morreram no combate ou não fugiram, eram prisioneiros de um modesto exército anglo-gascão, cujos líderes da Aquitânia, como o *Capitão* de Buch ou Chandos foram os verdadeiros arquitectos da vitória, em maior medida do que o Príncipe Negro. Entre os prisioneiros, amontoados na estrada para Bordéus, estava o rei de França, que insistira em não fugir.

4. A SUJEIÇÃO DA MONARQUIA FRANCESA

O rei prisioneiro: toda a tragédia francesa poderia ser resumida nestas palavras. Uma situação semelhante não era testemunhada há mais de um século. Mas na época da derrota de Mansurah, São Luís gozava de um prestígio tão grande em toda a Europa que ninguém ousou atacar o seu reino. Além disso, ele havia caído nas mãos de um adversário que se contentava em obter um bom resgate, e seus súditos não sofreram com esta guerra distante e gloriosa para a qual sua fé o arrastou. A posição de Juan era muito diferente. É verdade que o próprio rei não se questionou. Dos confins de todas as províncias do reino surgiram sentimentos de piedade pela desgraça de um soberano tão cavalheiresco, testemunhos de uma lealdade monárquica, que não poderia ser alterada por qualquer fracasso ou qualquer derrota. Mas aqueles que sofrem precisam dos responsáveis pelo seu sofrimento. A nobreza, com pouca visão e imprudência, que exigia o combate e se deixava esmagar no campo de batalha, foi tomada como bode expiatório. Foi atacada a falta de capacidade dos funcionários, dos conselheiros do rei, cujos abusos inúteis para com um povo submerso não conseguiram evitar o desastre. Estes ódios, latentes em todos, não irão, contudo, explodir em todo o lado. Devido ao acaso das circunstâncias, a revolta só irá eclodir em dois focos estritamente delimitados: por um lado, entre a burguesia de Paris e as cidades da Ile-de-France, e, por outro, entre o campesinato de Paris. Beauvésis. Mas, às vezes, a audácia de alguns pode ser muito mais do que a apatia das massas. Durante mais de dois anos, a sua oposição aberta colocará em perigo toda a administração monárquica, fruto de séculos de esforços pacientes, e o que é mais grave, até mesmo o futuro da própria dinastia.

Na verdade, foi claramente uma crise constitucional. Seus perigos eram muito maiores, já que o navio estava sem piloto. No campo de batalha de Poitiers, o filho primogênito do rei fugiu. Agora, depois do desastre, a tenência do reino correspondia a este rapaz de dezoito anos. Sua fraqueza física era evidente para todos. Adolescente insignificante, de físico desagradável, casado cedo demais com a prima Juana de Borbón, desprovido de qualquer experiência política válida e desprovido de valor militar, Carlos tinha sido, até agora, um mero brinquedo de conselheiros pouco confiáveis. Ele havia sido nomeado duque da Normandia, mas levara uma vida de prazeres despreocupados em seu " *apanágio* " por apenas alguns meses, deixara-se seduzir por seu cunhado, Carlos de Navarra, e talvez tivesse conspirado contra o pai dele. Nada revelava a sua capacidade de conceber projetos

há muito pensados, a sua capacidade de sair de situações embaraçosas, de enganar o seu destino. Aquele que, endurecido pelas circunstâncias, se tornaria Carlos V, parecia apenas, neste momento, uma marionete dolorosa. Ele se cercou dos conselheiros mais desacreditados de seu pai, aprendendo com eles a se comportar cinicamente, desafiando a impopularidade e parecendo rir das dificuldades de seu povo.

A resposta foi imediata. Um mês depois de Poitiers, foi necessário convocar os Estados do Languedoïl em Paris para enfrentar a falência crescente. Nesta assembleia lotada, duas posições conflitantes foram imediatamente traçadas. Em primeiro lugar, a da burguesia, apaixonada pela defesa dos seus interesses, em nome da coisa pública, preocupada com os prejuízos sofridos pelo comércio e que se acreditava em condições de exigir muito, sendo o principal credor do Estado; Ela era também a mais perturbadora e hipócrita de um pequeno e ambicioso grupo de amigos do rei de Navarra, que queriam elevar à posição predominante deste reino abandonado. A sua possível aliança poderia incutir todos os medos no golfinho. Dois homens poderiam personificá-la: Esteban Marcel, reitor dos comerciantes e rico comerciante de tecidos da capital, cujos pais haviam feito fortuna como fornecedores da corte, espírito sincero, reformador ardente e convencido da razão que o ajudava, bem como de suas aptidões de chefe; Robert le Coq, bispo de Laon, bom orador, que estava a serviço do rei de Navarra e cujas intenções eram menos puras. O que a burguesia queria? Em primeiro lugar, reformar o governo e a administração, refrear a ganância dos funcionários, suprimir os abusos nos principais órgãos do Estado, há muito denunciados pelos representantes das boas cidades: reformas, todas elas, acreditava ele, não sem uma boa dose de ingenuidade, que poderia permitir ao rei viver exclusivamente dos recursos de seu domínio e poria fim à tributação impopular. Também exigiu, como aspiração preferencial, a destituição e acusação judicial dos vereadores mais comprometidos com a situação. Outras medidas excepcionais também foram necessárias. Foi necessário colocar ao lado do golfinho fraco um conselho eleito pelos Estados, um verdadeiro órgão de tutela, no qual entrariam uma dezena de burgueses ao lado de quatro prelados e doze cavaleiros. Finalmente, a libertação do rei de Navarra, cuja popularidade aumentava à medida que aumentavam os sofrimentos do reino, era imperativamente exigida. Diante dessas exigências categóricas, o Delfim acreditou que poderia manobrar para ganhar tempo. Ele deixou Paris e se encontrou em Metz com seu tio Carlos de Luxemburgo, imperador por dez anos, mas não conseguiu extrair dele nada além de boas palavras de encorajamento. Uma nova sessão dos Estados impôs-lhe, após o seu regresso, em 3 de março de 1357, um decreto de reforma, uma curiosa experiência de monarquia controlada. Uma comissão de purificação foi responsável pela demissão, prisão e condenação dos funcionários culpados, bem como pelo confisco dos seus bens de uma forma um tanto indiscriminada. Meia dúzia de representantes dos Estados terão agora acesso às sessões do Conselho – que não tem nome completo – e, a partir de agora, à administração dos grandes órgãos do Estado, à do domínio real e aos agentes locais. Os Estados, apesar da infeliz experiência de 1355, controlarão completamente a imposição e cobrança de subsídios, o que, apesar de tudo, exigiu a continuação da guerra. Estava também prevista a reunião periódica de representantes das três ordens para a realização de auditorias às contas.

A monarquia poderia ser colocada sob tutela? Examinando os factos mais de perto, apenas se produziu uma caricatura da reforma constitucional. Os Estados careciam de tradição política. Eram assembleias heterogéneas, convocadas apenas em casos de necessidade, e incapazes de criar órgãos de controlo permanentes. Os expurgos acalmaram os ressentimentos mais fortes, mas sem oferecer qualquer garantia para o futuro. As tentativas de reformas administrativas não tiveram consequências práticas, devido à falta de agentes executivos seriamente dedicados à sua tarefa. Esperava-se mais da entrada dos representantes dos Estados no Conselho, mas eles se viram em minoria e, passado o perigo, os ex-assessores voltarão a agir como antes ou recuperarão o seu lugar, caso o tivessem perdido . Ninguém ousou prescindir do Delfim, repositório da autoridade monárquica. Todos os esforços de reforma ruíram face à sua obstinada má vontade. Muito rapidamente, o movimento, que havia começado em meio ao entusiasmo geral, fracassou, tornando inevitável o retorno a medidas contundentes, de ambos os lados.

A monarquia, personificada no fraco Delfim, terá a última palavra. Tinha a seu favor os funcionários, a tradição e a continuidade administrativa. Os representantes dos Estados, encarregados de arrecadar e administrar os subsídios, chocaram-se com a inércia dos contribuintes, camponeses, artesãos miseráveis, que fizeram uma espécie de “greve fiscal” em resposta aos pedidos dos cobradores improvisados. O orgulhoso reitor dos mercadores, obrigado, como foi o caso dos funcionários do rei, a tomar as soluções mais negativas, será obrigado a decretar por si mesmo uma nova desvalorização, quando um dos pontos do programa de reformas era, precisamente, a volta para a nova moeda. Em suma, os Estados perderam todo o seu prestígio. Sessões demasiado frequentes esgotaram alguns deputados que temiam os perigos e despesas das viagens. Muito em breve só se verá neles a burguesia parisiense, ou pouco mais.

O delfim ainda enfrentava o verdadeiro teste de força, que ele temia, por faltar tropas e dinheiro como estava. No verão de 1357, ele tentou recuperar o poder: o decreto não foi mais aplicado e os "maus" conselheiros recuperaram a graça real. Esteban Marcel imediatamente o forçou a retornar à situação anterior. Em Novembro, com a ajuda de múltiplas cumplicidades, o rei de Navarra escapou da sua prisão, no meio da alegria transbordante dos Estados, que celebravam um novo encontro. Robert le Coq, exilado por algum tempo, voltou a Paris. Foi preciso assustar o Delfim para que ele permanecesse sob tutela. Por isso não permanece: uma paródia dos Estados, em fevereiro de 1358, decretou que, a partir de agora, nenhuma sessão poderia ser realizada fora da capital. O navarro foi trazido para Paris e foi imposta a reconciliação entre os dois cunhados. Carlos teve que se humilhar a ponto de decretar a celebração de cerimônias de expiação para as vítimas do drama de Rouen. Por fim, Stephen Marcel organizou uma ação violenta que, diante do Delfim, assassinou seus familiares, os marechais de Champagne e da Normandia, e impôs ao herdeiro da coroa o boné azul e vermelho, as cores da burguesia parisiense.

Essa brutalidade selvagem precipitou a separação. Em 14 de março, o delfim Carlos assumiu o título de regente, o que lhe conferiu maior autoridade do que a de tenente do rei. No dia 25 saiu de Paris, chegou a Senlis e opôs alguns Estados contra outros, consultando os nobres e as cidades fiéis dos Vermandois e depois de Champagne. Ele levou sua família para um lugar seguro na fortaleza do Mercado de Meaux. Ele reuniu tropas e se lançou

contra as gangues navarras que saqueavam os campos. Diante da situação perigosa, a exaltação de Esteban Marcel aumentou. Acreditava-se chamado a cumprir missões providenciais, como defensor das liberdades burguesas contra uma monarquia incompetente e opressora. Escreveu cartas às cidades flamengas, lembrando-lhes a figura de Artevelde, de quem se considerava herdeiro espiritual. Mas ele não teve escolha senão aceitar as alianças mais comprometidas. Em 28 de maio aliou-se aos Jacques.

A revolta dos camponeses de Beauveaisis e Soissonnais teve um carácter misterioso. É um daqueles gritos terríveis provocados pela miséria, tão frequentes no mundo medieval, em que a classe dominante não via nada mais do que libertinagens repentinas da população. Bastam as constantes desolações causadas pelos “routiers” que, durante um ano, viajavam por estas regiões, saqueando-as quer por conta dos ingleses, quer por conta de Navarra, bem como a falta de competência dos agentes do tesouro. para explicar isso. Também é possível que as exigências dos senhores, muitos dos quais, prisioneiros de Poitiers, precisavam de dinheiro para pagar os seus resgates, tenham alimentado a ira popular, mas faltam-nos provas documentais a este respeito. A surpresa rendeu-lhes sucessos iniciais. Os seus bandos amotinados, liderados por líderes desconhecidos mas terríveis como William Karle, despedaçaram os nobres, saquearam e queimaram os castelos e espalharam-se por toda a parte como um derrame de petróleo. O termo "Jacquerie" tornou-se, portanto, sinónimo de revolta camponesa, devastadora mas sem objectivos e sem futuro. O que o "Jacques" queria? Eles não transmitiram para nós. Quais eram suas chances? Muito poucos, uma vez passado o primeiro efeito de surpresa. Fracamente armados e mal comandados, tornaram-se presas fáceis para os pesados esquadrões de cavaleiros. E, o que é mais importante, a nobreza, inicialmente desorientada, encontrou um líder: Carlos de Navarra, colocando os seus interesses de classe acima das suas intrigas políticas, assumiu a liderança da resistência, pronto para livrar o Golfinho de um grave problema. Seu ardor terminou com Jacques perto de Mello. As coisas rapidamente voltaram à situação anterior. O navarro adquiriu uma popularidade incrível e fácil com a sua ação, tornando-se o seu salvador, do qual pretendia aproveitar muito em breve.

Mais político mas menos habilidoso, Stephen Marcel acreditou que poderia tirar vantagem dos camponeses na sua luta contra o regente, mas as tropas burguesas enviadas para apoiá-lo chegaram tarde demais e ele dirigiu-se contra Meaux, sem conseguir, no entanto, apoderar-se da esposa. do regente lá. Isso marcou o início do desastre. O Delfim estava ressentido com a sua capital, governava sem ela ou, melhor ainda, contra ela; mas isso não significa que tenha perdido todos os seus apoiantes, que encorajaram os mais moderados a insurgir-se contra a ditadura do reitor dos mercadores. Para enfrentar estes conspiradores invisíveis, Stephen Marcel só podia recorrer a uma solução: chamar em seu auxílio o rei de Navarra, cuja eloquência continuava a ganhar adeptos, e os bandos ingleses que estavam ao seu serviço. Nada foi conseguido, nem com a entrada das tropas anglo-navarra em Paris em 22 de julho, nem com a oferta do cargo de capitão da cidade a Carlos, o Mau. Após uma semana de discussões confusas e manobras secretas, Esteban Marcel foi assassinado na rua no dia 31 de julho, quando voltava de uma inspeção nas muralhas da cidade. Carlos de Navarra deixou Paris e o Delfim regressou à cidade, lisonjeado pelas

mesmas pessoas que o expulsaram. Não houve necessidade de mostrar resistência ou multiplicar as execuções. A revolução parisiense havia morrido e, com ela, a monarquia, exausta materialmente, fortaleceu-se moralmente.

Agora era possível pensar no rei. João, o Bom, provou com prazer o vinho amargo da derrota, primeiro em Bordéus, onde o Príncipe Negro o tratou com cuidado, e depois em Londres, onde chegou em 24 de maio de 1357, e onde se fixou para descansar. À sua disposição estava a suntuosa mansão Savoy, localizada na elegante estrada que ligava a cidade a Westminster. Ele não tinha nada do que se envergonhar: como bom soldado que era, ele lutou nobremente; Se, além disso, foi derrotado, é porque "os resultados das batalhas são muito incertos". E uma falha na forma não precisa humilhar o soldado no fundo. Eduardo III acolheu-o muito bem e sentiu-se mesmo atraído por este homem pouco inteligente, meticuloso nas questões de honra e fiel ao ritual de cavalaria, ao qual ele próprio prestava grande atenção. Juan pensava nos seus súbditos no meio das celebrações, mas era para que eles pensassem nele por sua vez. Uma antologia expressiva, ao mesmo tempo patética e infantil, poderia ser feita a partir das cartas do preso, preservadas em grande número. Os franceses tinham perdido o pai no campo de batalha de Poitiers, e isso era o que mais o afligia, mais do que as dificuldades e as ameaças que pairavam sobre o seu povo. Só uma coisa importava: a sua rápida libertação, para a qual todos tiveram que trabalhar. Contei com sua grande generosidade na hora de pagar o resgate. Quanto às condições políticas que o adversário poderia impor, como amputações territoriais, renúncias à soberania, a recomendação de não rejeitá-las imediatamente; Para ele, eram "algumas coisas mais suportáveis" do que suportar um cativeiro prolongado. O soberano "honesto" poderia, quando chegasse a hora, não se comportar como um negociador muito hábil e deixar os interesses da coroa em segundo plano para recuperar a sua liberdade.

Porém, a princípio tudo parecia muito simples. Sempre sob os auspícios da Santa Sé, foi concluída em Bordéus uma trégua válida por dois anos. Em setembro de 1357, os conselheiros de Eduardo, os conselheiros de João, três cardeais enviados pelo Papa e representantes do Delfim reuniram-se em Londres. Como se tratava não apenas de libertar o rei, mas de alcançar "uma paz boa e duradoura", um preço muito alto foi colocado na renúncia de Eduardo ao trono da França. Ao contrário do que se poderia esperar, as exigências inglesas foram inferiores às de Guiñes. Um projeto de tratado, datado de janeiro de 1358 (conhecido como o primeiro tratado de Londres), fixou o resgate do rei em quatro milhões de escudos de ouro, exigia a transferência da soberania completa sobre a Guiana, aumentada pelas de Saintonge, Poitou, Limousin, Quercy, Rouergue e Bigorra, que, somando Ponthieu e Calais, representava mais de um terço do reino. Tendo em conta as circunstâncias, o próprio Delfim considerou aceitáveis os termos da proposta, pois esperava que fossem piores.

E ele não estava errado. Eduardo III rapidamente se arrependeu de sua relativa generosidade. Visto que pretendia obter vantagens pessoais do Papa, com quem na altura estava em desacordo sobre a provisão da sé episcopal de Ely, e cujos desejos de paz conhecia, adiou voluntariamente a ratificação. Nesta altura, a revolução parisiense, a Jacquerie, bem como a guerra que o rei de Navarra travou contra o Delfim a partir de Agosto, na Normandia e mesmo às portas de Paris, provocaram nova ganância. Mais

poderia ser obtido de um adversário encurralado. Os comissários enviados por João Bom às províncias para obter o dinheiro necessário ao seu resgate voltaram de mãos vazias. Apenas o Languedoc, menos afectado pela guerra, contribuiu com algum dinheiro. Eduardo soube lidar com sua raiva com sabedoria: como não foi pago, quebrou o tratado. Seis meses antes ele havia dado a Juan o título de cavaleiro nos torneios realizados por São Jorge e agora o tinha sob vigilância e ameaçava mandá-lo para outra fortaleza mais segura. O Delfim ainda estava comprometido com a guerra contra Navarra, incapaz de iniciar negociações, e os legados papais não haviam retornado, acreditando que a paz havia sido alcançada. Qualquer conversa entre ambas as partes, entre o vencedor e o perdedor, este último preocupado com o endurecimento da sua situação que se aproximava, só traria vantagens para os Plantageneta. Eduardo estava orgulhoso de que "grandes tratados e propostas vantajosas" fossem "oferecidos a ele todos os dias pelos franceses". Assim, em 24 de março de 1359, foi assinado o segundo tratado de Londres, infinitamente mais duro que o primeiro. O pagamento do resgate do rei, que continuou a fixar-se no valor global de quatro milhões de escudos, foi fixado em termos muito próximos entre si e contra a garantia de reféns de sangue real ou nobre. Libertado ou não, Juan permaneceria tecnicamente prisioneiro até que o tratado fosse totalmente executado. As exigências territoriais tornaram-se maiores, uma vez que foram agora acrescentadas as regiões situadas entre o Loire e o Canal da Mancha, Touraine, Anjou, Maine e Normandia, além das regiões costeiras entre o Somme e Calais, e o tributo para a Bretanha. Perdeu-se assim a metade ocidental do reino de França, com toda a sua fachada marítima, ao longo de uma linha que ia de Calais aos Pirenéus. Nunca a Plantageneta, nem mesmo na época do fraco Luís VII, teve um poder tão grande no continente. Claro, e esta era uma condição fundamental aos olhos de Eduardo III, todos estes territórios lhe correspondiam em soberania absoluta, sem qualquer obrigação de natureza vassala.

Muito em breve o rei da Inglaterra percebeu que havia sido excessivamente ambicioso. Naquele preciso momento, a guerra de Navarra era favorável ao Delfim. Carlos, o Mau, sentindo-se abandonado, assinou sozinho a Paz de Pontoise, afastando assim uma séria preocupação da monarquia. A partir deste momento, era impensável simplesmente aceitar todas estas demissões de João Bom. Uma assembleia de Estados, dóceis nesta ocasião às sugestões do regente, declarou que o tratado "não era aceitável nem possível de cumprir". Outra assembleia aprovou alguns subsídios para o reinício das hostilidades. As coisas chegaram a tal ponto que Eduardo III foi forçado a tentar pessoalmente fazer com que a França aceitasse as suas condições, enquanto o soberano desta França aniquilada já era seu prisioneiro. Mas, para derrotar o inimigo era necessário que ele aceitasse a batalha. Mas Carlos estava ciente de sua fraqueza. Ensinado pela experiência e impulsionado por seu modo de ser pouco belicista, ele iniciou uma espécie de “ataque de guerra”. Tática hábil, cuja invenção seria mais tarde atribuída a Du Guesclin, mas que na verdade pertenceu ao Delfim. Qualquer “cavalgada” de alguns milhares de homens, se não chegasse à batalha em campo aberto, só poderia saquear o país, mas não conquistá-lo, muito menos ocupá-lo. Sua própria força se autodestruiu, no longo prazo, quando ele não tinha mais nada para devastar. Os “pobres” sofreram muito com tais saques, mas, desta forma, a monarquia não arriscou as poucas forças que tinha e que não poderia sacrificar em vão. No final de 1359,

Eduardo e seus filhos desembarcaram em Calais sem encontrar resistência, saquearam lentamente Artois, Thierache e Champagne, não puderam entrar em Reims, cujas sólidas muralhas excluíam a possibilidade de um assalto, não entraram na Borgonha, cujo duque Eles afastaram o perigo pagando generosamente pela retirada dos invasores, queimando a zona rural ao redor de Paris por duas semanas e, finalmente, saqueando a região de Beauce. Neste exato momento, os marinheiros normandos apareceram impunemente diante de Winchelsea, causando pânico entre os ingleses rumo a um desembarque, que consideravam impossível desde 1340. Finalmente, os elementos atmosféricos intervieram: um ciclone imprevisto desorganizou os invasores que estavam na região de Chartres. Era hora de acabar com essa loucura. Em 8 de maio de 1360, após apenas uma semana de negociações, o Delfim e o Príncipe de Gales estabeleceram as preliminares da paz na pequena cidade de Bretigny, no país de Beauce; Naquele exato momento, o rei da Inglaterra estava deixando a França e nunca mais lideraria um exército.

Foi um claro fracasso para a Plantageneta. A sua grande viagem resultou em condições piores do que as alcançadas no primeiro tratado de Londres, que lhe parecera apenas dezoito meses antes. Ele agora tinha que aceitar um tratado que, embora ainda oneroso para a França, era, no entanto, menos sério do que as renúncias com as quais ele havia concordado anteriormente. Territorialmente, voltou às condições exigidas em Londres em 1358: formação de uma grande Aquitânia soberana, que incluía desde o baixo Loire até o maciço central e os Pirenéus; concedendo “cabeças de ponte” no norte, como Ponthieu, Calais e o condado de Guiñes. Mas as cláusulas financeiras eram agora mais moderadas: o resgate foi estimado apenas em três milhões de escudos, em vez dos quatro anteriormente exigidos. Uma primeira entrega de 600.000 coroas seria suficiente para libertar o rei de França, que esperaria em Calais para que isso se concretizasse. Os territórios cedidos — exceto La Rochela, que deveria passar imediatamente para as mãos dos ingleses — seriam entregues ao vencedor durante o ano seguinte à libertação de Juan; seis anuidades de 400.000 escudos serviriam para liquidar a dívida dos Valois e libertar progressivamente os reféns, que seriam príncipes de sangue, grandes feudadores, barões, burgueses de dezoito "boas cidades", que, até à sua libertação, viveriam em Londres, correndo por suas próprias despesas. A ratificação final do tratado de Calais também estava prevista no momento do pagamento da primeira parte do resgate e antes da libertação do prisioneiro real.

Como não se podiam esperar condições ainda mais favoráveis, o delfim, desta vez de acordo com o pai, fez esforços desesperados para satisfazer as exigências inglesas. Era preciso, antes de tudo, libertar o rei, e então veríamos. Juan chegou a Calais no dia 8 de julho. Durante este período, todas as cidades e todas as províncias foram pressionadas fiscalmente até ao limite das suas possibilidades, exigindo-lhes que entregassem as suas contribuições "prontamente". Mais uma vez, o Norte de França, terrivelmente afectado pelas recentes devastações, não pôde contribuir em grandes quantidades, mas o Languedoc contribuiu generosamente. Em meados de outubro, 400 mil escudos, dois terços da quantia exigida, foram arrecadados na Abadia de Saint-Bertin, perto de Saint-Omer. Como bom jogador de vantagem, Eduardo declarou que estava feliz com isso. Aos poucos, o rei da Inglaterra, seus filhos, o delfim e os conselheiros dos príncipes foram chegando a Calais; Ainda houve negociações por algum tempo e, finalmente, em 24 de outubro, as

preliminares de Bretigny foram ratificadas solenemente, com algumas modificações detalhadas. Isto foi mais do que um acordo entre Valois e Plantagenetas, e a paz geral foi considerada alcançada. Eduardo III assinou a paz com o conde de Flandres, Juan reconciliou-se mais uma vez com Carlos de Navarra, e os dois reis, que a partir deste momento estabeleceram pactos de amizade e aliança perpétua, prometeram colaborar juntos na solução da questão da Bretanha . Uma vez pacificado todo o Ocidente, o papado poderia mais uma vez lançar os seus projectos quiméricos de cruzadas.

O tratado de Calais diferia das preliminares de Bretigny apenas numa questão importante. No texto primitivo, os dois reis renunciaram simultaneamente às suas reivindicações recíprocas, embora de importância desigual: Eduardo ao seu título de rei de França, uma vaidade inútil que nunca conseguiu ver reconhecida; João à soberania dos territórios cedidos, o que amputou um terço do seu reino, e significou o fim da intervenção dos seus tribunais, dos seus coletores de impostos e dos seus exércitos em todo o sudoeste da França. Em Calais, por exemplo, as "renúncias" foram feitas em acordo especial e a sua eficácia mútua foi adiada até à entrega dos territórios, marcada, como última data, para 30 de novembro de 1361. Aparentemente, foi uma modificação mínima. Na prática, teria consequências incalculáveis. Acredita-se distinguir nisto a mão do Delfim e dos seus conselheiros que, com a sua consumada habilidade, de que já tinham demonstrado no ano anterior, anteciparam os acontecimentos, prevendo que a entrega seria adiada e teriam assim preservado o direitos soberanos da coroa sobre as províncias provisoriamente perdidas. No entanto, isso é algo dificilmente aceitável. Não foi fácil evitar os atrasos, as artimanhas e as complicações criadas por um adversário que nunca estava satisfeito. Apesar da inegável inteligência do futuro Carlos V, não bastava prever o futuro. No entanto, os acontecimentos iriam favorecê-lo.

Esqueceremos o rei a caminho da liberdade, atravessando o seu reino recuperado, ou, em parte, pelo menos. A história de seus atos serviria apenas para penetrar mais profundamente no espírito de um príncipe que, tendo apenas três anos de vida, não iria colocar em prática nenhum de seus projetos quiméricos. Desta vez os infortúnios também não serviram de humilhação para ele. Poderia, pelo menos, ter percebido que encontrou uma França, após quatro anos de ausência, dilacerada, afundada e mutilada, e teria tentado curar as suas feridas, restabelecer a ordem interna e restaurar as suas forças através de uma acção económica prudente. Acreditá-lo capaz de tais cálculos prudentes seria interpretar mal sua personalidade. Ele ajudou impotentemente nas devassidãos dos *routiers* (soldados errantes), que saquearam as províncias mais ricas. A paz, comprada por um preço tão alto, graças a tanto sangue e tanto sofrimento, foi apenas para ele a oportunidade inesperada de realizar a ambição de seu pai e de si mesmo: a cruzada. Assim que pôde, fez uma viagem para Avignon; É verdade que, como as estradas do seu reino eram inseguras, ele deve ter feito um longo desvio pela Borgonha, Bresse, o Delfim e as terras do Império. Mas o Papa Urbano V encontrou nele um aliado mais precioso, mais zeloso do que Filipe VI tinha sido por Bento XII. O derrotado em Poitiers já se via como capitão-general da cruzada, à frente de um exército europeu, indo ao encontro dos inimigos turcos.

Aconteceu com este projeto como com tantos outros: as realidades se encarregaram de colocá-los no lugar das quimeras. Tarefas mais urgentes mantiveram João no seu reino, entre as quais a implementação das estipulações do Tratado de Calais. E isso nos leva ao fio da nossa história.

As cláusulas territoriais foram de longe as mais facilmente implementadas, embora com atrasos consideráveis. Os conselheiros do rei pretendiam não efetivar a entrega dos territórios até que o rei da Inglaterra, por sua vez, removesse das províncias francesas todos os *desbravadores* que, em seu nome, os haviam saqueado. Os Plantagenetas consideraram que bastava deixar de pagar a estes soldados, ignorando se eles continuavam a pilhar por conta própria. Juan cedeu mais uma vez. Mas, até agosto de 1361, não chegaram os delegados ingleses encarregados das formalidades da anexação. Em cada uma das regiões cedidas, receberam poderes dos oficiais Valois, receberam a homenagem dos vassalos e o juramento das cidades. Houve, em vários locais, movimentos de oposição que não conhecemos bem. Possivelmente, a população não teria demonstrado medo de uma mudança de senhor se o rei tivesse permanecido o seu soberano supremo. A sua lealdade monárquica levou-os a suportar com dificuldade a futura separação completa do reino de França. Mas tais sentimentos foram expressos de forma esporádica e discreta e, em alguns casos, podem até ter sido resultado de um cálculo premeditado. Nos casos em que uma determinada cidade atrasou a sua submissão ou um determinado vassalo se recusou a prestar homenagem pessoalmente a qualquer homem que não fosse o rei da Inglaterra, ele o fez para obter uma confirmação e aumento de seus privilégios e para criar um precedente que você irá. aproveite para aumentar sua autonomia. E isso acontecerá até 1789, isto é, até que o patriotismo nascente ponha fim à vaidade egoísta dos privilégios locais. Na primavera de 1362, a dolorosa operação chegou ao fim, restando apenas alguns enclaves disputados para completar esta grande transferência de territórios, como Belleville em Poitou e Montreuil em Ponthieu. Eduardo III conseguiria assim converter todas as suas novas possessões continentais no extenso principado da Aquitânia, cujos destinos seriam governados pelo Príncipe Negro, o vencedor em Poitiers.

O pagamento do resgate sofreu atrasos muito mais longos. E isto porque não foi fácil obrigar um país incessantemente empobrecido e muito recentemente privado de um terço dos seus territórios a contribuir para o pagamento de uma quantia tão imensa. Nesta matéria, tratando-se de libertar um rei prisioneiro, caso previsto nos costumes feudais, não foi necessária a convocação dos Estados. Uma portaria real de 6 de dezembro de 1360 havia estabelecido, por um período de seis anos – primeiro exemplo de imposto geral e duradouro ao mesmo tempo –, uma contribuição tripla sobre as vendas de tecidos, sal e vinho. Eram impostos sobre o consumo, difíceis de perceber, impopulares e, além disso, que estavam intimamente relacionados com a prosperidade económica, e estávamos a atravessar um momento de crise aguda. Forneceram, no entanto, quantias apreciáveis. A luta local contra os *routiers* , as grandes festas da corte e os preparativos para a cruzada ficaram com a maior parte. Com o resto, não foi sequer possível, em três anos, atingir o primeiro milhão do resgate.

De posse dos territórios cedidos e tendo embolsado um terço da contribuição exigida, o lógico teria sido que o rei da Inglaterra tivesse acelerado a troca de renúncias mútuas, o

que teria selado definitivamente as cessões realizadas. No entanto, as renúncias não foram trocadas nem em novembro de 1361 nem depois. Isto não deve ser visto como uma nova prova da capacidade do Delfim, que, terminada a sua regência, já não tinha qualquer papel no governo do reino; nem do descuido de Juan, preocupado, pelo contrário, em preservar a sua honra, com a aplicação escrupulosa e completa do tratado. Deveu-se, pelo contrário, ao próprio Eduardo, sempre pronto a arquitetar novas combinações diplomáticas e em busca de vantagens adicionais. Tendo ele próprio deixado de usar o título de rei da França, sabia que João não se considerava mais autorizado a deter a soberania da Aquitânia. No momento, ele tentava obter benefícios materiais seguros e mais tarde se ocuparia com uma cerimônia vazia de conteúdo imediato. Além disso, como o resgate não foi pago no devido tempo, os reféns de Londres foram deixados a apodrecer num exílio tão prolongado. Foi uma espera intolerável para príncipes de sangue real, como o irmão do rei, Filipe de Orleans, seus dois filhos mais novos, Luís de Anjou e João de Berry, seu primo, Pedro de Alençon e o cunhado do delfim, Luís II de Bourbon. Para acelerar a sua libertação, eles comprometeram a palavra do rei da França e assinaram o desastroso "tratado de reféns" com o seu carcereiro (novembro de 1362). Foram generosos com os bens alheios, prometendo o pagamento imediato de 200.000 escudos, a transferência definitiva dos territórios disputados, bem como o penhor dos principais castelos de Berry. Em troca disso, foram transferidos para Calais, onde teriam de aguardar, como prisioneiros condicionais, a ratificação do rei, após o que ocorreria apenas a troca de demissões. Juan teria facilmente concordado em assinar estas novas renúncias; Significava pagar um preço um pouco mais elevado pela paz, mas libertar os seus familiares e acelerar a partida da cruzada. Eduardo havia exigido, porém, aprovação dos três Estados. A assembleia, reunida tardiamente em Amiens, em outubro de 1363, mostrou-se relutante. Mais uma vez, o delfim e seus conselheiros defenderam melhor os verdadeiros interesses da coroa do que o rei. Eles eram a alma da resistência e provocaram a rejeição do tratado.

Foi o primeiro obstáculo à paz, uma primeira sombra na amizade eterna que ambos os soberanos juraram em Calais. Num assunto em que qualquer diplomata não teria visto mais do que as exigências da política, Juan considerou-se desonrado, suspeito de falta de lealdade perante um adversário que, no entanto, não tinha intenção de insistir neste ponto. Um incidente pessoal reforçou, dentro dele, um sentimento tão doloroso. Seu segundo filho, Luís de Anjou, que apodrecia em reclusão em Calais, obteve permissão para realizar suas devoções no santuário de Notre Dame de Boulogne. Lá conheceu sua jovem esposa, Maria da Bretanha, filha de Carlos de Blois, que não via há dois anos e meio e por quem estava muito apaixonado. O casal deixou o acampamento e não voltou para Calais. Ao fazer isso, Eduardo o acusaria de “ter traído enormemente a honra de sua família”. As leis da honra têm suas próprias exigências. Na política, muitas vezes serviram para encobrir as piores traições. Cavalheiro até o fim, Juan permaneceu fiel a esse código; Nos primeiros dias de 1364, retornou a Londres para voltar a ser prisioneiro, respondendo pessoalmente pelo não pagamento do resgate e pela fuga de um importante refém. No entanto, ele não abandonou o projeto da cruzada. Como Eduardo sentia uma forte simpatia por ele, propôs negociar um novo "acordo final" para substituir o tratado de reféns. Tinha acabado de ser assinado quando ele adoeceu. Ele morreu jovem – tinha apenas 45 anos – em 8 de abril. Seu

ex-carcereiro concedeu-lhe um suntuoso funeral na Catedral de São Paulo. Depois, de Dover e Calais, os seus restos mortais foram transportados com grande solenidade para Paris e Saint-Denis.

IV
CARLOS V
(1364-1380)

Os dezasseis anos que se seguiram à morte de João, o Bom, constituíram para a França um período de reacção, imprevista, incompleta, sem dúvida, mas rápida. Na Inglaterra, ao contrário, houve uma aceleração do declínio, que gradualmente o faria descer do pedestal de glória ao qual o gênio de Eduardo III o elevou. Uma personalidade dominou sobretudo em ambos os países: a de Carlos V.

I. O REI E SEU CÍRCULO

Carlos V gozou da popularidade que a história concede, em tempos de reveses, aos líderes que desapareceram demasiado cedo de uma época de ouro que a partir de então deixou de ser de ouro. Foi depois da sua morte que este rei prudente foi mais amado, nos tristes momentos de anarquia em que a loucura do seu filho tomou conta do país. Naquela época, entre outros bajuladores, teve a sorte de haver uma doce italiana, filha de um de seus médicos, Cristina de Pisa ou Pisano, cuja gentil caneta muito contribuiu para criar uma aura de lenda sobre a memória de seu reinado reparador. Os historiadores modernos não conseguiram separar-se totalmente das anedotas comoventes, da admiração habitual, dos elogios piedosos, para encontrar o homem na sua verdadeira dimensão, por trás dos elogios oficiais.

A maravilhosa escultura da Igreja dos Celestinos, hoje no museu do Louvre, permite-nos fazer uma avaliação completa do seu aspecto físico: de tez frágil, corpo fraco e pequeno, completamente diferente dos colossos desportivos que foram os primeiros Valois ou daqueles belos homens que foram os últimos Capetos. Ele tinha um nariz longo e pontudo, um rosto abatido e uma cabeça alta que caía ligeiramente em direção aos ombros ossudos.

Uma doença misteriosa que contraiu quando era adolescente o manteve na cama por muito tempo e o levou à morte quando ele tinha apenas quarenta anos. Essa deficiência física fez dele um homem de cargo, e não um homem de ação. Era criança quando ocorreu a batalha de Crécy e adolescente quando ocorreu a batalha de Poitiers, por isso sempre guardou a memória de uma longa série de reveses na atividade militar. Seus hobbies, mais ainda que sua saúde, o mantinham longe dos campos de batalha. Ele foi o primeiro dos reis da França – e o único até Luís XVI – que evitou comandar os exércitos, mesmo que nominalmente. Em seu lugar substituíram-se chefes com elevada qualificação profissional. Ele não era um covarde - pois ninguém jamais ousou censurá-lo por ter abandonado a luta

em Poitiers nos últimos momentos - mas os campos de batalha não foram feitos para ele. De seus ancestrais Valois, porém, ele herdou o amor pelo luxo, pelas belas residências, pelas festividades da corte, sinal indispensável da majestade real. Ao mesmo tempo que o país estava soterrado por ruínas e impostos quando ele próprio incentivava a poupança nos seus próprios serviços, ordenou a reconstrução do Louvre e de Vincennes, construiu uma residência de campo em Beauté-sur-Marne, outra urbana no Hotel de San Pablo, perto da Bastilha, no próprio Marais, que se tornou, a partir do seu reinado, o ponto de encontro dos elegantes. Assim como seu irmão, o duque de Berry, ele gostava de colecionar belos objetos, como joias, talheres, obras de arte e tapeçarias. E, mais do que ele, adorava os livros que se dedicava a guardar no Louvre, e não só por amor às encadernações caras ou às ilustrações raras, mas conhecia a sua biblioteca, cujos livros folheara e até Leia cuidadosamente. Ele traduziu para o francês as obras políticas de Aristóteles e dos historiadores latinos e pediu a Nicolás Oresme que explicasse sua teoria da boa moeda em linguagem inteligível.

Nenhum rei desde a época de Filipe, o Belo, teve um sentimento de majestade real tão elevado como ele, nem desde São Luís foi tão responsável como ele pelos deveres que o seu cargo implicava. Escrupuloso, muchas veces en exceso, quería siempre estar convencido de que le asistía el derecho, de que las cargas fiscales no tenían más objetivo que el bien del reino, que sus guerras eran siempre justas y de que todas sus acciones se hallaban presididas por el direito. Durante o seu reinado, os juristas alcançaram uma posição privilegiada: Eduardo III, numa ocasião, e não sem desprezo, chamou-o de “advogado”. Sua própria honestidade às vezes dava a impressão de ser casuística, sua habilidade distorcida e seus argumentos falaciosos. Dessa forma, retomou a tradição, infelizmente interrompida, da longa lista de capetianos sempre preocupados em ter o direito ao seu lado, pagando até o preço de ter que realizar uma ginástica mental que, muitas vezes, beirava o virtuosismo. A dura aprendizagem da sua dupla regência, de 1356 a 1360 na primeira ocasião e depois durante os primeiros meses de 1364, ensinou-o a não confiar nos homens, a contornar as dificuldades, a recuar diante das tempestades e a desfazer, à força da paciência. e tenacidade, as coligações mais perigosas. Carlos foi o melhor rei que poderia cair nas mãos de uma França enfraquecida e provisoriamente desmembrada, que duvidava do seu presente, se não do seu futuro, e que misturava um elevado sentido de justiça da sua causa, com o uso de meios inadequados. bombástico, astuto, malandro, má-fé, para escapar da destruição total. A necessidade não conhece lei, como dizem frequentemente os políticos.

Tem sido repetidamente afirmado que Carlos, desconfiando de seus irmãos, os removeu sistematicamente do poder. Nada poderia estar mais longe da verdade. Da mesma forma que foi um bom marido - a morte prematura de Juana de Borbón mergulhou-o na dor - e um bom pai - que recebeu com enorme alegria o nascimento do seu filho, o futuro Carlos VI - foi também um bom, irmão generoso e às vezes excessivamente fraco. Luís, duque de Anjou e Maine, era um homem ambicioso, ávido por poder e riqueza, mas não desprovido de sentido político. Em 1364, tendo-se tornado o presumível herdeiro do trono, exigiu a rendição do Delfim para aumentar o seu "apanágio". Teve que se contentar com a promessa da Touraine, da qual tomou posse quando o Delfim nasceu. Foi-lhe confiado o lugar-tenente do Languedoc, que manteve ao longo da vida. Posição excepcional, que lhe permitiu não só

dispor dos recursos da província mais rica do reino, mas também levar a cabo uma política pessoal, que quase sempre apoiou, coincidentemente, a do rei: ambição para com o antigo reino de Maiorca, intervenção nos assuntos de Castela e obstrução tenaz à administração do Príncipe Negro na Aquitânia. Em cada uma das suas ações que serviram para preparar o reinício da guerra, o duque de Anjou teve uma grande participação, indo ainda mais longe do que a vontade do próprio rei. João, o segundo príncipe da dinastia, não tinha ambições tão elevadas. A princípio foi nomeado conde de Poitiers e Mâcon, acrescentando posteriormente Bretigny, Berry e Auvergne, com o título ducal. Da sua longa estadia como refém manteve bons contactos em Inglaterra, que foram utilizados pelo rei em algumas negociações delicadas. Juntamente com o duque de Anjou, realizou a recuperação de Poitou, o que aumentará o seu "apanágio". Finalmente, Filipe, o favorito de seu pai, era em 1363 apenas duque de Touraine. João, o Bom, havia-lhe confiado o lugar-tenente da Borgonha, muito recentemente incorporado ao domínio real, com a promessa secreta de que lhe seria concedido em "apanágio". Carlos apressou-se em cumprir a promessa do pai, acumulando sob a autoridade do irmão todos os privilégios, doações territoriais e concessões fiscais. Veremos mais tarde até que ponto contribuirá para aumentar o seu poder, garantindo-lhe a rica herança flamenca. Teria ele concedido tantos favores aos seus irmãos se desconfiasse deles?

É verdade que, mesmo concedendo-lhes o governo das províncias e empregando-os nas embaixadas, não lhes foram conferidos poderes fundamentais. Mas neste ponto, era uma prática normal e nada inovador. Permitir que príncipes de sangue real falassem nos conselhos da coroa como verdadeiros senhores era algo que escapava à tradição monárquica. O exemplo de Carlos de Valois, na época dos últimos Capitães, nunca mais se repetiu. Tal como os seus antecessores, Carlos confiava mais nas pessoas de estatuto inferior, nos cavalheiros que lhe deviam tudo o que eram, funcionários e burgueses fiéis, por vezes aventureiros ou carreiristas, mas muito mais dispostos do que os grandes a aceitar a rotina do governo e a preservar o continuidade administrativa. Alguns vinham do círculo paterno e não se distinguiam exatamente pela limpeza de suas ações, como o sinistro Jean de la Grange, pároco de Fécamp, tesoureiro da França antes de se tornar cardeal de Amiens e aspirante à tiara papal. A maioria dos seus conselheiros, embora preocupados com a sua própria sorte, eram funcionários parlamentares honestos e conscienciosos, como Jean e Guillaume de Dormans, que foram sucessivamente chanceleres, ou o primeiro presidente Pierre d'Orgemont e o reitor de Paris, Hugues Aubriot. Menção especial merece Bureau de la Riviére, um pequeno cavalheiro do condado de Nevers, que foi seu confidente durante os últimos anos de sua vida e, especialmente, dos chefes militares Jean de Vienne e Duguesclin.

Mesmo em vida, este pobre cavaleiro bretão gozou de uma popularidade absolutamente desproporcional ao seu valor ou às suas ações. Mais tarde, na memória dos homens, o nome de Carlos V permanece indissociavelmente ligado ao do seu condestável, um campeão lendário. Não basta, para explicar esta visão, culpar o pesado poema de Cuvelier, uma longa rapsódia temperada com anedotas ingénuas e lendas pouco credíveis, uma resposta francesa aos ditirambos com que o arauto inglês Chandos inflara a glória do Príncipe Negro e dos seus cavaleiros. Froissart, bom conhecedor do assunto e fiel eco dos sentimentos

cavalheirescos, também ficou surpreso com o favor concedido a Duguesclin, ao mesmo tempo que se maravilhava, complacente, com suas façanhas. A França de Carlos V encontrou um líder à medida das suas necessidades, das suas necessidades precárias que eram as únicas capazes de levar a cabo, neste capitão medíocre, incapaz de vencer uma batalha ou de completar com sucesso um cerco de qualquer importância, cujos únicos méritos Conseguiram galvanizar os bandos de *"routiers"* dedicados à pilhagem e, além disso, meticulosos no que diz respeito à honra cavalheiresca. No momento de entrar ao serviço do rei e pouco antes da sua elevação, o pobre cavaleiro bretão, depois de uma juventude difícil e aventureira, não passava de um capitão de " *routiers* ", amante da pilhagem, das campanhas militares, embora superior aos seus seus semelhantes pela autoridade férrea e pela disciplina rigorosa que impôs aos seus mercenários. A sua estátua funerária, na Abadia de Saint-Denis, deixou-nos vestígios do seu físico infeliz, com a sua enorme cabeça sobre ombros quadrados e um nariz enormemente achatado sobre a boca, apenas o seu sorriso tendo uma aparência humana. Devido às circunstâncias, ele se tornou um homem de recursos limitados, poucas tropas, expedições curtas e escaramuças surpresa. Não teve sequer o mérito de adoptar abertamente uma estratégia contemporizadora, que, na realidade, lhe foi imposta pelo próprio rei. Todas as vezes que agiu por conta própria, esquecendo-se dos conselhos do rei, e que se envolveu em combate em campo aberto, como aconteceu em Auray ou em Nájera, ficou completamente arrasado. Era um homem ávido por títulos criados para ele, como o de Conde Longueville, que lhe foi concedido por Carlos V, ou Duque de Molina, por favor do Rei de Castela. E ainda assim, nos momentos difíceis, o rei nunca hesitou e silenciou os invejosos, confiando a Duguesclin a espada do Condestável, ou seja, fazendo-o assumir a direção dos exércitos reais. Mais uma vez, a Duguesclin saberá adaptar-se perfeitamente às necessidades do momento. Durante os últimos dez anos da sua vida, foi o homem que, com os seus limitados recursos, soube apagar a vergonha do Tratado de Calais. Sua glória eclipsou a de todos os outros capitães e até mesmo a dos outros colaboradores do rei. Ao seu lado, a imagem do enérgico Jean de Vienne, homem do interior promovido na mesma época ao cargo de almirante de França e que, sem ter navegado na vida, criou uma frota real digna desse nome, ser apagado.

II. A RECONSTRUÇÃO DO REINO

Um espião inglês, encarregado de coletar informações para o Príncipe de Gales sobre as intenções de Carlos V, escreveu ao seu governo na primavera de 1364:

«A política do novo rei é dar boas palavras aos ingleses até que recupere os seus reféns que residem em Inglaterra, ou, pelo menos, os mais importantes; e, entretanto, travará a guerra contra o rei de Navarra e continuará a da Bretanha; e, aproveitando ambas as guerras, reunirá continuamente homens armados; e, assim que recuperar os referidos reféns, generalizará as hostilidades para várias frentes, contra os ingleses e contra o principado da Aquitânia..., e recuperará tudo o que perdeu nas mãos dos ingleses, e, finalmente, ele os destruirá.

O passado político do Delfim justificou esta visão de futuro que, talvez mais nos factos do que nas intenções, se concretizou ponto a ponto. Era lógico que os ingleses desconfiassem de Carlos, que havia rejeitado o duro tratado de Londres, enfrentado a grande expedição de 1359, forçado a libertação de seu pai e forçado a reação contra o tratado de reféns, e, que , portanto, não poderia aceitar indefinidamente as demissões acordadas em Calais. Mas supor que desde o seu advento preparou a ruptura e reuniu forças para o recomeço da guerra significaria acusá-lo de hipocrisia ou lisonjeá-lo com uma capacidade de previsão que até então não possuía. A própria sobrevivência do reino foi ameaçada por problemas demasiado sérios para sonhar em retomar o conflito franco-inglês. E, para sair do problema em que se encontrava, boas palavras não bastavam para adormecer um adversário desconfiado, mas era preciso convencê-lo da sua recta intenção, conquistar a sua confiança e, para isso, confrontá-lo, com o maior zelo possível, a todas as obrigações impostas pelo tratado. Tal foi, como veremos, a atitude de Carlos em relação à Inglaterra durante quase quatro anos. Não devemos esquecer em nenhum momento a presença constante de um adversário meticuloso, desconfiado e disposto a intervir assim que vislumbrar um engano. Portanto, os resultados obtidos graças à prudência do rei adquirem maior relevância.

O rei de Navarra, que estava em paz desde 1359, voltou a pegar em armas em 1364. Mais uma vez, teve boas razões para se levantar contra os Valois. Nesta ocasião, o conflito surgiu por causa da sucessão da Borgonha. Após a morte prematura do fraco Filipe de Rouvre (1361), o ducado teve que cair nas mãos dos descendentes das duas tias-avós do falecido. Carlos, o Mau, era neto da mais velha, Margarita, e Juan, o Bom, da mais nova, Juana. O problema residia em saber se, como no caso da Bretanha, a representação sucessória era admitida de acordo com os costumes da Borgonha. Se assim for, parece que esta foi a solução legal - o navarro tinha que ser o herdeiro. Mas, também nesta ocasião, o rei da França, um senhor eminente, atuou tanto como juiz quanto como parte. Após uma suposta investigação, ele se proclamou herdeiro e uniu a Borgonha ao domínio real. Ao cumprir a promessa ao filho mais novo, Felipe, o Navarro não aguentou mais. Assim que Juan foi para a Inglaterra, ele começou a guerra contra o Delfim. O grave perigo deste tipo de revolta residia no facto de, com alguns bandos de mercenários, Carlos, o Mau, conseguir fazer Paris render-se devido à fome. Suas possessões normandas fizeram dele senhor de Meulan e Mantés, no curso inferior do Sena, enquanto ele poderia facilmente ameaçar Pontoise e Creil, nas margens do Oise. Sua tia Juana, viúva do último Capeto durante quarenta anos, e sua irmã Blanca, viúva de Filipe VI, permitiram-lhe entrar em Melun, cuja posse ambos detinham. Ele era o dono de todos os rios, exceto o Marne. Um feliz golpe de sorte permitiu afastar a ameaça: Duguesclin, encarregado da defesa do Regente, presenteou-o, como prova da sua feliz nomeação, com a vitória mais brilhante da sua carreira: em Cocherel, perto de Mantés, os contingentes gascões do *Captal* de Buch, a serviço dos navarros, foram completamente aniquilados em 16 de maio de 1364. Ao não apoiar Carlos, o Mau, Eduardo III, convenientemente convencido disso pelo novo rei, Duguesclin conseguiu conquistar o Cotentin, pegue Valognes, embora ele tenha falhado contra Evreux. Muito em breve, os navarros preferiram abandonar as hostilidades. O tratado assinado em março de 1365 significou a remoção para sempre da ameaça que

pairava sobre Paris. Perdeu, no seu teor, as cidades do baixo Sena, deixando como única memória para o futuro do seu efémero domínio a encantadora capela de Navarra na colegiada de Mantés. Em troca, recebeu o baronato de Montpellier, ou seja, o co-senhorio de uma cidade distante, na qual, muito em breve, os servos do duque de Anjou se encarregariam de transformá-la numa dominação ilusória. O navarro foi assim reduzido à categoria de um conspirador obscuro, de quem o rei da França doravante nada teria a temer.

A questão bretã, porém, não evoluiu tão favoravelmente aos interesses dos Valois. Como será lembrado, no Tratado de Calais, como consequência da reconciliação de Eduardo e João, ambos prometeram um acordo de pacificação no ducado. Mas cada um continuou a apoiar o seu candidato: Eduardo até ao seu aluno João IV, educado na corte de Londres, que professava um ódio feroz aos Valois e que no exílio aprendera a ser reservado e desleal. Juan a Carlos de Blois, que teria facilmente abandonado as suas pretensões se a sua esposa dominadora não tivesse alimentado a sua intransigência. Várias conferências realizadas, primeiro em Calais, e depois em Saint-Omer e Londres, sob o patrocínio de ambos os monarcas, tentaram em vão impor a paz no ducado. João IV de Montfort, emancipado pelo seu tutor, regressou ao seu ducado no verão de 1362. Muito em breve a guerra recomeçou, com o seu triste cortejo de expedições devastadoras, golpes de estado, estratagemas e cercos. Ela permaneceu indecisa por muito tempo, até o momento em que ambos os contendores decidiram iniciar a batalha em campo aberto. Em Auray, em 29 de setembro de 1364, Carlos de Blois sofreu uma derrota esmagadora. Este homem santo – que alcançaria o posto de abençoado – morreu como um bravo cavaleiro. Duguesclin, que veio em auxílio do seu "senhor natural", estava entre os prisioneiros. A causa de Joana de Penthiévre e, conseqüentemente, a dos Valois, foi perdida. Contudo, e confiando na atitude do novo rei de França pela aparente justeza, Eduardo, fiel às estipulações do Tratado de Calais, não quis aproveitar uma situação que lhe era vantajosa. Esta circunstância permitiu a Carlos sair da situação com sucesso. O tratado de Guérande, assinado em abril de 1365, concedeu a Joana de Penthiévre, cuja causa estava irremediavelmente perdida, algumas compensações em troca de sua renúncia ao ducado, como o condado de Penthiévre, na Bretanha, e o usufruto do visconde de Limoges . João IV continuou a ser o único duque da Bretanha, mas em troca da homenagem teve que prestar a Carlos V. Desta forma, o ducado regressou à esfera do reino de França, de onde havia saído devido à traição do Montforts. Comparado ao sucesso alcançado, o novo duque considerou suportável esta subordinação ao odiado Valois. Sem dúvida, não demoraria muito para levar a cabo a sua própria traição, mas, por enquanto, a Grã-Bretanha estava libertada dos mercenários ingleses, que a ocuparam durante vinte anos. Era tudo o que se poderia esperar depois do desastre de Auray.

Com a neutralização dos navarros e a pacificação temporária da Bretanha, todas as lacunas através das quais poderia ocorrer a penetração dos Plantagenetas no reino destruído da França foram fechadas. A neutralidade de Eduardo III permitiu sucessos tão fáceis. Na Flandres, pelo contrário, seria necessária toda a habilidade política de Carlos V para se opor com sucesso à diplomacia inglesa, sem forçá-la, por outro lado, à guerra. A nova regulamentação da sucessão flamenga, que os historiadores modernos censuraram ao

rei prudente, vendo nela apenas uma imprevisibilidade cega, constituiu, no entanto, se soubermos situá-la no contexto geral dos acontecimentos, a mais espectacular vitória diplomática. do seu reinado. Em Calais, e no contexto geral da pacificação de todo o Ocidente, Eduardo reconciliou-se com o filho de Luís de Nevers e abandonou os últimos apoiantes de Artevelde à vontade do conde. Esta paz logo se transformou em uma aliança perturbadora contra os Valois. Pois, após a morte de Louis de Nevers em Crécy, o seu filho Louis de Male sucedeu-lhe e, com ele, a Flandres mudou completamente a sua política. Luís de Nevers, como todos os seus antecessores desde o início do século, mostrou-se um fiel vassalo da coroa francesa. Para fazer face aos seus deveres feudais, teve de enfrentar os mais ricos dos seus vassalos, as grandes cidades industriais da Flandres marítima, envolvendo-se em terríveis guerras civis. A lição não caiu em ouvidos surdos. Seu filho, Luis de Male, que nos dias mais tristes da revolta foi feito refém pelos burgueses de Bruges, não queria passar novamente por tamanha humilhação. Firmemente determinado a aumentar o prestígio do concelho, sabia que sem o apoio financeiro das cidades cortinadas, o poder do concelho não passava de uma miragem. Libertou-se, portanto, da tutela francesa, aproximando-se da Inglaterra, cuja lã de boa qualidade continuou a fornecer os teares flamengos. Isto coincidiu com uma estabilização, em benefício dos interesses flamengos, da vacilante política de lã de Eduardo III. Em 1363, o " *principal* " da lã foi estabelecido em Calais, e a mercadoria, uma vez satisfeitos os impostos que inchavam os cofres do Tesouro, ia para Bruges, o principal centro comercial. Para manter aberta a rota da lã, Luís de Male não hesitou em reforçar a sua aliança com a Plantageneta.

Por outro lado, o conde não tinha outro herdeiro senão a sua única filha, Margarida, viúva desde 1361 do doente Filipe de Rouvre, duque da Borgonha, o que a tornava a herdeira mais rica da Europa. De seu pai receberia os condados de Flandres, Nevers, Rethel, direitos sobre Antuérpia e Mechelen; de sua avó, os condados de Artois e Borgonha (mais tarde denominado Franche-Comté). A partir de 1363 foram realizadas negociações de casamento com a corte de Londres. Eduardo propôs como candidato para a mão dela seu quarto filho, Edmundo de Langley, conde de Cambridge e mais tarde duque de York e origem da dinastia de mesmo nome. Ele se comprometeu a ceder ao jovem conde o apanágio de Calais, o condado de Guiñes, Ponthieu e todos os seus bens no norte da França. Formaria-se assim um extenso principado que se estenderia desde a foz do Somme até à do Escalda, semelhante em poder ao detido no sul pelo Príncipe de Gales. Os dois filhos do rei de Inglaterra, detentores de extensas possessões, poderiam exercer vigilância sobre os Valois, impedindo, através desta dupla ameaça, o recomeço da guerra. Em qualquer caso, o domínio francês sobre a Flandres, tão arduamente conquistado e defendido por Filipe, o Belo, tornou-se vazio de conteúdo.

Carlos V, mal ascendido ao trono, tentou por todos os meios à sua disposição desfazer a intriga. A condessa viúva - filha de Filipe V - dono de Artois e Franche-Comté, apoiou totalmente a causa dos Valois e manobrou contra o filho e contra a aliança inglesa. O apoio do Papa foi ainda mais útil: em 18 de dezembro de 1364, Urbano V, usando como pretexto os laços de parentesco a um ponto proibido pelo direito canônico, dissolveu o casamento entre Edmundo Plantageneta e Margarida de Flandres. Em seguida, e em resposta à bravata do príncipe inglês contra a decisão papal, o Papa revogou todas as dispensas de

consanguinidade concedidas pelos seus antecessores aos filhos do rei de Inglaterra. Eduardo III não se atreveu a protestar, nem mesmo contra as manobras desleais de Carlos. Louis de Mâle sempre manteve, portanto, um rancor inextinguível contra o seu soberano.

Uma vez evitado o perigo do casamento inglês, Carlos V concebeu o projecto muito mais ambicioso de transmitir a herança flamenga à sua família. Dos seus três irmãos, Filipe, o Temerário, duque da Borgonha, ainda não era casado. Como sucessor de Filipe de Rouvre no ducado, não era natural que ele também se casasse com a sua viúva? Todas as ações diplomáticas de Eduardo III para conseguir que Urbano V retificasse a sua decisão falharam devido à obstinação de um pontífice francês, de forma alguma disposto a permitir qualquer dano ao seu país. Mas, quando Carlos V, por sua vez, o solicitou, concedeu prontamente dispensas de casamento ao duque de Borgonha em 1367. Luís de Mâle foi menos complacente. Foram necessários dois anos de negociações difíceis para convencê-lo. Mesmo assim, ele vendeu caro seu consentimento; Exigiu a devolução pelos franceses da Flandres Valónia, isto é, dos três castelos de Lille, Douai e Orchies, que, desde a época de Filipe, o Belo, tinham sido incorporados ao domínio real francês. Carlos V em vão fez com que seu irmão assinasse um compromisso secreto, segundo o qual, quando fosse conde de Flandres, devolveria à coroa os territórios perdidos, pois, ao mesmo tempo, o marido inescrupuloso de Margarida de Flandres prometeu a seu pai -cunhado para nunca alienar os três castelães, que a monarquia francesa assim perdeu. O rei de França, pelo menos, viu as suas ambições políticas plenamente realizadas. Flandres, uma ameaça para a França durante tantos anos, seria dominada por um Valois. Não é fácil falar da sua cegueira política porque o futuro iria contradizer os seus cálculos e este foi o primeiro passo para a formação do formidável poder da Borgonha. Carlos V manteve-se fiel à política dos seus antecessores, Capetianos e Valois, para quem o aumento do poder monárquico era inseparável da consolidação dos seus filhos mais novos em posições vantajosas. Coincidências felizes, a mediocridade da maioria destes segundos, a rápida extinção das mais poderosas destas dinastias, ou o seu estabelecimento fora do reino demonstraram a prudência desta política. Os exemplos de Roberto de Artois ou Carlos, o Mau de Navarra, os primeiros príncipes da casa real francesa que se levantaram contra a autoridade real, produziram grande agitação, mas foram resolvidos favoravelmente. Todos sabiam que a relação de forças entre a monarquia e os príncipes com “apanágios” poderia mudar. Após a morte de Carlos V e quando já era tarde para evitar o perigo, o problema tornou-se conhecido.

Até agora, ainda foi um brilhante sucesso diplomático. Dificuldades muito mais angustiantes assolaram o rei no coração de seu reino. Os danos causados pelas empresas não pararam de aumentar com o passar do tempo. As guerras, inglesas, bretãs, navarras, atraíram para o solo francês uma multidão de mercenários, cosmopolitas, mas unidos pela aspiração de viver à custa da guerra, necessitando de provocar continuamente a guerra para viver dela. Havia entre eles alguns ingleses, muitos gascões, bretões, espanhóis e até alemães. Tomaram como capitães aventureiros desconhecidos que, muito em breve, graças aos golpes de sorte, à autoridade que exerceram e aos sucessos alcançados, viram-se rodeados de fanáticos e simpatizantes interessados. Esses *guerreiros* , nem todos lutaram em nome dos ingleses antes da batalha de Bretigny, eram, no entanto, conhecidos em todas

as províncias que submeteram ao terror, como "os ingleses". Primeira indicação, talvez, do ódio de um povo para com outro, de que era inevitável que uma guerra tão longa engendrasse nos corações dos homens. Ni Arnaut de Cervole, apodado el Arcipreste, natural de Auvernia, ni Bertucat d'Albret, gascón, ni Seguin de Badefol, natural del Perigord, ni el «Petit Mechin», del Languedoc o de Saboya, eran, como se ve, naturales Inglaterra. Eram, mais do que tudo, homens de guerra, aos quais o Tratado de Calais retirou os seus meios de ganhar a vida. Eduardo III comprometeu-se em Calais a forçar a evacuação das províncias que permaneciam em mãos francesas aos capitães que até então pagara. Mas ele não tinha os meios para agir contra eles, depois de suprimir a tropa; Suas ordens, ineficazes, só poderiam ser executadas pela força. E, como o Príncipe Negro, preocupado com a boa administração dos seus territórios, havia fechado completamente a fronteira aquitana aos *Routiers* , estes retiraram-se em direção ao reino de João, o Bom, onde não havia organização capaz de os rejeitar.

Não se distribuíram igualmente por todo o território do reino, mas realizaram os seus excessos, de preferência, nas províncias que, não tendo ainda sofrido excessivamente, podiam apoiá-los mais facilmente: a Borgonha, o Maciço Central e o Languedoc. Por outro lado, faltava-lhes qualquer plano geral. Cada companhia – composta por algumas centenas de homens, no máximo – agia isoladamente. Bastava-lhes tomar de surpresa dois ou três castelos para aterrorizar toda uma região, obrigar os seus habitantes a pagar resgate, fazer requisições de todas as provisões, cortar estradas, vender " *pátis* " válidos ou bilhetes de salvo-conduto por ouro. , de acordo com as ocasiões de um indivíduo ou de uma cidade inteira. Em alguns casos, juntaram-se para realizar uma grande operação, como foi o caso da "grande companhia" que se formou no final de 1361, descendo pelos vales do Saône e do Ródano, apoderando-se de Pont-Saint-Esprit e subjugando o Papa ao pagamento de um resgate; ou, como foi o caso dos “Tard-Vênus” (os atrasados, atrasados) - cujo nome pitoresco indica que atuavam num território já punido por outros - que, nos anos seguintes, ameaçaram Lyon. Nem João Bom nem Carlos V foram capazes de realizar o esforço financeiro necessário para exterminar estas gangues insaciáveis. As excomunhões que o Papa lançava incessantemente contra eles ou a interdição lançada contra os cristãos que negociavam com eles eram armas ainda menos eficazes. O peso da defesa recaía sobre cada população, a nível local: era a cada bailiado ou a cada grande feudo que exigiam o pagamento de subsídios. Mas os Estados locais não ousaram travar uma guerra longa com resultados imprevisíveis; Foi mais lucrativo comprar a remoção dos *roteadores* , o que apenas transferiu o problema para outro lugar. Quando se tentava um esforço mais sério, os resultados eram geralmente catastróficos. Foi o que aconteceu em 1363, quando um poderoso exército de cavaleiros, convocado pelo duque de Bourbon, foi esmagado por Seguin de Badefol em Brignais, perto de Lyon.

A situação estava piorando cada vez mais. O fim da guerra na Bretanha, assim como na de Navarra, nos primeiros meses do reinado, atraiu novos bandos para o reino já exangue. Os centros mais perigosos situavam-se nas montanhas centrais, na linha de fortalezas que, desde os confins do Perigord até aos do Dauphiné, passando por Auvergne, Velay, Forez e Lyonnais, cortavam as relações de todo o país com os senescais do sul. . A única maneira de se livrar desses bandidos era mandá-los para lutar em outro lugar. Ninguém estava mais

preparado para isso do que Duguesclin, que partilhava os seus hobbies e sabia alimentar as suas ambições e que era, portanto, o único capaz de levar a cabo a manobra. Carlos V o pressionou a fazer isso. A primeira tentativa falhou: consistiu nada mais nada menos que levar estes descrentes e excomungados, atravessando toda a Europa, até aos confins da Hungria, para conter o avanço dos otomanos, que recentemente tinham atravessado a Europa. Foi feita uma tentativa de chamar a expedição de cruzada, para que os *guerreiros* conquistassem o paraíso. A oferta lhes parecia arriscada e o objetivo muito distante. Naquela época, foi-lhes oferecido um teatro de operações mais próximo: a Espanha.

Embora dilacerados por lutas internas, os reinos ibéricos ainda estavam fora do grande conflito franco-inglês. D. Pedro I reinava em Castela há cerca de quinze anos, justamente apelidado de Cruel, sem dúvida inteligente, corajoso e autoritário, mas com uma brutalidade que lhe valeria o ódio da maior parte dos seus súbditos. Não contente em sequestrar e deixar morrer na prisão sua esposa, Blanca de Borbón, cunhada de Carlos V, com quem se casou contra a vontade dela, seu ciúme suscetível o levou a perseguir os bastardos de seu pai: um dos entre deles, Henrique de Trastamara, fugiu da Espanha e refugiou-se no Languedoc, onde Luís de Anjou, mais ardente que seu irmão, se preparava, desde o final de 1364, para a próxima retomada das hostilidades contra o principado da Aquitânia. O príncipe exilado obteve terras, dinheiro, que utilizou para fins militares e tornou-se um instrumento fiel nas mãos dos Valois. Em meados do ano de 1365, planos grandiosos foram concebidos e especificados. Pedro, o Cruel, iniciara uma guerra contra Pedro, o Cerimonioso, seu vizinho aragonês; Tratava-se de uma disputa antiga pela posse de algumas províncias fronteiriças, que envenenou a relação entre dois príncipes cuja perfídia era semelhante. Os aragoneses, em busca de alianças, aproximaram-se de Luís de Anjou; Enrique de Trastamara, que participou na conspiração, proclamou os seus direitos como pretendente ao trono castelhano e prometeu ceder as províncias disputadas a Aragão como pagamento pela sua ajuda militar. Carlos V, que acompanhou a manobra à distância, acreditou ver nela a tão almejada oportunidade de se livrar das empresas. Duguesclin, chamado tanto pelo pretendente Cerimonioso quanto pelo pretendente Trastâmara, levou consigo os *guerreiros* mais perigosos para o outro lado dos Pirenéus; Entre os líderes de gangues que partiram com ele estavam muitos gascões, mas também temíveis ingleses, como Hugues de Calverley e Mathieu de Gournay. A campanha parecia fácil. Abandonado por todos, Pedro, o Cruel, fugiu. Enrique de Trastamara, à frente de seus *roteiristas* , foi coroado rei de Castela. Carlos V ganhou assim um aliado agradecido do outro lado dos Pirenéus e, ao mesmo tempo, libertou o seu reino da maioria dos soldados profissionais que o saquearam.

A resposta inglesa não demorou a chegar. Enrique de Trastamara lutou no meio das dificuldades típicas de qualquer pretendente que, no seu exílio, tivesse prometido demasiadas coisas, promessas que mais tarde não conseguiu cumprir. O rei de Aragão, os *roteiristas* e outros apoiadores sem recursos, pressionaram-no para cumprir todas as suas promessas. Seu rival, por outro lado, não perdeu as esperanças. Como Trastamara se tornou rei graças à ajuda do duque de Anjou, Pedro, o Cruel, recorrerá, para recuperar o seu trono, ao príncipe da Aquitânia e de Gales. Ele conhecia a ânsia do Príncipe Negro pela glória militar; No seu refúgio em Baiona, ofereceu-lhe dar-lhe Biscaia, uma importante

anexação para a Aquitânia, sendo todas as despesas da guerra suportadas por ele. Carlos, o Mau, da sua capital navarra, intrigava entre os dois partidos, segundo o seu costume, inclinando-se finalmente para aquele que chefiava a Plantageneta. A coligação anglo-gascão, navarra e castelhana rapidamente colocou um poderoso exército em pé de guerra. Em Nájera, a sudoeste de Pamplona (a "Navarette" dos cronistas franceses), o vencedor de Poitiers conseguiu, a 3 de abril de 1367, uma vitória tão avassaladora como a anterior. Com a fuga de Henrique de Trastamara e da prisão de Duguesclin, a combinação idealizada por Carlos V ruiu quase completamente, com exceção, talvez, da destruição dos *routiers* , cujos cadáveres encheram significativamente o campo de batalha.

No entanto, a “comédia” castelhana não terminou aqui. A continuação é de menor interesse para o propósito deste livro. Basta lembrar que Pedro, o Cruel, que havia recuperado momentaneamente o trono, viu como a revolta se fechava novamente ao seu redor; que Duguesclin, libertado graças à intercessão do rei de França - apesar de ter presumido, numa jactância indizível, que todas as camponesas do reino contribuiriam para o pagamento do seu resgate, fixado por ele mesmo, muito elevado, para se entregar importância -, voltou ao serviço de Enrique de Trastámara; que, finalmente, no confronto fratricida de Montiel, dois anos depois da batalha de Nájera, Enrique matou covardemente Pedro com as próprias mãos. Nesta altura, a guerra recomeçou em França e Duguesclin, já considerado no auge do seu poder, ricamente dotado em Castela, foi chamado por Carlos V para lutar contra os ingleses.

III. A RETOMA DA GUERRA

A solução dos problemas de Navarra, Bretanha e Flandres, a luta contra as empresas, juntamente com a necessidade de reconstruir as finanças falidas e reorganizar a defesa de um reino diminuído, foram excelentes razões para Carlos V manter boas relações com o Plantageneta, vencedor, e mostrar-se escrupulosamente respeitoso das condições de paz, apesar dos sacrifícios que isso poderia implicar. Entre 1364 e 1368, o prudente rei tentara dar uma resposta adequada a questões tão graves como o acordo sobre os territórios disputados, o pagamento dos atrasos do resgate do pai e a posterior libertação dos reféns. Do ponto de vista jurídico, a sua posição manteve-se irrepreensível, uma vez que continuou a conformar-se exactamente com os termos do Tratado de Calais. O tratado dos reféns, rejeitado pelos Estados reunidos em Amiens, bem como o acordo que João, o Bom, assinou em substituição pouco antes da sua morte - e cujas cláusulas ainda não conhecemos - não comprometeram o novo soberano. Mas, no que diz respeito à aplicação do Tratado de Calais, demonstrou um zelo, real ou fingido, que fez com que Eduardo III ganhasse confiança, aparentemente menos interessado que o seu adversário em resolver rapidamente as questões pendentes. As negociações, iniciadas nos últimos meses de 1364, não evoluíram rapidamente. Carlos, que não queria dar um centímetro a mais do que estava acordado no tratado, prestou ao rei da Inglaterra serviços de pouca importância, o que o tornou paciente. Em fevereiro de 1366, o duque de Berry finalmente chegou a um acordo. Carlos imediatamente entregou o que restava até o primeiro milhão e prometeu

pagar as parcelas restantes do resgate tão imediatamente quanto suas finanças quebradas permitissem. E, de facto, ao longo do ano pagou 400.000 escudos, enquanto em 1367 deve ter completado e ultrapassado metade da quantia prometida. Em troca, os reféns reais, Juan de Berry e Pedro de Alençon, foram definitivamente libertados, e outros, como Borbón, foram libertados provisoriamente, embora nunca mais regressassem à prisão. Em Londres, após este acordo, restou apenas um pequeno grupo de reféns menores, como barões ou burgueses; Algumas medidas individuais de clemência permitiram a libertação de alguns deles, enquanto outros se casaram e permaneceram na Inglaterra permanentemente, como foi o caso de Enguerrand de Coucy, que se tornou genro de Eduardo III. Também foi alcançado um acordo para que comissões mistas de inquérito estabeleçam, no local, as fronteiras entre os territórios francês e inglês. Tiveram que ser levantados problemas como saber se Montreuil dependia de Ponthieu ou da Picardia, ou quais eram exactamente os lugares dependentes do senhorio de Belleville que se tinha unido ao Poitou da Plantageneta. Carlos estava interessado em encontrar soluções logo. Os atrasos dos comissários ingleses, a lentidão das investigações mútuas – não havia nada tão complicado como a geografia feudal – tornaram as discussões estéreis. Mas estes eram detalhes sem importância, que não eram suficientes para pôr em perigo a paz. A aplicação do Tratado de Calais parecia, nos primeiros meses de 1368, plenamente garantida. A rivalidade entre Valois e Plantageneta manifestava-se em outros problemas. Mas nem Carlos V nem Eduardo III intervieram oficialmente nos assuntos espanhóis. Eles simplesmente deixaram o duque de Anjou e o príncipe de Gales agirem. Esta ficção de não intervenção permitiu manter relações cordiais entre os dois. Assim eram as coisas, quando um incidente imprevisto veio levantar novamente os próprios alicerces da paz, trazendo de volta ao primeiro plano o problema ainda não resolvido das renúncias mútuas. Era a questão dos apelos dos senhores gascões.

A administração do Príncipe Negro na Aquitânia não poderia ser descrita como positiva. Ele trouxera consigo as duras exigências que constituíram a força da Plantageneta: uma administração meticulosa, com grande necessidade de dinheiro, com a obsessão de obter obediência cega de todos, camponeses, igrejas, vassalos. A situação poderia ser, até certo ponto, tolerável para os territórios recentemente anexados, habituados à burocracia dos Valois. Mas os gascões não entenderam assim. Eram apenas "antifranceses" na medida em que temiam a interferência dos oficiais reais franceses, razão pela qual preferiam a tutela de um Plantageneta distante. Mas uma série de factores distanciou-os das reivindicações do Príncipe de Gales, tais como a sua longa tradição de autonomia, que os fracos tenentes vindos de Inglaterra nunca conseguiram quebrar, bem como o seu antigo gosto pela anarquia. A independência concedida ao príncipe herdeiro no seu “apanágio” teve os seus pontos negativos, pois teve que enfrentar, com os seus próprios meios, o custo de uma política ambiciosa. Já nos anos de 1364, 1365 e 1366 ele havia sido forçado a tributar seus súditos com onerosos impostos domésticos. Após a batalha de Nájera, a situação ficou mais difícil. Pedro, o Cruel, não entregou Biscaia, nem pagou nenhuma das despesas da campanha. Os *roteiristas vitoriosos* haviam penetrado na Aquitânia. Para evitar o saque, eles tiveram que ser pagos. Enfraquecido pelas febres que o tornariam um velho precoce, o vencedor de Nájera não teve outra escolha senão comparecer como suplicante perante os

Estados da Aquitânia, reunidos em Angoulême, nos primeiros dias de 1368. Obteve deles um imposto sobre incêndio de 10 salários por família, válido por cinco anos, financiamento pesado de aventuras espanholas.

Também desta vez não houve protestos nas províncias recentemente tomadas ao rei de França. Mas o mesmo não aconteceu na antiga Gasconha inglesa. Esquecendo os favores recebidos desde a assinatura do Tratado de Calais e pretextando que os súditos não poderiam ser tributados sem o seu consentimento explícito, dois dos mais importantes vassalos da Guiana, João I de Armagnac e Arnaud Amanieu, senhor de Albert, Eles recusaram-se a permitir que o imposto fosse cobrado em suas terras. Em vão o Príncipe de Gales argumentou que o subsídio, tendo sido votado pelos Estados da Aquitânia, deveria ser pago por todos os súditos do Principado, independentemente da sua condição. Apelaram ao respeito do rei da Inglaterra, na qualidade de soberano supremo do apanágio principesco, e depois, sem esperar o resultado da investigação ordenada por Eduardo III, marcharam para Paris, onde se casou com o Sr. , com a irmã mais nova do rei da França.

É fácil adivinhar as preocupações e dúvidas que dominaram Carlos V diante da proposta que os astutos gascões lhe apresentaram. Tendo-lhes negado justiça o Príncipe de Gales, rejeitando os seus protestos, apelaram ao respeito pelo Rei de França, soberano supremo da Aquitânia, e pediram que o seu tribunal decidisse a questão a seu favor. Foi sensato aceitar os apelos da Gasconha? Havia uma base legal para fazer isso? É verdade que, devido à apatia de Eduardo III, a troca de renúncias que as cláusulas do Tratado de Calais previam não foi alcançada. Mas não havia espaço para mal-entendidos: Eduardo III havia deixado de usar o título de rei da França e não usava mais os leopardos nas flores-de-lis em seus braços, enquanto nem João, o Bom, nem Carlos V voltaram a atuar como soberanos. do principado da Aquitânia, uma vez que não houve interferência de oficiais franceses, nem convocação à hoste real ou ao Parlamento. Se o recurso fosse aceite como lícito, seria uma violação formal do Tratado de Calais e, portanto, o reinício da guerra. Estaria uma França tão aniquilada preparada para isso? Carlos queria ter certeza do seu direito e da força que tinha. Convocou seus conselhos, pediu opiniões aos juristas, consultou seus barões e notáveis. As opiniões interessadas que recebeu concederam-lhe a segurança da justiça no seu caso, pois, não tendo as renúncias sido trocadas, “a soberania e o direito último” da Aquitânia correspondiam-lhe de direito; Rejeitar os apelos equivalia a não cumprir os seus deveres de rei, de executor soberano da justiça, a abandonar os seus súbditos à arbitrariedade de um vassalo criminoso e, portanto, a trair o juramento da sua coroação. A paz, dizia-se, não precisava de ser posta em perigo se os Plantagenetas se submetessem à justa sentença do seu soberano supremo, permanecendo o restante do tratado em vigor. Se isso fosse quebrado, toda a responsabilidade recairia sobre o rei da Inglaterra.

Após dois meses de dúvidas e retórica, Carlos decidiu cruzar o Rubicão. Em 30 de junho de 1368, o conde de Armagnac apresentou o seu apelo ao Parlamento, com estrita observância dos formulários exigidos pelo costume; O rei prometeu aos recorrentes toda a sua ajuda contra qualquer represália por parte do príncipe da Aquitânia; entretanto, concedeu-lhes pensões e presentes. Mas, por enquanto, os acordos permaneceram secretos. Desta forma, o jogo não pôde ser revelado e a guerra recomeçou até o momento em que todas as artimanhas ficaram nas mãos dos Valois.

Foi necessário, em primeiro lugar, que o número de recorrentes aumentasse, que o príncipe da Aquitânia tivesse de enfrentar uma rebelião quase unânime dos seus Estados. O duque de Anjou cuidou disso, sempre ansioso por retomar a guerra contra uma Gasconha com a qual gostaria de completar a sua "tenência". Em junho de 1368, o conde de Armagnac era o único recorrente; O Sr. de Albret não interpôs seu recurso até 8 de setembro; No mês de maio do ano seguinte já existiam entre oitocentos e novecentos recorrentes. Através de distribuições de dinheiro, concessões de privilégios e até ameaças, o Poitou, o Périgord, o Quercy, o Rouergue e os Agenais foram "trabalhados"; A adesão dos prelados, dos mosteiros, dos grandes vassalos, como o conde de Périgord, e de cidades como Agen, Cahors, Millau, foi obtida. Movimento irresistível, que parecia pressagiar uma reconquista fácil.

Entretanto, a maquinaria implacável do processo parlamentar foi posta em funcionamento. À medida que o segredo mal guardado começou a ser divulgado, Carlos V emitiu uma grande proclamação em 3 de dezembro de 1368, explicando como, de acordo com a lei, poderia aceitar apelos, como, em consciência, era obrigado a fazê-lo, como, finalmente, a paz só seria comprometida por causa da Plantageneta. A maioria dos grandes vassalos deu a sua aprovação e deu ao documento a publicidade necessária. Só o conde da Flandres – precisamente naquele momento se encontrava nas mais delicadas negociações para o casamento da filha – respondeu ao rei com insolência: «Acho que sabes bem o que deves fazer. No que me diz respeito, não publicarei esta carta nos meus Estados, considerando que os meus súditos são pessoas rudes e esta publicação não poderia ser útil a ninguém. Em 28 de dezembro, um grande conselho aprovou a política do rei. Por volta de meados de janeiro, o senescal de Toulouse apresentou ao Príncipe de Gales, em Bordéus, uma intimação para comparecer perante o Parlamento, para notificar as concessões de salvaguarda a favor dos recorrentes. Froissart transmitiu-nos a resposta orgulhosa do príncipe: "Iremos com prazer a Paris no dia em que fomos convocados, pois esta é a vontade do rei da França, mas o faremos com o capacete na cabeça e na frente." de sessenta mil homens da nossa companhia. E o senescal de Toulouse foi feito prisioneiro... Em 2 de maio de 1369, os recorrentes apareceram em Paris, o Parlamento declarou o príncipe contumaz e então uma nova assembleia de notáveis aclamou o rei. Em 8 de junho, ele anunciou sua intenção de travar uma guerra justa contra o Príncipe de Gales e seus apoiadores. Mas esperou até 30 de Novembro para pronunciar a sentença de confisco da Aquitânia contra o seu vassalo criminoso, renovando, trinta anos depois, o gesto com que Filipe VI desencadeou a guerra.

Eduardo III conteve-se até ao último momento para preservar a paz e as suas próprias conquistas. Já em setembro de 1368, os embaixadores ingleses em Paris exigiam a entrega dos territórios em disputa, o pagamento do resgate, a substituição dos reféns que morreram na prisão, enquanto pediam a Carlos que não aceitasse os apelos gascões, dos quais começaram a falar . O prudente rei francês prometeu negociar, mas, em Janeiro de 1369, os seus embaixadores em Londres apresentaram as suas reivindicações num tom diferente. O resgate não poderia ser pago — argumentavam — porque o rei da Inglaterra autorizara os seus mercenários a saquear a França; Ainda muito recentemente, os vencedores da batalha de Nájera, expulsos sem soldados da Aquitânia, tinham penetrado

em Auvergne e ameaçavam a Borgonha. Para pôr fim ao problema dos territórios disputados, ofereceu em troca o abandono dos seus alegados direitos sobre Rodez e La Roche-sur-Yon. Então, Eduardo, conciliador diante de tamanha arrogância, propôs um novo arranjo, admitiu novos atrasos no pagamento do resgate, aceitou trocas territoriais e até prometeu que, caso o procedimento de apelação fosse abandonado, a arbitragem do rei da França seria aceito entre o príncipe da Aquitânia e seus súditos em rebelião; Finalmente propôs, mas já era um pouco tarde, a troca imediata de demissões mútuas. Carlos, já determinado a retomar a guerra, não respondeu às ofertas do rival.

A razão para esta atitude foi que o reino de França, apesar do desmembramento das suas províncias do sudoeste, podia ver com alguma confiança o reinício das hostilidades. A fortuna queria, mesmo que tivesse sido habilmente procurada, que Charles tivesse mais recursos do que seus antecessores. Recorde-se que, pouco depois da sua libertação, João Bom decretara a cobrança em todo o seu reino de um imposto e de ajudas indiretas sobre mercadorias e bebidas. O imposto deveria durar enquanto o resgate do rei fosse pago. Havia o risco de que se tornasse permanente, em benefício da monarquia. Ainda em 1363 e a pretexto do saque das empresas, os Estados reunidos em Amiens concederam um imposto sobre as famílias perceptível em prestações trimestrais, pelo período de um ano, acrescentando que seria válido "em caso de necessidade (I espero que isso não aconteça) nos outros anos, nos mesmos termos. Carlos continuou a recebê-lo regularmente, embora, em 1367, a pedido dos Estados do Languedoïl, as percentagens tenham sido reduzidas. Mas o recomeço da guerra permitiu-lhe, em 1369, manter os impostos indirectos, a gabela e um imposto doméstico de 6 francos por incêndio nas cidades, e 2 francos no campo. Esta imposição duraria até ao final do reinado. É verdade que a sua percepção não era uniforme, pois era descarregado nas províncias mais empobrecidas, os atrasos não pagos eram perdoados, os resgates eram permitidos às cidades, o produto era distribuído aos grandes vassalos nos casos em que era obtido nas suas terras, e nem Flandres, nem Borgonha e Bretanha contribuíram. O imposto permaneceu, em princípio, temporário e sujeito à vontade de quem o pagava. Mas, com excepção do Languedoc, onde os Estados votavam e distribuíam os impostos e garantiam o seu emprego localmente, Carlos V, mais de facto do que de direito, tinha um rendimento fixo. Prova disso é a conclusão e estabilização do mecanismo administrativo destinado a arrecadar e distribuir essas “finanças extraordinárias”. No Languedoïl - dois terços do reino - preservou a instituição dos " *élus* ", criação circunstancial dos Estados de 1355. Mas, a partir de agora, estes "eleitos" serão funcionários do rei e não representantes do Estados. Em cada um dos trinta círculos eleitorais em que, mais ou menos, se dividia então o domínio real, estes “ *elus* ” eram encarregados da distribuição do imposto doméstico pelas freguesias, asseguravam que os cobradores arrecadavam as quantias fixas, procediam à arrendar impostos indiretos, e julgar os processos tributários em primeira instância; Acima, “os conselheiros gerais do socorro”, entre seis e doze anos, presidiam à fixação do imposto, julgavam recursos, verificavam as contas do coletor geral, encarregado de centralizar a arrecadação, bem como a dos tesoureiros de guerra,. quem foram os responsáveis pelas despesas. A cobrança da gabela tornou-se muito mais rigorosa: gestores dos celeiros, controladores, medidores, monitorizavam os depósitos de sal nos celeiros reais onde o imposto era cobrado. E como o

contrabando poderia empobrecer o tesouro, os contribuintes eram agora obrigados a comprar uma certa quantidade de sal: era “sal por imposto”, uma continuação típica do Antigo Regime.

Por mais imperfeito que fosse, este mecanismo fiscal, também impopular, permitiu manter uma força armada pequena, mas muito mais disciplinada do que no passado. Em matéria militar, a abundante legislação de Carlos V, tanto antes de 1369 como depois desta data, não apresenta muitas novidades; Limita-se a coletar e sistematizar as portarias anteriores. Não há inovações nem em matéria de disciplina, de hierarquia, de pagamento de soldados ou de controlo de tropas, mas antes tratou das mesmas medidas, dos mesmos mecanismos que governavam nos tempos de Filipe VI ou de João Bom. Se, na prática, este aparelho militar se revelou menos defeituoso, foi porque o regresso a uma cunhagem monetária de boa qualidade permitiu fixar a cunhagem num índice permanente e mais benéfico, e porque os tesoureiros de guerra, entre os quais o activo Jean le Mercier, eles os pagavam com mais regularidade. Apenas para o exercício correspondente a 1370-71, houve um desembolso de 300.000 libras, e foi apenas o soldado destinado ao povo de armas, ou seja, à cavalaria, já que a infantaria era paga por um oficial do chefe. dos alabardeiros. Não estamos, portanto, perante nada comparável ao que mais tarde seria a reforma militar de Carlos VII.

Recordemos, no entanto, alguns novos objectivos, cuja utilidade e oportunidade se tornariam evidentes no decorrer das próximas operações. Há uma nova atenção ao papel até então negligenciado da infantaria em combate; Em 1367, foi ordenada a realização de uma investigação sobre o número de alabardeiros que cada cidade poderia fornecer, estes foram obrigados a fazer treinos regulares, as suas armas foram melhoradas; Em 1369, os jogos populares foram proibidos para obrigar os artesãos a praticar tiro com arco. O trabalho militar de Carlos V atingiu a sua maior originalidade no domínio das fortificações. A luta contra as companhias deixou claro o perigo que representava a má defesa ou a má conservação dos castelos. ^ O decreto de julho de 1367 prescrevia a inspeção de castelos senhoriais; Os senhores seriam obrigados a repará-los, guarnecê-los com tropas e artilharia, com a ajuda financeira do rei, enquanto todos os castelos sem possibilidades de defesa seriam demolidos. A medida foi aplicada de forma imperfeita, o suficiente, porém, para poder resistir às cavalgadas inglesas.

E a Plantageneta, que não foi afetada pela grande lição de 1359, preservou as táticas praticadas durante a primeira parte da guerra. Isto consistia basicamente em preparar na ilha e com grandes custos uma expedição de alguns milhares de cavalos, transportando-os para o continente, e, aí, lançá-los numa aventura, num "cavalgada" devastador, prontos a tomar as cidades mal defendidas. de surpresa, mas fazendo sobretudo uma guerra de pilhagem, não aceitando o combate em campo aberto a menos que encontrasse terreno favorável para se posicionar. O encontro só poderia ocorrer se o inimigo se deixasse levar para o combate. Carlos sabia o que isso significava para seu pai e seu avô. Ele até preferiu a pilhagem dos campos à derrota militar. As táticas que ele usará em suas guerras como rei serão as mesmas que usou como regente. Conseguirá impô-la, não sem dificuldades, à sua impaciente cavalaria, fará com que Duguesclin a partilhe, finalmente convencido da sua

validade. Enquanto isso, as forças do duque de Anjou, recrutadas no Languedoc, dedicar-se-ão à redução sistemática da Aquitânia.

Eduardo III, já velho demais para lutar - aproximava-se dos sessenta anos - confiou o comando das suas cavalgadas a outros capitães e não ao vencedor de Poitiers, que estava muito ocupado no seu principado. Nos últimos meses de 1369, João de Lencastre, terceiro filho do rei e herdeiro através da esposa de um nome e uma fortuna de enorme importância, desembarcou em Calais, atravessou o Artois, a Picardia e chegou à Normandia; Mas a sua situação não era favorável e as provisões, quando o inverno se aproximava, não eram abundantes, por isso retirou-se para Calais sem ter conseguido nada de positivo. No ano seguinte houve uma nova invasão. E, um caso novo e quase irrepetível, era liderado por um simples cavalheiro, mas capitão de grande prestígio, Robert Knowles. De Calais ele avançou diretamente para a Ile-de-France, queimando o interior de Paris em seu rastro. Foi nesse momento que Carlos V, pressionado pelos seus conselheiros para aceitar a luta, nomeou Duguesclin como condestável, com a missão de hostilizar a cavalgada inimiga, surpreendendo os seus destacamentos isolados e obrigando-o a recuar. E, no momento em que Knowles, inquieto, recuava para a Bretanha, onde a causa inglesa sempre teve simpatias e cumplicidades, a sua retaguarda foi ultrapassada e aniquilada em Pontvallain, perto de Le Mans, no final do outono. A aristocracia inglesa voltou-se contra o infeliz líder, de baixa origem, que lhe havia sido imposto. Depois destes dois fracassos, os ingleses precisavam de uma pausa. Mas, em 1373, criaram uma cavalaria ainda mais impressionante – aparentemente composta por mais de dez mil homens – e o seu líder, o duque de Lancaster, quis fazê-la penetrar ainda mais fundo no reino de França. Começou seguindo o itinerário de Eduardo III em 1359: Calais, Artois, Champagne e Morvan. Mas, em vez de atacar Paris, Lancaster decidiu, já no outono, marchar para se juntar aos Gascões da Aquitânia. Isto significou uma marcha dolorosa já na má temporada pelo Maciço Central. E, em janeiro de 1374, chegaram a Bordéus sem terem alcançado nenhum sucesso importante, com as suas tropas dizimadas e exaustas.

Diante dessas cavalgadas inúteis, começou a prevalecer a tática do duque de Anjou, que, em algumas ocasiões, foi apoiado por Duguesclin. A recuperação das províncias perdidas desde 1360 estava a ser feita mais pela acção diplomática do que pela guerra; As forças que os tenentes do rei tinham no sudoeste nunca se tornaram numerosas; Tiveram sucesso porque souberam aproveitar com muita habilidade as vantagens que o terreno lhes oferecia, desde a época dos apelos gascões. O duque de Anjou, com a ajuda do conde de Armagnac, não esperou que a ruptura se consumasse antes de entrar na campanha. Desde janeiro de 1369, suas tropas ocuparam Rouergue, quase sem atirar uma flecha, já que o irmão do conde Armagnac ali possuía uma grande quantidade de terras. Subjugaram então o Quercy, parte do Agenais e do Périgord, enquanto, no norte, Abbeville e Ponthieu foram ocupados sem resistência. A campanha de 1370, com a chegada de Duguesclin e apesar da presença do duque de Lancaster em Bordéus ao lado do leito do seu irmão doente, foi ainda mais brilhante: todo o Agenais, incluindo Agen e Moissac, e quase todo o Limousin, Eles submeteram-se, enquanto, do outro lado do Garonne, Bazas capitulou. As sangrentas represálias concebidas pelo Príncipe de Gales, especialmente o saque da cidade de Limoges, levado a cabo para punir o bispo por ter tido relações com os franceses, não puderam

evitar novas derrotas. O principal esforço foi feito em 1372 e 1373, quando os contingentes de Duguesclin, até então detidos na Bretanha, juntaram-se às tropas dos duques de Anjou e Berry, atacando Bigorre, Poitou e Saintonge. La Rochela, cidade de grande importância para o comércio inglês, estava pronta para a defesa. Mas, quando uma frota castelhana, felizmente enviada por Henrique de Trastâmara, aniquilou os reforços ingleses que chegavam por mar, a cidade capitulou em 8 de setembro de 1372. Poitou, Angoumois (região de Angoulême) e Saintonge foram libertados, então, do último inimigo. guarnições. Quando a possibilidade de passagem para Bordéus foi aberta pela capitulação de La Réole, no início de 1374, os Plantagenetas já não retinham nada das suas recentes anexações. A própria Guyenne foi diminuída, reduzida, entre o Gironda e os Pirenéus, às quatro dioceses de Bordéus, Dax, Aire e Bayonne, entre as quais os domínios da casa de Albret afundaram como uma cunha.

4. DESAPONTAMENTOS DO FIM DO REINO

Cinco anos de guerra alcançaram resultados inesperados. Foi quase o suficiente para que o domínio Plantageneta desaparecesse completamente do solo francês. Parecia que bastava um pequeno esforço para terminar a obra de reconquista. Carlos V não conseguiu realizar este esforço. Por mais afortunadas que tenham sido as ações de seus tenentes, elas esgotaram o país. Não se deve esquecer que a França, muito empobrecida, só poderia aspirar a sucessos limitados. As coisas também não estavam muito melhores para a Inglaterra. Nada é mais indicativo do esgotamento de ambos os adversários do que o seu interesse comum em depor as armas. Em janeiro de 1374, Duguesclin, sem consultar o rei, assinou em Perigueux, com o duque de Lancaster que assim pôs fim à sua inútil cavalgada, uma trégua local que imobilizou os respetivos exércitos nas posições adquiridas na zona sudoeste do reino. . O policial aproveitou a situação para ir à Normandia, perseguir os *roteiristas ingleses* e trazer seu apoio ao almirante Jean de Vienne, que na época bloqueava a fortaleza de Saint-Sauveur-le-Vicomte, ninho das gangues inglesas. Apesar da importância do local, que já contava com considerável artilharia, não passou de uma escaramuça. Já não era o momento para grandes empreendimentos militares.

Chegou a hora das negociações. Estes foram encorajados pelo último Papa de Avinhão, a família Gregory Limousin, que aspirava à reconciliação franco-inglesa. O seu desejo de o conseguir era tanto maior porque o considerava o prelúdio indispensável ao grande desígnio do seu pontificado: o regresso do papado a Roma. Ele não poupou esforços para aproximar as posições dos representantes de ambos os reis; A princípio, encontrou a desconfiança de Eduardo III, que, gerido pela diplomacia dos Valois, suspeitava que Avinhão tivesse participado no reinício da guerra, bem como a má vontade de Carlos V, que não o fez. com pressa para impedir que suas tropas reconquistassem territórios. Contudo, os seus legados, incansáveis, percorrendo as estradas, reuniram-se com o duque de Anjou em Toulouse, com o príncipe de Gales em Bordéus, e com os reis em Paris ou Londres, fixando-se em Calais para melhor monitorizar ambas as cortes. No início de 1374, aproveitando as tréguas de Periguex, conseguiram reunir durante algumas semanas os

plenipotenciários francês e inglês em Bruges, embora não tenham conseguido chegar a pontos básicos de acordo. Os ingleses, desempenhando o papel de ofendidos, exigiam alternadamente todo o reino da França ou o puro e simples regresso às condições do Tratado de Calais; Os emissários de Carlos V, com base na sentença de confisco pronunciada pelo Parlamento, não aceitaram falar de uma "paz justa" até que as últimas possessões inglesas, como Calais, Bordéus e Bayonne, fossem entregues às suas tropas. Posições intransigentes que se tornariam insustentáveis pela lentidão das operações militares, pelo esgotamento dos adversários, já em 1374. Como ninguém tinha forças para continuar a lutar, era melhor procurar um acordo, por mais difícil que parecesse a sua concretização.

Em março de 1375, um verdadeiro congresso de paz foi inaugurado em Bruges, sob a presidência do Arcebispo de Ravenna e com a mediação de Louis de Male, feliz por assim prevalecer sobre os franceses. Filipe, o Temerário, estava à frente da delegação francesa, enquanto João de Lancaster liderava os plenipotenciários ingleses. A conclusão de uma trégua geral foi alcançada, sem grandes dificuldades, em 27 de junho, válida por um ano, mas que duraria até 1377. Para chegar à paz propriamente dita, foram necessárias discussões mais longas. Eliminadas as pretensões teóricas de ambos os adversários, todo o problema, como já acontecera no passado, girava em torno da Aquitânia. Do ponto de vista territorial, a compreensão não foi difícil. Os ingleses, derrotados desde 1369, sabiam que não poderiam reconstruir o extenso principado cujos limites, demasiado extensos, haviam sido fixados no tratado de Calais; Carlos V, por sua vez, para alcançar uma paz duradoura, dispôs-se a devolver uma parte de suas conquistas recentes. Assim se chegou à ideia de uma distribuição; Havia, para isso, várias possibilidades: uma era que, da grande Aquitânia de 1360, metade revertesse para o rei da França, e a outra metade permanecesse nas mãos do rei da Inglaterra; Outra foi que fossem divididos em três partes, com Carlos V retendo metade de suas conquistas, concedendo outra parte a um segundo filho da dinastia inglesa e deixando os territórios que ainda estavam sob seu controle nas mãos de Eduardo. Também se poderia chegar a um entendimento em relação a Calais, que os Valois deixaram nas mãos dos seus adversários, tendo conquistado Ponthieu; e, também, sobre o que restou do resgate de Juan, o Bom, do qual apenas uma parte seria paga. Mais uma vez houve um problema sobre o qual não se chegou a acordo: o das respectivas soberanias. Os ingleses, que tinham sido conciliadores quanto à extensão das concessões territoriais, exigiam, pelo menos, que a parte retida pelo seu senhor, por menor que fosse, fosse mantida em plena soberania. Em nenhuma circunstância admitiram ter-se tornado vassalos dos Valois, causa inicial da guerra. Carlos, por sua vez, que aprendeu a lição do Tratado de Calais e dos apelos gascões, desejava preservar a "soberania e o apelo" em todas as províncias do seu reino que permaneciam nas mãos do Plantageneta.

Os legados papais procuraram, em vão, um compromisso entre estas teses irredutíveis. A ideia de soberania limitada no tempo - permaneceria nas mãos dos ingleses durante a vida do atual rei e de seu filho mais velho, e então a Aquitânia se tornaria um feudo da coroa francesa - desagradou a todos igualmente, uma vez que Eduardo III já havia alcançado aos sessenta e cinco anos, uma longevidade incomum para a época, e o príncipe estava morrendo. Foi necessário que um dos adversários cedesse. Quando as conversações

estavam prestes a fracassar, no outono de 1376, os mediadores tentaram um esforço supremo no espírito de Carlos V, lembrando-lhe as dificuldades causadas pela guerra no seu reino, a ruptura que estava prestes a ocorrer devido à sua obstinação, implorando-lhe que cedesse, ainda que pouco, na questão da soberania. O Valois não ficou impressionado. Ele não podia voltar atrás, sem que isso significasse admitir que havia iniciado a guerra injustamente. Os seus interesses e os seus deveres como rei obrigaram-no a não desmembrar o seu reino. Esta foi a opinião que os seus advogados lhe repetiram repetidamente; e foi esta a opinião que o seu conselheiro, Jean Le Févre, teve de transmitir aos legados; e esta visão é também aquela que em breve seria exposta por um funcionário do seu conselho privado, provavelmente o bretão Evrard de Tremaugon num diálogo alegórico, à moda da época, intitulado Songe *du Verger* (O Sonho do Pastor).

Com a impossibilidade de chegar a um acordo sobre a questão da soberania, qualquer esperança de paz foi frustrada. Certamente, ingleses e franceses voltariam a encontrar-se, entre Calais e Boulogne, "nos locais habituais" para voltarem a falar de paz ou de longas tréguas. Mas eles fizeram isso sem convicção; Em 1377, a guerra recomeçou; As conversas dos embaixadores já não bastavam para interromper o seu curso. Seria de esperar, do lado francês, a feliz e rápida recuperação dos territórios. A Inglaterra estava de luto, como um navio sem piloto. Já havia perdido o Príncipe Negro, símbolo das vitórias passadas, que, doente de febre, retornou à sua terra natal para morrer muito em breve (8 de junho de 1376). Em seguida veio a vez do velho soberano que, durante mais de cinquenta anos, governou os destinos do seu reino insular - o reinado mais longo alguma vez conhecido depois do de Henrique III e antes do da Rainha Vitória - e se lançou nas conquistas continentais. Depois que Eduardo morreu em 21 de junho de 1377, a coroa caiu para um menino de cerca de dez anos, Ricardo de Bordéus, filho único do Príncipe de Gales. O ardor ofensivo do reino inglês, muito diminuído durante alguns anos, só diminuiu com a mudança de soberano.

A isto somou-se, para a França, um feliz progresso no domínio da navegação. Desde a Batalha da Fechadura, o reino Valois carecia de uma frota e de meios para construir outra. Em 1373, a lição de La Rochela, tirada no ano anterior graças à intervenção da marinha castelhana, influenciou o rei prudente. Nem sempre quis depender de um aliado, fiel, sem dúvida, mas cujas forças marítimas nem sempre conseguiam intervir no momento certo. Foi então que o cargo de almirante foi confiado a Jean de Vienne, cujos poderes eram regulados por portarias reais. Foi também nessa altura que se procedeu à reorganização da enseada das galés de Rouen (*Clos de Galées), um verdadeiro estaleiro de construção naval, que construiu dez navios em 1376 e trinta e cinco em 1377. Em caso de urgência, a requisição de* navios mercantes foi acelerado. Desde o reinício da guerra, em 1377, pode-se dizer que a marinha normanda era dona do Canal da Mancha, o que não acontecia desde o desastre de The Lock. Antes do final do reinado, ameaçou a frota inglesa na mesma ilha em mais de uma ocasião, realizando expedições de saque nos portos de embarque, como Winchelsea.

Mas faltava-lhe força suficiente para impedir a chegada de reforços ingleses à Guyenne, Bretanha ou Calais. Em terra, a campanha de 1377, iniciada sob excelentes auspícios, não teve os resultados esperados. As tropas de Duguesclin e do Duque de Anjou, apesar da captura de Bergerac, dedicaram-se a explorar as fronteiras da Gasconha, encontrando

resistência inesperada. No ano seguinte, o governo londrino enviou a Bordéus um enérgico tenente, Jean Neville de Raby, que restabeleceu a situação sem maiores dificuldades, conteve as forças insuficientes do adversário, chegando mesmo a retirar-lhe alguns lugares, organizou expedições punitivas e repeliu uma expedição castelhana contra Bayonne. A reconquista foi interrompida e não seria retomada. Duguesclin teve que lidar com missões menos ambiciosas, percorrendo Auvergne, que os *routiers* continuaram a devastar. Quando ocorreu a sua morte, em 13 de julho de 1380, diante das muralhas de Châteauneuf-de-Randon, em Gévaudan, o rei foi dolorosamente afetado pelo desaparecimento de um servo tão fiel. Após sua morte, nenhum capitão foi capaz de galvanizar as tropas como ele havia feito.

Os fracassos diplomáticos somaram-se aos fracassos militares. É verdade que, nos primeiros dias de 1378, a situação ainda parecia excelente. O prestígio da monarquia Valois, após nove anos de sucesso; quase ininterrupta, ainda era muito elevada na Europa. A França ainda podia contar com a aliança das maiores potências do continente. Vinte anos antes, o desaparecimento de Luís da Baviera fizera com que a coroa imperial caísse nas mãos de uma dinastia amiga, na pessoa de Carlos do Luxemburgo, rei da Boémia. Seu pai, o rei João, o Cego, serviu fielmente a Filipe VI e caiu heroicamente no campo de batalha de Crécy. Ele próprio se casou com uma irmã de Filipe VI, e sua irmã, Bona de Luxemburgo, se casou com João, o Bom. Carlos V já se reunira com o tio em Metz, nos últimos dias de 1356, quando, ainda delfim, procurava apoio na sua luta contra a burguesia parisiense. Era simplesmente necessário converter esta união familiar numa aliança política. O idoso imperador e o seu filho Venceslau mudaram-se para Paris em janeiro de 1378. O encontro dos dois soberanos foi marcado pela celebração de grandiosas festividades, que os cronistas oficiais se encarregaram de nos transmitir. Mas, depois dos cumprimentos habituais, dos juramentos de fidelidade e amizade e dos acordos diplomáticos, não havia nenhuma realidade política tangível. A Câmara do Luxemburgo, focada nas suas ambições germânicas, permaneceu firmemente determinada a não intervir no conflito franco-inglês. A apoteose de Carlos V culminou, desta forma, em meio a festas espetaculares e vazias de conteúdo.

Este mesmo ano de 1378 trouxe consigo rudes reveses, alguns deles de excepcional importância. Em primeiro lugar, na primavera ocorreu a última revolta do rei de Navarra. Carlos, o Mau, recusou-se a aceitar o seu fracasso em 1365. A sua ambiguidade nos assuntos espanhóis transformou o seu reino de Navarra num campo de batalha no qual, sem qualquer benefício para ele, os apoiantes de Pedro, o Cruel, e de Enrique de Trastamara. Condenado à ruína, foi forçado a retomar seu papel de equilibrador, como havia feito antes, entre Valois e Plantagenetas. Quando a guerra recomeçou, ele vendeu seu apoio ao lance mais alto. Em setembro de 1370, ele foi a Clarendon para se encontrar com Eduardo III, propondo, junto com sua aliança, uma divisão antecipada do reino da França. A tentativa não teve sucesso, pois o Príncipe Negro recusou-se a chegar a um entendimento com um aliado cuja perfídia ele conhecia perfeitamente bem. E Carlos V, por sua vez, conseguiu apaziguar mais uma vez o eterno conspirador, prometendo-lhe, no tratado de Vemon (março de 1371), dar-lhe finalmente a posse do baronato de Montpellier e admitindo a sua homenagem. Foi esta a situação quando, na primavera de 1378, a prisão

inesperada de dois agentes navarros permitiu abortar uma nova conspiração. Aparentemente foi nada menos que envenenar o rei de França e retomar a guerra em Navarra, aproveitando a confusão que esta morte produziria. É de se perguntar se os relatórios policiais eram verdadeiros ou se foram habilmente explorados. O navarro tinha uma sólida reputação de envenenador, o que não parece ter sido imerecido, e que tornava plausível a acusação: era suspeito de ter matado o cardeal de Boulogne, sabia-se com certeza que tinha assassinado o *roulier* Seguin de Badefol, que demonstrou muita pressa em exigir seus pagamentos. Foi uma oportunidade imbatível para eliminar de uma vez por todas a ameaça navarra. Duguesclin foi acusado de ocupar o condado de Evreux e do Cotentin, e colocá-los temporariamente nas mãos do filho mais velho do acusado, Carlos, o Nobre, cuja lealdade aos Valois era conhecida. No entanto, ele não agiu com rapidez suficiente. Carlos, o Mau, teve tempo de ceder, em troca do dinheiro de que necessitava para as suas aventuras espanholas, o porto de Cherbourg a uma guarnição inglesa, que ali permaneceria durante quinze anos.

A questão da Bretanha evoluiria em termos ainda mais desfavoráveis para o rei da França. Estimulado pelo aparente sucesso da operação de Navarra, o rei da França considerou a sua autoridade e força irresistíveis contra um vassalo igualmente criminoso. João IV, após a sua vitória em 1365, não demorou muito a mostrar qual era a sua opinião sobre a vassalagem que devia à França. A princípio, sem tomar partido abertamente dos Plantagenetas, ele os ajudou sub-repticiamente desde o recomeço da guerra. Foi no seu ducado onde, em 1370 e após a sua infeliz cavalgada, Robert Knowles encontrou refúgio, assediado por Duguesclin. Em 1372, retirando definitivamente a máscara, o duque negou a sua lealdade vassala à França e refugiou-se em Inglaterra e no ano seguinte integrou a expedição liderada pelo duque de Lancaster e depois realizou ações de guerra sem vergonha nem glória. na fronteira da Gasconha, Duguesclin, com o apoio da população, submeteu quase todo o ducado à autoridade do rei da França, com os ingleses retendo apenas quatro lugares, incluindo Brest e Auray. Quando as tréguas de Bruges foram quebradas, Carlos V acreditou que havia chegado a hora de punir o vassalo traidor. Uma parte da mais alta nobreza bretã, como os Rohan, os Clison e o próprio Duguesclin, que tinham queixas pessoais contra a perfídia de João IV, garantiram ao soberano que a operação não apresentava qualquer risco e que se tratava de uma simples verificação jurídica. de uma ocupação de facto já alcançada. A majestade da justiça real voltou-se então contra o duque da Bretanha. Ele deu-lhe o mesmo processo que havia tido tanto sucesso dez anos antes contra o príncipe da Aquitânia (acusação de crime, intimação ao Parlamento, contumação do acusado e sentença de confisco, neste caso, proferida em 18 de dezembro de 1378), Começou agora contra o bretão. Mas aqueles que deram o conselho estavam errados. Toda a população, burguesia, clero, campesinato, apoiou o duque. Os mesmos nobres que apoiaram a ocupação temporária opuseram-se à anexação do seu país ao domínio real francês. Sob a protecção das duras guerras travadas nos últimos quarenta anos, emergiu um particularismo bretão - poder-se-ia mesmo falar de um nacionalismo bretão -, zeloso da sua independência, desconfiado e preferindo recorrer ao apoio externo a qualquer interferência dos os Valois. Demitido por Carlos V, João de Montfort mais uma vez inclinou-se para as suas preferências anteriores e renovou a aliança com a Inglaterra. O

duque de Lancaster, um soldado medíocre, foi impedido de tomar Saint Malo, mas João IV não pôde ser impedido de desembarcar em Saint-Servan, reforçando a guarnição inglesa em Brest e mantendo o controle de todo o oeste da Bretanha. A ação falhou.

Naquele preciso momento, a monarquia francesa perdia o apoio papal. Durante os últimos três quartos de século, tornou-se quase um costume que os papas de Avinhão, franceses e rodeados principalmente de cardeais franceses, apoiassem a política dos Valois. Não é verdade, porém, que todos os papas de Avinhão se tenham comportado como servos servis de Paris, como afirmavam os ingleses e os italianos. Nem Bento XII nem Inocêncio VI se limitaram a cumprir as ordens, sem discussão, de Filipe VI ou de João Bom. No geral, porém, a realeza francesa obteve do papado, juntamente com uma ajuda pecuniária substancial, uma autoridade e um prestígio moral que a tornaram o mais forte apoio da Santa Sé. Mas, a necessidade de administrar directamente no terreno os Estados da Igreja, reconquistados à custa de enormes esforços, bem como a necessidade de escapar das margens do Ródano, infestadas de *routiers* , muito mais ainda do que os apelos apaixonados de Na opinião italiana, eles levaram primeiro Urbano V e depois Gregório XI a pensar em retornar a Roma. Já em 1369, os apelos de Carlos V não conseguiram deter Urbano V quando este marchou para a Itália. A turbulência dos romanos levou o pontífice moribundo a regressar a Avinhão. Gregório XI voltou a pensar no projecto, atrasando-o na esperança de poder controlar melhor as conversações de paz a partir de Avinhão. Quando, no final de 1376, ficou comprovada a impossibilidade de uma reconciliação franco-inglesa, ele não quis mais adiar o seu projeto. Uma embaixada francesa, apoiada pelo duque de Anjou, pediu-lhe em vão que ficasse, fazendo-o ver as vantagens de uma estadia prolongada em França, lembrando-lhe a amizade dos Valois e afirmando os serviços anteriormente prestados. Nada foi alcançado; Os cardeais, muito pouco entusiasmados, não tiveram escolha senão apoiar o projeto. Gregório regressou a Roma, onde foi imediatamente envolvido nos assuntos italianos: Carlos V foi praticamente esquecido.

As coisas pioraram visivelmente quando, em abril de 1378, após a morte de Gregório XI, o povo romano impôs a eleição de um Papa italiano, o arcebispo de Bari, Bartolomeu Prignano, que assumiu o nome de Urbano VI. O novo pontífice, um velho austero e severo, anunciou imediatamente a sua intenção de reformar o Sagrado Colégio, para conter o seu luxo e limitar a influência francesa ali. Preocupados, os cardeais começaram a duvidar da legitimidade da eleição em que, no entanto, tinham participado. Eles informaram disso o rei da França, excessivamente inclinado a confiar em sua palavra. Contaram sempre com o apoio de Carlos V, que se convenceu facilmente da justiça da sua causa, quando receberam reforço do cardeal de Amiens, o ambicioso Jean de la Grange, que sonhava em conseguir a tiara, bem como quando saíram de Roma, refugiaram-se nas terras da rainha de Nápoles e lançaram o anátema contra o pontífice intruso. Em 20 de setembro, em Fondi, elegeram um dos seus próprios Papas, Roberto de Genebra, que assumiu o nome de Clemente VIL. Para evitar que o cisma destruísse a Igreja, teria sido necessária uma declaração unânime de todos os príncipes cristãos a favor. . de um dos candidatos. Carlos V, de forma totalmente consciente, já havia feito sua escolha. Sem ouvir ou mesmo esperar os argumentos dos italianos, desde novembro impôs ao clero francês, à Universidade e ao reino como um todo, o reconhecimento de Clemente. Mas ele supervalorizou a sua possível influência nos outros

tribunais europeus. Apenas os reinos de Nápoles e da Escócia apoiaram a sua opção. Enrique de Trastamara, apesar de ser um aliado fiel, ignorou os seus pedidos; Tal como os restantes reinos peninsulares, manteve-se, enquanto viveu, numa neutralidade provisória. Carlos de Luxemburgo, já moribundo, não quis reconhecer mais do que o primeiro escolhido. Seu filho Venceslau seguiu sua política. Ele levou a Hungria, a Polónia, os reinos escandinavos, a maioria dos príncipes alemães e a Flandres a esta opinião. A Inglaterra, finalmente, decidiu rapidamente, no parlamento de Gloucester, a favor do Papa Romano, pela única razão de ele não ser francês. O cisma foi consumado. Com ou sem razão, foi apresentado como um assunto francês, imposto ou mesmo executado por Carlos V, especialmente quando Clemente, expulso de Itália, mudou a sua residência de volta para Avinhão.

O "Grande Cisma Ocidental" destruiria a cristandade durante quarenta anos e teve consequências catastróficas no desenvolvimento da Guerra Franco-Inglesa. Até agora, o papado tinha interferido apaixonadamente para apaziguar o conflito. Mediador interessado, mas, no geral, imparcial, os seus esforços evitaram que as hostilidades se prolongassem por muito tempo, obtendo tréguas e adiamentos muitas vezes longos. A partir deste momento, cada um dos papas incentivou a guerra. A razão foi que eles só poderiam derrotar o seu rival com o apoio militar dos reis que os apoiavam. Uma paz franco-inglesa teria sido a ruína das suas esperanças opostas. Estiveram ausentes de todos os futuros congressos de paz e opuseram-se sistematicamente às conversações que ali tiveram lugar.

Este fenômeno foi observado muito em breve. O Arcebispo de Ravena, que há anos trabalhava pela paz em Bruges, era agora Cardeal de Urbano VI e seu legado na Europa Central e se dedicou a percorrer a Alemanha, convidando Venceslau a romper a aliança tradicional entre os Luxemburgueses e os Valois,. projetando uma união do Império e da Inglaterra em uma cruzada comum contra a França cismática. Carlos V, cujos reveses militares nas suas últimas campanhas o tornaram menos intransigente, fez propostas em vão aceitáveis para os ingleses: cessão de toda a Aquitânia ao sul da Dordonha (ele apenas manteria Poitou, Saintonge, Limousin e Perigord de suas conquistas). ; casamento de sua filha Catarina com o jovem Ricardo II, tendo como dote o condado de Angoulême. O Cardeal de Ravenna, em maio de 1380, interrompeu as negociações e decidiu unir Ricardo II à irmã de Venceslau, Ana da Boêmia. No final do verão, quando Carlos já sentia que a sua morte estava próxima, uma nova expedição inglesa desembarcou no continente, deixando claro através da pilhagem que a guerra tinha recomeçado. Foi liderado pelo mais novo dos filhos de Eduardo III, Thomas de Woodstock, Conde de Buckingham - mais tarde Duque de Gloucester - de Calais à Bretanha, ao longo de um itinerário que doravante seria habitual, através de Champagne, Gatinais, Beaucex e Anjou. Antes de reembarcar, sitiou Nantes, sem sucesso, mas deixou enorme destruição.

O conflito arrastou-se no momento em que a França, cujas forças Carlos V tinha explorado ao máximo, já não estava em condições de o continuar. Mesmo que estivessem reduzidas a viagens curtas, a golpes de estado, a operações locais, a guerra era muito cara e os impostos pesavam terrivelmente sobre um povo dizimado. Sintomas alarmantes revelaram a crescente impopularidade do governo e o cansaço da população. O rei, cujo

bom governo fará muita falta mais tarde, não era muito querido, porque seus oficiais exerciam muita influência contra o povo. Neste momento, apenas no Languedoc havia sintomas claros de revolta contra o duque de Anjou, o principal responsável pela guerra. Fartos das contínuas exigências de dinheiro, os habitantes de Montpellier rebelaram-se em Outubro de 1379, depois de movimentos semelhantes terem eclodido em Puy e Nîmes, matando os funcionários mais odiados e alguns cobradores de impostos. A insurreição, felizmente para a administração real, não se espalhou. Como afirmação do poder de que estava investido, o duque de Anjou pronunciou sentenças implacáveis contra os rebeldes, imediatamente amenizadas por medidas de graça, e tudo rapidamente voltou à ordem. Mas o rei, assustado, chamou o irmão. Pois bem, Carlos não ignorava a miséria em que vivia o povo e sabia que o descontentamento predominava nas zonas agrícolas. Em seu leito de morte, ele foi assaltado por escrúpulos. Ele não teria colocado pressão injusta sobre seus súditos? Ele tinha o direito de cobrar impostos que não tivessem sido autorizados ou de cobrar permanentemente aqueles que tivessem sido criados temporariamente? O último ato do piedoso soberano, em meio a todas as recomendações que fez aos seus conselheiros, foi decretar a supressão do imposto sobre os incêndios (16 de setembro de 1380). Uma medida que nos parece absurda e altamente apolítica. Tal como os seus súbditos, o rei não concebia a necessidade da existência de impostos permanentes. Embora por um lado tenha apaziguado a sua consciência, por outro arrebatou ao seu sucessor os meios para governar de uma só vez.

V
RUMO À RECONCILIAÇÃO (1380-1400)

Ao longo de dezesseis anos de reinado restaurador, embora exaustivo, Carlos V realizou uma tarefa imensa: a anulação do Tratado de Calais, pensamento principal de um homem teimoso e astuto. Mas, pelo contrário, ele retomou uma guerra que os seus fracos recursos não lhe permitiram levar até ao fim. À sua morte, o dilema em que colocara o seu reino ainda não estava resolvido. Incapaz de vencer a guerra, foi forçado a continuá-la, sem esperança de alcançar o sucesso definitivo. E, o que foi pior, a traição bretã, o abandono do papado e os problemas internos poderão fazer com que a luta tome, mais uma vez, um caminho negativo para os Valois. A razão pela qual a minoria de Carlos V não foi ofuscada por calamidades maiores é que a Inglaterra, por sua vez, atravessava uma grave crise, tanto política como social, o preço a pagar por uma guerra excessivamente longa que excedia os seus recursos. Através de movimentos bruscos e intermitentes, ambos os países ultrapassaram as suas próprias forças. Nem um nem outro poderiam forçar uma solução definitiva. A calma – uma calma que duraria trinta e cinco anos – nasceu do mesmo esgotamento dos adversários. É necessário voltar um momento para poder determinar as causas disso. É necessário analisar ambos os combatentes feridos, enumerar os seus males aparentes ou secretos e expor as suas fraquezas mútuas.

I. O ESGOTAMENTO DA INGLATERRA

No período entre o Tratado de Calais e a morte de Carlos V de França, quão enorme foi o caminho descendente e decadente percorrido pela Inglaterra! Nos últimos dias de 1360, Eduardo III atingiu o auge de sua glória. Glória militar, principalmente. As vitórias em Crécy e Poitiers foram uma grande surpresa para toda a Europa, habituada aos sucessos franceses. Foi para a corte de Londres que os cavaleiros do Ocidente olharam para esses momentos; Os grandes senhores solicitavam admissão na Ordem da Jarreteira, enquanto os mais humildes, que portavam espadas e adoravam torneios, desejavam ardentemente conhecer os grandes heróis da guerra, como o Príncipe Negro, Chandos, Knowles e muitos outros. Windsor e Westminster tornaram-se o cenário preferido para grandes espetáculos. O país tornou-se prodigiosamente rico com os enormes resgates impostos aos prisioneiros das guerras francesa e espanhola; Havia um verdadeiro tráfico de resgates, que eram vendidos e revendidos como qualquer mercadoria. A mais importante de todas, a de D. João, o Bom, foi destinada ao tesouro do rei. Mesmo que apenas metade tenha sido paga, esta quantia de um milhão e meio de escudos representa ainda um valor enorme, cujo valor intrínseco foi calculado em cerca de quarenta milhões de francos (desde a Revolução), mas

que A anemia monetária da o tempo confere um poder de compra muito maior. Numa altura em que o ouro continuava a ser o único sinal aparente de riqueza, as transferências de um país para outro de uma tão grande massa de dinheiro ou barras de ouro devem ter feito reinar a abundância em Inglaterra. Sabiamente administrado, este tesouro poderia ter sido suficiente para as necessidades normais da monarquia durante vários anos, tornando inútil o sempre delicado recurso aos subsídios parlamentares.

Como todos os príncipes afortunados, Eduardo se viu cercado por uma bela e numerosa família. Seus cinco filhos foram a alegria de sua meia-idade. O primogênito, Eduardo de Windsor, Príncipe de Gales, Duque da Cornualha e Conde de Chester, acrescentou ao seu grande apanágio insular o principado da Aquitânia, que conquistou de armas nas mãos. Poderia ter feito um casamento principesco no estrangeiro, mas o seu espírito romântico levou-o a apaixonar-se por uma das suas primas, a bela Joana, condessa de Kent, mãe de filhos já crescidos. A nobreza aprovou este casamento por amor, embora mais tarde tenha murmurado sobre a sua irregularidade. É em Bordéus que nasceria o único filho sobrevivente deste casamento feliz, o futuro Ricardo II. O segundo filho de Eduardo III, Lionel de Antuérpia, era um homem mais sombrio. Ricamente dotado na Irlanda, onde se tornou duque de Clarence e conde de Ulster, manteve-se afastado das lutas continentais. Sua única aparição é muito mais tarde, quando, em 1368, já viúvo, foi procurar uma esposa rica entre os Visconti. Mas ele morreu prematuramente alguns meses depois. John de Gaunt, o terceiro, nascido na Flandres, no meio de uma das magníficas expedições do pai, demonstrou ambições muito maiores. Um primeiro casamento com sua prima Blanche de Lancaster fez dele o proprietário de terras mais rico da Inglaterra: Duque de Lancaster, desfrutando de privilégios verdadeiramente reais em seus territórios, Conde de Leicester e em virtude deste senescal hereditário da Inglaterra, Conde de Lincoln e de Derby; Seu filho se casará com a herdeira dos Condes de Hereford. Ele se considerava um bom general, ansiava por glória e benefícios no continente. A sua viuvez prematura permitiu-lhe, em 1372, casar-se com Constanza de Castela, a filha primogénita de Pedro, o Cruel, cujos direitos procurou manter. Desde então foi acrescentado o título de rei de Castela. Título ainda vazio de conteúdo, sem dúvida; mas, tal como o seu pai, na mesma época, concluiu uma aliança com Portugal contra o Trastamara - cuja memória ainda não foi apagada no século xx -, sendo um indício das suas pretensões hispânicas, cujos riscos podem materializar-se nos próximos futuro. Ainda é cedo para julgar o caráter dos demais filhos do rei inglês, adolescentes jovens e ambiciosos. Edmundo de Langley, o quarto, foi o protagonista desprezado do casamento flamengo. Nomeado conde de Cambridge em 1362, ele se consolou de suas frustrações casando-se com outra filha de Pedro, o Cruel, mas o futuro duque de York sempre permanecerá um príncipe sombrio, medíocre e tímido. A impetuosidade problemática do mais jovem, Thomas de Woodstock, mais tarde conde de Buckingham, só se tornaria aparente depois da morte de seu pai e o tornaria famoso sob o nome de duque de Gloucester.

Oito anos de paz serviram para aumentar a autoconfiança do vencedor, libertando o seu tesouro, até então fortemente hipotecado. A reconciliação com a Flandres reabriu, através do porto de Calais, o fluxo normal das exportações de lã e ao mesmo tempo restabeleceu a influência inglesa sobre todos os Países Baixos. Eduardo sabia que era apoiado pela opinião

pública representada nos Parlamentos, que, não sendo mais obrigada a realizar um esforço fiscal demasiado opressivo, tornou-se dócil às suas sugestões, e apoiou as suas inimizades e ódios: a desconfiança, agora habitual, diante dos franceses, tanto mais dispostos a expressar-se porque não envolvia riscos; diatribes fingidas contra os "abusos" do papado, graças às quais, de acordo ou contra o Papa, o rei poderia conceder a todos os seus protegidos os principais benefícios eclesiásticos. Quando, em 1364, Urbano V tentou reclamar os atrasos do censo feudal, não pagos durante trinta anos por um reino vassalo da Santa Sé, enviou uma resposta segundo a qual a soberania do estado Plantageneta era incompatível com o pagamento deste " intolerável » tributo; A partir de agora, tanto de direito como de facto, as promessas outrora obtidas de Juan sin Tierra por Inocêncio III foram consideradas nulas. O incidente não teve consequências, mas mostra-nos o orgulhoso Eduardo III, tão ansioso por afirmar a sua independência do papado como tinha estado dos Valois em relação à soberania da Aquitânia.

A retomada da guerra em 1369 dissipou todas as miragens. Ficou claro que não sobrou nada dos milhões arrecadados com o pagamento do resgate, que foram gastos ao acaso, sem preocupação com o amanhã. As caronas custavam um preço elevado e traziam poucos benefícios, pelo que foi necessário recorrer novamente aos parlamentos, pedindo-lhes novos subsídios, impostos sobre bens móveis, cujo desempenho foi muitas vezes aleatório e sempre inferior ao previsto. Eduardo estava ficando velho. Viúvo aos sessenta anos, foi destruído pelos prazeres senis, apaixonando-se por uma amante de baixa origem, Alice Perrers. A administração, no entanto, foi mantida aos trancos e barrancos, liderada por funcionários experientes como Thomas Bratingham, bispo de Exeter, e William Wykeham, bispo de Winchester. Sobre eles recaiu a responsabilidade pelos reveses militares e pela reconquista francesa levada a cabo após 1371. Finalmente, o Parlamento exigiu e obteve a sua destituição, a sua substituição na Chancelaria e no Tesouro por leigos, apesar do precedente insatisfatório de 1340. No entanto, o Duque de Lancaster, nos intervalos entre suas expedições, foi ganhando cada vez mais influência no governo, que nem seu pai idoso nem seu irmão moribundo podiam contestar. Uma oposição quase unânime acusou-o de conduzir o reino à ruína. Ela eclodiu em abril de 1376, pouco antes da morte do Príncipe Negro, na longa sessão dos Estados que os cronistas chamaram de “Bom Parlamento”. Oposição vigorosa, emergindo, ao que parece, apenas das fileiras da Câmara dos Comuns e que encontrou no cavalheiro Pierre de la Mare um porta-voz eloquente. Pela primeira vez, os barões, entre os quais o duque de Lancaster tinha muitos apoiantes, curvaram-se às exigências populares que não tinham provocado e que provavelmente não apoiaram de boa vontade. Neles se via o eco das mesmas preocupações de Etienne Marcel: a necessidade de uma administração honesta, de uma tributação controlada e de uma purificação energética. Mas as medidas adoptadas concretizaram estas nobres aspirações de forma muito limitada. Limitaram-se à destituição de Alice Perrers, à substituição de alguns altos funcionários e à acusação contra dois dos apoiantes do duque de Lancaster, apesar da sua feroz oposição, William Latimer, um funcionário do King's *Hôtel* , e Richard Lyons, um poderoso londrino. comerciante de vinhos, ambos proprietários de impostos, corruptos e desonestos. De resto, assim que a tempestade passou, John de Gaunt recuperou o poder, permitiu novamente as relações do pai com a amante, chamou de volta os depostos e fez com que os atos do Bom

Parlamento fossem anulados através de uma nova assembleia, muito mais maleável, à sua vontade. , e até mandou para a prisão o apaixonado presidente da Câmara dos Comuns, depois de condenar o Bispo Wykeham, culpado de ter apoiado as exigências do Bom Parlamento. No meio de tais intrigas miseráveis, uma vida outrora gloriosa foi extinta. Eduardo ainda comemorou o aniversário de seus cinquenta anos de reinado em janeiro de 1477. Cinco meses depois, ele morreu praticamente esquecido pelos seus súditos.

A minoria de Ricardo II foi complicada. Em torno do jovem rei, que tinha apenas dez anos, múltiplas influências se cruzaram e se opuseram; em primeiro lugar, os dos conselheiros do Príncipe Negro, que estavam logicamente inclinados a assumir o poder em nome do filho deste e que predominavam no *Hôtel* ; Havia também os da Princesa de Gales, legítima guardiã do soberano, mas que estava cercada pelos outros filhos do casamento anterior, os muito pobres mas ambiciosos Hollands; Também contaram os bispos e oficiais, caídos em desgraça desde 1371, mas ansiosos por recuperar o poder no início do reinado; os burgueses de Londres, ainda divididos em facções beligerantes, mas hostis, no seu conjunto, ao duque de Lancaster desde o caso Latimer-Lyons; e, finalmente, o próprio John de Gaunt, que, como tio mais velho do jovem rei, poderia ter reivindicado legalmente a regência, mas cujas ambições incomodavam muitas pessoas influentes. Separado, de facto, do governo, nestes primeiros anos de reinado terá um papel mal definido e, aparentemente, secundário. Para melhor refrear as suas ambições, não houve nomeação de um regente, mas antes uma espécie de reconciliação entre as partes que resultou na nomeação pelo Parlamento de um Conselho Executivo composto por doze membros, renovados duas vezes, do qual faziam parte prelados, barões , média nobreza e cavaleiros, mas dos quais a burguesia foi excluída. As suas missões fundamentais eram manter a ordem e dar um impulso vigoroso à guerra contra os Valois, para a qual necessitava de encontrar recursos abundantes.

O conselho eleito falhou nestas tarefas, arrastando para o descrédito os Parlamentos que nomearam os seus membros e apoiaram as suas políticas. Confrontado com a constante falta de dinheiro e considerando pouco rentáveis os impostos sobre bens móveis até então cobrados, o Parlamento, em 1379, votou pela imposição de uma capitação ou *poll-tax,* que produziu benefícios medíocres, em troca de uma impopularidade acrescida, já muito grande. Nos últimos meses de 1380 foi necessário fazer face às despesas da cavalgada do Duque de Buckingham, preparar a que o Conde de Cambridge se propunha realizar para Portugal e, por fim, prover as despesas do casamento do rei; Por outro lado, Ana da Boémia tinha chegado sem dote e já tinha sido necessário cobrir os cavaleiros alemães e checos que cercavam Venceslau com presentes e pensões. Novo parlamento, nova capitação, paga, em princípio, por todos os súditos do rei, com exceção dos indigentes, de acordo com taxas que variavam com a fortuna e a posição social, mas que puniam mais duramente os mais pobres e as comunidades camponesas mais pobres, solidariamente responsável pela devolução do subsídio. Após a fraude generalizada ocorrida no início da coleta, foram enviados comissários aos municípios do sudeste encarregados de refazer o censo com critérios rigorosos e com instruções de coleta severas.

Este foi o sinal para a eclosão de uma terrível *jacquerie* , cuja explosão quase simultânea ao norte, leste e sul de Londres, no final de maio de 1381 e a sua rápida propagação para o

sudoeste e centro do país, fez muitos acreditarem na a existência de alguma conspiração anterior, de alguma sociedade secreta que deu as ordens no momento certo; Este é um fato não comprovado. Os historiadores franceses falam-nos, erradamente, de uma "revolta operária", como se os artesãos das cidades tivessem sido incluídos nela desde o início; Foi, na realidade, uma rebelião camponesa, pelo menos no seu início. Foi inicialmente dirigido contra as comissões de agentes do tesouro encarregadas de fixar a base de capitação e agilizar a sua arrecadação; Seus membros foram assassinados, seus registros queimados e os colecionadores foram roubados. A ira dos camponeses voltou-se então contra os senhores e, especialmente, contra as abadias ricas, implacáveis em exigir as suas percepções, e especialmente, desde a Peste Negra, em manter os seus camponeses na dependência servil, exigindo, pelo menos, um máximo de. benefícios trabalhistas. Os mosteiros foram saqueados, seus arquivos queimados e cartas de franquia individuais ou coletivas de "alforria" foram obtidas à força. Finalmente, a partir de Kent, onde reuniu as suas forças, a revolta voltou-se contra o governo, os burgueses e contra todos os ricos e poderosos. Eles invadiram a Torre de Londres, da qual o jovem soberano conseguiu escapar a tempo, mas fizeram prisioneiros Simon Sudbury, chanceler e arcebispo de Canterbury, e o tesoureiro Robert Hales. Eles invadiram a *cidade* pela ponte mal defendida sobre o rio e atacaram ferozmente os armazéns dos mercadores estrangeiros, que uma lenda popular acusava de enriquecerem às custas do povo e de tirarem todas as riquezas do reino. Finalmente, incendiaram a bela *mansão de Savoy* , propriedade do duque de Lancaster, que, diretamente ameaçado pela revolta, se refugiara na Escócia.

Podemos ter uma ideia dos sentimentos e ideias que guiaram os desordeiros na análise destes atos de vingança e devastação? Às queixas muito específicas contra o erário, os senhores e os mercadores, juntou-se um ódio implacável contra todos os poderosos e um vago sentimento de igualitarismo nivelador. Estas ideias, que surgiram em todos os tempos, estavam particularmente enraizadas em alguns pregadores populares, padres ou monges vagabundos, que lançavam diatribes contra os ricos, contra o poder, em nome da igualdade de condição dos primeiros homens. Foi o caso, em Essex, de John Ball, um padre excomungado, que se juntou aos rebeldes, com a aspiração, talvez, de chegar ao arcebispado de Canterbury. Ele e seus apoiadores costumavam citar o seguinte epigrama:

Quando Adam Dalf e Eva se cruzam
Onde estava então o cavalheiro?

(Quando Adão trabalhava a terra e Eva fiava, havia então um cavaleiro?)

Deveríamos ver também por trás das ações desses exaltados as teorias do herege Wycliff, afastado dos conselhos reais desde 1378, onde foi apresentado pelo duque de Lancaster, logo expulso de Oxford, onde seus ensinamentos teológicos acabaram causando desordens, e quem traria à luz de seu retiro no campo seus panfletos políticos, tratados doutrinários e traduções das escrituras que vieram de sua pena fértil? Os seus "pobres sacerdotes", aos quais confiou a difusão da sua boa nova, pregaram contra a hierarquia eclesiástica, mas a favor do poder civil, contra os ricos e a favor da pobreza evangélica. Não sabemos exatamente se essas pregações, mal compreendidas, provocaram a revolta. Em qualquer caso, não se pode considerar que tenham sido a causa do seu surto. Existe um

paralelo tentador mas enganador entre Lutero e Wycliff, entre os camponeses saxões e os ingleses, entre o início do século XVI e o final do século XIV .

Em qualquer caso, nesta revolta inglesa de 1381 havia causas subjacentes que eram mais profundas e perigosas do que na Jacquerie francesa, cujos perigos o Delfim teve de superar em 1358. No sudeste, formaram-se importantes tropas de rebeldes, mal equipadas. mas galvanizado por chefes até então desconhecidos, como Wat Tyler, apelidado de Jack Straw por alguns cronistas, e de quem não sabemos exatamente se era camponês, servo ou bastardo ou segundo filho de uma família de cavaleiros. Sob seu comando, as tropas convergiram para Londres e tiveram o rei à sua mercê. Richard, um jovem de grande coragem, não cedeu e encontrou a ajuda eficaz de William Walworth, prefeito (*maire*) de Londres, cuja audácia salvou a situação. Perto da capital, em Mile End e em Smithfield, ocorreram entrevistas tumultuadas entre os desordeiros e o rei. Ricardo lançou uma arenga aos rebeldes, autoproclamando-se um deles. Mas Walworth mandou assassinar Wat Tyler diante de seus próprios olhos. Desorientados, os camponeses recuaram. Depois houve uma verdadeira caçada humana levada a cabo pela cavalaria, que a princípio estava desorientada, mas agora era feroz na vingança. A repressão durou vários meses, e continuou durante o verão de 1381. Quando a rainha Ana, na altura do seu casamento, obteve uma amnistia, os pesadelos dos ricos e os sonhos dos pobres já tinham sido esquecidos, postos de lado com todos. dureza sob o governo dos senhores.

A revolta dos camponeses ingleses, embora tenha sido um levantamento sem possibilidades, como todos os jacqueries , serve para nos testemunhar que a ilha de Ricardo II, embora não tenha sido directamente afectada pela invasão e pilhagem dos *routiers* , teve, no entanto, sofreu as profundas repercussões da guerra: despovoamento, crise agrária, crise monetária e fiscal e, finalmente, crise social, sem esquecer as incessantes crises políticas.

E, apesar de tudo, pela força do hábito adquirida, o governo Plantageneta manteve a ficção de uma política de intervenção nos assuntos continentais. Os antigos conselheiros do Príncipe Negro teriam gostado de ver Ricardo à frente de uma nova cavalgada através da França, uma fonte de glória e benefícios económicos; Alguns bispos, apoiados e guiados pelos mercadores de Londres e Calais, exigiram uma expedição em apoio aos habitantes de Gante, rebelaram-se mais uma vez contra Luís de Male; Finalmente, o duque de Lancaster esperava impacientemente o momento de iniciar a conquista do seu reino de Castela; Como João I de Castela, filho e sucessor de Enrique de Trastâmara, acabara por optar pelo Papa de Avinhão, a expedição teria o carácter de uma cruzada, com a bênção de Urbano VI. Nenhum de todos esses projetos teve final feliz.

A expedição à Flandres, reduzida ao envio de cerca de quatro ou cinco mil homens, só partiu em abril de 1383, seis meses depois de Gante ter sido esmagada pelo rei de França, pelo que já estava condenada ao fracasso. O bispo de Norwich, Henri Despenser, que a dirigiu, também a descreveu como uma cruzada, dirigida, em princípio, contra os cismáticos franceses. Mas limitou-se a tomar Dunquerque e, uma vez feita a união com Gante, sitiar Ypres, que resistiu. Em agosto, a proximidade das tropas de Filipe da Borgonha forçou uma retirada; os franceses compraram o reembarque dos cruzados. Tudo culminou em Londres, com um processo no Parlamento contra o estranho prelado, com sanções

contra ele, e um enorme défice orçamental. Por sua vez, o rei não se atreveu a atacar a França, que considerava demasiado forte. Mas, como era necessário a todo custo aumentar o prestígio militar deste jovem rei de dezessete anos, foi planejada uma expedição cara e absolutamente inútil contra a Escócia. O ridículo desdobramento de forças serviu apenas para suscitar inimizades entre os líderes, entre o rei e o seu tio, o duque de Lancaster, e as tropas retiraram-se depois de terem acampado durante algumas semanas perto de Edimburgo. Na primavera de 1386, após muitos atrasos e contra-ordens, John de Gaunt finalmente reuniu, encarregado do tesouro real, seu próprio exército pessoal e partiu para a Espanha. Sua impressionante expedição acabaria sendo, mais uma vez, um verdadeiro fracasso. Começou por conquistar algumas cidades e castelos da Galiza; Mais tarde, na primavera de 1387, grandes contingentes portugueses que se juntaram a ele permitiram-lhe realizar uma curta cavalgada contra Leão. Foi tudo. Um acordo familiar, como em tantas outras guerras da época, pôs fim à conquista. O príncipe herdeiro de Castela, neto do bastardo Trastamara, estava noivo da filha de Juan de Lancaster, neta de Pedro, o Cruel. Mau resultado, uma vez que o tesouro inglês foi gasto sem motivo e Castela permaneceu, apesar deste casamento, o fiel aliado da França e o apoio do papado de Avinhão.

A partida do duque de Lancaster, em maio de 1386, para as suas aventuras espanholas, produzira, pelo menos no reino inglês, a vantagem de retirar um caráter incômodo e de permitir às diferentes facções em conflito uma certa tranquilidade e definição. A aparência do rei era a de um jovem elegante, de rosto regular e pensativo, depois rodeado por uma barba ruiva; Seu caráter era obstinado e caprichoso, mas, além de sua obsessão em ser obedecido sem murmúrio, ainda não se distinguia nele nenhum tipo de concepção política definida. Juntamente com a rainha Ana da Boémia, a quem amava ternamente apesar da sua esterilidade, reuniu alguns favoritos a quem demonstrava grande carinho e a quem queria favorecer: os seus meio-irmãos, um deles o conde de Kent, outro de Huntingdon, para seus mentores, ex-servos de seu pai, que assumiram os serviços de seu *Hôtel* , e, principalmente, o cavaleiro Simon de Burley, seu "governante"; alguns jovens aristocratas, companheiros de suas diversões e parasitas de seu tesouro, sobretudo Robert de Vére, conde de Oxford, que se tornou marquês de Dublin e mais tarde duque da Irlanda, finalmente, o ex-prefeito de Londres, Nicholas Bremble e um novato, Michel de La Pole, filho de alguns comerciantes ricos de Kingston-upon-Hull, a quem nomeou conde de Suffolk e chanceler. Por mais heterogêneo que possa parecer, este grupo formou uma verdadeira camarilha e preludia o futuro governo do lazer e do prazer. Tal como acontecera no tempo de Eduardo II, três quartos de século antes, provocou a suspeita dos barões, ansiosos por preservar o seu papel de conselheiros naturais do monarca e invejosos dos favoritos considerados indignos. Houve também uma estranha coligação de interesses entre os barões: prelados, como William Courtenay, arcebispo de Canterbury, que repreendeu o rei por não perseguir os partidários de Wycliff, confessaram hereges, com suficiente rigor; o tio do rei, Thomas de Gloucester, seu primo Henrique de Lancaster, na época conde de Derby, o primeiro indisciplinado, de temperamento ardente, mas pouco inteligente, o segundo pérfido e hipócrita; Alguns grandes barões, como o Conde de Arundel, um enérgico almirante, ou o Conde de Warwick, bravos homens de armas, exigiram ataques em grande escala contra a França e tornaram-se os campeões do belicismo, sempre popular, se

o seu projeto de lei não o fizesse. tem que ser pago. Todos estavam conscientes de que as suas críticas contra um governo ineficaz de favoritos encontrariam facilmente eco nos Parlamentos. Jogariam, portanto, a carta “constitucional” contra o absolutismo monárquico, ressuscitado inoportunamente. Assim, enquanto na França, ao mesmo tempo, se estabelecia um confronto entre os príncipes de sangue para controlar um rei fraco, na Inglaterra, as revoluções políticas, agora mais apaixonadas e ferozes, confrontavam um rei e uma casta de homens igualmente obstinados. barões.

A primeira fase da luta, da qual trataremos apenas por enquanto, resultou na vitória dos barões, unidos, contra um rei ainda incapaz e imprudente. Como bode expiatório e primeira vítima da oposição, caiu o chanceler Michel de La Pole, um dia após a partida do duque de Lancaster. O Parlamento exigiu o seu depoimento, insistindo que fosse processado, através do temido procedimento de " *empéchement* ", [2] que os governantes da dinastia Tudor usavam com muita frequência para acabar com seus favoritos que haviam caído em desgraça. Acusado de concussão, ele finalmente conseguiu escapar em segurança fugindo para Brabante. Mas, este Parlamento de Outubro de 1386, que costuma ser descrito como o "maravilhoso" - embora o epíteto *mirabilis* no texto de um cronista favorável ao partido dos barões fosse estritamente aplicado ao de 1388 - também teve a intenção de também causar a desgraça dos conselheiros mais empenhados do rei, ameaçar Robert de Vere com o exílio e impor ao rei a tutela de uma comissão de barões, encarregada de preparar os expurgos e as reformas necessárias; Diante da tentativa de resistência de Ricardo II, o duque de Gloucester chegou a falar de sua deposição. O rei foi forçado a ceder às imposições. Mas, a partir do início de 1387, conseguiu escapar à tutela dos barões, deixando-os governar Londres em seu nome, enquanto percorria o oeste e o centro da ilha em busca de apoiantes fiéis; Em 25 de agosto, os juízes dos tribunais por ele convocados em Nottingham concederam-lhe um parecer jurídico que declarou ilegal a comissão de barões e garantiram ao rei - uma lição que nunca será esquecida - que apenas a plenitude do poder real poderia ser legitimamente exercido. No outono, os líderes do partido baronial, os cinco senhores de "apelo" (Gloucester, Derby, Arundel, Warwick e Nottingham), acusaram os conselheiros do rei de traição e pegaram em armas para se opor às suas manobras. Após uma ameaça de guerra civil, em que o episódio principal foi a escaramuça em Radcot Bridge, em que as forças dos favoritos ruíram, Ricardo, que tinha regressado a Londres, caiu novamente sob a tutela dos barões. Um novo Parlamento, “implacável” para uns, “exemplar” para outros, em todo o caso o mais longo de que se tem conhecimento, pois, inaugurado em Fevereiro, só fechou no início de Junho, selou a reforma dos barões: banimento de todos os favoritos, purificação severa do *Hôtel* , execução dos principais culpados, como o velho Simão de Burley, o juiz sênior Robert Tresilian, demissão ou transferência dos bispos favoráveis à corte, substituídos por bispos a favor do barões e controle absoluto do conselho e dos principais órgãos administrativos por Gloucester e pelos 'recorrentes'. Ricardo II, indefeso, permaneceu em silêncio e observou a tempestade cair sobre seus ombros. Seu objetivo era permitir que os barões desgastassem seu poder, se voltassem uns contra os outros e provassem sua incompetência. A partir do verão de 1388, o seu poder, apesar do apoio recebido de uma nova assembleia parlamentar reunida em Cambridge, era tão precário que não ousaram continuar a defender a política belicista graças à qual tinham conquistado a

opinião pública. Mal instalados no poder, reconheceram que o único confronto possível com a França era o dos plenipotenciários. Gloucester foi o último a consentir na realização das negociações.

II. A JUVENTUDE DE CARLOS VI

Três anos depois da Inglaterra, a França também conhecia todos os problemas inerentes a uma minoria. Na Inglaterra, situação semelhante não ocorria desde 1216, aquando da ascensão de Henrique III, e, em França, desde 1226, com a de São Luís. Carlos V, com saúde delicada, previu sua morte prematura. O decreto de 1374 regulou o governo após a sua morte, fixou a maioridade do novo rei em treze anos, confiou a regência abreviada a Luís de Anjou e a tutela das outras crianças aos seus outros irmãos, mas fez a parte poder essencial num grande conselho de cinquenta membros, formado por prelados, grandes funcionários reais, os principais funcionários do *Hôtel* ou magistrados do Parlamento, cavaleiros, clérigos e burgueses de Paris; doze deles, especialistas em gestão de assuntos públicos, formariam um conselho executivo restrito. Só uma situação de tamanha gravidade nos autorizou a pensar na definição da composição e das competências de um conselho permanente. Lembremos que não havia nada tão vago e mal definido na época como um conselho régio, expoente dos amplos poderes que eram concedidos a um soberano para procurar o conselho dos seus colaboradores onde quisesse.

A portaria, como costuma acontecer nesses casos, não foi aplicada; Assim que Carlos V morreu, o duque de Anjou reivindicou a regência efetiva, na qualidade de tio mais velho do rei, e confiscou fraudulentamente parte do tesouro real; Seus irmãos, os duques de Berry e de Borgonha, bem como seu primo Bourbon, cunhado do falecido rei, exigiram uma distribuição de poder. Após a consagração real, um acordo foi alcançado. Segundo ele, Anjou manteve a preeminência, embora renunciasse ao título de regente; Dois dos tios, pelo menos, fariam parte do conselho permanente de doze membros indicados por eles próprios, garantindo assim a continuidade da política dos "príncipes das flores-de-lis". Este acordo também não foi integralmente cumprido. O "conselho de nomeação" funcionou até tarde e por pouco tempo, apenas de outubro de 1381 a janeiro de 1383. Berry foi praticamente afastado do poder, sendo enviado como tenente para Languedoc, substituindo assim seu irmão primogênito na pilhagem da região. A seguir foi a vez de Anjou, que preparava uma expedição italiana, instalou-se na Provença, iniciou negociações com o Papa de Avinhão e partiu finalmente, em 1382, para conquistar o reino de Nápoles. Na prática, foram os duques de Borgonha e de Bourbon que dirigiram a política geral do reino, com a ajuda de um conselho do qual não tinha sido possível eliminar completamente os colaboradores do falecido monarca. Pois bem, é verdade que nos primeiros dias do novo reinado ocorreram espetaculares quedas em desgraça, como a do reitor de Paris Hugues Aubriot, que foi condenado à prisão perpétua, sob o pretexto de ter violado os privilégios da Universidade , ou o exílio temporário que afetou Bureau de la Riviére, o cardeal de Amiens e Jean le Mercier, ou a mudança do guardião do selo real de Pierre d'Orgemont para Milon de Dormans, bispo de Beauvais, ou a demissão brutal do. o piedoso cavaleiro Philippe

de Meziéres como "governante" do jovem rei. Mas estes infortúnios individuais não impediram que os conselheiros de Carlos V mantivessem, juntamente com posições de confiança, uma influência ainda grande. Muitos retornaram às manobras políticas após alguns meses de exílio.

A maior novidade residia nas exigências de um papel preponderante numa minoria oficialmente muito breve - visto que Carlos VI já era um rapaz de doze anos quando o seu pai morreu, pelo que teria de iniciar o seu governo pessoal em 1381 - pelos príncipes de sangue e os parentes mais próximos do falecido rei. Tinham consciência de que as suas acções eram dirigidas para o bem da monarquia da qual eram os apoiantes naturais, mas não eram capazes de separar os seus interesses pessoais e ambições privadas deste objectivo. Embora fossem todos príncipes com " *apanágios* ", o que era uma causa de debilidade do reino, careciam dos rendimentos necessários para satisfazer as ambições que os consumiam. Casos particularmente flagrantes foram os dos duques de Anjou, candidato ao reino de Nápoles, e de Borgonha, que cobiçavam a sucessão na Flandres. Todas as forças da monarquia serão postas ao serviço das respetivas políticas pessoais, aumentando assim o seu poder e independência. O perigo da tutela permanente do reino aumentava a cada dia.

Para dizer a verdade, a situação não parecia, à primeira vista, propícia a tais afirmações. Mas os príncipes não eram homens capazes de moderar as suas ambições com as reais possibilidades do reino. O duque de Anjou foi designado por Clemente VII o campeão da causa de Avinhão na Itália e conseguiu ser reconhecido como herdeiro pela velha rainha Joana de Nápoles. Ele rapidamente conquistou o controle da Provença, único resultado tangível de seus projetos quiméricos. Dedicou-se então a pressionar as cortes de Paris e Avinhão com as suas exigências de dinheiro, até ao dia em que um imponente exército francês apareceu em Itália, prenunciando o erro catastrófico de Carlos VIII com cem anos de antecedência. Ele falharia contra Carlos de Durazzo, sobrinho deserdado da rainha Joana, e morreria na Itália em 1380. Sua esposa, Maria da Bretanha, filha de Carlos de Blois, continuou a luta em nome de seu filho Luís II de Anjou, mas não teve sucesso. .nenhuma participação no governo da França.

As ambições de Filipe, o Ousado, não eram, no momento, tão elevadas. Ele estava ansioso para governar na Flandres, embora o seu sogro, muito desconfiado, o tivesse marginalizado sistematicamente. Por outro lado, Luís de Male, apesar da sua política de entendimento com a Inglaterra, sentiu mais uma vez a oposição das cidades drapeadas que o rodeavam. Desde 1830, a agitação em Gante e a sua rivalidade com Ypres, o outro grande centro industrial, bem como o ódio acumulado contra os grandes banqueiros de Bruges, protegidos pelo conde, ameaçavam colocar graves problemas. Quando a revolta de Gante eclodiu na primavera de 1381, a cidade elegeu como seu líder o neto do ditador de 1340, Philip van Artevelde, que imediatamente pediu ajuda militar e económica à Inglaterra. Luis de Male foi obrigado a pedir o apoio do genro; Este, por sua vez, alertou o Conselho Real, uma vez que cabia ao reino de França como tal exercer vingança contra os Ghent, aliados dos ingleses. Decidiu-se enviar uma expedição militar, que segundo a vontade de Felipe, deveria ser poderosa e devastadora.

Mas poderia o reino Valois arcar com os custos? Desde a morte de Carlos V, as dificuldades financeiras pioraram. A abolição dos impostos sobre incêndios levou os franceses a acreditar que nenhuma "fiança extraordinária" seria imposta novamente, enquanto os cobradores de impostos continuavam a cobrar impostos indiretos, impopulares pelas suas irregularidades. Dada a ameaça de revoltas, em Novembro de 1380 os impostos tiveram de ser suspensos, renunciando mesmo à cobrança de atrasados. Privado de recursos, o governo dos tios do rei recorreu às assembleias locais, que estabeleceram as suas condições. Em março de 1381, os Estados do Languedoïl, renovando a sua acção durante os dias mais sombrios do reinado de João, o Bom, concederam um imposto sobre os incêndios, válido por um único ano, com a condição de que o controlo do fogo lhes cabesse e. uso do imposto e que o governo proclamou um novo decreto reformador contra os notários e juízes reais e contra as jurisdições especiais do condestável, dos marechais e dos camareiros do *Hôtel* . Assim que precisou de recursos, a realeza não conseguiu proteger os seus funcionários da impopularidade. Mas estas concessões não foram suficientes. Houve revoltas generalizadas contra os odiados cobradores de impostos: em Rouen, o " *Herelle* " estourou em fevereiro de 1382, a partir do momento em que começou a cobrança de um suplemento ao tamanho; Em Paris, no dia 1º de março, dia em que deveria começar a cobrança de um imposto sobre as mercadorias, extraído de uma assembleia de burgueses assustados, o povo se rebelou, saqueou o Arsenal, apreendeu as maças de chumbo e perseguiu e assassinou os agentes fiscais . Com grande dificuldade, alguns burgueses influentes, como Jean des Marés, fizeram a mediação entre a corte e os *Maillotins* e conseguiram, em troca da abolição do imposto, a normalização da situação. O exemplo foi seguido em quase todas as cidades do domínio, especialmente na Ile-de-France. Languedoc, uma região onde as exigências do Duque de Berry não criaram exactamente um clima de pacificação, foi afectada pelos mesmos problemas. Béziers revoltou-se e, o que foi mais grave, o mesmo aconteceu com as zonas agrícolas. As gangues *Tuchins* espalharam o terror na área.

Foi na véspera da expedição contra Flandres; Reprimindo a indignação, os tios do rei praticaram uma política de apaziguamento e chegaram a acordos com os rebeldes. À força de lisonjas e promessas, obtiveram pequenos subsídios, alguns milhares de francos em Paris, algumas centenas de homens de armas na Normandia. Para conseguir o resto, recorreram a empréstimos. Com tão escassos meios, as forças francesas equiparam-se e, sob a liderança eficaz de Filipe, o Temerário, conseguiram esmagar as milícias de Gante na planície de Roosebeke, na Flandres marítima, em 27 de novembro de 1382. Soldado de Philip van Artevelde, morto em Após a batalha, a cidade de Gante continuou a luta, embora reduzida à defensiva, sustentada apenas pela esperança da chegada de alguns contingentes ingleses solicitados pelo seu “almirante” Frans Ackerman. Filipe, o Ousado, só precisou desta lição para ter a certeza de que já controlava a situação na Flandres.

Ao regressar da expedição vitoriosa, os tios do rei tentaram assimilar as revoltas urbanas com a de Flandres. Os pesados encargos de guerra que os aliados de Gante teriam de pagar corresponderiam a um castigo exemplar para as cidades do domínio. Em Paris, Jean des Marés foi executado por ter tentado conciliar ordem e revolta; No futuro, o reitor de Paris, agente do rei, exerceria o reitor dos mercadores, bem como todos os privilégios

municipais, confiscados pela coroa. Enormes multas colectivas foram impostas a cidades como Paris, Rouen, Laon, Orléans e Reims. Languedoc teve que pagar 800.000 francos para obter o perdão. Além disso, os impostos sobre as mercadorias, especialmente o sal e o vinho, foram rapidamente reintroduzidos em todo o reino, com as mesmas taxas de antes. Pouco depois, o mesmo aconteceu com os impostos sobre incêndios. Agora, nem se considerou necessário consultar os Estados. Numa extensão ainda maior do que no tempo de Carlos V, os impostos tornaram-se permanentes e, além disso, esmagadores. Mas o país, aterrorizado, não se atreveu a protestar.

Em relação ao conflito franco-inglês, que continuou a arrastar-se após o fracasso do Congresso de Bruges, a política dos tios do rei, tal como a dos conselheiros de Ricardo II, e pelas mesmas razões, oscilou entre um pacifismo tímido e um ligeira belicosidade. A obtenção da submissão do duque da Bretanha, em abril de 1381, através do segundo tratado de Guérande, tinha sido um sucesso parcial, uma vez que os ingleses, proprietários de Brest, não desocuparam a cidade. A partir de então, e de vez em quando, falou-se em paz e negociaram-se breves tréguas. As conversas foram confiadas a simples subordinados — do lado francês, ao bispo de Bayeux, Nicolás Dubosc —; Realizaram-se durante algumas semanas na pequena cidade de Leulingen, na fronteira da Picardia e Boulonnais, e foram finalmente adiados sem que se alcançasse qualquer resultado. De vez em quando, pensava-se em promover operações militares, mas apenas, ao que parece, baseadas nos assuntos flamengos, tão importantes para o espírito de Filipe, o Temerário. Em 1383, um exército francês veio ao encontro do bispo de Norwich e seus contingentes de Ghent, forçou-os a levantar o cerco de Ypres e comprou o reembarque dos ingleses. No ano seguinte foram as guarnições francesas que, após a esperada morte de Louis de Mâle, ocuparam a Flandres Ocidental, tomaram o porto de Damme e estabeleceram um bloqueio apertado a Gante, até ao dia em que, em Dezembro de 1385, a grande cidade submeteu-se ao seu novo senhor, o duque de Borgonha, através da paz de Tournai. Parece que foi a partir deste momento que Filipe, o Ousado, satisfeito em deter uma herança há muito desejada, permitiu ao governo de Carlos VI levar a cabo uma política mais independente e mais especificamente francesa. Nesta altura promoveu a preparação de uma grande invasão da ilha inglesa, para a qual, durante o verão de 1385 e durante o inverno de 1386-87, foram realizadas grandes concentrações de homens, navios, materiais e abastecimentos. Portos normandos, em meio ao terror dos súditos de Ricardo II. Enormes despesas foram incorridas. Poder-se-ia pensar que a guerra iria alterar a sua forma, situando-se actualmente no mesmo terreno do antigo invasor.

Sem sabermos por que motivos, a expedição foi esquecida. As possíveis razões para tal podem ser argumentadas que a aventura foi demasiado arriscada e as forças disponíveis eram insuficientes, ou que Filipe organizou esta armação espectacular apenas para assustar a Inglaterra, considerando-se satisfeito em obter a retoma do comércio de lã entre a ilha e a Flandres. . São hipóteses simples. O que parece certo é que, em todos os momentos, a política francesa serviu os interesses do duque de Borgonha e teve os Países Baixos como ponto de referência fundamental. Assim que se tornou senhor da Flandres, Filipe, o Temerário, voltou-se para o ducado de Brabante, que, com as suas extensões no Limburgo e no "país além do Mosa", controlava quase toda a grande rota comercial que ligava as fozes

do Escalda com Colônia. A velha duquesa Joana não teve filhos do casamento com o duque Venceslau do Luxemburgo. A ideia era distanciar os luxemburgueses da sucessão, prestar todo o tipo de serviços à duquesa e obrigar os brabanzones, apesar das suas advertências contra os flamengos, a colocarem-se sob a tutela da Borgonha. Uma primeira manobra permitiu, em 1385, obter o apoio dos Wittelsbach, que, detentores dos ducados da Holanda, Zelândia e Hainaut, poderiam ser os árbitros da luta nos Países Baixos. Uma dupla aliança matrimonial uniu os filhos de Filipe aos de Alberto da Baviera. E, para comprometer ainda mais a monarquia francesa com esta política, a sobrinha de Alberto, Isabel da Baviera, foi escolhida como esposa de Carlos VI (julho de 1385). Filipe acreditava que esta alemã fresca e robusta, ignorante dos costumes refinados da corte Valois e que dominava o seu fraco marido através de uma sensualidade quase animalesca e de uma maternidade frequente, serviria de instrumento nas suas mãos. Esta rainha, que a história conhecerá como Isabel, ainda não tinha mostrado as suas verdadeiras capacidades ao astuto duque de Borgonha.

Uma última manobra iria minar o governo dos tios do rei, ou mais precisamente, o de Filipe. A Duquesa de Brabante, nas suas terras do outro lado do Mosa, teve de enfrentar a hostilidade do Duque de Giieldres, filho do Duque de Juliers, e ameaçou ver as suas propriedades diminuídas pelas ambições dos Brabanzons. O duque, um jovem louco, tornou-se amigo de Ricardo II e entrou, através de pagamentos, na vassalagem dos ingleses. Ele teve a ideia extravagante de lançar um desafio insultuoso contra Carlos VI. Filipe envia imediatamente uma expedição de retaliação ao conselho real, o que só o beneficiaria. O rei tinha vinte anos nessa época e estava ansioso por glória e combate. Mas, realizada pelas Ardenas e pelo país do Meuse, a expedição contra Gelderland (1388) nada mais foi do que uma enfadonha excursão militar, interrompida pelas chuvas de outono.

No caminho de volta a Reims, ocorreu o golpe de estado (3 de novembro). O reitor dos conselheiros do rei, Pierre Aycelin de Montaigu, cardeal de Laon, proclamou o rei maior de idade e pediu-lhe que governasse pessoalmente. Carlos agradeceu os serviços prestados aos tios, que tiveram a audácia de lhe exigir uma indemnização pelos desembolsos feitos ao serviço do soberano. Seus serviços foram dispensados e eles foram, na verdade, removidos do conselho do rei. A mudança foi preparada por uma trama muito bem arquitetada. A rainha, que não suportava a tutela da Borgonha, não devia ser uma estranha a ela. A alma da conspiração era o irmão do rei, Luís, duque de Touraine e mais tarde de Orleans, um jovem efebo de dezoito anos, que reivindicava um papel de liderança. Se Carlos, até agora, tinha demonstrado falta de força de vontade, Luís tinha-a para ambos; no ano anterior, o Papa de Avinhão havia negociado seu casamento com a filha do rico senhor de Milão, Valentina Visconti, que trouxera como dote o condado de Asti e sólidas esperanças à herança milanesa. O irmão do rei queria ocupar um lugar preferencial, perante os seus tios, que até então o tinham afastado do poder e da riqueza. Ao seu redor estava o grupo compacto dos antigos conselheiros de Carlos V, relegados desde o início do reinado a posições subalternas, e que se exasperavam com a pilhagem de rendimentos a favor dos tios do rei e dos seus favoritos. Nem todos eram homens de baixo status, “ *saguis* ”, como eram ironicamente chamados. Havia entre eles prelados, como Nicholas Dubosc, homens de guerra, agrupados em torno do condestável Olivier de Clisson, do almirante Jean de Vienne e do visconde de Melun; Estiveram também senhores, como o Bureau de la Riviére,

e advogados, como os especialistas financeiros Jean le Mercier e Jean de Montagu, que ascenderam ao cargo de "superintendente de finanças" do *Hôtel* .

Donos do concelho e de todos os cargos administrativos importantes, os Marmousets formaram uma equipa coerente e entusiasta, que Carlos VI, que já demonstrava a sua fragilidade, deixou governar à vontade. Estes não eram revolucionários; O seu ideal era regressar à administração prudente de Carlos V. Não propuseram, por sua vez, nenhuma reforma profunda; As grandes portarias que promulgaram, entre Fevereiro e Março de 1389, nada mais fizeram do que reiterar as normas esquecidas nos últimos oito anos, especificando e completando a organização e funcionamento de todos os serviços públicos. Queriam, acima de tudo, evitar o regresso à vida fácil e à arbitrariedade dos príncipes. O conselho consistia de apenas doze membros, unidos por um juramento de amizade e pela promessa de trabalhar juntos para o benefício do reino. Para evitar o favoritismo, o conselho foi responsável pela eleição dos principais funcionários centrais, oficiais de justiça e senescais; O Parlamento ficaria encarregado de eleger os seus membros, por cooptação. Foi abordada a especialização das engrenagens do aparelho financeiro, que se tornou muito importante durante um quarto de século. Foi assim que o corpo de funcionários gerais que administrava todas as finanças extraordinárias foi dividido em dois grupos, um de administradores e outro de juízes, que constituíram o Tribunal de Ajuda. Da mesma forma, surgiu no corpo dos Tesoureiros um tribunal contencioso encarregado da administração do domínio real, o Tribunal da Fazenda. Finalmente, seguindo o conselho de Nicolás Oresme, procurou-se regressar à boa cunhagem monetária do reinado anterior, ligeiramente alterada pelos tios do rei.

Esta organização saudável dos serviços monárquicos foi seguida por um expurgo administrativo. Os homens distanciaram-se dos príncipes do Parlamento, da Câmara de Contas e da administração da ajuda, da moeda, do tesouro e das florestas. A principal vítima foi o chanceler Pierre de Giac, ex-servo do duque de Berry. Cinco comissários reformadores foram encarregados de percorrer as províncias, corrigir os danos causados, pôr fim aos abusos, acabar com os funcionários prevaricadores e substituí-los por "pessoas decentes", e investigar, finalmente, as alienações fraudulentas do domínio . Como a tarefa, cujos vestígios remontam a 1395, parecia lenta e delicada, considerou-se necessário realizar imediatamente um golpe de Estado. No final de 1389, os Marmousets levaram o rei para Languedoc, que havia sido saqueado pelos duques de Anjou e Berry. Todos puderam apresentar suas reclamações ao conselho do rei. O duque de Berry foi afastado da tenência, sendo substituído por Gaston Phoebus, conde de Foix; um dos comissários mais odiados do duque, Bétizac, originário de Béziers, encarregado das finanças do Languedoc, foi feito prisioneiro. Como sua contabilidade estava em ordem, ele teve de ser acusado de ser albigense e foi queimado na fogueira como herege.

Finalmente, os Marmousets esforçaram-se por alcançar a reconciliação com a burguesia parisiense, privada, desde 1383, de todas as suas liberdades municipais. O direito de ter o seu “ *echevinagc* ” não foi restaurado. [3] seus direitos de justiça. Mas os poderes ediciliares foram retirados do reitor de Paris e confiados a uma "guarda do gabinete do reitor dos mercadores". Jean le Mercier colocou neste novo cargo seu sobrinho, Jean Jouvenel, de Troyes, personagem ainda de pouca relevância, mas bom administrador.

Por mais odiado que fosse o governo dos tios do rei, o dos Marmousets também não era muito mais popular. A opinião pública sonhava com reformas profundas, desejava a redução da carga fiscal, a redução do número de funcionários públicos e a supressão do absolutismo administrativo. Foi-lhes oferecido apenas o processo por abusos e reformas administrativas. Em particular, a principal reclamação veio da manutenção intacta da tributação opressiva. Por mais severos que fossem os administradores, e por vezes até preocupados com a sua própria sorte - foi o caso de Clison - os Marmousets precisavam de dinheiro para o rei e o seu irmão. Luis era muito ambicioso e obteve doações, pensões e domínios; Em junho de 1392, ele trocou seu Appanage de Touraine pelo mais rico Ducado de Orleans. E, o mais importante, arrastou o rei para uma vida de festas e entretenimento, na qual os recursos do reino eram gastos. A adesão dos jovens príncipes de Anjou à cavalaria serviu de pretexto, em 1389, para algumas celebrações esplêndidas e caríssimas. A viagem ao Languedoc foi também uma sucessão de festas, pelo que uma medida que tinha sido concebida para aliviar a situação dos habitantes do Languedoc apenas serviu para aumentar os seus encargos, pois, uma vez terminada a reserva do tesouro, tornou-se necessário aumentar o imposto e desvalorizar a moeda monetária para fazer face às despesas. As festividades continuaram: torneios, banquetes, embriaguez, danças, até chegar à famosa "dança dos queimados", que fez luto pela corte em janeiro de 1393. É conhecido o trágico incidente em que um grupo de cortesãos, vestidos de animais selvagens, acorrentados juntos e com os corpos untados de piche e cobertos de estopa, pegaram fogo ao contato com uma tocha, transformando-se numa terrível fogueira. O rei milagrosamente conseguiu escapar da morte.

A vida de prazeres que se levava no palácio de São Paulo não era a mais adequada para incutir no jovem Carlos VI o sentido dos seus deveres e responsabilidades. Aos vinte e quatro anos ele ainda era um menino grande, despreocupado, caprichoso e dócil, o que contrastava tremendamente com a maturidade precoce do pai. Ele não governou e só lutou quando seus conselheiros o recomendaram. As lições de Philippe de Meziéres, que queria fazer dele um bom administrador, um bom cavaleiro, um bom cristão, que teria sido eleito líder das futuras cruzadas, não tiveram efeito sobre este espírito fraco, de quem se poderia afirmar com total precisão de que seria um "eterno menor". Sua aparência física era agradável, louro, de rosto inexpressivo, atlético e belicoso, mas cuja saúde, diminuída por uma forte carga hereditária, não aguentava por muito tempo a vida na corte. Alguns desconfortos e colapsos nervosos foram avisos que, infelizmente, não foram levados em conta. De repente, no verão de 1392, ocorreu uma catástrofe. O omnipotente Olivier Clisson acabava de escapar a um ataque cujo autor, Pierre de Craon, se refugiou na Bretanha. O duque João IV, que há muito estava em desacordo com os Clissons, foi acusado de ser o instigador do culpado. Apesar do conselho de seus tios, Carlos VI acolheu favoravelmente a reivindicação do policial e decidiu ir pessoalmente punir duramente seu vassalo bretão. Não é necessário recordar em detalhes um incidente doloroso, tantas vezes relatado. O exército cavalgou lentamente pelas planícies do Maine, em 5 de agosto, sob um sol escaldante. Na beira de uma floresta apareceu um louco, que foi autorizado a chegar onde o rei estava. Ele agarrou as rédeas do cavalo e gritou coisas incoerentes para ele, garantindo-lhe que foi traído. Carlos ficou chocado com o incidente. O calor e a luz ofuscante fizeram a

armadura brilhar, e o impacto de uma lança contra a armadura levou o rei a um ataque de loucura furiosa. O rei atacou sua comitiva e quis atingir todos. Ele mal estava controlado. Os duques de Berry, Bourbon e Borgonha, que compareceram ao local naquele mesmo momento, ordenaram a supressão da expedição. O paciente passou da fúria à letargia. Ele permaneceu imóvel, sem reconhecer ninguém e balbuciando coisas incompreensíveis. Foi transferido para a capital e condenado a descansar em Créil. A tranquilidade e a suavidade do clima provocaram uma melhoria muito rápida. Em setembro ele parecia ter se recuperado. Foi uma simples pausa. No ano seguinte ocorreu uma nova crise que o deixou prostrado por várias semanas, embora tenha se recuperado novamente. Aos poucos, as recaídas tornaram-se mais numerosas e duradouras e os períodos de lucidez mais curtos. Tudo foi feito para conseguir a sua cura, recorrendo tanto a médicos como a charlatões, todos os medicamentos foram experimentados, foram feitas acusações de bruxaria, o povo rezava com todo fervor - temia que estivesse enfeitiçado ou possuído - e organizavam-se romarias. A grande monarquia francesa já estava encarnada num rei louco, joguete de todas as intrigas, um fantoche fraco, cujo nome serviria para satisfazer as ambições mais ignóbeis e, o que constitui a maior tristeza, ainda viveria trinta anos.

Já durante o primeiro ataque de loucura em 1392, os tios do rei aproveitaram a oportunidade para se vingar, para pôr fim a quatro anos de queda oculta em desgraça, que prejudicaram tanto os seus interesses como a sua auto-estima. A equipe governante foi forçada a abandonar. Bureau de la Riviére e Jean le Morder, culpados de terem enfrentado o duque da Borgonha em mais de uma ocasião, foram presos, condenados e posteriormente anistiados; Jean de Montagu fugiu para Avinhão e o cavaleiro Bégue de Vdlaines fugiu para Castela, embora tenham regressado mais tarde, quando a tempestade se acalmou. O policial, bode expiatório da ira dos príncipes e da emoção popular, refugiou-se em seu castelo bretão de Josselin. A ação contra ele foi ainda mais dura. Ele perdeu o cargo, foi banido como "falso e malvado traidor" e teve que pagar uma multa enorme. Os restantes Marmousets mantiveram-se nos seus cargos e conseguiram manter a sua influência benéfica nos diversos mecanismos da administração até ao final do século. Mas foram obrigados, a partir de então, a ceder às ambições dos tios do rei, tal como haviam feito anteriormente com o único irmão do rei. A monarquia estava caminhando para a ruína e a anarquia.

III. PAZ OU VERDADEIRAS LONGA?

A recuperação do poder pelos Marmousets em França, no mês de Novembro de 1388, tal como a vitória dos barões ingleses sobre os favoritos do rei alguns meses antes, teve grande influência nas relações franco-inglesas, inclinando-as progressivamente para a paz. Os barões ingleses proclamavam-se fomentadores da guerra, mas precisavam de uma atmosfera de paz para afirmar a sua intervenção no governo, bem como para aliviar os encargos financeiros levantados pelas queixas dos Comuns. Até então tinham boicotado as negociações e rejeitado as mediações. Quando, em novembro de 1386, o rei fugitivo da Arménia (isto é, da Cilícia), Leão V, chegou a Londres para solicitar a conclusão da paz e

propor uma cruzada franco-inglesa contra os otomanos e os mamelucos, foi educadamente rejeitado. . Outra tentativa de mediação realizada por Alberto da Baviera, conde da Holanda, sogro dos filhos de Filipe, o Temerário, teve o mesmo destino na primavera de 1387. Ainda havia algum ressentimento contra os Valois por terem espalhado o pânico em A Inglaterra através dos seus grandes preparativos militares e da desconfiança nas ofertas de mediação interessadas foi grande. Em 1388, a situação já não era a mesma. Os barões ingleses, já seguros do seu poder mas sentindo-se incapazes de fazer face aos custos de uma política belicosa no continente, modificaram os seus planos e a sua doutrina. Em agosto, o conselho baronial pôs fim às últimas resistências, especialmente a do duque de Gloucester, e votou a favor das negociações. As conversações de paz foram retomadas em Novembro, em Leulinghen, local habitual, ao mesmo tempo que os Marmousets chegaram ao poder. Como ex-conselheiros de Carlos V, recordaram os esforços desesperados feitos pelo prudente rei nos últimos meses do seu reinado para conduzir os ingleses à paz, e, fiéis à política do seu antigo senhor, quiseram retomá-los, por. pelos mesmos meios, com as mesmas condições e com a esperança de alcançar um resultado positivo nesta ocasião.

Em 18 de junho de 1389, foi assinada uma trégua de três anos, um prelúdio para uma reconciliação mais duradoura. Foi a primeira vez em vinte anos que foi decidida uma suspensão tão longa das hostilidades. Este prazo não era descabido para poder debater as condições muito confusas de uma paz definitiva. Nos anos seguintes, realizaram-se inúmeras conversas, por vezes reservadas a especialistas pouco conhecidos e outras vezes, como ocorreu em Amiens na primavera de 1392, com os príncipes de ambos os lados: os duques de Lancaster e York, do lado inglês. , e os da Borgonha, Berry e Bourbon, do lado francês. Não faltaram dificuldades preliminares, superadas pela respectiva boa vontade dos adversários. Em 1391, já havia ocorrido a evacuação de todas as localidades bretãs, com exceção de Brest, pelas guarnições inglesas. O de Cherbourg demorou mais para ocorrer. Ricardo II usou escrúpulos de consciência como pretexto para entregar o cargo a Carlos, o Nobre, filho e sucessor de Carlos, o Mau, uma vez que este príncipe havia reconhecido o Papa de Avinhão e era um cismático inveterado. Foi realizada, porém, em 1393. Enquanto isso, os mesmos termos de paz eram especificados. Ao contrário do que se poderia esperar, a questão da soberania já não era, como tinha sido no passado, o maior obstáculo ao entendimento. Abandonando a posição intransigente que Eduardo III manteve durante meio século, esquecendo a lição do Tratado de Calais e dos apelos gascões, os conselheiros de Ricardo II aceitaram que o seu senhor emprestasse vassalagem ao rei de França para a Aquitânia. Apenas estabeleceram como condição que a fórmula e as obrigações do tributo fossem definidas e estritamente limitadas, exclusivamente à fórmula do tributo simples, o que nada comprometia; Os franceses, pelo contrário, sempre se referiram à homenagem gratuita, como a de qualquer outro vassalo da coroa. Foi uma forma de transformar o problema, sem resolvê-lo. As dissensões foram ainda mais graves no que diz respeito às concessões territoriais. Os ingleses queriam recuperar a Aquitânia, tal como acontecera no tempo do Príncipe Negro. De todas as conquistas de Carlos V, só reconheceram a de Ponthieu, que foi sem dúvida muito pequena. Todo o resto teve de ser devolvido a eles, imediatamente ou mais tarde, embora eles permitissem que o duque de Berry ficasse com Poitou enquanto vivesse. Confrontados com pretensões tão exorbitantes, tendo em conta o

controlo efectivo que Ricardo II exerceu sobre uma Aquitânia diminuída, Carlos VI, e especialmente os seus tios, foram além das concessões convenientes. Prometeram a rendição de Saintonge, do condado de Angoulême, de Agenais, de Quercy e até de Rouergue, mantendo apenas Poitou, Limousin e Ponthieu das conquistas feitas desde o reinício da guerra. No mínimo, exigiam a devolução de Calais e o desmantelamento da praça. Mas, para facilitar o acordo, propuseram mesmo uma indemnização de guerra, como relíquia do resgate de D. João, que ascenderia a 1.200.000 escudos, que imediatamente aumentou para 1.400.000 escudos. Os negociadores ingleses, apegados aos seus pedidos, rejeitaram as ofertas tentadoras que lhes foram feitas pelos duques da Borgonha.

Mais uma vez, a paz foi comprometida no momento em que parecia alcançada. Uma nova ruptura teria ocorrido se não fosse um homem determinado a chegar a um entendimento a qualquer custo. Este homem não era outro senão o rei da Inglaterra. O esplendor da corte Valois e a aparência do absolutismo da monarquia francesa fascinaram este jovem autoritário. Duvidando de sua própria força, ele não se viu capaz de livrar-se da tutela de seus barões, exceto com a ajuda de Carlos VI. Desde 1386, quando o duque de Gloucester falara em depô-lo, ele ameaçara o tio com a vingança do rei da França. Desde então, a ideia estava em sua mente, deixando-o impaciente para reinar. Em maio de 1389, repetiu o gesto pelo qual Carlos VI marginalizara os seus tios seis meses antes. Uma proclamação anunciou aos seus súbditos que, no futuro, governaria sozinho, visto que já tinha vinte e dois anos, e depois de uma minoria demasiado longa. Teve o cuidado de não marginalizar abruptamente os barões, que ainda estavam unidos e poderosos. Ele os manteve em seus cargos dentro do conselho, mas preencheu todos os cargos subordinados com defensores convictos do absolutismo monárquico. Conscientemente, ele imitou Carlos VI e, mais tarde, quis reconciliar-se com ele. Um luto privado serviu finalmente de pretexto para atingir o seu objetivo. Em junho de 1394, a rainha Ana morreu prematuramente. Embora não lhe tivesse dado filhos, Ricardo a amava profundamente, por isso a princípio ela ficou inconsolável. Ele ordenou a destruição de seu palácio em Sheen - no sudoeste de Londres, no atual bairro de Richmond - onde se desenvolveram os anos felizes de sua vida de casado. Passada a primeira dor, ela pensou que a viuvez poderia servir às suas propostas políticas.

Qualquer que seja o julgamento feito sobre Ricardo II, a obstinação que ele manifestou em manter os seus pontos de vista não pode ser negada. Ele queria a paz, mas isso parecia impossível dadas as contradições nas exigências territoriais. Há muito que desejava ter uma entrevista com Carlos VI, que já tinha sido discutida em 1390, embora esta fosse continuamente adiada devido às constantes recaídas do rei de França. Ele rejeitou as sugestões dos papas de Roma, primeiro de Urbano VI e depois de seu sucessor Bonifácio IX, que o instaram a renovar sua aliança com Venceslau da Boêmia e a travar guerra juntos contra os cismáticos de Valois. Nesta altura, propôs uma nova solução, desafiando a impopularidade que poderia provocar entre os seus súbditos: a reconciliação poderia ser selada através do casamento com uma princesa francesa e da conclusão de tréguas duradouras. Em março de 1395, uma embaixada liderada por seu favorito Robert Waldby, arcebispo de Dublin, e seu primo Eduardo de York, conde de Rutland, chegou a Paris para pedir ao seu senhor a mão de Elizabeth, filha de Carlos VI. O obstáculo da diferença de

idade não surgiu, embora Ricardo tivesse cerca de trinta anos e Isabel ainda não tivesse cinco. E, para causar uma melhor impressão no seu futuro sogro, Richard decidiu, com grandes despesas, mas sem realmente iniciar hostilidades, reduzir à obediência os chefes dos clãs irlandeses, que ficaram chocados com a pompa e a quantidade do dinheiro. aparato militar usado. O casamento ocorreu por procuração, em Paris, em 9 de março de 1396. Foi acordado que todos os barões ingleses subscreveriam os acordos entre as duas monarquias, que Rutland também se casaria com uma princesa francesa, que as tréguas de Leulinghen, desde então renovadas em diversas ocasiões, seriam prorrogados por mais vinte e sete anos. A paz, embora não formalmente concluída, foi garantida pelo menos durante uma geração, uma vez que se esperava que as hostilidades não recomeçassem até o ano de 1423.

Finalmente, ocorreu o encontro entre Carlos VI e Ricardo II, entre Calais e Ardres, em 17 de setembro de 1396. O rei da Inglaterra chegara lá há um mês, impaciente para conhecer sua nova esposa. A entrevista, como convinha à ocasião, foi rodeada de esplêndidas festividades. Os tios de ambos os reis, assim como alguns barões condecorados, juraram amizade. Ricardo prometeu tudo o que lhe foi pedido e afirmou-se como um defensor da política francesa na Europa; prometeu forçar o Papa de Roma a renunciar, para acabar com o cisma; Prometeu ajudar o sogro na Itália, na expedição contra a Lombardia que a corte de Valois estava planejando; Ele também devolveu Brest ao duque da Bretanha. Mas não houve ninguém no seu próprio país que defendesse e defendesse esta política. Apenas João de Lancaster, agora idoso, aprovou isso. Depois de ter comutado as suas reivindicações espanholas por uma pensão substancial do rei de Castela e de ter, desde 1389, o ducado da Aquitânia vitalício, o duque desejou a paz; Ele apenas aspirava obter o reconhecimento de seus filhos bastardos de sua união com sua amante, com quem mais tarde se casou, Catherine Swynford, e dotar seus filhos, que receberam o nome do senhorio angevino de Beaufort. Após sua morte em fevereiro de 1399, Ricardo ficou sem apoio. A manutenção de uma política pró-França dependia unicamente da capacidade do soberano de manter o seu trono.

A reconciliação, por outro lado, permaneceu incompleta, uma vez que não foi assinada nenhuma paz para delimitar as fronteiras e estabelecer os direitos recíprocos dos antigos adversários. Routiers e mercenários, que não se resignaram à completa inatividade, continuaram a fazer guerra nos territórios disputados, como sempre acontecia em tempos de tréguas. A Chancelaria inglesa, com as suas fórmulas ambíguas, não escondeu o seu constrangimento face a uma falsa situação. O mesmo personagem que, durante algum tempo, foi designado como “adversário da França”, passou a ser descrito como “primo da França” e, mais tarde, “pai da França”. Mas continuou a ser-lhe negado o título de rei de França, que o seu genro continuou a deter, embora completamente vazio de conteúdo.

Ricardo, pelo menos, alcançou assim um objetivo há muito acalentado, já que seus barões o haviam humilhado dez anos antes. Ele tinha funcionários zelosos e a maioria dos prelados ao seu lado, já que nomeava pacientemente bispos leais. Ele havia recrutado uma guarda de arqueiros e soldados em Cheshire, prontos para intervir a qualquer momento. O dote de Isabel encheu-lhe os cofres. Bastou um gesto, realizado em julho de 1397. Os principais dirigentes do partido dos barões foram presos, alguns exilados e outros mortos.

O duque de Gloucester, transferido para Calais, foi ali assassinado por ordem do rei. O Arcebispo Thomas Arundel retirou-se para Roma. Um parlamento servil assumiu a tarefa de impedir a retomada da oposição baronial. Inicialmente convocada em Londres, a sua longa sessão terminou em Shrewsbury. Para não ser obrigado a reunir uma nova assembleia, Ricardo obrigou-o a abdicar das suas funções perante uma comissão de dezoito membros, que se reuniria se necessário. Foram impostas garantias terríveis, como a excomunhão contra possíveis traidores, o juramento solene imposto a todos os súditos, pesados encargos impostos aos dezassete condados do leste e do sul, que anteriormente apoiavam os barões: são estas as famosas "cartas" "em branco" que foram obtido à força de muitas pessoas, através do qual o interessado se reconhecia devedor ao rei por uma quantia que ficava em branco, e que seria preenchida em caso de rebelião. A certa altura, a aristocracia parecia controlada, conquistada para a causa real através da distribuição indiscriminada de títulos entre os seus membros – ducados, marquesados e condados. Ricardo anunciou triunfantemente o restabelecimento da autoridade real, isto é, do absolutismo, a todos os soberanos da Europa. E para que ninguém se deixasse enganar, solicitou a Bonifácio IX a canonização do seu bisavô, o rei Eduardo II, traiçoeiramente assassinado pelos barões rebeldes, tal como anulara todas as sentenças proferidas em 1327 contra os Despensers.

Toda esta política trazia os seus riscos. Ele cometeu o erro de punir duramente seu primo e herdeiro masculino mais próximo ao trono, Henrique de Lancaster, conde de Derby, muito recentemente duque de Hereford. Quando surgiu uma disputa entre Hereford e um barão pró-rei, o duque de Norfolk, Ricardo baniu os dois rivais, na esperança de privar Lancaster de sua enorme herança, confiscada em benefício da coroa. O exilado chegou à França em 1398, onde o seu comportamento arrogante não foi levado a sério. Estabeleceu uma grande amizade com Luis de Orleans. Mas ele começou a conspirar junto com outras vítimas e mandou chamar o Arcebispo Arundel a Roma. Acima de tudo, ele acompanhou cuidadosamente o desenvolvimento dos acontecimentos na Inglaterra. Os ressentimentos contra Ricardo foram-se acumulando, graças às suas precauções excessivas, à sua aparência de tirano, à brutalidade da sua guarda pretoriana e à ideia desastrosa de prolongar a vida do Parlamento através de uma comissão restrita. Na primavera de 1399, acreditando estar consolidando sua autoridade, foi pela segunda vez punir os turbulentos chefes irlandeses. Assim que partiu, o duque de Lancaster desembarcou na Inglaterra com um punhado de exilados e mercenários, na praia de Ravenspur, proclamando abertamente que viera apenas para se encarregar da herança de seu pai. Todos ficaram do seu lado, incluindo o seu tio, o duque de York, que fora nomeado regente na ausência do rei. Ricardo estava perdido.

4. A PREPONDERÂNCIA FRANCESA NA EUROPA

Enquanto esperavam que as suas consequências, em princípio desastrosas para a França, se manifestassem claramente, as convulsões políticas em que a Inglaterra estava imersa apenas reforçaram, pelo contrário, o prestígio dos Valois. Visto de dentro, o reino parecia

enfraquecido pela loucura de seu rei, pela miséria persistente das áreas rurais e pelas brigas nascentes entre os príncipes. Mas, por fora, ainda dá uma impressão de força. Que outro Estado na Europa poderia rivalizar com ele nestes momentos finais do século, quando tudo parece estar vacilante? Nem o papado, ainda dividido por um cisma entre dois pontífices rivais, nem o Império, no qual os príncipes, cansados de Venceslau, indolentes e bêbados, o haviam deposto e substituído por Roberto, conde do Palatinado, pretendente sem poder, nem a Inglaterra, finalmente, afundados mais uma vez numa terrível revolução dinástica. O trono dos Valois permaneceu, portanto, o mais sólido da cristandade, apesar do seu infeliz rei.

Mesmo com a saúde precária, as festividades foram retomadas no palácio de Saint-Paul. Neles, a rainha frequentemente embriagava-se, no meio de suas contínuas gestações. O duque de Orleans encorajou-o a fazê-lo, a tal ponto que muito em breve seriam acusados de serem amantes, de enganarem o pobre monarca louco. Os Wittelsbach, falidos, viveram muito tempo na corte. Todos os príncipes competiam em luxo e prodigalidades. Todos queriam exibir o seu lema, o seu emblema, o seu selo e até a sua própria ordem de cavalaria. Todos os fornecedores da corte, comerciantes de tecidos, joalheiros, agentes, fizeram fortuna ali. Paris gozava de uma prosperidade impressionante, embora fictícia, sem dúvida, reforçada pela presença de banqueiros italianos, que eram, ao mesmo tempo, comerciantes, cambistas, credores de penhores, inquilinos fiscais e fornecedores de fundos. Os florentinos e pisanos das gerações anteriores foram agora substituídos pelos de Lúea, que tinham escritórios nas grandes cidades comerciais, em Bruges e na Itália, enriqueceram ao serviço da corte e, muito em breve, tornaram-se franceses: os Raponde, Cenamme, Spifame, Isbarre, etc. O mais dinâmico de todos, Dino Rapondi, tornou-se o todo-poderoso "factotum" de Filipe, o Ousado.

Uma vida refinada e culta rodeava os palácios principescos. Quase nada nos sobreviveu das residências privadas, monumentos públicos e igrejas construídas na época de Carlos VI. Talvez não fossem muitas, pois estas construções exigiam tempo e dinheiro, que não eram abundantes. O mecenato foi exercido de outra forma, adquiriu outras características artísticas. Mais fugazes e mais valiosos sendo de menor volume: tapeçarias, serralharias, miniaturas, pinturas. Os pintores franceses, já libertados da influência italiana e avignon e ainda não absorvidos pelo estilo flamengo, formaram então uma escola original, sempre muito próxima da gravura.

Foi nesta época que Jean de Limbourg fez, para o refinado e sumptuoso patrono que era o Duque de Berry, as pequenas pinturas meticulosas das suas *Riches Heures* , que ainda podem ser admiradas em Chantilly. Foi aos pintores franceses ou da Renânia que Ricardo II se dirigiu, quer para o representar em majestade, no retrato da Abadia de Westminster, quer, como aparece no inefável retábulo da Galeria Nacional, no meio da sua comitiva, de. santos e anjos azuis, todos vestidos com grandes mantos, nos quais aparece profusamente o cervo prateado deitado, emblema do rei da Inglaterra. Testemunhos de uma civilização requintada foram as modas extravagantes lançadas pela corte de França e cuja raridade só se acentuará no início do século XV : capuzes altos com penteados femininos presos a eles, perneiras e gibões pendurados, sedas ornamentadas e vistosas, longos capuzes forrados de pele com grandes mangas de sino, chapéus estranhos e sapatos com biqueira torcida.

A literatura, ainda muito escassa na época de Carlos V, adquiriu novo acento no final do século. Deixemos de lado Froissart, totalmente dedicado ao passado e que escrevia actualmente as suas abundantes crónicas numa linguagem difusa e algo provinciana; mais valioso por seus ensinamentos sobre os sentimentos da sociedade cavalheiresca do que por seu rigor histórico. Os desenvolvimentos ocorreram em outros campos. É verdade que a França de Carlos VI não pode oferecer nada comparável ao primeiro grande poeta nacional que a Inglaterra de Ricardo II conheceu. Mas, embora Geoffrey Chaucer, nos seus Contos de Canterbury, tenha sabido assimilar perfeitamente o petrarquismo ao génio da língua inglesa, foi através da França que conheceu o humanismo italiano: as suas próprias expressões permanecem completamente francesas, o que não tem nada de surpreendente, já que toda a sociedade culta da Inglaterra continuou a falar francês de forma normal. Ao contrário dele, o francês Eustache Deschamps nada mais era do que um rimador da corte, que transferia para suas baladas acontecimentos políticos, militares e religiosos da atualidade. O mais importante é que surgiu então um verdadeiro humanismo francês, na corte de Carlos VI. Através de Avinhão, na corte angevina da Provença, este grupo conheceu Petrarca, pois este se nutria dos clássicos latinos, completava os períodos ciceronianos e escrevia numa língua cuja correcção e elegância eram dignas dos grandes latinistas do século XVI. Deste pequeno grupo de artistas delicados, poucas obras chegaram até nós. A sua separação da rotina universitária é um sinal dos tempos, e que, ao lado de um clérigo como Nicolau de Clamanges, encontramos leigos, como Jacques de Nouvion ou Gontier Col, que foi secretário da chancelaria e servo do duque de Berry . Tudo isto desaparecerá na guerra civil, depois de ter deixado breves vislumbres.

É preciso deixar claro, porém, que a hegemonia francesa, por volta de 1400, não se exerceu apenas no campo da cultura. A monarquia Valois viveu da reputação dos séculos anteriores, aproveitando o impulso que adquiriu, muito superior às forças que realmente possuía. Ele impôs este ritmo a toda a Europa e ainda parecia o líder indiscutível do cristianismo latino. Foi na França que o ideal das cruzadas foi preservado com mais fervor. O cavaleiro Philippe de Meziéres, que, antes de se tornar preceptor do rei, viveu muitos anos no Oriente, como chanceler do reino de Chipre, tornou-se o defensor deste ideal. Acolheu com alegria a reconciliação franco-inglesa e no seu *Sonho do Velho Peregrino (Songe du vieilpélerin)* desenvolveu, à maneira alegórica do seu tempo, os planos de acção combinada que, sob a direcção de Carlos VI, o Ocidente poderia finalmente realizar unificado. A cavalaria francesa não precisou esperar pelas instruções deste visionário para embarcar na aventura; Como as tréguas e a situação de guerra latente a deixaram sem emprego, sentiu-se novamente atraída para o Oriente e participou em grande número nas expedições que foram organizadas. Em 1391, foi o tio do rei, "o bom" duque Luís II de Bourbon, que, a pedido do Doge genovês, liderou a sua cavalaria numa expedição inútil à Tunísia, que fracassou diante dos muros de Mahdya, a África do nosso cronistas. Em 1396, a aventura teve mais coerência. Os turcos otomanos tinham acabado de conquistar os Bálcãs, destruíram o império sérvio e esmagaram os principados búlgaros. Chegaram ao Danúbio, ameaçando a planície húngara. Perante o pedido de ajuda de Sigismundo do Luxemburgo, irmão de Venceslau, que por casamento se tornara rei da Hungria, os cavaleiros franceses aderiram à iniciativa de João de Nevers, filho mais velho de Filipe, o

Temerário. Atravessaram toda a Europa e, apesar dos conselhos cautelosos dos contingentes da Transilvânia e da Moldávia que se lhes tinham juntado, lançaram-se de forma imprudente contra as tropas de Bayezid, em Nicópolis, nas margens do Danúbio. Na confusão da derrota, Juan de Nevers foi feito prisioneiro e só seria libertado dois anos depois, graças aos bons ofícios do banqueiro Dino Rapondi, aproveitando apenas a fama de bravura do aventureiro que lhe valeu o apelido de Juan. sem medo. Esta demissão não foi suficiente para pôr fim ao ardor combativo da nobreza francesa. Quando o basileu bizantino Manuel Paleólogo, rodeado por todos os lados pela onda otomana, pediu desesperadamente ajuda ao Ocidente cristão, antes de vir pessoalmente pedir ajuda em todas as principais capitais europeias, foram novamente os franceses, que sob a direção do Marechal Boucicaut, tentou a única operação de qualquer magnitude realizada nas margens do Bósforo. Qual a importância, a seguir a estas expedições, do pequeno apoio que Henrique de Lencastre deu aos cavaleiros teutónicos na sua luta contra os pagãos da Lituânia? Mesmo neste campo de expedições a terras distantes, a superioridade francesa era inquestionável.

Esta supremacia foi afirmada e de forma mais tangível e fecunda, mais perto das fronteiras do reino. Durante duas gerações, o Dauphiné foi administrado por funcionários Valois. Luís de Anjou, graças à ocupação de 1381, introduziu a influência francesa na Provença e, quando a ocasião o exigiu, apresentou funcionários angevinos e do Languedoc. O antigo reino de Arles, embora tecnicamente estranho à coroa de França, tornou-se uma dependência natural desta, especialmente quando o conde de Sabóia, Amé, apelidado de "conde verde", juntou-se à família de Carlos V. Ainda em 1368. , o imperador Carlos IV coroou-se na igreja de São Trófimo, com a antiga coroa dos reis de Arles, demonstrando assim que o seu domínio continuou a estender-se às margens do baixo Ródano. Nenhum dos seus sucessores poderá renovar este gesto e não exigirá dos príncipes Valois a homenagem do Dauphiné e da Provença.

Em todas as províncias do sudeste, a política francesa estava interessada nos assuntos italianos, nos quais até então se aventurara apenas com muita relutância e com extrema cautela. O reinado de Carlos VI marca o início das grandes aventuras do outro lado dos Alpes, fonte de grandes despesas e de grandes desilusões, mas que, mesmo assim, trouxeram prestígio. Vale a pena perguntar se se poderia falar corretamente da existência de uma política italiana da França. Inúmeros interesses se opuseram e se misturaram na corte dos Valois, o que acabou produzindo a maior incoerência. Houve uma política angevina, focada em Nápoles, onde Luís II de Anjou disputou acaloradamente a coroa com seu concorrente Ladislau; Houve também uma Orleães política, comprometida com a aliança com Milão; Houve outra política bávara – a da rainha – hostil aos Visconti, mas favorável a Florença; e, finalmente, houve também uma política de Avignon, inclinada à conquista de Roma e à sua expulsão do papado italiano. Cada um deles predomina em algum momento, desfazendo as pacientes intrigas alcançadas pelo anterior. Devemos também ter em conta, e é um aspecto essencial, a tradicional inimizade e divisão dos senhores italianos, que não viam outra solução para resolver os seus problemas senão recorrer ao apoio estrangeiro. Agora, uma vez que o Império morreu, ou estava próximo disso, todos se voltaram para a França. Carlos VI, apesar da inconsistência das suas ações,

exerceu assim um autêntico protetorado italiano. Para nos convencermos disso, basta recordar neste momento os resultados mais tangíveis desta política.

A aventura angevina foi a menos afortunada de todas. Reduzido às piores condições entre os príncipes com " *apanágio* ", Luís II de Anjou e sua mãe dominadora, Maria da Bretanha, conseguiram dominar temporariamente, primeiro em 1389 e depois em 1399, Nápoles e seus arredores. Mas tinham apenas um pequeno grupo de apoiantes no reino peninsular, pelo que tiveram que abandonar o seu objectivo, de cada vez, ao fim de alguns meses. As ambições de Orleães para o norte da Itália eram muito mais sólidas. Desde o seu casamento com Valentina Visconti, o irmão mais novo do rei tornou-se a esperança de Clemente VII. O pontífice acalentou a ideia de converter os domínios pontifícios da Romagna e das Marcas num reino para si, com o título de rei de Adria, com a missão de conquistar estes territórios. Pelo menos, Luís, de acordo com os Marmousets, conseguiu a decisão de enviar uma expedição francesa à Lombardia e a conclusão de uma aliança ofensiva com o seu sogro, Juan Galeazzo Visconti (1391). As obscuras intrigas inglesas causaram o adiamento da expedição. Luis não parou de agir por conta própria. Os seus tenentes instalaram-se em Asti e a partir daí intervieram nos assuntos da Ligúria, apoiando a rebelião de Savona contra Génova; Finalmente, em novembro de 1394, Enguerrand de Coucy ocupou Savona em seu nome. Foi nesta altura que interveio a política bávara da rainha, apoiada pelo duque de Borgonha. Conseguiu o abandono da aliança milanesa, que só favorecia Luís de Orleães, e provocou a aliança com Florença, até então fiel ao Papa romano e defensora da causa antifrancesa; Incitou o Doge genovês, Antonio Adorno, directamente ameaçado pelos Orleães, a colocar-se sob a protecção do Rei de França, e foi a bandeira com as flores-de-lis que os embaixadores franceses, em 1396, e mais tarde o Marechal Boucicaut, em 1401, plantarão nas muralhas do grande porto da Ligúria, onde permanecerá até 1409 como sinal tangível da hegemonia dos Valois.

Ainda mais prestigiada é a atuação reservada à monarquia francesa na tentativa de acabar com o Cisma que, desde 1378, dilacerava a Igreja de Roma. Depois de ter sido quem favoreceu o seu início e manteve os seus efeitos desastrosos, a corte de Paris tomou a iniciativa de lhe pôr fim, procurando a adesão dos restantes estados. E, o que era inédito, a iniciativa partiu da Universidade de Paris, bem afastada, porém, do seu esplendor passado, uma vez que a crítica nominalista havia posto fim às belas construções escolásticas do século XIII . Os seus reitores, que se tornaram grandes figuras, queriam intervir nos assuntos de Estado. Jean Gerson fez recomendações ao rei, enquanto Pierre d'Ailly, Jean Petit e Jean Courtecuisse ditaram a política ao governo. Nesta intervenção, que acabaria por acelerar o seu declínio, a universidade parisiense alcançou um grau de poder que nunca antes conhecera.

A partir de 1391, ele encorajou os príncipes seculares a tomarem em suas mãos os assuntos da Igreja, na ausência dos pontífices, e a trabalharem em favor da união. Palavra mágica, que em breve estará na boca de todos. A "forma de facto", em que os exércitos europeus se enfrentavam sem resultado para fazer prevalecer um dos dois pontífices, foi agora sucedida pela "via de cessão", pela qual os reis tiveram que forçar os pontífices rivais a renunciarem, assim permitindo um retorno à unidade. Incrédulos a princípio, os conselheiros de Carlos VI, seus tios, seu irmão, deixaram-se conquistar pela ideia no final

de 1392. Desde então, foi a França quem liderou esta ação, aqueceu o entusiasmo do mundo inteiro e mobilizou a apatia. . em geral. Parece ter alcançado o seu objetivo quando Clemente VII morreu em 1394. Mas os cardeais de Avinhão, em vez de adiar a eleição do seu sucessor, elegeram rapidamente um novo Papa na pessoa do aragonês Pedro de Luna, que, no entanto, se tinha mostrado defensor convicto do sindicato. Quando ela assumiu o nome de Bento XIII, o pontífice não quis saber nada sobre ela; Seus inimigos diziam que ele vinha de um país de boas mulas. Implacável, a corte francesa continuou a sua acção, arrastando Castela para os seus pontos de vista, convencendo também Ricardo II - embora não os ingleses - e fracassando perante Venceslau. Foi quase o único que defendeu o uso de uma arma terrível contra os pontífices, que mantiveram a sua posição: a "subtração da obediência", imposta em 1398 ao clero francês pelos partidários da união, que tirou ao Papa todo o poder e receitas da Igreja Francesa, cumprindo as aspirações de um galicanismo nascente ao organizar uma Igreja nacional na qual, sob a aparência de liberdade, era o poder secular que reinava supremo.

Enfurecidos com a luta, os professores universitários franceses apoiaram doutrinariamente a sua rebelião contra a monarquia papal. O ponto essencial era impor a unidade entre dois papas obstinados. A Universidade, até agora fiel apoiante do absolutismo da Santa Sé, do qual obteve benefícios substanciais, chegou ao ponto de negar ao Papa um ensino eficaz sobre as igrejas nacionais e de defender, como tinha sido feito na Inglaterra de Eduardo III, o restabelecimento das "liberdades" galicanas. Ele foi além, forjando a temível teoria conciliarista na luta. Para alcançar a unanimidade entre os Fiéis contra aqueles que disputavam a tiara, era necessário reconhecer a esses fiéis reunidos em concílio o direito de depor os papas e, portanto, também de julgá-los e governar a Igreja em seu lugar. Paris foi o único centro de desenvolvimento desta colmeia de ideias, destinada a ter um futuro tão brilhante. Nenhum dos outros grandes centros europeus de aprendizagem, nem Oxford, nem Praga, nem Bolonha, teve ainda tal audácia. Seguindo obstinadamente os mestres parisienses, o governo dos Valois tomou em suas mãos o da Igreja. Sem dúvida, demorou muito para que essas ideias se refletissem em fatos. Assistiremos ainda ao desenvolvimento de tristes palinódios: restituição da obediência em 1403, depois invenção da "forma de conciliação" entre os pontífices rivais, que brincarão de esconde-esconde para evitar o encontro e, mais tarde, uma segunda subtração da obediência em 1408. Quando finalmente os cardeais de ambas as obediências se reúnem em Pisa para renunciar aos seus pontífices, convocar um concílio e nomear um novo Papa (1409), a hora do triunfo de uma política tenazmente defendida durante quinze anos.

Seja como for, por volta de 1400, a hegemonia francesa foi afirmada e crescente. Meio século depois dos desastres de Crécy e Calais, a França destruída voltou a ocupar o seu lugar no Ocidente cristão. Gozava de um prestígio que não conhecia desde a época de San Luis e que só novas derrotas, agora imprevisíveis, poderiam tirar-lhe.

VI
A CONQUISTA DO LANCASTER

Com as tréguas de Leulinghen e o encontro dos dois reis em Calais, terminou a primeira parte da Guerra dos Cem Anos. Estes primeiros sessenta anos de conflito, marcados por longas tréguas, pouco respeitadas, e mesmo, no meio delas, por uma paz muito precária, foram passando com a sua sucessão de sofrimentos, mortes e devastações, simplesmente porque nem os Valois nem os Plantagenetas tinham conseguir chegar a um acordo sobre o problema da Aquitânia. A guerra, nas suas origens, no seu desenvolvimento e nos seus fins, foi um conflito essencialmente feudal. Embora Eduardo III, um príncipe francês de nascimento, educação e gosto, sonhasse em tomar a coroa de França e unir os dois reinos sob uma única liderança, este sonho, mesmo depois dos seus triunfos mais espectaculares, nunca esteve perto de se tornar realidade. Se o projeto tivesse sido bem sucedido, muito provavelmente após a sua morte ele teria distribuído os seus reinos entre os seus filhos, deixando o da França para um segundo filho. Ambos os países teriam assim recuperado a sua independência, sob duas dinastias relacionadas, como aconteceu nos tempos de São Luís e Henrique III, que eram cunhados, ou nos de Filipe, o Belo e Eduardo II, quando este último foi genro do primeiro. Na realidade, o rei inglês não tinha tido um projecto político tão abrangente. Tomando a Aquitânia como ponto de referência, uma vez que ali o particularismo gascão permanecia tradicionalmente inimigo da monarquia francesa, ele esforçou-se por refazer o antigo império Plantageneta, estendendo o domínio inglês ao Loire e até às costas normandas. Mas, para evitar a repetição dos erros do passado, para evitar definitivamente a ameaça de um confisco saqueador, exigiu que as suas possessões continentais fossem reconhecidas em plena soberania, libertadas de todos os laços de vassalagem.

Nesse sentido, pode-se afirmar que houve uma conquista e fragmentação por parte do príncipe Plantageneta, e não uma conquista inglesa. Deixando de lado a presença de alguns altos funcionários vindos da Inglaterra, muito pouco respeitados pela população, nada mudou na vida das províncias separadas da obediência dos Valois, que permaneceram franceses pela sua língua e pela sua administração e preservaram suas próprias instituições. Calais foi a única exceção. Nesta cidade, razões militares e económicas forçaram a imposição de um sistema mais severo. Ocupada por uma poderosa guarnição inglesa, a cidade, convertida em empório do tráfico de lã, era também povoada por uma burguesia inglesa. A gestão do *produto básico* era geralmente confiada a um rico comerciante de Londres. Nas restantes províncias, os Plantagenetas governaram como príncipes franceses, através de funcionários franceses e preservando as tradições locais, sem confrontá-los.

Isto não significa, contudo, que ambos os países tenham permanecido indiferentes à guerra implacável levada a cabo pelas duas dinastias reais. Entre os dois povos, que antes

se ignoravam, a guerra lançou a semente do ódio que o futuro seria responsável por germinar. É curioso que este ódio seja visto na Inglaterra, onde a guerra nunca tinha chegado. As proclamações reais que, durante meio século, denunciaram incessantemente a perfídia dos franceses, atribuindo-lhes a responsabilidade de todas as rupturas e afirmando o direito dos Plantagenetas de recuperar a sua "herança" continental, acabaram por criar em todas as classes sociais uma mentalidade curiosa. Os barões e cavaleiros, que no século XIII se desinteressaram completamente dos domínios continentais da dinastia e, no final, foram a causa, através da sua política de desinteresse, dos desastres de Juan sin Tierra e Enrique III, tiveram pelo menos desta vez gostaram de expedições, que forneciam abundantes saques e resgates, e exigiam o prolongamento da guerra, porque para eles era uma operação lucrativa. Embora tivessem permanecido franceses pela língua e pela educação, as classes privilegiadas não se preocuparam com expedições continentais. Agora, que se tinham tornado cada vez mais ingleses, apoiavam com todas as forças a política francesa do seu rei, uma contradição singular que não revelava a possibilidade de um empreendimento duradouro do rei inglês em algumas conquistas ainda problemáticas. Entre o povo, a guerra significava impostos, requisições de navios e impostos pesados. Os franceses foram acusados, sem os conhecer, como culpados destas medidas impopulares. O testemunho dos cronistas monásticos é, neste ponto, irrefutável. Entre os clérigos, a francofobia atingiu extremos de exasperação após a criação das finanças papais, obra dos papas franceses de Avinhão. Por fim, vale a pena recordar que o inimigo francês estava incluído no mesmo ressentimento que afectava todos os estrangeiros: mercadores hanseáticos, traficantes flamengos, e que muitas vezes era expresso com uma violência inusitada, como tinha acontecido durante a revolta camponesa de 1381.

A França, ainda mais do que a Inglaterra, aprendeu a conhecer e a odiar o adversário que, durante duas gerações, devastou o seu solo. Antes de 1340, a hostilidade entre os dois povos não ia além dos confrontos entre marinheiros normandos e ingleses, ou entre os de La Rochelle e Bayonne. Agora, havia ódio nos corações de todas aquelas províncias que sofreram os saques dos *routiers* , seja em tempos de paz, trégua ou guerra. Este tipo de espírito nacional afirmava-se ainda mais vivamente na medida em que unia dois sentimentos igualmente enraizados no espírito dos súbditos, mas muitas vezes contraditórios: a lealdade monárquica e o particularismo local. Como todos aqueles, independentemente da sua origem, que ocupavam os campos e saqueavam o país eram chamados de ingleses, a defesa contra os inimigos unia, a nível local, toda a população. Nos momentos mais trágicos, quando a nobreza, derrotada e dizimada nos campos de batalha, parecia impotente para dirigir as operações, cabia à burguesia das cidades e aos camponeses tomar as iniciativas necessárias. O heroísmo dos humildes manifestava-se por vezes com muita clareza, admirando os cronistas, cujas narrativas normalmente se referiam apenas às brilhantes ações da cavalaria. Assim, entre tantas façanhas que não deixaram vestígios, pudemos conhecer as de um bravo camponês de Beauvesis, apelidado de " *Granó ". Ferré* », que, em plena guerra de Navarra, em 1358-59, perseguiu os bandos ingleses instalados em Creil e conheceu uma morte gloriosa.

Contudo, ainda não podíamos falar de patriotismo no sentido moderno do termo. A maioria das pessoas não era capaz de ter uma dimensão maior do que a da sua aldeia. O

mais importante era acabar com a desordem, as mortes e os saques. Quando tiveram medo de enfrentar os *routiers* , os camponeses compraram a sua retirada e foram saquear a zona vizinha. Havia, sem dúvida, um sentimento de lealdade constante ao rei e à dinastia, mesmo em meio ao desastre. Mas a consciência nacional permaneceu muito fraca. Havia um reino da França, mas não uma nação francesa. A Flandres e a Bretanha foram demonstrações claras deste facto. Mesmo nas províncias mais leais, a lealdade monárquica não passava de um vínculo firme. Em resposta ao apelo do seu soberano, os nobres do centro de França consentiram em ser massacrados em Poitiers, como o serão novamente em Azincourt. Mas, nos testamentos que escreveram antes da sua partida, anunciaram a sua intenção de ir servir o rei de França, como se a França ainda fosse o antigo domínio real, a norte do Loire. A tristeza causada pela guerra civil tornou estes sentimentos sombrios ainda mais hesitantes. Quando bandos de saqueadores e inimigos saquearam o país em nome do rei, muitos súditos desejaram ardentemente o retorno à ordem, mesmo que isso acontecesse ao preço de uma invasão estrangeira. As classes abastadas, como os príncipes com " *apanágios* ", a burguesia mercantil, o alto clero foram quem deram o exemplo, como costuma acontecer nestes casos. Não devemos atirar a primeira pedra contra os contemporâneos de Joana d'Arc, pois em outros tempos as coisas eram piores. Para a recuperação do país foi necessária a lição sempre salutar de uma ocupação prolongada. Antes de 1400, isso não acontecia. O advento dos Lancasters tornou isso possível.

I. O ADVENTO DOS LANCASTERS

Para estabelecer um contraste entre Ricardo de Bordéus e Henrique de Bolingbroke que, nos últimos meses de 1399, disputou o trono da Inglaterra, Shakespeare retratou o primeiro como um sonhador, absorto em seus projetos de governo autoritário, de paz com a França e talentoso e vida luxuosa, ao mesmo tempo que apresentava o outro como um príncipe frio, prático, astuto e pé-no-chão, cujas ambições não iam além das suas posses. Trata-se de uma transposição poética de ambas as personagens, que não é, contudo, desprovida de fundamento. Henrique de Lancaster era um homem completamente diferente de seu primo Ricardo II, de quem fora companheiro de infância e adolescência. As suas longas estadias no estrangeiro, na Prússia, na Terra Santa, o seu exílio em França, não serviram para lhe dar, de forma alguma, o ar cosmopolita que todos os Plantagenetas tinham, até ao próprio Ricardo II. Embora ainda fale francês, como quase toda a aristocracia inglesa, ele foi, acima de tudo, um príncipe e proprietário de terras inglês, que acrescentou ao seu extenso *apanheirismo familiar* os consideráveis bens que sua esposa lhe trouxera no oeste da Inglaterra como dote. ., um Bohun, último representante de uma ilustre família anglo-normanda. Este homem maduro conseguiu esconder durante muito tempo os seus desígnios, embora não saibamos se foram além da conquista e preservação da coroa inglesa, embora isso possa ser questionado. Com um cinismo frio e político, tornou-se o campeão de todas as causas combatidas pelo seu rival: o respeito pelos privilégios parlamentares e a guerra com a França, entre outras. Ele não agirá, contudo, como um monarca abertamente constitucional ou belicista. A sua piedade teatral, também

herdada pelo filho, também conheceu frequentes carências de sentimentos cristãos. Há duas características que o definem melhor do que qualquer análise extensa: a hipocrisia na hora da promoção, mas a coragem diante das adversidades. Suas ações nos farão conhecê-lo melhor.

Quando desembarcou na Inglaterra em maio de 1399, Henrique limitou-se ostensivamente a reivindicar a herança de sua família, da qual havia sido injustamente privado. Encontrou o apoio de todos os descontentes: barões privados de poder, prelados exilados e a burguesia de Londres, severamente hostilizada. Quando Richard voltou às pressas da Irlanda, ele se viu sem apoiadores. Ele vagou pelo País de Gales por algumas semanas, perdendo tempo, e então, vendo o jogo perdido, pediu para iniciar conversas. Em Flint, ele concordou em conceder a sua graça aos rebeldes, confiar-lhes o poder e convocar um novo Parlamento. Esperava desta forma salvar o seu trono, regressando à situação humilhante dos tempos dos Recorrentes. Foi apenas uma comédia. Em Londres, ele foi trancado na Torre e feito prisioneiro. Perante o Parlamento, Henrique enfatizou o mau governo do rei, apresentou um documento em que o prisioneiro, perante testemunhas, reconhecia os seus defeitos "com um sorriso nos lábios", e confessava que não era digno de reinar e finalmente abdicou. Naquela época, ele reivindicou para si a coroa, que foi reconhecida pela assembleia (setembro-outubro). Rei por direito de conquista e por consentimento do Parlamento, Henrique IV não era homem que se contentasse com uma usurpação. Foi necessário, depois disso, alcançar a legitimidade. Circularam rumores sobre o casamento irregular do Príncipe Negro. Como isso não bastasse, Henrique proclamou que ocupava o trono como descendente direto e legítimo de Henrique III Plantageneta, falecido em 1272. Ao fazê-lo, cinicamente deu crédito a uma lenda popular, segundo a qual o segundo filho de Henrique III , Edmundo de Lancaster teria sido na verdade o primogênito, mas teria sido removido do trono devido ao seu defeito físico - ele era um corcunda. Bisneto, por parte de mãe, de Edmundo de Lancaster, o usurpador fingia supor que a gloriosa linhagem dos três Eduardos, da qual descendia seu pai, era completamente ilegítima. A manobra, audaciosa, mas que não enganou ninguém, retirou do trono da Inglaterra todos os descendentes de Eduardo III, a filha de Clarence, os filhos do duque de York, e até os bastardos legitimados de John, restando apenas. a legitimidade de Henrique IV e de seus descendentes.

Embora a tese tenha sido brilhante para a coroa da Inglaterra, que valor ela teve para o título de rei da França, que Henrique, além disso, adotou? Ao negar a descendência de Henrique III, de quem, aliás, não era o herdeiro mais direto - Clarence, segundo filho do antigo soberano, deixara uma filha casada com Roger Mortimer, conde de March - com que direito reivindicava a herança capetiana, à qual estava ligado por uma relação distante e duvidosa? Este tipo de argumentos não lhe importava em nada, já que o título de rei da França foi tirado, na Inglaterra, quando era interessante, do baú das memórias. Ele usou e continuará a usar, por força do hábito. Ninguém pensou em justificar, mas fazia parte da sucessão. Por outro lado, Enrique devia sua popularidade aos sentimentos anti-franceses que demonstrava. A sua hostilidade para com a política de reconciliação empreendida pelo seu antecessor era conhecida. Desde o seu advento, ele afirmava a necessidade de retomar

a guerra o mais rápido possível e reconquistar a sua “herança” continental. Esse tipo de evidência foi mais conclusivo do que uma árvore genealógica.

Na França, a usurpação do Lancaster causou um sentimento de consternação. A política de paz, seguida durante dez anos, assentou na pessoa de Ricardo. Sem ele, qualquer coisa poderia ser esperada. No início, havia esperança de que a reação fosse temporária. Ricardo, após a coroação de seu rival, permaneceu preso na Torre, sendo então transferido para a fortaleza de Pontefract, em Yorkshire. Seu resgate, fuga ou revolta de seus apoiadores foram possíveis. Enquanto esperava por qualquer um desses acontecimentos, o melhor era ganhar tempo. E, como Henrique, ainda não estabelecido num trono que ainda não estava seguro, preferiu adiar os seus projectos bélicos, a sua oferta de ratificar, por sua própria conta, as mesmas tréguas de Leulighen que jurara quebrar (maio de 1400). Foi também uma trégua para o usurpador, que assim consolidou a sua situação. Carlos VI exigiu o regresso da sua filha Isabel, que já não esperava ver no trono inglês, conforme previsto nos contratos de casamento da princesa. Certo de não pôr a paz em perigo, Henrique foi capaz de humilhar o poderoso Valois à vontade. A rainha deposta serviu como meio de chantagem; Ele a sequestrou, levou embora seus conselheiros franceses, recusou-se a permitir que os embaixadores de seu pai a vissem e estabeleceu condições exorbitantes para sua libertação. Quando, finalmente, em agosto de 1400, ele concordou em restaurar a liberdade dela, manteve em sua posse o dote e as joias da infeliz rainha; Tratava-se, argumentou ele, de um acerto de contas para o resgate do rei João, ainda não pago.

Nenhuma das partes foi mais longe. Henrique de Lancaster lutava em meio às dificuldades inerentes a uma usurpação, produzida por meio de uma coalizão de interesses. Muitas demandas tiveram que ser atendidas e muitos oponentes tiveram que ser enfrentados. Para chegar ao trono, adotou uma política absolutamente contrária à de Ricardo II. Ele, que era um autoritário ambicioso, levantou-se contra o absolutismo Plantageneta. Estaria disposto, portanto, a deixar-se ficar sob a tutela dos barões, de onde provinha, ou do Parlamento que o aclamara? Enganados pelas aparências, os historiadores liberais do século passado cantaram louvores a um "constitucionalismo" Lancastriano, que combinava harmoniosamente a necessidade de uma monarquia forte com o ideal de um governo controlado. Na verdade, nada mudou no campo das instituições, nem mesmo o seu espírito. Só se pode dizer que a sua constante insegurança no trono o levou, para seu pesar, a ter que ceder às aparências: os grandes conselhos de barões e as assembleias parlamentares adquiriram maior frequência. Foram tomadas precauções incomuns para solicitar subsídios à Câmara dos Comuns, fazendo-os acreditar que eram essenciais para o governo. O resultado de tudo isto foi um governo fraco, sempre desconfortável, e que, em diversas ocasiões, foi privado de meios de ação suficientes face ao perigo.

Só teve sucesso total – e isso não parece tão claro – com o clero. Ricardo permitiu-se ser arrastado para a política de conciliação no cisma defendido pela corte dos Valois. Os bispos e as universidades não o apoiaram. Henrique voltou à adesão entusiástica, embora ineficaz, ao Papa Romano. Tanto Bonifácio IX como seus sucessores, Inocêncio VII (1404) – sob o nome de Cosimo Megliorato foi, durante muitos anos, coletor da Câmara Apostólica na Inglaterra – e Gregório XII (1406), receberam garantias de fidelidade do reino inglês. Henrique manteve-se tenazmente afastado de todas as tentativas feitas pela França para

forçar ambos os pontífices a renunciarem ou a chegarem a um entendimento. Quando, finalmente, os cardeais nomearam um terceiro Papa, Alexandre V, em Pisa, em 1409, a corte de Londres, não sem dificuldades, concordou em reconhecê-lo. Mas, ao mesmo tempo, como Ricardo II tinha assinado uma concordata com Bonifácio IX pela qual os rendimentos da nomeação eram distribuídos a qualquer benefício eclesiástico entre o papa e o rei, Henrique proclamou-a escandalosa, fingiu defender as "liberdades" da Igreja Anglicana e legislação antipapal oficialmente restabelecida. Embora, na prática, nada tivesse mudado, pelo menos as suas ações lisonjearam os sentimentos da opinião pública, unindo o médio e o baixo clero à sua causa. Finalmente, Ricardo II foi censurado por não ter perseguido os últimos apoiantes de Wycliff com energia suficiente. Incapazes de acusar o rei deposto de heresia, os cronistas pró-Lancastrianos fizeram-no com os seus conselheiros. A fábula da culpa de conluio com os lolardos atribuída aos quatro grandes cavaleiros do King's *Hôtel* teve um eco que se estendeu aos historiadores modernos. Deve-se notar que o episcopado, liderado por Dom Arundel, exigiu ardentemente o apoio do braço secular para acabar com os hereges. Neste país, até então muito tolerante em questões de fé, onde a Inquisição nunca tinha atuado, Henrique IV teve o triste mérito de ter introduzido a perseguição religiosa. Em virtude do estatuto *De heretico comhurendo* , promulgado no Parlamento de 1401, a sentença à fogueira começou a vigorar, com o maior regozijo dos bispos ortodoxos.

Tudo isto não serviu para apaziguar a crescente agitação política. Henrique IV não encontrou outro apoio real senão o dos *condados de Home* , os dezessete condados abusados por Ricardo, e que correspondem, mais ou menos, ao que os geógrafos chamam de bacia de Londres, ou se preferirem, as regiões sedimentares. Todo o resto da ilha, com exceção do ducado de Lancaster, bem patrimonial do usurpador, mas mesmo no norte, nas *Midlands* ou entre os temíveis montanhistas de Cheshire, ou nas marchas galesas e no sudoeste granítico, tinha numerosos apoiantes da regime caído. Houve conspirações a partir de janeiro de 1400, nas quais o duque de York, último sobrevivente dos "tios" do rei, deve ter estado envolvido, com a intenção de libertar Ricardo II e restaurá-lo ao trono. O filho primogênito do duque de York, o conde de Rutland, até 1399 primo favorito do rei deposto, meio-irmão e sobrinho do prisioneiro Kent e Huntingdon, bem como o conde de Salisbury, também um apoiador de Ricardo, tentou resgatar o rei. Descobertos, fugiram para o oeste, mas foram derrotados em Cirencester, entre Gloucester e Oxford. Logo se espalhou a notícia de que Ricardo havia morrido de fome na prisão. Para que todos tivessem conhecimento do facto, o seu corpo foi exposto em público, aguardando para ser transportado, muito mais tarde, para Westminster. Este crime não serviu para travar as revoltas, que, pelo contrário, ocorreram a um ritmo alarmante. Todos visavam acabar com a dinastia Lancaster e colocar no trono o descendente legítimo de Eduardo III, o jovem Eduardo Mortimer. O mais perigoso era o dos Percys, uma grande família do Norte, que ganhara a sua reputação numa luta incessante contra as incursões escocesas, numa fronteira mal vigiada. Seu chefe, o conde de Nothumberland, e seu filho, Henry Percy, apelidado de *Hotspur* — “esporas ardentes” — foram agraciados com honras por Henrique IV. Consideraram, no entanto, que não tinham recebido o suficiente. Os rebeldes, através de um avanço muito rápido, lançaram-se contra Cheshire, na esperança de se unirem aos galeses. As forças Lancastrianas os isolaram a tempo e os esmagaram em Shrewsbury em

21 de julho de 1403. Hotspur foi morto e esquartejado, e seu pai feito prisioneiro, e a calma voltou ao norte. Em 1405, os Percy pegaram novamente em armas e obtiveram a ajuda do Arcebispo de York, Richard Scrope. Na repressão que se seguiu a este levante, o prelado foi decapitado, para grande escândalo do mundo clerical. Northumberland não abandonou as armas; por sua vez, ele morreu em 1408, após uma última e insensata tentativa de colocar Yorkshire em pé de guerra. Entretanto, surgiu um impostor, alegando ser Ricardo II, um fugitivo e cuidadosamente recebido na corte da Escócia, despertando assim a esperança dos últimos apoiantes de Ricardo no coração da Inglaterra.

E o que foi um sintoma mais grave, o País de Gales rebelou-se em 1400, enquanto a desgraça dos Percy permitiu aos escoceses retomar a guerra impunemente. A população do principado galês não mostrava sinais de inquietação desde que a mão de ferro de Eduardo I os subjugou para sempre no final do século XIII. Imponentes fortalezas, como Camavon, Carmarthen e Beaumaris garantiram a ordem na região; O país tinha sido submetido a uma dura administração inglesa, mas gozava, no que diz respeito à coroa, de relativa autonomia, sendo tradicionalmente concedida em *apanágio* ao filho primogénito do soberano. Finalmente, as províncias que não dependiam diretamente do principado tinham sido confiadas à custódia dos barões das marchas galesas, guerreiros rudes e vassalos poderosos, entre os quais dominava a família Mortimer. Qual foi o motivo da revolta de 1400? O seu pretexto foi uma futilidade: um chefe celta, que em vão procurara justiça na corte do rei contra um senhor inglês vizinho, rebelou-se, teve todas as suas propriedades confiscadas e arrastou a rebelião de parente para parente, para todos os seus compatriotas. Os galeses inicialmente seguiram o exemplo dos apoiadores de Ricardo II, numerosos nessas regiões, e iniciaram a luta contra o usurpador e a causa de Mortimer. Logo a revolta tornou-se nacional e racial, na luta dos galeses com a cultura celta contra os ingleses, o que a tornou mais grave. Seu líder, que reviveu as ambições gloriosas de Llewelyn, o prestigiado adversário de Eduardo I, chamava-se Owen Glandoweer, no celta Glyndwr, e reuniu todas as forças do País de Gales ao seu redor. Até 1409, tiveram de ser organizadas expedições constantes, quase anuais e exaustivas para um reino atolado em problemas, contra estes rudes montanhistas. Um jovem adolescente, herdeiro do trono Lancastriano, Henrique de Monmouth, Príncipe de Gales, fez, muito apropriadamente, a sua aprendizagem militar. Mas a luta permaneceu indecisa por muito tempo e em algum momento crítica. A razão foi que os galeses aproveitaram todas as fraquezas Lancastrianas, sincronizando os seus ataques com os dos barões. Ainda em 1406 planearam uma conspiração conjunta com os Mortimers, separados da sucessão ao trono, e com os Percys, deserdados, que resultaria numa campanha comum, após a qual os vencedores dividiriam os despojos da nova dinastia.

Fora da Inglaterra, foram apoiados pelas forças escocesas. Desde os primeiros dias da Guerra dos Cem Anos, o pequeno reino do norte, tradicionalmente aliado da França, não perturbava seriamente os Plantageneta. Seu rei, David Bruce, era prisioneiro de Eduardo III há muito tempo. Uma nova dinastia, a dos Stuarts, nascida de um ramo menor que detinha o título hereditário de senescal - em inglês *Steward* - da Escócia, havia retomado a guerra e obtido alguns sucessos na época de Ricardo II, sem outros resultados além de alguns saques nos condados do norte. A Escócia foi rapidamente incluída nas tréguas de

Leulinghen e recebeu recompensas de Ricardo II. Seu rei, Roberto III, retomou a luta contra os Lancastrianos. Somente a sua aliança com os galeses lhe permitiu ameaçar seriamente o seu adversário. O pequeno reino tinha recursos muito limitados e estava dividido por disputas internas endêmicas. Prestes a morrer, Roberto enviou o seu filho, o futuro Jaime I, para França, onde o infante real poderia aprender os seus deveres numa atmosfera de paz. Por um golpe de sorte, alguns marinheiros ingleses interceptaram o navio em 1406 e fizeram o jovem James prisioneiro. Condenada a uma regência tumultuada, a Escócia foi mais uma vez neutralizada. Mas ainda foram necessários mais três anos para dominar definitivamente a rebelião galesa.

Envelhecido prematuramente, com a saúde muito debilitada, Henrique IV teve forças suficientes para superar tantos perigos acumulados. Ele, que havia conquistado o trono graças a um programa de guerra total contra o inimigo francês, ficou, durante anos, reduzido a uma defesa precária. O confronto franco-inglês, que se materializou em 1404-1405, ameaçou transferir o conflito para solo inglês, milagrosamente salvo até agora pelo fracasso de todas as tentativas de desembarque francês. Uma grande ocasião para um monarca enérgico, se Carlos VI o fosse! E, de facto, as dificuldades que dominaram Henrique IV suscitaram, desde o início, grandes esperanças na corte francesa. Havia duas políticas possíveis: uma, aproveitar a oportunidade para consolidar a paz, manter tréguas e despertar nos agradecidos Lancastrianos a ideia de uma reconciliação duradoura. Esta foi a vontade de Filipe, o Ousado, sempre preocupado em não pôr em perigo o comércio anglo-flamengo. O outro era mais ativo. Como Henrique se viu preso em seu país em meio a tantas dificuldades e, se necessário, poderia forçar essa situação por meio de hábeis manobras diversivas do lado galês, o momento parecia propício para completar o trabalho de Carlos V e expulsar para o Lancasters de seus últimos redutos continentais: Gasconha e Calais. Esta foi a política de Luís de Orleans, que teria exigido, para ter sucesso, um líder mais capaz e menos versátil. Mas a luta contra a Inglaterra já não era a preocupação essencial da corte de Paris. Entre tantos projetos que estavam no horizonte, o essencial se perdeu e a oportunidade não surgiria novamente.

No entanto, houve uma tentativa que vale a pena mencionar. Desde o início do século, enquanto as tréguas de Leulinghen eram renovadas provisoriamente, os conselheiros de Carlos VI interrogavam-se se não seria possível encorajar a revolta dos vassalos gascões contra o invasor. Emissários foram enviados à Guiana para testar as condições e incitar a rebelião. Os sucessos não corresponderam às expectativas. No geral, os gascões não estavam insatisfeitos com o seu novo senhor, que estava distante, fraco e não os incomodava. Houve apenas uma deserção importante, em 1401: a de Archimbaud de Grailly, *capital* de Buch, grande senhor das Landes e senescal da Aquitânia. Ele entregou algumas cidades fronteiriças aos franceses, mas não foi capaz de arrastar os gascões à revolta.

Em 1404 a situação parecia mais favorável. Enquanto Carlos VI acolheu favoravelmente os avanços dos galeses, enviando-lhes subsídios e até algumas tropas, Luís de Orleans forçou a aceitação do conselho de um vasto plano para conquistar a Aquitânia. Não seria necessário, nele, quebrar oficialmente as tréguas, já que se tornara costume, de ambos os lados, violá-las impunemente. Líderes altamente capazes, durante a campanha de 1405,

estiveram prestes a atingir o seu objetivo: o condestável Charles d'Albret, de Poitou, libertou todas as cidades situadas ao sul de Saintonge e na fronteira com o Périgord; O avanço francês atingiu a Gironda e a baixa Dordonha. Enquanto isso, o conde de Armagnac, tendo formado um exército no Languedoc, realizava operações no centro da Gasconha, ao sul do Garonne, ameaçando seriamente Bordéus. Mais uma vez, o empreendimento foi muito superior aos meios à sua disposição. O avanço não pôde ser promovido o suficiente para desmoralizar o adversário e pôr fim à última resistência. A campanha, que deveria ter sido desenvolvida de forma brilhante, arrastou-se eternamente, em detrimento da sua eficácia. Durante o inverno de 1406-1407, Luís de Orleans, um homem de guerra medíocre, não conseguiu capturar Blaye, um prelúdio indispensável ao cerco de Bordéus. Por sua vez, o novo duque da Borgonha, João, o Destemido, encarregado da rendição de Calais, limitou-se a um pequeno ataque ao objetivo designado. Era o que ele queria. A luta entre ambos os príncipes, cada vez mais aberta, foi a causa do abandono dos projectos de conquista.

Henrique IV, já libertado do perigo aquitano em 1407 e pouco depois do perigo galês, conseguiu finalmente respirar. O tempo das dificuldades estava acabando e o tempo da esperança se abria. Se a sua saúde o tivesse permitido, sem dúvida teria tentado intervir mais cedo nos assuntos de França, onde a guerra civil acabava de eclodir.

II. ANARQUIA FRANCESA

É hora de analisar o mal sofrido pela monarquia de Carlos VI, aparentemente tão forte e gozando de prestígio europeu, um mal que, muito mais do que os renovados perigos dos ataques ingleses, iria produzir a sua ruína. É difícil continuar a falar de monarquia, quando o reino era dominado por um grupo de grandes príncipes territoriais que já tinham alcançado um poder excessivo, mas cuja ambição insaciável os levou ao desejo de se apropriarem, na medida do possível, das ainda consideráveis riquezas ., à disposição da administração real. Os manuais de história continuam a falar de feudalismo, devido a uma espécie de preguiça verbal, para designar a situação e os líderes destes grandes *apanágios* . Continuarão mesmo a descrever como “revoltas feudais” o que Carlos VII e Luís XI tiveram de enfrentar continuamente. Nada poderia ser mais falso e mais distante da realidade da França do século XV . É verdade que estes príncipes eram todos, devido aos seus *apanágios* e aos seus domínios franceses, vassalos da coroa. Mas o vínculo feudal era agora apenas uma palavra vazia e já não representava a verdadeira estrutura da sociedade e a face autêntica da política. A luta travada já não tinha como adversários, como acontecera nos séculos XII e XIII , uma classe feudal, preocupada com a sua autonomia, e uma monarquia, que mal suportou as suas usurpações, cujos funcionários odiava e cujo poder soberano negava. Os príncipes já não tinham, de forma alguma, a intenção de destruir o edifício monárquico, construído lentamente ao longo dos séculos à custa das antigas estruturas feudais. Como monarcas, eles próprios - ou pouco menos -, nos seus domínios, aspiravam controlar esta administração e controlar este Estado, para aumentar a sua fortuna. As perguntas que devem ser feitas são as seguintes: Seria formada uma coalizão de poderosos, capaz de explorar a loucura do rei para dividir os despojos do reino, ou um deles seria capaz de

impor sua vontade tanto ao soberano quanto ao grupo de reis? De qualquer forma, as lutas que começavam a surgir ameaçavam destruir todo o edifício monárquico, cuja posse era disputada.

A formação de grandes *apanágios* em favor do segundo comandante da família real, que se tornou mais frequente desde o advento dos Valois, teve consequências desastrosas, como reduzir consideravelmente os domínios em que a coroa exercia diretamente e sem rival. sua autoridade monárquica. Continuou a constituir, mesmo com tudo, um grupo compacto de províncias, no norte do reino: Ile-de-France, Champagne, Picardia, Normandia, e outro no sul, incluindo Languedoc, embora os senescais do sul desfrutassem de uma virtual autonomia, governada por um lugar-tenente do rei, que na maioria das vezes era um príncipe com *apanágio* da coroa, e os recursos votados pelos Estados do Languedoc eram utilizados em despesas locais, sem controle da capital. Entre os dois grupos existiam alguns enclaves isolados, como os Mâconnais e Lyon, que não estabeleciam contacto entre si. Todo o resto do reino, mais ou menos permanentemente, estava nas mãos dos príncipes. Os filhos de Luís de Anjou governaram Maine, Anjou e, às portas da França, Provença; O irmão do rei era dono de Orleannais e mais tarde do condado de Angoulême, do Périgord, dos condados de Blois e Dunois; O Berry tornou-se um Estado compacto, composto pelas três províncias vizinhas de Poitou, Berry e Auvergne, entre o Loire, o Maciço Central e o Atlântico; Os seus domínios eram contíguos aos da casa de Bourbon, que, através de uma política territorial paciente, se agrupara em torno dos Bourbonnais, das Marcas, e mais tarde do Forez, e, mais recentemente, em 1400, do Beaujolais e, já fora do reino, os Dombes. Filipe, o Ousado, controlava a Borgonha, tanto o ducado quanto o condado, Flandres, Artois, os condados de Rethel e Nevers, acrescentando mais tarde Charolês. Carlos VI será igualmente liberal com seus filhos, adolescentes de saúde debilitada, que morreriam jovens, mas que repassarão aos filhos os *bens acumulados* : o primogênito, o Delfim Carlos, que morreu antes de ter tomado posse do Delfim , será sucedido por Luís, Duque de Guyenne, isto é, da parte da Aquitânia não controlada pelos ingleses - e mais tarde, João, Duque de Touraine e, finalmente, outro Carlos, Conde de Ponthieu, que seria o futuro Carlos VII.

Estas alienações não teriam significado tão grandes danos se os príncipes detentores destes *apanágios* tivessem sido vassalos dóceis, que se contentassem com as suas terras e com os seus recursos senhoriais e tivessem geralmente apoiado os esforços da monarquia, cuja tributação, poderes judiciais e administração , teria assim permanecido intacto. Mas, pelo contrário, os grandes feudos da coroa viveram, ao longo do século passado, uma revolução paralela à da monarquia, tornando-se verdadeiros Estados que, por sua vez, gozavam de todos os poderes administrativos e de todos os grandes órgãos de governo. oficiais, que inevitavelmente competiam com os do rei. Cada príncipe tinha o seu *Hôtel* , no qual fervilhavam os seus empregados domésticos e favoritos, verdadeiro centro do seu serviço público; Cada um tinha também o seu conselho, composto por prelados e grandes oficiais, vassalos e clérigos; sua chancelaria, que despachava sua correspondência e promulgava suas ordenanças; seus oficiais de justiça ou senescais, que administravam a justiça. A soberania real foi sem dúvida salvaguardada pelo julgamento dos apelos do Parlamento, mas ocorreu em alguns casos que algum príncipe dotado de *apanágio* , como o

duque de Berry de 1370, pudesse convocar regularmente *Grands Jours* , permitindo que uma delegação de parlamentares pudesse julgar os recursos. no local, sem que as partes tenham que se deslocar a Paris. Da mesma forma, o duque de Borgonha inaugurou em Beaune o costume dos *Jours Generaux* (dias gerais), um verdadeiro parlamento reduzido, com o seu presidente e os seus vinte conselheiros, apoiados por "cavaleiros de honra" para assuntos de natureza feudal. No campo financeiro, também foram copiados da monarquia os principais mecanismos, como o Tesouro, com seu síndico e tesoureiro geral, e a Câmara de Contas. O de Bourges foi criado em 1379, enquanto os Bourbons tinham três, um em Moulins para os Bourbonnais, outro em Montbrisson para os Forez e em Villefranche para os Beaujolais. Em 1386, Filipe, o Temerário, pediu às autoridades parisienses que organizassem uma Câmara de Contas em Dijon, com jurisdição sobre ambas as Borgonhas (condado e ducal); Ao mesmo tempo, foi criado em Lille um Conselho da Flandres, com jurisdição sobre a Flandres e Artois, que era ao mesmo tempo um tribunal de recurso e uma Câmara de Contas.

Tal como a monarquia, os Estados Apanagistas não podiam sobreviver apenas com os seus rendimentos senhoriais. Tiveram imperativamente de encontrar outros recursos, voltando-se primeiro para os seus súbditos, cujos representantes, reunidos nos Estados locais, votaram em cada ocasião a favor da ajuda e dos impostos sobre os incêndios. Mas, quando adicionados aos impostos do rei, estes subsídios tinham necessariamente um alcance limitado, excepto nos casos bastante raros em que um perigo iminente levava os contribuintes a fazer um esforço excepcional. Em tempos normais, era mais fácil controlar os itens locais das finanças do rei, para os quais havia uma administração disposta e testada pelo tempo. A “doação de ajudas” foi, assim, o primeiro objectivo que os príncipes apanagistas se propuseram, pois sem esta liberalidade não conseguiriam equilibrar o seu orçamento. A partir do reinado de Carlos V, obtiveram por períodos limitados, mas que logo foram prorrogados por renovações contínuas, o gozo de um terço, metade e até de todos os impostos obtidos nos seus domínios em nome da coroa. Filipe, o Ousado, foi, neste aspecto, o mais beneficiado. À força de astúcia e obstinação, conseguiu convencer o irmão a não impor ajuda ao rei da Borgonha, ou, pelo menos, que a quantia fosse obtida pelos seus próprios oficiais, atribuindo-a inteiramente a ele. Flandres também estava isenta de impostos reais. Apenas Artois e os condados de Nevers e Rethel contribuíram com impostos, e isto quando o duque não guardou o seu montante utilizando diferentes pretextos. O duque de Berry, por longos períodos, contou com o total apoio de seu *apanágio* , assim como o duque de Bourbon e vários outros.

Desta forma, as finanças extraordinárias de que gozava a realeza foram reduzidas, mais ou menos, a um domínio cada vez mais diminuído por novas alienações. Na opinião dos príncipes, ainda não bastava. Quando estavam no poder, eram pagos pelos seus serviços com rendimentos elevados "para apoiar os seus estados". Estas remunerações, que inicialmente eram calculadas dia a dia, rateando os serviços prestados, em breve serão calculadas mensalmente e antecipadamente, tornando-se assim pensões fixas. A de Filipe, o Temerário, atingiu 100.000 francos anuais em 1402. A esta fonte permanente de rendimentos, logo se juntaram doações extraordinárias, inicialmente concedidas por motivos sérios, mas logo sob qualquer pretexto. No caso do duque de Borgonha, mais do

que duplicaram a sua pensão. Outros obtiveram permanentemente toda uma série de rendimentos reais, como Luís de Orleans, que se apropriou em 1392 do produto de todas as multas e confiscos, e em 1402, dos rendimentos produzidos pela feira de Lendit. Os orçamentos dos príncipes cresceram desproporcionalmente com este maná benéfico. A renda do duque de Borgonha, que não ultrapassava 100.000 francos em 1375, atingiu e ultrapassou 500.000 francos em 1400.

Para que esta fonte de pensões e doações não diminuísse, foi necessário que os príncipes exercessem um controlo vigilante sobre o governo real, para obterem a renovação e o aumento das concessões. Sua presença no conselho não foi suficiente. Era necessário encher os órgãos do Estado com os seus apoiantes e ter pontos de contacto em todas as administrações. A carreira de funcionário real no tempo de Carlos VI iniciava-se normalmente nos serviços administrativos de um príncipe, que continuava a ser seu protetor e de quem o funcionário era servo, mesmo tendo passado para a administração real. O caso de um senhor de Auvergne, Pierre de Giac, chanceler do duque de Berry de 1371 a 1383, antes de ser promovido à chancelaria da França, é apenas um exemplo entre muitos outros. Seu sucessor em Bourges, Simon de Cramaud, bispo de Poitiers, posteriormente nomeado patriarca de Alexandria, tornar-se-ia antes do final do século o mais influente conselheiro da coroa nos assuntos eclesiásticos, o promotor e defensor da subtração da obediência. Se alguém quisesse manter o seu lugar ao lado do rei, era necessário continuar servindo fielmente o príncipe a quem tudo era devido. Na acumulação de funções principescas e reais, as primeiras prevaleceram sobre as segundas: assim, um dia do ano de 1407, o chanceler não conseguiu encontrar nenhum dos cinco presidentes no Parlamento, pois estavam na Borgonha, Poitou, Anjou, em a serviço de seus chefes. Mas, quando a influência dominante passava de um príncipe para outro, havia uma caça às posições, um verdadeiro *sistema de despojos* , do topo para a base do escalão. As quedas em desgraça em 1380, 1389 e 1392 nada mais foram do que um precursor do que aconteceu nos primeiros quinze anos do século XV . A carreira de Gontier Col, um burguês de Sens que entrou ao serviço do duque de Berry, é, neste momento, muito típica: secretário do rei no início de 1388, perdeu o cargo com o advento dos Marmousets, recuperou-o com a loucura do rei e foi empregado em funções diplomáticas e financeiras. Em 1411, com Berry, ele se aliou ao partido Armagnac, vendo suas propriedades confiscadas pelos borgonheses. A uma breve recuperação da sua fortuna seguiu-se, quando ocorreu a revolução Caboche, o saque da sua casa. Restaurado às suas funções pelos Armagnacs, ele foi finalmente assassinado pelos borgonheses quando estes tomaram o controle de Paris em julho de 1418.

Os expurgos alternativos não foram suficientes para satisfazer todos os desejos e colocar todos os protegidos dos príncipes. A multiplicação dos ofícios, tendência natural em todos os estados burocráticos, e sobre a qual houve reclamações ao longo do século XIV , atingiu limites tão desproporcionais quanto alarmantes durante o reinado de Carlos VI. Tanto no Parlamento como na Câmara de Contas, e no Tribunal de Auxílios, foram acrescentados oficiais "extraordinários" ao contingente normal de conselheiros e professores, cujo número só aumentou. Em vão, portarias solenes decretavam periodicamente a supressão de empregos inúteis e estabeleciam meticulosamente o quadro máximo de pessoal para cada administração. Muito em breve as cartas régias impuseram

novas nomeações, "não obstante o que as ordenanças dispusessem em contrário". O princípio da cooptação, imposto pelos Marmousets, nunca entrou em vigor nas organizações soberanas. Caso houvesse algum tipo de resistência, o próprio chanceler comparecia pessoalmente para efetivamente impor a proteção dos príncipes que haviam sido nomeados. Esta infinidade de oficiais era ainda maior no *Hôtel do rei* , bem como nos da rainha e do delfim, da infantaria real, nos quais nenhum controle era exercido pelos funcionários mais graduados. As quantias necessárias para manter estes serviços domésticos em funcionamento aumentavam a cada dia. Em 1406, o orçamento ordinário do *Hôtel* envolvia um desembolso de 60.000 libras, enquanto o da *Argenterie* chegava a 30.000, e houve uma série de despesas extraordinárias que quase duplicaram o total. O dinheiro era escasso, por isso os funcionários *do Hotel* foram forçados a usar o seu direito de requisição, o que significou um verdadeiro encargo para os fornecedores do tribunal.

Todos esses funcionários encheram os bolsos de ouro e prata. A sua insegurança quanto ao futuro obrigou-os a procurar fortuna o mais rapidamente possível, roubando sistematicamente os rendimentos do Estado. A natureza contundente dos funcionários, uma verdadeira praga endémica da administração medieval, atingiu assim proporções alarmantes. Os príncipes deram o exemplo, enquanto os outros apenas seguiram, do maior ao menor. O chanceler Arnaud de Corbie, cuja renda anual chegava a 2.000 libras, uma quantia considerável para a época, não ficou satisfeito com esta quantia. Ele conseguiu obter outras £ 2.000 de receita com o selo, recebendo uma porcentagem das despesas da chancelaria, sem falar nas especiarias e nas jarras de vinho. Entre os funcionários subalternos, os salários eram pagos de forma irregular, de modo que cada um era administrado individualmente, através de todo tipo de procedimentos fraudulentos.

Pois bem, nesta administração que se desenvolvia lentamente, através de aplicações sucessivas, provocadas pelas necessidades do momento, os órgãos de controlo pareciam inoperantes. A Câmara de Contas, peça-chave do quadro monárquico, poderia ter travado este movimento e dirigido a oposição de funcionários invejosos contra a arbitrariedade monárquica. Na qualidade de administradora do domínio, não pôde enfrentar, no entanto, as ordens imperativas que a obrigaram a aceitar as transferências e a fazer doações ruinosas. Periodicamente, era feita a revogação em bloco de todas as concessões feitas desde uma determinada data, por vezes muito antiga. Mas, assim que começou a investigação para colocar o domínio em ordem, os beneficiários conseguiram ter suas doações antigas reconhecidas, e até obtiveram novas. Os contabilistas, muito indignos de confiança, desafiaram o controlo da Câmara, que carecia de sistemas coercivos contra eles. Por fim, o sistema de abonos e descontos segundo o qual as despesas eram deduzidas de qualquer item tornou-se tão difundido que era comum que muitos beneficiários tivessem que pagar mais do que recebiam, tornando inútil qualquer tentativa de controle de despesas. Muitas dessas atribuições eram de natureza clandestina e não exigiam a senha dos serviços financeiros; Foram realizadas distribuições de ordens de pagamento em branco, cujo valor foi definido pelos beneficiários a seu critério.

Saqueado por toda parte, o Estado estava fadado à falência. No entanto, os impostos aumentavam periodicamente e eram cobrados regularmente desde o seu restabelecimento em 1383. Os impostos sobre as mercadorias aumentaram de 12 para 18 dinheiros por libra,

ou seja, de 5 para 7,5%, e os do vinho de 12,5 para 25%; A gabela, fixada a uma taxa de 20 francos por modalidade de sal, registou aumentos que quase duplicaram; o tamanho, que fornecia 1.200.000 libras em 1402, atingiu 1.800.000 em 1408. Apesar disso, o abismo se aprofundou. A Poupança, organizada por Carlos V para armazenar excedentes orçamentais, era alimentada anualmente por um rendimento antecipado de ajuda, mas era esvaziada no dia seguinte ao recebimento da receita. Em 1411, o tesouro do Languedoc continha apenas 2.500 libras. Recorreram-se a expedientes, nenhum deles novo, mas que se multiplicaram perigosamente: adiantamentos das diversas rubricas orçamentais, dízimos impostos ao clero - a pretexto de cobrir as despesas da política sindical -, retenções de salários, empréstimos forçados a funcionários e burgueses, empréstimos em jóias, transferências de rendimentos de domínio, etc. Quando novas ameaças de guerra pairaram sobre o reino, o governo de Carlos VI viu-se ainda mais desprovido de meios do que o míope Filipe VI ou o sempre míope João, o Bom.

A anarquia administrativa, que se tentou descrever com a maior precisão possível, foi-se instalando muito lentamente nas engrenagens do Estado. Os abusos, nenhum dos quais completamente desconhecido em 1380, tornaram-se generalizados. Até 1400, os Marmousets que conseguiram permanecer no poder ainda conseguiam limitar os seus efeitos. A partir desta data, o mal agravou-se rapidamente, acelerado pela rivalidade entre os príncipes. As lutas políticas, de que trataremos a seguir, favoreceram a negligência, a fraude e o confisco, mas não foram a causa destes fenómenos. Através de um movimento de recuperação, foram alimentados pela sede de lucro e de pilhagem que empurrou os príncipes para a guerra civil.

Graças à loucura do rei, os tios e primos de Carlos VI recuperaram, desde 1392, o seu lugar no conselho, exigindo a sua participação nos rendimentos, de que apenas Luís de Orleães usufruiu durante quatro anos. Havia demasiados desejos para satisfazer de uma só vez, tendo em conta o estado de exaustão em que o reino se encontrava. Era inevitável que as rivalidades de tantos pretendentes explodissem em conflito aberto. Muito em breve, dois se destacariam no grupo, Orleans e Borgonha, travando uma luta acirrada. Os demais não desistiram de suas reivindicações, mas seriam simples apoios no duelo que se anunciava. Os jovens príncipes de Anjou dedicaram-se inteiramente aos seus sonhos napolitanos, que perseguiram obstinadamente. Luis de Borbón, já idoso - seria substituído em 1410 pelo seu filho Juan I - não aspirava a ocupar o primeiro lugar, pois estava demasiado ocupado em arredondar os seus bens através de compras e heranças. Berry viu suas paixões pródigas como patrono em grande parte satisfeitas graças aos abundantes recursos que obteve de seu *apanágio* , bem como do Languedoc, cujo lugar-tenente ele havia retomado em 1401. Mas a sede de poder corroeu igualmente Filipe da Borgonha e Luís de Orleans. . Disputavam a influência sobre o rei doente e a exerciam alternadamente. Não houve espaço para divisões entre eles, muito rapidamente entraram em conflito em tudo, mesmo naqueles domínios em que os seus interesses pessoais não pareciam estar em jogo, apenas por se oporem às políticas do outro. Na Itália, Luís contou com o apoio incondicional do sogro para criar, em torno de Asti, um extenso principado lombardo; Imediatamente, Filipe apoiou a política antimilanesa da rainha e dos Wittelsbach, defendeu a necessidade de uma aliança com Florença e, com a ocupação de Génova, conseguiu frustrar os projetos de

Orleães. Quanto à conquista da união dentro da Igreja, o Duque de Borgonha, seguido com menos entusiasmo pelos demais príncipes, tornou-se o campeão de uma política de dureza, promovendo a subtração da obediência e impondo o envio de um pequeno contingente de tropas para a margem do Ródano, ocupado pelo obstinado Bento XIII, trancado no Castelo dos Papas. Luís de Orleans aproveitou a recuperação de sua situação para obter a custódia do pontífice e, por espírito de contradição, tornou-se o apóstolo da conciliação. A partir de 1401, dedicou-se a suscitar o descontentamento entre os prelados, beneficiários e membros da Universidade cujos interesses haviam sido prejudicados pelo roubo; Ele conspirou com os oficiais angevinos, favoreceu a fuga de Bento XIII para a Provença e finalmente causou a restituição da obediência.

A oposição foi igualmente grande, como já se viu, no que diz respeito à política inglesa. Luís de Orleães, confrontado com a usurpação de Henrique de Lancaster, de quem ainda era amigo, defendeu o reinício da guerra e a conquista da Aquitânia ao usurpador. Ele não conseguiu pensar em ideia melhor do que enviar um desafio pessoal a Henrique IV e enfrentar o inimigo, junto com oitocentos homens de cada lado, na fronteira da Guiana. Incapaz de convencer o conselho a tais propostas, organizou esplêndidos torneios em Saint-Inglevert, perto de Calais, nos quais a cavalaria francesa, através das suas vitórias neste campo, considerará vingada a honra indignada de Isabel de França (1402). Indo contra esta política, Filipe da Borgonha manifestou o desejo de chegar a um entendimento com os Lancastrianos, renovou o tratado comercial anglo-flamengo e não deve ter ficado alheio às alianças matrimoniais que uniram a família real inglesa aos Wittelsbach e que ele impôs. ao conselho real a manutenção das tréguas de Leulinghen, apesar das afrontas que Henrique IV infligiu à corte dos Valois. Quando o duque João IV da Bretanha morreu e a sua viúva casou-se imediatamente com o rei da Inglaterra, Orleães propôs a ocupação militar imediata do ducado. O duque da Borgonha obteve a tutela do jovem João V e marcou mais um ponto contra o sobrinho (outubro de 1402).

Mas foi na Holanda que a rivalidade atingiu os seus níveis mais elevados. Após manobras pacientes, Filipe alcançou os seus objetivos em 1396. Nesta data, já tinha conseguido a administração do Limburgo e das terras do outro lado do Mosa e tinha imposto a troca obrigatória da moeda flamenga em Brabante. A velha duquesa Joana, de quem ele era credor, decidiu finalmente reconhecer António, segundo em comando do duque de Borgonha, como herdeiro, e educá-lo na sua corte. Luís de Orleães queria, a qualquer preço, travar o poder da Borgonha precisamente nos locais onde este se fortalecia. Negociou a compra do solar de Coucy, cujas dependências chegavam aos limites do concelho de Rethel. Aliou-se aos duques de Guéldria e Lorena e também entabulou conversações com Venceslau da Boêmia, que se tornara chefe da Casa de Luxemburgo desde a morte do marido de Joana de Brabante. Conseguiu obter o compromisso de entregar o ducado do Luxemburgo em troca de dinheiro vivo, de um príncipe tão necessitado de dinheiro como o rei da Boémia, já privado pelos príncipes alemães do seu título de rei dos romanos, e do seu primo Jobst da Morávia. As suas tropas ocuparam o vasto principado das Ardenas e, depois de tomarem posse também de Toul, reuniram à sua volta todos aqueles que nos Países Baixos e nas terras das margens do Mosela, tinham medo das pretensões da Borgonha (1402). A partir desse momento, duas bandeiras flor-de-

lis, embora rivais, voaram na região do Meuse, uma dividida por um lambel, a de Orleans, a outra com fronteira, a da Borgonha.

Enquanto Filipe, o Ousado, viveu, a rivalidade, embora se tornasse cada vez mais clara, não degenerou em luta aberta. O tio soube prevalecer sobre o sobrinho e teve apoio demais entre os conselheiros do rei para poder ficar completamente desalojado. Por outro lado, em 1403, para acalmar os confrontos, foi confiada à rainha Isabel a presidência do conselho real. Mas Filipe morreu em abril de 1404, seguindo Margarida de Flandres ao túmulo pouco depois. Sua enorme propriedade coube a seu filho primogênito, Juan de Nevers, apelidado de Juan sin Miedo desde a batalha de Nicópolis. Embora desconhecido, visto que viveu até agora no seu *apanágio* em Nevers, com uma parca pensão concedida pelo pai, ou como tenente do pai na Borgonha, cedo demonstrou um carácter enérgico e desagradável. Baixo e feio, de nariz muito comprido, que caía sobre uma boca de expressão seca e queixo proeminente, ainda mais ambicioso que Filipe, o Temerário e péssimo administrador - dedicava-se a assinar ordens de pagamento futuro -, tinha um caráter duro, cínico, pérfido, duro, sombrio e inimigo dos prazeres. Para ele, todos os meios eram bons para atingir os seus fins e, antes de mais, o controlo permanente dos assuntos públicos. Entre os dois primos, a rivalidade logo se transformou em ódio. Quando o orleans escolheu como emblema a bengala com nó, presságio e símbolo dos golpes que pretendia infligir ao adversário, encheu a sua com escovas de marceneiro de prata, que serviriam para achatar os porretes do inimigo. Imediatamente, Juan quis agir como dono da situação e impor-se na corte de Paris. Ganhou assim a inimizade da rainha, que se aproximou do duque de Orleans, a tal ponto que se espalharam rumores de que eram amantes. No momento em que o ambicioso João se dirigia para Paris com um poderoso exército, a rainha e Orleans organizaram uma conspiração para levar consigo o delfim Luís. Em 1405, não conseguiram levar o jovem príncipe para além de Juvisy, onde os borgonheses o alcançaram e o levaram consigo. A partir de então, o conselho real foi palco de constantes altercações entre Luís e Juan, que dificilmente poderiam ser evitadas de se transformarem numa guerra civil aberta, uma vez que ambas as partes estavam preparadas sob qualquer pretexto para recrutar tropas. Porém, a situação pareceu se acalmar, quando o borgonhese, para acabar com a situação, decidiu assassinar o rival. Em uma noite escura de novembro de 1407, Luís de Orleans, que acabara de passar a noite na residência da rainha no palácio de Barbette, caiu em uma emboscada. Ele e sua pequena escolta foram assassinados por espadachins a soldo do duque de Borgonha na Rue Vielle-du-Temple. A investigação rapidamente mostrou quem era o culpado. Dois dias depois, João, o Destemido, no conselho real, confessou num aparte ao duque de Berry e a Luís II de Anjou que havia ordenado o assassinato "por instigação do diabo". No dia seguinte ele foi proibido de entrar no conselho. Depois, temendo pela sua vida, fugiu apressadamente e não parou até chegar a Lille, onde sabia que estava seguro.

III. A GUERRA CIVIL

O assassinato de Luís de Orleans pareceu, a princípio, um enorme erro político. Todos os príncipes se reuniram em torno de uma viúva angustiada, Valentina Visconti, para se vingar em nome dos filhos do falecido duque. Mas o assassino só poderia ser reprimido através do uso da força. Os príncipes não decidiram claramente sobre isso. Seu chefe, o duque de Berry, era um velho pacífico, único irmão sobrevivente de Carlos V, inimigo da aventura e preocupado apenas com seu bem-estar. O Anjou e o próprio Bourbon evitaram o problema. Valentina precisava de um campeão mais determinado, embora não consiga encontrá-lo na vida. Só depois da sua morte se oferecerá para esse fim o conde de Armagnac, Bernardo VII, ambicioso mercenário, cuja filha se casará com o jovem Carlos de Orleans em 1410 e que poucos anos depois, em 1416, receberá o título de condestável. espada. Bernardo contribuiu para o genro na luta civil com suas temíveis faixas gascões, que tinham como sinal distintivo uma faixa branca cruzada. Este apoio foi tão importante que o partido orleanista logo seria conhecido pelo odioso nome de Armagnacs. Mas, por enquanto, Valentina estava sozinha no seu luto, sem contar com a ajuda da rainha ou do delfim, Luís de Guyenne, casado com uma prima da Borgonha. O rei, a quem a bela viúva se dirigiu em busca de vingança, inicialmente parecia perturbado pela trágica morte do irmão, mas, nos seus poucos momentos de lucidez, apenas aspirava a restabelecer a harmonia no seio da família real. Juan sin Miedo, no seu refúgio flamenco, sabia disso. Ele convidou seu tio Berry e seu primo Anjou para conversas em Amiens; estabelecendo suas condições para pedir perdão. Em fevereiro de 1408, ousou aparecer em Paris, sabendo que este era o prelúdio para a recuperação do favor, mascarado numa reconciliação geral. Isso ainda levará algum tempo para ocorrer, devido a diversos contratempos. Por fim, a cerimónia forçada pelo rei terá lugar, em Chartres, no dia 9 de março de 1409; Todos os príncipes proclamaram o esquecimento das lesões do passado, juraram amizade e prometeram manter a paz. É a primeira desta série de Pazs Fictícias que se prolongará por dez anos, sem, no entanto, conseguir evitar que a guerra civil volte a agravar-se imediatamente.

Mesmo antes de se tornar o principal beneficiário da paz de Chartres, João, o Destemido, já tinha começado, com toda a frieza, a tirar partido da sua situação. Não lhe bastava ter sido readmitido no conselho e ocupar modestamente o papel de rebelde praticamente perdoado. Pretendia, com cinismo insolente, justificar os seus atos e apresentar-se como defensor dos interesses públicos. Ele encomendou a demonstração da justiça do assassinato de 1407 a Jean Petit, um estudante universitário que havia adquirido fama por sua participação na questão do cisma. Ele escreveu uma *Justificação* que, com toda a audácia, apresentou ao rei e ao seu conselho em março de 1408. Enumerou de forma abrangente todos os desperdícios, operações fraudulentas e exações que Luís de Orleans havia cometido às custas do Tesouro do Estado. Todo tipo de fofoca tinha lugar nele, já que Luis, cínico e corrupto, embora de espírito curioso, mas versátil e inconsciente, havia espalhado rumores infames sobre ele. Houve acusações de adultério, costumes licenciosos, práticas mágicas, sem que fosse possível distinguir o que era verdadeiro do que era falso. A conclusão mais claramente obtida foi que Luís se comportou como um "verdadeiro tirano". E, como a moral cristã, a lição da história e os tratados dos médicos admitiram o tiranicídio,

e até o converteram num dever de consciência, "lícito e meritório", o crime de 1407 tornou-se, na visão do professor Jean Petit, num feito, numa ação de justiça e amor à coroa. A tentativa de Valentina Visconti de desmantelar ponto por ponto, através de advogados contratados, as abordagens do audacioso agente da Borgonha foi em vão. Surgiu uma grande controvérsia, mas o sino foi tocado. Juan sin Miedo apelou à opinião pública e esta, no seu conjunto, apoiou-o.

Uma manobra ainda mais hábil serviu para colocá-la incondicionalmente a seu favor. A anarquia administrativa, que aumentava incessantemente, alarmava todas as classes da sociedade, que sofriam mais com os seus efeitos do que com os confrontos entre os príncipes. Solicitava-se uma purificação dos seus serviços, uma economia de austeridade e o regresso ao bom funcionamento do governo. Os professores da Universidade, tentados pelo papel brilhante que acabavam de desempenhar na política eclesiástica, acreditaram que eram chamados a reformar o Estado de acordo com os princípios da razão. Faltava-lhes completamente um programa prático, mas o seu desejo completamente platónico de reformas foi aumentado pelo seu orgulho como intelectuais habilidosos em silogismos.

A burguesia parisiense, rebelde por natureza e hostil desde a época de Stephen Marcel às arbitrariedades dos funcionários monárquicos e que alimentara, no início do reinado, abusos cuja memória ainda não tinha sido apagada vinte anos depois, constituía uma estrutura mais sólida. oposição e mais eficaz devido à sua natureza prática. Por outro lado, o Estado parecia incapaz de se reformar. Em janeiro de 1401, pretextando uma recuperação da saúde por parte do rei, alguns altos funcionários clarividentes ou temerosos ordenaram a promulgação de um decreto de reforma que suprimiu numerosos cargos inúteis, que submeteu o regime de "descargas" a um controle mais rigoroso e. que expandiu o sistema de recrutamento através de eleição ou cooptação a todos os principais órgãos do Estado e aos funcionários locais da justiça e das finanças. Nenhuma destas medidas foi aplicada. Os cargos multiplicaram-se, através de nomeações arbitrárias, com as quais o caos se tornou maior. Pouco depois do assassinato de Luís de Orleans e diante da agitação e da ameaça de uma guerra civil, na qual a corte estava atolada, um novo decreto de janeiro de 1408 promulgou disposições ainda mais drásticas do que as de 1401, suprimindo alguns serviços de uma só vez. inútil e proibiu qualquer nova alienação do domínio real. As revoltas que se seguiram impediram a realização destes propósitos teóricos.

Juan sin Miedo assumiu então de forma decisiva a liderança do partido reformista. Já em 1405, quando ocorreu a fuga frustrada do Delfim, ele havia defendido perante o conselho real um programa de reformas do *Hôtel* , da administração do domínio e da justiça, anunciando publicamente o seu desejo de proteger o povo contra os abusos de que era objeto. . Este manifesto, que não foi posto em prática, deu-lhe, no entanto, popularidade. Após a paz de Chartres, ele repetiu a tentativa. Uma portaria decretou a reforma do domínio, simplificando o quadro administrativo e reduzindo salários. Uma comissão de inquérito foi encarregada de colocar as finanças em ordem. Os tribunais e a administração do tesouro foram expurgados através de demissões em massa. Jean de Montagu, último sobrevivente dos Marmousets e administrador de todas as finanças do rei,

foi preso e executado em outubro de 1409. Estas medidas transformaram o duque de Borgonha no ídolo de Paris.

Quando teve o rei nas mãos graças à sua frieza e colocou seus peões em posições-chave e contando com o apoio seguro e incondicional da capital, Juan conseguiu enfrentar a oposição dos príncipes, todos aliados contra sua ditadura, sem temer. . Ele os empurrou para a rebelião, empurrando-os desdenhosamente para a ilegalidade. A guerra civil entre os mercenários da Borgonha e os bandos Armagnac recomeçou, de forma oculta, ao longo do ano de 1410, a partir do momento em que os duques de Orleans, Berry e Anjou assinaram conjuntamente o Pacto de Gien. Mas os príncipes ainda hesitaram quando se tratava de rebelião aberta, aceitando uma nova reconciliação na paz de Bicêtre. Eliminados do conselho, longe de Paris, em julho de 1411 resignaram-se à ruptura, conseguida através de um novo desafio de Carlos de Orleans ao duque de Borgonha. Juan manteve o apoio, através de presentes e lisonjas, da turbulenta burguesia parisiense, dominada pela corporação de açougueiros, com Simón Caboche, esfolador do grande açougue; Os professores da Universidade também estiveram a seu favor, especialmente o teólogo Pierre Cauchon, futuro bispo de Beauvais, de sinistra memória. O espírito democrático de alguns e o desejo de reformas de outros serviram como instrumento de pressão para manter o rei e os seus conselheiros sob dura proteção. Um manifesto da Borgonha promulgado no outono de 1411 designava nominalmente, para a ira do povo, todos aqueles que, em Paris, continuavam apoiadores de Orleans ou eram "odiosos" ao poderoso duque. Eles foram cruelmente perseguidos. Entre outros, o grão-mestre dos alabardeiros e o condestável Carlos de Albret foram destituídos de seus cargos.

Mas Juan Destemido não queria deixar nada ao acaso. Os príncipes eram poderosos, ainda gozando de grande prestígio e controlando mais da metade do reino. Tinham-se reunido em torno do Duque de Berry, o último veterano de uma época passada e que evocava memórias de prestígio. Ao seu lado estavam Carlos de Orleans e seu sogro Armagnac, João I de Bourbon, o condestável de Albert, enquanto a rainha e os filhos mais novos do rei os apoiavam secretamente. Para cumprir seus propósitos, Juan precisava de apoio externo. Este príncipe francês, que desejava fervorosamente a exaltação em seu próprio benefício da monarquia Valois, deu felizmente o primeiro passo no caminho da traição. Em Londres solicitou o envio de uma expedição inglesa prometendo - ou, pelo menos, é o boato espalhado pelos seus inimigos - a entrega de Dunquerque e outras localidades flamengas, bem como ajuda para a conquista da Normandia pelos Lancastrianos. Sincero ou não, ele fez parecer que tinha o propósito, se necessário, de fragmentar o reino. Henrique IV, apesar da opinião de seus meio-irmãos, os Beauforts, e de seu filho primogênito, permaneceu desconfiado e hesitou em dar tudo de si até que a presa estivesse completamente madura. Em outubro de 1411, limitou-se a enviar um pequeno contingente de 2.000 homens para Calais, o que foi suficiente para levantar o cerco de Paris iniciado pelos príncipes e tomar Étampes, mas incapaz de empreender sozinho a conquista de uma província. A pequena expedição inglesa — a primeira a pisar solo francês em 28 anos — logo reembarcou.

Rejeitados em Paris, ao sul do Loire, e temerosos das forças que o duque de Borgonha poderia reunir contra eles durante os meses de inverno, ao convocar a hoste, Berry,

Bourbon, Orleans, Armagnac e Albret também pediram ajuda a Henrique IV . O rei da Inglaterra não sabia para que lado se inclinar, não quis intervir pessoalmente e ficou paralisado por algum tempo. Um acordo assinado em Bourges, em maio de 1412, que logo foi conhecido pelos espiões da Borgonha, culminou com a traição dos príncipes, depois da Borgonha. Os rebeldes, em troca do envio de uma força expedicionária de 4.000 homens, que só estariam ao seu serviço durante três meses, prometeram aos Lancasters a devolução das províncias do sudoeste reconquistadas desde 1369, tendo a rendição das fortalezas gascões em que permaneciam. Guarnições francesas. Nos seus últimos dias, Berry renunciou assim a toda a obra de Carlos V, da qual, no entanto, tinha participado. Felizmente, quando no final do verão as tropas de Thomas de Clarence, segundo filho do rei da Inglaterra, desembarcaram no Cotentin, cruzaram o Anjou e chegaram ao Poitou, tudo acabou. Um exército da Borgonha antecipou-se, ocupando Berry e ameaçando os Bourbonnais, forçando rapidamente o velho duque a capitular. O resto dos príncipes submeteram-se imediatamente ao tratado de Auxerre (agosto de 1412). Uma nova reconciliação solene da família real ocorreu diante das representações dos grandes órgãos do Estado, da burguesia parisiense e da Universidade. A anistia promulgada posteriormente causou ondas de alegria, pois se acreditava que havia chegado o momento de superar as lutas internas. Só os habitantes de Poitou tiveram que fazer um sério esforço financeiro para comprar a parte dos mercenários ingleses, que se retiraram para Bordéus.

Na realidade, Juan sin Miedo saiu da luta ampliado e fortalecido. Com alguma demora, e tendo-o provocado, preocupou-se com o perigo inglês e quis preparar-se para a guerra, agora provável, senão inevitável. Para obter os subsídios necessários e completar a purificação já iniciada desde 1411, forçou a decisão de convocar os Estados do Languedoïl, cuja consulta foi negligenciada durante mais de trinta anos. Ele planejava realizar um plebiscito sobre sua política pelos representantes das três ordens. Os príncipes, humilhados, não ousaram aparecer e esperaram longe de Paris pelo desenrolar dos acontecimentos. Os representantes das províncias, devido à insegurança das estradas, não compareceram em grande número. O duque de Borgonha e os seus aliados parisienses comportaram-se como donos da situação. Ninguém poderia prever que Juan vivia então os últimos meses de uma ditadura que durava quase quatro anos.

Desde o início das sessões, iniciadas em 30 de janeiro de 1413, parecia evidente que os Estados não queriam ouvir falar de subsídio até que as tão esperadas reformas fossem realizadas. As reclamações inicialmente difusas dos palestrantes foram seguidas de planos de ação precisos e requisitos relevantes; O carmelita Eustache de Pavilly mencionou os nomes de cerca de trinta funcionários concussivos, exigindo demissões e confiscos em massa, cujos rendimentos serviriam para colocar um exército em pé de guerra. Após um mês de negociações, o governo real teve de ceder sob a pressão das críticas. Em 24 de Fevereiro, demitiu todos os responsáveis financeiros e nomeou uma comissão de investigação de doze membros – incluindo Pierre Cauchon – encarregada de propor sanções e preparar reformas. Enquanto ele realizava seu trabalho lentamente, os partidários dos príncipes, ameaçados com suas vidas e propriedades, reuniram-se. Eles ainda eram muito numerosos em torno da rainha, cujo irmão, Luís da Baviera, gozava de um favor descarado, e no *Hôtel* del Dauphin, Luís de Guyenne, a quem se juntou o enérgico

Pierre des Essarts, ex-reitor de Paris, demitido pelo duque. da Borgonha. Mensageiros foram enviados para se encontrarem com os príncipes do partido de Orleans, exilados voluntariamente em seus *apanágios* . Juan Sin Miedo desencadeou uma revolta contra eles. Liderados pelo temível açougueiro Simón Caboche, os burgueses revoltaram-se em 27 de abril, sitiando a Bastilha, de onde tomaram Pierre des Essarts, invadiram o *Hôtel* del Dauphin, fizeram prisioneiros os seus favoritos e assassinaram os odiados Armagnacs em toda a cidade. Durante quatro semanas, os distúrbios continuaram incessantemente. Quase diariamente, a multidão invadia o Palácio de São Paulo, exigindo do aterrorizado rei novas vítimas e a publicação das reformas. Seus pedidos foram prontamente atendidos. Foram necessários dois dias inteiros, 26 e 27 de maio, para ler, diante do Parlamento, o texto da grande portaria de 259 artigos, à qual a história deu o infame apelido de “cabochienne”.

Mais uma vez não houve nada de revolucionário neste texto, ditado, porém, pela pressão da revolta. Tratava-se simplesmente de reformar a administração, simplificar os serviços, pregar a poupança, abolir os abusos e equilibrar o orçamento. Contentou-se, na sua maior parte, em recolher, ampliar e codificar textos anteriores, que permaneceram letra morta ou se tornaram obsoletos desde a queda dos Marmousets. Existem, no entanto, algumas características originais que merecem ser mencionadas, para avaliar o alcance crescente que a administração monárquica teve no país. Os funcionários monárquicos não foram mais atacados, mas sim a sua má gestão. Os nobres de 1315 levantaram a voz contra as instituições reais. A oposição “Cabochienne” só queria melhorar o seu funcionamento, sem exigir qualquer controlo que não fosse o dos próprios funcionários. Já não se falava dos Estados; Eles abandonaram todas as suas ambições nas mãos dos oficiais. Já não se tratava, como em 1356, de colocar sob tutela a realeza empobrecida, e menos ainda, como muitas vezes se repete erroneamente, de conceder uma "constituição" ao reino. Um avanço tão grande em direcção ao absolutismo monárquico foi o legado da guerra contra a Inglaterra, que demonstrou a necessidade de um poder forte e eficaz.

O interesse em voltar a colocar a Câmara de Contas como centro de todo o controlo está claramente distinguido na portaria Caboche. O seu pessoal, reduzido a proporções razoáveis, participaria na nomeação de quase todos os funcionários, adoptaria métodos de contabilidade mais rápidos, receberia um relatório mensal sobre a situação do Tesouro, bem como um inventário anual do domínio por todos os oficiais de justiça. e senescais, e seis vezes ao ano as contas de gestão do preceptor geral do auxílio. Quaisquer novas despesas teriam que receber aprovação antes de serem feitas. Ao simplificar a máquina administrativa, a portaria tratava de uma fusão que, se tivesse ocorrido, teria modificado os métodos cujo procedimento se manteve até 1789. Não ousou unir sob uma só mão, nas províncias, os itens provenientes da administração do domínio, arrecadados pelos bailiwicks, e pagamentos de ajudas, que eram feitos através de *eleições* . Mas na administração central, aboliu os dois corpos de tesoureiros, um para o domínio e outro para generais, para ajuda, e substituiu-os por "dois agentes encarregados do governo de todas as finanças do reino", verdadeiros ministros das finanças , que controlava a maior parte da renda, independentemente de sua origem. A supressão dos empregos, a aceleração dos meios de controlo tinham apenas um objectivo: o saneamento das finanças. Como primeira medida, decidiu-se realizar um empréstimo forçado aos beneficiários das

concessões reais: todos aqueles que tivessem recebido, desde 1409, donativos a expensas de ajudas teriam de devolver metade ao Estado, sob a forma de um emprestimo. No futuro, metade das receitas da ajuda seria depositada em Paris, num tesouro especial, estritamente reservado para fins de guerra e que aumentaria o montante das multas e confiscos impostos aos funcionários infiéis. Se tudo fosse concluído nos prazos previstos, não seria necessária a criação de novos impostos, uma vez que o país ainda era próspero o suficiente para enfrentar, sem imposições adicionais, os ataques do inimigo inglês.

Este autêntico monumento de prudência administrativa teve o infeliz destino daquelas reformas que chegaram tarde demais. Promulgada sob a pressão da rebelião, a portaria de Caboche deu a impressão de ser obra de um partido, carecendo da colaboração geral necessária para a sua aplicação. A turbulência dos açougueiros parisienses, perigosamente incitada pelo duque de Borgonha, não cessou no final de maio. Os manifestantes continuaram as suas práticas, prendendo suspeitos e realizando execuções arbitrárias. A burguesia moderada sentiu medo. Habilmente conduzida por Jean Jouvenel, ex-guarda da reitoria dos mercadores e advogado do rei, ela abordou o Delfim e o encorajou a negociar com os príncipes a Paz de Pontoise, assinada no final de julho. No dia 4 de agosto, Luis de Guyena caminhou triunfalmente pelas ruas da capital, em meio ao ódio dos açougueiros, que não conseguiram assumir a Prefeitura; No dia 23 de agosto, vendo o jogo perdido, Juan sin Miedo tentou, sem sucesso, apoderar-se da pessoa do rei e, depois disso, deixou a capital, para onde só retornaria cinco anos depois. No dia 1º de setembro, Orleans e os demais príncipes do grupo chegaram a Paris, e no dia 5, em sessão solene de justiça, violaram publicamente a portaria reformadora, por ter sido imposta ao rei, sem discussão pelo conselho ou exame pelo parlamento.

A partir desse momento, o triunfo do grupo Armagnac foi consagrado. Os protegidos de Caboche e os amigos do duque de Borgonha, por sua vez, experimentaram os rigores do exílio, da prisão, dos confiscos e, às vezes, da morte. Os partidários dos príncipes recuperaram suas posições e suas propriedades. Carlos de Albret recuperou a espada do condestável, que recolheu após a morte do temível conde de Armagnac na batalha de Azincourt. Os bandos gascões deste último guardavam a capital e mantinham a ordem com mão de ferro. Um “conselho de fé” presidido pelo bispo de Paris e movido pela oratória retórica de Gerson, foi responsável pela condenação, sob fundamento de heresia, do pedido de desculpas pelo tiranicídio do professor Jean Petit, lavando a memória através deste auto-da-fé do falecido duque de Orleans. Tudo voltou assim à ordem, ou melhor, à desordem. A monarquia foi mais uma vez saqueada e saqueada por aqueles que deveriam defendê-la. Este foi o momento escolhido pelos líderes da Inglaterra para iniciar a conquista do reino da França.

4. DE AZINCOURT AO TRATADO DE TROYES

Ao mesmo tempo que os Estados Gerais do Languedoïl discutiam em Paris a possibilidade de um reinício da guerra, a morte de Henrique IV, em março de 1413, viu o seu filho mais

velho, Henrique V, ascender ao trono da Inglaterra. de vinte e cinco anos. Com a ascensão deste novo rei, a guerra tornou-se uma segurança quase absoluta.

Os sucessos militares do segundo soberano da dinastia Lancaster, a sua morte prematura quando estava no auge de uma glória sem precedentes, serviram para elevá-lo muito alto, talvez demasiado alto, na estimativa da posteridade. Por uma singular ironia do destino, o primeiro rei de Inglaterra que tinha um pouco de sangue inglês nas veias e que começou a escrever alguns documentos da sua chancelaria em inglês, era precisamente o homem que estava prestes a finalmente realizar o sonho dos seus antecessores Plantagenetas. : a união na mesma pessoa das duas coroas mais prestigiadas do Ocidente. Para ter sucesso num programa em que Eduardo III falhou, com forças substancialmente iguais, eram necessárias qualidades eminentes, que não faltaram a Henrique V. Mais tarde, ele seria censurado por sua juventude corrupta, muito pouco condizente com a aparência de piedade que o caracterizava. o soberano. Em todos os aspectos, a sua juventude foi tão tempestuosa quanto reveladora: duro treino militar nas campanhas galesas e uma sede de poder que não parava diante de nada. Quando, a partir de 1408, Henrique IV ficou debilitado pela doença, o príncipe herdeiro, lembrando-se da ambição desenfreada dos filhos de Henrique II Plantageneta, ascendeu à posição de liderança, reuniu ao seu redor seus apoiadores e aliou-se contra seu pai com seus Tios Beaufort. Queria desempenhar um papel importante na política, era a favor da aliança com o duque de Borgonha e condenava o envio de ajuda aos príncipes de Armagnac. Houve até um momento, no outono de 1411, em que ele chegou a exigir a abdicação do pai em seu favor. Tal impaciência, mal contida, já mostrava um príncipe seguro de si, tanto na sua força como nos seus direitos. O exercício do poder destacou outros traços de seu caráter. Um capitão corajoso, ele também foi, como foi dito de seu ancestral Eduardo I e dos grandes Plantagenetas, um burocrata ordeiro, um bom administrador e um juiz implacável. Ele era um adversário temível da França, onde só encontrou apoiadores, e de uma Europa governada por fantoches, e ainda mais temível porque suas qualidades eram acompanhadas de traços de caráter desagradáveis. Estas características foram um prelúdio de um príncipe dos novos tempos: a sua piedade hipócrita, a hipocrisia das suas ações, a ficção de estar ao serviço da lei e desfazer erros quando na realidade só procurava o seu próprio benefício, bem como a crueldade de sua vingança. Henrique pertencia claramente ao seu século: o dos tiranos italianos, o de Luís XI, a milhares de léguas dos reis cavalheirescos, cuja herança colecionou e cujos projetos herdou.

Abordaremos brevemente a sua política insular. Henrique esperava dos seus súbditos ingleses, em particular, o apoio necessário para concretizar as suas ambições no continente. A história da Inglaterra se resume, por muitos anos, como uma época de preservação da ordem e de constantes preparativos militares. O país, cansado dos problemas internos, deixou-se liderar por um monarca enérgico. Assim que terminou as últimas tentativas de revoltas, tudo voltou à calma. A sua ascensão ao trono foi o ponto de partida de uma última revolta em que se alinharam os últimos apoiantes de Ricardo II, liderados por um simples cavaleiro, Oldcastle, obcecado pelas suas simpatias a favor do lollardismo. Uma vez capturado e executado, após aventuras românticas, a ordem não será perturbada novamente. Nada é tão significativo como a facilidade com que o reino aceitou

novos sacrifícios, deixando-se impor com terríveis encargos militares. Embora Henrique IV tivesse tido problemas terríveis na execução de suas campanhas no País de Gales, seu sucessor preparou uma nova expedição continental sem oposição significativa. Não foram necessárias reformas legislativas, uma vez que a organização anterior era suficiente, reforçada apenas pela autoridade de um soberano popular. Ele soube galvanizar a opinião pública contra os desleais franceses e associá-la às suas ambições conquistadoras e, em novembro de 1414, um Parlamento concedeu sem dificuldade os grandes subsídios que eram exigidos. Com relativa rapidez, o recrutamento de mercenários, a convocação do serviço de hostes feudais, o dos contingentes de infantaria através das comissões *de matriz* , a acumulação de munições e provisões nos portos do canal, bem como a requisição de navios. Quando a ruptura ocorreu no verão de 1415, Henrique havia lançado um poderoso exército, maior que o de Eduardo III, que chegava a doze mil combatentes, um número considerável para a época.

Mostrou a mesma energia e habilidade na preparação diplomática que estava destinada a confrontar o seu adversário com a capitulação ou a guerra. Até o seu advento, Henrique foi um defensor declarado dos borgonheses e adversário dos príncipes da facção Armagnac. Ora, negociou ao mesmo tempo com os dois grupos, esperando melhores resultados deste último do que do primeiro, já que João Sem Medo nada mais era do que um estrangeiro, obrigado neste momento a isolar-se nos seus domínios, enquanto os Armagnacs dominavam com uma mão tirânica.

Refugiado na Flandres desde setembro de 1413, João Sem Medo sonhava com a vingança contra os odiados Armagnacs. Mas o exército que ele reuniu às pressas falhou em sua tentativa de tomar Paris em fevereiro de 1414, e os Armagnacs imediatamente levaram o rei com eles para a Picardia e chegaram diante das muralhas de Arras, com a intenção nada menos do que acabar com ele por deserdando-o à força. Mas, tal como o seu pai, João, o Destemido, nunca se esqueceu de que era antes de mais nada um príncipe de Valois, um vassalo da coroa francesa. Ele não teve de forma alguma a ideia de criar um Estado engrandecido da Borgonha às custas de um reino da França do qual se tornaria independente e que, além disso, colocaria em mãos estrangeiras. Esta nem será a política do seu filho, apesar do que foi escrito sobre isso. Ele apenas aspirava recuperar o primeiro lugar, que acreditava lhe pertencer por direito, nos concílios de Carlos VI e governar o reino, expulsando dele os príncipes rivais. Mas, sendo as suas próprias forças insuficientes, ele precisava encontrar o apoio dos Lancastrianos a qualquer custo. Ele enviou emissários para Londres e por sua vez recebeu agentes ingleses em Lille e Bruges. As propostas da Borgonha foram concretizadas na conferência de Leicester, realizada em maio de 1414. Nesta altura, apenas se pensavam em operações modestas. Juan recrutaria uma tropa de mil soldados e os Lancasters lhe forneceriam o dobro da quantia. Juntos, travariam uma guerra não contra o rei, mas contra os príncipes rebeldes, como em 1411, e, como aliados, dividiriam os despojos um do outro. Henrique confiscaria em seu próprio benefício os domínios aquitânicos de Albret e Armagnac, anexaria o condado de Angoulême, que pertencia aos Orleães, e teria também uma parte dos *apanágios* de Bourbon, Alençon e Eu. As negociações continuaram em agosto, em Ypres. Os ingleses, insatisfeitos com acordos tão complicados, queriam saber até onde iriam as concessões da Borgonha. Seria-lhes

concedida a grande Aquitânia planeada em Bretigny? Eles poderiam adicionar, como prometido, o Berry? O título de rei da França seria reconhecido? Assustado com a enormidade das reivindicações, Juan não decidiu pôr em risco os seus planos pessoais para alcançar a hegemonia. No último momento, ele recuou e interrompeu as conversas.

As negociações inglesas com os Armagnacs tiveram desde o início um tom muito mais favorável. Tal como os seus antecessores, Henrique V exigiu a coroa de França, mas, também como os seus antecessores, deu a entender que se contentaria, se necessário, com concessões territoriais. Nada parecia, portanto, ter mudado no conflito entre os dois soberanos. Falaram primeiro do resgate de João, o Bom, cujo pagamento foi exigido depois de cinquenta anos, e da Aquitânia, que se pretendia regressar à forma como tinha sido planeado no Tratado de Calais. Além disso, renovando o gesto de Ricardo II, o soberano de Lancaster pediu a mão de Catarina, filha de Carlos VI. Mas para cada nova embaixada — primeiro em Paris, em agosto de 1413; em Leulinghen, em setembro; em Londres, em novembro, e mais uma vez em Paris, em janeiro de 1414 — as exigências territoriais inglesas aumentaram desproporcionalmente. Já se falava nada menos do que a reconstrução do antigo império Plantageneta: Anjou, Maine, Touraine, Normandia e o tributo da Bretanha. Depois, seguindo a tática de exigir muito e depois baixá-lo, foi solicitada a soberania sobre Flandres e Artois, para distanciar os Valois de Calais, transformando o duque de Borgonha em vassalo da Inglaterra. Mesmo fora do reino de França, os príncipes de Anjou foram obrigados a ceder a Provença, invocando os supostos direitos que a esposa de Henrique III tivera, cento e cinquenta anos antes. Assustados com exigências tão elevadas, Luís de Guyenne e os príncipes de Armagnac foram o mais longe possível no campo das concessões. Aceitaram o regresso aos tristes dias de João Bom: pagamento do resto do resgate, fixado em 1.600.000 escudos, concessão de um dote de 2 milhões de francos à jovem Catarina e estabelecimento de uma grande Aquitânia soberana. Mas Henrique só aceitou a renúncia ao trono da França com a condição de dominar completamente o seu titular. A Aquitânia não lhe interessava, porque sabia que os Valois, se continuassem a ser proprietários das províncias ao norte do Loire, mais cedo ou mais tarde conseguiriam livrar-se da sua tutela. Político melhor que Eduardo III, ele exigiu que pelo menos a Normandia lhe fosse dada. Assim, situada entre o grande feudo que desde a época de Filipe Augusto fora tomado aos Plantagenetas e aos domínios da Borgonha, a monarquia francesa, definitivamente diminuída, ficaria à mercê do governo de Londres. A conferência de Paris terminou em ruptura no final de fevereiro de 1415. A chegada a Winchester dos embaixadores de Carlos VI em julho para reclamar da deslealdade inglesa e relembrar todas as afrontas passadas, ao mesmo tempo que denunciavam violações das tréguas, que se multiplicaram nos últimos meses - o Os gascões, galvanizados pelo duque de Clarence, recuperaram todos os lugares perdidos desde 1403, invadiram Saintonge e ameaçaram La Rochelle, enquanto os marinheiros ingleses lançaram um ataque contra Dieppe - e reiteraram as suas ofertas e concessões. Incapaz de obter deles a concessão da Normandia, Henrique os dispensou, acrescentando que logo os seguiria e atribuindo a responsabilidade da guerra à França.

O verão estava avançado demais para pensar em uma campanha longa. Mas o exército estava pronto para entrar em combate. Era preciso também aproveitar a boa disposição do

duque de Borgonha, que ainda estava furioso com o ostracismo em que os Armagnacs o tinham. No outono de 1414, os moderados, que encontraram o seu líder na pessoa de Luís de Guyenne, um jovem delfim de dezassete anos, fizeram uma nova e séria tentativa, mais uma vez, de reconciliar ambos os partidos. Mas a Paz de Arras, negociada em setembro e ratificada com dificuldade em fevereiro de 1415, embora tivesse levantado as sentenças de exílio pronunciadas contra João sem Medo, não lhe devolveu o poder, nem sequer lhe concedeu reparações de honra que lhe eram atribuídas. a vaidade deu muita importância e excluiu da anistia quinhentos de seus mais fiéis apoiadores. Adotou então uma atitude de neutralidade hostil, embora sem dúvida autorizasse os seus irmãos António de Brabante e Filipe de Nevers a juntarem-se à hoste do rei, na qual encontrariam a morte. Ele, por sua vez, não o fez nem enviou qualquer contingente.

Depois de confiar a regência da Inglaterra a seu irmão João, duque de Bedford, e de emitir proclamações hipócritas nas quais se vangloriava de restaurar a paz e a prosperidade a uma França aniquilada, Henrique V embarcou em 10 de agosto. Na noite de 13 para 14 desembarcou em Chef de Caux, na foz do Sena, na mesma Normandia cuja conquista pretendia em primeiro lugar. Demorou quase um mês para provocar a capitulação de Harfleur, que, não recebendo ajuda a tempo, rendeu-se em 14 de setembro. Pensou em fazer da cidade uma segunda Calais, para o que expulsou os seus habitantes e trouxe colonos ingleses. Então, como Eduardo III havia feito em 1346, ele retirou-se para o norte, não querendo passar o inverno em solo inimigo. O governo Armagnac tinha conseguido reunir, perto de Ruão, um exército de vassalos, mas desde o início teve lacunas significativas, causadas pela ausência de contingentes borgonheses e bretões. Foi, apesar de tudo, mais numeroso e agressivo que o do invasor, obrigado a deixar guarnições e feridos para trás. Ele imprudentemente começou a perseguir os fugitivos, apesar do conselho prudente do velho duque de Berry, que apoiava as táticas protelatórias de Carlos V. Sessenta e nove anos depois, o erro cometido em Crécy se repetiu. Henrique, vendo sua retirada interrompida pelo marechal Boucicaut, que o perseguia sem lhe dar trégua, esperou por seus perseguidores nas planícies de Artois, em Azincourt, perto da residência borgonhesa de Hesdin. O entrincheiramento da infantaria inglesa e os tiros precisos dos seus arqueiros, bem como o terreno, molhado pelas chuvas torrenciais, obrigaram a cavalaria francesa a lutar a pé. Foi exterminado em 25 de outubro. O vencedor apenas se apressou em retornar a Calais para reembarcar (16 de novembro).

A campanha de Azincourt não significou nada decisivo. Foi apenas mais um dos muitos passeios que aconteceram. Derrotado, embora não afundado, o governo de Carlos VI tentou a intervenção dos seus amigos estrangeiros. Enquanto Armagnac, nomeado policial, tentava em vão recuperar Harfleur, a mediação do imperador Sigismundo foi aceita. O irmão mais novo de Venceslau da Boêmia, Sigismundo de Luxemburgo, que um casamento feliz tornou rei da Hungria, era um príncipe fraco, mas vaidoso, convencido de que nasceu para realizar grandes feitos. Durante alguns anos, a sorte sorriu para ele. Após a morte de Roberto do Palatinado, em 1410, e embora seu irmão Venceslau ainda estivesse vivo, embora cada vez mais devotado à bebida, os príncipes alemães o elegeram rei dos romanos. Do seu ponto de vista, a majestade imperial concedeu-lhe o magistério supremo sobre toda a cristandade. Ele assumiu decididamente a bandeira da união da Igreja, abandonada pelos Valois desde o

concílio de Pisa e o início da guerra civil. Embora a maioria dos príncipes tenha reconhecido Alexandre V e depois o seu sucessor, João XXIII, que emergiu no tumultuado concílio de Pisa, os outros dois pontífices, Bento XIII, que se refugiou em Perpignan, e Gregório ainda os apoiavam. A convocação de um concílio ecumênico foi necessária para acabar com o cisma de três cabeças. Sigismundo exigiu que fosse realizada em terras imperiais, em Constança. Ele imediatamente se tornou o guia, suporte e dono do conselho. Ele apoiou os padres conciliares na luta contra João XXIII, cuja deposição ele causou. Ele forçou os príncipes da Baviera a abandonarem a causa de Gregório XII. Nos últimos dias de 1415, dirigiu-se ao Midi francês e reuniu-se em Narbona com os soberanos espanhóis, obtendo de Castela e Aragão a sua recusa em continuar a apoiar Bento XVI. Em Constança, os confrontos entre os apoiantes universitários da Borgonha e os delegados dos Armagnacs, entre ingleses e franceses, estavam prestes a adiar indefinidamente a eleição de um único Papa e a reforma da Igreja. Para completar o seu trabalho, Sigismundo impôs a sua mediação entre os Lancasters e os Valois.

Ele foi primeiro para Paris, onde foi recebido miseravelmente por uma corte empobrecida, devastada por derrotas e duelos. O palácio de São Paulo nada mais era do que a residência de um rei louco e arruinado; o eco das suas antigas festas desvaneceu-se nas suas paredes tristes. Ele então foi para a Inglaterra. Henrique V, lisonjeando a sua vaidade, ofereceu-lhe espetáculos magníficos, mostrou-lhe a adulação do seu povo, ostentando pompa e poder. Nada mais era necessário do que o inconsequente Sigismundo tomar uma decisão. Através do Tratado de Cantuária, em 15 de agosto de 1416, aliou-se aos Lancasters e prometeu iniciar a guerra contra o usurpador Valois. Na verdade, ele não tinha a intenção nem os meios para colocar em prática a sua promessa. Mas a sua traição foi o golpe final no prestígio dos Valois. Percebendo que o vento soprava em outra direção, Fearless John retomou ao mesmo tempo suas conversas com a corte de Londres. No dia 6 de outubro, em Caiais, reencontrou Henrique V e, com a sua habitual hipocrisia, deixou-o insinuar que se tornaria seu vassalo e o ajudaria a acabar com Carlos VI.

Era altura de o rei de Inglaterra explorar estas vitórias diplomáticas, que ainda seriam seguidas de alianças com os príncipes renanos, os Hansa e Aragão. Um novo esforço foi solicitado ao povo inglês e um novo exército foi equipado. Em agosto de 1417, após dois anos de ausência, Henrique V pisou novamente em solo normando. Mas desta vez não foi mais um simples passeio. Diante da inatividade do governo Armagnac, que não conseguia enfrentar tanto o invasor quanto um exército da Borgonha acampado na região de Paris, os Lancaster iniciaram a conquista sistemática da tão cobiçada província. Uma por uma, as cidades e vilas da Baixa Normandia e do Cotentin caíram. A fortaleza de Caen, corajosamente defendida, capitulou em 20 de setembro e em outubro aconteceu o mesmo com Argentan e Alençon. Antes do final da primavera seguinte, toda a região, de Cherbourg a Evreux, havia sido conquistada. Apenas os monges do Monte Saint-Michel continuaram a resistir, trancados no seu castelo rochoso com um punhado de cavaleiros fiéis.

Os Armagnacs foram então encurralados. Um após outro, os líderes da facção dos príncipes desapareceram: Carlos de Orleans e João de Bourbon estavam na Inglaterra, prisioneiros desde a batalha de Azincourt. Berry morreu em junho de 1416, assim como Luís de Guyenne, o Delfim (dezembro de 1415) e seu irmão João de Touraine (abril de

1417), bem como seu primo, Luís II de Anjou. De todos os descendentes de Carlos VI, restou apenas um adolescente desagradável, Carlos, nomeado Delfim e Duque de Touraine após a morte de seus irmãos, única esperança do partido e que, desde junho de 1417, detinha o título de "tenente-general de o rei." ". Na verdade, o tirânico policial Armagnac governou em seu nome. Ambos cometeram a imprudência fatal de antagonizar a rainha Isabel, cuja falta de vergonha aumentou com o passar dos anos. Limitaram as suas provisões, baniram-na para Blois e mais tarde para Tours. O terror Armagnac já não assustava uma população farta da situação. A Picardia e Champagne já haviam se rendido em grande parte às guarnições da Borgonha, contra a promessa de remissões de impostos. Em Paris, onde uma primeira tentativa de rebelião foi duramente reprimida em abril de 1416, esperavam apenas o sinal oportuno para se rebelarem e erguerem a cruz de Santo André, bandeira dos borgonheses. Depois de cinco anos de infortúnios, chegou a hora de John Without Fear. Em 8 de novembro de 1417, Isabel da Baviera escapou de Tours. Uma escolta borgonhesa acompanhou-a até à presença do duque, que a esperava em Chartres. Ambos então se estabeleceram em Troyes, onde ela presidiu um governo fantasma, rival ao de seu filho, autoproclamando-se "rainha da França", exercendo o governo e a administração do reino devido ao status de "monsenhor rei da França" . Uma chancelaria, serviços financeiros e um Parlamento foram organizados às pressas. A seguir, em 29 de maio de 1418, ocorreu a revolta de Paris, abrindo suas portas a João, o Destemido, e aclamando-o como seu salvador. O rei, enlouquecido, foi “libertado” dos Armagnacs, cujo massacre foi organizado. O chanceler, o policial e muitos outros caíram nas mãos dos assassinos. O Delfim conseguiu escapar e voltou alguns dias depois com os poucos homens que conseguiu reunir, iniciando o cerco de Paris. Seus indisciplinados mercenários conseguiram entrar na cidade pelo leste, mas se espalharam pelas ruas em busca de saques. Os borgonheses e os burgueses os expulsaram da cidade. Carlos não insistiu e permitiu que os vencedores atacassem as suas vítimas – mais de duas mil mortes ocorreram nos massacres. Ele retirou-se para o sul do Loire, para sua *casa* em Berry, abandonando pai e mãe e deixando todo o norte da França sob o domínio da Borgonha.

Estas últimas convulsões intestinais não mudaram em nada o curso da guerra. Juan sin Miedo, como os Armagnacs antes dele, não foi capaz de impedir o avanço inglês. Para preservar a sua reputação de amigo do povo e promotor de reformas, foi forçado a decretar a abolição das ajudas, dos impostos e das exações. O seu governo mal sobreviveu com os rendimentos do domínio, nas poucas províncias que efetivamente controlou, e com os impostos, com os pequenos e parcos subsídios que conseguiu extrair das cidades, com confiscos e empréstimos e, especialmente, com enormes desvalorizações monetárias. Quando os habitantes de Rouen, bloqueados dentro da cidade pelo impressionante equipamento de cerco utilizado por Henrique V, solicitaram a sua ajuda, João teve de lhes dizer que só deveriam confiar nas suas próprias forças. Em 13 de janeiro de 1419, após seis longos meses de combates heróicos e desesperados, a cidade capitulou e foi condenada pelo vencedor a pagar uma pesada indenização de guerra. Henrique apoderou-se então dos lugares da região de Caux e, mais tarde, deixando a conquista de Perche nas mãos dos seus tenentes, invadiu o Vexin, parou em Mantés e chegou, já em julho, a Pontoise, de onde foi apreendido no 31, apesar da guarnição da Borgonha que estava na cidade. Ao mesmo

tempo que negociou separadamente com o duque de Borgonha e com o delfim, planeou o ataque final contra Paris, escreveu ao Papa, aos cardeais, aos seus aliados da Renânia, aos príncipes da Lorena, proclamando a justiça de sua causa, denunciando os defeitos de uma França em declínio e convidando os seus amigos a participarem na empresa.

Diante do perigo, os borgonheses e o que restava do partido Armagnac se aproximaram. Durante um ano, os elementos moderados procuraram um terreno de conciliação, uma distribuição de poder entre os dois líderes dos partidos. Imposto pelo duque de Borgonha aos conselheiros do delfim, o tratado de Saint-Maur (setembro de 1418) ainda não havia chegado ao início da execução. Ele respeitou *a gestão do Dauphiné* por Carlos , bem como de Touraine, Berry e Poitou, e autorizou-o a nomear um dos três funcionários que ficariam encarregados das finanças. Mas o Destemido John não pensou nem por um momento em fazer o jogo dos ingleses, que eram poderosos demais para que ele esperasse governar em seu nome. Uma verdadeira reconciliação com o Delfim permitir-lhe-ia eliminar os últimos Armagnacs e impor a sua vontade a todo o reino, usando a aparência de um governo do Delfim. Uma primeira entrevista, realizada em Corbeil em julho de 1419, conseguiu chegar a um acordo preliminar, difícil de implementar, tendo em conta o ódio acumulado. Quando se reencontraram na ponte de Montereau, em 10 de setembro de 1419, o confronto entre os príncipes atingiu grande intensidade e os cavalheiros da comitiva de Carlos, liderados pelo bretão Tanguy du Châtel, ex-reitor de Paris e protegido de Orleans, se lançaram contra Juan sin Miedo e o esfaquearam no corpo. Do confronto que se seguiu ao acontecimento, Carlos conseguiu sair ileso, mas os borgonheses não conseguiram nem levar consigo o corpo do seu senhor.

O assassinato de Montereau, vingança distante do de Luís de Orleans, acabou fazendo com que os Armagnacs perdessem o crédito em todo o norte da França. Paris, que já começava a agitar-se contra João, o Destemido, por não ter vindo em defesa de Pontoise, juntou-se freneticamente ao partido da Borgonha. Carlos, com exceção de alguns outros lugares, ficou confinado ao centro e ao sul da França. O novo duque da Borgonha era Filipe, conde de Charolês – logo apelidado de o Bom –, genro de Carlos VI, com quem se casara com a filha, Michelle. Este jovem príncipe de vinte e cinco anos, preguiçoso e apreciador do luxo, educado pelo pai na Flandres, com cujas características e interesses se identificava, não se parecia em nada com Juan Destemido. A divisão que existia entre os seus conselheiros e até entre a sua família causou-lhe enormes dificuldades. Como fiel herdeiro da política dos dois primeiros duques da Borgonha, sentiu grande relutância em trair a sua linhagem, entregando o reino aos vitoriosos Lancastrianos. Os historiadores modernos que o consideraram disposto a abandonar os assuntos franceses para se dedicar inteiramente às suas ambições holandesas cometeram um enorme erro neste julgamento. O seu objetivo continuava a ser recuperar o primeiro lugar no governo do reino, preservando-o, na medida do possível. Ele não poderia vingar seu pai ou pôr fim ao criminoso Delfim sem a ajuda de Henrique V, mas também estava determinado a não apoiar os Lancastrianos se eles não o ajudassem, com armas, a esmagar seus inimigos pessoais. Um conselho de família, realizado em Mechelen no dia 7 de outubro, levou Philip à vingança, ou seja, empurrou-o para esta falsa posição cujos perigos acabavam de ser descritos. O acordo de Rouen, concluído em dezembro com os invasores, parecia completamente vantajoso para

os borgonheses: segundo ele, Henrique V e Filipe continuariam juntos a guerra contra o delfim, enquanto um casamento uniria as duas famílias; No caso, improvável no futuro, de Henrique assumir a coroa da França, Filipe manteria, por sua vez, uma posição de privilégio.

A escolha do duque da Borgonha condicionou a do pobre Carlos VI. A rainha Isabel, que nutria um ódio terrível pelo filho mais novo desde que este a condenou ao exílio, foi a sua melhor assistente nas longas negociações que finalmente conduziram à conclusão do Tratado de Troyes.

Tal como o Tratado de Calais pôs fim ao confronto feudal ao estabelecer uma Aquitânia separada do controlo francês, o Tratado de Troyes liquidou a luta dinástica ao tornar Henrique V o herdeiro do trono de França. O Delfim foi brutalmente marginalizado, pois este "suposto Delfim" não era, na mesma confissão de sua mãe - uma confissão um tanto tardia, por outro lado - mas um bastardo, produto de adultério, embora o nome do verdadeiro pai fosse Não mencionado. . O futuro Charles Vil, que foi banido *do* reino "devido aos seus enormes e horríveis crimes e crimes", foi deserdado pelos seus próprios parentes. Carlos VI só teve uma filha solteira, Catarina. Ele a deu como esposa ao rei Lancaster, na esperança de se tornar rei. Como "filho autêntico" e suposto herdeiro do rei louco, Henrique V, enquanto aguardava a morte do sogro, que continuava em situação miserável aos cinquenta e dois anos, exerceria a regência de facto do reino, preservando ao mesmo tempo o outrora *apanágio* da Normandia e o tributo da Bretanha. Para a manutenção da ordem, a luta contra o Delfim e o ordenamento dos negócios públicos, Enrique comprometeu-se a agir de acordo com Felipe. Nada seria mudado nas instituições do reino, preservando-as no mesmo estado em que, durante dois anos, o duque de Borgonha as manteve. Além disso, Enrique comprometeu-se a respeitar todos os direitos, todos os privilégios, todos os usos e todos os costumes. Aconteceu apenas que o reino mudou de senhor, permanecendo nas mãos do herdeiro daqueles Plantagenetas que, durante séculos, foram os vassalos mais poderosos da coroa. Usando um arranjo dinástico, um casamento francês, os Lancasters substituíram os Valois.

Ao norte do Loire, nem uma única voz se levantou contra o tratado. Filipe da Borgonha, quem o negociou, esperava sem dúvida que Henrique, demasiado ocupado com os dois reinos, deixasse nas suas mãos a própria administração da França, ao mesmo tempo que o ajudava a conquistar as províncias rebeldes, um cálculo que, aliás, não foi totalmente cumprido. No dia 2 de junho, o arcebispo de Sens abençoou o casamento dos príncipes. O Parlamento aceitou o tratado e a Universidade aprovou-o. Em dezembro, ambos os soberanos, sogro e genro, acompanhados pelo jovem duque de Borgonha, entraram em Paris, sendo recebidos pelas aclamações de uma burguesia feliz por ver como a corte regressou à cidade , após dois anos de ausência. Os estados do Languedoïl foram então obrigados a aprovar o tratado. O pesadelo da guerra civil, que se arrastava há treze anos, e o da guerra externa, que se somava à primeira há cinco anos, pareciam definitivamente distantes.

Henrique havia alcançado seu objetivo: a formação de uma "monarquia dupla" que, através de uma união pessoal, estivesse ao mesmo tempo à frente da França e da Inglaterra. Mas, na verdade, ele controlava apenas a França da Borgonha. Longe de unificar a Europa

Ocidental sob uma dinastia de prestígio, o Tratado de Troyes abriu um fosso ainda mais profundo do que antes entre as diferentes partes que dividiam a França. Qual deles venceria? Para responder a esta questão, basta examinar esta França dividida entre duas metades hostis.

VII
FRANÇA DIVIDIDA
(1418-1429)

Até muito perto dos nossos dias, o Tratado de Troyes foi denunciado por unanimidade como a capitulação mais vergonhosa que a nossa história nacional alguma vez conheceu. Os contemporâneos dos acontecimentos, que ignoravam o nosso patriotismo moderno e não podiam conhecer os acontecimentos futuros, não eram todos da mesma opinião. É muito importante tentar se situar no tempo deles para entender suas reações opostas.

Do ponto de vista jurídico, o Tratado de Troyes apresentava defeitos de forma e de conteúdo que os conselheiros do Delfim serão responsáveis por denunciar quando chegar a hora. Os costumes converteram a coroa da França numa monarquia hereditária que, durante mais de três séculos, foi transmitida de pai para filho. A sucessão dos últimos Capetos retirou do trono as princesas francesas e seus herdeiros. Rever esta decisão, em vigor há quase um século, significou realizar uma inovação no que diz respeito aos costumes, ilegalidade suprema aos olhos dos homens medievais. Tanto em 1316 como em 1328, o direito de sucessão foi "pronunciado" pela assembleia de barões e nobres, a forma solene da corte do rei. Não cabia ao rei violar arbitrariamente esta decisão, modificando o direito de sucessão e deserdando o filho em favor do genro. Retomando um conceito abstrato de coisa pública, os juristas do Delfim chegarão ao ponto de declarar que a coroa é um bem inalienável, cujo soberano nada mais é do que o depositário, mas do qual não pode ser livremente alienado.

A maioria dos sujeitos prestou pouca atenção a esse tipo de especulação. Ele era mais sensível às condições de existência imediata, que o acordo entre os soberanos trazia consigo ou prometia. Tudo parecia, pelo contrário, pressagiar a alegre aceitação da paz finalmente alcançada. O tratado também foi aceite por todos: por um rei, cuja cura o povo desejava ardentemente há mais de trinta anos e cujos esforços para restaurar a unidade na sua família eram conhecidos; pelo duque da Borgonha, cujo pai gozava de excessiva popularidade ao norte do Loire. Também obteve a aprovação das mais altas autoridades religiosas e políticas, como a Universidade, o Parlamento e os Estados. O herdeiro do trono, por sua vez, anunciou claramente o seu desejo de restaurar a ordem, de garantir o respeito pela justiça e de colocar funcionários capazes e íntegros em todos os cargos, para afastar para sempre o pesadelo de uma nova guerra civil. E diante deste formidável grupo de forças e esperanças estava um jovem delfim sem energia, administrado até agora pelo odiado policial, que duvidava dos seus próprios direitos e tinha consciência da sua extrema fraqueza. O jogo parecia ganho antecipadamente para os anglo-borgonheses. No entanto, os resultados não foram positivos. Apesar dos enormes bens que possuía, a “dupla monarquia” estava fadada ao fracasso. Os confusos e indecisos acontecimentos políticos e

militares que se desenvolveram entre a conclusão do tratado e o aparecimento de Joana D'Arc em cena não nos permitem, por si só, explicar este fracasso. Devemos analisar o comportamento das províncias, a administração que sofreram e qual foi o seu apoio aos governos rivais. Esta é uma investigação difícil, pois ainda carecemos de estudos sérios sobre diversos aspectos que nos permitam chegar a conclusões seguras. Pode-se, no entanto, tentar traçar um quadro geral, embora incompleto nos seus detalhes, mas cujas linhas gerais permanecem provisoriamente válidas.

I. A FRANÇA DOS LANCASTERS

Desde a invasão inglesa de 1417 e a entrada dos borgonheses em Paris em 1418, não existiram apenas duas Franças, mas três, cada uma delas sujeita a uma administração diferente: as províncias conquistadas e administradas pelos Lancasters, as controladas pelo duque da Borgonha e, por fim, aqueles que o Delfim ainda conservava. É aconselhável revisar cada um deles.

Henrique V, em todas as províncias que conquistou pela força das armas e mesmo antes do Tratado de Troyes, organizou a ocupação militar e estabeleceu uma administração autónoma, que subsistiu nas suas linhas fundamentais depois de 1420, e foi ligeiramente modificada depois de 1422,. quando Henrique VI foi proclamado rei da França. Foi principalmente o Ducado da Normandia, que governou como bem patrimonial da dinastia anglo-normanda, recuperado após dois séculos de domínio capetiano e não como herdeiro de Carlos VI. A este território juntaram-se as chamadas "províncias da conquista", ocupadas antes de 1420, ou seja, o Vexin, com os bailiados de Mantés e Gisors, até aos arredores de Pontoise, uma parte da região de Chartres e do norte parte do Maine. Rouen tornou-se a capital deste Estado provincial, pequeno mas rico e coerente. Ali foi instalada uma chancelaria, que redigiu as atas da administração e os *Papéis* Normandos .[4], hoje preservado em Londres, bem como um grande conselho, encarregado das decisões executivas. O cargo de senescal da Normandia, que exercia a direção suprema sobre toda a administração civil e militar, foi restabelecido e o de almirante da Normandia foi criado. Também foi reorganizado o *Echiquier* , que desde a reconquista capetiana não passava de uma delegação temporária e anual do Parlamento e da Câmara de Contas de Paris . Em Rouen, o *Echiquier* propriamente dito tornou-se um tribunal de justiça soberano, com sede fixa. Também foi criada em Caen uma Câmara de Contas especial para a Normandia, que, após um eclipse temporário, foi transferida para Mantés. As finanças foram deixadas nas mãos de um tesoureiro e de um administrador judicial, ambos de forma geral. Para completar esta separação do resto do país, mesmo no campo puramente intelectual, o duque de Bedford fundou posteriormente, em 1431, uma escola de direito em Caen, apesar da oposição dos professores parisienses.

Em toda esta organização não havia nenhuma característica especificamente inglesa. Henrique V contentou-se em adotar as instituições existentes e adaptá-las a uma administração localizada ou em restabelecer aquelas que a ocupação capetiana havia suprimido. Todo o pessoal administrativo foi respeitado e tanto os funcionários locais

como os oficiais de justiça, viscondes, reitores e administradores foram mantidos nos seus cargos. Os habitantes contavam, portanto, apenas com funcionários da mesma nacionalidade. Mesmo na administração central predominou o elemento francês, ou para ser mais preciso, o elemento puramente normando. Apenas alguns cargos-chave foram concedidos a ingleses, como o de chanceler que coube a Kemp, bispo de Rochester, ou o de almirante do duque de Suffolk. Mesmo no grande conselho o elemento inglês não era nem o maior nem o mais ativo. O domínio lancastriano conseguiu ganhar a colaboração de alguns normandos fiéis, que serviram a sua causa e foram recompensados com favores: foram os casos do cavaleiro Raoul le Sage, senhor de Saint-Pierre no Cotentin, que quando ocorreu o desastre inglês atravessou o canal e naturalizou-se na Inglaterra, ou a de Robert Jolivet, abade do mosteiro de Mont-Saint-Michel, que não pôde tomar posse de sua abadia, pois os monges permaneceram irredutivelmente fiéis ao Delfim e que encontraram, serviço de o conquistador, uma compensação útil pelos seus esforços. A população que não enfrentou a dominação não foi molestada nem pessoalmente nem na propriedade. A ideia, expressa nos primeiros tempos da conquista, de transformar o porto de Harfleur numa colónia inglesa não se concretizou. Seus habitantes, inicialmente expulsos, puderam retornar para suas casas. Henrique V e, especialmente após sua morte, seu irmão e herdeiro espiritual, o duque de Bedford, estavam preocupados em preservar a boa disposição dos normandos. Confirmaram solenemente os privilégios locais, as franquias particulares ou gerais e especialmente a Carta dos Normandos de 1315. Bedford, ansioso por atrair a burguesia, devolveu a Rouen uma parte da indenização de guerra a que a cidade havia sido condenada.

A organização militar deu ao regime de ocupação uma aparência completamente diferente. Somente as guarnições vindas da Inglaterra poderiam manter a Normandia sob obediência e impedir qualquer tentativa de retorno por parte dos partidários do Delfim. Sob o domínio rude da tropa estrangeira, o país esqueceu os benefícios produzidos por uma administração ordenada e pelo cuidado dos funcionários eleitos entre os seus nacionais. Como "país de conquista" no sentido pleno do termo, sentiu na sua carne mais vividamente os fardos que lhe pesavam. Todas as tarefas de defesa e polícia caíram nas mãos dos ingleses desde a conquista. Um tenente-general, cujo primeiro dono foi o conde de Salisbury, estava encarregado da direção geral da administração militar, e a exercia com toda grosseria, apesar das tentativas do senescal de competir com ele. A ordem foi mantida graças às pequenas guarnições inglesas espalhadas pelos castelos. Em 1421 eram apenas 5.000 homens, e mais tarde foram reduzidos a 1.500 ou 2.000 homens de armas. Mas dominavam as comunidades rurais, graças ao sistema de *pátis* , salvo-condutos colectivos distribuídos, em troca de um pagamento, aos habitantes assustados, e que permitiam a aplicação de duras multas em caso de rebelião. Henrique teria gostado de ancorar essas guarnições na terra, enraizando-se nas classes feudais normandas. Mas quase toda a nobreza territorial normanda permaneceu fiel ao delfim, preferindo o exílio à submissão. Os seus feudos foram confiscados em bloco e depois concedidos aos capitães ingleses, em troca da obrigação de proteger o castelo e manter um contingente de homens armados proporcional ao valor do feudo. Acima da população nativa instalaram-se assim no país classes feudais de vencedores, que eram remunerados sem qualquer desembolso pelos serviços prestados durante a conquista, garantindo, sem despesas especiais, a vigilância e a

defesa do país. Para evitar qualquer deserção destes novos ocupantes, Henrique V proibiu, sob pena de morte, os enfeoffers ingleses de deixarem a Normandia. A medida, demasiado severa, foi posteriormente anulada por Bedford. Houve então algumas deserções, por saudades, mas os que partiram foram substituídos por recém-chegados, que mantiveram até ao fim esta dura ocupação militar. Como toda a oposição era implacavelmente punida com severas medidas de confisco, aconteceu que boa parte das terras normandas, castelos e mansões camponesas, caíram nas mãos de emigrantes estrangeiros, ávidos de fazer fortuna e que se comportavam com pureza para com os seus novos vassalos. .

Vale a pena perguntar até que ponto a população se adaptou a este estado de coisas ou, pelo contrário, foi-lhe hostil. Isso dependia dos tempos, das áreas e das classes sociais. Sacrificando tudo ao desejo de consolidar rapidamente suas conquistas, Henrique V foi brutal e prejudicou com calma qualquer interesse. As expulsões, confiscos e multas impuseram um regime de terror. Com a morte de Henry, Bedford, tanto por interesse quanto por inclinação própria, foi mais permissivo e usou em maior medida a condescendência, embora sem alterar a substância das coisas, evitando ferir diretamente a suscetibilidade de seus súditos, permitindo que ocorressem certas reaproximações e algumas as colaborações tornaram-se mais fortes. As diferentes regiões da Normandia também não foram tratadas com o mesmo rigor. Os portos, pontos de desembarque de importância estratégica, viveram um regime de exceção. As expropriações massivas que vimos ocorrerem em Harfleur também foram tentadas em Honfleur e, provavelmente, em Cherbourg. Pelo contrário, as grandes cidades do interior, Caen, Lisieux, Rouen, uma vez obtida a sua capitulação, foram tratadas com mais delicadeza. Preservaram as suas liberdades municipais, colaborando satisfatoriamente com as autoridades de ocupação.

Encontramos a mesma variedade quando se trata de classes sociais. A colaboração só foi eficaz em dois meios de comunicação, mais influentes pelo seu peso do que pelo seu número. Por um lado, entre o clero, especialmente aqueles com grandes benefícios, que, em virtude do novo sistema de concordatas inaugurado pelo papado após o Concílio de Constança, foram praticamente nomeados ou controlados pelo governo, o que ocorreu com os bispos, abades e cônegos com prebendas. Foi entre eles que Bedford encontrou a colaboração mais activa, uma vez que ele próprio colocou Luís do Luxemburgo, apoiante e conselheiro dos borgonheses, no trono arquiepiscopal de Rouen. Por outro lado, a burguesia mercantil, após ter resistido heroicamente ao invasor, colaborou sem problemas, a partir do momento em que a ordem estabelecida resultou em maior prosperidade para o comércio. O caso ficou particularmente claro em Rouen, sede do governo, do conselho, da chancelaria, do *Echiquier* e que, portanto, conheceu grande prosperidade nos negócios. A retomada do comércio com a Inglaterra deu um impulso à cidade. Dentro de campo a situação era bem diferente. A nobreza territorial, com exceção de algumas traições, formou um bloco sólido contra o invasor, escolheu voluntariamente o exílio e preferiu a perda dos seus bens à submissão à lei do vencedor. As massas rurais, no fundo, sempre permaneceram claramente hostis aos ingleses. Não viam nada no regime além de um senhor estrangeiro, disposto a exigir benefícios e serviços e uma guarnição militar próxima, como sempre, sempre pronta para saquear. Os cronistas franceses ou normandos, seja qual for o partido a que pertençam, insistem na oposição irredutível dos camponeses e no seu

espírito de revolta. Na narração de alguns deles, os ocupantes passam a imagem de algozes bárbaros, cujos abusos foram mais suportados do que aceitos. Esta grande resistência nem sempre teve eficácia semelhante. Perseguida muito duramente pelo inimigo, a guerra partidária, liderada por pequenos nobres à margem da lei e favorecida por frequentes cumplicidades locais, viu numerosos sucessos, e depois enfraqueceu à medida que a libertação parecia mais distante. Quando em 1424, às portas da Normandia, em Verneuil, o Delfim perdeu o único exército poderoso com o qual ainda podia contar, a população, desanimada, resignou-se à sua sorte. A partir de então, apenas alguns combatentes irredutíveis e apaixonados ou alguns combatentes ousados do sul mantiveram a resistência, espalhando o terror nos seus ataques rápidos. Os camponeses temiam a sua proximidade tanto quanto a das guarnições inglesas. Para finalizar, esses patriotas foram descritos como “bandidos”, procedimento conveniente para executá-los sem qualquer tipo de julgamento, quando caíssem em mãos inglesas. Mas os combates, constantemente renovados contra estes misteriosos combatentes irregulares, deixaram os ocupantes nervosos, lembrando-lhes que nunca estariam seguros num país inimigo. Múltiplas execuções não conseguiram garantir a ordem, mas exasperaram ainda mais o ódio. As tramas continuaram. Na altura em que Joana D'Arc iniciou a sua prestigiada carreira, a sua acção teve repercussões até entre a pacífica burguesia de Rouen, que se afogou o melhor que pôde.

O acúmulo de tantas dificuldades é muito expressivo da impopularidade e da precariedade da ocupação inglesa. No entanto, como o próprio Henrique V confessou, a Normandia continuou a ser a província em que a dominação inglesa mais se consolidou. No seu leito de morte, recomendou que o duque de Bedford mantivesse o domínio sobre a província a qualquer custo, mesmo que tivesse de abandonar Paris para o fazer. Na verdade, o honesto e enérgico regente conseguiu, na medida do possível, preservar tão preciosa conquista. Mas, embora não o tenha perdido, também não conseguiu integrá-lo. As medidas de clemência, as condenações aos excessos de algumas guarnições particularmente odiosas, não foram capazes de garantir a lealdade da população. Neste país abertamente hostil, os ingleses só conseguiram aguentar-se durante trinta anos, o que é um saldo favorável, tendo em conta as enormes dificuldades.

II. FRANÇA ANGLO-BORGONHA

Por "França Anglo-Borgonha" entendemos as províncias nas quais, desde o Tratado de Troyes, o domínio dos oficiais ingleses e dos partidários dos borgonheses foi exercido conjuntamente. Devemos excluir deles os domínios pessoais de Filipe, o Bom e dos seus primos ou irmãos mais novos, que, em virtude do mesmo tratado, obtiveram de Henrique V uma promessa que garantia a sua tranquilidade e total autonomia nas mãos dos jovens. duque. Eram, dentro dos limites do reino, a Flandres, Artois, os condados de Rethel, Nevers e Charolês e o ducado da Borgonha, aos quais se deve acrescentar o condado de Boulogne, vassalo de Artois, mas cujo legítimo herdeiro, Georges de la Trémoïlle, foi desapropriada por John Fearless em 1416; Tournai, um enclave avançado do domínio real sobre o Escalda,

que caiu depois de 1420 sob o protetorado de oficiais flamengos; e os Mâconnais, ocupados desde o início da guerra contra o Delfim pelas tropas da Borgonha. Ao olhar para o mapa, não podemos deixar de nos surpreender com a escassez de territórios que os Lancastrianos efectivamente controlavam, mesmo na época da sua maior extensão. Entre a Normandia, estritamente inglesa, o Estado da Borgonha e, por outro lado, as extensas áreas que permaneceram leais ao Delfim, as controladas pelos Lancasters foram reduzidas àquelas entre o Somme e o médio Loire, ao antigo domínio real de Filipe Augusto, isto é, os antigos bailiwicks que cercavam Paris: Amiens, Vermandois, Senlis, Meaux, Melun e Chartres. Champanhe também pode ser adicionado. Mas esta província, ocupada em 1418 pelos borgonheses, escapou de facto ao regime de condomínio. Depois de 1424, o duque de Bedford não exercerá mais qualquer autoridade sobre ela, mesmo nominal.

Este domínio dos Lancastrianos, embora territorialmente reduzido, obteve enormes benefícios com a posse de Paris e dos órgãos centrais do governo real. Nenhuma inovação ou refinamento foi necessário nele. Encontrou serviços completamente reorganizados por Juan Sin Miedo, cheios de partidários do poderoso duque completamente dispostos a colaborar com a nova dinastia. O Tratado de Troyes não poderia produzir todos os frutos a que aspiravam os Lancastrianos se o dono do norte da França não permanecesse um aliado incondicional de Filipe, o Bom. No campo político, apesar de alguns confrontos passageiros, que serão referidos mais adiante, Bedford procurou sempre um entendimento leal e conseguiu manter uma harmonia completa durante dez anos, reforçada pelo seu casamento com Ana de Borgonha. No campo administrativo, as dificuldades eram ainda menores, já que o reino da França, na época destes dois príncipes, era administrado por franceses, ou para ser mais exato, por borgonheses. A dominação estrangeira, pela sua natureza discreta, tornou-se mais tolerável para a população. É verdade que alguns ingleses importantes, soldados, diplomatas, "visitantes ilustres", como o cardeal Henry Beaufort, faziam parte do conselho do rei, mas todos os outros membros, cuja influência era maior devido à sua estabilidade no cargo , eram franceses e fiéis aos borgonheses. Tais foram os casos dos chanceleres Jean le Clerc e mais tarde Luís de Luxemburgo - da família dos condes de Saint-Pol, bispo de Thérouanne antes de ser nomeado arcebispo de Rouen e que teve uma rápida carreira como funcionário público na Borgonha administração como presidente de contas e intendente geral de finanças, ou Pierre Cauchon, chefe dos serviços do Hotel após suas aventuras como estudante universitário no partido Caboche e em 1420 bispo de Beauvais; Simon Morthier, cavaleiro da região de Chartres, nomeado reitor de Paris; o açougueiro Jean de Saint-Yon, que se tornou intendente das finanças. A estes funcionários experientes e firmes foram confiados por Henrique V e depois por Bedford os aspectos essenciais do poder, reservando-se apenas as nomeações para cargos militares e a concessão de doações e pensões. Os grandes órgãos do Estado continuaram assim as suas tarefas rotineiras com o pessoal da Borgonha que ocupava esses cargos desde 1418. O Parlamento, cuidadosamente expurgado por João sem Medo e com um presidente fiel à causa da Borgonha, Philippe de Morvillers, apoiou totalmente a política do regente. Tradicionalmente galicano, levantou algumas objecções em 1425 à confirmação da concordata que Bedford aceitara de Martinho V, mas a sua oposição limitou-se a alguns protestos ineficazes, abafados pela adesão servil do alto clero. A mesma fidelidade ao regente de Lancaster foi encontrada na Câmara de

Contas e no Tribunal de Auxílios, que foi restabelecido por Bedford, depois que João, o Destemido, o suprimiu, junto com os auxiliares em 1418. A boa compreensão e colaboração administrativa que proclamavam no Tratado de Troyes foram uma realidade durante mais de dez anos entre aqueles que partilhavam o poder.

Se o prestígio de um regime político fosse medido pela abundância da sua legislação, a de Lancaster não poderia ser descrita como muito sólida. Henrique V chegou, contudo, com o propósito declarado de restaurar a ordem numa administração corrupta, de pôr fim aos abusos de funcionários e ao ataque aos recursos do Estado. As preocupações causadas pela guerra, juntamente com a sua morte prematura, impediram-no de pôr em prática estes belos projectos de reforma, aos quais não é fácil saber se estava sinceramente apegado. Mas os vereadores da Borgonha, que também os defenderam e alguns dos quais, como Cauchon, desempenharam um papel de liderança no movimento Caboche, poderiam finalmente ter tentado, sob o domínio dos Lancastrianos, esta reorganização geral da administração que evocaram. tantas vezes. Na realidade não fizeram nada, não sabemos se por preguiça, inércia ou falta de poder. A única área em que se esforçaram para fazer algumas correções em erros antigos foi a da moeda. Mas, a mesma abundância de ordenações monetárias, que se sucederam, mostra as dificuldades que existiam para se conseguir restabelecer e manter uma moeda saudável, numa altura em que o país era periodicamente inundado pela moeda Delfim, continuamente desvalorizada.

Embora não tenham tido o mérito de provocar inovações, não se pode negar que os anglo-borgonheses duraram. A profunda fragilidade da sua duração tem causas que devem ser procuradas fora da administração rotineira, inimiga das iniciativas. Pode resumir-se em três principais: as dificuldades produzidas pela ocupação militar, as ambições económicas dos capitães e barões ingleses e, por último, a própria pobreza de recursos financeiros.

Henrique V impôs à Inglaterra um esforço financeiro e militar considerável, absolutamente desproporcional aos recursos do reino, exigido pela expedição de 1415, pela invasão de 1417 e pelos reforços enviados ao continente nos anos seguintes. Após a sua morte, já não foi possível continuar a financiar uma guerra sem fim que exigia constantemente um maior número de homens e não conseguia resultados decisivos. O povo inglês considerou, e expressou-o através dos seus regentes e dos seus parlamentos, que tinha feito tudo o que era necessário para conceder ao seu rei a possibilidade de usar a coroa de França. Uma vez alcançado este objectivo, os encargos inerentes à conquista das províncias ainda rebeldes recaíram sobre os seus súbditos em França e não sobre os ingleses. Durante todo o seu governo em Paris ou na Normandia, Bedford mal conseguiu obter alguma coisa das Finanças inglesas, cujos cofres estavam semi-fechados para ele. Tratava-se da implementação, em todo o seu rigor, do princípio da "dupla monarquia". Para os ingleses, as despesas na Inglaterra e para os franceses, as incorridas na França. Ambos os reinos, embora tivessem um soberano comum, levaram vidas independentes. Quando reforços militares eram enviados da Inglaterra, eram sempre escassos. Bedford teve que pagar por eles com o orçamento francês. Faltavam também os homens necessários para instalar uma rede suficientemente densa de guarnições permanentes nas províncias parcial ou totalmente subjugadas. Os postos mais importantes foram instalados ao longo dos rios e estradas. A escassez de tropas exigiu o emprego de todos os homens disponíveis em

operações militares ativas no Maine e Anjou, entre o Sena e o Loire. No resto do país, a situação não era segura, o que exigiu a realização de campanhas punitivas destinadas a punir os resistentes. A aparente apatia da população, a submissão da nobreza territorial, quase toda ela viciada na causa borgonhesa, não tinha permitido, como na Normandia, o estabelecimento de uma cavalaria inglesa paga sem despesas, com base nos feudos que lhes foram concedidos. As guarnições da Borgonha, cujos serviços deviam ser utilizados com moderação, agiram por conta própria e não foram totalmente fiéis, como se viu em Champagne. Embora a população oferecesse uma resistência menos activa do que na Normandia, o invasor controlava-a mais à distância e apenas exercia sobre ela um domínio hesitante, incerto quanto ao futuro. Paris dedicou-se apaixonadamente ao duque de Borgonha, devido ao seu ódio pelos Armagnacs. A ocupação inglesa fê-lo esquecer o regime de terror do qual tinha escapado. Houve críticas contra a guarnição estrangeira, mas sem levar a uma rebelião aberta. O campo era muito menos seguro. Por causa disso, certas regiões conseguiram reter por muito tempo seus capitães Armagnac ou existiam, dependendo das vicissitudes da guerra, guarnições leais ao Delfim, formando ilhas dispersas de resistência que tornavam as estradas inseguras e que realizavam ousadas expedições de saque. Seria interessante poder localizar no mapa esses pontos de resistência, avaliar a sua densidade e o perigo que representavam. Mas eles flutuaram muito no espaço e no tempo. Houve uma época, no final de 1423, em que eram muito numerosos, não só em Paris e em Champagne, mas também em Ponthieu, na Picardia e nas fronteiras do condado de Rethel e do ducado de Bar. do Delfim chegou então às próprias muralhas de Paris. Uma contra-ofensiva vigorosa conseguiu subjugar quase completamente estes insurgentes. No entanto, alguns permaneceram e outros reapareceram. A epopeia de Joana D'Arc oferece-nos dois exemplos bem conhecidos. Nos limites orientais de Champagne e no Barrois, províncias inteiras preservaram piedosamente a memória de Luís de Orleães, que tinha sido poderoso na região, mantendo a sua fidelidade ao Delfim e nunca desertando para o partido da Borgonha. Também é conhecida a autoridade que Robert de Baudricourt, capitão de Vaucouleurs em nome do rei de Bourges, gozava nas aldeias de Argonne. E, em plena Ile-de-France, a expedição realizada para a consagração de Carlos tomaria Compiegne, onde Guillaume de Flavy instalou uma guarnição leal ao Delfim, muito perto da rota para Flandres e Creil. Os Lancasters, que deixaram a manutenção da ordem nas mãos dos borgonheses, nunca exerceram um domínio efetivo sobre o norte da França. A facilidade com que Troyes e depois Reims abririam as suas portas quando a consagração do rei estava prestes a ter lugar mostra claramente que a dominação anglo-borgonhesa nestas cidades era mais nominal do que efectiva.

As exigências dos barões e capitães ingleses também representaram uma séria dificuldade para o governo de Bedford. Todos os que vieram travar a guerra em França, fossem grandes ou pequenos, queriam a sua parte nos despojos dos derrotados. Era preciso pagar pelos serviços prestados, manter os melhores capitães do continente concedendo bons senhorios e colocar diante dos olhos dos indecisos a miragem das futuras liberalidades para os encorajar a atravessar o Canal da Mancha e engrossar os contingentes militares. Os bens dos vassalos rebeldes, especialmente os dos príncipes apanagistas, como Maine, Perche, Alençon e Eu - embora alguns deles ainda permanecessem invictos - foram

suficientes para acalmar os desejos mais vorazes. A maior parte coube a países como Warwick, Salisbury, Suffolk, Talbot e Fastolf. Aos restantes, e eram muito numerosos, tiveram de receber terras e pensões. É por esta razão que Bedford reservou, no governo do reino, o controle dos favores. Muito em breve ele se viu sobrecarregado com esta tarefa interminável. Como não houve confiscos suficientes para satisfazer todas as ambições, foi necessário alienar pedaço por pedaço o domínio real, já lamentavelmente reduzido devido à guerra civil, e também confiscar todo o tipo de receitas do tesouro que aumentavam constantemente o défice orçamental. Os partidos da Borgonha foram os primeiros a obter benefícios e não podiam ser privados deles ou cortados dos seus recursos sob pena de traição. O problema era onde conseguir as quantias necessárias para satisfazer tantos servos famintos.

No norte da França, os Lancasters herdaram todas as dificuldades fiscais dos Valois, agravadas pelas necessidades da guerra e da ocupação militar. Juan sin Miedo, continuando os seus planos demagógicos, suprimiu as ajudas, as cobranças sobre incêndios ou os impostos indiretos, preservando apenas a compensação de todos os impostos impopulares anteriores. A partir de 1420, Henrique V obteve dos Estados do Languedoïl, aquando da ratificação do Tratado de Troyes, o restabelecimento dos direitos sobre as mercadorias, embora com uma taxa inferior à anteriormente existente, fixada em 1/20 para o comércio. transações, 1/4 para vinho e bebidas. Muito em breve foi necessário reimpor impostos sobre o fogo. Mas o regime de Lancaster, sem saber o que pensavam os súditos, não poderia impô-los com um golpe de caneta, mas teve que consultar os Estados. Por outro lado, não lhe agradava ter de reunir frequentemente os representantes de todos os Estados do Languedoïl Anglo-Borgonhês. Na verdade, só o fizeram uma vez, após a vitória de Verneuil, numa altura em que o seu prestígio recentemente aumentado lhes permitiu obter um voto favorável de uma quantia enorme, 240.000 libras. Por outro lado, as províncias do antigo domínio, como Ile-de-France, Picardia, Vermandois, Champagne, não tinham por trás delas uma longa tradição de celebração dos Estados locais. Respeitando todos os costumes, Bedford só recorreu a eles em pouquíssimas ocasiões. Sabemos que uma assembleia conjunta de Champanhe e Picardia foi realizada na primavera de 1424, e isso é tudo. Por outro lado, sendo as principais vítimas da guerra civil, estas províncias esgotadas foram incapazes de levar a cabo um esforço fiscal contínuo e eficaz. Por mais que conheçamos mal os detalhes da administração Lancastriana nestas regiões, parece que Bedford teve de contentar-se, no que diz respeito aos impostos directos, com alguns pequenos subsídios votados de tempos a tempos pelos delegados de algumas cidades ou pelo Parlamento. pequenas assembleias dos bailiados. Todo o peso dos impostos recaiu assim sobre a cidade de Paris, cuja burguesia foi pressionada por todos os regimes, bem como sobre a Normandia. Mais solidamente ocupada e administrada de forma mais severa, embora menos devastada pelas guerras, a Normandia desempenhou o papel, em todos os sentidos do termo, de vaca leiteira do regime Lancastriano. Os estados locais eram tradicionalmente mais ativos lá do que no antigo domínio real. Henrique V e Bedford foram muito cuidadosos aqui, como em outros lugares, em fazer inovações. Encontravam-se frequentemente com os representantes do ducado, em Rouen, em Vernon, em Caen, em Mantés e por vezes até em Paris. Sabemos da realização de mais de vinte sessões apenas nos Estados normandos num

período de treze anos, entre 1422 e 1435. Foi-lhes continuamente exigido dinheiro, cuja concessão votaram com total docilidade. O volume de esculturas concedidas desta forma variou entre £ 100.000 e £ 300.000 por ano. Mas é impossível conjecturar até que ponto os colectores foram capazes de impor somas tão elevadas a uma única província do reino. Em qualquer caso, permaneceram inferiores às necessidades da administração e, especialmente, às da guerra. Basta pensar que no início do século a monarquia Valois impôs impostos a todo o reino que proporcionavam uma cifra que ultrapassava um milhão de libras, para compreender até que ponto o invasor teve de se contentar com a diminuição dos rendimentos, numa época em que que a continuação da guerra e da conquista causava demandas cada vez maiores.

Todos os recursos disponíveis foram, portanto, estritamente reservados para a guerra. Regime de ocupação que os Lancasters consideraram temporário mas que durou tanto tempo e não lhes permitiu conquistar a população, pois nunca lhes deu tranquilidade face aos conflitos civis. Pelo menos, o valor combativo destas tropas, tanto as que realizavam passeios isolados em escalões móveis, como as em guarnição, dispersas nos castelos, era escrupulosamente mantida graças a um sistema de abastecimento regular de alimentos e materiais, ao pagamento. em datas fixas de altos soldados, algo que há muito não acontecia entre as tropas que lutavam ao lado do Delfim. Foi esta organização rigorosa de um exército de muito poucas tropas que permitiu a manutenção do regime anglo-borgonhês, apesar da ocupação militar incompleta e da precariedade dos seus recursos fiscais. Visto de dentro, dava a impressão de estar tocado por uma fraqueza incurável, de estar morrendo antes mesmo de nascer. A coragem dos líderes que empreenderam esta tarefa quimérica e sem esperança explica tanto o seu sucesso parcial como a sua manutenção durante mais de quinze anos. Por fim, é preciso dizer que a sorte também esteve do seu lado, principalmente por não encontrarem à sua frente homens da sua estatura, capazes de acabar de uma só vez com o frágil castelo de cartas da “dupla monarquia”.

III. O REINO DE BOURGES

Todo o centro e sul da França, com exceção da Guiana Inglesa, permaneceu fiel à causa do Delfim Carlos, após sua deserdação. Ao entrar na capital em maio de 1418, os borgonheses fizeram questão de exercer domínio sobre a maior parte do reino. Houve um tempo em que os governadores nomeados por João, o Destemido, especialmente João de Chalon, Príncipe de Orange, apoiados por Jean de Grailly, Conde de Foix, conseguiram o reconhecimento do Languedoc, onde os abusos do falecido Duque de Berry provocaram ao parecer contra os Armagnacs. Uma viagem do Delfim às províncias do sul, juntamente com a captura de Nîmes e Pont-Saint-Esprit, conseguiram colocar o Languedoc sob a sua obediência. Mas os ricos senescais foram confiados pouco depois (1425) ao conde de Foix, agora partidário do delfim, que, como todos os seus antecessores, se dedicou a explorá-los cuidadosamente, exercendo o poder de forma quase autônoma e ampliando os limites de sua tenência. às províncias vizinhas, Agenais e Rouergue, disputadas pelos ingleses sem muito ardor.

As fronteiras entre os dois domínios permaneceram necessariamente obscuras e variaram de acordo com a alternância de sucessos na guerra. Se no norte houve uma luta pela posse das províncias situadas entre o Sena e o Loire, ou seja, das marchas bretãs até Morvan, no leste, pelo contrário, a frente da Borgonha foi estabilizada a partir de 1423 ao longo de um linha que subia o Loire entre Gien e Roanne - e na qual se travou uma longa luta pela posse das duas cabeças de ponte de Chanté e Marcigny, que ameaçavam o Berry e o Bourbonnais, respetivamente - e depois, deslizando para leste, entre o Mâconnais e os Beaujolais chegaram finalmente a Bresse, posse da casa de Sabóia, cuja neutralidade permaneceu bastante favorável à causa da Borgonha. No sudoeste, ocorria uma guerra sombria de cercos e golpes de estado, em Saintonge, Limousin, Périgord, Rouergue e Agenais.

Dentro destes limites, Carlos foi reconhecido em três grupos de províncias: por um lado, pelas regiões do Loire, confinando ao norte com os domínios das casas de Anjou e Orleans, e ao sul com os de Bourbon. Eram o Poitou, a Touraine e a Berry, locais de residência preferidos do jovem príncipe que em breve seria apelidado pelos seus inimigos com o nome satírico de "rei de Bourges". O grupo meridional era constituído pelo Languedoc e arredores, cujas vicissitudes recordámos recentemente. Finalmente, a sudeste, o Dauphiné uniu-se felizmente ao reino graças à posse de Lyon, uma posição estratégica de primeira ordem em comparação com os domínios da Borgonha e cuja lealdade foi firme desde os primeiros momentos. Mais tarde, os cônsules de Lyon lembrariam ao vitorioso Carlos VII, não sem certo orgulho, que a sua cidade tinha sido "uma daquelas que nunca mudaram de lado". Quase inteiramente, essas províncias que acabamos de listar formaram o *apanágio* ou governo dos príncipes da facção de Orleans até muito recentemente: Touraine e o Delfim, possessões dos filhos de Carlos VI e, em última instância, do próprio Delfim Carlos; Berry, Poitou e Languedoc, onde o duque de Berry governou. E, em 1418, a fidelidade dos príncipes era realmente a única força autêntica à disposição deste jovem de dezassete anos, expulso de Paris pelos borgonheses. Tinha a seu favor a família Anjou, já que estava noivo de Maria, irmã de Luís III de Anjou e do próprio Renato, a quem outro casamento posterior tornaria duque de Lorena. Privado do apoio do condestável de Armagnac, encontrou um tutor autoritário na pessoa de sua sogra, a viúva de Luís II de Anjou, Yolanda de Aragão, apelidada na França de "a rainha da Sicília" e que tentou harmonizar os interesses dos angevinos com os de seu genro. Ele também tinha a lealdade dos Orleans, embora seja verdade que o duque Charles foi prisioneiro dos ingleses por muitos anos e passou as horas de lazer de seu longo cativeiro aprimorando sua habilidade poética, o que o tornou um dos poetas mais delicados da história. França no século XV. Mas, na sua ausência, o *aparelho Orleansista* foi administrado pelos oficiais do Delfim. E, em particular, o meio-irmão do prisioneiro, o bastardo Jean, conde de Dunois, colocou as suas armas ao serviço da causa Valois. Finalmente, ela tinha os Bourbons ao seu lado e, na ausência do duque John, também prisioneiro dos ingleses e que morreu no cativeiro, a duquesa Marie de Berry, que havia anexado Auvergne às extensas posses de seu marido, serviu com total fidelidade à causa do Delfim. Suas tropas efetivamente impediram o avanço da Borgonha nas fronteiras do Charolês e do Beaujolais. Certamente, o reino de Bourges foi vítima durante muitos anos da anarquia, da desordem e da ruína. Mas isso não a impediu de constituir, graças ao apoio

dos príncipes apanagistas, um grupo compacto de territórios onde não ocorreram dissidências graves, onde não existiam ilhas de resistência ou movimentos partidários que enfraquecessem tão perigosamente a Anglo-França. Borgonha.

No meio de uma vida errante com recursos limitados que se desenvolveu nas margens do Loire, o Delfim não estava tão isolado nem tão abandonado como muitas vezes foi descrito. Além do apoio dos príncipes, houve também a ajuda incomparável dos funcionários monárquicos, que em geral foram fiéis ao serviço dos Valois. Ele teve que abandonar a capital ao inimigo e, com ele, todos os órgãos do governo central. Foi necessário reconstruí-los, da melhor forma possível, no exílio, alojando-os nas residências ocasionais localizadas ao sul do Loire. Assim como Troyes foi para a rainha e os borgonheses de 1418 a 1420, Bourges foi para o Delfim uma espécie de capital, onde estavam instalados os principais serviços públicos. Era lá que o conselho do Delfim se reunia preferencialmente quando ele não acompanhava o príncipe em suas viagens. Foi aí que se organizaram os escritórios permanentes da chancelaria e onde, após uma curta estadia em Tours, se instalou a Câmara de Contas. Poitiers, outra capital do *apanágio de Berry* , era sede de serviços especificamente judiciais. A portaria de Niort, proclamada em 21 de setembro de 1418, instalou ali o Parlamento. Considerando que o expurgo levado a cabo em Paris pelo Duque de Borgonha significou a supressão prática do antigo Parlamento e a ilegalidade do novo, o Delfim transferiu a sede da mais alta corte do reino para o antigo palácio dos condes de Poitiers . No início, era apenas um tribunal muito pequeno que contava apenas com dezoito juízes, conselheiros ou juízes de apelação. Apenas duas câmaras poderiam ser organizadas, a grande câmara e a câmara criminal. A câmara de recurso e a câmara de inquérito foram reorganizadas muito mais tarde, quando o quadro de funcionários era maior e quando os casos começaram a fluir em maior número, uma vez que a insegurança que reinava em todo o reino tinha reduzido o âmbito da jurisdição a quase nada e o poder de decisão. autoridade deste Parlamento exilado. Entre 1420 e 1428, tiveram mesmo que recorrer à criação e ao funcionamento de um Parlamento independente, situado primeiro em Toulouse e depois em Béziers, no qual os casos do Languedoc eram julgados *in situ* , e isto apesar da repugnância clara que a monarquia tinha sempre demonstrado quando se tratava de descentralizar os seus tribunais soberanos. Por fim, o Tribunal de Aids foi reorganizado em Poitiers em 1425, também composto por um número menor de pessoas, já que foi reduzido a sete membros.

No geral, a lealdade dos funcionários monarquistas à causa do Delfim facilitou esta reduplicação de instituições. As demissões em massa levadas a cabo por João, o Destemido, em 1418 e posteriormente completadas por Henrique V em 1420, no Parlamento, no *Hôtel* , nos serviços financeiros e nos tribunais soberanos, foram um duro golpe para um certo número de apoiantes declarados dos Armagnacs, mas também contra muitas pessoas neutras ou mornas, ansiosas sobretudo, como o delfim Luís da Guiana estava em determinado momento, por um retorno à paz interior. Substituídos por obscuros borgonheses, pouco hábeis na gestão dos assuntos públicos e incapazes de conferir às instituições parisienses o brilho de que desfrutavam os representantes da autoridade monárquica, os oficiais demitidos foram obrigados a aderir em bloco ao partido do Golfinho e condenados a exílio. Contribuíram para o reino de Bourges, no qual viram a única

continuação legítima da administração monárquica, a sua dedicação abnegada, por vezes prevaricada, mas sempre fiel. Desta forma, formaram o quadro institucional de um regime que, sem eles, talvez tivesse sido obscurecido. Havia mais candidatos do que o necessário para serviços aparentemente diminuídos. As escolhas feitas, no seio da enorme massa de candidatos, nem sempre foram muito acertadas. Demasiados funcionários, embora tivessem experiência e qualidades cujo valor foi claramente demonstrado mais tarde. No Parlamento, Jean de Vailly, antigo vereador de grande experiência, sempre inimigo do grupo Caboche, foi eleito primeiro presidente, e como presidente Jean Jouvenel, ex-guarda da reitoria dos mercadores e mais tarde advogado do rei e chanceler do Duque da Guyena e, por fim, presidente do Tribunal de Ajuda, e que soube colocar ao seu lado os dois filhos, um dos quais foi o futuro arcebispo de Reims e cronista, mais conhecido pelo nome latinizado de Juvenal de los Ursinos. Um cargo também foi dado a Arnald de Marle, filho do ex-chanceler assassinado por sua condição de apoiador dos Armagnacs em 1418. À frente dos serviços financeiros, a rainha Yolanda impôs Jean Louvet, homem de pouca honestidade e presidente do Câmara de Contas da Provença, cujo infortúnio a própria rainha causaria mais tarde. No Tribunal de Aids, além de dois membros da antiga corte suprimida pelos borgonheses, dois ex-membros do Parlamento protegidos por Luís de Guyenne e Luís de Orleans, e três outros Puatevins, ex-servos do duque de Berry , foram nomeados. Mesmo na administração local foi possível encontrar uma mistura semelhante. Também nele, ao lado de homens medíocres e lucrativos, havia servidores enérgicos e leais, como Imbert de Grólée, um cavalheiro de La Bresse que de 1419 até sua morte, ocorrida em 1434, foi um notável senescal de Lyon e dirigido dentro o âmbito da sua jurisdição, a resistência, muitas vezes vitoriosa, contra as expedições da Borgonha e contra as intrigas de Sabóia.

Superior ao regime lancastriano pela extensão dos territórios dominados, pelo apoio dos príncipes apanagistas e pelas qualidades do seu quadro administrativo, o reino de Bourges dispunha de recursos ainda maiores, que, se não tivessem sido desperdiçados por uma gestão fraudulenta e por vorazes cortesãos, teriam permitido um esforço militar mais forte. Tal como o seu rival Bedford, Carlos utilizou os impostos existentes, continuou a cobrar impostos e ajudas sobre mercadorias e exigiu que os Estados concedessem impostos constantemente renovados. Os tempos felizes em que Carlos V e seu filho decretaram por sua própria autoridade a quantidade de esculturas não se repetirão até o momento em que a monarquia tenha recuperado, juntamente com a sua unidade, o seu antigo prestígio. Mas as assembleias de Estado, que por vezes se reuniam várias vezes por ano, raramente se opunham aos pedidos do governo. E como as províncias que lhe estavam sujeitas eram, no seu conjunto, mais ricas e menos empobrecidas do que aquelas dominadas por Bedford, o rei de Bourges obteve delas, pelo menos no papel, somas consideráveis. Só para o ano de 1424, ano evidentemente excepcional, visto que no campo militar foi recrutado um grande exército, obteve-se o seguinte total: em março, dos Estados do Languedoïl, reunidos em Selles-sur-Cher, uma quantia de um milhão libras, em maio 150.000 libras dos Estados do Languedoc, reunidos em Montpellier, e uma quantia equivalente em dezembro de uma sessão dos Estados Gerais realizada em Clermont. Entretanto, outras assembleias locais, como a de Saintonge, em Junho, ou as de Velay, Gevaudan e Vivarais, em Setembro,

concederam ajudas adicionais, enquanto Poitou teve de enfrentar sozinho um aumento de 50.000 libras. Ao todo, era cerca de cinco ou seis vezes o que Bedford poderia esperar alcançar nos seus domínios. Em anos normais, quando os Lancasters recebiam 100 ou 200 mil libras, os Valois recebiam pelo menos 500 mil. A diferença ainda era muito grande. É claro que seria necessário saber até que ponto o país, cujos recursos foram progressivamente esgotados, estava efectivamente a pagar as enormes somas que lhe eram exigidas. Seria necessário também saber quanto do dinheiro arrecadado chegou aos cofres do rei de Bourges. Suspeitamos que houve desperdício ilimitado, desvio de recursos e desperdício devido à prodigalidade do Delfim para com favoritos indignos. Nos primeiros anos de seu exílio, Carlos viveu em estado de penúria absoluta, mal tendo o suficiente para se vestir com decoro - e ainda assim, seu amor pelas roupas luxuosas era tão grande nele que ele era capaz de se sacrificar para adquirir tudo o que seu reduzido orçamento poderia fornecer - rodeado apenas por algumas pessoas incondicionais e igualmente pobres. Os seus oficiais, mal alojados em "capitais" demasiado pequenas, recebiam salários de pobreza apenas de forma irregular. A corte foi reconstruída aos poucos, vagando de uma residência para outra, de Tours a Chinon e finalmente a Bourges. Mas o dinheiro ainda era escasso. Velhas soluções, como as desvalorizações monetárias, continuaram a ser utilizadas com grande assiduidade, a tal ponto que os Estados de Chinon, reunidos em 1428, pouco antes do cerco de Orleães, se opuseram a qualquer concessão de novos subsídios desde que não fossem reavaliados. e estabilizar a moeda.

No meio deste caos, não é de estranhar que o esforço militar feito contra os anglo-borgonheses não só tenha ficado aquém das necessidades, mas também das ações limitadas que o duque de Bedford conseguiu levar a cabo, mesmo com recursos limitados e inferiores. . Embora o exército inglês fosse pequeno em número, insuficiente para as tarefas que tinha de desempenhar, pelo menos era coerente, bem equipado e regularmente pago. A disciplina em suas fileiras era severa e eficaz. No seu reino, Carlos só podia contar com os capitães Armagnac, relíquias da guerra civil, cujos hábitos de pilhagem e indisciplina se haviam tornado inveterados. Alguns adquirirão um halo de glória devido à sua participação posterior no épico de Joana D'Arc, mas La Hire e os capitães bandidos. Para organizar expedições mais poderosas, Carlos depositou todas as suas esperanças em mercenários estrangeiros, especialmente nos temíveis escoceses que lhe foram enviados pelo regente Albany, muito satisfeito ao mesmo tempo por se livrar de rivais perigosos. Seus chefes, como Archibald, Conde de Douglas, John Stuart, Duque de Buchan, serão recebidos de braços abertos pelo Rei de Bourges, e receberão terras e pensões, e em 1421, Buchan receberá a espada do condestável. Mas consideravam a França um país conquistado e a população saudou o seu extermínio no campo de batalha de Vemeuil como uma libertação.

A grande fraqueza do partido do Delfim, que foi em última análise a causa dos repetidos fracassos e da má política defensiva contra os anglo-borgonheses, residia na própria personalidade do seu líder e dos conselheiros que o rodeavam. É difícil imaginar um príncipe menos adequado para despertar entusiasmo, para defender uma causa em perigo ou para agir como líder ou rei. Tanto física como moralmente, Carlos era um homem fraco e um pobre degenerado. Este delfim, último filho de uma família numerosa - tinha apenas dezasseis anos em 1418 - e que não estava destinado a ocupar o trono de França, era um

homem de pequena estatura, de corpo frágil, de rosto desprovido de expressão, em que alguns olhinhos assustados, astutos e sonolentos se escondiam atrás de um nariz comprido e largo, sem encorajar qualquer tipo de traço duro ou energético. Desde muito jovem foi prometido a Maria de Anjou e, a partir de 1412, foi a rainha Yolanda quem se encarregou da sua educação. Só muito tarde conseguiu livrar-se desta situação humilhante, quando, com a morte de Juan de Tourena, teve que assumir a liderança do partido Armagnac, embora mais uma vez tenha caído sob o domínio enérgico do odiado policial . A amargura de uma infância cercada de perigos e inimizades serviu para apresentá-lo às artes da dissimulação e da hipocrisia, e temos a impressão de que o ataque de Montearau, apesar dos seus protestos de inocência, foi preparado com antecedência. Sua extrema fraqueza fez dele um homem tímido e indolente, inseguro de si mesmo, de seus apoiadores e até mesmo de seus direitos. Perturbado pela ofensa que lhe foi infligida no tratado de Troyes, ele continuamente se perguntava ansiosamente se sua mãe não teria dito a verdade e seria, portanto, um simples bastardo. E, nesse caso, por que lutar? Em algumas ocasiões, soube superar os insultos e proclamar em voz alta o justo direito da sua causa, como em janeiro de 1421, quando o Parlamento de Paris, proclamando-o assassino de Juan Sin Miedo, declarou-o expulso do reino e incapaz de exibir nenhum tipo de senhorio, ou como em novembro de 1422, quando, quando a morte de seu pai lhe foi anunciada, ele proclamou sua sucessão ao trono da França e jurou diante de alguns fiéis no castelo de Mehun-sur-Yévre que ele não deporia as armas até que recuperasse completamente o seu reino. Mas logo ele voltou à sua terrível apatia, que foi aproveitada pelos membros de sua comitiva para repartir os despojos do reino. Além de alguns caprichos - a partir de 1422 renunciou a dirigir pessoalmente seus exércitos - não tinha confiança no destino de suas armas e abandonou seus planos de expedições destinadas a se opor ao invasor antes de realizá-las. Em nenhum momento perdeu a esperança de obter a reconciliação através de procedimentos diplomáticos, única forma, na sua opinião, de expulsar os ingleses de França. Mas, neste caminho de reconciliação, os seus conselheiros nada fizeram senão criar dificuldades, alimentando o ódio anti-Borgonha, que constituía o seu único modo de vida. Fraco demais para vencer a guerra e indolente demais para negociar, Carlos era uma decepção constante para todos aqueles - e ainda havia muitos - que viam nele o legítimo herdeiro de uma dinastia gloriosa. Eterno e melancólico vagando de uma residência para outra, silencioso, sorrateiro, supersticioso, esse eterno adolescente dedicou-se a esperar o golpe de sorte que lhe permitiria revelar-se homem e tornar-se rei.

E o que poderia ser dito sobre aqueles membros de sua comitiva que ocupavam uma posição privilegiada e comandavam os dóceis funcionários? O Chanceler Robert le Maçon, o Presidente Louvet e Tanguy du Châtel, que partilharam a sua influência nos primeiros anos do reino de Bourges, representaram os últimos sobreviventes do partido Armagnac, os instigadores do crime de Montereau, apoiantes obscuros formados durante a guerra civil. que aprenderam a viver e a prosperar nele e que não concebiam outra forma de permanecer no poder senão o prolongamento da luta partidária. Para não serem ameaçados com a perda do seu lugar de privilégio, podiam ser vistos recorrendo aos procedimentos da guerra civil, rebelando-se em nome do seu senhor contra aqueles que os suplantaram em seu favor. Os seus sucessores, deve-se confessar, não foram muito mais

valiosos do que eles. As brigas, intrigas, conspirações, revoluções palacianas, voltaram a ocorrer no ambiente deste soberano demasiado jovem, como acontecera em torno do seu pobre pai louco. E, como Carlos demorou muito para se tornar homem, também foi muito tarde para ele se livrar desse grupo corrosivo, através do assassinato, se necessário. Teremos de esperar até 1433 para que o ambicioso Georges de la Trémouille, que durante muitos anos foi o génio perverso do rei de Bourges, caia perante o ataque dos seus assassinos.

4. A EVOLUÇÃO DA GUERRA: O CERCO DE ORLEÃES

As operações militares que decorreram durante quase nove anos, desde a conclusão do Tratado de Troyes até ao aparecimento de Joana D'Arc, tanto na frente da Borgonha como ao longo das linhas inglesas, dificilmente se prestam a fazer delas uma história contínua. Se tivessem sido levadas a cabo por um invasor poderoso, teriam tido como manifestação uma sucessão constante de cavalgadas - a de Azincourt foi aliás a última - que teria permitido que a decisão fosse decidida a favor de um vencedor que conhecemos de antemão e que teria sido. Mas a incapacidade dos Lancasters de completar a sua ocupação obrigou-os a dispersar as suas forças e a perder um tempo precioso para destruir as ilhas de resistência e estar sempre preparados para o reinício da ofensiva dos apoiantes do Delfim. Tudo se reduziu, no final, a golpes de estado, à conquista surpresa de algumas fortalezas, a expedições de saque levadas com maior ou menor sucesso ao coração do terreno adversário, ou a alguns cercos mais prolongados de cidades. Terreno maravilhoso para os estudos da história local que pode, em teatros de operações limitadas, como Anjou, Nevers ou o sul da Borgonha, acompanhar detalhadamente as vicissitudes da guerra com precisão; ou pela biografia histórica que, tomando como objeto de estudo a vida de algum capitão famoso, como o Puatevino Perrinet Gressart entre os anglo-borgonheses, ou o castelhano Rodrigo de Villandrando entre os partidários de Carlos VII, pode nos levar a um tour, seguindo seu herói, pelas diversas cenas de suas façanhas. É aconselhável renunciar a esta visão ampla e simplista de todos estes acontecimentos que a história militar exige da narração dos grandes conflitos armados, especialmente se tivermos em conta que neste triste período, as dificuldades políticas, cada vez maiores, em ambos os campos, bem como as alternativas cambiantes de abordagens diplomáticas foram elementos que dificultaram os planos traçados pelos capitães. Dissociar estes acontecimentos diplomáticos e políticos dos acontecimentos especificamente militares seria dar a estes últimos uma incoerência ainda maior do que realmente tiveram. É absolutamente necessário, para não fazer uma poda muito grande numa realidade histórica tão complexa, tentar classificar algumas fases principais, apontar as etapas ocorridas e sublinhar algumas datas particularmente significativas. Ao fazer isso, o historiador consegue ver as coisas com mais clareza do que os contemporâneos que, estando no topo de uma realidade em movimento, tinham um campo de perspectiva que não lhes permitia discernir mudanças fundamentais num oceano de fatos muito variados. Para perceber esta miopia, basta ler o precioso *Diário* de um burguês parisiense, apoiante anónimo dos borgonheses, fiel reflexo dos sentimentos

prevalecentes na capital, interessado apenas em apontar o aumento dos preços dos bens de uso diário. , ao insistir nas dificuldades de abastecimento, dando mais importância às constantes mudanças de opinião do que às decisões muito mais sérias de diplomatas e capitães, ou mesmo à interessante *Crónica* de Jouvenal des Ursins, que é uma manifestação, com certo atraso e com a preocupação constante de reivindicar o protagonismo, a partir das memórias de um moderado entre os conselheiros de Carlos VII. Embora em ambos os campos se possa ver cada vez mais claramente a importância do desafio que constituiu o destino do prestigiado reino de França, a evolução dos acontecimentos ou a direcção em que foram lançados não podem ser vistos com a mesma clareza com todos. paixão.

A obra de Henrique V e a abertura da sucessão, até meados do ano de 1423, constituem a primeira fase desta confusa história, cujos aspectos mais marcantes devem ser especificados. O rei de Inglaterra, com a aura de glória militar sem precedentes e orgulhoso dos seus sucessos diplomáticos, que colocaram ao seu alcance uma coroa que há muito cobiçava, não tinha, portanto, terminado a sua obra simplesmente com o casamento com Catarina de França. O objetivo da sua política, tal como a do seu aliado da Borgonha, era acabar com o Delfim, o único obstáculo à unificação do reino sob a dinastia Lancaster. No entanto, ainda não havia chegado o momento de atacá-lo em seu próprio covil, localizado ao sul do Loire, onde, no entanto, parecia ser facilmente vulnerável. A causa deles era que, fiel ao método ordenado que adotara até então, Henrique queria completar a submissão das províncias conquistadas antes de avançar mais. Por toda parte, em Ponthieu, na Picardia, em Champagne e na Ile-de-France, as guarnições de Armagnac continuaram a ameaçar de alguma forma as suas comunicações. Estas guarnições continuaram a existir nas margens do Oise, do Marne e do alto Sena, dificultando o abastecimento de Paris. Levaria longos meses para reduzi-los um por um. Um exemplo será suficiente para ilustrar esse fenômeno. A entrada em Paris dos soberanos para proceder à ratificação do Tratado de Troyes foi adiada pelo prolongado cerco e pela tomada de Melun (17 de setembro de 1420), enquanto um grupo da Borgonha entrou de surpresa em Montereau e levou consigo para o mosteiro de Champinol o cadáver de Juan sin Miedo. Teria sido possível, logo a seguir, traçar um plano de ataque às forças do Delfim, mas o regente, sem se aperceber dos perigos envolvidos, deixou os seus tenentes livres para satisfazerem as suas ambições pessoais. Ele havia concedido o Maine ao seu irmão Clarence e o Perche a Salisbury, e ambos se apressaram em tomar posse do seu novo *aparato* , dispersando forças insuficientes para áreas remotas. Finalmente, o próprio Henrique deve ter pensado em seu reino insular, do qual esteve constantemente desaparecido por mais de quarenta meses. Em janeiro de 1421, ele coroou a rainha Catarina em Westminster. Ali mesmo convocou um novo Parlamento, relatou os gloriosos resultados obtidos desde o seu último jogo, previu o fim iminente de toda resistência organizada do partido Delfim, obteve para estas últimas operações a concessão de um novo subsídio e começou a armar uma nova guerra , lentamente, um novo exército de apoio.

Estes descuidos e atrasos tiveram consequências gravíssimas, pois a vitória final, que parecia muito próxima, foi adiada para muito tempo depois. Durante sua ausência, os conquistadores do Maine foram surpreendidos pelas tropas franco-escocesas do conde Buchan, que ganhariam a espada de seu condestável no campo de batalha. O duque de

Clarence, o melhor tenente de Henrique e seu presumível herdeiro, morreu na batalha de Baugé, em Anjou, em 22 de março de 1421. Esta vitória foi suficiente para reavivar todas as esperanças do lado do delfim. As fiéis guarnições começaram a dar sinais de vida por todo o país, colocando dificuldades infinitas ao ocupante estrangeiro ou borgonheso. Ao mesmo tempo, e cheio de ardor incomum, o próprio Delfim colocou-se à frente de suas tropas, que conduziu através do Maine e do Beauce, até as muralhas de Paris. Muito em breve ele teve que recuar. Em julho, Henrique desembarcou em Calais com novas tropas e apenas a notícia de sua chegada foi suficiente para que o Delfim se retirasse para o outro lado do Loire. Mas era necessário recomeçar a obra iniciada um ano antes: limpeza da Picardia, à qual se dedicou Filipe, o Bom, reconquista da região de Dreux, Perche e Beauce, que foi confiada pelo rei ao seu antigo prisioneiro Artur. da Bretanha, conde de Richmond (a quem os franceses chamavam de Richemont), irmão daquele João V que lhe prestara homenagem; finalmente, liberdade de movimento para Paris, através da captura das cidades ribeirinhas que a rodeavam. Tudo o que restou do ano de 1421 e dos primeiros seis meses do ano seguinte foi gasto nessas tarefas. Meaux capitulou em maio de 1422 e Compiegne em junho.

Uma vez em condições de realizar novamente grandes operações, o rei Lancaster foi novamente impedido, desta vez por doença. Faleceu em 31 de agosto de 1422, tendo, porém, tido tempo de nomear quem iria continuar a sua obra. Catarina de França lhe dera um herdeiro, mas não passava de um menino de oito meses, Henrique VI, que foi imediatamente proclamado rei da Inglaterra e pouco depois da França. Com a saída de Clarence, restaram apenas dois irmãos de Henrique V: John, duque de Bedford, um bom soldado e excelente administrador, a quem deixou encarregado dos assuntos da França, com a condição de primeiro oferecer a regência a Filipe, o Bom, cuja rejeição foi tomada como certa. Henrique sabia que em Bedford tinha um herdeiro leal e inteligente, que daria continuidade à sua política. Antes de morrer, lembrou-lhe os pontos fundamentais: manter o entendimento com a Borgonha a qualquer preço, fazer a guerra contra o Delfim, tentar conquistar uma população rebelde através de um bom governo e tentar preservar Paris, mas, se por algum motivo não foi possível por acaso recuar para a Normandia, a verdadeira cidadela do poder dos Lancastrianos. A situação na Inglaterra era mais complicada. Logicamente, a regência deve ter recaído sobre o irmão mais novo do rei, Humphrey, duque de Gloucester. Mas Enrique sabia que, apesar dos trinta e um anos, era um jovem tolo e sem cabeça, cujos sonhos de grandeza poderiam trazer as piores calamidades. Embora Gloucester não pudesse ser privado do título de protetor do reino, a parte fundamental do poder caberia aos Beauforts, tios do rei, os mais fortes apoiadores da dinastia: Henrique, bispo de Winchester e muito em breve cardeal, Thomas , duque de Exeter e John, conde de Dorset. Morreu no castelo de Vincennes, Henrique V não pôde descansar em solo francês. Os serviços funerários foram realizados em Notre-Dame, em Paris, após o que seu corpo foi removido para Westminster, como se estivesse escrito que nenhum Lancaster poderia encontrar seu lugar de descanso final sob as lajes de Saint-Denis.

Neste mesmo outono, outra morte, ainda mais patética, trouxe luto à França. Abandonado por todos no *Hôtel* de Saint-Paul, de onde a própria rainha Isabel havia saído, e rodeado apenas por alguns criados, Carlos VI morreu em 22 de outubro de 1422, dois meses depois de seu genro inglês, com a idade de cinquenta e quatro anos, mas depois de

trinta de loucura intermitente e incurável. Nem os seus filhos, nem os seus sobrinhos, nem mesmo o duque da Borgonha, compareceram ao seu funeral. Apenas o duque de Bedford esteve no cortejo fúnebre representando o jovem Henrique VI, a quem ele imediatamente proclamou rei da França, embora na época estivesse na Inglaterra. Oficialmente, a dupla monarquia, proposta pela primeira vez no Tratado de Troyes, estava agora a caminho da sua plena realização. Mas só poderia ser eficaz após a queda do Delfim, que começou a ser intitulado nesta época por Carlos VII. E, para acabar com ele, Bedford precisaria de todas as alianças e, em particular, seria necessário fortalecer ainda mais os laços de amizade com Filipe, o Bom. Além disso, a aliança da Borgonha não tinha até agora produzido quaisquer frutos tangíveis a favor da política de Henrique V. O regente e rei autoritário não teve em conta o desejo tradicional dos duques da Borgonha de reinar em Paris. Brutalmente, as guarnições inglesas retiraram o emblema ducal com a cruz de Santo André de todas as fortalezas importantes. Da mesma forma, desde o Tratado de Troyes, Filipe fez apenas breves e esporádicas aparições na capital, evitando o regime Lancastriano e refugiando-se a maior parte do tempo em Lille ou Gante, as suas residências preferidas. Ocorreram confrontos embaraçosos entre os seus capitães e os líderes ingleses, que revelaram a agitação existente. Quando em janeiro de 1422 e aproveitando uma breve estadia no seu ducado, Filipe, respeitoso da palavra dada, quis que os habitantes de Dijon prestassem homenagem ao herdeiro designado por Carlos VI, os burgueses apenas deram o seu consentimento ao tratado de Troyes da boca para fora e expressamente pressionados a fazê-lo.

Eram sintomas muito graves de uma doença que poderia se tornar algo muito grave. Menos ofensivo e oculto do que seu irmão primogênito, Bedford jogou a carta da lealdade e da confiança com a Borgonha. Já, durante a doença de Henrique, ele havia enviado espontaneamente reforços ao condado de Nevers para enfrentar a ameaça do Delfim contra os bens patrimoniais de seu aliado. Após a morte do rei da Inglaterra, ofereceu-lhe a regência da França, uma proposta tentadora que lhe teria permitido realizar pacificamente as ambições de um Filipe, o Ousado, ou de um João, o Destemido: o controle definitivo do governo do reino. Mas o borgonhese estava desconfiado, avaliou os riscos que a posição acarretava e percebeu que a sua autoridade sobre um país controlado apenas por guarnições estrangeiras teria sido muito pequena. Ele também temia que a regência significasse colocar-se a serviço dos Lancasters e tornar-se seu servo. Outros homens menos subtis do que ele ou mais preocupados em obter benefícios imediatos, ainda que fictícios, teriam aproveitado esta oportunidade para atingir os seus objectivos políticos, mesmo que isso significasse aderir ao movimento estrangeiro. A história tem demonstrado que este tipo de combinações, por mais fecundas que possam parecer à primeira vista, nunca recompensaram os tolos ou ingénuos que se deixaram atrair por elas. Filipe recusou, mas o seu objectivo era ver Bedford implorar pela sua amizade, procurar numa aliança matrimonial a consolidação da aliança anglo-borgonhesa. João V da Bretanha, que até então hesitava continuamente entre os adversários na luta, que ora se mostrava a favor dos Armagnacs e outras vezes dos borgonheses, ora prestava homenagem ao monarca Lancaster e outras vezes aproximava-se ao Delfim, e isso com a única esperança de manter seu ducado longe dos horrores da guerra, ele se juntou neste momento com a Borgonha e

Bedford contra Carlos VII. A tríplice aliança foi confirmada em Amiens em abril de 1423. Foi consolidada com uma dupla aliança matrimonial, a de Bedford com Ana da Borgonha e a de Richemont com Margarida da Borgonha, já viúva de Luís da Guiana.

A coalizão dos três príncipes morreu antes mesmo de ser estabelecida. Apesar de toda a habilidade de Bedford, o ano de 1423 inaugurou uma longa fase de quatro anos, um período de desilusões e dificuldades, em que a amizade da Borgonha se transformou numa rivalidade surda, paralisada pelas suas intrigas com os esforços militares do rei Valois. Exércitos Lancastrianos.

Um incidente, ridículo em vários aspectos, é o ponto de partida deste esfriamento das relações anglo-borgonhesas. Consistia na união das agitações mal pensadas do duque de Gloucester e das aventuras românticas de Jacqueline da Baviera, unidas numa tragicomédia perfeita. Com a morte de Guilherme da Baviera, cunhado de João, o Destemido, em 1417, o seu irmão, João da Baviera, até então bispo de Liège, disputou a sua herança, mas quis aproveitar qualquer oportunidade para abandonar a herança. mitra e reintegrar-se ao mundo e casar-se com sua única filha, Jacqueline da Baviera, viúva do doentio delfim João de Touraine, e com quem ele se casou novamente às pressas com o não menos doentio João de Brabante, seu primo-irmão e filho do falecido duque. Antony. Ambos mantinham boas relações com o duque de Borgonha: o antigo bispo teve de recorrer às tropas borgonhesas para pôr fim, em Janeiro de 1418, à revolta dos comércios de Liège, na batalha de Othée, enquanto Jacqueline, com o seu casamento ao jovem duque de Brabante, cuja política apoiava totalmente a do duque de Borgonha, enquadrava-se na sua esfera de proteção. Isto explica porque ambos os contendores recorreram a Filipe, o Bom, após quatro anos de luta, para ditar um acordo, segundo os termos do qual os domínios disputados fossem distribuídos. O ex-bispo manteria, enquanto vivesse, a administração da Holanda e da Zelândia, enquanto Jacqueline foi reconhecida como condessa de Hainaut.

As coisas teriam parado neste ponto se não fosse o fato de Jacqueline, não muito feliz com o segundo marido que lhe foi imposto, não o ter abandonado repentinamente em abril de 1421. A partir desse momento, ela encontrou refúgio em Inglaterra, onde o duque de Gloucester, ainda não envolvido nas campanhas continentais do seu irmão, cobiçava a sua mão e a sua herança. Filipe, o Bom, protestou vigorosamente diante de Henrique V e mais tarde diante de Bedford, acusando seu aliado de deslealdade, já que havia concedido asilo à esposa fugitiva e culpada de seu primo e protegido de Brabanzon e protegido os amores criminosos dos dois príncipes. Embora conscientes, sem dúvida, das dificuldades colocadas pela atitude maluca de Gloucester, nem Henrique V, nem Bedford, muito menos ousaram agir energicamente contra ele, já que este homem inconsciente tinha muitos amigos e adquirira enorme popularidade graças à sua prodigalidade. Limitaram-se a recomendar cautela, o que equivale a dizer que lhe permitiram agir. Jacqueline, por outro lado, não era uma mulher disposta a esperar o desenrolar dos acontecimentos. Não podendo esperar que o legítimo Papa Martinho V aceitasse a anulação do seu casamento com o primo Brabanzón, apressou-se em solicitá-lo a Bento. Tendo encontrado refúgio, ele se dedicou a lançar constantemente anátemas ao resto do mundo, o que não já não o reconhecia.

Obtidas as bulas de anulação, ela se casou com Gloucester em fevereiro de 1423. Depois de ter nomeado o marido herdeiro de todos os seus bens, ela o encorajou a ir tomar posse

deles no continente. Apesar da oposição de Bedford, o duque de Gloucester conseguiu, com considerável dificuldade, recrutar alguns milhares de homens, que desembarcaram com ele em Calais em outubro de 1424, cruzaram o Artois e partiram para ocupar o Hainaut em nome de Jacqueline. Philip, considerando-se enganado, preparou uma vingança implacável. Enquanto ocorria a morte de João da Baviera, legando ao Duque da Borgonha todos os direitos de custódia sobre os condados da Holanda e da Zelândia, um exército da Borgonha, reforçado com contingentes de Brabançon, e até com algumas companhias do Delfim, o que era inédito, entrou em Hainaut, no mês de março de 1425. Gloucester, prestes a ser capturado, conseguiu fugir para a Inglaterra, abandonando a esposa nas mãos do inimigo. Mas, com isso, Felipe não havia acabado com a rebelde Jacqueline; Depois de escapar da prisão em Gante, ela incitou mais uma vez a luta partidária na Holanda e forçou o duque a realizar várias campanhas de punição antes de se declarar derrotada. Pelo menos, após a sua fuga apressada, o duque de Gloucester abandonou o cenário holandês. Renegado pela sua enérgica esposa, passou a dedicar a sua actividade barulhenta aos assuntos ingleses, fazendo uma acusação brutal contra o seu tio Henry Beaufort de usurpar a regência e cobiçar o trono, o que forçou Bedford a vir para Inglaterra para colocar a paz no confronto.

A cada episódio desta comédia repleta de situações ridículas, as relações anglo-borgonhesas viviam um esfriamento constante, que só a habilidade do regente evitou que se transformasse em uma ruptura aberta. Em 1423, para neutralizar as dolorosas consequências do casamento do duque de Gloucester, o próprio Bedford pediu a mão de Ana da Borgonha e permitiu que seus aliados borgonheses e bretões considerassem a séria possibilidade de iniciar negociações com o delfim. Em 1424, para apagar a má impressão produzida pelo desembarque do próprio Gloucester, mais uma vez, Bedford, ansioso por preservar o bom entendimento com o cunhado, fez-lhe uma doação dos condados de Mâcon e Auxerre, retirados do domínio real da França. Em 1427, ele finalmente impediu uma nova reaproximação entre os borgonheses e os partidários do Delfim, fazendo um juramento solene de nunca conceder ajuda, direta ou indireta, a Jacqueline da Baviera. Mas apesar destas alterações de última hora, a aliança permaneceu instável. No final de 1424, espalhou-se o boato de que havia um plano para assassinar Filipe, o Bom, planejado pelos amigos ingleses de Bedford.

Desta forma, aos poucos, o duque da Borgonha separou-se da aliança com os Lancasters. Ao mesmo tempo, Carlos VII, por sua vez, livrava-se da tutela dos últimos Armagnacs e já buscava uma reaproximação com a Borgonha. Ou, o que seria mais exato, já que seria conceder méritos excessivos ao rei de Bourges supor-lhe capacidade de um projeto político, foi a rainha Yolanda de Aragão quem conseguiu impor-lhe o seu plano, fundamentalmente angevino, de reaproximação com o adversário da Borgonha. As vicissitudes da guerra são suficientes para justificar tanto as preocupações como os projectos da rainha da Sicília. Em 1423, Carlos conseguiu trazer, com sucesso variável, as atividades de seus bandos armados para os domínios da Borgonha. Em 30 de julho, os aliados anglo-borgonheses pararam diante de Cravant, no Morvan, um exército do Delfim que tentava forçar caminho em direção a Champagne, mas, em troca, os partidários de Carlos VII, sob o comando de Imbert de Grólée , vingou-se nos Mâconnais. Com grandes dificuldades, o duque de Borgonha conseguiu fixar a sua frente na linha do Loire no final do

ano, ao obrigar Perrinet Gressart a entrar em La Charité. Os ataques do rei de Bourges contra os ingleses foram ainda menos afortunados. Porém, no início de 1424, foi solicitado um enorme esforço à população para recrutar e pagar os mercenários escoceses do condestável Buchan e os enviados da Lombardia por Philip Maria Visconti. Em 17 de agosto, em Verneuil, este exército considerável enfrentou as forças menores do Conde de Salisbury. Tal como tinha acontecido em Poitiers e Azincourt, o inimigo, embora inferior em número, tornou-se forte atrás das paliçadas e com os tiros certeiros dos seus arqueiros, provocou um massacre na cavalaria francesa, cujas cargas não conseguiram atingir o seu objectivo. Uma vez libertado do único exército importante que Carlos VII tivera, Bedford podia agora pensar em retomar os seus planos de conquista, que consistiam sempre na mesma coisa: limpar a Ile-de-France e Champagne, nas quais tinham novamente formados bandos partidários. ; sujeição, por Salisbury e Fastolf, de Perche e Maine e, como último objetivo, Angers, com a qual o regente aspirava fazer o seu próprio *apanágio* . Ao travar uma guerra contra esta área periférica, os Lancasters corriam o risco de ganhar a animosidade dos Angevinos e, em primeiro lugar, da Rainha Yolanda de Aragão.

A diplomacia da enérgica princesa visava principalmente salvar Maine e Anjou. Seu objetivo era muito simples, embora seus planos fossem verdadeiramente surpreendentes. Baseavam-se na união da Bretanha à causa dos Valois, para apoiar os domínios angevinos tão ameaçados no oeste; conseguir, se não uma reconciliação, pelo menos uma suspensão das hostilidades com o Estado da Borgonha, para que todas as forças do reino de Bourges pudessem ser dedicadas ao confronto com os ingleses. Como instrumento e símbolo desta política estará um homem, que deverá ser colocado ao lado do genro. Irmão do Duque da Bretanha, cunhado do Duque da Borgonha, Richemont, depois de um corajoso desempenho na Batalha de Azincourt, passou a servir a causa de Henrique V. Mas Bedford, ao relegá-lo a menos de funções brilhantes, ganhou sua inimizade. Arturo de Richemont esperava apenas ser chamado para desempenhar a função de árbitro a que estava destinado.

Este plano, elaborado pela rainha da Sicília no meio da distorcida diplomacia, levará muitos anos a ser posto em prática, durante os quais nem a perda do Maine nem a fixação dos adversários nas fronteiras da Sicília poderão ser evitadas. Vendômois e Orleães. No entanto, os apoiantes do Delfim e dos Borgonheses não esperaram muito para procurar um contacto frutífero nas negociações. Desde janeiro de 1423, o duque Amadeu VIII de Sabóia conseguiu, apenas trinta meses após o tratado de Troyes, reunir sob seu patrocínio conselheiros de Filipe, o Bom, e partidários de Carlos VII. Essas reuniões serviram apenas para mostrar a arrogância dos borgonheses. , representado por Nicolás Rolin, que havia estabelecido condições exorbitantes para o "perdão" que seu senhor poderia conceder ao rei da França, culpado do crime de Montereau. Mas o passo já havia sido dado. Em Nantes, em maio de 1424, representantes da Bretanha, Sabóia e Sicília concordaram com as condições de uma possível reconciliação. Em Chambéry, no mês de setembro, o duque de Sabóia conseguiu uma trégua, que, através de sucessivas prorrogações, duraria mais de cinco anos. Pela primeira vez, no protocolo diplomático que aprovou esta suspensão das hostilidades, Filipe, o Bom, reconheceu Carlos VII como rei da França. No mês de novembro, o duque da Borgonha reuniu-se em Mácon, além do seu cunhado Richemont, com uma delegação final liderada por Carlos de Bourbon, filho mais velho do duque João I,

que, depois de ter estado inicialmente na Borgonha lado, havia retornado à festa do Delfim após os acontecimentos de Montereau e atualmente se preparava para se casar com outra irmã de Felipe. Todos estes contactos teriam, pelo menos, como consequência a mudança de pessoal político na corte de Bourges. E, de facto, Sabóia e Bretanha concordaram em exercer a tutela discreta do jovem Charles Vil, privado pela morte ou pelo cativeiro da presença dos seus familiares. Em março, Richemont foi nomeado condestável, estabeleceu-se em Bourges, onde foi recebido pela rainha Yolanda e pelo chanceler Martin Gouge, bispo de Clermont. Num esforço supremo, os irredutíveis anti-borgonheses, o grupo dos últimos Armagnacs sobreviventes após os acontecimentos de Montereau, conseguiram levar o jovem rei para Poitiers e iniciaram uma espécie de guerra civil contra o policial bretão. A Rainha Yolanda encontrou-se com o genro. Em julho de 1425, um por um, os impenitentes Armagnacs, como os Louvets ou Tanguy de Châtel, foram removidos do poder.

A reaproximação franco-borgonhesa, tão claramente delineada em 1425, inicialmente trouxe apenas decepção aos seus promotores, já que Bedford só conhecia as decepções da aliança anglo-borgonhesa. A razão reside no facto de a política de Filipe, o Bom, visar tornar-se o Fiel da balança, com quem, sem nunca conceder nada de positivo a nenhum dos adversários, se reservou para o futuro, para o dia em que poderia finalmente ser o proprietário ou guardião de uma monarquia unificada. De momento, o "grão-duque do Ocidente" só estava disposto a subjugar os rebeldes holandeses pela força das armas. A aliança aberta com Carlos VII significaria forçar Bedford a apoiar o aventureiro duque de Gloucester. Mas, ao mesmo tempo, era necessário que o regente estivesse inseguro nas suas fronteiras do Maine, e por isso aceitou a assinatura de tréguas com o rei de Bourges, o que constituía uma diplomacia subtil, que não fazia o jogo. dos seus interlocutores. Richemont, que devido ao infortúnio dos últimos Armagnacs pagou o preço devido à sua fidelidade à causa da Borgonha, não conseguiu oferecer a Carlos VII a recompensa prometida. A estrela do policial diminuiu rapidamente. Ao retornar à Inglaterra em 1427, Bedford soube aproveitar a situação confusa para recuperar pela força o que havia perdido através da ação diplomática. Suas tropas atacaram o Anjou e todo o curso médio do Loire. Nessa mesma altura, João da Bretanha, cansado de ter permanecido demasiado tempo no mesmo lado, regressou à aliança inglesa, no momento em que as tropas do conde de Salisbury ameaçavam as fronteiras do seu ducado. Em Bourges, finalmente, seu irmão estava cambaleando. Um novo favorito, cuja ascensão tinha sido preparada por ele mesmo, estava pronto a expulsá-lo do poder: era Georges de la Trémouille, o protótipo de um intrigante sem escrúpulos, que tinha sido sucessivamente protegido por João, o Destemido, e por Luís de Guyenne, um prisioneiro em Azincourt, libertado graças à intercessão da Borgonha, privado pelo seu protetor do condado de Boulogne, ao qual poderia aspirar devido ao seu casamento, e finalmente acolhido na corte de Bourges, de onde tentou afastar os seus rivais. intriga e assassinato. De sua posição de grande camareiro, exerceu sobre Carlos VII um poder absoluto que duraria seis anos e que só poderia ser quebrado pelo aço dos assassinos.

No final de 1427, Richemont, caído em desgraça, teve que se refugiar na Bretanha. Um interlúdio de quatro anos terminou assim com esta nova revolução palaciana. Em 1428, Carlos VII estava mais fraco do que nunca diante dos Lancastrianos que, depois de

finalmente ocuparem as regiões entre o Sena e o Loire, decidiram desferir um golpe definitivo. Do ponto de vista militar, foi necessário atacar Carlos VII no coração do seu reino, nesta Berry de onde só saiu contra a sua vontade. A primeira coisa a fazer foi forçar a passagem do Loire. Entre todos os pontos possíveis que lhe foram oferecidos, Bedford escolheu aquele cuja queda teria maior impacto: Orleans, ponto estratégico no centro da França. A sua importância foi tão grande que permitiu silenciar os escrúpulos de consciência e transgredir as leis do código de cavalaria. Orleans não pertencia ao rei de Bourges, mas sim ao seu primo Carlos de Orleans. Não havia precedente para situação semelhante, em que um homem de honra atacasse a propriedade de um inimigo cuja pessoa estava anteriormente aprisionada em suas masmorras. Não se importando com esse fato, Bedford partiu para o ataque. O verão de 1428 foi ocupado reunindo tropas, materiais e suprimentos e aguardando a chegada de reforços da Inglaterra. Até 12 de outubro, os contingentes sob o comando do Conde de Salisbury não se reuniram diante das muralhas da cidade. Houve entre eles a decisão de passar o inverno ali, não abalados pela morte de seu líder por uma flecha inimiga no início do cerco. Construíram à volta da cidade, sobretudo nas suas vertentes oeste e norte, embora também a sul, em frente à sua única ponte, uma rede de fortificações, cujo arco circular servia para vigiar toda a cidade e as suas muralhas, cortando as suas vias de acesso. e impediu o fornecimento. O rei de Bourges conseguiu introduzir algumas tropas na cidade. A direção da defesa foi assumida por Dunois, representando seu irmão ausente. Era uma cidade bem fortificada e abastecida. Mas a sua queda parecia inevitável se Carlos VII não conseguisse colocar em pé de guerra um exército capaz de quebrar o cerco dos agressores. Mas as tentativas muito modestas das suas tropas falharam miseravelmente. Quando se dirigiam ao encontro de um comboio de abastecimento vindo de Paris, aprenderam uma terrível lição da sua numerosa escolta, que protegia os carregamentos de peixe em salmoura: a história conheceu este episódio com o expressivo nome de "dia do arenque" (12 de fevereiro de 1429).

No campo de Valois reinava o desânimo geral: na corte de Carlos VII, que, ameaçado pela primeira vez na sua amada Berry, pensava seriamente em recuar para o Dauphiné, ou, se o refúgio não fosse seguro, em Castela ou mesmo Na Escócia; em Orleães, onde os burgueses, confrontados com o facto inevitável de uma próxima capitulação, pediram a Filipe, o Bom, que assumisse a defesa dos seus interesses: tudo o que o duque de Borgonha pôde fazer, face à nova arrogância que Bedford demonstrava, foi retirar-se os contingentes que ele havia enviado originalmente para participar do cerco à cidade. A opinião geral, embora confusa, era que a captura de Orleans, embora esperada de um dia para o outro, significaria o fim de um drama, a tão esperada vitória, que caberia ao campo de Lancaster.

Foi precisamente neste momento que Joana D'Arc apareceu.

VIII
A VINGANÇA FRANCESA
(1429-1444)

Neste confronto franco-inglês que desde 1415 nada fez senão acumular desastres sobre os ombros fracos dos fracos Valois, o ano de 1429 marca, juntamente com o reaparecimento de um sentimento nacional francês, uma inversão completa na evolução da guerra. O sonho dos Lancasters, esta "dupla monarquia" que estava prestes a ser implantada na França e na Inglaterra ao mesmo tempo, acabou para sempre. Assim, pelo menos, a posteridade o julgou com a perspectiva proporcionada pela distância dos acontecimentos e pela lição da experiência. Contudo, ainda havia um longo caminho a percorrer para que a prestigiada aventura de Joana D'Arc desse a todos os seus contemporâneos a impressão de que algo definitivo e irreparável acabara de acontecer. A vingança francesa, da qual foi o estopim, não assumiu imediatamente a magnitude ou a força cósmica de um grande furacão após os seus primeiros sucessos. A guerra arrastou-se por mais de vinte anos, durante os quais os Lancastrianos e os seus apoiantes conseguiram nutrir a ilusão de que poderiam facilmente reparar os seus reveses temporários. O esgotamento de uma França completamente sem sangue, a indolência do seu rei, o egoísmo cego dos seus favoritos e, em suma, toda esta fraqueza humana que, na história, pode ser considerada como factores que contribuíram para o prolongamento da luta . incompleto e inseguro o cumprimento dos mais belos planos. Desta forma, o sacrifício do *Pucelle* [5] nada mais foi do que um sinal precursor, embora ainda distante, de vitórias decisivas. Vale a pena perguntar se ele realmente teve a influência nos acontecimentos que tradicionalmente lhe foi atribuída. A dúvida é perfeitamente legítima.

Mesmo correndo o risco de parecer um sacrilégio, o historiador deve tentar situar a maravilhosa aventura no seu contexto humano. Tantas ilusões devem ser dissipadas, surgindo da mesma forma que as façanhas da heroína foram preservadas na memória dos homens. Poucos personagens da época nos parecem tão conhecidos. E isto porque tivemos a indescritível sorte de possuir o precioso testemunho dos dois julgamentos, o primeiro dos quais serviu aos juízes da Inquisição, sob as ordens de Bedford, para conduzir Juana à fogueira, e o segundo, outro mais tarde —talvez tarde demais—foi ordenado por Carlos VII em 1456, para reabilitar a memória daquela a quem devia o trono da França. Os interrogatórios da primeira revelam-nos o mesmo espírito de Juana, a sua fé serena, o seu bom senso camponês, a sua fidelidade religiosa à monarquia legítima e a sua absoluta confiança na justiça da sua causa. Comunicam-nos, de alguma forma, algo daquele fogo que ela soube soprar nos seus companheiros de armas, mas que mal ultrapassava o pequeno círculo restrito daqueles que tiveram o privilégio de estar perto dela ou conviver com ela. O segundo processo é muito menos probatório, justamente porque eu queria provar tudo. Os

seus testemunhos contam-nos memórias hoje distantes e como que rodeadas pela névoa da lenda, pois emanam desses mesmos companheiros, legítima e sinceramente preocupados em lavar a memória do seu companheiro de uma condenação infame e ao mesmo tempo reabilitar um já é rei. Se tivéssemos perdido essas provações, o que saberíamos sobre Joana D'Arc? As narrativas francesas que foram preservadas, especialmente a crônica oficial de Jean Chartier, ou a *Crônica do Pucelle* , cujos principais elementos nos levam a pensar que se trata de obra do Arcebispo Jouvenel, sem dúvida utilizaram relatos contemporâneos dos acontecimentos, atualmente perdidos, que deve ter sido escrito, sem grande preocupação com a exatidão, por alguns de seus camaradas de armas. São de datas relativamente tardias e constituem uma espécie de prólogo deste mesmo processo de reabilitação. Não conseguem nos tirar do mesmo círculo de testemunhas oculares, que a forte personalidade de Juana galvanizou à mais absoluta fidelidade. Mas, para além deste pequeno círculo, para além das regiões do Loire, onde Joana era conhecida e amada, os ecos da sua memória desvanecem-se com uma rapidez surpreendente. Na França do Delfim, um silêncio quase perturbado por qualquer referência paira sobre esta epopéia. No entanto, tanto a libertação do cerco de Orleans como a consagração do rei em Reims foram conhecidas e celebradas como mereciam. As cartas do rei às suas boas cidades exaltavam o papel que nelas desempenhava La *Pucelle , cuja intervenção quase milagrosa deu mais peso a este tipo de boletins oficiais.* Mas a continuação da sua obra, dos seus fracassos, do seu cativeiro, do seu martírio não produziu, nas províncias há muito unidas ao rei de Bourges, como naquelas unidas ao rei de Reims, mais do que uma comoção muito pequena e imperceptível, cuja Declarações escritas foram preservadas para nós de uma forma muito limitada. Tudo aconteceu como se os súditos, imitando nisto o seu próprio soberano, também tivessem abandonado Joana d'Arc depois de realizada a consagração de Reims. Nas fileiras do inimigo, a apatia, em geral, também era muito semelhante. É verdade que as crónicas da Borgonha, pela violência venenosa dos seus ataques, pelas calúnias que espalharam para manchar a memória do seu inimigo, demonstram que nos círculos dominantes, os primeiros sucessos dos *Pucelle* produziram uma inquietação, a memória de que só poderia ser apagado na fogueira de Rouen. A opinião média estava muito menos entusiasmada; A burguesia parisiense, testemunha dos acontecimentos, conta-nos o assalto fracassado à cidade e lembra que os agressores tinham como líder uma mulher, de quem alguns diziam ter sido enviada do céu e outros diziam que era uma bruxa, e acrescenta : "O que foi, só Deus sabe." Assim que o *Pucelle desapareceu* , tudo voltou à calma. Ainda mais estranho é o quase completo desconhecimento que os súditos Lancastrianos tinham da aventura. Eles também sabiam, embora muito vagamente, dos acontecimentos de Orleans e Reims. Se os feitos militares de Juana tivessem criado nas fileiras dos soldados ingleses o medo de que a lenda logo se espalhasse, os desertores de suas fileiras o teriam comunicado aos seus compatriotas. E se Bedford tivesse montado o processo de Rouen para reforçar uma dominação que já estava vacilante, não teria deixado de divulgar amplamente os seus resultados por toda a Inglaterra. No entanto, nada disso é encontrado nas crônicas inglesas, cuja aridez, brevidade e imprecisões demonstram que não houve interesse naquela aventura da qual a posteridade fez um maravilhoso épico.

Vemos, então, que o exemplo de Joana D'Arc não atraiu multidões nem provocou este impulso nacional que, estendido a toda a população, teria permitido que uma guerra de guerrilha ainda activa se convertesse numa espécie de cruzada de libertação . Tudo o que a heroína deixou foram ações cuja influência nenhuma frase poderia apagar; Foram ações militares e políticas que, ao travarem pela primeira vez os sucessos dos exércitos lancastrianos ou ao concederem ao rei de Bourges o prestígio da sua consagração como tal, modificaram o curso dos acontecimentos sem possibilidade de retrocesso. Neste sentido, a sua intervenção foi decisiva e a página que escreveu na história nacional francesa merece ser recordada como uma das mais belas. Embora não tenha sido compreendida a mensagem que aquela que foi chamada de "Santa da Pátria" trouxe consigo, não é menos verdade que ela salvou o seu rei, no qual toda a França estava encarnada.

I. JOANA D'ARC

A aldeia de Domrémy, onde nasceu Joana d'Arc, dependia em parte de Champagne e em parte do sempre mutável Barrois (país de Bar). Sua família era totalmente descendente de Champagne e de camponeses: agricultores abastados, artesãos de aldeia ou um tio padre. Como acontecia entre os camponeses, e mesmo na época entre círculos mais amplos, a menina era analfabeta; Educada em um ambiente muito religioso, nada sabia de religião além de algumas orações e belas lendas, sempre impregnadas de aspectos maravilhosos. Desde a adolescência teve visões, ouviu vozes e conversou com anjos e santos. Além disso, os infortúnios do reino foram sentidos de forma muito aguda nestas terras distantes, onde, no entanto, os ingleses nunca haviam entrado. A época feliz antes da guerra civil, quando Luís de Orleans exerceu o seu protetorado sobre as terras vizinhas, em Toul, no Luxemburgo ou no Barrois, foi lembrada como uma época de ouro do passado. A região foi Orleansista, depois Armagnac e finalmente Delfim. Continuou a ser administrado por um capitão enérgico e brutal, Robert de Baudricourt, que, do seu antigo bailiwick de Chaumont em nome do Delfim, apenas manteve o castelo de Vaucouleurs. Desde 1419, a guerra opôs os partidários de Carlos contra os *guerreiros da Borgonha* , e ambos se dedicaram a saquear a região. Em julho de 1428, Antoine de Vergy, governador da Borgonha em Champagne, realizou um ataque punitivo ao castelo de Vaucouleurs, forçando os camponeses indefesos a fugir. A família de Joana emigrou por algum tempo para Neufchâteau. A jovem tinha naquela época entre dezesseis e vinte anos. Suas vozes lhe falavam naqueles momentos mais do que nunca sobre o Delfim, sobre o reino que Deus lhe destinou, sobre os inimigos ingleses e borgonheses, que tiveram que ser expulsos do reino. Quando soube do cerco de Orleans, finalmente tomou uma decisão. O que nos deveria surpreender não são os obstáculos que teve de superar, mas a facilidade com que aqueles com quem falou se deixaram convencer. A guerra exasperou os sentimentos dos homens e agora era possível acreditar em milagres para acabar com este tremendo pesadelo. Todos os tipos de profetas e pessoas iluminadas enxameavam, até mesmo em torno do Delfim. Ninguém ficou surpreso quando esta jovem camponesa apareceu anunciando que, se lhe fosse permitido agir, levantaria o cerco de Orleans e consagraria o delfim como rei. Causava nojo que ela

cortasse o cabelo como um homem e cavalgasse na companhia de homens. Isto parecia escandaloso e blasfemo, mas não significava que deixassem de acreditar na natureza sobrenatural de seus poderes. Nos nossos tempos céticos, teríamos ficado tentados a ver em Juana uma louca, uma simplória, uma esclarecida ou mesmo uma fingidora. Seus contemporâneos simplesmente se perguntaram se ela foi enviada por Deus ou pelo diabo. Muito rapidamente, os indecisos inclinaram-se para a primeira das alternativas.

Duas viagens a Vaucouleurs foram suficientes para convencer Robert de Baudricourt, que anunciou sua chegada ao Delfim, a dar-lhe uma pequena escolta, cavalos e armas. Partiu em 23 de fevereiro de 1429, quase sem problemas, atravessando Champagne, Auxerre, Gien, o norte de Berry e Touraine, regiões, por outro lado, cheias de bandidos. Ela chegou a Chinon no dia 6 de março e Carlos a recebeu dois dias depois. Ele soube comunicar a sua fé e dar-lhe um "sinal" da sua missão divina. Não sabemos exactamente se este sinal consistia, como frequentemente se supõe, em alguma garantia sobre a legitimidade do seu nascimento, ou em certas garantias sobre a vitória final. É difícil descobrir este "segredo", que a imaginação de um biógrafo recente rebaixou ao nível de um folhetim. Facilmente convencido, o rei quis, no entanto, e é uma manifestação de compreensível prudência, ter a opinião dos seus conselheiros. Bispos, teólogos e funcionários do Parlamento foram encarregados de atestar a ortodoxia do visionário, que foi levado a Poitiers para esse fim. Como ela apenas exaltava o poder de seu senhor, prometendo-lhes uma vitória próxima e, portanto, um retorno à prosperidade, esses homens da Igreja de Armagnac, não encontrando nada que pudesse ser censurado em suas respostas, fizeram-lhe uma infinidade de perguntas que eram fáceis de responder. segurou-a por várias semanas e finalmente a soltou quando ela passou pelo teste de virgindade. Sem poder garantir o seu carácter sobrenatural, aconselharam o rei a deixá-lo agir, pois não desejava mais do que o bem da causa monárquica.

Ela estava empenhada na libertação de Orleans. Tudo ajudou a facilitar este projeto. Após seis meses de cerco, a posição dos sitiantes tornou-se mais difícil no final do inverno. Eram apenas quatro mil, incapazes de realizar um bloqueio rigoroso ou mesmo de guarnecer adequadamente as fortificações que acabavam de construir. Além disso, as dificuldades de abastecimento causaram doenças e deserções. Eles poderiam ter sido facilmente derrotados se uma espécie de febre de cerco não tivesse ocorrido dentro da cidade, que revelasse espiões e traidores por toda parte. Carlos VII, por sua vez, recrutou algumas tropas e reuniu um grande comboio de suprimentos e munições destinado à cidade sitiada. Autorizou Joana, que conquistara facilmente a simpatia de um jovem príncipe de sangue, o "gentil" duque de Alençon, recentemente libertado do cativeiro inglês, a acompanhar a expedição. No dia 29 de abril ele entrou na cidade. Ele não sabia absolutamente nada sobre a arte da guerra e acreditava que bastava que os soldados não fizessem juramentos ou frequentassem bordéis para alcançar a vitória. Mas a arte militar não era nada complicada na época, e a bravura, a confiança e a imprudência eram muitas vezes suficientes para compensar isso. De resto, Joana, apesar da ascendência que tinha entre as tropas, não as comandou de facto, mas deixou essa função aos capitães, como Dunois, Alençon ou Richemont. Suas decisões muitas vezes foram contrárias aos seus desejos, embora ele acabasse por aceitá-las. Limitou-se a arengar os combatentes, a

transmitir-lhes os conselhos que as suas vozes interiores lhe davam, a colocar-se na linha da frente em momentos críticos ou a mobilizar a infantaria. À sua volta estavam alguns clérigos e religiosos a quem ditou as suas cartas, algumas das quais chegaram até nós, nas quais ordenava a Bedford e aos capitães ingleses que se retirassem do reino de França e o devolvessem ao "Rei dos Céus", convidando o Duque da Borgonha para reconhecer Carlos como seu soberano legítimo, ou parabenizar os habitantes de Tournai, o enclave do rei no território da Borgonha, pela sua lealdade ao rei de Bourges.

Em Orleans, a ação combinada de reforços e milícias comunais permitiu saídas bem-sucedidas da cidade. A subsequente captura, seguida do incêndio, de duas bastilhas inglesas, a leste e a sul da cidade, incitou os agressores, muito inferiores em número e desmoralizados por tanto entusiasmo, a desistirem. No dia 8 de maio, dez dias após a chegada de Juana, a cidade foi libertada. O efeito moral que isso produziu foi enorme. Foi então fácil subjugar as pequenas guarnições inimigas que ainda permaneciam nas margens do Loire: Jargeau, onde Suffolk, Meung e Beaugency foram feitos prisioneiros. Em 18 de junho, a retaguarda de um exército de apoio, surpreendida e subjugada após uma curta perseguição, causou a derrota de Patay; Talbot foi feito prisioneiro e Fastolf teve que fugir. Juana chegou ao local assim que o conflito terminou. Como um bom príncipe, Carlos deu-lhe todo o crédito pela ação que na verdade pertencia a Richemont, mas o condestável, sempre desaprovado na corte, teve de recuar para seus castelos bretões.

Poderiam ter avançado imediatamente em direção a Paris, onde reinava o pânico, ou rumado em direção à Normandia para apoiar os partidários do Delfim, que ainda eram muito ativos. Bedford temia um dos dois ataques. As tropas do Delfim, que se tornaram cautelosas e temerosas após longos anos de reveses ininterruptos, não se sentiam bem. E, o que era mais importante, Joana, provavelmente apoiada pelo chanceler Regnault de Chartres, arcebispo de Reims, impôs um plano tão arriscado quanto os outros: a consagração do rei na metrópole de Champagne. Com esforços incomuns, doze ou treze mil homens reuniram-se em Gien. Embora aparentemente arriscado, o passeio foi um simples desfile militar, já que as cidades em que Carlos tinha apoiantes, sentindo que sopravam novos ventos e não querendo lutar, apenas esperavam poder abrir as suas portas. No dia 1º de julho, hábeis negociações permitiram a neutralidade de Auxerre, depois, no dia 10, a capitulação de Troyes, no dia 14 de Châlons e no próprio dia 16 de Reims. A consagração ocorreu dois dias depois, numa cerimónia sem grande pompa devido às circunstâncias. Nenhum dos pares civis do reino estava presente e apenas três eclesiásticos; a coroa, o cetro e o globo foram depositados em Saint-Denis, em Paris. Mas, a unção sagrada era o fundamental. Aquele que, até agora, Juana persistia em continuar a chamar de Delfim, tornara-se para sempre o rei da França, o novo Melquisedeque santificado pelo “sacramento”, que lhe conferia poderes taumatúrgicos. Nenhum crente poderia doravante continuar a duvidar de quem era o rei legítimo, pois havia agora um rei, coroado em circunstâncias tão incríveis que pareciam milagrosas, e, diante dele, do outro lado do mar, um homem de sete anos. velho que foi intitulado rei da França, mas que seus súditos nunca tinham visto. A consagração anulou a deposição ilegalmente pronunciada no Tratado de Troyes, devolvendo aos Valois a legitimidade que lhe foi negada durante nove anos. Seria má-fé continuar a chamar Armagnacs aos seus apoiantes, que a cerimónia de consagração

elevou à categoria de súbditos fiéis. E como poderiam os borgonheses, que em Bourges eram depreciativamente descritos como franco-ingleses, continuar a obedecer a Bedford sem incorrer em traição? Tais foram as consequências, de enorme significado, da consagração de Reims.

Este ímpeto finalmente adquirido parecia que iria continuar e que nada poderia impedir a vitória de Carlos. Os ingleses só podiam opor guarnições ridículas à grande cavalgada da consagração. O conselho de Bedford não sabia que decisão tomar. Pediu nova ajuda à Inglaterra, que só foi suficiente para reforçar a ocupação da Normandia, que queria pelo menos salvar do naufrágio. Ele temia especialmente a traição de Paris. Pensando que desta forma lisonjeava as simpatias borgonhesas da população, no dia 29 de agosto confiou o governo da cidade a Filipe, o Bom, que pouco se importava com a defesa da cidade, pois naquele preciso momento estava a negociar com o rei uma trégua de alguns meses, válida para todos os territórios localizados ao norte do Sena. Nestas condições, as ações de Carlos VII, embora cheias de hesitações e indecisões, pareciam uma série de vitórias completas. No dia seguinte à consagração, recebeu a submissão de Laon e entrou em Soissons. Depois, passando por Château-Thierry, rumou para Brie, obtendo novas capitulações por toda parte, planejando, no entanto, retornar rapidamente a Berry. Um pequeno exército inglês bloqueou-lhe o caminho. Ele retornou com todo o seu exército em direção aos Valois, rendendo Senlis e apreendendo Compiegne, cuja custódia foi confiada a Guillaume de Flavy. Depois, rumou para Paris e se estabeleceu por alguns dias em Saint-Denis. Faltava-lhe material suficiente para empreender um cerco, mas Juana, sempre confiante na sua boa estrela, acreditava que se poderia entrar na capital escalando os muros, mas a burguesia pró-Borgonha da cidade não estava disposta a render-se. O assalto foi realizado pelo oeste, próximo ao portão de Saint-Honoré, no dia 8 de setembro e foi um fracasso. Juana, embora estivesse ferida, gostaria de tentar novamente. Os capitães e o próprio rei tinham opiniões diferentes. Levaram o seu exército para o sul do Loire, pois a campanha já durava três meses, o que era muito tempo para a época. Ele foi dispensado do exército.

Apesar do fracasso de Paris, os resultados militares não foram inferiores aos políticos. Champagne, Brie, Soissonnais, Valois e até os arredores de Paris renderam-se sem dificuldade aos Armagnacs, até então tão odiados. A Picardia gostaria de fazer o mesmo, se os exércitos do rei tivessem chegado à região. Mas eles apenas o cruzaram, deixando para trás pequenas guarnições e, como tenente do rei, o arcebispo Regnault de Chartres, que havia estabelecido seu quartel-general em Soissons. Nenhuma medida foi tomada para evitar um retorno às hostilidades por parte dos franceses, uma eventualidade improvável no momento, nem contra um ataque da Borgonha, certo quando a trégua expirasse. Entre os conselheiros do rei, disputavam os *Pucelle* , cujo crédito não havia diminuído. Em vez de deixá-la seguir Alençon, que iria continuar a guerra na Ile-de-France, La Trémouille, com ciúmes do "duque gentil" e anti-Borgonha para preservar a sua posição, enviou-a para atacar La Charité, que foi ainda defendido por Perrinet. Mas, neste caso, já não se tratava de um ataque contra guarnições desmoralizadas, como aconteceu depois de Orleans, nem contra burguesias pacíficas e covardes, como em Champagne. O cerco, dirigido por Louis de Bourbon, conde de Vendôme e por Charles de Albret, filho do ex-condestável, mas iniciado no inverno, não teve resultados positivos. Antes do Natal, teve que ser abandonado.

Exausto pelo esforço financeiro que a expedição de consagração de Reims exigira, o tesouro real não conseguiu financiar uma nova cavalgada em 1430. Como era tão comum no passado, contavam com o apoio de guarnições leais e de alguns bandos de mercenários mal pagos, mas que atacavam os habitantes. Juana foi autorizada a ajudar os capitães dessas gangues. Desde março, ele participou de golpes em Melun, depois em Lagny e em Senlis. A sua presença não foi suficiente para alcançar o sucesso e ele não conseguiu evitar que Soissons voltasse a cair nas mãos do inimigo. Bedford, por sua vez, quase não tinha tropas disponíveis. Sua estrela desapareceu. Em março, foi descoberta em Paris uma conspiração pró-Delfin, na qual estiveram envolvidas mais de quinhentas pessoas. Agora mais do que nunca, portanto, o Regente precisava da colaboração do Duque de Borgonha, que, como era seu costume, colheu com as duas mãos os frutos da sua dupla política, e, desta forma, no dia 8 de março, obteve dos Lancasters , como aumento dos seus *equipamentos* , Champagne e Brie, embora com a missão de recuperá-los.

Da mesma forma, quando as tréguas expiraram em abril, o principal esforço militar coube aos borgonheses. Como o rei da França não havia entregue o lugar de Compiègne ao seu primo, o duque de Borgonha, conforme estipulado nas tréguas, Filipe encarregou seu capitão João de Luxemburgo, irmão do bispo de Thérouanne, de tomá-lo à força. Juana, com alguns reforços, lançou-se contra ela no dia 13 de maio. Os atacantes, que ainda não tinham iniciado o bloqueio propriamente dito, instalaram as suas forças em vários grupos, na margem oeste do Oise. Dez dias depois, foi organizada uma surtida a partir de dentro da cidade, seguida pelo *Pucelle* , para surpreender um destes grupos. Os franceses foram atrasados devido ao seu desejo de pilhar, deixando ao inimigo o tempo necessário para reorganizar as suas tropas e foram imediatamente dominados e perseguidos de perto. Sob a ameaça de os borgonheses entrarem na cidade misturados com as suas próprias tropas, Guillaume de Flavy não teve escolha senão fechar os portões da cidade antes que todas as suas forças entrassem. Joana, que não compreendeu os motivos desta retirada, ficou para trás e foi feita prisioneira por um cavaleiro da Borgonha e entregue a João do Luxemburgo.

A notícia chegou imediatamente ao rei de Bourges. Na região do Loire causou estupor e consternação. Como era habitual nesses casos, foram feitas acusações de traição e os conselheiros do rei foram acusados. Apesar da mesquinhez dos seus confrontos, Juana era-lhes demasiado útil para que pensassem em traí-la. Houve emocionantes manifestações populares e religiosas em favor do preso, sem resultados positivos, como era lógico. No meio anglo-borgonhês, pelo contrário, houve explosões de alegria e gritos de vingança, tanto em Paris, onde a Universidade trovejava, ainda com as consequências da influência de Caboche, como em Rouen, onde, por prudência, Eles havia removido Bedford e seu conselho para dirigir os assuntos do governo do reino. Os professores da Universidade apressaram-se a escrever ao duque de Borgonha, exigindo a entrega do prisioneiro à Inquisição, com poderes para queimar hereges na fogueira. Pierre Cauchon, na qualidade de bispo de Beauvais, exigiu que ela a entregasse aos seus tribunais eclesiásticos, uma vez que Joana havia sido feita prisioneira dentro dos limites jurisdicionais de sua diocese. Ele não teria sido capaz de conquistar a vontade de seus carcereiros, se não fosse pelo fato de que, na qualidade de conselheiro do rei da Inglaterra, não tivesse proposto comprar deles sua entrega pelo preço de dez mil libras, a serem deduzidas dos subsídios votados pelos

Estados da Normandia. João do Luxemburgo não era rico, por isso aceitou a venda em meados de novembro, quando os reforços do Delfim o forçaram a levantar o cerco de Compiegne. Joana, que após breves estadias em vários castelos foi colocada sob custódia segura em Arras, foi transferida para o antigo castelo da capital normanda, passando por Drugy, Le Crotoy, Saint-Valery e pelo país de Caux. Os ingleses, que consideravam as prisões eclesiásticas inseguras, preferiram guardá-las eles próprios.

Como a captura do *Pucelle* parecia ter contido a série de catástrofes inglesas, a política de Bedford adotou um plano mais firme. Era, em primeiro lugar, necessário contrabalançar o efeito moral produzido pela coroação de Reims. Henrique VI era o rei legítimo da França, embora ainda não tivesse sido coroado. Com toda a urgência, ele queria mostrá-lo aos seus súditos franceses. No início de 1430, o menino instalou-se em Rouen, acompanhado por todos os seus conselheiros e tutores ingleses. Com este ato, a regência de Bedford terminou oficialmente, o rei passou a governar pessoalmente e o conselho ducal foi transformado em conselho real. Decidiu-se então realizar sua coroação. Mas Reims permaneceu inacessível e o seu arcebispo apoiava os Valois. Por isso, a cerimónia teve lugar em Paris, no dia 17 de dezembro de 1431, contrariamente ao costume de longa data, na catedral de um simples bispo e não numa sé metropolitana santificada pela memória de São Remígio. Este fato foi suficiente para tornar o ato ineficaz aos olhos das multidões piedosas, uma vez que a unção não havia sido feita com óleo do frasco sagrado. Quando Henrique VI, após vinte meses de permanência em França, regressou à sua ilha, não tinha conseguido quaisquer novos apoiantes, nem sequer reacendeu o entusiasmo dos seus próprios apoiantes incondicionais.

As expectativas depositadas no julgamento de Juana foram, em certa medida, frustradas. Se foi possível demonstrar que a mulher iluminada era uma mulher de vida má, feiticeira e enviada pelo demônio, foi possível ridicularizar ao mesmo tempo o Delfim, demasiado crédulo, que se confiara a ela e que lhe dera publicidade às suas façanhas tanto em Orleans como em Reims e Patay. Seus sucessos temporários poderiam ser atribuídos ao casamento repugnante entre um bastardo criminoso e uma feiticeira desavergonhada. A causa de Carlos VII receberia assim um golpe tão duro que lhe seria muito difícil recuperar-se. Era necessário também, para que a sentença tivesse respeitabilidade, um tribunal com aparência de imparcialidade. Mas a sorte fez com que as questões de fé recaíssem sobre os tribunais eclesiásticos, onde o bispo local e um inquisidor dominicano tinham o seu lugar habitual. Cauchon, embora tenha sido expulso do cargo devido ao progresso dos Armagnacs, foi reconduzido, bem a tempo de liderar os debates. Como a causa lhe parecia importante e digna da maior solenidade, cercou-se de um grupo de conselheiros, conselheiros, advogados e juízes. Ele os escolheu entre os cónegos de Rouen, os abades dos grandes mosteiros normandos, os mais prestigiados teólogos e canonistas da Universidade de Paris. Todos eram fervorosos defensores de Bedford e da causa Lancastriana. Mas, embora o processo, na sua totalidade, nos pareça uma série de calúnias sujas e disparates odiosos, não devemos, portanto, pensar que todos estes juízes simplesmente venderam o seu julgamento e se deixaram vencer pela vontade de os poderosos do momento. A maioria deles, treinados em sentimentos pró-Inglês ou pró-Borgonha, acreditava sinceramente que Joana devia necessariamente ter poderes diabólicos, que serviram para beneficiar os seus adversários. Bedford não precisou pressionar os juízes, pois eles anteciparam seus desejos.

Todo o seu passado e, especialmente, o do próprio Cauchon que, pouco depois do julgamento, receberia como recompensa a sua transferência para a sé episcopal de Lisieux, era uma garantia do seu servilismo e fanatismo. Esses homens não sentiram nada além de horror ou ódio pelos acusados. Tudo nela os escandalizou e irritou, até mesmo a nobre simplicidade de sua vida, a inspiração jovial de suas respostas e a aparência honesta de seu porte.

A crueldade do procedimento revolta as nossas consciências como homens modernos. Pero se trataba del habitual en la Inquisición, aplicado todos los días sin que nadie experimentase una particular emoción por ello, a muchos pobres herejes a los que la maldad pública, la estúpida vanidad de sus acusadores o el sospechoso fanatismo de sus jueces llevaron indiscriminadamente a a fogueira. O procedimento baseava-se no absoluto sigilo das investigações e dos depoimentos, ignorado pelo próprio arguido, na total inexistência de advogado que pudesse exercer a defesa, nos interrogatórios constantemente repetidos por assessores constantemente renovados, na tortura, nas ameaças ou nas falsas promessas para obter declarações ou fazer confissões assinadas. Hoje em dia, o regresso a tais procedimentos seria imediatamente considerado uma recaída na barbárie e a polícia política que se entrega secretamente a este tipo de práticas é rapidamente condenada pela opinião pública. Nem os juízes nem as pessoas da época tinham escrúpulos semelhantes. Eles apenas levaram em conta que com esses tipos de métodos poderiam fazer qualquer um declarar qualquer coisa. Obcecados, no seu orgulho de estudiosos devotados ao palavreado mais vazio, pela ideia de que a heresia estava escondida em toda parte sob a aparência de inocência, eles teriam sido capazes de enviar todos os fiéis para a fogueira, nenhum dos quais eu teria sido digno de favor aos seus olhos. Não houve falha de forma ou substância no processo, uma vez iniciado, só poderia culminar numa condenação. Os meios utilizados ou as razões alegadas pouco importam.

Na corte de Valois, Joana tinha admiradores e apoiadores. Eles não fizeram nada para salvá-la, uma inação pela qual foram duramente repreendidos. Sem dúvida não conseguiam pensar num resgate pela força ou pelo dinheiro. Mas não faltaram procedimentos legais para parar o processo de Rouen ou suspender a aplicação da pena. Regnault de Chartres poderia ter se encarregado do assunto, uma vez que o processo havia sido iniciado, de forma irregular, pelo seu bispo sufragâneo de uma província vizinha. O apelo ao concílio e ao Papa estava dentro da prática legal e Cauchon, respeitoso das formas, não o teria recusado. Nada disso ocorreu. Carlos abandonou Pucelle , que lhe tinha sido útil, mas a quem acreditava poder substituir por qualquer um dos muitos videntes que se aglomeravam diante da corte. Iniciado em 21 de fevereiro de 1431, o processo começou com interrogatórios preliminares que duraram quatro semanas, seja diante de uma multidão de conselheiros, seja diante de um pequeno grupo, na mesma prisão. Das respostas nobres dos acusados, sucessivamente exaltados, firmes, astutos, prudentes e até subtis, era fácil obter qualquer tipo de declarações heréticas. Juízes e conselheiros competiram neste jogo sutil. O processo propriamente dito foi inaugurado no dia 27 de março e foi longo, como sempre. No último momento surgiram dúvidas sobre a aplicação ou não da tortura para obter declarações mais completas e definitivas. Doze propostas foram enviadas à Universidade de Paris, cujas faculdades de direito e teologia foram

unânimes em considerá-las heréticas. Mas os tribunais eclesiásticos só podiam encaminhar os hereges mais inveterados para o braço secular. Consequentemente, para poupá-la do castigo supremo, os juízes tentaram obter dela a abjuração dos seus erros. Assustada com a ideia da fogueira e debilitada pela longa prisão, Juana sofreu um desmaio temporário no dia 23 de maio. Sem saber bem o que fazia, misturando lágrimas e risos, assinou o que lhe foi pedido. Com isso, a pena foi comutada para prisão perpétua, não como punição, mas como penitência.

Os vereadores de Bedford não ficaram satisfeitos e expressaram isso de forma abertamente brutal aos juízes. Por outro lado, esta circunstância não teve consequências. Muito em breve Juana recuperou-se da sua fraqueza. Como primeira medida, que escandalizou, ela voltou a vestir a roupa de homem. Ele percebeu que sua abjuração tinha sido uma fraqueza e proclamou-a publicamente. Interrogada novamente em 28 de maio, foi declarada reincidente e digna da punição final. No dia 30, na Praça do Antigo Mercado de Rouen, as autoridades inglesas, a quem ela havia sido entregue, queimaram-na publicamente.

II A RECONCILIAÇÃO FRANCO-BORGONHA

Enquanto a prisioneira de Rouen vivia a sua longa provação, a França continuava a viver e, sobretudo, a sofrer os repetidos golpes da guerra. Os combates continuaram nas fronteiras da Normandia, na Ile-de-France, em Champagne e nos Nivernais. Em nenhum dos lados as hostilidades foram realizadas com grandes forças. Bedford só recebeu reforços ingleses aos poucos. Filipe, o Bom, esperando pelos acontecimentos futuros, nada fez para levar a guerra às suas últimas consequências. Nestas condições, Carlos VII poderia facilmente ter explorado sem demora os sucessos de 1429-30 em seu benefício ; algumas cavalgadas teriam, sem dúvida, sido suficientes para varrer o inimigo. Ele foi repreendido muitas vezes por não ter tentado. A sua crescente apatia ou as intrigas dos seus conselheiros não explicam tudo. Devemos recordar, mais uma vez, o esgotamento do reino, de todas as províncias sob a sua obediência: o reino Valois estava verdadeiramente no limite das suas possibilidades e força. Ele não conseguiu lidar com a tarefa aparentemente intransponível de recrutar alguns milhares de homens. A única coisa que ele poderia aspirar era preservar as conquistas alcançadas por ocasião da expedição de consagração do rei.

No geral, os líderes monarquistas tiveram sucesso. Em Champagne, Troyes resistiu, enquanto a posse de Lagny garantiu o controle do baixo Mame, Compiegne e médio Oise, duas das rotas de abastecimento da capital. Destas cidades, dominadas com segurança, Barbazan, La Hire, Ambroise de Loré, Dunois e o castelhano Rodrigo de Villandrando puniram as áreas próximas e levaram as suas expedições de saque até às próprias muralhas de Paris. Um duro julgamento para a população civil, vítimas inocentes da devastação e pilhagem destes bandos famintos, cujas tristes façanhas fizeram desaparecer a memória das “companhias” do século anterior. O macabro humor popular havia apelidado de “esfoladores” a esses homens de guerra que, saqueando um país tantas vezes pisoteado, tiravam desses infelizes os seus últimos bens, e até queriam tirar-lhes a própria pele. De

norte a sul, o banditismo tornou-se endémico, mesmo em áreas distantes dos campos de batalha. Aventureiros e capitães, confortavelmente instalados em seus esconderijos, tendo ao seu redor uma série de servos que cuidavam de suas comunicações e espiões para planejar expedições, saqueavam as áreas planas e colocavam sob resgate os mosteiros e cidades.

Mas, ao transferirem a guerra desta forma para as províncias outrora sujeitas ao governo anglo-borgonhês, os soldados de Carlos VII, longe de prejudicarem a causa do seu senhor, contribuíram para o ódio da população à dominação inglesa, responsável por todos os males. Mesmo aqueles que tinham aceitado a capitulação do Tratado de Troyes, porque este prometia pôr finalmente fim à desordem, atacavam agora duramente os responsáveis, uma vez que só tinham trazido consigo nova destruição. Após quinze anos de subjugação, a Normandia ainda não estava completamente dominada. Rouen esteve prestes a se render aos partidários de Carlos em 1432. As conspirações se multiplicaram, descobertas a tempo pela polícia. Em 1434, foram os camponeses da região de Caux que se rebelaram contra as exigências do tesouro inglês. Outras gangues sitiaram Caen. Repetidas vezes, a dura repressão restaurou a ordem no meio de um banho de sangue. Em Paris, as opiniões estavam mais divididas, mas a grande massa da população tornou-se abertamente hostil à dominação inglesa. Teve que sofrer o bloqueio, por outro lado pouco rigoroso, que os capitães monarquistas que atacaram as zonas rurais próximas o fizeram sofrer. O governo refugiou-se em Rouen e a burguesia empobreceu com esta deserção, numa altura em que os preços subiam. Ainda havia apoiantes declarados do regime que os remunerava nos conselhos regentes, nos órgãos administrativos estabelecidos, na Universidade, homens demasiado empenhados em tirar partido de uma submissão ao vencedor. A visita que o jovem Henrique VI lhes fez em 1431, por ocasião da sua coroação, reacendeu a sua lealdade, mas serviu apenas para suscitar esperanças que não puderam ser concretizadas. Eles perceberam que haviam perdido o jogo. Eles só viam os grandes reforços militares que chegavam da Inglaterra como a única salvação. Dirigiram as suas queixas para Londres, imploraram a ajuda do rei e previram uma catástrofe se esta não chegasse a tempo.

A razão pela qual a capital ainda não tinha realizado a sua rendição residia na sua profunda lealdade à causa do duque de Borgonha. Desde 1431, todo o problema residia neste ponto. Dado que o esforço militar supremo era impossível para Carlos devido à pobreza dos seus recursos, a única posição razoável que restou foi a reconciliação com Filipe, o Bom. A guerra, provocada pela discórdia entre os príncipes, só poderia ser interrompida com a pacificação e o esquecimento de antigos ressentimentos. O assunto não era simples e exigia tempo. Mas tudo levou Carlos VII a tentar este passo. Seu caráter indolente e pouco guerreiro o levou a preferir a diplomacia às batalhas. Em nenhum momento, desde 1418, rompeu completamente as relações com o seu vizinho muito poderoso. Mesmo depois de Montereau e da consagração, houve negociações e breves tréguas foram assinadas.

Do lado da Borgonha, os obstáculos para alcançar a paz eram maiores. Cavalheiro e leal na forma, mas realista no coração, Filipe, o Bom, estava demasiado empenhado na aliança com a Inglaterra para ser capaz de quebrá-la da noite para o dia. Mas ele também não queria se apegar completamente a ela. Além do desejo sincero de vingar a morte do pai, ele

assinou o Tratado de Troyes apenas com a intenção de desempenhar o papel de guardião exigente do monarca de Lancaster, que seu próprio pai fora de Carlos VI. E ele não conseguiu. As chances de sucesso agora lhe pareciam maiores se permitisse que o filho do rei louco recuperasse seu próprio capital. Carlos era um homem fraco, demoraria muito para que os seus recursos se igualassem aos do Estado da Borgonha e foi fácil transformá-lo num aluno dócil e agradecido. Tudo contribuiu para o bom rompimento da amizade entre Felipe e o Regente. No passado, houve disputas e confrontos muito frequentes entre eles. Sempre, Ana da Borgonha, esposa de Bedford e irmã do poderoso duque, conseguiu apaziguá-los. Ana morreu em novembro de 1432, e não foi encontrado ninguém capaz de aproximar os dois cunhados, cujos interesses se distanciavam cada vez mais. Philip percebeu que Paris escaparia de suas mãos se ele continuasse uma guerra que não tinha saída. Ele também sabia que Carlos VII estava testando as águas da Inglaterra, especialmente por meio de Carlos de Orleans, que ainda era prisioneiro. Se o partido da paz na Inglaterra lidasse diretamente com os Valois, isso significaria o colapso de todo o projeto político da Borgonha. Mas como acabar com quinze anos de aliança com a Inglaterra? Como libertar-se dos compromissos assumidos em Troyes? Os seus advogados encontraram a fórmula para acalmar os seus escrúpulos de consciência. Nicholas Rolin, chanceler da Borgonha, que já foi um fervoroso defensor da união anglo-borgonhesa, descobriu repentinamente que Henrique VI não tinha direito à coroa da França. Em Troyes, a sucessão de Carlos VI foi prometida a Henrique V, marido de Catarina de França. Mas, como o genro faleceu antes do sogro, ele não conseguiu efetivar essa herança e, portanto, não pôde legar o seu futuro reino ao filho. Se renunciasse à causa dos Lancastrianos, Filipe não seria, portanto, nem infiel ao espírito de Troyes nem perjúrio face aos compromissos adquiridos. Foi lançado um véu sobre a deserdação do Delfim, que poderia ter destruído esta frágil construção jurídica.

Na corte de Bourges, o favor de La Trémouille dificultou a causa da paz. Ambicioso e rude, o camareiro não tinha outra obsessão senão acabar com Richemont, separando a rainha da Sicília, a rainha Maria de Anjou, e seu irmão Carlos do Maine. Para se livrar deles, lançou as bandas de Villandrando contra Anjou e Touraine. Por outro lado, a paz franco-borgonhesa não poderia ser concluída sem a intervenção de Richemont, cunhado de Filipe, nem sem os Anjou, mediadores naturais, na qualidade de príncipes de sangue. Um golpe de sorte acabou com o chato favorito. Atraído para uma emboscada e gravemente ferido, feito prisioneiro, La Trémouille só obteve a salvação da sua vida com a condição de deixar para sempre a corte do rei. Iolanda da Sicília recuperou toda a influência perdida sobre o genro, e o condestável, mais uma vez, tornou-se o homem forte do momento (junho de 1433).

Está plenamente comprovado que as negociações foram travadas entre as cortes de Bourges e Dijon a partir de finais de 1432 e que adquiriram maior amplitude após a queda de La Trémouille. Mas ainda não sabemos os detalhes dessas conversas. Seria, no entanto, interessante saber quais eram as reivindicações territoriais da Borgonha nesta altura, as suas exigências em relação aos assassinos de Montereau e que tipos de concessões o partido angevino inclinava ao monarca fraco. De momento, não foi alcançado nenhum resultado tangível, uma vez que, como se sabe, a diplomacia medieval nunca agiu precipitadamente. Tivemos que esperar até os primeiros dias de 1435 para alcançar

resultados positivos. Renato de Anjou, duque de Bar por herança do tio-avô, cunhado do rei e ex-prisioneiro do duque de Borgonha, serviu como mediador nas negociações. Sob seu patrocínio, foram realizadas em Nevers uma série de entrevistas entre Filipe, o Bom, e Regnault de Chartres, arcebispo de Reims, com a participação do condestável Richemont. Renato foi totalmente respeitoso com os seus convidados, demonstrando a sua boa vontade ao reconciliar-se com os Bourbons, fiéis apoiantes da causa de Berry, e cujas armas lhe criaram problemas em mais de uma ocasião nas fronteiras dos Mâconnais. Após três semanas de negociações, chegou-se a um acordo de princípio, com o compromisso de finalizá-lo num grande congresso internacional, cujo local já estava definido em Arras, portanto também em território da Borgonha.

Filipe, o Bom, em nenhum caso quis dar a impressão de trair seus antigos aliados e agir por conta própria. Uma paz geral no Ocidente, restabelecida sob os seus auspícios, seria um presságio maior do que uma simples reconciliação familiar. Se, como se supunha em seu entorno, os ingleses não fossem muito razoáveis em chegar à conclusão da paz, ele se veria completamente livre para abandoná-los. Neste cálculo hábil, ele contou com o apoio do papado. A partir do momento em que o Concílio de Constança pôs fim ao cisma ao eleger Otto Colonna (Martinho V) Papa, a Santa Sé, mais uma vez romana e italiana, prestou apenas atenção distraída aos assuntos do Ocidente. Oportunista hábil, Martinho V ajudou impotentemente na divisão da França, reconhecendo o fato consumado, embora sem aprová-lo, negociando ao mesmo tempo com Bedford e Carlos a respeito dos assuntos eclesiásticos de suas respectivas províncias. Em Paris, o Regente, apesar da Universidade Galicana e do Parlamento, e renunciando neste momento às tradições do antipapalismo inglês, preferiu negociar directamente com o pontífice para dividir amigavelmente a nomeação das principais dignidades eclesiásticas, bem como o produto de impostos sobre a propriedade da Igreja. Em Bourges, pelo contrário, o Delfim, fiel às ideias galicanas dos Marmousets e dos Armagnacs, mostrou-se mais exigente. Martin praticou uma política de não apoiar a causa dos Valois sem, portanto, favorecer a dos Lancasters. Mas o seu sucessor, Eugênio IV, teve de ceder ao espírito conciliar, que progredia entre os clérigos. Em 1431, Sigismundo obrigou-o a convocar um novo concílio, cuja celebração Martin V conseguira adiar. Realizou-se, mais uma vez, em território imperial, em Basileia. Imediatamente eclodiu o conflito entre as exigências dos Padres e as reivindicações do Papa. Em 1436, o conflito entraria na sua fase mais aguda. É fácil adivinhar os benefícios que Eugênio poderia obter de uma paz franco-inglesa, concluída sob os seus auspícios: um aumento do seu prestígio, que lhe permitiria então dominar o conselho. Enviou Artois, com o título de legado, ao Cardeal da Santa Cruz. Para não ficar atrás, os padres conciliares de Basileia fizeram o mesmo com um deles, o cardeal de Chipre. E, como os plenipotenciários ingleses tinham como líder o tio de Henrique VI, o velho cardeal Henry Beaufort, foi no meio de uma autêntica decoração púrpura que se inaugurou o mais numeroso e pródigo congresso diplomático que a Europa conheceu até hoje. Os grandes eclesiásticos, príncipes de sangue, homens de guerra, ministros, todos acompanhados de consideráveis séquitos, confraternizaram com os representantes das cidades francesas e com uma delegação da Universidade de Paris, que, desde o cisma de Caboche, acreditava ter o direito de contribuir com sua opinião em todos os assuntos de Estado.

Na realidade, os principais negociadores foram Regnault de Chartres e Richemont, por parte de Carlos VII, e, por parte de Filipe, o Bom, magnífico anfitrião, o seu fiel chanceler Nicholas Rolin. Durante todo o mês de agosto de 1435, em meio a torneios e banquetes, falou-se, em primeiro lugar, da paz franco-inglesa. O diálogo, interrompido durante dezasseis anos, foi retomado num ambiente muito diferente daquele que Henrique V conhecera em Londres, Winchester, Pontoise e Troyes. Bedford sabia disso e estava disposto a fazer concessões importantes. Mas era-lhe impossível renunciar àquilo a que dedicou todas as suas energias durante treze anos e àquela "dupla monarquia" cujas características fundamentais foram delineadas no Tratado de Troyes. Ofereceu, portanto, aos Valois a sua renúncia às províncias onde exerciam um domínio incontestável, mas Henrique VI, em troca, continuaria a ser rei de França e proprietário de Paris, e "Carlos de Valois" teria de prestar homenagem ao seu soberano. Lancaster por metade do reino que ele foi autorizado a manter. Confinado em seu palácio em Rouen, onde estava morrendo, Bedford pôde compreender o efeito de estupor causado por suas ofertas ridículas. Tratar o ungido de Reims como se fosse um simples rebelde, cujo perdão e cessão de territórios foi generosamente aceite, negando-lhe a sua capital e a sua coroa num momento em que detinha a segunda e ameaçava a primeira, significava uma absoluta falta de compreensão de que o jogo já estava perdido Os Lancastrianos poderiam ter retornado às posições mais realistas de Eduardo III, abrindo mão das quimeras para reter algumas províncias, mas não entenderam isso a tempo. Regnault de Chartres, apoiado pelo eloquente Jean Jouvenel, começou por exigir a evacuação total do reino, em troca de uma compensação pecuniária, para depois informar-lhes que eram obrigados, antes de mais nada, a renunciar à coroa de França. Como se revelou impossível chegar a qualquer compromisso entre as duas teses, Beaufort e a sua comitiva interromperam as conversações em 1 de setembro e deixaram Arras.

Contando com o apoio do legado papal, Filipe, o Bom, decidiu tratar sem os ingleses. A paz, assinada em 20 de setembro e ratificada dois dias depois, parecia conceder todas as vantagens aos borgonheses. Com exceção de Champagne e Brie, Carlos ratificou todas as concessões territoriais pelas quais os Lancastrianos haviam adquirido a aliança do "grão-duque do Ocidente": Filipe manteve o Mâconnais, o condado de Auxerre, o Ponthieu, todos já concedidos por Henrique V; o condado de Boulogne, que ocupava desde a morte do duque de Berry; as "cidades do Somme", Saint-Quentin, Amiens, Corbie, Saint-Riquier, etc., uma linha de fortalezas que protegia os Artois e ameaçava Paris, que lhe tinha sido concedida em penhor no momento do seu casamento a Michelle da França e que os havia guardado como compensação por uma dívida ainda não cobrada. O rei poderia comprá-los em troca da exorbitante soma de 400 mil escudos. Finalmente, uma cláusula especial isentou Filipe, enquanto Carlos VII estava vivo, do pagamento do tributo devido pelos seus feudos franceses, adquiridos em tempos antigos ou recentes. Com isso, o duque, apesar do que foi escrito, não aspirava tornar-se independente em relação à monarquia Valois. Como príncipe francês, todas as suas ambições estavam voltadas para Paris. Se quebrasse o vínculo de vassalagem, poderia sem dúvida reforçar a coesão do Estado da Borgonha, mas teria de renunciar ao controlo do governo real, o que era permitido pelo seu estatuto de príncipe da casa real francesa. A sua dispensa temporária de prestar homenagem deve ser

interpretada como uma simples repugnância por ser vassalo de quem considerava responsável pela morte do pai.

O tratado de Arras concedeu a Filipe a satisfação suprema que procurara, em vão, no tratado de Troyes: a vingança pelo crime de Montereau. Carlos teve que se humilhar diante do primo, negar qualquer participação pessoal no assassinato, prometer punir os culpados, que foram designados nominalmente, construir às suas próprias custas um monumento de expiação e ordenar missas pela alma da vítima. , enquanto um de seus conselheiros se ajoelhava diante do duque de Borgonha e fazia a retratação pública. Foi um golpe terrível para a vaidade do rei da França, pois diante do seu vassalo onipotente, ele deu a imagem de um acusado arrependido e se abaixou para pedir perdão por um ato cuja responsabilidade havia negado publicamente - talvez com demasiada insistência. O golpe foi ainda mais duro para os últimos remanescentes do antigo partido Armagnac, cujas últimas esperanças terminavam em Arras. Mas, ao distanciar-se daqueles que na sua juventude foram os únicos a apoiá-lo, Carlos VII completou a transformação iniciada com a consagração de Reims: de líder de partido, duramente disputado, tornou-se rei de todos os franceses e, portanto, conseqüentemente, o único rei da França. Por mais difícil que tenha sido a humilhação, ela teve sua recompensa.

Bedford morreu em 14 de dezembro, sem ter tido tempo de conhecer toda a extensão da traição da Borgonha. Poucas semanas depois, a rainha Isabel também morreu em Paris, completamente isolada, no mesmo *Hôtel de Saint-Paul onde voltara a viver.* Desapareceu ao mesmo tempo que o Tratado de Troyes, que foi a sua grande obra.

A sorte da dinastia, muito insegura durante os últimos quinze anos, estava agora salva. Com um golpe de caneta, todas as províncias anteriormente leais à Borgonha e todas as cidades nas quais não residiam guarnições inglesas ficaram sob sua obediência. Durante o inverno que se seguiu ao Congresso de Arras, a Ile-de-France ficou quase completamente livre dos inimigos. A revolta espalhou-se pela alta Normandia, onde os bandos monarquistas moviam-se quase sem oposição, e Dieppe rendeu-se. A tomada de Paris, culminação natural destas operações, poderia exigir um cerco prolongado, uma vez que as guarnições receberam ordens de se defenderem. Richemont, que entrou na campanha em fevereiro de 1436, completou o bloqueio da capital ocupando todos os rios. A cidade já estava com fome. Foram então iniciados contactos com funcionários da Borgonha, que deram garantias dos sentimentos da população.

Uma revolta provocada no momento oportuno permitiu que as tropas realistas entrassem na cidade no dia 13 de abril, sem combates. A guarnição inimiga, refugiando-se na Bastilha, conseguiu retirar-se, mas fê-lo no meio da hostilidade da mesma burguesia que noutros tempos a acolheu com entusiasmo.

A repercussão do acontecimento foi enorme em todo o reino. Com toda a justiça, Carlos VII foi capaz de enviar estrondosos anúncios de vitória por toda parte. A recuperação da capital significou ter refeito a unidade do reino, reforçada, para maior glória dos Valois. Isso significou o fim do sonho de Lancaster. Henrique V e Bedford morreram sem conseguirem completar a sua missão e agora não restava mais nada do seu trabalho político. É verdade que ainda existia em Ruão um regente que governava em nome de Henrique VI, um senescal inglês, um conselho real, uma chancelaria, uma Câmara de Contas

e um *Echiquier* . Esses oficiais ainda controlavam quase toda a Normandia, uma parte do Maine e uma parte da Guiana. Mas, mais cedo ou mais tarde, também teriam de abandonar estes territórios sob o impulso do reino reconstruído, cujos órgãos de governo iriam adaptar-se rapidamente à nova situação.

III. AS REFORMAS DE CARLOS VII

A tomada de Paris e a submissão da França anglo-borgonhesa unificaram praticamente, embora não inteiramente, o reino que tinha sido disputado nos últimos vinte anos por duas dinastias rivais e que tinha sido anteriormente destruído por lutas partidárias. Não foi possível esperar a expulsão total dos Lancasters ou a subjugação da Normandia para empreender a reorganização do reino a partir da capital reconquistada. Tal como depois de todas as grandes crises internas que abalaram o país no curso subsequente da sua história, como aconteceu com Henrique IV após a guerra religiosa ou como com o Primeiro Cônsul após a tempestade revolucionária, um delicado problema colocado ao rei vitorioso: unir todos seus súditos, agora reconciliados, e restabelecer um poder forte que seria capaz de apagar a memória das discórdias passadas. Certamente, as "reformas" de Carlos VII não tiveram tanto o objetivo de inovar, mas sim de restaurar. Mas a nova França que surgiu depois deles já não era, política ou administrativamente, a do seu avô Carlos V. A experiência e as necessidades do momento contribuíram conjuntamente para estas mudanças, que, por sua vez, exerceram uma influência, por vezes decisiva, sobre o fim da guerra. E isso não foi obra de um dia nem consequência de um plano pré-concebido. A reorganização administrativa, iniciada assim que Richemont tomou Paris, foi continuada por golpes, sem ideia orientadora, durante anos, favorecidos, especialmente entre 1440 e 1450, pela diminuição das hostilidades, e posteriormente pelas tréguas de Tours. As portarias mais numerosas e decisivas datam desta década.

Perderíamos de vista a importância dos trabalhos realizados se os examinássemos por ordem cronológica. Mas, no quadro geral que vamos tentar traçar, não podemos esquecer em nenhum momento as circunstâncias políticas que explicam os seus traços mais salientes, e cuja narração, para maior clareza da exposição, empreenderemos de imediato.

Tratava-se, antes de mais, de unificar o governo central, há algum tempo dividido devido às necessidades da guerra, em vários ramos. A doutrina, muitas vezes expressa pelos conselheiros do rei, afirmava que os tribunais soberanos e os serviços essenciais da administração eram organizações unitárias, que deviam exercer a sua autoridade sobre todo o reino. Eram inimigos da descentralização, que só podiam tolerar provisoriamente, e não concebiam a existência de outra coisa senão uma Chancelaria, um Parlamento e uma Câmara de Contas única. Desde a época de Carlos V, as portarias proibiam periodicamente os intendentes-gerais da ajuda de dividir o território do reino e os mantinham, muitas vezes contra a sua vontade, formando um colégio indivisível e central. A partir de 1428, as relações entre Poitou e Languedoc tornaram-se mais fáceis, o Parlamento de Toulouse foi abolido e as causas do sul foram apresentadas ao Parlamento de Poitiers. Assim que a cidade de Paris foi capturada, em abril de 1436, a Chancelaria e a Câmara de Contas de

Bourges, bem como o Parlamento e o Tribunal de Auxílios de Poitiers, foram-lhe transferidos. Uma delegação de parlamentares, com um pequeno quadro de funcionários, ainda foi estabelecida em Poitou para resolver todos os casos pendentes, mas a sua actividade cessou no final do ano. Embora o rei continuasse a viver às margens do Loire, fugindo de uma cidade onde, sem dúvida, lembranças muito ruins o teriam assaltado, Paris tornou-se, sem discussão, a capital administrativa do reino.

Nestas condições, era necessária a existência de uma grande variedade de pessoal, uma vez que a França da Borgonha tinha os mesmos tribunais e serviços alternativos que os do reino de Bourges. Não houve dificuldades em relação ao pessoal inferior ou local, como oficiais de justiça, síndicos, ou pessoal de guarda das florestas, ou reitores, uma vez que o tratado de Arras, no norte da França, se limitara a fazê-los mudar de proprietário. Serviram fielmente a Carlos VII, como haviam feito com Henrique VI, sem que fosse necessário realizar fortes demissões ou expurgos nos diversos serviços. A situação era muito diferente em Paris. Mas, faltam-nos estudos sobre o pessoal administrativo que nos permitam perceber a capacidade do soberano, que concebeu a esperança de não querer revogar os seus antigos inimigos, ao mesmo tempo que eliminava sem surpresa ou ruído os elementos mais corruptos ou suspeitos. . O exemplo do Parlamento, bastante conhecido, pode pelo menos dar-nos uma ideia dos procedimentos utilizados. O Tratado de Arras estipulou a manutenção de pelo menos quinze vereadores do Parlamento da Borgonha nos seus cargos. Isso permitiu uma primeira seleção, e apenas os borgonheses cujo arrependimento parecia mais autêntico foram retidos. Depois, o rei permitiu que a corte soberana evoluísse pelos seus próprios meios, admitindo o princípio do recrutamento por cooptação, que já tinha sido defendido em inúmeras ocasiões desde o tempo dos *Marmousets* , decidindo mesmo, em 1446, que elegeria os novos . conselheiros de uma lista de dois candidatos apresentada pelo tribunal. Mas a partir de 1447, quando se sentiu mais forte, suprimiu provisoriamente as eleições e nomeou ele próprio os membros do Parlamento e dele expulsou os últimos apoiantes dos ingleses, abertos ou ocultos. Supõe-se que nos restantes órgãos constituídos foram praticados sistemas semelhantes, com resultados análogos. Embora não tenha havido demissões em massa, houve pelo menos a capacidade de reter apenas o melhor das duas administrações outrora rivais, sem se preocupar com o seu passado político. Foi devido a esta sábia mistura que Carlos VII deve ter sido descrito, já em vida, como o "bem servido". Alguns de seus servidores vieram de longe, como Thomas Basin, sucessor de Pierre Cauchon na sé de Lisieux, ex-conselheiro e favorito dos Lancasters, na Normandia, mas, quando chegou a hora, soube negociar a rendição de seu cidade episcopal e passou a fazer parte dos conselhos do soberano, dos quais se tornaria mais tarde, a partir do exílio a que Luís XI o condenou, apologista e cronista. Desta massa de bons servidores, a posteridade não se lembrou de muitos nomes. O rei, agora mais desconfiado, não se abandonou na mesma medida aos seus conselhos, depois de ter sofrido demasiadas amarguras devido a favoritos indignos. Os funcionários exageraram o seu papel nos seus escritos, tanto Basin como Jouvenel. O mesmo fez a posteridade com Jacques Coeur, que, na sua qualidade de tesoureiro, nunca foi senão um credor exigente e opulento da corte, ou com os irmãos Bureau, excelentes funcionários financeiros, que também se interessavam pelas notícias da artilharia.

O que mais importa, por outro lado, não são tanto os indivíduos, mas a massa imponente dos funcionários do rei, cuja lenta multiplicação nem as guerras nem os decretos reformadores puderam impedir. A título de exemplo, pode-se notar que as " *eleições* ", que no tempo de Carlos V eram cerca de trinta, atingiram setenta e cinco com a morte de Carlos VII, enquanto na parte norte do reino muito em breve haverá cerca de cento e cinquenta celeiros de sal, cada um dos quais com uma equipe completa de celeiros e medidores. Estes funcionários eram suficientemente numerosos para formar doravante uma classe social bem individualizada, intermediária entre a burguesia de onde provinham maioritariamente e a nobreza, à qual aspiravam aderir. A sua coesão foi reforçada, a todos os níveis, por alianças familiares; No seu centro, viam-se fundar autênticas dinastias de parlamentares, unidas pelo casamento com "homens das finanças". Alianças análogas foram feitas a nível local, nos níveis mais baixos. Todos tendiam, em maior ou menor grau, a ter reconhecido a seu favor um privilégio semelhante ao de que gozavam recentemente os nobres: como serviam ao rei com a sua actividade e o seu tempo, acreditavam que deveriam estar isentos do direito real. estatura e, contrariando a avaliação dos funcionários encarregados, iniciaram litígios nos tribunais contenciosos, que muitas vezes venceram. Assim, mais de facto do que de direito, foi-se construindo esta nobreza de cargos, que foi um elemento de força da monarquia, até se tornar mais tarde a sua fraqueza.

A centralização monárquica, vigorosamente restabelecida em 1436, rapidamente se revelou inoperante, ou pelo menos ineficaz. O reino era demasiado extenso para que a justiça, as finanças, a contabilidade e, em suma, todos os assuntos da maioria dos domínios pudessem ser examinados simultaneamente em Paris. Foi necessária a criação de outros tribunais soberanos em outros locais, outros mecanismos que aproximassem a administração régia dos súditos. Dificultado pela oposição interessada dos funcionários palacianos, o processo só tomou realmente corpo quando foi necessário, por razões políticas óbvias, apaziguar, através da concessão de um regime especial, as susceptibilidades particularistas da Normandia e da Guiana, recentemente recuperadas, embora a sua primeira as manifestações foram registradas um pouco antes. Desde antes de 1435, os beneficiários gerais dividiam a administração da ajuda, deixando os do Languedoïl para alguns e os do Languedoc para outros. Foi criado um novo círculo eleitoral com os territórios "do outro lado do Sena e do Yonne", reconquistados aos poucos aos ingleses, outro com a Normandia. Cada um deles era dirigido por um general (receptor) que tinha ao seu lado um receptor especial, razão pela qual logo foram classificados como "generalidades". Para melhor fiscalizar o domínio, reduzido a quase nada com a guerra, os tesoureiros também dividiram o reino em quatro circunscrições, cada uma delas dotada de administradores ordinários, e cujos escritórios foram instalados em Tours, Montpellier, Paris e Ruão. Mas, o Tribunal de Auxílios, o Tesouro e a Câmara de Contas, todos reorganizados através de portarias detalhadas, continuaram a resistir a este movimento de partilha. Permaneceram quase todos indivisos, no centro da administração financeira, com exceção do Tribunal de Auxílios, que teve que aceitar a criação de organizações rivais, a primeira delas para o Languedoc, instalada em Toulouse a partir de 1439 e posteriormente transferida para Montpellier, a segunda para a Normandia, estabelecida em Rouen (1450). O Parlamento de Paris, por seu lado, resistiu o melhor que pôde a esta tendência centrífuga,

cujos primeiros sintomas também o afectaram. Ele acreditava que poderia aliviar o acúmulo de processos judiciais, como havia ocorrido no século anterior, através da criação dos *Grands Jours* (os Grandes Dias), delegações temporárias e mais ou menos periódicas de conselheiros parisienses nas províncias. Realizaram-se, depois de 1450, em Poitou, em Auvergne, na Guyenne e até em Orléans. Mas esta medida já não era suficiente e, desde 1443, foi restabelecido o Parlamento de Toulouse, desta vez definitivamente, que recebeu jurisdição sobre todo o Languedoc e sobre as partes da Guiana que obedeciam aos funcionários de Carlos VII. Um segundo tribunal soberano foi estabelecido em Bordéus quando ocorreu a ocupação francesa da cidade (1451), e mais tarde foi suprimido dois anos depois para punir a rebelião Gascon. No entanto, quando mais ou menos na mesma época o Delfim Luís quis instalar em Grenoble um Parlamento, com jurisdição sobre todo o seu *apanágio* , o rei aprovou a sua criação sem colocar quaisquer obstáculos. Tudo isto apenas diminuiu a jurisdição da corte parisiense sobre as regiões mais excêntricas do reino, embora tenha conseguido impedir o restabelecimento de outro Parlamento em Poitiers, que teria tomado de uma só vez todas as províncias centrais. Assim, foram se desenhando um a um os traços da França moderna, com seus quadros administrativos que serão herdados pela monarquia do antigo regime: as "generalidades" financeiras, que mais tarde suplantarão as "províncias" históricas; Tribunais de Ajuda ou Parlamentos Provinciais, distribuídos pelas diferentes partes do reino. A isto devemos acrescentar imediatamente o mapa dos impostos e a distinção emergente entre as regiões de "eleições" e as dos Estados.

O que diferenciou o governo de Carlos VII do primeiro Valois foi a existência de recursos permanentes e um exército estável. Mas dizer que este rei "criou" impostos permanentes e um exército permanente nada mais é do que uma expressão vaga de uma realidade muito mais complexa. Há muito tempo e ainda por longos períodos, recursos "extraordinários" eram arrecadados de forma permanente ou quase permanente, principalmente impostos, que proporcionavam muito mais do que todas as outras formas de tributação. Só a extrema fraqueza do Rei de Bourges o forçou, como já foi dito, a exigir quase todos os anos dos Estados a votação dos subsídios, exigidos pela continuação da guerra. Até aproximadamente 1435, parecia que a monarquia francesa caminhava para um regime sem dúvida autoritário, embora temperado pelo princípio do consentimento aos impostos. Se a prática tivesse sido mantida, os Estados do Languedoïl, que representavam todo o reino com exceção dos senescais do Languedoc, poderiam ter-se tornado uma instituição permanente e desempenhado o papel que, por exemplo, os Parlamentos ingleses tiveram. Os conselheiros mais próximos do rei perceberam claramente o perigo, instigados neste momento pelos próprios deputados. A incerteza das estradas e os grandes gastos que uma viagem muitas vezes cheia de riscos acarretava, faziam com que as comunidades urbanas hesitassem em responder aos apelos do rei ou que os seus delegados, uma vez a caminho, tivessem pressa em regressar aos seus pontos de origem. O mais breve possível. Como o ponto fundamental das reuniões era a votação de um subsídio, todos queriam que isso fosse feito o mais rapidamente possível. As queixas dos Estados foram ouvidas distraidamente e respondidas de forma evasiva ou dilatória, com o que pareciam contentes. Apenas em duas ocasiões foram adotadas portarias para satisfazer as exigências das três ordens, a primeira, em 1431, relativa à moeda, e a segunda, em 1439, relativa à disciplina

militar. Imediatamente após a obtenção do subsídio financeiro, a assembleia foi dissolvida, após uma sessão que nunca durou mais de três dias. A monarquia não permitiu, portanto, nem que as suas despesas fossem controladas nem que lhe fosse imposta uma política. Mas mesmo esta obrigação de mendigar recursos cuja necessidade era óbvia parecia excessiva aos funcionários do rei. Já, mesmo nos piores momentos da guerra externa, tinham chegado a decretar, sem consultar os Estados, a prorrogação de um imposto previamente estabelecido ou mesmo a estabelecer alguma nova tributação, como acontecera em 1425, após o desastre de Verneuil, ou em 1429 para preparar a expedição para a consagração do rei, ou em 1430 para fazer face a despesas excessivas. Um passo em frente foi dado quando em 1435 e 1436 os Estados admitiram o restabelecimento de ajudas indirectas em todo o reino, que, desde 1418, só eram recebidas de forma irregular. Estes impostos sobre mercadorias, fixados em taxas de 20 dinheiros por libra, o que equivale a 1/12, continuaram a ser cobrados no futuro, sem que fosse necessário solicitar a sua renovação aos deputados das três ordens. Então chegou a hora de fazer o mesmo com o tamanho. As Herdades de 1439 foram as últimas às quais o rei solicitou a concessão. Nos anos seguintes continuou a recebê-lo, e uma portaria real, elaborada de acordo com as previsões dos "homens das finanças", fixava anualmente o seu valor, que não parava de aumentar até ao final do reinado. A administração financeira, cuja complexidade tinha aumentado, tornou-se também mais clarividente. Todos os anos preparava um projecto de orçamento para o governo interno do conselho do rei, que era denominado "declaração orçamental", e, após o exercício, apresentava as suas contas limpas, a que se chamava "declaração real". A partir de 1450, os tesoureiros e administradores gerais uniram as contas ordinárias e extraordinárias e estabeleceram um projeto único, o “estado geral das finanças”, que servirá ao conselho para fixar os índices de estatura.

A partir deste momento, pode-se considerar que os impostos passaram a ser permanentes, uma vez que o rei fixava pessoalmente o montante das suas necessidades e recursos. Isto não significou, porém, que a opinião dos sujeitos fosse dispensada, sempre e em toda parte. O Languedoc, que por circunstâncias fortuitas continuou a ser consultado separadamente, preservou zelosamente os seus Estados particulares. A partir de 1423, o rei tentou tributar os senescais do sul rateando as somas votadas pelos deputados do Languedoïl e, face aos veementes protestos dos interessados, teve de reconhecer, em 1428, a sua obrigação de consultar os deputados do Languedoïl. Languedoc antes que os impostos possam ser definidos. Manteve-se ali, portanto, o princípio da realização de sessões frequentes, pelo menos anualmente, nas quais os deputados, embora apresentando queixas mais ou menos ignoradas, tinham prazer em regatear os pedidos dos tenentes do rei e depois prosseguiram. distribuir o subsídio entre as dioceses da província. Mas, limitados a uma região restrita como um todo, os Estados do Languedoc adoptam cada vez mais a aparência de assembleias locais, preocupadas apenas em proteger os seus interesses particulares e, portanto, de pouco perigo para a autoridade monárquica.

Havia ainda Estados locais que, mesmo nos domínios da coroa, eram convocados de tempos em tempos, em casos de necessidades urgentes e específicas. Os de Champagne, por exemplo, concederam na sua reunião de 1431 o dinheiro necessário à manutenção das guarnições reais na província recentemente conquistada. Os da Ile-de-France, em 1436,

financiaram as despesas do cerco de Creil. Noutros casos, foram obrigados a votar subsídios extraordinários para uma região sempre restrita e por tempo limitado, geralmente sob a forma de aumento de dimensão: distribuíram-nos eles próprios ou controlaram a distribuição feita pelos funcionários. Mas estes foram casos excepcionais e tornaram-se cada vez mais raros após a letargia vivida pelos Estados do Languedoïl. Apenas as assembleias dos grandes feudos foram preservadas com maior força e regularidade, porque os príncipes que os governavam precisavam delas para obter doações gratuitas, ajudas ou contribuições locais, destinadas não ao tesouro do rei, mas ao dos grandes feudatórios. . E, como estas províncias foram absorvidas pelo domínio, a monarquia terá muito cuidado para não confrontar abertamente os privilégios locais, a instituição dos Estados será escrupulosamente preservada nestes territórios: assim, o caso do Languedoc será imitado no Dauphiné, assimilado neste momento a um grande feudo, e mais tarde na Borgonha, em Artois, na Provença e, mais tarde, na Bretanha. Em torno do antigo Languedoïl, convertido desde o desaparecimento dos seus Estados num "país de eleições", formar-se-á um cinturão de "países com Estados", que conseguiram manter as suas assembleias provinciais.

Embora seja difícil falar de uma "reforma" financeira concebida de forma consciente e lógica por Carlos VII, o termo, pelo contrário, pode ser adequadamente aplicado ao conjunto de medidas adotadas no campo militar.

A situação, é preciso reconhecer, era trágica e exigia soluções rápidas. A reconciliação franco-borgonhesa, longe de trazer a paz a um país devastado, teve como consequência, ao libertar um grande número de mercenários até então mal pagos, de ambos os lados, lançando massas de soldados famintos no país. O Estado, demasiado pobre para os colocar ao seu serviço e enviá-los contra os últimos bastiões da dominação Lancastriana, também não estava em posição de expulsá-los das províncias que saqueavam. Os seus excessos, num país exausto por vinte anos de guerra, parecem ter superado com horror tudo o que se conhecia durante o reinado de João Bom. As narrativas dos cronistas, repletas de detalhes macabros, são plenamente corroboradas pelas lamentáveis denúncias dos documentos de arquivo: saques, incêndios criminosos, torturas, estupros, assassinatos, tudo misturado. Esses "esfoladores" não respeitavam nada, exceto os muros das cidades, que não podiam tomar de assalto. Nem se preocuparam com o que lhes poderia acontecer no dia seguinte e multiplicaram as devastações inúteis em troca de um benefício imediato, embora temporário. Sob os seus repetidos golpes, os campos ficaram despovoados e a miséria gerou uma miséria ainda maior. Todas as províncias do reino tiveram que sofrer este flagelo, uma após outra, e não só aquelas que tinham sido palco da guerra, mas também as outras, e ainda em maior medida, por serem menos empobrecidas. Devastaram o Languedoc, a região de Albi, Auvergne, Berry. De lá lançaram-se na Borgonha e até levaram o seu saque para o outro lado da fronteira, para a Lorena, na Alsácia, onde continuaram a ser chamados de Armagnacs. Os seus capitães, já enriquecidos por longas campanhas, ignoraram as ordens do rei. Desta forma, Perrinet Gressart, que tinha dedicado todas as suas energias à causa anglo-borgonhesa, recusou-se a entregar La Charité ao rei de França, e a dificuldade que o incidente representava foi evitada nomeando-o capitão ao serviço de Carlos. VI. Outros tinham ambições maiores. Ex-companheiros de Joana d'Arc, como La Hire

e Xaintrailles, trabalharam por conta própria enquanto aceitavam cargos oficiais: Xaintrailles ocupou sucessivamente os cargos de senescal de Limousin e oficial de justiça de Berry. O aragonês Francisco de Surienne continuou a guerra em nome dos ingleses, magnificamente pago na Normandia, enquanto o bastardo dos Bourbon devastava as províncias centrais, antes de acabar no cadafalso. O mais temível de todos, o castelhano Rodrigo de Villandrando, realizou durante muito tempo as suas tristes façanhas em total impunidade.

Tentou-se, num primeiro momento, restabelecer a disciplina nas empresas que afirmavam agir em nome do rei. Foi necessário agir contra eles em inúmeras ocasiões, renovando em 1431 e depois em 1438 as prescrições de Carlos V a este respeito. Uma portaria de novembro de 1439, muito mais rigorosa, estabeleceu, em princípio, o monopólio do rei no recrutamento, limitou o efetivo máximo das companhias a cem homens e tentou estabilizar as suas guarnições. Todas essas ordens estavam longe de ser executadas imediatamente. Mas, um controlo mais severo das tropas pelas autoridades militares, policiais e marechais, a punição exemplar dos malfeitores e, sobretudo, salários melhores e mais regulares, muito contribuíram para impor a ordem e reduzir as exações e as pilhagens.

As tréguas de Tours de 1444, se tivessem sido seguidas por uma dispensa geral do exército, como era habitual em tais casos, teriam lançado sobre o país novos bandos de mercenários famintos. A grande novidade, neste caso, consistiu em não esperar o rompimento das tréguas para proceder ao recrutamento de novos contingentes, mas sim manter em armas forças armadas relativamente consideráveis, aguardando o reinício da guerra. Começaram por expurgar todos os elementos rebeldes, e com o melhor dos que restaram, formaram-se grandes unidades, que muito em breve ficaram conhecidas como as "companhias da Portaria do Rei", cada uma das quais era composta por cem lanças equipadas, isto é, de cada homem de armas, outros cinco o seguem, com armas mais leves. Embora o número de cada lança nunca tenha sido alcançado, pelo menos o número de empresas oscilou em torno de vinte. No ano seguinte (1446) a reforma foi estendida ao Languedoc, que teve de formar mais cinco novas empresas. Mesmo antes do recomeço da guerra, outros contingentes menos bem armados e menos completos tinham conseguido entrar em pé de guerra: eram, neste caso, as "pequenas empresas de Ordenações". Por primera vez en la historia de los reinos de Occidente, un soberano había sido capaz de reclutar, equipar y mantener en pleno período de paz, a una caballería que contaba, por lo menos, con quince mil hombres, y diseminada en guarniciones por todo o Reino. Cada cidade, cada província, deveria abrigar um certo número de lanças. O fardo da sua manutenção recaiu assim sobre os habitantes. Para se libertarem do fardo, os contribuintes tiveram que pagar um imposto “para a manutenção dos guerreiros”, que se somou aos já avassaladores impostos, e que, no entanto, foi pago sem protestos, a tal ponto que considerou este militar política benéfica, dirigida ao mesmo tempo contra os *traficantes* , os bandidos e todos os inimigos do rei.

Em abril de 1448, tentou-se criar, ao lado da cavalaria permanente, um corpo de infantaria igualmente permanente. Para atrair voluntários, eles foram isentos de todos os tipos de impostos, daí o nome “arqueiros francos”. As comunidades agrárias ou urbanas

tinham que fornecer um deles para cada cinquenta incêndios, e os homens armavam-se às suas próprias custas. Constituíam uma espécie de guarda cívica, que se ausentavam das suas ocupações habituais de artesãos ou operários para cumprir a única obrigação de praticar tiro com arco uma vez por semana e juntar-se à sua companhia em caso de guerra. A portaria só começou a ser implementada antes do final da Guerra dos Cem Anos, mas mostrou a vontade, muito firme na monarquia francesa, de ter sempre forças militares estáveis, às quais o rápido e decisivo progresso da artilharia, concederia uma poder ofensivo até então desconhecido.

4. AS TRUÇAS DOS TOURS

A imagem destas reformas prudentes, que recolhemos e resumimos, dá-nos claramente a impressão de uma monarquia forte e autoconfiante, que caminhava firmemente em direcção a um objectivo pré-determinado. Na realidade, foi apenas uma série de tentativas e medidas concretas que foram implementadas gradualmente ao longo de um período de quinze anos. A prova evidente de que Carlos VII não passou da noite para o dia da posição humilhante do rei de Bourges para a posição triunfante de soberano vitorioso pode ser vista na mesma lentidão com que, após a tomada de Paris, se completou a reconquista de Paris. as províncias ainda estão em poder do adversário.

E, no entanto, a Inglaterra lancastriana encontrava-se, no ano de 1436, numa posição terrível para restabelecer uma situação militar que tinha sido seriamente destruída no continente. Ele estava pagando o preço habitual por grandes épicos, devorando homens e dinheiro. Sentia-se a premente falta de um líder, que não conseguiu formar-se nos anos de minoria prolongada. Pois, enquanto Bedford continuava no continente a tarefa grandiosa, embora sem esperança, da “dupla monarquia”, os seus compatriotas, na sua ilha, dedicavam-se a destruir-se nas suas disputas internas, cujos detalhes não merecem muita atenção. . Furioso com a sua exclusão da regência, Humphrey de Gloucester mergulhou na intriga. Ele foi, no entanto, um príncipe brilhante, um humanista delicado, cuja munificência permitiu à Universidade de Oxford enriquecer prodigiosamente os fundos da sua biblioteca. Mas ele era, ao mesmo tempo, um homem rebelde, violento, ambicioso e distorcido. Repositório fiel dos últimos testamentos de Henrique V, o conselho real, dominado por seus tios, os Beauforts, deixou a Gloucester apenas autoridade teórica. O príncipe deslocado conteve a sua raiva durante alguns meses, mas quando regressou, em 1425, da sua zombeteira expedição aos Países Baixos, tão humilhado como arruinado, não aguentou mais. No meio do Concílio, ele acusou Henry Beaufort de ter governado mal o reino na sua ausência. A disputa teria degenerado numa guerra civil sem a mediação de Bedford, que se apressou em apaziguar as partes em disputa e passou mais de um ano em Inglaterra para completar o seu trabalho pacificador. Depois dela, Gloucester manteria o seu título bastante ambíguo de "protetor" e Beaufort abandonaria a Chancelaria, que chefiava desde o início do novo reinado. Mas, o prelado recebeu, em compensação, o chapéu de cardeal e permaneceu, além disso, incrivelmente rico e o principal credor da coroa. Gloucester, que tinha ciúmes dele por todos esses motivos, começou a lutar assim

que Bedford retornou ao continente. Contra o pródigo prelado, favorito da aristocracia, ele levantou as classes médias, a burguesia londrina e a Câmara dos Comuns. Pretendia declarar a interdição contra ele como homem da Igreja, tirar-lhe o privilégio de deter a ordem da Jarreteira e, como cardeal, a administração da diocese de Winchester, que mantinha. Somente as longas estadias que Beaufort fez então no continente, em preparação para as cruzadas contra os hussitas da Boêmia, impediram que a rivalidade se transformasse em uma luta sangrenta.

Ninguém na Inglaterra era suficientemente grande para dominar estas intrigas. Bedford, muito ocupado em Paris e Rouen, não pôde retomar a sua estadia na ilha. A rigorosa administração de Henrique V foi diluída pela existência de um rei criança e em favor de confrontos entre os príncipes. Em particular, o défice orçamental aumentou de ano para ano. O conquistador prometera uma vitória rápida, pela qual os seus súditos concordaram de bom grado em fazer enormes sacrifícios financeiros. Mas o sistema fiscal existente era impotente para satisfazer as necessidades cada vez mais imperativas da guerra, uma vez que o equipamento de reforços que o Regente de França solicitava incessantemente, engolia todos os seus recursos. Até o cerco de Orleans, pensava-se que a recompensa ocorreria imediatamente. No momento em que a guerra mudou de carácter e se tornou defensiva, o seu peso parecia intolerável. Foi precisamente o momento em que, face ao aumento das necessidades, foi necessário recorrer a novos recursos. Com os direitos sobre a lã, os direitos aduaneiros e de mercado e os impostos sobre bens móveis provando-se insuficientes, o Parlamento de 1431 autorizou a cobrança de um imposto de 5% sobre todos os rendimentos superiores a £ 20. Apesar disso, o Tesouro continuou a conceder empréstimos a fundo perdido, aumentando assim a preocupação dos seus credores.

Privada pelo Tratado de Arras do seu único aliado no continente, a Inglaterra viu-se, com a morte de Bedford, privada de um líder, o que constituiu uma nova causa de paralisia. Em Londres, a rivalidade entre Beaufort e Gloucester continuou em torno do adolescente piedoso e fraco que era Henrique VI, mas agora assumindo uma forma menos pessoal e mais política. Homem da igreja e preocupado em recuperar os fundos emprestados ao Tesouro, Beaufort tornou-se o campeão do partido da paz e da compreensão com o adversário Valois. Uma parte dos barões, fartos de tantos sacrifícios inúteis, reuniu-se ao seu redor. Gloucester, tal como o seu homónimo do século anterior tinha feito, excitou as paixões anti-francesas da burguesia londrina e dos Comuns, lembrou-lhes a ainda recente glória de Henrique V e defendeu a continuação da guerra a todo o custo. Nem um nem outro tinham estatura suficiente para dirigir os assuntos franceses. A sucessão de Bedford foi concedida primeiro ao conde de Warwick e mais tarde a Ricardo, duque de Iorque, que procurava os seus próprios interesses e inclinava-se alternadamente para ambas as partes.

Se o governo dos Valois não tivesse recaído no seu já inveterado abandono e se o esgotamento do reino não o tivesse paralisado constantemente, a tomada de Paris teria servido de sinal precursor para o ataque final contra Rouen e Bordéus, os últimos bastiões do império dos Lancasters. Na verdade, Ricardo de York, auxiliado pelo enérgico Talbot, conseguiu facilmente deter esse perigo. A partir de 1436, a ordem foi restaurada na ameaçada Normandia. A recuperação de Pontoise pressagiou mesmo um regresso à

ofensiva dos ingleses em direcção à Ile-de-France. Com considerável dificuldade, Anjou e Richemont convenceram Carlos VII a liderar suas tropas, algo que ele não fazia desde a epopéia de sua consagração como rei. Mas a campanha de 1437 foi interrompida abruptamente. Em outubro, ocorreu a captura de Montereau, o último bastião inimigo nas margens do alto Sena. Depois realizou-se a entrada solene em Paris, rodeada de festividades e aclamações e, três semanas depois, a retirada para Touraine. A partir de então, as operações militares continuaram a desenvolver-se sem alterações notáveis, com excepção da recuperação anual de um determinado local a um inimigo que, por outro lado, estava quase feliz com isso: em 1438 teve lugar uma campanha mal sucedida no Bordelais, em 1439 a capitulação da guarnição inglesa de Meaux, e em 1440, a derrota diante de Avranches e a perda de Harfleur. Resultado ruim, no geral, quatro anos após a entrada da Richemont em Paris.

Além disso, apesar da lealdade e do fervor monárquico da nação, Carlos VII não era um rei popular. Ele foi criticado por sua incapacidade de impedir as devastações dos *routiers* . Por outro lado, o flagelo das epidemias que devastaram as províncias exangues aumentou as calamidades do povo e, finalmente, ressurgiram rivalidades entre os príncipes em torno do soberano, a tal ponto que temiam o regresso à guerra civil. Tal como nos tempos de Carlos VI, não foi uma revolta feudal. Arruinada pelas guerras, a classe cavalheiresca, que nunca foi uma rival séria da monarquia Valois, nada podia esperar de uma revolta que não podia financiar por falta de meios. A administração real manteve-a sob estreita protecção, retirando-lhe um a um os seus últimos privilégios, eliminando-lhe os juízes, proclamando o direito exclusivo do soberano ao enobrecimento, à legitimação, à concessão de feiras e mercados, e até tentou limitar por meio de portarias as ocasiões em que os senhores podiam exigir ajuda extraordinária dos seus dependentes. Mas, como tinha acontecido no tempo de Carlos VI, os príncipes rebelaram-se contra a autoridade que tentava retirá-los do poder e limitar os seus rendimentos. Suas demandas por dinheiro tornaram-se cada vez maiores e mais imperiosas, conseqüentemente, a necessidade que tinham de controlar o governo e se beneficiar das liberalidades reais. Os ex-prisioneiros de Azincourt tiveram de pagar enormes resgates de guerra, o que os levou à ruína. A partir do momento, por exemplo, em que a duquesa de Borgonha insistiu em libertar Carlos de Orleães, as negociações arrastaram-se durante anos, porque o príncipe-poeta não conseguiu levantar a quantia necessária para a sua libertação provisória. Se o rei não renovasse em seu favor os benefícios de que gozara no reinado anterior, esses príncipes famintos seriam reduzidos à miséria. Eles ficaram indignados ao ver Richemont e Carlos de Anjou, conde do Maine, como os únicos agentes da política do rei e para seu benefício exclusivo. Carlos I de Bourbon encabeçou este grupo de descontentes. A partir de 1437 ele conspirou continuamente para destruir os favoritos. Ao lado do duque de Alençon estavam João V da Bretanha - embora fosse irmão de Richemont - e o rei René, irmão de Carlos do Maine, enquanto Rodrigo de Villandrando lhes havia prometido o apoio de suas bandas. Uma rápida marcha em direção a Auvergne foi suficiente para dispersar todos os conspiradores. Em 1440, a ameaça tornou-se mais real e a conspiração muito mais ampla. João da Bretanha e o Conde Armagnac apoiaram-no e Alençon entrou em negociações com os ingleses para obter a sua ajuda militar. O perigo tornou-se maior quando duas figuras

importantes aderiram à conspiração, como Dunois, que acusou o rei de nada fazer para libertar o seu meio-irmão Orleans e, sobretudo, o Delfim Luís, um jovem adolescente de dezasseis anos, que Ele já estava ansioso para reinar. Em fevereiro, eles interromperam abertamente as hostilidades. Esta "revolta" ficou conhecida como *Praguerie* , em memória das recentes revoluções boêmias. O exército real começou ocupando Poitou, depois subjugou Auvergne, onde Bourbon e o Delfim se refugiaram. Os conspiradores foram forçados a se submeter e obtiveram o perdão em julho. As causas do seu estrondoso fracasso residiam, por um lado, no facto de as suas forças serem muito inferiores às do rei e, por outro lado, no facto de não terem contado com a ajuda da Borgonha, sem a qual nenhum tipo de a revolta poderia ter sucesso. Filipe, o Bom, logo após a Praguerie, acreditou que havia chegado a sua hora: vender a sua aliança aos príncipes e recuperar, por este procedimento, o lugar preponderante no reino de Valois que não havia sido reconhecido pelo Tratado de Arras. Não foi, talvez, uma adaptação às circunstâncias da política tradicional da sua dinastia? Em dezembro de 1440 já havia assinado uma tríplice aliança com João V da Bretanha e Carlos de Orleans, que finalmente foi libertado da prisão graças aos seus bons ofícios. Alençon e depois Bourbon juntaram-se a ela, multiplicaram as suas viagens de uma corte para outra e enviaram emissários a Rouen para sondar as intenções do duque de Iorque. Finalmente, em fevereiro de 1442, todos os príncipes reuniram-se em Nevers para expressar as suas queixas contra o rei e exigir a convocação dos Estados Gerais. Embora parecesse pacífica, a coligação pôs em perigo a independência da monarquia. Carlos VII e seus conselheiros souberam desfazer a manobra. Através de liberalidades habilmente distribuídas, compraram o abandono da conspiração de Alençon e Dunois. A atitude para com os outros conspiradores era tão firme que eles tiveram que resignar-se a não conseguir nada de positivo.

Mas não foi fácil continuar uma guerra total contra os Lancasters, até à recuperação final de todas as províncias face à ameaça constantemente repetida destas coligações de príncipes. Carlos Vil, cuja falta de atividade era proverbial, iniciou imediatamente após o tratado de Arras negociações muito difíceis, nas quais o duque da Borgonha assumiu o papel de mediador. Pois bem, na Inglaterra, todo o ressentimento gerado pelo revés em Arras foi personalizado na "traição" de Filipe, o Bom. Imediatamente, foram dadas ordens para retaliar. Gloucester, sempre pronto para ações inflamadas, recebeu a concessão *do* condado de Flandres e desembarcou em Calais, ameaçando invadir o estado da Borgonha. O estabelecimento do bloqueio económico aos Países Baixos teve como consequência inevitável a revolta das cidades flamengas, que Filipe demorou vários meses a dominar (1437-38). Todos os frutos alcançados no tratado de Arras pareciam escapar das mãos dos borgonheses. Poderíamos até esperar um acordo separado entre os Lancastrianos e os Valois, que seria claramente feito às suas custas, e cujo negociador interessado seria Carlos de Orleans, ansioso por recuperar a sua liberdade após mais de vinte anos de detenção. Era muito mais conveniente, portanto, tomar a direção dos problemas com as próprias mãos, entrar em negociações com Beaufort para tratar diretamente da libertação provisória de Orleans e, finalmente, organizar uma conferência franco-inglesa realizada sob a mediação pessoal de Filipe e sua terceira esposa, a competente Isabel de Portugal, eram parentes dos Lancasters. Desta forma, em julho de 1439 foi inaugurado em Gravelines um novo

congresso de paz no qual Beaufort presidiu a delegação inglesa e Regnault de Chartres falou em nome dos franceses. Na conferência falou-se muito pouco sobre a possibilidade de alcançar uma "paz final". De cada lado foram formuladas condições inaceitáveis para o outro lado, que não mudaram muito desde Arras. Do lado inglês, a posse do reino da França continuou a ser reivindicada, restando apenas o Delfim - que ainda era chamado assim - como *apanágio* , apenas as províncias situadas ao sul do Loire. Basicamente, eles teriam se contentado com a reconstrução do antigo império angevino, da Normandia aos Pirenéus, cedendo a soberania completa. Os franceses, por sua vez, ofereceram inicialmente uma Guiana diminuída, à qual posteriormente acrescentaram alguns bailiwicks normandos, mas não queriam abrir mão da soberania. Foi uma retomada do interminável debate que dividiu os Plantagenetas e os Valois durante o século anterior. Questiona-se se os negociadores estavam conscientes de que, desde a época de Henrique V, a guerra tinha mudado de aparência e que nenhuma combinação territorial ou feudal poderia restaurar a paz numa altura em que ambas as nações se amontoavam atrás dos seus respectivos soberanos. Pelo menos, para aliviar ambos os povos exaustos, a assinatura de tréguas prolongadas foi seriamente considerada. E, mais importante ainda, aproveitando a conferência, Filipe, o Bom, obteve a assinatura de um tratado comercial anglo-flamengo, para grande alegria dos seus súditos holandeses.

La *Praguerie* veio interromper estas atividades diplomáticas. Com toda a justiça, Carlos VII ficou alarmado com as intenções da Borgonha. Filipe, até agora, só tinha trabalhado em seu benefício, e talvez agora começasse a fazê-lo contra o rei da França. Depois de ter obtido de Beaufort, em julho de 1440, a libertação definitiva de Carlos de Orleans, em troca de um resgate de 200.000 escudos, o duque recebeu em sua corte o herdeiro dos odiados Armagnacs, casou-o com uma de suas primas, Maria de Cleves e assinou uma aliança com ele. A união dos Lancasters, dos Borgonheses e dos príncipes foi, obviamente, em detrimento dos interesses de Carlos VII. Os conselheiros do rei de França, agora menos apáticos e mais conscientes da situação, compreenderam que para impor a sua vontade precisariam de ter outros triunfos nas mãos. As intrigas diplomáticas tiveram de ser respondidas com sucessos militares. A guerra, que ainda se arrastava, de repente ganhou vida. O rei assumiu a direção das operações com energia incomum. Em 1441, uma brilhante campanha foi realizada contra as companhias, na planície de Champagne, um bastião do domínio real afundado numa cunha no Estado da Borgonha. Foi lá que o bastardo de Bourbon expiou sua culpa no cadafalso. As forças voltaram-se posteriormente para o Vale do Oise, que ainda estava ocupado pelos ingleses e defendido por Talbot. Foram sucessivamente tomadas pelas forças do rei Creil, depois de Conflans e, finalmente, embora com grandes dificuldades, de Pontoise. A Ile-de-France foi definitivamente libertada. No ano seguinte, imediatamente após as conversações de Nevers, o esforço de Carlos VII foi dirigido contra a Guiana. No sudoeste, as manobras dos príncipes fortaleceram a posição dos ingleses. O conde Armagnac ofereceu sua filha em casamento a Henrique VI e o senhor de Albret, após um longo cerco, teve que realizar a capitulação de seu castelo de Tartas. À frente de um exército impressionante, o rei da França empreendeu pessoalmente a "viagem a Tartas". Não se contentou em recuperar o lugar, mas fez o mesmo com Saint-Sever, Dax e,

apesar de um fracasso temporário em La Réole, ameaçou seriamente Bordéus (junho-dezembro de 1442).

Esta poderosa demonstração de força valeu a pena. Os belicistas ingleses tiveram de ceder as suas posições. O desacreditado Gloucester já teve de ceder quando os conselheiros de Henrique VI acusaram sua esposa morganática, Eleanor Cobham, de bruxaria. Os últimos apoiantes da guerra quiseram responder aos sucessos franceses com uma cavalgada final que, partindo da Normandia, se dirigiria a Bordéus para mais uma vez aquecer o ânimo dos seus apoiantes gascões. Mas a expedição, cujo comando foi confiado a um homem de pouca habilidade, Somerset, sobrinho do Cardeal de Beaufort, falhou miseravelmente e foi forçada a reembarcar depois de ter vagado durante algumas semanas nos confins entre a Bretanha e Anjou.

A partir daí, o partido da paz triunfou completamente. Dos dois lados do canal, o povo, esmagado pelos impostos, exausto por tantos saques, clamava pela necessidade de tranquilidade e exigia o fim do conflito. Filipe, o Bom, sempre com medo de que as negociações acontecessem pelas suas costas, multiplicou os seus esforços para chegar a uma conciliação. Por outro lado, em nenhum momento deixou de negociar com Londres. O novo duque da Bretanha, Francisco I, também ofereceu a sua mediação. Até o Papa, sempre teimoso na sua luta contra os Padres Conciliares de Basileia e também preocupado com os avanços dos Otomanos, também não deixou de oferecer os seus bons ofícios nesta ocasião. Não foi necessária tanta ajuda para decidir os dois adversários, igualmente ansiosos por chegar a um entendimento. O cansaço geral fez o resto. William de la Pole, conde de Suffolk, foi enviado por Henrique VI a "seu querido tio, o rei da França". Em Le Maris, em 8 de abril de 1444, foi concluída uma trégua local. Posteriormente, iniciaram-se negociações em Tours, que foram conduzidas, do lado francês, por Pierre de Brézé, que se tornara o principal conselheiro de Carlos VII desde a morte de Iolanda da Sicília e graças à protecção da favorita do rei, Inês Sorel. Tal como tinha acontecido antes, a “paz geral” parecia inicialmente impossível. E, também como no passado, foi substituído por um acordo matrimonial e pela assinatura de tréguas.

Em 22 de maio, os plenipotenciários decidiram o noivado de Henrique VI, um jovem de 23 anos, com a sobrinha de Carlos VII, Margarida de Anjou, filha do rei René. Seis dias depois, foi assinada uma trégua geral entre os adversários e os respectivos aliados, que, embora válida em princípio apenas por dez meses, poderia ser renovada. Os resultados obtidos podem parecer insignificantes para uma mentalidade moderna. Mas o casamento de Lancaster com uma princesa Anjou abriu perspectivas promissoras. E, em particular, a suspensão das hostilidades, a primeira alcançada desde o Tratado de Troyes, ou seja, durante um quarto de século, consagrou a recuperação dos Valois e legitimou as suas conquistas. Não demoraria muito para que começasse uma nova fase do conflito, que seria a última.

IV
O FIM DAS HOSTILIDADES

A trégua de Tours, como simples suspensão da guerra que foi, deixou as coisas como estavam. Os ingleses continuaram a ocupar a maior parte da Normandia e do Maine, quase toda Bordelais, a região de Bayonne e, no norte do reino, Calais. O armistício, como sempre aconteceu nestes casos, foi precário e sofreu, por parte dos capitães de ambos os lados, inúmeras violações. Contudo, a necessidade de paz era tão grande que, tanto em França como em Inglaterra, foi saudada com explosões de alegria. Apenas alguns espíritos nostálgicos censuraram Carlos VII por ter abandonado seus súditos normandos ou gascões e Henrique VI por ter se casado com a sobrinha de seu inimigo.

Se você olhar mais de perto, verá que a trégua concedida aos combatentes não foi igualmente vantajosa para ambos. Na Inglaterra, a situação política permaneceu muito confusa. Henrique VI provou ser um príncipe fraco, incapaz de governar sozinho. A jovem esposa que acabava de lhe ser imposta e cuja influência só iria aumentar, começava a exercer a sua influência sobre ele. Dada a perda de poder de Beaufort, agora um homem velho, a confiança de Margarida de Anjou foi direcionada para o negociador de seu casamento, o conde, e logo marquês, de Suffolk. Por outro lado, embora a maior parte do país estivesse grata por ter parado a guerra, a opinião nacionalista também estava ressentida com as humilhações que a trégua acarretava. Gloucester continuou a despertar o descontentamento, a tal ponto que Suffolk só conseguiu se livrar dele em 1447, usando uma acusação de traição. Detido, o tio do rei morreu misteriosamente em sua prisão. Este será, para a opinião indignada, mais um motivo de ódio ao ministro todo-poderoso, em quem não viu mais do que um servo ao serviço dos estrangeiros. De nada adiantou que Suffolk, tomando as suas precauções, tivesse um voto de confiança concedido pelo Parlamento em junho de 1445, a favor da sua política de pacificação. O nacionalismo inglês, ao qual se opôs por unanimidade, tornou-se tanto mais violento quanto mais importante se tornou. Ele não queria abandonar a quimera das aventuras continentais, mas recusou-se a fazer os sacrifícios materiais necessários para realizá-las. Para satisfazer a sua vaidade, este grupo preferiu acusar os ministros responsáveis pelos fracassos militares de falta de experiência e até de traição. Como arquitecto da paz, Suffolk caiu em 2 de Maio de 1450, imediatamente após as derrotas que a sua política de entendimento, muito pouco apoiada por uma opinião pública cega, não foi capaz de prever ou evitar.

A posição dos conselheiros de Carlos VII era muito diferente. Os quatro ou cinco anos de paz garantidos pelas tréguas serviram para completar o trabalho de reorganização do reino, colocando a administração em ordem e iniciando a criação de um novo exército. A mesma moeda, que tinha sido reduzida a quase nada pelas repetidas desvalorizações, recuperou a sua força e estabilizou-se a taxas que permitiram o renascimento do comércio. A burguesia, satisfeita com uma nova prosperidade que aumentava a segurança das trocas,

tornou-se agora mais do que nunca o fiel apoio da monarquia. Mesmo na corte, o rei consegue se livrar da apatia. Talvez nisso tenha sido ajudado por Agnés Sorel, Madame de Beauté, a primeira favorita que a nossa história conheceu e que, até à sua morte, ocorrida em fevereiro de 1450, exerceu sobre ele uma influência benéfica. As intrigas dos príncipes nada fizeram contra ela e Pierre de Brézé. Desunidos desde o fracasso das conversações de Nevers, não ousaram reagrupar-se. Apenas o Delfim Luís persistiu na sua atitude astuciosamente hostil. Mas, a partir de 1445, teve que limitar-se ao seu *apanágio* no Dauphiné. As manobras sórdidas dos seus espiões na zona próxima do rei não colocaram, em nenhum momento, em perigo os favoritos.

A eles, além disso, pertencia o crédito de terem aproveitado as tréguas para melhorar a situação diplomática dos Valois. Uma grande embaixada francesa, liderada por Jean Jouvenel, o novo arcebispo de Reims e acompanhada por plenipotenciários castelhanos, bretões e angevinos, desembarcou na Inglaterra em julho de 1445. Um evento semelhante não ocorria há trinta anos, desde o lamentável fracasso do Winchester. negociações. Os embaixadores, magnificamente recebidos, apenas ofereceram, para alcançar a "paz final", na qual ninguém acreditava sinceramente, concessões territoriais infinitamente diminuídas: Guyenne, Quercy, Périgord e Calaisis. Mas, em troca da renovação das tréguas, obtiveram de Suffolk e Henrique VI duas promessas importantes: a de um próximo encontro de ambos os reis, da qual muito se poderia esperar, e a transferência para René de Anjou do condado de Maine. , em que continuaram a ser mantidas guarnições inglesas. Temendo, sem dúvida, a oposição unânime da opinião pública nacionalista, o governo de Londres não se atreveu a cumprir imediatamente as suas promessas. As embaixadas e conferências continuaram por mais de dois anos, estendendo cada vez a entrevista planejada entre os dois reis e aumentando as dificuldades para a entrega do Maine. Ciente dos seus direitos, Carlos VII decidiu, apesar das tréguas, deixar a decisão para as armas. Enquanto as negociações continuavam, as tropas do rei sitiaram a cidade de Le Mans. As guarnições inglesas, ameaçadas por esta importante demonstração de força, preferiram abandonar a província e recuar para a Normandia (Gunio, 1448).

I. A RECONQUISTA DA NORMANDIA E DA GUIENA

As tréguas expirariam na primavera de 1450. Mas o problema do Maine mostrara que o rei da França estava disposto a retomar a luta até a recuperação completa do seu reino. Tudo o empurrou para esta política de guerra: a acção dos seus advogados, apoiados sem dúvida por toda a opinião pública e que consideraram as tréguas como uma simples pausa antes do assalto final; a impaciência dos homens de guerra incorporados nas novas companhias e a má vontade e má-fé dos funcionários ingleses na França, provocando incessantemente e continuamente voltando atrás nas mais solenes promessas de Suffolk ou Henrique VI. Nesse mesmo momento, acabava de chegar a Rouen um novo tenente do rei da Inglaterra, seu primo Edmund Beaufort, duque de Somerset, que, apesar do estado de exaustão em que se encontrava a Normandia dos Lancastrianos, considerado muito capaz, sem dúvida para satisfazer a opinião pública inglesa, praticam uma política temerária de provocações.

Evacuadas à força, as guarnições do Maine, em vez de recuar para Caen ou Rouen, foram enviadas para os limites ocidentais do ducado para ocupar as duas cidades de Mortain e Saint-Jame-de-Beuvron, até então território neutro. Foi uma ameaça direta contra o duque Francisco da Bretanha, a quem seu tio Richemont conquistou definitivamente para a obediência francesa. Carlos VII, que apoiara as queixas ducais, viu-se tratado com insolência pelo presunçoso Somerset, embora o assunto, em essência, não o preocupasse, já que a Bretanha era um feudo da coroa inglesa. Mais importante ainda, Somerset e Suffolk, necessitando de um evento espectacular para manter o seu prestígio, prepararam cuidadosamente um golpe no qual esperavam vingar-se do Caso Maine. Confiaram a liderança da expedição punitiva contra o duque da Bretanha, que aliás iria contra o seu protetor Valois, a um infame capitão *de routiers , Francisco de Surienne, apelidado de aragonês.* Em 24 de março de 1449, um ousado golpe dos aragoneses tornou-o proprietário de Fougéres, no coração do território bretão. Após ser saqueada, a cidade teve que suportar a presença de uma guarnição inglesa.

Carlos VII poderia ter usado esta violação flagrante das tréguas como pretexto para retomar imediatamente as hostilidades, mas preferiu continuar as negociações inúteis que decorriam há mais alguns meses. Mas permitiu que os seus capitães continuassem, em nome de Francisco I da Bretanha, a "queixa da Bretanha", para tomar Pont-de-l'Arche e Conches, na Normandia, e outros locais em Beauvaisis e em Bordelais. O inimigo, desmoralizado, não teve capacidade de reagir. Enquanto isso, o exército se reunia nas fronteiras da Normandia. Finalmente, em 17 de julho, um conselho especialmente convocado perto de Chinon decidiu retomar abertamente as hostilidades e confiou sua liderança ao veterano Dunois, rompendo todas as relações com Somerset.

Apesar de ainda estar repleta de guarnições inglesas, a Normandia caiu em mãos francesas ao longo de uma estranha campanha que durou doze meses sem interrupção. A população em todo o lado acolheu os franceses como libertadores e, em muitas ocasiões, rebelou-se sem esperar pela chegada das tropas vitoriosas. Graças a tantas cumplicidades, tudo se reduziu a uma constante guerra de cercos, que mais tarde seria tão popular no reinado de Luís, terríveis "baterias" devastadoras e desmoralizantes estão em curso. O ataque concertado foi realizado ao mesmo tempo por três corpos de exército. A partir de Beauvaisis e com o apoio da nobreza da Picardia, os condes de Eu e Saint-Pol, após cruzarem o Sena acima de Rouen, apoderaram-se de Pont-Audemer, Pont-l'Evéque, Lisieux, que foi entregue pelo seu bispo Thomas Basin (16 de agosto), e depois procedeu a uma limpeza metódica da região de Bray. No centro, Dunois, apoiado no flanco esquerdo pelo duque de Alençon, entrou primeiro em Verneuil, sem qualquer resistência, e juntou-se ao rei em Louviers, tomaram Mantés e Vernon, e depois, invadindo a baixa Normandia , eles avançaram para Argentan (4 de outubro). A oeste, numa brilhante campanha de outono, Francisco I e o seu tio Richemont tomaram Coutances, Carentan, Saint-Ló, Valognes e quase todas as cidades do Cotentin, terminando com a recuperação de Fougéres (5 de novembro).

Entretanto, o rei, depois de reagrupar o seu exército, apresentou-se diante das muralhas de Rouen em 9 de outubro. A burguesia, quase completamente conquistada para a causa do rei, abriu as suas portas ao atacante. Pressionado na fortaleza da cidade, Somerset e sua guarnição preferiram recuar para Caen. Carlos fez uma entrada triunfal na

capital normanda em 20 de novembro. Finalmente, em pleno inverno, outras cidades, incluindo Harfleur, também caíram nas mãos dos franceses.

Até agora, a reacção inglesa tinha sido muito fraca. A princípio, Talbot tentou em vão impedir os movimentos do inimigo. Com algumas centenas de homens, ele não tinha chance de sucesso. Durante o inverno, em meio a enormes dificuldades, Suffolk tentou o último esforço, às vésperas da grande catástrofe. Um pequeno exército de socorro, composto por apenas cinco mil homens e comandado pelo cavaleiro Thomas Kyriel, desembarcou em Cherbourg em 15 de março de 1450, recuperou vários pontos do Cotentin, juntou-se aos dois mil homens que Somerset ainda tinha e, atravessando o Vire , ele entrou no Bessin. Em 15 de abril sofreu uma derrota esmagadora em Formigny. A história militar pouco se interessou por estas últimas batalhas da Guerra dos Cem Anos e, se assim não fosse, teria notado a sua enorme semelhança com as de Crécy, Poitiers ou Verneuil. Só agora os papéis foram invertidos. Em vez das massas de cavaleiros que os primeiros Valois colocaram em pé de guerra, Carlos VII passou a contar com pequenos exércitos, dotados de artilharia e infantaria, mas inferiores em número, porém, às expedições, já bastante miseráveis, dos invasores. Em Formigny, o conde de Clermont, cujas forças eram mínimas, não conseguia pensar em atacar. O fogo preciso da sua artilharia de campanha forçou os ingleses, que se haviam entrincheirado como era seu costume, a sair para o campo aberto. Um após o outro, eles foram forçados a agir. A chegada de Richemont com um exército de reforço decidiu a vitória do lado francês. Sem que as tropas francesas tivessem sofrido perdas graves, o inimigo deixou quase cinco mil homens no campo de batalha, entre mortos e prisioneiros. Kyriel estava entre os últimos.

Fogmigny decidiu o destino da Normandia. Enquanto os bretões limpavam o Cotentin, a maior parte do exército do rei dirigiu-se contra Caen. Somerset capitulou em 1º de julho e reembarcou de Calais para Dover, com o que restava da administração inglesa. Algumas localidades continuaram a resistir, mas caíram sucessivamente: Falaise a 21 de julho, Domfront a 2 de agosto e Cherbourg, finalmente, a 12, um ano logo após o início da campanha.

A Inglaterra já começava a sentir as consequências destes desastres irreparáveis e testemunhava impotente as consequências de uma atroz guerra civil. Primeiro veio a queda de Suffolk, cuja política de paz com a França e aliança com os Angevinos causou o fracasso. Odiado pelos barões e pela Câmara dos Comuns, só teve uma oportunidade para a sua queda. Ele foi acusado do assassinato do Bispo Adam Moleyns, assassinado em Portsmouth em janeiro de 1450. Querendo justificar-se, o Parlamento instaurou um processo contra ele por alta traição. Exilado pelo rei, que assim tentava salvar a sua vida, foi, no entanto, assassinado por um marinheiro do mesmo navio que o levava para a Flandres, em 2 de maio de 1450. Nenhum homem capaz poderia substituí-lo à frente dos assuntos públicos. . Somerset, que foi nomeado seu sucessor, carregou sobre os ombros todo o peso da derrota na Normandia. A indignação sofrida pela honra nacional, a existência de um sistema tributário esmagador e inútil, as ondas de soldados derrotados que vieram da França e se dedicaram ao saque, bem como a miséria geral, provocaram uma nova e mais perigosa *jacquerie* no sudeste províncias talvez a de 1381, já que a pequena nobreza e alguns membros do clero a apoiavam. O seu líder era um aventureiro do condado de Kent, Jack

Cade, que em 31 de maio deu o sinal da revolta, exigiu a demissão dos maus conselheiros, tomou Londres, matou o tesoureiro real e dedicou-se à pilhagem. Henrique VI levou um mês para reunir um exército que acabou esmagando os rebeldes em 5 de julho. O assunto não parecia ter consequências, pelo menos no campo social. Mas representava um sério problema político. No meio da revolta, o duque Ricardo de York retornou da Irlanda, onde era governador. Ele era o parente mais próximo do monarca e seu presumível herdeiro, presumindo que os Beaufort, legitimados, também não aspirassem ao trono. Sucessor de Gloucester no partido de guerra, ele se colocou contra Margaret de Anjou e Somerset desde o início. A aristocracia começou a agrupar-se em torno de um ou outro dos adversários, de acordo com preferências ou alianças familiares. A iminência da luta paralisou a Inglaterra, no momento em que as suas últimas possessões continentais começaram a sofrer o assalto do poder francês.

Carlos VII, sem esperar que ocorresse a reorganização da Normandia reconquistada, decidiu levar todas as suas tropas disponíveis contra a Guiana. As operações preliminares, iniciadas no verão de 1449, ainda não haviam produzido grandes resultados. Tudo encorajava os gascões a resistir a estas empresas: a sua lealdade interessada à dinastia ducal, os seus hábitos seculares de autonomia política, as suas relações comerciais com a Inglaterra, que garantiam a sua prosperidade, etc. Sem o apoio da população, a conquista foi considerada muito mais difícil. Enquanto o conde de Foix operava no vale do Adour, o pequeno exército do conde de Penthiévre, munido de sólida artilharia, derrubou Bergerac, em 10 de outubro de 1450, tomou Bazas e, aproximando-se da capital da Guyena, colocou as milícias comunais Para voar. O inverno interrompeu as operações. Mas, em abril de 1451, um poderoso exército, sob as ordens de Dunois, iniciou a campanha decisiva. Ele entrou pelos Bordelais e forçou a rendição das cidades uma após a outra - Blaye, Fronsac, Saint-Emilion - e iniciou o cerco de Bordéus, que não resistiu por muito tempo devido à falta de apoio inglês. Juan de Foix, *capital de Buch* , até agora leal aos Lancasters, foi o encarregado de negociar a rendição. Foi acordado que a cidade capitularia em 23 de junho, caso até então não tivessem chegado reforços ingleses para libertá-la. Dunois entrou e tomou posse no dia 30. Imediatamente, todas as cidades que ainda resistiam renderam-se sem resistência, exceto Bayonne, cujo cerco teve que ser empreendido com força total. Por sua vez, a cidade capitulou em 20 de agosto. A subjugação da Guiana, como a da Normandia, durou apenas um ano.

Logo, toda a operação ameaçou desmoronar devido às ações dos vencedores. Na verdade, Carlos VII concedeu condições muito liberais aos gascões súditos. Apenas Bayonne foi punida, devido à sua resistência, com a imposição de uma indemnização de guerra e a supressão das liberdades comunitárias. Em outros lugares, os conquistadores confirmaram privilégios locais e preservaram instituições. Mas cometeram a imprudência de confiar a administração da Guiana a franceses do norte, muito pouco compreensivos e logo odiados pela população, como o bretão Olivier de Coétivy, nomeado senescal da Guiana, ou o financista Jean Bureau que ocupou o cargo de prefeito de Bordeaux. As suas complicações inúteis, os saques levados a cabo pelos soldados e a paralisação total do comércio marítimo colocaram-nos em conflito com a burguesia, os nobres e os funcionários gascões, que tinham sido expulsos de todas as posições relevantes. Eles estavam prontos

para se rebelar ao menor sinal e comunicaram isso a Londres. Somerset, por outro lado, que havia assumido o poder, precisava de sucesso militar para impedir a sua crescente impopularidade. O homem derrotado em Caen foi nomeado policial da Inglaterra, em meio a um enorme escândalo entre a aristocracia belicista. O duque de York, que emergiu como seu grande rival, denunciava-o constantemente perante o conselho, reunia tropas e ameaçava retomar a guerra civil a qualquer momento. Somerset conseguiu eliminar momentaneamente o perigo. As insinuações feitas pelos conspiradores gascões em agosto de 1452 deram-lhe a oportunidade de restaurar seu prestígio quebrado. Alguns reforços originalmente reunidos para a defesa de Calais aguardavam nos portos do Canal da Mancha. Cerca de quatro ou cinco mil homens foram confiados ao velho Talbot, conde de Shrewsbury, o único homem de guerra ainda capaz de apoiar com sucesso a causa Lancastriana. Apesar dos seus longos oitenta anos, o antigo tenente de Bedford ainda demonstrava uma energia notável. Desembarcando em Médoc no dia 7 de outubro, entrou em Bordéus quatro dias depois, precedido por uma revolta geral da população. Todas as fortalezas, desde a fronteira de Landes até Angoumois, abriram-lhe as portas depois de ter expulsado delas as guarnições francesas.

Carlos VII deixou-se vencer pelos acontecimentos. Ele sabia dos preparativos de Talbot, mas acreditava que fossem dirigidos contra a Normandia, cuja defesa havia sido fortalecida. Agora que a Guyenne estava novamente perdida, ele precisou de todo o inverno para organizar uma nova expedição, o que por sua vez permitiu aos Bordelais receber novos reforços da Inglaterra. Quando o exército do rei entrou na Guiana, na primavera de 1452, estava em tão menor número que as tropas inglesas que Talbot não ousou atacá-lo. Teve que esperar que se dividisse em vários corpos, deixar o conde de Clermont avançar em cunha na direção de Médoc e avançar contra os contingentes menores que acabavam de sitiar Castillon, não muito longe de Libourne. Pensou que os seus sete mil homens obteriam uma vitória fácil, mas encontrou o inimigo solidamente entrincheirado atrás das suas paliçadas, demonstrando que tinha aprendido as lições de Crécy e Azincourt. Sem esperar mais, ele os atacou com sua impetuosidade habitual. A artilharia de Jean-Bureau dizimou a cavalaria anglo-gascão. Em seguida, o combate corpo a corpo começou em condições muito negativas para os agressores. Um ataque a um dos flancos, levado a cabo por um contingente de lanças bretãs, decidiu a vitória. Talbot, caído no campo de batalha, levou consigo as últimas esperanças inglesas no sudoeste da Aquitânia (17 de julho). O cerco de Bordéus, iniciado a seguir e completado com o bloqueio naval da Gironda, foi o grande acontecimento militar da campanha. Foi difícil devido à decisão de resistência demonstrada pela burguesia e nobreza Gasconha. Mas, no final de setembro, os habitantes iniciaram negociações, vendo-se privados de reforços e até da ajuda dos últimos contingentes ingleses que tinham conseguido escapar de Castillon e só pensavam em regressar a Inglaterra. Em 19 de outubro, os gascões e os ingleses renderam-se incondicionalmente.

Os habitantes não obtiveram nada de positivo com a sua revolta. Nesta ocasião, o comportamento dos vencedores foi implacável. Uma indemnização de guerra colectiva foi imposta a Bordéus e a burguesia mais empenhada teve de exilar-se. O Parlamento concedido à Guiana em 1451 não foi restabelecido e os casos de recurso foram, como já acontecera antes, para Paris ou Toulouse. A dominação francesa, opressiva e conflituosa,

continuou a ser abominada. Pelo menos ele teve o mérito de saber se manter. Terminava assim a longa associação de três séculos entre os gascões e os reis de Inglaterra e a história deste grande feudo da Aquitânia que tinha estado na origem da guerra.

As famosas previsões de Joana D'Arc de que o inimigo seria "expulso da França" tornaram-se realidade. É verdade que Calais e o concelho de Guiñes ainda permaneceram. Carlos tinha o propósito, desde 1451, de lançar-se contra este último remanescente da dominação lancastriana no continente. Mas a hostilidade do duque de Borgonha, sem cuja ajuda a operação não poderia ter sucesso, fez com que o projecto fosse adiado. Seria reiniciado posteriormente, sem sucesso. Desta forma, a tomada de Bordéus marcou o fim, se não de uma guerra que não foi encerrada com nenhum tratado de paz, mas pelo menos de hostilidades que duraram, com maior ou menor força, cento e dezasseis anos. Admitamos, de acordo com a historiografia tradicional, que a Guerra dos Cem Anos, iniciada em Maio de 1337, tenha terminado em Outubro de 1453. Resta-nos, portanto, avaliar os efeitos e consequências que teve para cada um dos beligerantes.

II. FRANÇA NO FINAL DA GUERRA DOS CEM ANOS

A glória e o prestígio adquiridos pelo vencedor não devem nos levar a falsas ilusões. As ações dos advogados, as proclamações reais, os escritos dos bajuladores pagos e até as legendas das medalhas comemorativas foram dedicadas a engrandecer o sucesso, a falar da ascensão milagrosa do soberano que, arrancado do nada, havia alcançado o cume do poder e celebrar obstinadamente as glórias do reino de França, que se tornou o mais poderoso de toda a cristandade. O próprio Carlos VII teve um enorme cuidado em apagar todas as memórias das derrotas passadas, dos seus erros juvenis, das graves falhas que obscureceram o início do seu reinado. A reabilitação de Joana D'Arc foi a peça central desta campanha. Imediatamente após a captura de Ruão, em fevereiro de 1450, ordenou uma investigação preliminar, que foi prolongada indefinidamente devido à má disposição da cúria romana. Um legado papal, o cardeal de Estouteville, concordou em 1452 em ouvir as testemunhas e em recolher memórias e informações. Mas Nicolau V temia enfrentar a Inglaterra se reabrisse um processo, julgado canonicamente, para fins exclusivamente políticos. O seu sucessor, Calisto III, consentiu finalmente, em junho de 1455, na investigação do caso, que confiou ao arcebispo de Reims, Jean Jouvenel, um dos juízes de Poitiers. A partir deste momento, o processo desenrolou-se com a pompa e lentidão habituais, até à sentença final de reabilitação, pronunciada em Rouen em 7 de julho de 1456. Desta forma, as últimas dúvidas que pudessem restar sobre ele foram definitivamente apagadas. a consagração do rei. Juana foi proclamada católica plena, acusada injustamente de heresia. Não houve oposição em acreditar na natureza sobrenatural de sua missão. Deus tinha, portanto, protegido os Valois no momento mais sombrio do seu declínio, como continuou a fazer no decorrer das vitórias recentes, desde que os milagres e prodígios que acompanharam as campanhas da Normandia e da Guiana se espalharam incessantemente.

Mas o prestígio não era tudo. Muitas vezes acontece que o preço da vitória anula, antecipadamente, os seus próprios frutos. Para a França considerada como um todo, a Guerra dos Cem Anos foi uma prova imensa, da qual saiu enfraquecida, destruída e incapaz, durante séculos, de recuperar o seu antigo lugar. Com ele, terminou a hegemonia silenciosa que, embora com meios limitados, este último exerceu. Capet sobre uma Europa mais mal equipada do que eles. O mundo, que não tinha parado de evoluir enquanto Valois e Lancaster se enfrentavam, já era diferente e menos suscetível à influência francesa.

O empobrecimento material era evidente. Tantas lutas, tantas destruições, tantas epidemias reduziram tanto a população como as possibilidades de produção a proporções consideráveis. A catástrofe não teve um carácter igualmente irremediável em todas as províncias. Houve regiões menos afectadas pelas calamidades, como o Midi do Languedoc, o Maciço Central e, fora do domínio real, a Bretanha e a Borgonha, que, embora não tivessem recuperado completamente do derramamento de sangue de 1348, não tinham, no seu conjunto, , experiente, nova população diminui. Neles, a reação pode ocorrer em condições relativamente favoráveis. Antes do final do século, os viajantes que as visitavam elogiavam a prosperidade destas regiões, celeiros de abundância em comparação com as províncias mais devastadas. Mas, as regiões do médio Loire, da Normandia, da Ile-de-France e de Champagne, ou seja, o coração do reino e o berço da monarquia, permaneceram num estado de prostração que perdurará por muito tempo. Quando em 1461, Luís IX, ao ser informado da morte de seu pai, deixou as férteis planícies flamengas para ir a Reims para ser coroado e entrar na capital, não viu nada além de ruína e desolação ao seu redor. Dez anos de paz não foram suficientes para curar as cicatrizes de campanhas desoladas.

Pois bem, como acontece nestes casos, foi a economia rural que sofreu as maiores perdas. O tom hipócrita das cartas de remissão de impostos e as afirmações sensacionais dos cronistas, que normalmente têm de ser alvo de críticas, são, neste caso, plenamente corroborados pelo testemunho irrefutável dos documentos de arquivo. Algumas províncias foram literalmente reduzidas ao deserto. Os habitantes morreram ou fugiram antes da epidemia ou da chegada dos *routiers* . Os mais corajosos regressaram assim que o perigo passou, mas em números tão pequenos que muitas cidades outrora prósperas tinham agora apenas algumas casas. As colheitas diminuíram a tal ponto que havia o risco de não serem suficientes para alimentar a população das cidades, onde a escassez e as doenças colocavam em perigo a já miserável vida dos artesãos. Uma situação como esta empobreceu todos os que viviam no campo e especialmente os senhores, que, devido à extensão das áreas áridas ou em pousio, viram os seus rendimentos fundiários reduzidos quase a nada. Em todas as províncias, uma vez desaparecido o espectro da guerra, foi concebido um vigoroso plano de reconstrução para reconstituir domínios abandonados, incentivar novos cultivos e rever as taxas de rendimento territorial. As ordenações detalhadas de Carlos VII sobre a administração do domínio real participaram deste movimento de reconstrução. Esforços análogos foram tentados para grandes proprietários, leigos e eclesiásticos. A obra de João de Bourbon, abade de Cluny, estudada graças à sua feliz preservação nos arquivos, não é certamente um esforço isolado. Por todo o lado foi levada a cabo uma política de captação de camponeses através do reagrupamento de explorações, da simplificação dos

censos, da comutação das servidões mais pesadas por benefícios pecuniários, e ainda através da concessão de um prémio de instalação, que o senhor esperava poder recuperar. benefícios futuros. Não se pode negar que uma política deste tipo deu muito rapidamente resultados tangíveis, embora pudessem ter sido ainda mais rápidos. Mas este reconhecimento da agricultura carecia da esperança de maiores benefícios, o que teria acelerado o crescimento populacional. A carga fiscal, particularmente sensível para o "diarista pobre", aumentaria continuamente até à morte de Luís XI, retardando assim o relançamento do campo. Talvez devamos também ter em conta que a burguesia, que progressivamente ganhou acesso à propriedade senhorial, foi menos liberal do que as antigas classes possuidoras no que diz respeito aos camponeses titulares, exigindo-lhes, devido à vaidade dos arrivistas, a estrita pagamento dos direitos e benefícios, levando os camponeses inadimplentes a tribunal, prejudicando apenas os seus próprios interesses.

A paisagem rural francesa deixou, no entanto, testemunhos indeléveis desta reacção, edifícios religiosos e civis, igrejas, solares e casas, que são uma expressão clara da febre da construção que invadiu um país que finalmente escapou a uma calamidade secular. É verdade que a construção nunca parou completamente, mesmo nos períodos mais sombrios, e especialmente nas cidades, onde a crise económica se fez sentir de forma menos brutal. E foi ainda neste primeiro terço do século XV , em meio aos desastres da guerra civil e da guerra contra a Inglaterra, que a arte graciosa e mórbida do século XIV , culminação suprema do classicismo gótico, com a sua etérea os vitrais e as suas molduras ligeiramente lânguidas e a sua decoração escultórica graciosa e maneirista, deram lugar a um desejo de renovação e originalidade cujos efeitos continuariam a manifestar-se até ao triunfo do Renascimento italiano. Temos pouco conhecimento das influências que permitiram ao gótico francês tomar, durante mais de um século, um novo caminho evolutivo. Talvez o exemplo da arquitetura inglesa, que já evoluía para formas mais distorcidas, tenha inspirado alguns artistas da França anglo-borgonhesa, cujas iniciativas seriam posteriormente seguidas por outras de todo o reino. Em geral, as molduras nervuradas, com arestas vivas e perfis em forma de prisma, conferiam às linhas principais da construção uma resistência um tanto afetada. A mesma secura manifesta-se nas dobras angulares dos panos, nas decorações vegetalistas, em que predominavam a exuberância dos vegetais enrolados e a serapilheira desordenada. O barroco atormentado apareceu, especialmente, no uso de contracurvas: arcos ogivais, e nas janelas, essas decorações em forma de chama que deram a esse estilo o apelido de extravagante. As primeiras manifestações desta renovação ocorreram muito antes de 1450, em cidades como Rouen, Troyes e Bourges, para citar apenas três exemplos, que preservaram excelentes exemplares deste estilo. Uma vez assinada a paz, o estilo triunfou de forma geral, mesmo nas aldeias mais pequenas, onde uma verdadeira febre de reconstrução se apressou a reparar as ruínas, a refazer os edifícios destruídos no estilo da moda, a colocar à disposição dos ricos eram casas mais confortáveis e espaçosas do que as fortalezas onde se refugiaram em tempos de tormento. Mais sóbria e menos exuberante nas igrejas camponesas do que nos edifícios urbanos, adaptou-se localmente ao gosto provinciano, abrindo caminho ao aparecimento, em alguns casos, de verdadeiras escolas artísticas, destinadas, como é o caso da bretã, , para ter uma vida longa e próspera.

As cidades, como um todo, sofreram menos que as áreas agrícolas. A sua população, muitas vezes significativamente reduzida, vivia confortavelmente em áreas demasiado grandes, onde pomares, jardins e campos passaram a ocupar os espaços vazios. Em alguns casos, o défice demográfico foi reduzido pela chegada de elementos rurais, que fugiram das regiões rurais e se habituaram à vida urbana. Apesar dos cercos, dos resgates e das pilhagens, apesar das exigências insaciáveis do tesouro e da insegurança das estradas, o comércio nunca deixou de produzir enormes lucros para a burguesia. Os negócios, apesar das suas regulamentações meticulosas e muito exclusivas, continuaram a ser prósperos. As cidades de Champagne, da Normandia e mesmo da capital, e em menor medida Bordéus, recuperaram muito rapidamente, graças à paz, o ritmo da sua produção e das trocas de tempos passados. Uma nova era de prosperidade foi inaugurada para as cidades do Loire, e à frente delas estava Tours, que foi enriquecida pelas frequentes estadias da corte ali. A indústria de cortinas esteve fortemente descentralizada durante um século e meio e já não era uma ocupação exclusiva das cidades dos Países Baixos. Por fim, o comércio entre as diferentes cidades foi reativado à medida que aumentava a segurança das trocas, enriquecendo os cambistas, os banqueiros e os empresários mais ousados.

Mas esta retoma das actividades económicas não nos deve deslumbrar. Nesta autêntica competição comercial que se estabelece a partir de agora na Europa e na qual participarão todos os países do continente, o papel desempenhado pela França será muito menor do que antes da terrível provação que teve de sofrer. Flandres, Artois, Borgonha, já não faziam parte do reino e a sua riqueza, que aumentou acentuadamente depois de 1450, não beneficiou nem o rei nem os seus súditos. As grandes rotas comerciais internacionais, que em épocas anteriores atravessavam as terras dos monarcas capetianos, afastaram-se definitivamente delas. De Florença e Veneza, atravessaram os passos centrais dos Alpes, produzindo a prosperidade das feiras de Genebra, contra as quais Lyon nunca poderá oferecer uma concorrência séria, depois atravessaram o sul da Alemanha, um verdadeiro paraíso da banca internacional, e através do região Renânia, desaguava em Antuérpia, cuja ascensão já havia eclipsado a antiga glória de Bruges. As feiras francesas, que se multiplicaram através de uma espécie de imitação artificial, só participaram de longe e na rejeição deste movimento europeu, do qual a França era frequentemente excluída.

Nenhum exemplo pode ser mais ilustrativo desta situação falsa e totalmente secundária do reino dos Valois, do que o da carreira meteórica de Jacques Coeur, que tem sido muitas vezes visto como o precursor de uma prosperidade imaginária, quando a sua incapacidade de criar algo novo e duradouro deveria ter sido óbvio para qualquer observador. É verdade que este homem, filho de um peleteiro de Bourges, analfabeto mas empreendedor, foi o primeiro destes empresários, destes aventureiros, que conseguiu entrar nos Conselhos do soberano. Depois dele, a corte de Luís XI estará sempre repleta deles. Chefe da casa da moeda do monarca em Bourges, e mais tarde tesoureiro-chefe, encarregado da guarda e custódia das jóias e móveis do rei, encarregado das missões fiscais e diplomáticas, só usou o favor dos poderosos para beneficiar a sua própria fortuna. Foram dois campos de atividade em que se apresentou como um grande inovador: por um lado, conseguiu obter o direito de exploração das minas de prata e chumbo da região de Lyon, que acreditava estarem repletas de ricos veios, e por outro , lançou-se com entusiasmo ao comércio

marítimo, querendo unir diretamente a prosperidade de Montpellier com as fabulosas riquezas do comércio com o Oriente. Ao realizar a prospecção das minas, pôde perceber a fortuna que seria alcançada por quem conseguisse introduzir novas quantidades de metais preciosos nos circuitos monetários, sedento de ouro e prata e vivendo uma anemia monetária crescente. Infelizmente, os Lyon Philones eram pobres e pouco rentáveis - na verdade, foram abandonados após a sua queda -, precisamente ao mesmo tempo que a família Habsburgo fazia fortuna, o que é a única explicação válida que se pode encontrar para a sua ascensão meteórica. , graças à exploração sistemática das minas de prata da Estíria. No domínio do comércio mediterrânico, o erro de julgamento que cometeu também foi bastante grande. Querendo tirar o monopólio comercial de Veneza e Génova com o Oriente, armou e equipou uma pequena frota, composta por meia dúzia de navios, à qual seria um grande exagero chamar "a primeira grande frota comercial de França". A modéstia do seu início pode ser desculpada, pois tudo tem que ter um começo. Mas podemos perguntar-nos se Jacques Coeur fez uma avaliação justa ao lançar os seus navios no Mediterrâneo. Fiel a uma tradição mantida durante cinco séculos, ele acreditava que Alexandria e Chipre continuavam a ser as grandes portas abertas aos celeiros orientais, os todo-poderosos mercados da seda e das especiarias. Ele não compreendia que, com os temíveis avanços feitos pelos otomanos, estas grandes fontes de riqueza estavam prestes a secar. A desculpa que pode ser invocada a seu favor é que não foi ele o único que cometeu este erro, que também será repetido pelos seus herdeiros, os conselheiros de Luís XI. Se no início do século XV foram os aventureiros do mar normandos que exploraram as Ilhas Canárias, fundando ali um reino colonial efémero, a obsessão causada pelo Mediterrâneo provocou imediatamente o abandono das aventuras atlânticas. Quando os marinheiros de Dieppe os retomarem, nos últimos anos do século, já terão se deixado aproveitar por outros mais ousados que eles. Com a América em mãos espanholas e a viagem africana levada a cabo pelos portugueses, os franceses só ficarão com as migalhas da festa e isto, até, numa situação humilhante. Tudo isto já estava em germe nas empresas de Jacques Coeur, com a agravante de que a sua queda espetacular em 1453, a sua entrada na prisão, a sua fuga e a sua morte prematura em Chio, em 1456, acabaram com a sua fortuna e arquivaram as suas iniciativas.

Embora materialmente diminuída, a monarquia francesa emergiu politicamente mais forte da crise? Neste ponto, o progresso concreto parece mais evidente, embora compensado por algumas fraquezas. É indiscutível que a guerra permitiu ao reino aperfeiçoar as suas estruturas administrativas e realizar com mais facilidade do que se não tivesse havido esta pressão das necessidades militares e fiscais, a transição da monarquia feudal para este Estado autoritário, paternalista e tirânico ao mesmo tempo. época, que caracteriza a França de Luís XI. Apesar das crises, das derrotas, das *jacqueries* , das revoltas urbanas ou dos príncipes, os Valois souberam atingir os seus objetivos. Finalmente souberam escapar a todos os tipos de tutela, a dos Estados sobre João Bom, a dos príncipes mais recentemente. Rejeitaram todas as reformas impostas de fora, mas, quando chegou a hora, a monarquia soube conceder-se as suas próprias reformas, controlar sozinha os seus funcionários e, em última análise, aumentar a eficácia da máquina administrativa, sem abrir mão do seu poder. e sem dar aos seus súditos a impressão de que sofreram mais

humilhações do que em épocas anteriores. Os acontecimentos finalmente aceleraram esta evolução, cujas principais etapas já foram apontadas ao longo deste livro e das quais não voltaremos a tratar.

Mas a solidez das instituições não é por si só suficiente para explicar a popularidade de um determinado regime político. Constitui o seu esqueleto, mas não o seu espírito. O prestígio de um Saint Louis foi claramente forjado fora das organizações constituídas, dos tribunais soberanos ou dos funcionários hierárquicos. Pelo simples fato de comandar um grande número de oficiais, Carlos VII ou Luís XI não foram necessariamente mais obedecidos que São Luís. O apoio inestimável que receberam como legado da Guerra dos Cem Anos foi o surgimento de um sentimento nacional, doravante e durante muitos séculos ligado à pessoa do soberano, numa forma de lealdade monárquica muito mais forte do que nunca. fidelidade. Um sentimento que já se disse ser ainda muito pouco claro no início do século XV e que até deu a impressão de ter sido completamente obscurecido após o Tratado de Troyes. Muito em breve, porém, a experiência o amadureceu. As constantes expedições militares, os saques dos *routiers* e, sobretudo, a ocupação prolongada de algumas províncias foram suficientes para produzir esta transformação moral, de que ocorreram exemplos muito claros na última fase da guerra. O povo – talvez ainda seja cedo para falar de nação – aprendeu a conhecer e a odiar o estrangeiro instalado no seu território. Não há um único exemplo em toda a história do mundo em que uma ocupação militar tenha favorecido o entendimento entre vencedor e perdedor. Daí todas essas palavras novas e estranhamente modernas que foram usadas em torno do rei de Bourges. Os súditos que permaneceram fiéis a Carlos VII foram os "verdadeiros franceses", os verdadeiros franceses, enquanto os outros, os "franceses renegados", os "franceses ingleses" foram aqueles cuja traição ficou evidente numa abordagem emocional, apesar do legal argumentos que poderiam ser levantados a seu favor. Que relevância poderia ter a ficção de uma sucessão dinástica secular, a de uma administração que permaneceu francesa face à presença de soldados estrangeiros, que falava outra língua, tinha costumes diferentes e, apesar de todas as precauções que adoptou, comportou-se como conquistadora?

Este sentimento nacional, que teve como ponto de partida uma abordagem negativa, o ódio comum contra um invasor estrangeiro, teve, no entanto, um corolário positivo, que foi a sujeição dos súbditos ao seu legítimo soberano. O sentimento de lealdade monárquica, já tão poderoso no último século de domínio capetiano, só se fortaleceu em meio ao infortúnio e à ruína. Foi apoiado pelas ações dos legistas, preocupados com a engrandecimento do soberano, ao mesmo tempo que tentavam preservar para si o reino. Diante da deserdação de que Carlos VII foi vítima segundo os argumentos apresentados no Tratado de Troyes, responderam com uma nova teoria sobre a coroa, que prefigura o que será típico do Estado moderno. A coroa, isto é, o conjunto dos bens estatais, os direitos feudais, as prerrogativas reais de que goza o soberano, tornou-se a seu ver uma herança inalienável da qual a monarquia é apenas depositária, pois já era considerada a guardiã da lei e administrador da justiça. O direito público foi assim separado e distinguido do direito privado. Na qualidade de servidor do povo, o rei adquiriu uma autoridade indiscutível que apenas reforçou a antiga religião monárquica, já tão difundida nos tempos dos últimos

Capetos. Neste ponto, como em muitos outros, as teorias jurídicas nada mais foram do que o reflexo das mudanças produzidas nos sentimentos populares.

A monarquia, como personificação e símbolo da nação, era ainda mais forte porque nenhuma oposição organizada poderia contar com as classes dominantes no futuro. Já se notou o extremo empobrecimento da nobreza, o desaparecimento progressivo dos seus privilégios mais importantes, sob a pressão combinada das necessidades económicas e da acção da burocracia monárquica. Para preservar sua posição, ele não teve escolha senão entrar ao serviço do rei ou dos príncipes de sangue. Foi ela quem formou o núcleo do exército permanente, que se candidatou aos principais cargos administrativos, talvez na esperança de obter um cargo na corte ou nos conselhos do rei. Assim começou a se tornar uma nobreza doméstica. Quando numa determinada região apoiou os príncipes nas suas revoltas, fê-lo menos pelo desejo de combater a autoridade do monarca do que para vender os seus serviços a um patrono. Na maioria das vezes, algumas liberalidades habilmente distribuídas eram suficientes para provocar a derrota dos rebeldes e atraí-los para o serviço do rei.

Ainda mais do que a nobreza, o clero estava agora sob estreita dependência do poder monárquico. A certa altura, ele acreditou que poderia aproveitar o cisma e depois as disputas conciliares para se livrar da tutela da Sé de Roma, restaurar as "liberdades" da Igreja Galicana e libertar-se do peso dos impostos papais. Carlos VII, no seu conjunto, apoiou as suas reivindicações, consultando-o em diferentes assembleias sobre a atitude a tomar em relação ao concílio. A de Bourges, realizada em 1438, ratificou certos decretos do Concílio de Basileia, suprimindo os anatas, restabelecendo a liberdade de prestação de benefícios eclesiásticos, sem negar completamente ao Papa a sua capacidade de ensinar sobre o clero. Suas decisões foram promulgadas na Sanção Pragmática, a carta da teoria galicana. Mas as intenções do rei não incluíam de forma alguma romper com Roma. Quando os Padres Conciliares de Basileia, perseverantes em sua atitude rebelde, causaram um novo cisma, ele se recusou a reconhecer a renúncia do antipapa Félix ao intruso e a incitar o Concílio a se submeter à autoridade romana. Nem desejava, de forma alguma, deixar a Igreja francesa governar-se autonomamente. Tal como aconteceu nas duas subtrações de obediência em 1398 e 1407, todo o poder negado ao Papa voltou ao rei. A pragmática permitiu que os cânones escolhessem livremente os seus dignitários, mas os obrigou a levar em conta os "pedidos benignos" vindos do poder leigo. Libertou o clero de boa parte dos impostos romanos, mas serviu apenas para tornar mais eficaz o do rei. Na prática, a portaria foi mal aplicada. Carlos não deixou de solicitar a Roma ou de aceitar da cúria a concessão de benefícios que representassem uma concessão para seus protegidos. Nem se opôs às decisões papais, exceto nos casos em que prejudicavam os seus interesses monárquicos. Quer houvesse entendimento ou conflito, era quase sempre a monarquia quem podia dizer a última palavra. Mais do que nunca, o episcopado e os altos dignitários foram recrutados entre os conselheiros do rei, os seus familiares e os seus homens de confiança, sendo garantido o seu servilismo, ainda mais próximo do que em tempos anteriores.

Permaneciam, no entanto, obstáculos à autoridade do rei, cujo perigo poderia aumentar com o tempo. As lutas civis e anti-inglesas alimentaram o nacionalismo provincial,

aniquilando assim o progresso vivido pelo sentimento de lealdade monárquica. Algumas províncias aceitaram com muita relutância o domínio de Carlos, o Vitorioso. A Normandia, que era tão ferozmente anti-inglesa, agarrou-se, no entanto, aos seus privilégios provinciais, à sua autonomia judicial e protestou contra a tributação real que lhe foi imposta do exterior, exigindo a confirmação da Carta Normanda. Ele teria visto com prazer um governo de um príncipe apanagista, capaz de enfrentar o centralismo monárquico. Louis Guyena teve uma relutância ainda maior. Toda a nobreza Gasconha, que lutou apaixonadamente na guerra ao lado dos ingleses, odiava o soberano que os subjugou. Teremos que esperar até o século seguinte para que seus capitães e aventureiros entrem ao serviço do rei. Fora do domínio real, a oposição foi ainda maior. Em Anjou, nos Bourbonnais, a população continuou a manter profundamente enraizados os seus costumes autonomistas. Embora por vezes se comportassem como vassalos fiéis, os seus duques tinham a sua própria política eclesiástica, a sua própria diplomacia, que procuravam ser independente das do rei. Quando o condestável Richemont sucedeu a seus sobrinhos em 1448 e se tornou duque Arthur II, ele prestou homenagem a Carlos VII de pé com a espada na mão, recusando-se a fazer uma genuflexão, o que teria implicado o reconhecimento da vassalagem lígia. Duas gerações de domínio da Borgonha foram suficientes para tornar algumas províncias, como Artois, apaixonadamente leais aos seus duques. Opuseram-se a todos os empreendimentos do rei, obedeceram cegamente aos seus senhores estrangeiros, austríacos e espanhóis, e terão de esperar pelas conquistas de Luís XIV para recuperarem o sentimento de pertença a França.

Desta forma, os nacionalismos provinciais apoiaram perigosamente a acção dos príncipes, perigo contra o qual o Estado ainda não tinha conseguido tomar precauções. O objetivo desta política permaneceu o mesmo. O problema residia em saber se a monarquia permaneceria independente e forte ou seria controlada, em seu próprio benefício, por uma "poliarquia" de grandes senhores, ávidos de poder e riqueza. Suas ambições egoístas podiam ser adivinhadas até mesmo em suas proclamações supostamente altruístas. O programa político que defendiam para agitar a opinião pública a seu favor consistia na redução dos encargos fiscais suportados pelo povo, na abolição da arbitrariedade dos cargos monárquicos e na exigência da convocação dos Estados. As petições dos conspiradores de Nevers, em 1442, são um precedente para a conspiração do Bem Público. Mas, enquanto Carlos VII viveu, eles não ousaram reagrupar-se. O severo castigo infligido ao Conde de Armagnac, João V, em 1455, quando as tropas do rei ocuparam as suas propriedades, o julgamento exemplar do Duque de Alençon, que havia retomado as suas actividades criminosas em Inglaterra, condenado à morte e posteriormente perdoado e preso nas masmorras de Loches, foram suficientes para acalmar seu nervosismo. E, sobretudo, esperaram, para se revoltarem, o rompimento entre o rei e o seu primo da Borgonha, considerado iminente.

Pois bem, Filipe da Borgonha apareceu aos olhos de todos como o líder natural das alianças entre príncipes. Sob o seu reinado, o Estado da Borgonha atingiu o auge do seu poder. Felizes coincidências dinásticas, habilmente preparadas ou exploradas, fizeram dele o proprietário da herança holandesa dos Wittelsbachs, bem como do poderoso ducado de Brabanton. No Luxemburgo, conseguiu expulsar, não sem dificuldades, os últimos

representantes da Casa da Boémia, e os príncipes renanos eram seus vassalos. Os seus bastardos ou os seus primos ocuparam os principados eclesiásticos de Utrecht e Liège. Este amálgama de territórios dominava um extenso e rico domínio, que se estendia do Somme à Frísia, e do Canal da Mancha às margens do Mosela. A este mosaico de principados faltava apenas a coesão necessária, que só poderia ser proporcionada por instituições centrais vigorosas. Mas estas já estavam previstas, especialmente em questões financeiras, e, desde 1450, Bruxelas já se tinha tornado a capital holandesa. Quase todas estas anexações territoriais ocorreram às custas do Império. Disto não devemos deduzir, entretanto, que Filipe se tornou um príncipe alemão. No que diz respeito à autoridade imperial, ele mostrou uma atitude arrogante de independência, recusando-se a permitir que a sua sujeição vassala que o unia ao doentio Frederico III de Habsburgo fosse traduzida em ação. Quando, em 1447, o imperador, para obter a sua ajuda contra os suíços, propôs converter em reino alguns dos territórios que possuía na outra margem do Escalda, como a Frísia e o Brabante, Filipe impôs condições exorbitantes a esta concessão: esta a realeza abrangeria todos os seus domínios imperiais, significaria soberania total sobre todos os principados da Renânia ou da Lotaríngia que não possuísse diretamente. A razão pela qual ele não queria se envolver mais estreitamente com o Império era que ele almejava Paris, onde seus ancestrais haviam sido senhores. As suas possessões imperiais, das quais se considerava senhor e proprietário absoluto, serviam-lhe, na sua abordagem, apenas como uma reserva de novas forças para pôr em prática as suas ambições francesas.

Mas, longe de satisfazer estas ambições profundas, o rei de França manteve o seu primo da Borgonha afastado de todos os assuntos franceses. Algumas cláusulas do Tratado de Arras, entre as que considerou mais importantes, nunca foram aplicadas. Os assassinos de Montereau permaneceram impunes e a alma de João, o Destemido, não contou com o auxílio espiritual das piedosas fundações que Carlos havia prometido fundar. Os funcionários realistas continuaram a considerar a Borgonha e Artois como feudos da coroa, agindo ali livremente e enviando apelos dos seus tribunais para o de Paris. Em 1451, o rei aproveitou uma revolta entre os gabinetes de Gante para exigir de Filipe, sem sucesso, a restituição das cidades do Somme, em troca da qual o rei nem sequer mencionou a indemnização estipulada. Ao dedicar-se de corpo e alma, desde 1454, à preparação de uma grande cruzada contra os otomanos, como fiel herdeiro do quimérico Valois, o duque de Borgonha viu a França escapar-lhe. E, o que era pior, temia que a hostilidade do rei, que crescia de dia para dia, se transformasse numa guerra aberta, e não tinha a certeza de que, se este confronto com a monarquia ocorresse, ele levaria a melhor. Em 1496, foi-lhe apresentada uma oportunidade imbatível de procurar um futuro melhor e vingar as humilhações presentes. O Delfim Luís, expulso do Delfim por um pai já farto das suas intrigas culposas, refugiou-se em território da Borgonha. Felipe hesitou em recebê-lo, não querendo provocar uma guerra difícil. Quando, finalmente, o instalou em Genappe, em Brabante, fê-lo para torná-lo um protegido que mais tarde, tendo-lhe devido tudo, poderia devolver-lhe na corte de Paris o papel que João Sem Medo desempenhou. A partir deste momento, o exilado e o seu anfitrião aguardaram impacientemente a morte do rei, que lhes daria riqueza e poder. De todos os perigos que assolavam o reino recuperado e unificado, a hipoteca da Borgonha era o que parecia ser o mais árduo no futuro imediato.

III. A INGLATERRA DAS DUAS ROSAS

O perigo teria sido muito mais angustiante se a Inglaterra estivesse em condições de retomar a luta e, aliando-se à insatisfeita Borgonha, questionar mais uma vez todos os sucessos alcançados pelos Valois. Não era de todo absurdo, depois de 1453, considerar esta possibilidade como viável a curto prazo, embora só tenha sido concretizada no campo dos factos no reinado de Luís XI. Pois é uma abordagem simplista da historiografia tradicional acreditar que a Inglaterra de Henrique VI estava exausta pelos seus fracassos continentais e que a guerra civil, à qual estaria condenada durante uma geração, nada mais era do que uma consequência inevitável da sua guerra militar. falhas. Em contraste, o reino Lancastriano permaneceu potencialmente temível. Moralmente, ele emergiu da luta aos olhos da Europa cristã e, o que é mais importante, também aos seus próprios olhos. A memória das vitórias passadas permaneceu mais vívida do que a das derrotas mais recentes. A opinião pública, representada tanto pelas petições parlamentares como pelos comentários dos cronistas, sempre se lembrou da epopeia de Henrique V, seguiu invariavelmente quem prometia o recomeço da guerra e nutriu, em suma, um perigoso espírito de vingança. Na luta, os ingleses tomaram consciência da sua força, da qual ainda desconheciam um século antes. Além disso, a sua coesão nacional foi reforçada pela unidade linguística, agora firmemente estabelecida. A aristocracia, a administração e até a própria corte, apesar das alianças matrimoniais dos soberanos, foram aos poucos esquecendo o francês. Catarina de França e mais tarde Margarida de Anjou apareceram aos seus olhos como estrangeiras, falando uma língua diferente e incapazes de compreender a mentalidade inglesa. Desde o longo reinado de Eduardo III, os tribunais pararam quase completamente de conduzir seus debates na gíria anglo-normanda. Sob Henrique IV, os serviços de selo e registo privados desapareceram progressivamente, a tal ponto que os funcionários se esqueceram da sua utilização. Depois de 1450, para os poucos documentos que continuaram a ser escritos na língua dos inimigos, foi necessário recorrer aos serviços de funcionários especializados, oriundos da administração normanda, e que eram chamados de "secretários de língua francesa".

Materialmente, a situação do país era muito menos dramática do que a da França. A cidade sofreu fardos esmagadores, dos quais finalmente escapou, acelerando assim o desastre final. Mas, com exceção da epidemia, nenhum outro fator minou a sua força. O fim das guerras significou um alívio para as classes trabalhadoras da pesada carga militar e fiscal e permitiu o progresso da economia que, embora já fosse sensível há duas gerações, foi agora consideravelmente revitalizada. Esta evolução afortunada afetou até a vida agrária, tradicionalmente menos sensível às mudanças e mais lenta nas suas oscilações. Ali, as lacunas deixadas pelas recorrências periódicas da peste foram preenchidas mais rapidamente. Apenas algumas regiões continuaram, em parte, devastadas pelas consequências das guerras, o que significou constantes remissões fiscais, especialmente nos condados que fazem fronteira com a *fronteira* escocesa . No resto do país, a situação dos camponeses dependentes melhorava constantemente. A exploração senhorial, tão arcaica nos primórdios do mundo moderno, acabou por desaparecer por completo, devido às divisões ou transformações da reserva senhorial. As alforrias individuais ou coletivas, as

comutações habilmente obtidas, suprimiram os benefícios trabalhistas e transformaram a servidão camponesa numa sobrevivência tão rara quanto anacrônica. Assim, a situação económica dos arrendatários livres vinha melhorando, protegidos por um contrato de arrendamento de longa duração, o *copyhold* . Os senhores, rentistas da terra, não foram prejudicados por estas mudanças. Estavam ansiosos por melhorar o rendimento das suas terras e tentaram, de uma forma geral, eliminar as pastagens colectivas, que produziam um rebanho móvel de gado de fraca qualidade, recuperar as pastagens comunais mais ricas, multiplicar e vedar os prados artificiais , e para drenar as áreas pantanosas. Este é o movimento de cercamento *, que atingirá o seu apogeu sob os últimos soberanos Tudor e dará à paisagem inglesa este* aspecto de *bocage land* que ainda conserva. Todas estas mudanças não ocorreram sem confrontos. A agitação política, a desordem crescente e as colheitas fracas criaram muitas dores de cabeça para os proprietários de terras. A correspondência da família Paston, uma linhagem de pequenos cavalheiros radicados em Norfolk, fornece testemunhos vívidos e pitorescos, muito abundantes, de todos estes problemas. Mas demonstra a importância e a vitalidade da economia rural, da qual ainda depende, em grande medida, a prosperidade da nação.

Somado a tudo isso, nas cidades, estava o recente boom da indústria. Ao longo do século passado, as vicissitudes da guerra, as mudanças repentinas na política e na diplomacia criaram problemas nas relações comerciais com os Países Baixos e tornaram muito problemática a transferência da lã inglesa para os teares continentais. Sob a pressão das necessidades económicas, os desejos teóricos anteriormente expressos pelos Parlamentos de Eduardo III foram gradualmente satisfeitos. Uma indústria de cortinas havia surgido nas cidades, favorecida pela excepcional qualidade das lãs (*lãs*) ou lã penteada (*pented*), bem como pelas técnicas dos artesãos holandeses que haviam sido atraídos graças à concessão de privilégios. Desde antes de 1450, a exportação de lã diminuiu progressivamente, compensada pela de tecidos acabados, cuja beleza era tão grande que os comerciantes continentais os compravam avidamente. Confrontado com as queixas dos tecelões flamengos e de Brabanton, e apesar dos interesses contrários dos mercadores de Antuérpia, Filipe, o Bom, teve de proibir constantemente a importação para os seus estados de tecidos ingleses, produzidos em Bristol e em várias outras cidades inglesas. Foi em vão, pois a hegemonia dos tecidos ingleses tornava-se tão grande que os negócios nos Países Baixos, esmagados pela concorrência, fechavam um após outro. Nesta altura, para não desaparecerem completamente, já se tinham lançado na produção de tecidos de menor qualidade, utilizando lã de pêlo curto proveniente de Espanha, e lançado no mercado panos de serapilheira, cuja abundância compensava parcialmente a sua falta de qualidade. .

A consequência de tudo isto foi, para a Inglaterra, um notável desenvolvimento do seu comércio exterior. Durante muito tempo, os estrangeiros gozaram, neste domínio, de um monopólio comercial favorecido pela própria monarquia, que não queria, de forma alguma, perturbar estes credores complacentes. Desta forma, Eduardo III concedeu aos comerciantes estrangeiros autorização para apresentar queixas perante os tribunais ingleses, como seus próprios súbditos. O procedimento *de denização ou nacionalização* fez com que fossem considerados nacionais, com o que obtiveram grandes facilidades para poderem cobrar as suas dívidas. Privilégios exorbitantes permitiram aos hanseianos, não

sem oposição violenta, manter a sua jurisdição consular em Londres. Os ódios populares, tão brutalmente manifestados nas *jaqueries* de 1381 e 1450, acumulavam-se contra a riqueza insolente destes estrangeiros. E, o que era mais importante, os benefícios da sua própria indústria e a prosperidade do comércio interno, liderado por uma associação de diferentes ofícios ou *guildas artesanais* , criaram uma classe opulenta de capitalistas ingleses, ansiosos por continuar a enriquecer com o comércio internacional. A associação de mercadores, a última das corporações londrinas, da qual surgiram mais tarde os *Merchant Adventurers* , foi eliminando gradativamente os mercadores estrangeiros e impondo ao país a sua vocação marítima.

Este boom económico da Inglaterra dos Lancasters, depois dos Yorks, dificilmente foi ofuscado pela crise política, que no entanto afectou fortemente a forte administração monárquica, da qual o reino insular se orgulhava até agora. A grande crise eclodiu em 1450, assim que ocorreu a revolta do Cade, e cristalizou-se imediatamente em torno de um problema dinástico e pessoal. Foi a consequência distante da usurpação dos Lancastrianos através da qual, em 1399, Henrique IV ascendeu ao trono, sem ter em conta os direitos de Mortimer, agora ligado por laços matrimoniais à poderosa família York. Embora a dinastia tenha mantido a sua boa sorte, a sua legitimidade não foi questionada e mesmo as derrotas continentais não a abalaram muito. Mas disputas pessoais e lutas por influência alimentaram as ambições e esperanças dos seus inimigos. Os descendentes de Henrique IV foram quase completamente extintos. Os duques de Clarence, Bedford e Gloucester morreram sem descendência. A última esperança da dinastia foi colocada em Henrique VI, que se casou em 1444 e ainda não tinha herdeiro. Foi um adolescente retardado, excessivamente piedoso, de saúde frágil, desprovido de vontade e, sem dúvida, também de inteligência. Ele carregava uma herança pesada na consciência. Em agosto de 1453 começou a enlouquecer, como havia acontecido com seu avô Carlos VI. Este pobre rei nunca teve uma espécie de loucura violenta, mas antes uma espécie de estupidez, um estupor silencioso, que durou vários meses, até que voltou novamente, sempre por pouco tempo, a uma aparência de lucidez. Por outro lado, antes mesmo de sua loucura se manifestar, o rei era completamente dominado por sua esposa. Margarida de Anjou era uma mulher ambiciosa, ativa e apaixonada que, como estrangeira, não entendia nada dos assuntos ingleses. Educada no reino de França, onde ninguém ousava opor-se à autoridade monárquica, quis governar sem os barões e sem a opinião do Parlamento. Para ela, os Estados do reino - como às vezes eram chamados por analogia com as instituições francesas - nada mais eram do que um incômodo ao seu poder quando, se ela os tivesse usado com habilidade, eles o teriam multiplicado. Francesa de coração, ela era absolutamente a favor da paz e nada fez para arrancar aos Valois as províncias recentemente perdidas, considerando que as batalhas de Formigny e Castillon tinham resolvido definitivamente o confronto franco-inglês. Esta atitude foi para ela uma nova fonte de impopularidade, numa altura em que toda a opinião pública exigia vingança por estas derrotas, sem estar disposta, por outro lado, a custear os custos de uma nova guerra. Quanto maior o seu isolamento, mais apaixonadamente se lançou nos braços do partido que o ajudou a ascender ao trono. Foi o clã Beaufort, o partido da paz, liderado por Somerset, aquele derrotado em Caen, mas que se tornou policial e conselheiro todo-

poderoso. Os Beauforts tinham aspirações ainda maiores. Esse ramo bastardo, embora legitimado, dos Lancasters não aspirava, talvez, a revogar a lei que o mantinha longe do trono? Neste caso, se Margaret fosse estéril, Somerset poderia aspirar à sucessão do rei. Com Henrique afetado pela loucura, ele poderia pelo menos exigir o governo do reino.

Mas ele encontrou um rival em Ricardo de York. Neto da linhagem paterna de Edmundo de Langley, ele representou, vis-à-vis os Beauforts, a descendência legítima de Eduardo III. Por parte de sua mãe, Anne Mortimer, ela herdou as reivindicações que a linhagem feminina de Lionel de Clarence poderia ter afirmado contra o usurpador Lancastriano. Este homem pequeno e feio, distorcido e indeciso, procurava há muito tempo o seu caminho. Desde a morte de Gloucester, ele assumiu a liderança do partido de guerra. Ele havia sido enviado como governador da Irlanda, o que significava uma semi-queda em desgraça. Mas, a partir de 1450, começara a agir, tomando a revolta camponesa como pretexto para regressar a Inglaterra, sem ter solicitado autorização para o fazer. Ele continuou a esperar o desenrolar dos acontecimentos e deixou Somerset se estabelecer no poder de forma imprudente e então, temendo que uma acusação contra ele o tirasse do caminho, lançou um manifesto espetacular contra o favorito. Os dois partidos rivais, no entanto, ainda resistiram à guerra civil. Por meio de um "ato de graça", facilmente obtido, York recebeu, junto com o perdão, um lugar no conselho, do qual aproveitou para preparar a última campanha aquitana. A loucura do rei parecia aproximá-lo do trono. Mas, dois meses depois, em 13 de outubro de 1453, Margarida deu à luz um filho, na festa de Santo Eduardo, cujo nome foi dado à criança. Para os defensores da rainha e dos Beauforts, ele era uma espécie de “criança milagrosa”. Houve rumores no partido de York de que esse nascimento imprevisto tinha certas aparências de ilegitimidade. York não era mais o herdeiro do trono, mas como o príncipe mais velho de sangue, ele poderia solicitar a regência. Um Parlamento reunido muito tarde e totalmente fiel às suas propostas, concedeu-lhe, em março de 1454, o título de Protetor do reino. Ele mudou todos os ministros e enviou Somerset para a Torre. Para apaziguar Margaret, seu filho foi nomeado Príncipe de Gales, eliminando acusações caluniosas de sua ilegitimidade. No entanto, entre as duas partes não havia possibilidade de chegar a qualquer compromisso. A partir deste momento, na Inglaterra de Henrique VI, tal como acontecera em França meio século antes, desenhava-se o terrível espectro da guerra civil, da alternância dos partidos no poder, do recrutamento de apoiantes armados, das batalhas no campo aberto, assassinatos disfarçados de julgamentos e, entre tudo isto e de vez em quando, falsas reconciliações.

A Guerra das Rosas - assim chamada por causa da rosa vermelha, característica dos Lancasters, em comparação com a branca dos Yorks - foi uma das mais terríveis convulsões internas que a Inglaterra já conheceu. Se apenas tivéssemos em conta a narração monótona das suas aventuras políticas e militares, perderíamos de vista as forças subjacentes que a tornaram possível e ignoraríamos os meios de comunicação que ela afetou e, o que é mais importante para os nossos propósitos, aqueles que ela não foi afetado de forma alguma. Na realidade, foi obra de uma aristocracia de príncipes cujo poder não parava de aumentar há um século e que se lançaram com paixão em ambos os partidos, na caça às liberalidades reais, às terras, ao dinheiro e ao poder.

O mal datava de longe. Ao longo do século XIV, os mais altos barões, ainda numerosos pouco antes da Guerra dos Cem Anos, foram diminuídos pelo progressivo desaparecimento das famílias. Casamentos, heranças, concessões reais concentraram toda a sua fortuna em poucas mãos. Nos Parlamentos de Eduardo II, normalmente eram convocados mais de cem barões, enquanto na época de Eduardo III, pouco mais de quarenta. Os mais ricos, aqueles que detinham um ou mais títulos de condado, não ultrapassavam os doze em 1360. O seu número não aumentou muito nos anos seguintes. Com excepção do lote dos chamados "pequenos duques", através dos quais Ricardo II quis comprar o consentimento dos barões para o seu golpe de estado autocrático, e que causou um grande escândalo, a realeza nomeou novos condes numa de forma muito parcimoniosa e estas Criações mal compensaram o desaparecimento de títulos devido à extinção dos seus ramos masculinos. Consciente do seu grande poder, que vinha do seu pequeno número, esta alta aristocracia tendia a tornar-se cada vez mais fechada em si mesma. Privou completamente a nobreza menos afortunada de tenentes diretos e subvassalos do poder. Só ela teve o privilégio de ser convocada ao Parlamento, devido aos seus ricos bens. No Parlamento, formou a assembleia dos “pares do reino”, uma transformação aristocrática e oligárquica do antigo conselho feudal. Desta forma, o "conselho no Parlamento", outrora composto pelos principais conselheiros, prelados e pela ainda numerosa massa de barões, tornou-se a "câmara dos Lordes", na qual os senhores temporários, apenas em número de cerca de cinquenta no Na época a que nos referimos, pretendiam ditar a sua política ao soberano, decidir em última instância sobre todos os problemas quotidianos, tornar-se o mais alto tribunal de justiça através do procedimento de impeachment e de execução, através do qual processavam ministros que tinham caído em desgraça, acusando-os de traição e pronunciando-lhes penas sempre severas. Qualquer nova convocação para o Parlamento era considerada o ato de criação de um novo par, cujo beneficiário e seus descendentes masculinos usufruíssem dele para sempre, sem poderem ser privados do privilégio. Aos poucos, o termo barão, que originalmente designava o grupo mais afortunado de vassalos, foi restringindo-se a designar apenas pares. Tendia a se tornar um título detido por senhores que não tinham condados ou ducados.

Esta concentração do poder político foi acompanhada por um crescimento proporcional da riqueza territorial. Toda a fortuna dos Lancasters veio daquilo que John de Gaunt e seu filho reuniram através de heranças afortunadas, provenientes de várias famílias: honras e dignidades dos Montforts, o apanágio de Lancaster, as posses dos Bohuns, o que significava, em geral , cinco títulos de condado. Durante a primeira metade do século XV, os Yorks acrescentaram ao pequeno apanágio de Edmundo de Langley as extensas propriedades dos Clarences na Irlanda e as dos Mortimers nas fronteiras galesas. Havia apenas algumas diferenças de grau entre estes príncipes apanagistas e as outras casas baroniais, que haviam celebrado múltiplas alianças matrimoniais entre si. A posse da terra era a base do seu poder. Todos se dedicaram a expandi-lo e fortalecê-lo. Em primeiro lugar, concentrando o seu património, até então muito disperso, para constituir extensos senhorios ocupados por um único arrendatário. Para eles eram válidos todos os procedimentos, como trocas, compras ou presentes da coroa. Em segundo lugar, dedicaram-se a melhorar a administração dos seus feudos. Nesta época, todos estes

grandes magnatas tinham o seu *hotel* , copiado do do soberano, com os seus serviços financeiros e administrativos, o que lhes permitia levar uma vida grandiosa e apoiar a sua política. E, finalmente, criaram também uma clientela de vassalos.

Também nesta altura, as ações temerárias da monarquia foram responsáveis pela constituição deste “novo feudalismo”, que ameaçava colocá-lo sob a sua tutela e aniquilar o seu poder. Para facilitar o recrutamento do seu exército, Eduardo III autorizou os seus grandes vassalos a levar consigo contingentes militares cada vez mais numerosos, o que era uma forma de poupar problemas aos xerifes que teriam de percorrer os condados convocando o exército do rei, mas. eles não tinham os poderes coercitivos necessários. Os barões colocaram assim ao seu serviço um número cada vez maior de homens de armas, que eram seus vassalos e formavam a "séquita" (comitiva) baronial. Os exércitos de Henrique V passaram a ser constituídos, quase exclusivamente, por estes contingentes feudais, em detrimento do próprio exército real. A pequena nobreza, ambiciosa e enriquecida, que até então tinha sido fiel à monarquia, apressou-se a colocar-se ao serviço dos príncipes, e lançou-se nela com tanto mais ardor quanto o fim das guerras continentais se arrastou. longe deles um hobby lucrativo. Ele foi pago através de concessões de terras, em troca de homenagens - sem perceber que era o principal responsável, Eduardo III tentou em vão limitar essas subinfeudações - e sobretudo através de pensões ou feudos bolsistas. Quase toda a classe cavalheiresca caiu, assim, na clientela vassala dos grandes. Ela usava a "libré" deles e era "mantida" por eles. Quando já era tarde demais, o governo de Henrique VI emitiu decretos proibindo "libré e manutenção". Ao menor pretexto, um punhado de barões poderia reunir tropas, tomar o Parlamento à força e impor a sua vontade.

Por menor que fosse, o grupo de altos barões não conseguia permanecer unido. Ele se lançou na luta entre facções, esperando, através da vitória, enriquecer ainda mais às custas dos despojos do adversário. A guerra civil, que não teve raízes sólidas no país, não pôs em nenhum momento em causa os princípios políticos ou a estrutura social nem opôs algumas províncias a outras. Seus protagonistas foram agrupados de acordo com suas alianças familiares. Ricardo de York, que era casado com Cecily Neville, contava com o apoio de todos os seus cunhados e sobrinhos Neville, herdeiros dos condados de Salisbury, Warwick e Kent. Outro sobrinho, o duque de Norfolk, e outro cunhado, o conde de Essex, completaram a equipe Yorkista. Somerset, o último representante masculino dos Beauforts, liderou o partido adversário. Os laços familiares proporcionaram-lhe o apoio do galês Owen Tudor, herdeiro dos Pembrokes. Ele adquiriu maior poder graças à ajuda dos Percys, condes de Nothumberland, outrora terríveis inimigos da dinastia e agora fiéis apoiadores dos Lancastrianos, que arrastaram atrás de si toda a nobreza do norte.

Esta aristocracia principesca, antes de submergir completamente no meio da tempestade e destruir-se mutuamente com crueldade crescente, pôs em perigo toda a máquina administrativa e, na sua rejeição, a própria autoridade monárquica. Sob o último Plantageneta, tal como sob o primeiro Lancaster, as antigas instituições anglo-normandas não tinham deixado de evoluir no sentido de uma especialização cada vez maior das organizações centrais e de um controlo cada vez mais severo sobre os agentes locais. No centro da estrutura, existiam ainda três serviços, agora bem definidos, cujos chefes

dirigiam conjuntamente, no conselho, os assuntos políticos: a Chancelaria, juntamente com os seus antigos poderes administrativos, tornou-se um tribunal que entendia cada vez mais um maior número de casos , uma vez que julgou segundo critérios de equidade, sem se preocupar com o estreito formalismo dos demais tribunais de justiça. O Tesouro, pelo contrário, foi perdendo pouco a pouco os seus poderes jurisdicionais, passando a ser apenas um Tesouro e uma Câmara de Contas. O Selo Privado, por fim, serviu de elo entre os principais serviços administrativos e o Conselho. Desde meados do reinado de Eduardo III, o *Hôtel* , em vez de servir de competição aos grandes serviços do Estado, apoiava-os nas suas tarefas e completava a sua acção. O Guarda-Roupa, especializado na organização de campanhas militares, foi dividido em um "grande guarda-roupa", um armazém de roupas localizado na cidade de Londres, e um "guarda-roupa privado", ou armazém de armas e munições acumuladas na Torre de Londres. Londres. Foi criada uma nova secretaria no Hotel, uma vez que lhe foi rompido o selo privado: era a Secretaria, com os seus gabinetes, cujo chefe, denominado "secretário" desde a época de Ricardo II, passara a ser o conselheiro. íntimo do rei, a tal ponto que os Tudors, no século seguinte, o elevaram ao posto de "principal secretário de Estado", antecessor dos modernos ministros da Coroa. Thomas Bekington, bispo de Bath, foi um secretário particularmente qualificado de Henrique VI, um bom administrador e um político e diplomata habilidoso. Nas províncias, a monarquia multiplicou, como aconteceu em França, comissões de oficiais, encarregados de missões temporárias, directamente responsáveis perante o rei e mais maleáveis do que os antigos órgãos locais, como os tribunais de comarca ou os xerifes: comissões de assessores fiscais e cobradores, investigadores e magistrados encarregados de “ouvir e julgar” processos específicos, juízes de paz e de “trabalhadores”, que aplicavam legislação milenar relativa à manutenção da ordem e do mercado de trabalho.

Mas, como as lutas políticas se agravaram em torno do fraco Henrique VI, temos a impressão de que toda esta maquinaria se move no vácuo. Não poderíamos afirmar com precisão se, como já acontecera em outros tempos na França, com o governo dos Príncipes, também teria havido uma multiplicação do comércio na Inglaterra, freqüentes expurgos e saques das receitas do Estado. A enorme massa de documentação administrativa que os arquivos ingleses preservaram tem sido mesmo um obstáculo ao seu estudo. Os estudiosos, desanimados pela magnitude da tarefa, não foram capazes de nos informar suficientemente sobre o progresso da administração de Lancaster ou de York. Certos indícios fazem-nos ver claramente que tantos cargos, tantas comissões, tantos juízes e tantos papéis não teriam resultado, precisamente, na execução do testamento régio, garantindo a arrecadação de rendimentos suficientes e mantendo o país em paz e obediência. O Tesouro, cuja missão era dificultada por métodos rotineiros e ultrapassados, não tinha poder coercitivo sobre contabilistas não fiáveis. Os impostos eram mal arrecadados, as despesas não eram controladas de perto ou rapidamente e as pessoas não sabiam preparar antecipadamente um orçamento ou fazer um balanço. Perante os tribunais, um procedimento lento e complicado atrasava indefinidamente os casos, atrasando julgamentos que ninguém sabia como aplicar quando não havia uma condenação clara. A “paz do rei” muitas vezes nada mais era do que uma palavra vazia; A violência, a resolução dos problemas através de ações violentas, as guerras privadas, multiplicavam-se e os seus ecos pitorescos ou macabros

ouviam-se tanto nas cartas oficiais de perdão ou outlawry (proclamação à margem da lei) como na correspondência de Paston.

Significaria isto que o país estava a regressar à anarquia no meio das lutas loucas para as quais foi arrastado por uma aristocracia belicosa? Deixando de lado os profissionais da guerra, os grandes senhores, os nobres ambiciosos e os mercenários de todas as condições, ninguém estava interessado na luta dinástica. As comunidades urbanas aspiravam apenas a preservar a sua riqueza e a realizar as suas operações comerciais num ambiente de ordem, mantido por um governo competente. Negociaram com ambos os lados, conforme os seus interesses. Também nas zonas rurais fez falta a tranquilidade perdida. Mesmo nos conselhos dos soberanos, os advogados refletiam sobre as regras do bom governo, exaltavam a monarquia e enalteciam a excelência das instituições, cujo bom progresso, temporariamente interrompido, poderia ser retomado caso um rei com maior capacidade ocupasse o trono e. energia. *Sir* John Fortescue, que foi primeiro juiz-chefe da Corte do Rei e depois chanceler da família Lancaster, que ele seguiu no exílio antes de se juntar aos Yorkistas quando eles triunfaram, sabia, em seus tratados políticos, escritos em latim e em inglês, integrar os ensinamentos do direito romano e as lições da história nas tradições dos costumes, expressar os méritos que uma monarquia bem organizada deve ter, moderada pela instituição parlamentar, expressão da vontade da comunidade de súditos. Nem em seu *De laudibus legum Angliae* nem em *The Governance of England* [6], ele desejava mudar a constituição com base nos costumes nem modificar as leis existentes. Mas o espetáculo da desordem reinante fez com que desejasse melhores métodos de governo e, antes de tudo, o reforço da autoridade monárquica: era necessário que o rei nomeasse os seus funcionários, para evitar que as dinastias baroniais aumentassem as suas fortunas através de casamentos entre eles. , acabar com a alienação do domínio do rei e devolver toda a influência dentro do conselho aos funcionários profissionais.

Este desejo universalmente sentido de uma paz interna capaz de garantir um governo forte funcionou, em última análise, a favor da causa monárquica. O partido de Ricardo de Iorque e, depois dele, do seu filho Eduardo de Março, conseguiu reunir muitas adesões, apesar da fragilidade das suas pretensões dinásticas, precisamente porque parecia capaz de garantir o cumprimento deste programa. Ao longo do seu reinado de vinte e dois anos, ainda abalado por inúmeras revoltas e mesmo, no meio dele, por um curto exílio, Eduardo IV, que ascendera ao trono em 1461, iria lançar as bases desta monarquia autoritária, disso o absolutismo dos Tudors surgiria logo depois. O primeiro elemento importante desta política foi o declínio dos Parlamentos como órgãos políticos. Os senhores temporais, cada vez menos numerosos – mal chegavam aos trinta em 1485 – permaneceram distantes de qualquer programa de construção. Sob a sua influência e graças à sua protecção, foram nomeados nesta altura os deputados das cidades, entre os quais se via surgir a candidatura de nobres e homens especialistas em direito, ansiosos por adquirir influência em Westminster. O governo da época conseguiu aniquilar qualquer tipo de resistência na Câmara dos Comuns, conseguindo a eleição de um presidente da Câmara que fosse a favor do seu. Será o rei quem, no futuro, submeterá os seus próprios projetos legislativos à aprovação da assembleia, em vez de transformar em estatutos o texto das petições preparadas pela câmara baixa. No geral, o Parlamento não terá outra função senão aprovar

os últimos resultados da guerra civil, condenando à morte alguns dos derrotados e concedendo subsídios aos vencedores. As reuniões tornaram-se cada vez menos frequentes: só foram convocadas em seis ocasiões durante o reinado de Eduardo IV, sem contar o Parlamento Lancastriano que novamente aclamou Henrique VI como rei, em 1470-71.

As aspirações da dinastia York eram aumentar os poderes do executivo, agilizar o funcionamento da justiça e garantir a independência financeira da monarquia. Demorou muito pouco para vê-los completamente realizados. Mas ele fez bons progressos no caminho para a sua realização. Foi nesta altura que se desenvolveu a autoridade do conselho, tornando-se um órgão governamental e não apenas um comité consultivo de barões e funcionários. Uma secção permanente tinha a sua sede em Westminster, outra acompanhava o rei nos seus movimentos e outras, finalmente, eram enviadas em algumas ocasiões para as províncias problemáticas. Assim nasceram o Conselho do Norte e o Conselho de Gales, cujos serviços serão integralmente utilizados pelos Tudors. Em questões judiciais, a equidade ganhou terreno sobre o direito consuetudinário. Foi em 1474 que o chanceler pronunciou a primeira decisão de equidade, independentemente de qualquer interferência do conselho. Os litigantes aglomeraram-se no seu tribunal de Chancery Lane, especialmente em questões de direito comercial, em que a lentidão do procedimento baseado em opiniões não podia ser aceite. Por seu lado, o conselho suplantou os Parlamentos na punição de crimes políticos. Seus juristas profissionais, que se reuniam na Câmara Estrela, passaram a ditar sentenças duras, legitimadas pela razão de Estado. Para examinar as petições dirigidas diretamente ao soberano, surgiu o embrião de um tribunal de apelações, análogo ao que funcionava no Hotel do Rei de França. Finalmente, a dinastia York tentou aumentar e estabilizar os seus recursos. Eduardo IV apressou-se em abandonar a aliança da Borgonha porque encontrou compensação na pensão - que fontes inglesas modestamente descreveram como um tributo - que Luís XI lhe ofereceu em Picquigny. Antes e depois desta venda vergonhosa, ele abusou constantemente de doações gratuitas ou de empréstimos forçados, as chamadas benevolências (liberalidades). Por mais arbitrária que tenha sido, esta tributação apenas provocou protestos moderados, porque corrigiu a injustiça das taxas tradicionais, fazendo com que recaísse agora especialmente sobre a classe mercantil, a mais rica, mas, até agora, a menos sobrecarregada de impostos.

4. A PAZ IMPOSSÍVEL

Não precisamos de ir até ao advento dos Tudors em 1485, mas antes voltar ao dos Yorks em 1461, para distinguir os primeiros contornos de uma Inglaterra moderna, consciente da sua riqueza e da sua força, dotada de instituições renovadas e localizado no caminho de um autoritarismo que nada tinha a invejar ao dos Valois. A partir desse momento, e apesar dos graves problemas internos, embora sempre temporários, estaria em condições de retomar a política continental dos Plantagenetas e dos Lancasters e de reerguer, através de uma nova invasão, o conflito franco-inglês.

A coisa teria sido ainda mais fácil para ele, já que nenhum tratado de paz, e nem mesmo qualquer trégua, havia sancionado a reconquista por Carlos VII dos últimos remanescentes do império Lancastriano. O clã Beaufort, exposto aos ataques dos Yorks e precisamente pela sua atitude favorável à paz, não se atreveu a tomar a iniciativa de negociações que significariam descrédito imediato face a uma opinião estreitamente nacionalista. Desta forma, dos dois partidos que alternaram no poder entre 1453 e 1461, um não pôde e o outro não quis assinar a paz com a França. Ele poderia, no entanto, chegar a um acordo com a Borgonha e permitir suspensões das hostilidades, o que serviu para favorecer o comércio marítimo. Mas, no que diz respeito a Carlos VII, a intransigência era tanto mais forte quanto faltavam os meios necessários para continuar a guerra.

O rei da França, para sair do beco sem saída em que se encontrava, foi forçado a atacar ou Calais, cidadela dos Yorkistas, ou tentar um desembarque na costa inglesa, ou vender a sua aliança a um ou outro dos ingleses. facções em troca da aceitação de condições de paz. Nenhuma destas três políticas, tentadas alternadamente, deu os resultados desejados. Diante do veto do duque de Borgonha e das intrigas do delfim, que se refugiou em sua corte, foi impossível avançar em direção a Calais o grande exército que Carlos conseguira reunir na Normandia durante o verão de 1456. No por outro lado, uma ousada expedição de A pilhagem contra a Inglaterra, especificamente contra Sandwich, levada a cabo por Pierre Brézé no ano seguinte, não teve outra consequência senão uma resposta vigorosa da frota inimiga contra Harfleur, contra a Ile de Ré, e uma infeliz batalha naval no Canal da Mancha. Porém, nas vésperas do combate decisivo, ambas as partes inglesas pediram o apoio do rei francês, tal como já tinha acontecido em França na luta entre os Armagnacs e os Borgonheses. As simpatias de Carlos naturalmente se inclinaram para sua sobrinha Margarida de Anjou e para o partido da paz. Mas um compromisso aberto com este grupo poderia ter significado conflito com Filipe, o Bom, um apoiante declarado de Warwick. Ele também sabia que o Delfim, que aguardava impacientemente a oportunidade de reinar, pressionou o duque a romper abertamente com seu pai, e até incitou os ingleses à ofensiva contra o reino Valois, chegando ao ponto de enviar contingentes militares para apoiar a causa. dos Valois York nos campos de batalha ingleses. O compromisso total com esta política equivalia, portanto, a promover mais uma vez a formação da aliança Anglo-Borgonha. Hesitou, portanto, em juntar-se abertamente aos Lancasters e à Escócia, numa altura em que esta coligação poderia ter posto fim à guerra civil, embora ao mesmo tempo tenha rejeitado as ofertas de Warwick. Limitou-se, no máximo, a enviar seus agentes para aconselhar Margaret e, no momento em que a causa Lancastriana parecia vitoriosa, com a morte de Ricardo de York em Wakefield (30 de dezembro de 1460), concedeu passagem gratuita para seu reino para apoiadores de sua sobrinha. A vitória final de Eduardo de York em março de 1461 significou o fim de suas esperanças. Em ambos os lados do canal, foram feitos preparativos para a guerra. Ao mesmo tempo que se temia amplamente uma ruptura entre os Valois e a Borgonha, a retomada do conflito franco-inglês também parecia iminente.

Era um perigo tão premente que era necessário, pelo menos, adiá-lo. Luís seu terrível cortejo de ruínas, invasões, derrotas e amputações territoriais. Colocará ao serviço do objectivo de afastar este perigo todos os recursos do seu espírito subtil, das suas

combinações distorcidas e do seu cinismo descarado. Neste ponto, como noutros, por querer jogar de uma forma demasiado complicada, acontecerá em mais de uma ocasião que se encontre perdido nas suas combinações inextricáveis, das quais só poderá escapar graças ao seu fortuna insolente. A narração destas intrigas e destes passos em falso parece ultrapassar em muito os objectivos deste livro, pois está misturada com todos os problemas políticos e diplomáticos desta época revoltada, com todas as coligações de príncipes, lutam até à morte contra a casa de Borgonha, ambições espanholas e combinações italianas. No entanto, estes episódios pertencem inteiramente à Guerra dos Cem Anos, da qual são o seu inevitável epílogo, ao mesmo tempo que prenunciam as suas consequências mais duradouras.

O primeiro ato do novo soberano, até então um claro defensor da rosa branca dos Yorks, foi aproximar-se dos derrotados Lancasters. Henrique VI era prisioneiro na Torre de Londres, mas sua esposa continuou abertamente a luta. Encontrou refúgio na Escócia e depois na França, onde, em junho de 1462, o rei o obrigou a assinar uma trégua válida por cem anos. Diante do risco de perder todo o seu prestígio entre os súditos ingleses, não conseguiu reconhecer nem as conquistas francesas nem mesmo o título real dos Valois, mas foi um verdadeiro tratado de paz, sem tal nome. E, o que significava uma concessão mais substancial, renunciou a Calais em troca de um empréstimo de 20 mil libras, mas com a condição de ganhá-lo dos Yorkistas. Mais uma vez, a oposição do duque de Borgonha, cujas terras tiveram de ser atravessadas, impediu qualquer ataque à cidade. E os verdadeiros senhores da Inglaterra, especialmente Warwick, seguido pelo seu protegido Eduardo IV, foram rápidos em punir a deserção de Luís XI. através de uma retomada das hostilidades. A sua frota dedicava-se ao saque das costas de Saintonge, enquanto alguns contingentes franceses, sob o comando de Pierre de Brézé, prestavam uma ajuda muito ineficaz aos apoiantes dos Lancastrianos nas fronteiras da Escócia.

Luís XI, nestas circunstâncias, não teve outra opção senão chegar a um entendimento com Londres. Sob os auspícios de Filipe, o Bom, os plenipotenciários de ambos os reinos realizaram uma conferência em Saint-Omer em setembro de 1463. Foi concluída uma breve trégua, inicialmente limitada às operações terrestres e logo estendida à guerra dos corsários, e que poderia ser estendida após o ano de sua validade. Sucesso modesto que Luís XI, sempre impaciente, quis explorar sem demora. Não só repreendeu duramente o duque da Bretanha, Francisco II, cujos súditos não respeitaram a trégua, mas, como casamenteiro, tentou conquistar o sensual Eduardo IV, unindo-o à sua cunhada Bona de Sabóia. . O projeto foi abortado devido à teimosia do soberano inglês. Como todos os seus conselheiros, e Warwick à frente deles, desde que ele passou para o partido da reconciliação, convencido pela lisonja que os Valois lhe ofereceram, instaram-no a realizar o casamento, ele teve que reconhecer publicamente que estava eu já não estava livre. Ele havia se casado secretamente com uma bela viúva inglesa, Elisabeth Woodville, cuja família inteira não esperava mais nada para começar a perseguir cargos e honras na corte. A intriga, pelo menos, permitiu a Luís evitar, pela primeira vez, a união de todos os seus inimigos. O rei da Inglaterra manteve-se fiel à trégua devido às dificuldades causadas pelos seus problemas internos e pelo crescente confronto entre Warwick e os Woodvilles e devido à agitação constante dos apoiantes de Henrique VI, enquanto Luís XI lutava no

ninho de vespas. da guerra do Bem Público. Luis, com tudo isso, conseguiu não ficar completamente arrasado.

O problema residia no que viria a seguir, já que qualquer coisa poderia ser temida em relação às intrigas da Borgonha. Todas as abordagens franco-inglesas foram imediatamente neutralizadas por Carlos, o Ousado, na época Conde de Charolês e logo Duque da Borgonha, inimigo mortal do Rei da França desde a conspiração do Bem Público. Ele já havia conseguido forçar Luís a entregar a Normandia a seu irmão Carlos, que poderia assim se tornar o pólo de atração de todos os inimigos dos Valois, tanto bretões, quanto ingleses e borgonheses. Mas Luís, usando como pretexto as intrigas de seu irmão com Londres, recuperou imediatamente a Normandia. Nessa altura, Carlos da Borgonha, até então amigo dos Lancasters, de quem descendia a sua mãe Isabel de Portugal, deixou de lado as preferências familiares para atrair Eduardo IV para o seu lado. Luís obteve a renovação da trégua, em maio de 1466, por menos tempo do que pretendia, em troca do pagamento de uma pensão e de novas alianças matrimoniais, e conseguiu atrair Warwick para Rouen (junho de 1467), para delinear uma projecto de acordo comercial entre ingleses, normandos e gascões. Eduardo IV, pressionado pelos Woodvilles, assinou uma aliança com a Bretanha e Castela, iniciou conversações secretas com a Borgonha e finalmente casou sua irmã Margarida de York com Carlos, o Ousado (junho de 1468). Informou ao Parlamento que se tratava de um prelúdio para um próximo desembarque na costa francesa, onde recuperaria a herança dos seus antepassados.

Pela segunda vez, a temível aliança anglo-borgonhesa foi novamente fortalecida. E, pela segunda vez, Luís XI conseguiu quebrá-lo. E não foi suficiente para neutralizar a Bretanha. A triste aventura de Péronne, onde se lançou loucamente nas garras do Temeraire, teve pelo menos a vantagem de fazer esquecer o triunfante duque que podia contar com a ajuda das armas inglesas. Determinado a pôr fim à situação, Luís realizou então a manobra diplomática mais ousada de sua fértil carreira: a reconciliação de Margarida de Anjou e Warwick, seguida da restauração do trono Lancastriano. Warwick, que tinha sido gradualmente destituído do poder pelos Woodvilles, não decidiu rebelar-se abertamente até junho de 1469. Não tendo forças suficientes para levar a cabo a guerra civil sozinho, refugiou-se primeiro em Calais e depois na Normandia. Luís organizou uma entrevista em Angers entre a rainha Margarida e seu pior inimigo, o orgulhoso "entronizador dos reis". Uma aliança matrimonial unirá o jovem Príncipe de Gales à filha de Warwick, cujo dote seria pago pelo rei de França. Margaret concordou com a concessão de uma trégua de trinta anos (Qulio 1470). Com os 30.000 escudos adiantados por Luís, o partido Lancaster recrutou mercenários. As frotas aliadas, que desembarcaram em Dartmouth, foram o prelúdio de uma marcha triunfal, que levou os conspiradores a Londres. Libertado da prisão e "reintegrado" no trono em 6 de outubro, o pobre Henrique VI nada podia negar ao rei da França. Agora que a Inglaterra dependia dele, Luís queria usá-la para destruir o estado da Borgonha. Foi acordado que as forças unidas de ambos os reinos atacariam Carlos, o Ousado, da Normandia, Picardia e Calais, e depois dividiriam seus despojos. Ao especificar os termos deste acordo com Louis É verdade que o seu pai, mais cuidadoso com o nacionalismo dos seus súbditos, não poderia ir tão longe ou prolongar a trégua por mais

de dez anos. Mas a resolução do conflito dinástico foi encaminhada para um próximo congresso de paz.

Em menos de seis meses, toda a combinação entrou em colapso. Abandonado por todos e refugiando-se em Middleburg, na Zelândia, Eduardo IV encontrou no seu cunhado borgonhese a ajuda necessária para preparar a sua vingança. Contornando a vigilância de seus adversários, ele corajosamente entrou na Inglaterra, tomou Londres, derrotou e matou Warwick em Barnet, em 14 de agosto de 1471, e quinze dias depois, esmagou o exército Lancastriano em Tewkesbury, no oeste. O Príncipe de Gales também perdeu a vida, a sua mãe foi feita prisioneira e o seu infeliz pai foi assassinado nas masmorras da Torre. Louis Eu dificilmente poderia fazer outra coisa senão tentar atrasar o resultado fatal por alguns meses ou alguns anos. Assim, uma breve trégua foi assinada em Setembro de 1471 e uma nova suspensão das hostilidades foi negociada em Bruxelas em Março de 1473. Mas Eduardo obteve do Parlamento os subsídios necessários para levar a cabo a invasão de França, originalmente planeada para 1474. Atrasos e intrigas adiou o plano. Em julho de 1474 ele se aliou a Carlos, o Ousado, por meio de um tratado. Em conjunto, como havia acontecido entre Henrique V e João, o Destemido, eles distribuíram antecipadamente o reino da França entre si. Em troca da ajuda dada a Iorque para conquistar o seu reino continental, a Borgonha obteria a cessão dos condados de Guiñes, Picardia, Tournai e especialmente dos Barrois e Champagne, o que permitiria unir as peças dispersas que formavam os seus Estados. um único bloco.

A loucura do Demolidor salvou Luís XI deste perigo mortal pela terceira vez em menos de dez anos. No preciso momento em que todas as suas forças, tremendo de impaciência, às quais as dos príncipes franceses teriam se juntado de bom grado, deveriam ter ido ao encontro do desembarque inglês, Carlos lançou-se numa aventura na Renânia, indo sitiar Neuss, aos súditos rebelando-se contra a autoridade do arcebispo de Colônia. Louis E, como os príncipes franceses não fizeram nenhuma tentativa de rebelião, Eduardo IV preferiu negociar com o rei da França. Ambos os exércitos se encontraram cara a cara, cada um na mesma margem do Somme. No dia 29 de agosto, na ponte Picquigny, Luis e Eduardo chegaram a um acordo para liquidar a expedição. Foi assinada uma trégua que interrompeu as hostilidades por sete anos. Eduardo reembarcaria com todo o seu exército assim que recebesse uma indemnização de 75.000 escudos. Todas as diferenças entre as duas nações seriam resolvidas no futuro através de arbitragem. Um aluguel perpétuo de 60.000 escudos seria pago ao rei da Inglaterra, cuja filha se casaria com o delfim Carlos. Luís também pagaria outros 50.000 escudos pela liberdade de Margarida de Anjou. Os assessores de Eduardo também receberam presentes e pensões. Todos encontraram a sua compensação: Eduardo IV, fortalecido no trono, não precisaria mais da concessão de subsídios parlamentares, pois a pensão francesa seria suficiente para ele viver; Luís XI, mantendo o seu aliado necessitado pela atração do dinheiro, poderia dedicar-se inteiramente ao problema da Borgonha.

Será este, como foi afirmado, o verdadeiro fim da Guerra dos Cem Anos? Você pode duvidar disso. Nenhuma paz foi assinada, Eduardo IV não renunciou nem à coroa da França nem às províncias perdidas que poderia ter reivindicado como herdeiro Plantageneta, enquanto continuava apegado à posse de Calais. A sua neutralidade só duraria enquanto

fosse adequada aos seus interesses. Isto ficou claro quando, em abril de 1477, surgiu a questão da sucessão da Borgonha. Pressionado por sua irmã Margarida de York, e mais tarde por Maximiliano da Áustria, que se casara com a herdeira de Temeraire, também perturbado ao ver Luís XI, dono de Artois e Boulonnais, perto do precioso Calaisis, Eduardo IV estava em mais do que uma oportunidade tentados a retomar a luta secular. Para detê-lo, Louis Elizabeth de York. A paz, sempre salva por muito pouco, esteve prestes a ser definitivamente comprometida quando a resolução da questão da Borgonha decidiu, através do tratado de Arras (dezembro de 1482), a união do Delfim e Margarida da Áustria. O repúdio da filha serviu de pretexto para Eduardo IV fazer grandes preparativos militares que só foram retardados pela sua morte, ou, mais precisamente, suspensos. Pois Ricardo de Gloucester, tornando-se rei Ricardo III por uma ousada usurpação, não foi muito mais gentil do que seu irmão foi com Luís XI, ou mais tarde com Carlos VIII. Além disso, quando Henrique Tudor finalmente pôs fim à Guerra das Rosas, ainda não tinha sido alcançado um acordo válido entre a Inglaterra e a França, uma vez que um precário sistema de tréguas mantinha ambos os países numa situação de tensão permanente. Ainda em 1487, falar-se-á novamente de uma possível expedição inglesa rumo à Guyenne, ou em 1489, que contingentes ingleses ainda iriam lutar na Bretanha.

Mas continuar esta narrativa seria um jogo de palavras. Mesmo que nenhuma paz tivesse chegado para sancionar estes resultados, a Guerra dos Cem Anos já havia terminado há muito tempo. É verdade que Calais não voltará a ser francês até 1553 e que os soberanos ingleses continuarão a deter o título vazio de reis de França durante séculos. Mas, estas são sobrevivências atrasadas e sem importância. Um facto novo na história europeia, após a desintegração do Estado da Borgonha, relegou para segundo plano o antigo diálogo anglo-francês. Valois e Habsburgos disputariam a hegemonia continental durante dois séculos. Entre eles, a Inglaterra Tudor desempenharia o papel de equilíbrio, às vezes unida aos imperiais e às vezes aos franceses. Já estava a ser traçada esta política de equilíbrio europeu, essencial para os ilhéus na conquista dos mercados marítimos. Terminado este momento chave entre 1477 e 1482, a guerra feudal, e mesmo a guerra dinástica, cujas aventuras duraram tantos anos e fizeram sofrer tantas gerações, já tinham sido superadas. E ainda parecia não restar nada do ódio entre os povos e da suscetibilidade das respetivas opiniões públicas, elementos mais difíceis de extirpar dos corações e dos espíritos. A desconfiança mútua, cujos efeitos mais tristes chegaram até aos nossos dias, não remonta ao tempo de Joana D'Arc, como fomos levados a crer, mas ao de Luís XIV, já bastante antigo.

APÊNDICE BIBLIOGRÁFICO

Desde que E. Perroy escreveu a sua obra há quase quarenta anos, uma vasta literatura foi produzida sobre o assunto. Tentaremos oferecer uma seleção bibliográfica, abordando questões gerais e alguns aspectos relacionados à Guerra dos Cem Anos.

Antes de mais nada vale a pena referir-nos aos trabalhos gerais de PHILIPPE CONTAMINE, *La Guerre de Cent Ans* , col. "Que sais-je?", Paris, 1968, e especialmente o recente de JEAN FAVIER, *La Guerre de Cent Ans* , Paris, 1979, que podemos tomar como um

dos últimos pontos de referência no que diz respeito à bibliografia. Também vale a pena ter em mente um trabalho geral como o de CONTAMINE, *La Guerre au Moyen Age* , col. "Nouvelle Clio", Paris, 1980, que obviamente trata extensivamente da Guerra dos Cem Anos, apontando a bibliografia específica. Ver também o conjunto de artigos editados por KA FOWLER, *The Hundred Years War* , Londres, 1971.

Podemos destacar também estudos gerais sobre o período da Guerra, como KA FOWLER, *Le siècle des Plantagenéts et des Valois. La lutte pour la suprématie, 1328-1398,* Paris, 1968, e coleção de artigos editados por SB CHRIMES, CD ROSS e RA GRIFFITHS, *Inglaterra do século XV, 1399-1509, Estudos em política e sociedade* . Manchester, 1972.

No que diz respeito ao quadro económico e feudal do conflito, podemos referir a investigação de YVES RENOUARD contida nos seus *Etudes d'histoire médiévale* , Paris, 1968, especificamente na sétima parte, dedicada às relações franco-inglesas, ao ducado da Aquitânia e a posição dos Papas de Avignon em relação a estas questões. Também para ter em conta o trabalho de R. CAZELLES, *La societé politique et la crise de la royauté sous Philippe de Valois* , Paris, 1958. Para as consequências económicas da Guerra dos Cem Anos podemos destacar obras como as de MM POSTAN, "Os Custos da Guerra dos Cem Anos", *Passado e Presente* , 27 (1964), 34-53; G. MOURADIAN, «La rançon de Jean II le Bon», *Positions des thèses de L'Ecole nationale des Charles* , 1970, 151-156; e PH. CONTAMINE, "La guerre de Cent Ans en France: une approche économique," *Boletim do Instituto de Pesquisa Histórica* , 48 (1974), 125-149.

Os estudos sobre as finanças e a fiscalidade deste período, que evidentemente têm uma ligação indubitável com a Guerra, suscitaram múltiplas investigações nos últimos anos, tanto em França como em Inglaterra. JEAN FAVIER realizou um trabalho bibliográfico: «L'histoire administrativa et financiére du Moyen Age depuis dix ans», *Bibliothêque de l'Ecole des Charles* , 126 (1968), 427-503; bem como sua obra geral *Finance et fiscalité au bas Moyen Age* , Paris, 1971, com extensa bibliografia. Entrando num campo mais específico, podemos acrescentar à já citada obra de M REY (em N. del T.), a sua monografia, *Le domaine du roi et les finances extraordinaires sous Charles VI (1388-1413)* , Paris, 1865. Da mesma forma, o trabalho de JB HENNEMANN, *Royal Taxation in Fourteenth Century France* , 2 vols., Princetob, 1971-76. Considere também o artigo de MA MISKIMIN, "The Last Act of Charles: the Background of the Revolts of 1382", *Speculum* , 38 (1963), 433-442. Sobre a tributação real na Inglaterra, ver SK MITCHELL, *Taxation in Medieval England* , New Haven, 1951; A. STEEL, *O Recibo do Tesouro, 1377-1485* , Cambridge, 1954; e JF BERESFORD, *Lay Subsidies and Poll-Taxes 1290-1381* , Canterbury, 1964. Sobre outros aspectos de finanças e tributação, ver KB MCFARLANE, "Loans to the Lancastrian Kings: the Problem of Inducement", *The Cambridge Historical Journal* , 9 (1947), 51-68, e J. FAVIER, *Les contribuibles parisiens a la fin de la Guerre de Cent Ans. Les Rôles d'impôt de 1421, 1423 et 1438* , Genebra-Paris, 1970.

Obviamente a questão da tributação está ligada à dos Parlamentos e dos Estados Gerais, ou seja, às assembleias representativas que constituem algo de especial importância no período da Guerra dos Cem Anos. Podemos destacar o tratamento do tema e a bibliografia contida na obra geral de B. GUENNE, *Occident aux XIVe-XVe siècles. Les états* , col. "Nouvelle Clio", 1971, bem como o desenvolvimento particular deste tema no que diz respeito à

Inglaterra em monografias como GT LAPSLEY, *Crown, Community and Parliament in the Later Middle Ages Studies in English Constitutional History, Oxford* , 1951; JS ROSKELL, *Os Comuns no Parlamento de 1422. Sociedade Inglesa e Representação Parlamentar sob os Lascantrianos* , Manchester, 1954; do mesmo autor, *The Commons and thier Speakers in English Parliaments, 1376-1523* , Manchester, 1965; e SR EDWARDS, *The Second Century of the English Parliament* , Oxford, 1979. Sobre a França, ver JR MAJOR, *Representative Institutions in Renaissance France, 1421-1559,* Madison, 1960; J. RICHARD, "Les États de Bourgogne", *Schweizer Beiträge zur allgemeinen Geschichte* , 1962-63, 230-248: e H. GILLES, *Les États du Languedoc au XVe siècle* , Toulouse, 1965. Não devemos esquecer, por outro lado, os esforços comparativos já realizados em R. FAWTIER, «Parlament d'Angleterre et Etats généraux de France au Moyen Age», *Comptes rendus de l'Academie des Inscriptions et Belies Lettres* , 1953, 275-284, e em que *se destaca especialmente a obra de A. MARONGIU, Parlamentos Medievais. A Comparative Study* , Londres, 1968. Devemos também destacar o trabalho dos periódicos belgas *Anciens Pays et Assemblées d'Etats* e da *Commission International pour l'Histoire des Assemblées d'Etats* , especialmente o volume *Assemblées d'Etats* , Leuven - Paris, 1966.

A relação da monarquia inglesa com a sua nobreza reflecte-se, além de obras referentes aos Parlamentos, em obras como as de KB MCFARLANE, "Bastard Feudalism", *Bulletin of the Institute of Historical Research* , xx (1945), 161-180 ; "Parlamento e Feudalismo Bastardo", *Transações da Royal Historical Society* , 4º ser . 36 (1944), 53-79, e "The English Nobility in the Later Middle Ages", *XII Congrés des Sciences Historiques* , Viena, 1965, *Rapports* , I, 1965, 337-345, bem como na monografia de RH JONES , *The Royal Politics of Richard II: Absolutism in Later Middle Ages* , Oxford, 1968. Para a França, o estudo da evolução da administração através de monografias e obras como as de J. BARTIER, *Légistes et gens de finances au XVe, é extremamente interessante para a França . Les conseillers des ducs de Bourgogne Philippe le Bon et Charles le Témeraire* , Bruxelas, 1955; R. CAZELLES, «Um problema de evolução e integração: les grands officiers de la couronne de France dans l'administration nouvelle au Moyen Age», *Annali dell fondazione Italiana per la storia administrativa* , I, 1964, 183-189; e F. AUTRAND, “Offices et oficiais royaux en France sous Charles VI”, *Revue Historique* , 242 (1969), 285-338. Da mesma forma, tem-se em mente a situação dos *appanages* , não só nas obras sobre a Borgonha, mas também numa obra como A. LEGUAL, «Un aspecto de la formação des États princiers en France à la fin du Moyen Age: les reformas administrativas de Luís II, duque de Bourbon”, *Moyen Age* , 70 (1964), 49-72.

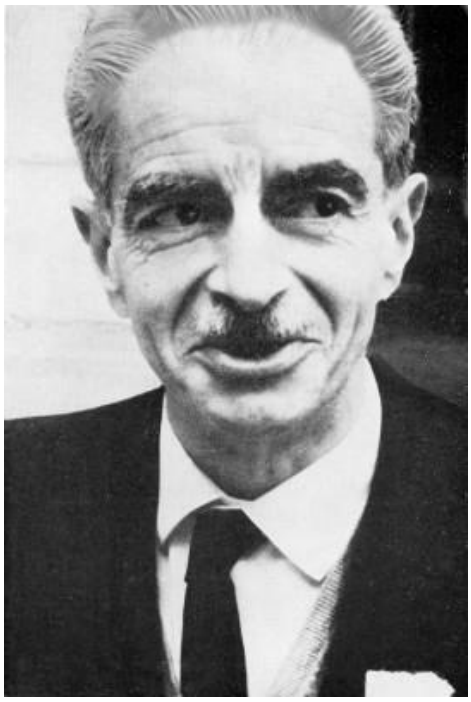
Relacionado com a nobreza, mas constituindo uma questão mais complexa na medida em que devemos falar de um novo tipo de relações de dependência, está o problema da organização da guerra em ambos os reinos e da existência de fenómenos como os contratos militares ou as grandes empresas. Para isso nos referimos a trabalhos gerais como Ph. CONTAMINE, *Guerre, Etat et Société à la fin du Moyen Age. Etudes sur les armées des rois de France* , Paris-Haia, 1972, e J. BARNIE, *War in Medieval English Society. Valores Sociais e a Guerra dos Cem Anos 1337-1399* , Ithaca-Londres, 1974, bem como monografias e especialmente trabalhos anteriores: BD LYON, *From Fief to Indenture. A transição do contrato feudal para o não feudal na Europa Ocidental* , Cambridge (Mass. 1957); HJ HEWITT, *A Expedição do Príncipe Negro de 1355-1357* , Manchester, 1958; MR POWICKE,

Obrigação Militar na Inglaterra Medieval. Um Estudo em Liberdade e Dever , Oxford, 1962; KB MCFARLANE, “Inglaterra e os Cem Anos, Guerra”, *Passado e Presente* , 22 (1962), 3-13; JW SHERBORNE, “Retinues contratados e expedições inglesas à França, 1369-1380”, *English Historical Review* , 79 (1964), 718-746; NB LEWIS, "Os recrutadores e a organização de um exército contratado, maio a novembro de 1337", *Boletim do Instituto de Pesquisa Histórica* , 37 (1964), 1-19; HJ HEWITT, *A Organização da Guerra sob Eduardo III, 1338-1362* , Manchester, 1966; Ph. CONTAMINE, «Les compagnies d'aventure en France pendente la Guerre de Cent Ans», *Mélanges de L'Ecole française de Rome* . Idade Moyen, Tetnps Modernes, 87 (1975), 365-396. Da mesma forma, relativamente às condições gerais da Guerra, vale a pena referir a bem documentada obra de PC TIMBAL, *La Guerre de Cent Ans vue à travers les registries du Parlement (1337-1369)* , Paris, 1961.

Muitas das obras já citadas são úteis para a história política e geral deste período, mas devemos destacar também monografias como as de EF JACOB, *Henry V and the Invasion of France* , Londres, 1947; P. BONENFANT, *Du meurtre de Montereau au traité de Troyes* , Bruxelas, 1958; SB CHRIMES, *Lancastrians, Yorkists and Henry VII* , 2ª ed ., Londres, 1966. Sobre a história diplomática do século XV , ver JG DICKINSON, *The Congress of Arras, 1435. A study in Medieval Diplomacy* , Oxford, 1955, e sobre o assunto de "dupla monarquia", JW MCKENNA, "Henrique VI da Inglaterra e a Monarquia Dupla: Aspectos da Propaganda Política Real, 1422-1432", *Journal of the Warburg and Courtauld Institutes* , 28 (1965), 145-162 . Um gênero particularmente interessante é o das biografias, entre as quais podemos destacar as mais conhecidas: J. BARTIER, *Charles le Témeraire* , Paris, 1944; F. LEHOUX, *Jean de France, duque de Berry, sa vie, filho action politique (1340-1416)* , 2 vols., Paris, 1966; A. BOSSUAT, *Jeanne d'Arc* (col. "Que sais-je?"), Paris, 1968; bem como aqueles devidos a R. VAUGHAN, *John the Fearless. O crescimento do poder da Borgonha* , Londres, 1966; *Filipe, o Ousado. O Formadon do Estado da Borgonha* , Londres, 1962; *Filipe, o Bom. The Apogee of Burgundy* , Londres, 1970, e Charles the Bold, Londres, 1973, sendo também autor de um *Valois Burgundy* , Londres, 1975.

Por último, devemos aludir a como durante o período da Guerra dos Cem Anos ocorreram revoltas e tensões sociais em ambos os reinos e nas áreas urbanas e rurais, por exemplo as de Flandres, Jacquerie, Etienne Marcel, Harelle, Cabochianos, revolta inglesa de 1381, Tuchins, etc... Um tratamento destes tópicos será encontrado na conhecida obra geral de M. MOLLAT, Ph. WOLFF, Ongles bleus, Jacques et Ciompi. Les révolutions populaires en Europe aux XIVe et XVe siècles, Paris, 1970 (trad. espanhol, século XXI , Madrid, 1976). Neste contexto, *Bond Men made Free, de R. HILTON, revela-se uma obra absolutamente fundamental. Movimentos Camponeses Medievais e a Revolta Inglesa de 1381* , Londres, 1973 (trad. espanhol, *Siervos Liberados ,* século XXI , Madrid, 1978).

Carlos Estepa



EDOUARD PERROY (Grenoble, França, 1901 - Paris, 1974). Proeminente medievalista francês, foi professor de História na Sorbonne e fundador da *Commission d'histoire de l'occupation de la France* . Suas numerosas publicações incluem: *Les Royaumes et les sociétés barbares (1961), Le monde carolingien (1961), Les croisades et l'Orient latin, 1095-1204 (1972), La vie religieuse au XIIIé siècle (1979)* e, em espanhol , *A Idade Média: a expansão do Oriente e o nascimento da civilização ocidental (1961)* .

Notas

[1] O termo "sargento" de onde provém o sargento espanhol, provém do latim *serviens* , e em língua feudal designava um homem situado no escalão feudal inferior, embora geralmente também sujeito a funções militares. (NT). <<

[2] Literalmente "impedimento". Sistema de impeachment de deposição de um alto funcionário, através de uma acusação grave, que deixou marcas no *impeachment* dos sistemas judiciais anglo-saxões contemporâneos. (NT). <<

[3] Termo referente aos *échevins* , funcionários judiciais que atuavam nas cidades, pertencentes à administração do senhor da cidade, neste caso o rei. (NT) <<

[4] NT: Desde os tempos da administração anglo-normanda, as atas eram coletadas em rolos. Assim, por exemplo, os *Pipe Rolls* da Inglaterra. <<

[5] NT: Donzela em espanhol. Preservamos o original dada a sua aplicação por excelência à jovem Joana D'Arc. <<

[6] NT: Em espanhol, literalmente, "sobre as excelências das leis da Inglaterra" e "O Governo da Inglaterra", respectivamente. <<